UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

FABIO GUARALDO ALMEIDA

PASSADO E PRESENTE NA PAISAGEM:

Temporalidades da paisagem quilombola na ilha de Tinharé, Cairu (BA).



São Paulo
2021

FABIO GUARALDO ALMEIDA

PASSADO E PRESENTE NA PAISAGEM:

Temporalidades da paisagem quilombola na ilha de Tinharé, Cairu (BA).

Versão Final

Tese apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Arqueologia.

Linha de Pesquisa: Arqueologia e Sociedade
Orientadora: Profa. Dra. Fabíola Andrea Silva

São Paulo
2021

Nome: GUARALDO ALMEIDA, Fabio.

Título: Passado e presente na paisagem: Temporalidade da paisagem quilombola na ilha de Tinharé, Cairú (BA)

Tese apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arqueologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Fabíola Andrea Silva (MAE/USP) - Orientadora

Profa. Dra. Camilla Agostini (UERJ)

Prof. Dr. Carlos Alberto Etchevarne (UFBA)

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira (UFPel)

Prof. Dr. Marcos André Torres de Souza (Museu Nacional/UFRJ)

Suplentes:

Prof. Dr. Marcelo Henrique Dias (UESC/ NEPAB)

Profa. Dra. Verônica Wesolowski de Aguiar e Santos (MAE/ USP)

Prof. Dr. Camilo de Melo Vasconcelos (MAE/ USP)

Dra. Patrícia Marinho de Carvalho (NEGRARQUEO)

Dra. Daniella Magri Amaral (LINTT/ MAE)

Dedicatória:

Ao meu filho Arthur,
por ter sido gerado durante a pesquisa da tese e hoje, com três anos, diz que o pai é arqueólogo por que escava.

AGRADECIMENTOS:

Enfim o momento de agradecer aqueles que me acompanharam, ajudaram e, de alguma forma, estiveram envolvidos na pesquisa durante os últimos cinco anos. Como, para mim, a Arqueologia é uma disciplina do campo das Ciências Humanas, as interpretações não escapam da subjetividade própria da pesquisa e do pesquisador. Por isso, os agradecimentos também apresentam fatores extracurriculares que contextualizam meu interesse e envolvimento/comprometimento sobre o tema da tese.

Peço licença aos meus ancestrais e guias espirituais para agradecer a pessoa que primeiro me encaminhou e incentivou pesquisar e vivenciar os costumes e crenças afro-brasileiras e as comunidades quilombolas, Mestre Miguel Machado, fundador do grupo Cativeiro Capoeira. Eu conheci o Mestre Miguel no ano de 2001, no mesmo ano em que visitei a primeira comunidade quilombola. Ouvindo suas palavras, eu passei a entender o que é um pensamento descolonizado. Toda a ideia de descolonização do pensamento e comportamento que hoje é muito latente na academia, produzindo interfaces com as lutas de classe, raça e gênero, o Mestre Miguel discursava e mostrava há 20 anos atrás. Viva meu Mestre!

A outra pessoa que não poderia deixar de ser minha referência é a Professora Fabíola Andrea Silva. Com ela, eu apreendi a fazer ciência e ter a consciência do papel político da academia. Eu tenho o privilégio de ser orientando há mais de 10 anos da Professora Fabíola e fazer parte da geração que ela perguntava: “Para quem você acende sua vela? Porque ao fazer ciência você está acendendo uma vela. Precisa saber para quem?”. Obrigado Fabíola por me formar cientista.

Outras duas pessoas são muito importantes na minha caminhada e foram fundamentais no suporte para eu desenvolver a tese. Minha amada Amanda Torello, quem me incentivou desde a prova de ingresso no programa, me apoiou em todos os momentos, passou dias no laboratório comigo para desenhar as peças e ainda foi a primeira pessoa a ler toda a tese. Sou grato pela nossa parceria, companheirismo e amor! E a outra pessoa é minha querida mãe, Marilena Cáppio, quem sempre está ao meu lado, apoiando minhas escolhas e me ensinando a parte humana da vida. Obrigado mãe! Vale lembrar que há mais de um ano e meio o mundo enfrenta a pandemia da Covid 19. Durante esse período eu escrevi a tese, fazendo isolamento

social, em companhia dessas duas pessoas e dos meus dois filhos: Miguel e Arthur, quem agradeço muito, por alegrar e me dar propósito de vida. Me orgulho da personalidade de vocês dois. Outros familiares têm que ser mencionado por me ajudar na elaboração da tese, como, meu irmão Danilo, com o desenho dos croquis e meu primo Renato, na confecção dos mapas. Meu pai, Delfim, a Solange e minha irmã Beatrice. Obrigado família!

Agradeço ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), através da bolsa de pesquisa (Código de Financiamento 001). Ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP e ao Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Tecnologia e Territórios (LINTT), pela oportunidade e infraestrutura fornecida. E ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB) da Universidade Estadual Santa Cruz, em Ilhéus, por acreditar na pesquisa e fornecer o endosso Institucional.

A todos os colegas do LINTT agradeço na figura de Meliam Gaspar, pelo auxílio na análise da cerâmica, Igor Rodrigues e Marcony Alves, pelas conversas e discussões arqueológicas no Lab., a Paty Marinho e Juliana Freitas, pelas trocas de experiência na pesquisa com comunidades quilombolas e ancestralidade. Agradeço ao pessoal da biblioteca do MAE, na figura do Hélio Rosa, Gilberto de Paiva e Alberto Bezerra. Aos demais funcionários do MAE agradeço na figura da Ana Carolina Vieira pelo trabalho de restauro e estabilização do material metálico, de Ader Santos pelas fotos do material do sítio Iquira, à Carla Carneiro e ao Regivaldo Silva agradeço a logística de guarda das peças. E aos professores agradeço na figura do atual diretor do Museu, Paulo DeBlasis e o vice-deiretor, Eduardo Góes Neves, dois professores especiais na minha formação por terem me ensinado em campo como deve ser uma escavação arqueológica. Também gostaria de registrar meu agradecimento à professora Verônica Wesolowski, quem acompanhou meu projeto de pesquisa desde a elaboração e foi muito atenciosa e eficiente atuando como coordenadora da CPG do MAE, entre 2016 e 2020.

Outros professores que viabilizaram a realização da pesquisa foram o historiador Marcelo Dias e o arqueólogo Walter Morales, coordenadores do NEPAB da Universidade Estadual Santa Cruz, em Ilhéus. Além de acreditarem na pesquisa e fornecerem o endosso institucional, também abriram espaço para a divulgação dos primeiros resultados. Também agradeço ao professor Carlos Etchevarne da UFBA, em Salvador, por ter acompanhado o

desenvolvimento da pesquisa, possibilitado a divulgação dos primeiros resultados e compartilhado suas observações e apontamentos.

Mesmo sem conhecer pessoalmente, agradeço a antropóloga Cristina Astolfi Carvalho pela troca de ideias e informações fornecidas sobre o trabalho de campo em Cairu. A arqueóloga Juliana Garcia por compartilhar sua monografia sobre os cachimbos da coleção Ordener Ferreira. E em memória, agradeço a historiadora Gerluce Uzeda por ter compartilhado a planilha dos registros de terras do século XIX, de Cairu e Boipeba, elaborado por ela a partir dos documentos levantados no Arquivo Público do Estado da Bahia, me autorizando a mencionar as informações que me conviessem. Agradeço também aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia pela cordialidade e excelente serviço prestado ao público.

Agradeço aos amigos que fiz em Salvador, as companheiras Urânia e Paola, e o parceiro de profissão, Ademir Ribeiro. Obrigado pelo auxílio, vocês são pessoas magníficas que eu conheci por causa da pesquisa. Não poderia esquecer também da antropóloga e arqueóloga Sabrina Andrade, quem me possibilitou conhecer o arquipélago de Tinharé e estava comigo na primeira vez que estive na comunidade de Galeão, em 2015. Na ocasião, ninguém imaginava o desdobramento que aqueles primeiros contatos resultariam.

Em Cairú, meus agradecimentos são principalmente para o pessoal da Secretaria de Educação, na figura da engajada e competente Zenaide dos Santos, coordenadora da Educação Quilombola, e a Michele Costa, pelo trabalho na Secretaria da Cultura. Saldo e agradeço também o povo das comunidades quilombolas de Cairu, Sr. Magno Alves da Cruz da Rua da Prata, o Dudu da Rua do Fogo e os moradores do Cajazeiro.

Faço também agradecimentos póstumos à professora Kátia Alexandria, quem eu tive o privilégio de conhecer no início da pesquisa e muitos legados deixou nas comunidades quilombolas de Cairu. E a meu avô materno, Paulo Guaraldo, quem fez a passagem em 2019. Nunca me esquecerei o interesse dele em conhecer a comunidade quilombola do Carmo, no município de São Roque (SP), a primeira comunidade que trabalhei quando ainda era aluno de graduação no curso de Ciências Sociais, na FFLCH/USP, em 2004. Ele fez questão de me acompanhar em uma das visitas para conhecer as pessoas, o modo de vida e aprender com elas. Vô, seu exemplo segue comigo!

Mas sem dúvida meus maiores agradecimentos são a todos os moradores de Galeão que me receberam e de uma forma ou outra possibilitaram a realização dessa pesquisa. São muitas as pessoas, mas me arrisco citar alguns nomes, como os das sábias anciãs D. Almerinda e D. Antônia, por me receberem em suas casas e passarem algumas tardes conversando sobre suas histórias de vida e os "causos" ocorridos em Galeão. Vocês são referências para mim. Axé! D. Zuzu quem me emocionou com suas lembranças. Sr. Guri por suas histórias, conhecimento e simpatia. Os rapazes que me acompanharam nos trabalhos arqueológicos: Vampeta, Lelinho, Zequinha, Adalto e os barqueiros: Preto e Henrique. O Badalo, a Jacilda e seus filhos, que me levaram para o mar, me receberam em sua casa e me ensinaram um bocado de coisas da vida de pescador. Agradeço o pessoal da escola de Galeão na figura da diretora Marina e das professoras Andréia e Lisinalva, por me acolherem, abrirem a escola para conversarmos sobre arqueologia e ancestralidade em Galeão. Vocês me ensinaram muito sobre as festas, costumes e crenças da comunidade. Vosso trabalho é exemplo para as escolas desenvolverem uma diretriz da educação quilombola.

Agradeço ao educador, dançarino, capoeirista e umbandista Beto Mel. A curandeira, amiga e divertida D. Leia, agradeço por me mostrar como é o ser quilombola e passar tardes contando sobre como era Galeão. Agradeço D. Dezinha por me receber no conforto de sua família, junto com sua irmã Tuca, suas filhas e genros: Selva e Gelson, Silvana e Silvana e José Cláudio. Agradeço a todas as outras muitas pessoas e famílias de Galeão pela convivência, respeito, cordialidade e confiança. Esse trabalho foi feito para vocês, pensando em fortalecer a diversidade através da união de todos.

Para concluir os agradecimentos, não poderia deixar de mencionar o morador de Galeão que me convidou a fazer essa pesquisa e acompanhou todas as etapas, participou do planejamento dos trabalhos de campo e, sem dúvida, é um dos principais responsáveis pelo resultado da tese: Sílvio Campos. Parceiro, admiro sua luta, garra, coragem, força, honestidade, dedicação, sabedoria, humanidade, espontaneidade, ancestralidade! Agradeço pela sinergia, pelo envolvimento, pela confiança, pelo trabalho em conjunto do início ao fim. Sua luta é minha luta, também! Viva as comunidades quilombolas do Brasil, da Bahia e de Cairu! Viva Galeão e sua ancestralidade quilombola! Viva a africanidade da história brasileira! Axé meus camaradas! Ieeeeeeeeeê.

RESUMO:

Registros históricos apontam o arquipélago de Tinharé, no município de Cairu, Bahia, como um dos locais onde a característica insular proporcionou condição favorável à formação de quilombos, no período escravista e pós. Este legado resultou em um município formado atualmente por uma maioria de afrodescendentes e comunidades autoreconhecidas quilombolas. Entender a dinâmica de formação, transformação e permanência dessa paisagem quilombola ao longo do tempo é o principal objetivo desse trabalho. Para tanto, uma proposta de pesquisa interdisciplinar entre arqueologia, história, geografia e antropologia foi desenvolvida junto com algus moradores da comunidade quilombola de Galeão, localizada na ilha de Tinharé. Através do levantamento de documentos históricos, prospecção arqueológica na ilha e trabalho etnográfico em Galeão, sítios históricos de diferentes períodos e características foram mapeados e alguns escavados. Trata-se de sítios de residências localizadas próximas a igreja jesuíta do século XVII, sítios de atividades específicas como as fontes de captação de água, os quais eram utilizados como pontos de encontro no antigo período colonial, sedes de fazendas escravistas do século XVIII, antigos e recentes acampamentos de pesca, trilhas, rios, áreas de roça, antigos assentamentos de quilombos, enfim, um conjunto de lugares repleto de memórias, narrativas e registros arqueológicos que ajudam a pensar a temporalidade da paisagem quilombola da ilha. Essa dinâmica e diversificada paisagem apresentada pelos quilombolas de Galeão e pesquisada pela perspectiva arqueológica, possibilita a superação da narrativa histórica colonialista – restrita às relações polarizadas entre senhor/escravos, dominador/dominado, casa grande/senzala – ao materializar as redes de solidariedade, relações econômicas, estratégias coletivas de resistência e ações cotidianas compartilhadas por comunidades de africanos e afrodescendentes nas condições de escravizados, forros, homens e mulheres livres, agregados e quilombolas. A partir destes dados pôde-se estabelecer elementos comparativos entre aspectos da territorialidade do passado e do presente, para pensar os fatores de permanências e transformação da paisagem quilombola local. Assim, este estudo pretende contribuir para: 1) os debates arqueológicos sobre as histórias regionais das populações afrodescendentes no Brasil; 2) as reflexões sobre as práticas arqueológicas que se pretendem descolonizadoras na contemporaneidade.

Palavras chaves: Arqueologia Histórica; Paisagem; Comunidade Quilombola; Escravidão; Descolonização.

ABSTRACT:

Historical records point to the *Tinharé* archipelago, in the city of *Cairu*, state of Bahia, as one of the places where the insular characteristic provided a favorable condition for the formation of *quilombos*, in the slavery period and after. This legacy resulted in a municipality currently formed by a majority of Afro-descendants and self-recognized *quilombola* communities. Understanding the dynamics of formation, transformation and permanence of this *quilombola* landscape over time is the main objective of this work. Thus, an interdisciplinary research proposal between archeology, history, geography and anthropology was developed together with some residents of the *quilombola* community of *Galeão*, located on the island of *Tinharé*. Through the survey of historical documents, archaeological prospection on the island and ethnographic work in *Galeão*, historical sites from different periods and characteristics were mapped and some excavated. These are residential sites located near by the 17th century Jesuit church, sites of specific activities such as water catchment sources, which were used as meetings points in the colonial period, the houses of 18th century in a slave farms, old and recent fishing camps, trails, rivers, farmland, old *quilombos* settlements, in short, a set of places full of memories, narratives and archaeological records, that help to think about the temporality of the island's *quilombola* landscape. This dynamic and diversified landscape presented by the *quilombolas* of *Galeão* and researched from an archaeological perspective, allows the overcome the colonialist historical narrative – restricted to the polarized relations between master/slaves, dominator/dominated, main house/slaves quarters – by materializing networks of solidarity, economic relationships, collective strategies of resistance and daily actions shared by communities of Africans and Afro-descendants in the conditions of enslaved people, free men and women, households and *quilombolas*. Based on these data, it was possible to establish comparative elements between aspects of territoriality of the past and the present, in order to consider the factors of continuity and transformation of the local *quilombola* landscape. Hence, this study intends to contribute to: 1) the archaeological debates on the regional histories of Afro-descendant populations in Brazil; 2) reflections on archaeological practices intended to decolonize contemporary times.

Keywords: Historical Archaeology; Landscape; *Quilombola* Community; Slavery; Decolonisation.

Lista de Figuras:

Figura 1: Casa de taipa em meio as de alvenaria, em Galeão. 54
Figura 2: Mapa do Arquipélago de Tinharé. 55
Figura 3: Vista da atual vila de Galeão 56
Figura 4: Imagem de satélite da Vila de Galeão. 57
Figura 5: Vista aérea da Igreja de São Francisco Xavier, Galeão, Cairu (BA) 58
Figura 6: Dia de gincana na Escola 63
Figura 7: Roda de conversa na Escola 64
Figura 8: Desenho de uma gamboa de peixe 81
Figura 9: Desenho de uma camboa de camarão 82
Figura 10: Mapa dos Costeiros de Pesca 88
Figura 11: Instrumentos do Zambiapunga 103
Figura 12: Zambiapunga em Galeão 106
Figura 13: Búzios do Zambiapunga tocados pelos alunos na escola de Galeão. 110
Figura 14: Capitania dos Ilhéos 121
Figura 15: Desenho da porção norte da ilha de Tinharé e Cairu, no ano de 1630 125
Figura 16: Estrutura de pedra e cal, supostamente da primeira igreja de Galeão. 125
Figura 17: Frente da igreja de São Francisco Xavier, Galeão, Cairu/BA 128
Figura 18: Mapa do Perímetro do antigo Povoado de Galeão 239
Figura 19: Fachada da casa “Quatro Estações” 240
Figura 20: Ruinas da casa “Quatro Estações” 241
Figura 21: Vista aérea da localização do sítio Malhada em relação a igreja. 243
Figura 22: Croqui do Perfil do sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA) 244
Figura 23: Mapa do sítio Malhada – Concentrações dos materiais cerâmicos 250
Figura 24: Mapa do sítio Malhada - achados fortuitos 254
Figura 25: Fragmentos de faiança portuguesa bem desgastados 258
Figura 26: Porcelana da Companha da Índia, sítio Malhada. 259
Figura 27: Materiais metálicos evidenciados na prospecção do sítio Malhada 264

Figura 28: Cachimbo moldado do sítio Malhada 312

Figura 29: Dona Raiunda dos Santos, 53 anos, fumando seu cachimbo de barro enquanto trabalha no catador de piaçava. 316

Figura 30: Cachimbo antropomórfico com escarificações yoruba.....319

Figura 31: Classificação morfológica dos cachimbos 321

Figura 32: Cachimbos exumados na casa 39, rua 28 de Setembro, quarteirão 31, Pelourinho, Salvador (BA).....323

Figura 33: Cachimbos do sítio Sé-F, Salvador, Bahia.....323

Figura 34: Cachimbos de barro encontrados em Cairú (sede).....324

Figura 35: Cachimbo inteiro sem marca de uso 335

Figura 36: Cachimbo fragmentado e fragmento do abaulado do fornilho com marcas de uso 336

Figura 37: Cachimbo sem marca de uso, com rachaduras de fabricação (Peça CSC100) 336

Figura 38: Mapa do Arraial de Galeão 340

Figura 39: Croqui do sítio Tororó de cima 342

Figura 40: Exemplo de senzalas do tipo cabanas 345

Figura 41: Croqui do sítio Tororó de baixo.....351

Figura 42: Engenho de Mandioca (Modesto Brocos, 1892).....354

Figura 43: Ralador de mandioca.....355

Figura 44: Oficina de farinha (óleo 14) (Frans Post, 1651).....356

Figura 45: Croqui do sítio Molumbi.....363

Figura 46: Croqui do Sítio Pigica – Coleta de superfície.....370

Figura 47: Fragmento de objeto de imobilização e tortura encontrado em Galeão.....397

Figura 48: Modelo de algema (A) e de vira mundo (B) 397

Figura 49: Fragmento de um libambo ou gargalheira, encontrado próximo ao campo 398

Figura 50: Gravura de Debret “Negociante de tabaco em sua loja”.....399

Figura 51: “O colar de ferro, castigo dos negros fugitivos”.....399

Figura 52: Pelourinho na praça em frente ao Convento de São Bento.....400

Figura 53: Mapa da paisagem quilombola – Os três sítios de quilombo.....419

Figura 54: Lelinho no trecho da trilha para Champrão, onde o barranco em ambos as laterais atingem mais de dois metros de altura.....420

Figura 55: Vista a partir de Iquira para Tororó, com o morro ao fundo. 421
Figura 56: Trecho de terreno elevado em meio a mata fechada. 422
Figura 57: Travessias de córregos nos rumos do interior da ilha. 422
Figura 58: Trilha aberta no “caminho de fora”. 423
Figura 59: Entrada do Champrão, a partir da “trilha de fora”. 423
Figura 60: Córrego no “caminho do Jacaré”. 424
Figura 61: Trilhas dos catadores de piaçava. 424
Figura 62: Tronco emborcado no rio Iquira na maré baixa 427
Figura 63: O mesmo ponto na maré alta 427
Figura 64: Mapa do Champrão 431
Figura 65: Montagem da vista panorâmica do rio Champrão com a localização dos portos em relação a foz. 432
Figura 66: Porto 2 no rio Champrão, com material cerâmico evidenciado em superfície 434
Figura 67: Vegetação de roça abandonada. 435
Figura 68: Pedras talhadas no caminho do porto em Champrão 435
Figura 69: Antigo cajueiro no rancho de catadores de piaçava. 436
Figura 70: Acampamento no sítio Champrão 439
Figura 71: Acampamento sendo montado por Sílvio e Adalto, em Champrão. Detalhe da forquilha na construção da mesa. 440
Figura 72: Zequinha afiando o facão na pedra ao lado do fogo, com a cama e a mesa ao fundo, todas com estruturas feitas pela técnica de forquilha. 440
Figura 73: Embasamento de pedra 441
Figura 74: Vista aérea da área lixiviada (área A) em Iquira. 445
Figura 75: Mapa de Iquira 446
Figura 76: Estrutura abandonada do rancho dos catadores de piaçaba 447
Figura 77: Área B, prospectada em Iquira, próximo ao cajueiro 447
Figura 78: PTs realizado na área B em Iquira 447
Figura 79: Sedimento evidenciado na área B, em Iquira. 447
Figura 80: Coleta de superfície na área A do sítio Iquira. 448
Figura 81: Vista aérea do sítio Iquira 1 455

Figura 82: Vista frontal do sítio Iquira 1 para o vale.....456
Figura 83: Raimundo identificando a palmeira de dendê.....456
Figura 84: Croqui do sítio Iquira 1 e perfil estratigráfico das unidades de sondagem.....457
Figura 85: Projetil de metal evidenciado na sondagem IUS 410/749.....470
Figura 86: Raimundo limpando a peça ao removê-la da unidade de sondagem.....476
Figura 87: Mapa dos sítios de pesca ao longo do rio Garapuá.....480
Figura 88: Foto aérea do Rio Garapuá.....481
Figura 89: Vista do sítio Pedrinha a partir da foz do rio Iquira.....483
Figura 90: Croqui do sítio Cantagalo.....485
Figura 91: Croqui do sítio Casada.....486
Figura 92: Croqui do sítio Pimenteira.....503
Figura 93: Croqui do sítio Fonte de Mara.....509
Figura 94: Cerimônia de Cosme e Damião (Ibêjis), em Galeão.....512
Figura 95: Mapa da Atual Vila de Galeão.....518

Lista de Pranchas

Prancha 1: Fontes de Galeão, Cairú (BA).....70
Prancha 2: Fontes de Galeão, Cairú (BA).....71
Prancha 3: Fontes de Galeão, Cairú (BA).....72
Prancha 4: Camboas, Galeão, Cairú (BA).....84
Prancha 5: Camboas, Galeão, Cairú (BA).....85
Prancha 6: Extrativismo da piaçava, Galeão, Cairú (BA).....99
Prancha 7: Sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA).....251
Prancha 8: Sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA).....252
Prancha 9: Faianças portuguesas do século XVII, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA).....256
Prancha 10: Objetos de Metal, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA).....262
Prancha 11: Objetos de Metal, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA).....263
Prancha 12: Fragmentos líticos, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA).....266

Prancha 13: Objetos e fragmentos de vidro, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA) 268
Prancha 14: Objetos de grés, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA).....270
Prancha 15: Fragmentos de faiança fina, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA) 275
Prancha 16: Fragmentos de faiança fina azul borrão, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA) 277
Prancha 17: Fragmentos de Ironstone, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA) 278
Prancha 18: Fragmentos de faiança fina com selo, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA) 282
Prancha 19: Moedas, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA) 283
Prancha 20: Objetos de cerâmica, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA) 297
Prancha 21: Objetos de cerâmica, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA) 298
Prancha 22: Objetos de cerâmica, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA) 299
Prancha 23: Objetos de cerâmica, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA) 300
Prancha 24: Objetos de cerâmica, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA) 301
Prancha 25: Cachimbos angulares com abaulados, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA).....327
Prancha 26: Cachimbos angulares com abaulados, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA).....328
Prancha 27: Cachimbos angulares com abaulados, sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA).....329
Prancha 28: Sítio Tororó de cima, Galeão, Cairú (BA).....348
Prancha 29: Sítio Tororó de baixo, Galeão, Cairu (BA) 359
Prancha 30: Sítio Tororó de baixo, Galeão, Cairu (BA) 360
Prancha 31: Sítio Tororó de baixo, Galeão, Cairu (BA) 361
Prancha 32: Sítio Molumbi, Galeão, Cairu (BA) 364
Prancha 33: Sítio Pigica, Galeão, Cairu (BA) 371
Prancha 34: Sítio Pigica, Galeão, Cairu (BA) 372
Prancha 35: Fragmentos do porto e da fonte do sítio Pigica, Galeão, Cairu (BA).....373
Prancha 36: Fragmetos de cerâmica do sítio Pigica, Galeão, Cairu (BA).....379
Prancha 37: Fragmentos de louça do Sítio Pigica, Galeão, Cairu (BA).....383
Prancha 38: Fragmentos de louça do Sítio Pigica, Galeão, Cairu (BA).....384
Prancha 39: Fragmentos de louça do Sítio Pigica, Galeão, Cairu (BA).....385
Prancha 40: Moedas do sítio Pigica, Galeão, Cairu (BA) 388
Prancha 41: Champrão, ilha de Tinharé, Cairu (BA) 433

Prancha 42: Materiais da coleta de superfície –Sítio Iquira 1, ilha de Tinharé, Cairu (BA)..450
Prancha 43: Materiais dos poços-testes, sítio Iquira 1, ilha de Tinharé, Cairu (BA) 452
Prancha 44: Expedição Iquira, ilha de Tinharé, Cairu (BA) 459
Prancha 45: Expedição Iquira, ilha de Tinharé, Cairu (BA) 460
Prancha 46: Cumbuca de barro, sítio Iquira 1, ilha de Tinharé, Cairu (BA).....462
Prancha 47: Porrão, sítio Iquira 1, ilha de Tinharé, Cairu (BA).....465
Prancha 48: Objetos de metal, sítio Iquira 1, ilha de Tinharé, Cairu (BA) 474
Prancha 49: Sítios de pesca, rio Garapuá, ilha de Tinharé, Cairu (BA) 482
Prancha 50: Sítio Pimenteira, rio Garapuá, ilha de Tinharé, Cairu (BA).....500
Prancha 51: Sítio Pimenteira, rio Garapuá, ilha de Tinharé, Cairu (BA).....501
Prancha 52: Sítio Fonte de Mara, Galeão, Cairu (BA).....510
Prancha 53: Sítio Fonte de Mara, Galeão, Cairu (BA).....511

Lista de Tabelas

Tabela 1: Relação dos entrevistados e conversas informais gravadas.....39
Tabela 2: Sítios mapeados na ilha de Tinharé, a partir da vila de Galeão.....45
Tabela 3: População por volta de 1724 nas vilas do sul (BA).....159
Tabela 4: Evolução demográfica de Cairu e Boipeba (1724 – 1780).....160
Tabela 5: Fragmentos evidenciados nos poços-testes (PTs) 247
Tabela 6: Materiais evidenciados na Unidade de Sondagem (US) 560/220 248
Tabela 7: Categorias estruturais dos fragmentos de cerâmica do sítio Malhada.....288
Tabela 8: Coloração das pastas das cerâmicas do sítio Malhada 288
Tabela 9: Objetos cerâmicos, sítio Malhada.....289
Tabela 10: Processo de manufatura das cerâmicas do sítio Malhada.....289
Tabela 11: Técnicas de tratamento de superfície das cerâmicas do sítio Malhada 290
Tabela 12: Descrição das decorações dos cachimbos abaulados de Galeão 325
Tabela 13: Materiais coletados no sítio Pigica 375
Tabela 14: Processo de manufatura dos objetos cerâmicos do sítio Pigica.....376
Tabela 15: Técnicas de tratamento de superfície das cerâmicas do sítio Pigica 377

Tabela 16: Decoração dos fragmentos cerâmicos do sítio Pigica 377
Tabela 17: Tipos de objetos do sítio Pigica.....378
Tabela 18: Quantidade de materiais evidenciados nos PTs realizados em Champrão.....442
Tabela 19: Materiais coletados em superfície, área A, sítio Iquira. 449
Tabela 20: Quantidade de material evidenciado por nível em cada unidade de sondagem abertas no sítio Iquira (IUS) 461

Lista dos Gráficos

Gráfico 1: População do município de Cairú segundo recorte racial, 2010. 51
Gráfico 2: População de empregados do município de Cairú/BA, 2010.....52
Gráfico 3: População de empregadores do município de Cairú/BA. 52
Gráfico 4: Distribuição de renda do município de Cairú/BA, por recorte racial.....53
Gráfico 5: População da Comunidade Quilombola de Galeão, por recorte racial, 2010. 59
Gráfico 6: População da Comarca de Valença segundo a cor da pele, em 1849.....162
Gráfico 7: Nacionalidade da população da Comarca de Valença, em 1849.....162
Gráfico 8: População escravizada e livre da Comarca de Valença, em 1849 163
Gráfico 9: Gráfico de Barra do sítio Malhada 285
Gráfico 10: Gráfico de Barra do sítio Pigica 389

Sumário

PRIMEIRA PARTE:
A COMUNIDADE E A HISTÓRIA 22

INTRODUÇÃO. 23
O oposto de casa-grande não é senzala, é quilombo! 23
Por uma Arqueologia da diversificada paisagem quilombola. 29
Etnografia, comunidade e arqueologia. 32
Estrutura da tese 37

CAPÍTULO 1: A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE GALEÃO 47
1.1. CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DA REGIÃO. 47
1.2. DADOS SOCIO-RACIAIS DO MUNICÍPIO DE CAIRU. 50
1.3. LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE GALEÃO. 54
1.4. RECORTE SÓCIO-RACIAL E AUTODECLARAÇÃO QUILOMBOLA. 58
1.5. ESCOLA EM GALEÃO E A SOCIABILIZAÇÃO DA PESQUISA. 62
1.6. INFRAESTRUTURA: 66
1.7. A PESCA 73
1.8. O EXTRATIVISMO E OUTRAS FONTES ECONÔMICAS 96
1.9. RELIGIOSIDADE E BRINCADEIRAS 100
1.9.1. O Zambiapunga: 102

CAPÍTULO 2: HISTÓRIAS DO BAIXO SUL 112
2.1. A INVASÃO DOS TERRITORIOS INDÍGENAS: 115
2.2. A FORMAÇÃO DAS VILAS DO NORTE DA CAPITANIA 119
2.2.1. A igreja de São Francisco Xavier em Galeão. 128
2.3. A PRESENÇA INDÍGENA E O PAPEL DOS JESUÍTAS 130

2.4. O “CONCHAVO DA FARINHA”.....135
2.5. ATIVIDADE EXTRATIVISTA DA MADEIRA.....142
2.6. A ECONOMIA DE CAIRU NO SÉCULO XIX 148
2.7. AFRICANIZAÇÃO DE GALEÃO.....150
2.7.1. O Zimbo.....152
2.7.2. Rotas do tráfico negreiro por Tinharé.....155
2.7.3. Demografia histórica da população de Cairu e Boipeba.....158
2.8. AS MÚLTIPLAS TAREFAS DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS.....165
2.9. A “BRECHA CAMPONESA” OU A LAVOURA DO ESCRAVIZADO.....168

CAPÍTULO 3: OS MOCAMBOS E QUILOMBOS HISTÓRICOS 176
3.1. OS TIPOS DE QUILOMBOS DO BAIXO SUL.....177
3.2. A RELAÇÃO DOS QUILOMBOLAS COM OS INDÍGENAS 186
3.3. A ESTRUTURA DE APREENSÃO DOS FUGITIVOS.....192
3.4. ACOITAMENTO E RELAÇÕES QUILOMBOLAS.....196
3.5. MOBILIDADE CLANDESTINA E MANUTENÇÃO QUILOMBOLA 203
3.6. COMÉRCIO CLANDESTINO QUILOMBOLA. 210
3.7. A AMEAÇA DOS QUILOMBOS EM GALEÃO.....220
3.8. O PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS.....223
3.9. OS QUILOMBOS DO INTERIOR DA ILHA DE TINHARÉ.....226

SEGUNDA PARTE:
ARQUEOLOGIA QUILOMBOLA NA ILHA DE TINHARÉ.....231

CAPÍTULO 4: O POVOADO DE GALEÃO 233
4.1. O PERÍMETRO DO ANTIGO POVOADO.....234
4.2. LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO MALHADA E O TRABALHO ARQUEOLÓGICO. .242
4.3. OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS DO SÍTIO MALHADA.....253

4.3.1. As faianças portuguesas 255
4.3.2. Porcelanas Chinesas 259
4.3.3. Objetos de metal. 261
4.3.4. Líticos. 265
4.3.5. Vítreos. 267
4.3.6. A grés. 269
4.3.7. Louça importada 272
4.3.8. As moedas. 284
4.4. CRONOLOGIA DO SÍTIO MALHADA 284
4.5. UTENSÍLIOS DE CERÂMICA 287
4.6. CORRELATOS PARA PENSAR A CERÂMICA COLONIAL DO LITORAL BAIANO 303
4.7. OS CACHIMBOS DE BARRO 312
4.7.1. O Cachimbo moldado 312
4.7.2. Os cachimbos da população africana em Galeão 315

CAPÍTULO 5: O ARRAIAL DE GALEÃO 339
5.1. SÍTIO TORORÓ DE CIMA 341
5.2. SÍTIO TORORÓ DE BAIXO 349
5.3. SÍTIO MOLUMBI 362
5.4. SÍTIO PIGICA 368
5.4.1. Materiais cerâmicos. 376
5.4.2. Louças. 380
5.4.3. Moedas. 387
5.4.4. Cronologia de ocupação do sítio Pigica. 387
5.5. OS HABITANTES DO ARRAIAL DE GALEÃO 390
5.6. A MAIS PERVERSA FACE DA ESCRAVIDÃO. 395

CAPÍTULO 6: A MATA DE TINHARÉ 401
6.1. OS QUILOMBOS NA PAISAGEM 406

6.2. OS LUGARES DE HISTÓRIAS DAS ANCIÃS 413
6.3. OS RUMOS E RIOS DA PAISAGEM QUILOMBOLA 418
6.4. CHAMPRÃO. 430
6.5. IQUIRA. 445
6.5.1. O sítio Iquira 1: 453
6.6. OS SÍTIOS DE PESCA. 479

CAPÍTULO 7: A RECONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM E SUA TEMPORALIDADE. .. 490
7.1. O FIM DO TRÁFICO TRANSATLÂNTICO E O PÓS-ABOLIÇÃO 490
7.2. SÍTIO PIMENTEIRA 499
7.3. OUTROS MARCOS DA TEMPORALIDADE NA PAISAGEM 505
7.4. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA ATUAL COMUNIDADE QUILOMBOLA DE GALEÃO 514

CONCLUSÃO. 521

BIBLIOGRAFIA 528

PRIMEIRA PARTE:

A COMUNIDADE E A HISTÓRIA



Foto: Sílvio Campos.

INTRODUÇÃO.

O oposto de casa-grande não é senzala, é quilombo!

Enquanto estudo arqueológico e etnoarqueológico voltado à história dos quilombos e realidade das comunidades quilombolas, esta pesquisa se enquadra entre os estudos da arqueologia da escravidão e da diáspora africana, no campo conhecido como arqueologia histórica (*e. g.* Deetz, 1988; Ferreira, 2011; Guimarães, 1996; Lima, 1993; Orser Jr., 1996; 1998; Orser Jr., Funari, 2001; Singleton, 1995; Souza, 2013; Symanski, 2014). A arqueologia histórica desenvolvida no continente americano refere-se, de forma geral, a todos os eventos que ocorreram após a chegada dos europeus. Para Charles Orser (1992a, p. 23), a arqueologia histórica refere-se aos "estudo arqueológico dos aspectos materiais – em termos históricos, culturais e sociais – dos efeitos do mercantilismo trazido da Europa ao final do século XV e que continua em ação até hoje". Concordo com esta definição que coloca a arqueologia no *hall* das ciências sociais, assim como também concordo com Tânia Andrade Lima quando define a arqueologia histórica enquanto história social, abordada em toda sua teoria crítica para examinar os primórdios do capitalismo e os efeitos que esta instituição produziu no mundo, tornando-se "um dos mais espetaculares e perversos processo de dominação de toda a trajetória da humanidade" (Lima, 1993, p. 17).

Portanto, entre outros assuntos, os arqueólogos deste campo dispendem esforços para pensar sobre os efeitos da introdução de produtos importados associados à infiltração de ideias e valores que fizeram parte da interação social e identidade comportamental das pessoas no Novo Mundo (*e.g.* Delle, 1998; Leone, 1995; Lima et all., 1989). A partir do século XIX, a facilidade do acesso aos artigos industrializados europeus condicionou o comportamento das pessoas, principalmente nos centros urbanos de nações não industrializadas, na medida em que o poder de atração destes produtos foi esmagador, assentando as bases do desenvolvimento capitalista (Young, 2010, p. 3) e assegurando a dependência econômica dessa população (Lima, 2002, p. 286). O tráfico escravista teve papel fundamental nesse processo ao fornecer a mão-de-obra forçada em extrair as matérias-primas para o funcionamento das fábricas e o minério que serviu de lastro material da riqueza necessária para encetamento da industrialização (O'Brien, Engerman, 1991; Ofosu-Mensah, 2019). Ademais, as sociedades escravistas recém formadas tornaram-se mercados de consumo

retroalimentando e estimulando a produção europeia de bens manufaturados (Solow, 1991). No entanto, a população colonial marginalizada tinha acesso restrito aos bens industrializados (Miller, 1991). Claramente, o uso destes objetos e o padrão de comportamento e valores que estes produtos traziam não eram familiares para a maioria dos grupos formados por indígenas e africanos e tão pouco lhes cabiam.

Estudos arqueológicos e etnoarqueológicos têm demonstrado que a produção de artigos utilitários feitos em cerâmica para abastecer as vilas e assentamentos coloniais das Américas é uma tradição de longa duração, com continuidades e rupturas, desde o início da era das grandes navegações até os dias de hoje (Agostini, 2010; Amaral, 2012; Ferguson, 1991; Noelli, Sallum, 2019; Orser, 1996; Ribeiro, Jácome, 2014; Souza, 2000; Symanski, 2010; Zanettini, 2005). Produzida e distribuída regionalmente tanto para uso doméstico como para produção colonial, os artigos em cerâmica reproduziam objetos variados, inspirados nos modelos dos recipientes europeus, africanos e indígenas, correspondendo as adaptações locais na técnica de produção, morfologia, função e uso segundo necessidades, hierarquias e escolhas que variavam de região para região, assim como as próprias populações africanas, indígenas e europeias (MacDonald, 2011, p. 360).

Em parte, essa ampla classe de cerâmica não homogênea, denominada pela arqueologia norteamericana de *colonoware*, representa "a manipulação das tradições cerâmicas locais para acomodar as preferências dos colonos" e "foi uma parte consistente da estratégia adaptativa europeia nas colônias do Novo Mundo" (Deagan, 1987, p. 104). No início do século 17, após a enxurrada de trabalhadores oriundos da diáspora africana, a colonoware passa a ser predominantemente associada às populações africanas escravizadas nas Américas (Hauser & DeCorse, 2003). No entanto, esta categorização tripartida (indígena/ europeu/ africano) não sustenta interpretações de objetos que compartilham de diferentes fronteiras culturais/étnicas. Categorias materiais rígidas e não contextuais inibem a mudança das escalas de análise temporal e espacial e negligenciam a prática e a memória dos agentes envolvidos nas histórias regionais (Silliman 2010).

Neste sentido, meu principal desafio com este trabalho é desenvolver uma pesquisa arqueológica que tem como perspectiva histórica o processo de formação de uma comunidade quilombola localizada na Ilha de Tinharé, no litoral do baixo sul do estado da Bahia. A partir de teorias pós-coloniais da arqueologia, a pesquisa traçou uma história de longa duração considerando a escala temporal daqueles que as vivem. Alinhada à abordagem da multiescala

temporal de memória e prática, conforme proposto por Stephen Silliman (2019), eu procurei ajustar as diferentes escalas históricas tendo como foco as interpretações e narrativas das famílias e suas memórias geracionais, as quais frequentemente são os recursos sociais mais próximos sobre os quais os indivíduos se baseiam. “Ao invés de reconciliar escalas, esta abordagem as reequilibro para coincidirem com as memórias das pessoas que viveram e lembram-se delas” (Silliman, 2019, p. 168).

Para isso, não me apego às definições ontológicas de identidade dos artefatos que reduzem o colonialismo à um evento de culturas em contato. Trilho a dimensão diacrônica de situações históricas reais que existiram no colonialismo, quando entendido como complexas relações históricas, identitárias, disputas pelo poder (Silliman, 2005) e pelos lugares de autonomia. Baseio meus argumentos teóricos em diferentes correntes arqueológicas, buscando articular dados de outras disciplnas, como a história, a antropologia e a geografia, para explorar a materialidade e temporalidade da paisagem de uma comunidade autoreconhecida como remanescente de quilombo, a comunidade de Galeão. Procuro, com isso, mostrar uma via frutífera de investigação sobre as vidas mal documentadas dos segmentos "marginalizados" na história (Young, 2010, p. 5), colocando a Arqueologia em posição de destaque para entender uma série de fatores decorrentes da relação de opressão e resistência como parte da história quilombola, desde os primórdios da colonização na Bahia, até os dias atuais.

A condição de exclusão dos escravizados africanos foi reproduzida pelos pesquisadores ao argumentarem que seus vestígios materiais não haviam sido preservados ou, até mesmo, não existiam. Apesar da arqueologia da escravidão ter identificado, desde a década de 1960, a cultura material correspondente à esta categoria desprovida de direitos[1], ainda é um desafio identificar os sítios afro-americanos e sua materialidade, na tentativa de distinguir o comportamento e aspectos da identidade destes em relação à sociedade branca dominante (Fairbanks, 1984; Singleton, 1995). Assim como em outras partes das Américas, também no Brasil um dos problemas centrais é o fato de que, principalmente no ambiente urbano das vilas e cidades, os escravizados tenderiam a viver sob o mesmo teto que seus senhores. Nestes casos, as práticas cotidianas de ambos os segmentos sociais estão representadas no mesmo

[1] Ferreira (2009, p. 13) destaca como as pressões exercidas pelos movimentos sociais nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos, foram cruciais para “a reformulação dos princípios metodológicos da Arqueologia e dos processos de curadoria e exposição museológica”.

registro arqueológico, considerando que as áreas de refugo também eram compartilhadas (Symanski, 1998; Souza, 2000).

É fato que os artefatos possuem status sociais diferenciados e que a visão eurocêntrica reproduzida em muitas pesquisas de arqueologia histórica superestima o valor econômico entre outros marcadores dessa distinção. Entretanto, há de se considerar a natureza multifacetada dos artefatos, com propriedades fluidas podendo perder ou adquirir importância pelo mesmo segmento social em diferentes períodos históricos ou ter significados distintos em diferentes segmentos sociais no mesmo período histórico (Ferreira, 2013). Torna-se um equívoco negligenciar as variáveis do dinamismo social ao estabelecer associação direta entre identidade e cultura material (Symanski, Souza, 2007, p. 217), sem considerar o contexto social da prática e da memória em que foram produzidos, usados, descartados e atribuído significado (Silliman, 2009, p. 214).

Em estudo realizado no arraial de mineração Ouro Fino em Goiás, Souza (2000) revelou um contexto em que tigelas de produção escrava eram utilizadas pela população livre. Poucas peças de produção europeia foram encontradas neste sítio, o que se explica devido à situação de pobreza existente nas minas. Apesar de pouco refletida nos estudos arqueológicos, a situação oposta também ocorre. A população escravizada e dos escravizados fugidos se apropriavam de objetos das classes dominantes, reciclando, fazendo uso prolongado e, até mesmo, ressignificando estes objetos à medida em que eram inseridos em outras práticas cotidianas e contextos simbólicos. O alguidar de barro, por exemplo, embora a etimologia seja árabe, ele chegou no Brasil pelas naus portuguesas. Utilizado em múltiplas funções cotidianas, o objeto era manuseado pelas mãos negras vindas da África para armazenar, transportar e comercializar alimentos tanto nos ambientes públicos quanto doméstico. Aos poucos, pela prática de uso, o alguidar adquiriu um papel no panteão dos objetos afro-brasileiros, sendo identificado desde o século XIX, como uma materialidade das práticas religiosas de matriz africana praticadas no Brasil (Lody, 1985, p. 79; Gordenstein, 2018, pp. 262-263).

Nesta perspectiva, interpreto a materialidade como constituinte das práticas e como desafios à elas, a partir do contexto histórico, espacial e simbólico no qual se apresenta, a fim de explorar seu potencial informativo em termos de manutenção das alteridades e dinâmicas sociais na etnicidade (Agostini, 1998; Allen, 1998; Funari, 1998; Jacobus, 1996; 1997; Morales, 2001; Orser Jr. 1996; Silliman, 2009; Souza, 2002; 2007; Souza & Agostini, 2012;

Symanski, 2007; 2010; Symanski, Souza, 2007). Os objetos e demais materialidades são vistos como elementos da reprodução social, tanto no seu uso contínuo quanto na propagação das práticas por eles sustentadas. Por isso, ao longo da tese, a descrição e análise dos objetos são importantes na medida em que informam sobre os agentes de produção e uso, suas temporalidades, contextos de resistência, dissimulação, sociabilização e as relações simbólicas envolvidas e resultantes nessas práticas (Silliman, 2009).

Enquanto capital simbólico, por sua vez, os significados dados aos objetos e outras formas de materialidade são importantes para entender como indivíduos estruturam seus lugares, paisagens e mundo (Anschuetz et al, 2001, p. 173). Até mesmo os elementos ordinários da paisagem– como, por exemplo, os rios, as trilhas, as árvores, os córregos, os morros, as pedras, etc – são considerados indicadores dos processos de intemperes que influenciam a formação do registro arqueológico, como também elementos relevantes para interpretar o contexto simbólico da paisagem cultural quilombola. Por serem estruturas permanentes ao longo da história da paisagem quilombola na região, estes elementos são considerados parte da materialidade arqueológica para entender as dimensões de espaço e tempo dessas comunidades. Trilhas e rios são entendidos na análise da paisagem tanto como elementos estruturantes, como também paisagens estruturadas por outros lugares e elementos (Tilley, 1994). Portanto, a paisagem é minha principal unidade de análise, sendo ela o próprio elemento estruturante, como também o objeto estruturado por outros elementos constitutivos.

Entre as pesquisas arqueológicas da diáspora africana, a paisagem sempre foi importante para localizar e contextualizar a materialidade dessa população. Principalmente as pesquisas desenvolvidas nas fazendas escravocratas (*plantations*) demonstram como a distribuição espacial das estruturas de moradia e trabalho foi planejada como forma de controle e manutenção do regime em diferentes sociedades escravistas (Armstrong & Kelly, 2000; Delle, 1998; Epperson, 2000; Singleton, 2015; Souza, 2016; Symanski, 2010; 2012).

Outros estudos históricos e arqueológicos mostram como é possível pensar a organização espacial própria do interior das fazendas e senzalas, a partir da perspectiva de autonomia cultural da população cativa (Agostini, 2002; 2013; Gomes, 2013; 2015; Souza, 2016). Para além dos aspectos de controle e pensamento restrito às relações polarizadas – entre senhor/escravos, dominador/dominado, casa grande/senzala –, estes estudos têm revelado uma paisagem própria da diáspora, formada por redes de solidariedade, relações

econômicas e ações cotidianas, onde circulam comunidades de africanos e afrodescendentes formadas por escravos, forros, libertos e quilombolas (Gomes, 2013, p .93).

Para Boaventura de Souza Santos (2009), o pensamento moderno é um pensamento abissal, no sentido em que forja totalidades feitas de partes homogêneas, para iludir a diversidade epistemológica existente no mundo. Segundo ele, o conhecimento no pensamento abissal consiste num sistema de distinções entre o visível e o invisível, cuja visibilidade contempla tensões no campo da ciência, filosofia e teologia, relegando todas as outras possíveis formas de conhecimento na invisibilidade, por não se encaixarem no modelo dicotômico do verdadeiro e falso. Na tentativa de superar a epistemologia hegemônica, a Arqueologia de Quilombo adotada nesse trabalho proporciona explorar paisagens que vão além do olhar vigilante assentado na varanda da casa-grande. Paisagens desconhecidas (invisíveis) pelos brancos-cristãos, mas habitadas e frequentadas pela classe trabalhadora multiétnica, formada em sua maioria por africanos, indígenas, seus descendentes e diversos outros grupos marginalizados na sociedade escravista. Paisagens de intercâmbios dos saberes e trocas econômicas, formadas pelas relações de convivência dos diversos grupos que habitavam lugares polivalentes e multidimensionais (Baram, 2008; Ferreira, Furani, 2015; Funari, 1996d; Sampeck, Ferreira, 2020).

Segundo salienta Teresa Singleton, as pesquisas que abordam as minorias e os seguimentos sociais historicamente oprimidos, não são descolonizadoras simplesmente por sua fonte de estudo. Estas pesquisas devem estar preocupadas com a forma na qual são desenvolvidas e seu conteúdo pós-colonial apresentados no presente (Singleton, 2010, p. 191). Desta forma, para entender o fenômeno quilombo e suas relações constitutivas na totalidade, realizo o exercício de destacamento de sua origem ontológica associada à escravidão. Isso não quer dizer que os elementos próprios do sistema escravista são desconsiderados na análise. Pelo contrário, a resistência praticada nos quilombos do período escravocrata e que sustenta essa categoria até os dias atuais é o refluxo da estrutura armada para subjugar física e psicologicamente os indígenas, africanos e seus descendentes nascidos no continente americano (Arruti, 1997; Leite, 2000). Segundo o conceito de quilombagem, cunhado por Clóvis Moura (2001), o princípio fundador de todo assentamento quilombola foi a resistência praticada pelos agentes, assim como permanece sendo um princípio catalizador importante da identidade coletiva dos membros das atuais comunidades quilombolas.

O presente trabalho propõe pensar a arqueologia de quilombo enquanto Arqueologia da Resistência alinhada as correntes teóricas pós-coloniais que procuram descolonizar a construção do pensamento arqueológico e superar o pensamento abissal da epistemologia ocidental. Ao pensar o quilombo enquanto lugar de resistência e não de escravidão, a arqueologia quilombola compreende o conceito histórico de quilombo e o atual entendimento de comunidades quilombolas. Entende quilombo enquanto processo histórico continuo, caracterizado pelas ações revolucionárias de resistência articuladas ou independentes contra a estrutura de opressão do sistema escravocrata. Uma quilombagem que historicamente se processa na sequência de quilombos polimórficos e na permanente postura de negação ao sistema escravista (Moura, 2001). Afinal, deve-se romper com a ideologia dicotómica na qual a senzala é descrita como antagonismo da casa-grande, negligenciando os quilombos e as outras formas de organizações africanas que fizeram frente ao poder senhorial.

Por uma Arqueologia da diversificada paisagem quilombola.

As pesquisas sobre quilombo sempre tiveram destaque na arqueologia da escravidão e diáspora africana. Em todo o continente americano os pesquisadores priorizaram entender a formação dos assentamentos quilombolas em seus contextos regionais e segundo as estratégias de resistência empregadas contra o sistema escravocrata (*e. g.* La Rosa Corzo, 2005; Ejstrud, 2008; Funari & Dominguez, 2004; Norton & Espenshade, 2007; Escalante, 1979; Ferreira & La Rosa Corzo, 2015; Parsons, 1972; Patterson, 1979; Saignes, 1979), suas consequências econômicas ao sistema colonial e, posteriormente, à supremacia do capitalismo mundial (*e. g.* Funari, Orser Jr, 2001; Leone, 1995; Guimarães et al., 1990; Orser Jr., 1998; Sayers, 2015).

No Brasil, as pesquisas arqueológicas de antigos quilombos tiveram início na década de 1980, junto com os primeiros trabalhos de arqueologia histórica sobre seguimentos oprimidos da sociedade (Symanski, 2009, p. 282). Carlos Guimarães e Ana Lanna (1980) escavaram o quilombo de Ambrósio e outros de menor tamanho, todos em Minas Gerais, interpretando como o padrão de assentamento dos quilombos conferiram estratégias de resistência ao regime escravocrata. Na década seguinte foi a vez do quilombo dos Palmares ser alvo de pesquisas arqueológicas sistemáticas. Assim como as pesquisas anteriores, informações da documentação histórica e a paisagem como unidade de análise foram utilizadas para tentar

localizar os assentamentos. Com base na cultura material encontrada (cerâmica indígena, cerâmica colonial e faiança europeia), a toponímia dos assentamentos e a documentação histórica sobre Palmares, arqueólogos envolvidos no projeto de pesquisa procuraram inferir sobre uma possível identidade de seus habitantes e suas formas de organização social (Allen, 2000; 2006; Carvalho, 2005; Funari, 1996b; 2006d; 1998; 2001a; Orser Jr., 1996; 1998; Orser Jr., Funari, 2001; Rowlands, 1999).

Nos últimos dez anos, arqueólogos têm se esforçado na coleta de dados etnográficos em comunidades autoreconhecidas quilombolas, para divulgar as narrativas históricas e memórias de seus membros (*e. g.* Carvalho, 2012; Guaraldo Almeida, 2012; Moraes, 2012; Nascimento, 2011; Santana, 2008). Pode-se dizer que, a teoria pós-colonial ditou a abordagem da maioria dessas pesquisas arqueológicas, cuja demanda por território motivou o interesse e envolvimento das comunidades. Para entender o processo de formação do território quilombola, os estudos abordam aspectos do modo de vida e da territorialidade da população local, dos elementos da paisagem cultural e suas memórias históricas que lhes atribuem significâncias. A paisagem é entendida enquanto categoria socialmente construída pela relação constante entre indivíduos e coletivos humanos com os elementos do meio ambiente - sejam eles bióticos ou abióticos – e seus referencias históricos (*e. g.* Anschuetz et al., 2001; Ashmore, 2002; 2009; Bowen, 2009; Brown, 2004; Carroll et al, 2004; Darvill, 1999; Ingold, 2000; Oliver, 2010; Tilley, 1994; Zedeño, 2009; Zedeño, Bowser, 2009). De forma geral, estas pesquisas analisam como os quilombolas apropriam-se dos elementos presentes na paisagem – incluindo os sítios arqueológicos –, no processo seletivo de construção da memória e dos discursos históricos, que afirmam a identidade quilombola e legitimam seu pertencimento ao território.

Com base na perspectiva teórica destes estudos, a presente tese aprofunda os trabalhos de etnografia arqueológica e etnoarqueologia junto às comunidades quilombolas para interpretar a temporalidade da paisagem da Ilha de Tinharé, através dos referenciais dos moradores de Galeão, autoreconhecidos como quilombolas. Assim, para contextualizar o conjunto de elementos que configuram esta paisagem constituída ao longo do tempo, a pesquisa parte da perspectiva etnográfica sobre a territorialidade e o modo de vida dos moradores locais. Neste sentido, "a paisagem é o Mundo como é conhecido pelos que o habitam" (Ingold, 2000, p. 156). Enquanto lugar habitado, a paisagem é compreendida pelas experiências subjetivas dos seus ocupantes.

A partir da abordagem fenomenológica elaborada por Tim Ingold (2000), a paisagem reflete o conjunto dos lugares significativos onde ocorrem ações, experiências, percepções e se processam significados simbólicos reconhecidos pelas relações dos moradores e frequentadores entre si – incluindo o próprio pesquisador – e com os demais elementos do meio – envolvendo os sítios arqueológicos. Ao mesmo tempo, os lugares possuem agências ao ditar comportamentos, estabelecer relacionamentos e propiciar a construção de identidades compartilhadas entre os sujeitos envolvidos.

Vale ressaltar que a paisagem enquanto categoria social, carregada de fenômenos temporais e espaciais, não se apresenta de forma homogênea e estática. Visto que diferentes grupos culturais convivem em uma mesma região durante o mesmo período, a paisagem também envolve reconhecimento de alteridades (Tilley, 1994) e conflitos sociais registrados pelos processos de ocupação (Ingold, 2000; Lane, 2008), e formas diversas de territorialidade (Oliver, 2010; Zedeño, 2008). Principalmente, em contextos de colonização que envolvem disputas de recursos e territórios por populações alóctones, diferenças culturais são evidenciadas através das formas como as paisagens são habitadas e transformadas nas variáveis de tempo, espaço e configuração social (Darvill, 1999). Como ação de disputa entre esses agentes, a paisagem se torna uma categoria de conflito, tensões e negociações, onde determinados interesses se sobrepõem a outros, resultando em estratégias de negociações, adaptações e transformações (Bender, 2001; Oliver, 2010, p. 6).

A partir da compreensão da noção de paisagem para os quilombolas, considerando tanto as áreas de atividades estabelecidas pelas práticas diárias dos moradores (Binford, 1973; 1980; 1981; 1982; Kent, 1987), como também os componentes simbólicos que envolvem a territorialidade destas comunidades (Ingold, 2004, Zedeño, 2009), a tese retoma os debates que tiveram em foco nas primeiras pesquisas arqueológicas sobre quilombos – quando, desde uma perspectiva da arqueologia da paisagem, se pensava nos fatores que levaram a formação destes sítios e de sua materialidade –, além de trabalhar a arqueologia de quilombo a partir da perspectiva teórica pós-colonial, cuja análise parte do campo etnográfico com a comunidade quilombola, para entender a paisagem em termos simbólicos e da temporalidade dos próprios agentes interessados na pesquisa: neste caso, os moradores da atual vila de Galeão, no município de Cairu/BA.

Etnografia, comunidade e arqueologia.

Como não poderia ser diferente, parte fundamental do resultado dessa pesquisa foi obtida pelo trabalho etnográfico realizado junto com os moradores de Galeão. A partir da presença do pesquisador na vida social comunitária e da parceria com os moradores mais interessados nos estudos arqueológicos, a prática etnográfica não se limitou às relações entre pessoas e objetos no presente para pensar o processo de formação do registro arqueológico, como ocorre na etnoarqueologia processual. Para além disso, a abordagem etnográfica investigou também como o atual modo de vida dos quilombolas influencia a maneira como eles percebem e lembram o passado (Hamilakis & Anagnostopoulos, 2009, p. 69). Principalente a partir do quinto capítulo, a pesquisa transborda na dimensão etnográfica da memória das pessoas e suas interfaces coletivas, para testemunhar múltiplas percepções de sua materialidade e temporalidade. Procuro com isso, superar a dicotomia entre expressões materiais e imateriais, podendo pensar nas diferentes formas de materialidade presentes na temporalidade da paisagem (Hamilakis, 2011).

A etnografia praticada desta forma está alinhada à teoria da "etnografia arqueológica" desenvolvida por Hamilaks, para o qual "os vínculos homólogos entre as atitudes em relação às antiguidades e as atitudes em relação a outras entidades materiais ou não materiais" do presente, são entendidos enquanto dimensões da multitemporalidade, que "podem ser facilmente perdidos para uma etnografia que se concentre exclusivamente no passado material ou arqueológico" (Hamilakis, 2011:409). Por outro lado, vivenciar o universo social e simbólico da comunidade de Galeão, me permitiu conhecer os lugares significativos, a paisagem cultural e sua materialidade. A etnografia orientada pelo modo de vida da comunidade e pelas narrativas históricas e histórias orais de seus anciões permitiu mapear os sítios arqueológicos presentes nos lugares significativos e melhor compreender sua inserção na paisagem (Oliveros, 2013), o contexto evidenciado nas escavações e em superfície (Cuddy & Leone, 2008), e entender as particularidades dos fatos, ao invés de generalizá-los a partir de um único modo de interpretação, frequentemente, etnocêntrico (Singleton, 2010).

Como o trabalho foi realizado junto com alguns membros da comunidade e não apenas na comunidade de Galeão, a pesquisa pode ser considerada uma arqueológica colaborativa (Atalay, 2012, p. 7). Por ter sido desenvolvida com, por e para os membros da comunidade interessados na identidade quilombola, a pesquisa desenvolvida em Galeão foi uma arqueologia engajada com a luta pelo reconhecimento e valorização da identidade e história

quilombola local e regional. No entanto, assim como todas as comunidades, os moradores de Galeão não são um grupo homogêneo e coeso, onde todos compartilham a mesma noção de paisagem e celebram o mesmo passado, valores e experiências. A comunidade é formada por pessoas de diferentes crenças e histórias de vida, com passados que se entrelaçam em relações temporais, fluxos de gerações e interesses. Um grupo de pessoas heterogêneas que não é entendido como um artefato ou uma "coisa", mas um processo em constante negociação de uma perspectiva que enfatiza relacionamentos, poder e contexto (Agbe-Davies, 2010). A comunidade é um conjunto multiforme aberto e sujeito à interferência e incorporação de novos agentes. Sua realidade não é natural ou essencial, assim como sua história, memória e identidade não está posta, mas é acionada e gerada no processo das relações sociais e interesses políticos (Barth, 1997).

Este entendimento de comunidade implica em questões interessantes para pensar a comunidade de Galeão, como por exemplo: Quais são os fenômenos sociais que forjam a população de Galeão se apresentarem enquanto comunidade? Por que e como se deu o processo de autodenominação quilombola na comunidade? De que forma a identidade quilombola está associada ao discurso de pertencimento local? Quem são as pessoas envolvidas nesse processo? Qual o modo de vida e as formas específicas de ocupação do espaço desta comunidade quilombola? As formas compartilhadas de identidade entre os membros da comunidade sugerem relação ao processo histórico de ocupação do espaço e às suas formas específicas de territorialidades ao longo do tempo? Quais os marcos e elementos na paisagem da vila de Galeão e áreas adjacentes que podem ser identificados como registro material do processo histórico de ocupação e territorialidade quilombola?

Atualmente Galeão é um distrito do município de Cairu, o qual, por sua vez, abrange todas as ilhas do arquipélago de Tinharé. A região é o terceiro polo turístico do estado da Bahia e recebe turistas durante todo o ano. Apesar de possuir bela paisagem natural, a vila de Galeão está localizada na contracosta da ilha de Tinharé, em frente à cidade de Valência, e não possui praias balneáveis atrativas. Por isso, foi parcialmente preservada do assédio do mercado turístico, que explora os vilarejos vizinhos (Morro de São Paulo, Gamboa, Garapuá e outras praias do arquipélago) desde a década de 1970. Colocada enquanto espaço periférico dos resorts e hotéis construídos de frente para as praias, a vila de Galeão conserva algumas construções históricas e sítios arqueológicos capazes de reconstituir os traços originais do antigo povoado colonial formada no século XVII. Seus moradores vivem principalmente da

pesca e do extrativismo artesanal, mantendo conhecimentos e práticas ancestrais. A possibilidade de manter o modo de vida plácido e o acesso fácil ao badalado polo turístico, têm atraído pessoas de outras cidades. Elas chegam em Galeão através de algum vínculo com moradores já estabelecidos, em pouco tempo constroem uma moradia e passam a compor o grupo local. Porém, eles possuem referenciais particulares que lhes diferenciam dos "filhos de Galeão", as pessoas que nasceram na comunidade.

Desde 2007, os moradores de Galeão são autoreconhecidos como comunidade remanescente de quilombo. Uma vez que a identidade racial é resultado de um contexto socialmente construído (Munanga, 2004; Orser Jr, 2005), o autoreconhecimento é um fator importante para entender os termos pelos quais a identidade da comunidade é negociada entre seus moradores. Vale lembrar que o autoreconhecimento quilombola é um documento apresentado para a Fundação Cultural Palmares, órgão federal responsável pelos interesses e direitos dessas comunidades no âmbito legal do Estado. Isso implica situar a comunidade quilombola na ordem vernacular, o que supõe um regime coletivo de uma identidade homogeneizada e compartilhada.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha, a identidade das pessoas operam em diferentes instâncias, entre as quais ela destaca duas: as internas próprias de cada grupo e as externas num regime de etnicidade. Na primeira, a identidade dos indivíduos têm como referência a sua família, idade, estado civil, sexo, e demais ordens ontológicas de cada grupo, cuja heterogeneidade é o princípio operacional. Na segundo, o grupo se apresenta através de uma "cultura" homogeneizado, "estendendo-se democraticamente a todos algo que é, de um outro ponto de vista, uma vasta rede de direitos heterogêneos" (Carneiro da Cunha, 2009, p. 362). Denominado pela autora de cultura com aspas, a identidade compartilhada por todos os membros da comunidade é operacionalizada para o grupo externalizar sua existência social e política na relação com outros coletivos e com o Estado.

Neste sentido, a auto-declaração quilombola deve ser entendido como parte do processo da relação dos moradores de Galeão com o Estado, no qual os primeiros, valendo-se do reconhecimento coletivo, reivindicam direitos e interesses mais difíceis de serem alcançados individualmente ou incompatíveis com o direito civil (Leite, 2008). Da mesma forma cinge minha presença em Galeão, considerando a carga que acarreta meu lugar de fala (Ribeiro, 2017), como pesquisador universitário branco "de fora", que vive em uma metrópole (uma realidade diferente da vida dos moradores de Galeão) e com interesse pela história local.

Certamente este meu lugar de fala proporcionou ações e relações que contextualizaram os resultados da pesquisa. Conforme salienta Gary Jackson e Claire Smith, o modo como o pesquisador é reconhecido pela comunidade determina as relações que ele irá estabelecer e, consequentemente, os tipos de informações e experiências que ele tem acesso (Jackson, Smith, 2007).

Minha inserção na comunidade de Galeão se deu através de um morador específico, Sílvio Campos (nascido em 1972). Na primeira vez que estive por lá em detrimento de um trabalho particular sobre a história regional, as pessoas me direcionaram para conhecer Sílvio, por ele ser "um interessado na história local". Na ocasião, ele me apresentou uma coleção de peças arqueológicas encontradas aleatoriamente na comunidade e guardada por ele com zelo. Atento ao meu interesse pelos artefatos, Sílvio me fez o convite de pesquisar arqueologia em Galeão. Mantivemos contato e um ano depois voltei à ilha de Tinharé para elaborarmos juntos o projeto de pesquisa.

Naquele momento a pesquisa teve início. Outros moradores foram envolvidos, entrevistas foram gravadas, além da minha convivência diária na comunidade. As outras etapas de campo me tornaram cada vez mais conhecido entre os moradores, através da rotina indispensável de frequentar as mercearias, a lanchonete, a padaria, papelaria, barbearia, e as atividades de lazer, como, a gincana da escola, o "baba" (futebol na Bahia), o banho de mar nos fins de semana e os bares (onde as informações mais espontâneas ocorrem). No entanto, eu sempre fui identificado como "o amigo" do Silvio, mesmo ele não estando presente em todos meus momentos de sociabilização na comunidade. Isso por que ele foi meu principal interlocutor, permaneceu ativamente presente durante toda a pesquisa, acompanhou, planejou, deu o devido suporte e compartilhou as decisões em todas as etapas de campo. Certamente o recorte e resultado da pesquisa têm toda a sua influência.

Vale ressaltar que, especificamente nos primeiros dois anos da pesquisa, foi um momento de envolvimento com as pessoas, de levantamento dos dados etnográficos sobre a espacialidade e territorialidade dos moradores, de entrevistas e conversas sobre suas histórias de vida, interesses e necessidades. Eu era apresentado como um pesquisador interessado na história local e essa explicação justificava as minhas conversas com os mais velhos e meu interesse pelos objetos e estruturas antigas existentes na atual vila. Como eu não utilizava o termo quilombola, tive acesso aos diferentes discursos sobre a identidade local. Da mesma forma, o termo "arqueologia" não era mencionado, o que me evitou as longas explicações

sobre a pesquisa. Isso não foi uma negligência do pesquisador, pelo contrário, procurei "ouvir mais do que falar", como estratégia fundamental na construção da pesquisa colaborativa (Agbe-Davies, 2010). Como disse, a própria presença do pesquisador de fora produz um incômodo nas pessoas que facilmente se transforma em afastamento e desconfiança pelo desconhecido. Ao abdicar de termos técnicos ou polêmicos, eu procurei me aproximar dos moradores de forma mais equitativa e com abertura para me deixar ser conduzido pelos questionamentos, necessidades, lembranças, memórias, valores, interesses e relações sociais, políticas e religiosas próprias do local. A partir deste envolvimento e entendimento inicial, busquei adequar e desenvolver uma pesquisa engajada, atento aos interesses e processos da comunidade para fortalecer a diversidade em sua unidade.

Após o segundo ano da pesquisa, os primeiros resultados foram apresentados formalmente à todos os interessados. Para isso, a escola e o centro comunitário funcionaram como instituições de construção e disseminação do conhecimento e saberes locais. Em articulação com a diretora da escola, Mônica Marina Oliveira, alguns momentos de conversas foram realizadas com os professores e coordenação pedagógica para apresentar a pesquisa e seus primeiros resultados. Também, Sílvio articulou com o zelador do centro comunitário para fornecer o espaço em uma noite, quando um grupo de pessoas se reuniram para ouvir detalhes do projeto de pesquisa e conversar sobre os primeiros resultados. Estes encontros se configuraram como momentos de avaliação e consentimento do estudo e dos primeiros resultados pelos membros da comunidade. Foram momento de validação do recorte da pesquisa e da interpretação sobre os dados obtidos, assim como promover ajustes mediante apontamentos colocados pelas pessoas presentes (La Salle, 2010, p. 406). Desta forma, este trabalho passou por duas qualificações formais: uma na academia e outra na comunidade, ocorridas no mesmo período da pesquisa. No entanto, outros momentos de reavaliação e planejamento mais ordinários envolveram membros da comunidade e da academia durante toda a duração dos estudos.

Porém, não espere o leitor encontrar o significado da arqueologia para os moradores de Galeão, pois não é este o foco da tese. A pesquisa parte de um trabalho dialógica para entender a Paisagem da ilha de Tinharé a partir dos referenciais históricos dos moradores de Galeão e de minha perspectiva científica, interesado em formas interativas de fazer pesquisa arqueológica. Por isso, denomino esta pesquisa como uma arqueologia colaborativa engajada com aqueles moradores envolvidos na identidade quilombola da comunidade. Não são todas

as pessoas da comunidade que possuem raízes na história quilombola ou que se reconhecem como tal, mas a vila de Galeão é hoje autoreconhecida como uma comunidade remanescente de quilombo e todos seus habitantes se relacionam com esta identidade, criando vínculos de pertencimentos na medida que laços de parentescos são estabelecidos.

Uma comunidade formada por um conjunto de famílias que compartilham o mesmo lugar histórico, marcado por diferentes relações sociais entre africanos, europeus e ameríndios, nas condições de senhores de propriedades, escravizados, livres, libertos e quilombolas. Relações cujas permanências estão presentes no comportamento das pessoas e marcadas na paisagem pela toponímia e significância dos lugares. Para além da denominação quilombola, as narrativas dos antigos moradores sobre a materialidade da paisagem da ilha de Tinharé dão o tom à identidade da comunidade (Lane, 2008). Por isso, a pesquisa foi elaborada para que meu olhar como pesquisador buscasse compreender como a arqueologia se insere nos processos vividos pela comunidade, mais do que apenas construir uma história reconhecida por eles (independentemente do modo como a comunidade deseja ser chamada).

Estrutura da tese.

Destarte, a tese é dividida em duas partes. A primeira parte contextual apresenta a comunidade quilombola de Galeão com sua localização e características geofísicas, dados socioeconômicos atuais retirados do site do IBGE e aspectos da realidade contemporânea do modo de vida dos moradores. A partir de minhas conversas, observações e vivências compartilhadas com as pessoas durante os períodos em que estive na comunidade, apresento dados relevantes sobre a infraestrutura do distrito, as fontes de renda e técnicas relacionadas ao trabalho, os modos de sociabilização dos moradores e a conseguinte organização espacial, bem como aspectos cosmológicos presentes na religiosidade, festas e brincadeiras que resgatam antigos rituais possibilitando agregar as diferenças.

Escolhi iniciar a tese de arqueologia com um capítulo específico dos dados etnográficos e socioeconômicos para o leitor trilhar o mesmo percurso que realizei na pesquisa. Isto é, conhecer a atual realidade social da comunidade, com suas atividades cotidianas e performances comemorativas, para então entrar na história e trilhar os caminhos que levaram esta comunidade a estar ali, reproduzindo algumas atividades, preservando alguns lugares,

transformando outros, criando outros tantos, mas mantendo viva na memória uma paisagem que se revela com sua temporalidade e materialidade.

Faço, assim, o caminho inverso das pesquisas que iniciam a dissertação pela contextualização histórica regional, cuja regra é regredir até o dado cronológico mais longínquo da presença humana no local, privilegiando reinos pré-históricos como originais e menos "contaminados" pelo contato. A valorização e ênfase nos períodos mais antigos separa as comunidades do presente de seus antepassados e limita suas habilidades de exercer reivindicações sobre suas heranças (Silliman, 2019, p. 163). Por outro lado, ao iniciar a análise pela apresentação do que existe na atualidade, a retomada histórica passa a ter seu contexto referencial e, neste sentido, a tese apresenta a história de longa duração daquela comunidade em um movimento circular típico das tradições dos povos afrodiaspóricos.

Assim, assumo a máxima, de que nossas narrativas sobre o passado são fortemente influenciadas por nossas perspectivas do presente (*e. g.* Hodder; Hutson, 2003; Mullins, 2008; Trigger 2004). No entanto, minha intenção não é confirmar ou justificar a realidade atual dos moradores de Galeão. Antes disso, pretendo entender o processo pelo qual se deu a formação da atual comunidade, os fatores de permanência que levam ao autoreconhecimento como comunidade quilombola, mas também desenvolver um olhar crítico sobre as fontes e questionar fatos que não se mostram explícitos na investigação desse processo. Ou ainda os fatores que se mantiveram camuflados durante o longo período de opressão e aquilombamento pelo qual os antepassados da comunidade se submeteram para que agora essas verdades possam vir à tona.

Ao todo, cinco etapas de campo foram realizadas entre agosto de 2016 e abril de 2019. Cada etapa de campo teve em média 20 dias de duração. Vale lembrar que o trabalho arqueológico ocorreu em algumas dessas etapas de campo, porém, não impediu de ser realizado o trabalho etnográfico. Ao invés disso, a etnografia foi potencializada durante as etapas de prospecção e escavação arqueológica, uma vez que houve a participação dos quilombolas no trabalho arqueológico, estabelecendo uma rotina diária, que permitiu diálogos aleatórios e acontecimentos inusitados em meio ao desenvolvimento do trabalho. O resultado foi próximo do que Hamilaks (2009, p. 75-77) define como *multi-sited*, onde as interpretações livres e conscientes sobre os registros arqueológicos e os lugares significativos foram registradas e consideradas como relevantes no conjunto da tese.

Tabela 1: Relação dos entrevistados e conversas informais gravadas

	Nome	Idade em 2020	Papel na comunidade
Conversa informal	Sílvio Campos	48	Conselheiro tutelar e guardião da história local
	Wellio Oliveira da Silva (Lelinho)	31	Catador de piaçava. Acompanhou na prospecção para os sítios no interior da Ilha
	Aldelino dos Santos (Vampeta)	28	Catador de piaçava. Acompanhou a prospecção sistemática no sítio Malhada
	José Antônio S. Santos (Zequinha)	29	Catador de piaçava. Acompanhou na prospecção para os sítios no interior da Ilha
	Jessílda Santos Oliveira	-	Moradora de Galeão, filha de Renilda (Zuzu) e sobrinha neta de Santana
	Antônio Abílio Anastásio de Jesus (Badalo)	40	Pescador, camboeiro da Costeira de cima
	Elizia Souza de Jesus	36	Pescadora, esposa do Badalo
	Alexandre Abílio de Jesus	19	Pescador, filho do Badalo
	Anailton Souza de Jesus	40	Pescador, camboeiro da Costeira de cima
	Raimundo onceição dos Santos	40	Pescador, camboeiro da Costeira ponta da pedra
	Lidinalva dos Santos	-	Marisqueira da Costeira do centro
	Elsébio Souza de Jesus	35	Pescador, camboeiro da Costeira de cima
Entrevistas semi-estruturadas	Maria Almerinda dos Santos	92	Moradora de Galeão nascida em Champrão
	Antônia Maria de Souza	89	Antiga moradora de Iquira
	Renilda Santos Oliveira	79	Moradora de Galeão nascida em Iquira
	Antônio Zeda (Galito)	72	Morador antigo e interessado pela história local
	José Santos Freitas (Guri)	79	Morador antigo de Galeão
	José Francisco Vicente (Zito)	66	Morador antigo, artesão e pescador da Costeira do Cotovelo
	Maria das Graças Pinto Madureira de França	69	Filha de José dos Santos Madureira, proprietário da fazenda Molumbi
	Delzuita Sena Campos da Silva	81	Moradora antiga (mãe de Silvio)
	Maria Paula dos Santos	90	Antiga moradora de Molumbi
	Valdileia de Souza (Leia)	64	Curandeira originária de Galeão
	Lizalda do Rosária Santos	49	Professora e organizadora do Zambiapunga

Além da etnografia participativa, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores mais velhos e dispostos a conversar. Ao todo 16 entrevistas foram gravadas sendo 8 entrevistas semiestruturadas e planejadas e 8 conversas informais nas quais surgiram informações relevantes para registro de áudio. A relação dos entrevistados é apresentada na *Tabela 1*.

Assim, conversas informais e, principalmente, as entrevistas com os anciões da comunidade envolveu momentos de lembranças e memórias revividas, algumas das quais não eram mais contadas e estavam adormecidas. Minha interação e indagação das histórias orais dos moradores resultou em momentos de relembrar o passado, reviver eventos e momentos considerados corriqueiros, mas que foram valorizados pela pesquisa e ganharam importância enquanto fatos da história da comunidade, dignos de lembranças e de registros.

Com isso, os moradores de Galeão envolvidos na pesquisa passaram pelo processo de pensar a história a partir de novos critérios de seleção da memória, que lhes asseguram protagonismo. Já para mim, enquanto pesquisador, os casos memoráveis pelos entrevistados me permitiram conhecer suas histórias e explorar o patrimônio arqueológico – sítios e vestígios – tanto por técnicas consagrados na arqueologia, quanto pelas informações extraídas das entrevistas e conversas informais com os moradores. Ao fim, o que procurei compreender foi a multitemporalidade pelas quais as histórias quilombolas dos moradores de Galeão podem ser contadas, vividas por eles e materializadas na paisagem.

Ainda na primeira parte da tese, a história regional é apresentada com o foco nos acontecimentos do município de Cairu, Valência e Boipeba. A pesquisa histórica foi realizada tanto a partir de fontes primárias quanto secundárias. O levantamento da documentação histórica ocorreu no acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, em Salvador, e na Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, digitalizada. Também houve tentativa de acesso à documentação histórica existente no Convento de Santo Antônio, localizado na sede do município de Cairu, e a documentação da igreja de São Francisco Xavier, localizada na comunidade de Galeão. Todavia, a documentação do Convento está indisponível. O frei Ilton, responsável pelo acervo nos anos em que a pesquisa foi realizada, informou que desde 2015 a documentação está encaixotada, aguardando para ser enviada à sede da Superintendência do IPHAN, em Salvador. Segundo ele, a documentação está se deteriorando e precisa passar por restauro. Já a documentação da igreja de Galeão, consta que os moradores responsáveis pela manutenção da igreja realizaram uma faxina nas salas da

paróquia e queimaram (literalmente) alguns documentos "velhos" que estavam amontoados nos armários. Segundo informações, alguns moradores conseguiram resgatar poucos documentos, mas não se sabe onde estão.

De qualquer forma, o volume e informações levantadas no Arquivo Público e na Coleção de Documentos Históricos são significativos e representativos no resultado da pesquisa. Na Coleção Documentos Históricos foram pesquisados cinco Tombos: Correspondência dos Governadores Gerais (Tombo XLII), Tombo das terras pertencentes à igreja (Tombo LXIII), Carta dos Governadores (Tombos XL e LXIV) e Cartas para a Bahia (Tombo LXXIII). Destes, o último volume foi o mais relevante. Nele foram levantados 25 documentos relacionados à presença indígena, mocambos e outras ameaças na região de Cairu e entorno, além de inúmeras documentos sobre o conhecido "conchavo da farinha" e o corte e comercialização da madeira na comarca de Cairu entre os anos de 1710 e 1726.

No Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, em Salvador, foi investido o maior tempo no levantamento de documentação histórica. Ao todo foram pesquisados 28 Maços, distribuídos em 11 Séries, todos da Sessão "Arquivos Coloniais e Provinciais", entre os anos de 1797 e 1889. A organização dos arquivos da Sessão "Arquivos Coloniais e Provinciais" determinou a forma de seleção dos documentos para a pesquisa. A maioria das Séries possuem a documentação de cada Município separados em Maços. Apenas a Série Policial possui os documentos organizados por Ano nos Maços e estes distribuídos por Livros correspondentes à estrutura da Instituição de Segurança (Delegado, Subdelegado e outros). Por isso, optou-se por pesquisar todos os Maços associados ao município de Cairu e outros tantos possíveis associados aos municípios do entorno, principalmente Valença, Taperoá e Boipeba. Os documentos da Série Policial foram pesquisados apenas em um Livro de Subdelegados, procurando encontrar documentos específicos da região. Porém, o resultado das informações levantadas foi baixo em comparação às outras, não dando prosseguimento na investigação dos outros Livros da Série.

Dos documentos pesquisados no APEB, 89 foram destacados como relevantes à pesquisa, registrados em fotos e organizados em 51 pastas correspondentes a acontecimentos dos quais um ou mais documentos abordam. Além desses, a pesquisadora Gerluce Uzêda, mestranda em história regional e local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), compartilhou gentilmente as informações levantadas no Registro de terras da Freguesia do Divino Espírito Santo – Boipeba – Comarca de Valença – Livro de 1857 a 1858. A

transcrição dos documentos não seguiu as normas estabelecidas pela Comissão de transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil (*e.g.* Mattos e Silva, 2001). O objetivo da transcrição foi aprofundar o entendimento do conteúdo dos documentos para uma análise crítica de seu contexto histórico de produção, a fim de auxiliar no entendimento da paisagem quilombola da ilha de Tinharé e entorno. A experiência envolveu noções de paleografia e taquigrafia da língua portuguesa, familiarizando com a ortografia desenhada e pontuação de época, desvendando palavras com sílabas separadas ou com os artigos escritos juntos, abreviações, palavras repetidas quando há troca de linha, erros ortográficos e gramaticais, palavras substituídas ou corrigidas na própria frase sem rasuras, com auxílio de vírgula ou de palavras indicativas e outros artifícios.

Superado os desafios próprios da disciplina, a pesquisa histórica reuniu informações sobre as relações sociais envolvendo a população local, com atenção especial para a população escravizada, marginalizada e aquilombada, tanto indígena quanto africana e seus descendentes, para entender o contexto multiétnico da época, suas relações sociais, paisagem e territorialidade. Além disso, uma questão importante observada no levantamento da documentação foi sobre a toponímia dos lugares, a localização dos sítios históricos e, principalmente, dos antigos quilombos na ilha de Tinharé.

Algumas informações levantadas na documentação escrita foram compartilhadas com os moradores, que reconheceram as toponímias dos lugares mencionados na documentação histórica. A abordagem interdisciplinar adotada demonstrou elementos de permanência na paisagem cultural constituída e formada pelos lugares significativos e reconhecidos tanto no presente quanto nos discursos sobre o passado. Os lugares significativos por sua conotação temporal fornecem elementos necessários para localizar e mapear os antigos quilombos e outros sítios arqueológicos associados à histórica paisagem quilombola. Deste modo, o processo de localização dos sítios na paisagem ocorreu de forma dialética à compreensão do modo como a territorialidade quilombola e as demais formas de vivência diária dessa população resultam em interações e formas de materialidade expressas na multitemporalidade da paisagem.

A segunda parte da tese é específica sobre a perspectiva da Arqueologia de Quilombo na Ilha de Tinharé. O trabalho resultou em 11 sítios mapeados fora do atual perímetro de ocupação da vila de Galeão, os quais foram vistoriados e caracterizados. Alguns deles foram prospectados com poços testes (PTs) e outros com unidades de sondagens (US). Em outro

ainda, foi realizada coleta de superfície sistemática. Além desses, um sítio tem sua localização projetada a partir de um modelo preditivo criado com base na morfologia geográfica da ilha, nos depoimentos de histórias orais, indicações dos moradores de Galeão e a referências de outros sítios encontrados em feição geomorfológica equivalentes.

Vale destacar que, ao longo da pesquisa surgiu a necessidade de diferenciar as unidades de análise presentes na paisagem. Como veremos, o que a atual comunidade entende pelo termo lugar reflete a forte relação com o mesmo termo utilizado pela sociedade colonial e presente na documentação histórica. Para atender as denominações de época, ao longo da tese optei por adotar os termos de designação dos lugares conforme utilizados pela sociedade em seu tempo. Assim, atualmente, Galeão é um distrito do município de Cairú cujo núcleo de ocupação é designado Vila. No período colonial, Galeão era considerado um povoado constituído, como outros, junto a uma capela e em meio ao apartato logístico comercial de uma zona produtiva distinta. Alguns povoados poderiam atingir um desenvolvimento econômico alto, passando à condição de Vila (como ocorreu com Valença, antigo povoado Una). As Vilas eram as sedes administrativas das municipalidades, onde funcionava a câmara, gerenciando todo o termo (limites municipais) composto por povoados, aldeias e outros lugares (Dias, 2007, p. 214).

Por sua vez, os lugares eram agrupamentos de um número menor de famílias, podendo viver dispersas ou mais agrupadas. Também chamados de sítios, estes lugares englobavam mais de uma propriedade de terra, abertas a partir de um porto, onde orbitavam as diferentes atividades produtivas (Op. Cit.). Tratam-se ainda hoje de espacialidades amórficas, amplas, com fronteiras maleáveis, que incorporam outros lugares conhecidos e várias pequenas propriedades melhores delimitadas. Por fim, os sítios arqueológicos foram mapeados pela clássica distribuição dos objetos, compreendendo a presença e ausência de vestígios associados às características topográficas dos terrenos onde estão inseridos (Araújo, 2001). Muitos deles são palimpsestos de ocupações com diferentes registros históricos. Mas eles não encerram a paisagem dos lugares significativos. Muitos sítios contemplam esses lugares, além de elementos naturais e abióticos que povoam suas narrativas sobre o passado e suas materialidades cotidianas (Sampeck & Ferreira, 2020, p. 144).

Desta forma então, os lugares são abordados a partir de suas clivagens, procurando refletir sobre seus padrões de ocorrências e sua dinâmica de abandono e reocupação, expressão da temporalidade da paisagem quilombola. A relação desses lugares constitui um

conjunto que dá forma à paisagem quilombola de Galeão. Por estes termos, apoio minha análise na proposta de Paul Lane (2008) sobre as possibilidades da etnoarqueologia da paisagem contemplar diferentes correntes teóricas ao pensar a relação entre os diferentes sítios arqueológicos e identificar a dinâmica de distribuição dos mesmos, como também abordo questões sobre a presença de elementos simbólicos e significativos para a histórica e identidade quilombola.

Além dos sítios do entorno, outros tantos foram mapeados dentro dos limites da atual vila de Galeão. O desafio neste caso foram dois: Primeiro identificar os sítios e mapeá-los em meio as ocupações recentes. Por se tratar de um povoado colonial do século XVII, que permaneceu ocupada e se transformou ao longo do tempo, muitas estruturas apontadas como de interesse histórico pelos moradores envolvidos na pesquisa, encontram-se em pleno uso, reestruturadas ou incorporadas às construções recentes. Este fato abriu precedência para o segundo desafio, quanto ao impasse em classificar os sítios como tal, ou como áreas de atividades específicas. Galeão é considerado um grande sítio arqueológico palimpsesto, composto de estruturas e área de concentração de material que identificam antigas áreas de atividades específicas. No entanto, por uma questão meramente funcional em vista à definição jurídica que as normativas recaem sobre a natureza dos sítios arqueológicos detentores de reminiscências históricas dos antgos quilombos como bens tombados[2], optou-se por considerar cada uma das estruturas e áreas de concentração dos materiais arqueológicos como um único sítio, pensado na relação com os outros (abordagem entre sítios), para proporcionar interpretações sobre o processo de formação, expansão e transformação da vila ao longo do tempo. Assim, evita-se que os moradores sofram rígidas restrições, cujo registro da vila como um único sítio arqueológico poderia resultar.

Portanto, os lugares vistoriados na Vila foram divididos em duas categorias, tendo as cotas como referência (Morais, 2006, p. 200): sítios positivos (com arquitetura exposta – mesmo que em ruinas) e sítios negativos (com vestígios enterrados, podendo ser estrutura construtiva ou fragmentos de objetos). A *Tabela 2* apresenta a relação dos sítios levantados, com as respectivas coordenadas UTM.

[2] A Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, vigente no Brasil, determina a guarda e proteção dos sítios arqueológicos sob responsabilidade do Poder Público. No caso específicos dos "documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos", são citados no parágrafo 5º do inciso V do artigo 216 da Constituição de 1988 vigente no país, como bens tombados.

Tabela 2: Sítios mapeados na ilha de Tinharé, a partir da vila de Galeão.

Tipo			Nome	UTM cental (Fuso 24 L)	Altitude (metro)
Vila	Positivo	1	Igreja São Francisco Xavier	496663 / 8519336	40
		2	Quatro Estações	496424 / 8519038	12
		3	Capela Sagrado Coração de Jesus	496232 / 8518891	10
		4	Fontes	10 fontes	-
	Negativo	5	Alicerce da primeira Igreja	496628 / 8519119	15
		6	Sítio Malhada	496540 / 8519180	27
		7	Cavargante - terreiro de candomblé	497055 / 8519101	13
Entorno		8	Pigica	496243 / 8518235	10
		9	Fonte de Mara	496216 / 8517928	11
		10	Cajazeiro	496157 / 8517698	12
		11	Mestre André	496148 / 8517109	12
		12	Chico da Luz	496035 / 8516431	13
		13	Caramuru	495969 / 8515859	20
		14	Molumbi	495898 / 8515134	20
		15	Tororo de baixo	495954 / 8513914	26
		16	Tororo de cima	495941 / 8513501	10
		17	Pimenteira	504324 / 8510725	3
		18	Pedrinhas	497713 / 8512216	22
		19	Canta Galo	499748 / 8512572	8
		20	Casado	501827 / 8510627	9
		21	Batateira	504111 / 8509317	9
		22	Champrão	499840 / 8514529	30
		23	Iquira	498512 / 8513740	40
		24	Cipó do Jorge	-	-

Um dos sítios na Vila de Galeão foi escolhido para sofrer prospecção arqueológica interventiva. Localizado no sopé do Morro, onde a igreja do século XVII encontra-se no topo, o sítio Malhada apresentou rico material arqueológico para inferir sobre a ocupação de Galeão, desde sua formação inicial associado à data de construção da igreja. Além de sua localização privilegiada, o sítio foi escolhido para escavação por ser propriedade do Sílvio Campos e ele ter formado uma coleção com materiais arqueológicos encontrados durante seu trabalho na roça ou na construção de sua casa. Seu envolvimento com a pesquisa, interessado

em conhecer mais sobre a origem dos materiais e disponibilidade em preservá-los foram decisivos na escolha do sítio a ser explorado dentro do perímetro de habitação da vila.

Por fim, a tese concluí ao analisar o processo de formação do atual núcleo de moradia da vila de Galeão, que se autoreconhece como comunidade remanescente de quilombo. Em vista de todo o conteúdo tratado, a conclusão permite expor o processo social que levou a transformação de um antigo povoado colonial de pequenos lavradores escravagistas em uma comunidade quilombola contemporânea. Para isso, as antigas estruturas históricas georreferenciadas são analisadas segundo suas toponímias, os relatos históricos, suas inserções na paisagem e a contextualização histórica e social que estes sítios ou áreas de atividades específicas nos contam.

O resultado da tese é um trabalho de Arqueologia que valoriza a presença dos quilombolas como um segmento social relevante na história local, regional e nacional. Constituída pelos moradores de Galeão, a temporalidade na paisagem de Tinharé reflete relações sociais historicamente construídas que permanecem presentes em grande parte do país. A memória dos antigos moradores, a territorialidade dos jovens e a materialidade da paisagem de Galeão e entorno – incluindo os sítios arqueológicos – refletem permanências nas relações sociais constituídas no período da escravidão. Enquanto comunidade quilombola, as relações não estão restritas ao controle da classe dominante ou as restrições religiosas da igreja. Enquanto paisagem quilombola, a Ilha de Tinharé apresenta um conjunto de sítios formados por fazendas, engenhos, casas, igrejas, povoados, trilhas, rios, canais, áreas de pesca, roça, extrativismo, caça e assentamentos de escravos fugidos. Todos estes espaços fizeram e permanecem fazendo parte da territorialidade dos quilombolas. A partir das relações de parentesco, cumplicidade, negócios comerciais e subversão a ordem escravocrata, os quilombolas conectaram todos estes sítios, "funcionando como um movimento permanente de reconfiguração de cartografias da cultura escrava" (Gomes, 2013, p. 94).

Como salienta Flávio Gomes, a partir destas "zonas de fronteiras borradas envolvendo práticas, alianças, saberes e produção da cultura material", podemos identificar o processo de formação de comunidades rurais negras e remanescentes de quilombos no pós-abolição (Gomes, Op. cit.), assim como também, reconhecer o conjunto de sítios que fazem parte da materialidade desta paisagem quilombola em sua história de longa duração e temporalidades diacrônicas.

CAPÍTULO 1: A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE GALEÃO

> *As pequenas ilhas (...) fascinam-me porque permitem examinar melhor o homem entregue a si próprio, fechado sobre si mesmo e, simultaneamente, disperso no infinito.* (Ferreira de Castro, 1938).

1.1. CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DA REGIÃO.

A comunidade quilombola de Galeão encontra-se no município de Cairú, no território denominado Baixo Sul Baiano[3], estado da Bahia. Cairú é formado pelo arquipélago costeiro de Tinharé, com 448,818 Km^2 de extensão, contemplando 26 ilhas. A linha costeira se estende ao longo da ilha de Boipeba, ao sul, e a ilha de Tinharé, no centro e norte. Esta última é a maior ilha do arquipélago homólogo, com cerca de 400 Km^2. Possui uma grande extensão na parte norte, modelando a entrada do canal interno de frente para o terraço continental, e uma estreita faixa de sedimentação típica de ilha barreira estendida para o sul e interrompida pelo canal de maré que liga à ilha de Boipeba. As demais ilhas do arquipélago são abrigadas principalmente pela faixa sedimentar da ilha de Tinharé, incluindo a ilha de Cairu onde encontra-se a sede do município. O conjunto das ilhas configura o sistema estuarino, típico lagamar.

O arquipélago está inserido no contexto geológico da Bacia de Camamu, composta principalmente por arenitos, carbonatos e folhelhos, datada do período Cenozóico/Mesozóico (Barbora & Dominguez, 1996). Esta bacia marginal é do tipo poligenética, resultado de vários ciclos tectono sedimentares, como parte da dinâmica de abertura do Oceano Atlântico (Brasil, 1995). Esta herança geológica, combinada aos diversos episódios de subida e descida do nível relativo do mar ocorridos durante o período Quaternário, é responsável por grande parte da configuração geomorfológica do arquipélago. Na ilha de Tinharé, a parte norte apresenta depósitos Quaternários associados aos afloramentos do substrato mesozóico da Bacia de Camamu. Ao sul, a ausência de afloramentos areníticos na faixa litorânea permitiu a formação

[3] Com base na Lei Estadual nº 13.214, de 29.12.2014 de planejamento regional, o território Baixo Sul Bahia foi criado pela política territorial do Governo do Estado (SPLAN-DPT), objetivando impulsionar o potencial de desenvolvimento de cada região. O território do Baixo Sul é composto por 15 municípios. São eles: Aratuipe, Jaguaripe, Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiuna, Camamu, Ibirapitanga, Pirai do Norte, Gandu, Wenceslau Guimarães, Teolândia, Presidente Tancredo Neves e Cairú.

de contínuos Terraços Marinhos holocênicos e pleistocênicos de arenito de praia (*beach rocks*), responsáveis pela formação de cordões litorâneos, que encarceram lagunas de contornos irregulares (Brasil, 1995).

Ainda na ilha de Tinharé, os afloramentos de arenitos e carbonatos da Bacia de Camamu são responsáveis pelos outeiros e promontórios encontrados na parte norte da ilha. Em geral, estas elevações não ultrapassam os 60 metros de altitude, com raras exceções. Algumas das elevações recebem ação direta da maré, gerando perfis expostos, os quais são, na sua maioria, falésias ativas em franco processo de erosão. Este processo denominado por Silvia & Silvia (2007) de recuo da falésia, cria uma superfície de abrasão delimitando o contorno de pequenas, estreitas e charmosas enseadas recortadas pelos promontórios.

O clima dominante é tropical úmido a super úmido, com temperatura média anual de 25,5º e pluviosidade compreendida entre 1.900 a 2.500 mm anuais (IBGE, 1999, p. 34). As maiores precipitações são de março a agosto, sendo que não há estação de seca. O ambiente sempre úmido propicia inúmeras micro bacias hidrográficas formadoras do complexo estuarino e inseridas na macro bacia do rio Jequiriça. Um importante rio na região é o rio Una, que atravessa a cidade de Valença (maior entreposto comercial da região) ao desembocar no canal interno do estuário.

Há menos de 20 quilômetros ao norte da desembocadura do rio Una, encontra-se a foz do rio Jequiriça, na divisa entre os municípios de Valença e Jaguaripe. Os sedimentos quarternários depositados pela bacia do rio Jequiriça no estuário do arquipélado são constituídos, principalmente, por depósitos arenosos e argilo-arenosos fluviais (Podzol Hidromórfico), pântanos e solos indiscriminados de mangues atuais, areias litorâneas, arenitos de praia e depósitos de leque aluviais coalescentes (IBGE, 1999, p. 109). Recortada por diversas embocaduras de rios, esta província sedimentar configura ilhas e rias, como a ilha de Tinharé e outras no entorno, constituídas por porções de relevos extremamente planos, onde as cotas altimétricas situam-se entre 2 e 10 metros acima da preamar atual. A grande heterogeneidade litológica característica do sedimento e o sistema aquífero livre de nível estático bastante próximo à superfície do terreno, possibilitam a permeabilidade extremamente variável (IBGE, 1999, pp. 109-110), fato que contribui para a formação de inúmeras nascentes.

O canal interno entre o continente e as ilhas é extremamente dinâmico, com profundidade significativa, embora haja pontos com formação de bancos de areia. O sedimento no fundo do canal é lodoso de textura variável pela combinação de processo de acumulação fluvial e marinha, envolvendo desde areias finas e médias, até depósitos argilosos de mangues com abundante material orgânico (Op. Cit, 1981, p. 109), propício a formação de pequenas ilhas cobertas pela vegetação de mangue.

Segundo Silva & Silvia (2007), outra importante unidade geoambiental de ocorrência nesta região são os recifes de corais, responsáveis pela produção de matéria orgânica e reciclagem de nutrientes, beneficiando inúmeras espécies de peixes, crustáceos, moluscos e ouriços. Além disso, os recifes protegem a costa da ação das ondas, propiciando a formação e proteção de diferentes ecossistemas existentes no complexo lagunar, abrigando uma biodiversidade de fauna e flora típicas da Mata Atlântica.

A região integra a área de proteção ambiental (APA) Tinharé-Boipeba, com grande potencial pesqueiro em rios e canais navegáveis em meio aos manguezais e restingas. O manguezal predomina nas margens dos rios, canais e em toda a encosta do mar de dentro. Sua flora é formada por plantas de porte arbustivo e arbóreo, como por exemplo o algodão-do-mangue (*Hibiscus pernambucensis*). A restinga apresenta espécies próprias de solos arenosos com menos nutrientes. A vegetação ocorrente varia desde formações herbáceas, passando pela vegetação arbustiva aberta ou fechada, podendo ser encontrada também na formação de florestas, cujo dossel, geralmente, não ultrapassa os 20 metros.

Consorciado com a restinga, principalmente nas partes mais centrais da ilha de Tinharé e Boipeba e nas drenagens dos córregos, há fragmentos florestais de Mata Ambrófila Densa. Estes remanescentes de mata nativa podem atingir até 30 metros de altura, com vegetação sempre verde e árvores frondosas de folhas largas, como, por exemplo, o Camaçari (*Caraipa densiflora Mart.*), mucugê (*Couma rígida Muell. Arg.*), diversas espécies de louro (*Ocotea spp.*) e oitis (*Licanía spp.*). No estrato inferior destacam-se trepadeiras e arbustos (das famílias *Melastomataceae, Euphorbiaceae* e *Rubiaceae*, entre outros). Nestes fragmentos de vegetação das ilhas, as copas das árvores maiores impedem a proliferação das herbáceas, fazendo com que sejam raras ou inexistentes (Guedes, Esteves, & Santos, 1996, p. 223).

Maria Lenise Silva Guedes realizou diagnóstico ambiental da mata atlântica das ilhas de Tinharé e Boipeba, na década de 1990. Na ocasião, foram coletadas 126 espécies das quais 70

apresentaram algum tipo de potencial econômico. Entre estas, 37 espécies são utilizadas principalmente na construção naval, como a jataipeba e arapati, e outras 19 são medicinais, como a angelim-amargoso, almácega, jatobá-piloso e pequi (Guedes, Esteves, & Santos, 1996, p. 224).

Já a fauna encontrada nestes habitats destaca-se as avifaunas, devido ao número de espécies e o número de indivíduos, inclusive a presença de espécies em vias de extinção, como o Curió (*Oryzoborus angolensis*), o cubango (*Icteridae haemorrhous*) e o falcão (*Milvago chinachina*). Outras espécies em extinção como o jacaré de papo amarelo (*Caiman latirostris*), também são encontrados na região. Além de outros répteis, mamíferos e peixes, que fazem parte da economia da população local (Brasil, 1995).

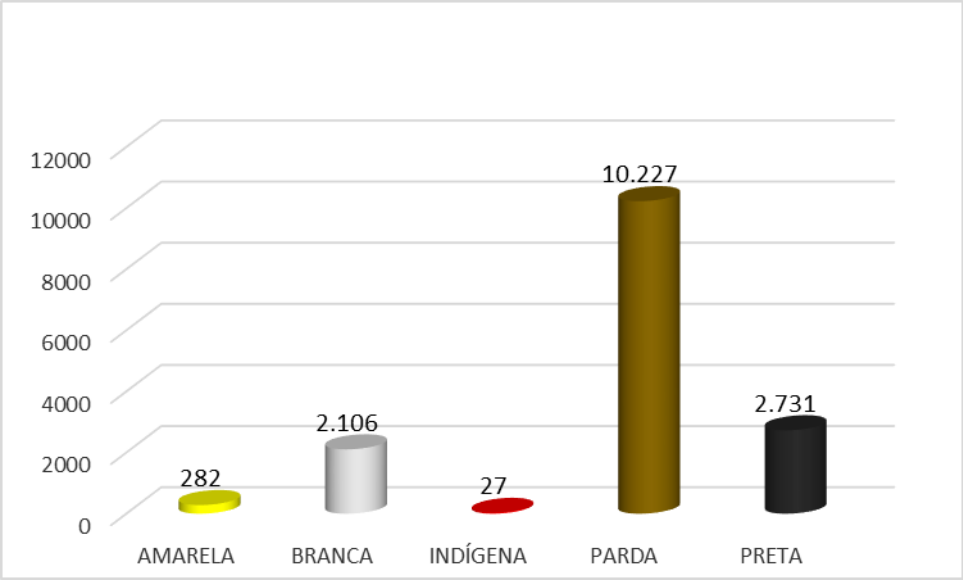
1.2. DADOS SOCIO-RACIAIS DO MUNICÍPIO DE CAIRU.

O município possui população estimada em 18.176 habitantes, sendo que em 2010 a população era de 15.373 habitantes (IBGE/Cidades, 2010). Os moradores estão distribuídos nas três principais ilhas do arquipélago, onde encontram-se diferentes comunidades e quatro distritos: a sede localizada na ilha de Cairú, o distrito de Velha Boipeba localizado na ilha homóloga, e os distritos de Galeão e Gamboa (que engloba Gamboa e Morro de São Paulo) localizados na ilha de Tinharé.

A análise dos atuais dados populacionais do IBGE contribui para, ao longo da tese, pensar os fatores de permanência e ruptura no processo histórico de configuração social do município. Assim, um dos dados relevantes para essa investigação é o recorte racial da população de Cairú[4]. Atualmente, quase 85% dos moradores se autodenominam pardo e preto (66,5 % e 17,8%, respectivamente). Conforme o *Gráfico 01* mostra, as demais denominações raciais somadas não atingem a porcentagem da população preta do município (13,7% de branco, 1,8% de amarelo e menos de 0,2% de indígena).

[4] Não cabe discutir aqui os critérios de escolha dos conceitos raciais utilizados pelo IBGE. Apenas pontuo que apesar do conceito de raça não existir biologicamente ou cientificamente entre a espécie humana, no campo sociopolítico o conceito é forjado dentro de contextos sociais, pois justifica realidades de exclusão e políticas de dominação de classes. Para aprofundar neste debate ver Munanga (2004).

Gráfico 1: População do município de Cairú segundo recorte racial, 2010.



Fonte: IBGE Cidade, 2010.

Ao observar o gráfico da população empregada (*Gráfico 2*), o desenho do recorte racial é quase o mesmo do gráfico de demografia geral. Os trabalhadores empregados em Cairú são mais de 87% formados por pretos e pardos (22% e 65,5%, respectivamente), enquanto pouco mais de 11% são brancos e apenas 1,5 são amarelos. Apesar de observar uma ligeira diminuição na porcentagem de todas as categorias raciais, com exceção da preta (a qual obteve leve aumento proporcional) pode-se considerar certa conformidade social entre os números da demografia racial e a distribuição das vagas de empregos no município[5].

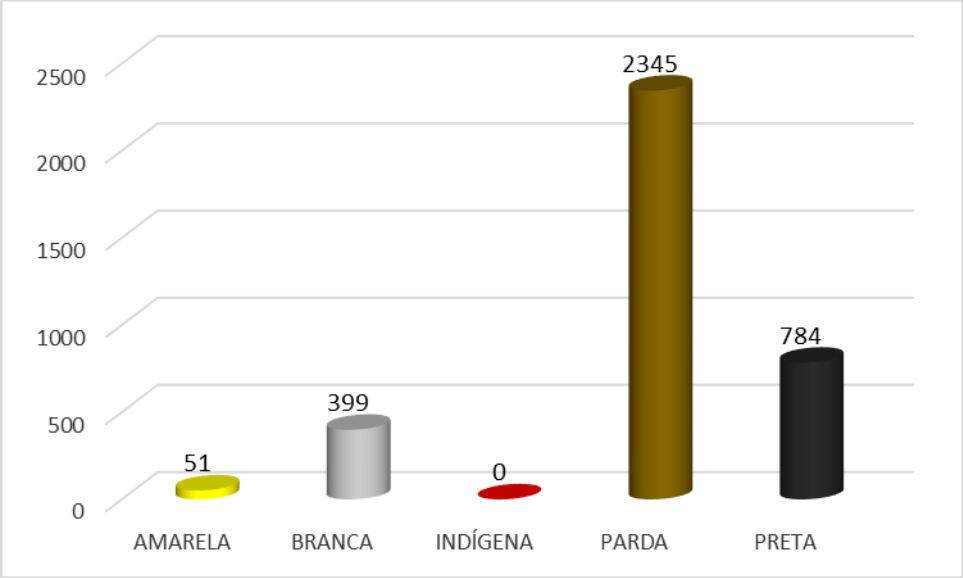
No entanto, no gráfico da população empregadora (*Gráfico 3*), a participação dos pardos/pretos é inversamente proporcional em relação à população branca. Isto é, a população de patrões de Cairú é majoritariamente branca, sendo 61,8% dos patrões de Cairú autodeclarados brancos, enquanto, apenas 9% são pretos e 29% são pardos. Não há patrões indígenas ou orientais (amarelos).

Esta diferença racial entre pretos e brancos é clara também na renda dos habitantes de Cairú. Os dados do IBGE Cidade mostram que a população preta recebe menos renda do que a população branca, apesar de ser em maior número. Conforme o *Gráfico 04* mostra, quase 18% da população de Cairú que recebe até 1 salário mínimo é considerada preta, enquanto 11,5% é considerada branca e quase 79% é parda. No entanto, conforme os valores dos

[5] Não são considerados os trabalhadores autônomos e os trabalhadores de subsistência.

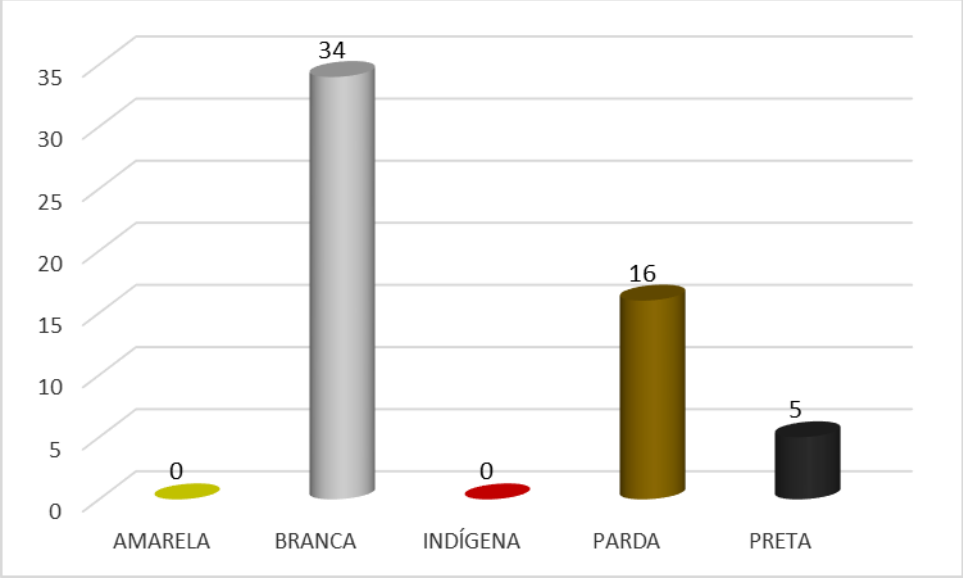
rendimentos aumentam, a porcentagem da população preta diminui, a população branca aumenta e a parda permanece estável. Assim, 14% da população de Cairú que recebe entre 3 à 5 salários mínimos é autodenominada preta, enquanto 24% é branca e 62% é parda; e entre a população de Cairú que recebe mais de 10 salários mínimos nenhuma se autodenomina preta, enquanto 37% é branca e 63% é parda.

Gráfico 2: População de empregados do município de Cairú/BA, 2010.



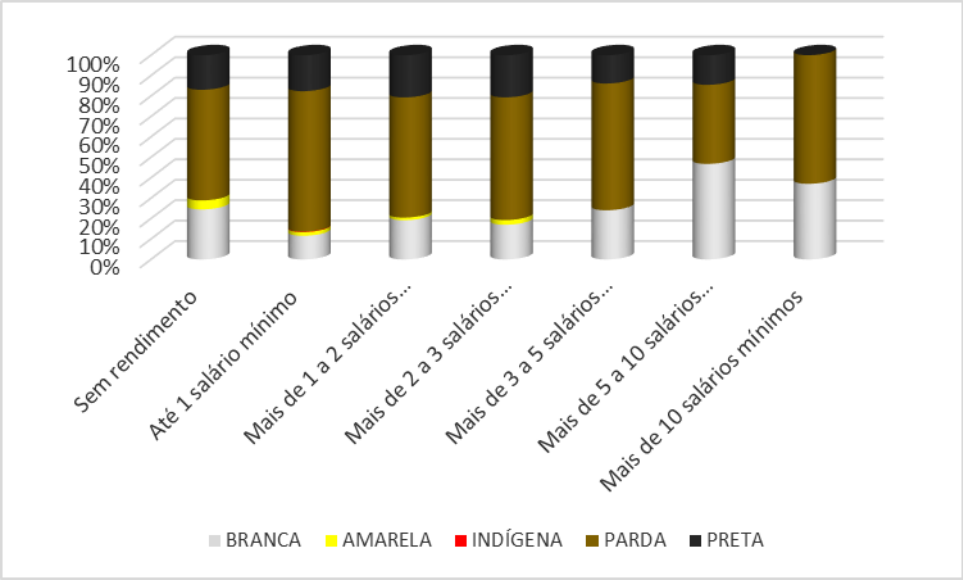
Fonte: IBGE Cidade, 2010.

Gráfico 3: População de empregadores do município de Cairú/BA.



Fonte: IBGE Cidade, 2010.

Gráfico 4: Distribuição de renda do município de Cairú/BA, por recorte racial.



Fonte: IBGE Cidade, 2010.

Não cabe aqui tecer maiores comentários sobre a atual situação socioeconômica de Cairú em relação ao recorte racial. Caso fizesse isso agora, estaria fugindo ao objetivo desta tese[6]. A intenção, como disse, é apresentar o quadro socioeconômico para situar o leitor no contexto sócio racial onde a tese foi desenvolvida e para os quais ela possui maior interesse. Espero contudo, levar o leitor à configurar os processos históricos que culminaram na formação deste quadro socioeconômico, que indiretamente, reflete o restante do país.

Ainda sobre os atuais dados estatísticos sobre Cairú, vale mencionar aqueles sobre os domicílios contabilizados no censo de 2010. Segundo o IBGE, do total de 4.728 domicílios contabilizados, 91% possuem paredes de alvenaria, menos de 7% têm paredes de taipa e pouco mais de 2% de madeira. A maioria dos domicílios construídos com paredes de madeira estão localizados em área rural. Os domicílios de alvenaria e taipa se distribuem de forma proporcionalmente equivalentes entre a área rural e urbana. No município de Cairú, apenas a sede é considerada área urbana. O distrito de Galeão faz parte das áreas rurais.

Dos 4.728 domicílios, 51,5% estão situados na sede do município (2.432 domicílios) e 48,5% nas áreas rurais (2.296 domicílios). Sendo que na sede (área urbana) residem 2.213 famílias e na área rural 1.911 famílias. Como dissemos, o município de Cairú possui

[6] Para explorar o tema, recomendo as seguintes fontes: Porto, 2016; Malta, 2020; Watkins, 2015.

comunidades e distritos nas três ilhas habitadas. Em todas as ilhas habitadas existem comunidades autodenominadas quilombolas.

Figura 1: Casa de taipa em meio as de alvenaria, em Galeão.



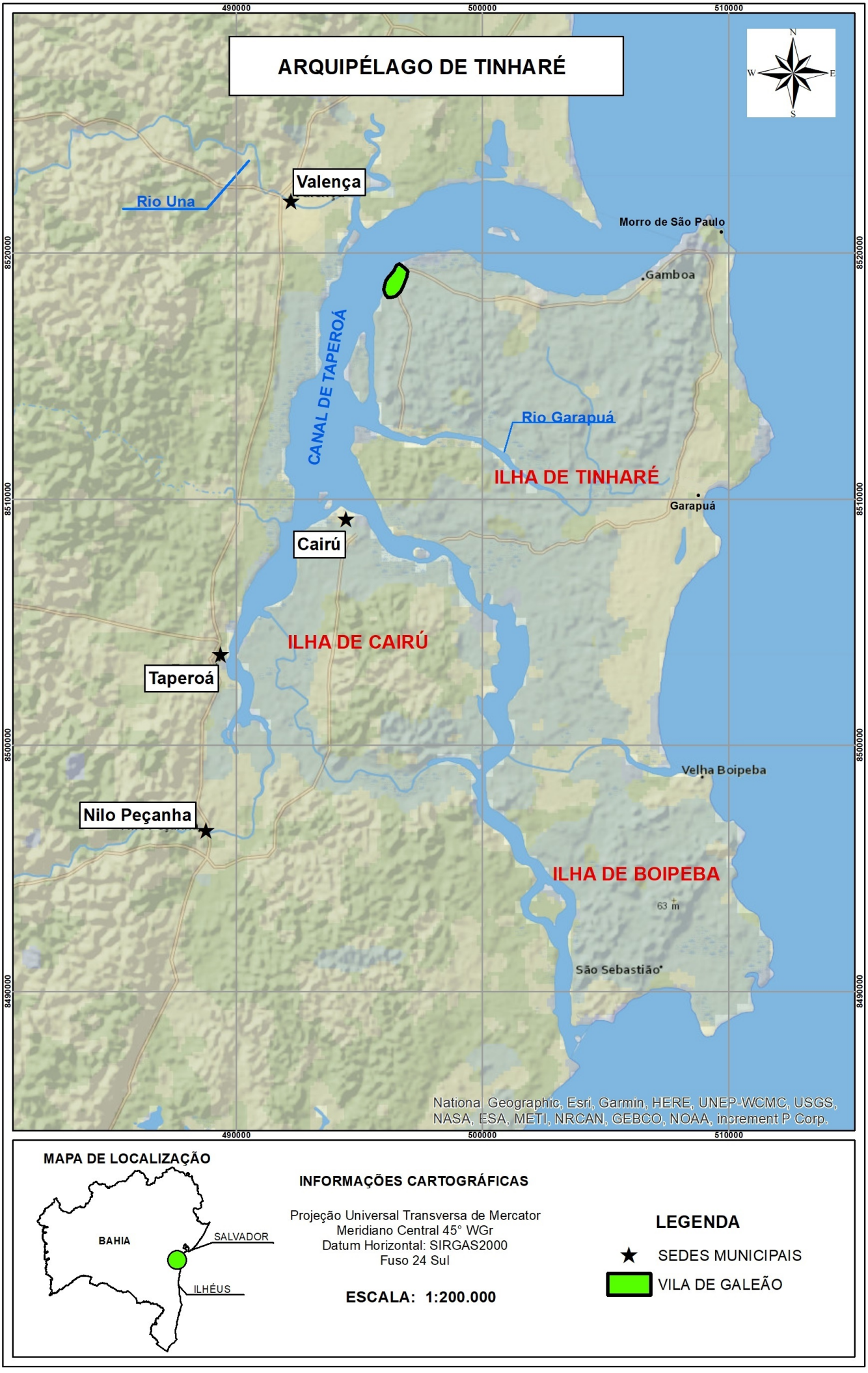
Foto: Fabio Guaraldo, 2016.

Segundo dados atuais da Fundação Cultural Palmares, o município de Cairú possui oito comunidades autodeclaradas quilombolas. São elas: Galeão, Batateira e Garapuá, localizadas na ilha de Tinharé; Monte Alegre, localizada na ilha de Boipeba; Torrinhas, localizada na área rural da ilha de Cairú; e três quilombos urbanos localizados na sede do município, são eles: Cajazeiro, da Prata e do Fogo. Nenhuma destas comunidades possuem certificado de titulação territorial emitido pelo INCRA até o momento[7]. Entre as comunidades autodeclaradas quilombolas em Cairú, este trabalho destaca o povoado de Galeão, na ilha de Tinharé.

1.3. LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE GALEÃO.

A comunidade de Galeão é um povoado de pescadores, de aproximadamente 2 mil habitantes. Localizado na contracosta da parte norte da ilha de Tinharé, o povoado está em frente à foz do rio Una, onde encontra-se a cidade de Valença do outro lado do canal interno. Galeão faz fronteira com o povoado de Gamboa, localizado a leste, antes do Morro de São Paulo (ver *Figura 2: Mapa do Arquipélago de Tinharé*).

[7] Fonte: http://www.palmares.gov.br/?page_id=88, acesso em 15.09.2016.


ARQUIPÉLAGO DE TINHARÉ
N
W
E
S
490000
500000
510000
8520000
8510000
8500000
8490000
Valença
Rio Una
Morro de São Paulo
Gamboa
CANAL DE TAPEROÁ
Rio Garapuá
ILHA DE TINHARÉ
Garapuá
Cairú
ILHA DE CAIRÚ
Taperoá
Velha Boipeba
Nilo Peçanha
ILHA DE BOIPEBA
63 m
São Sebastião
National Geographic, Esri, Garmin, HERE, UNEP-WCMC, USGS, NASA, ESA, METI, NRCAN, GEBCO, NOAA, increment P Corp.
MAPA DE LOCALIZAÇÃO
BAHIA
SALVADOR
ILHÉUS
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul
ESCALA: 1:200.000
LEGENDA
SEDES MUNICIPAIS
VILA DE GALEÃO

O acesso à comunidade é feito exclusivamente por barco, desde Valença ou Cairú, ou por trilha, partindo de Morro de São Paulo e Gamboa. Há uma linha diária de barco intermunicipal entre Valença e Galeão e outra linha municipal que liga a sede de Cairú ao povoado de Galeão, duas vezes por semana (terças e quintas).

Atualmente, a Vila de Galeão é constituída pela rua principal, denominada Rua Direita. Esta via de paralelepípedos liga todo o núcleo habitacional do distrito, em uma área de aproximadamente 1.500 metros de extensão linear, paralela ao mar. Esta área é dividida entre a parte baixa, localizada na porção sul, e a parte alta, ao norte. A parte alta é marcada por um outeiro, onde a igreja de São Francisco Xavier foi construída no topo, no ano de 1624, configurando um marco paisagístico (*Figura 3*). O povoado colonial se formou no sopé do morro, próximo a igreja. Como veremos, ainda hoje, algumas ruinas das construções coloniais resistem ao tempo e abandono, no local.

Figura 3: Vista da atual vila de Galeão



Foto: Fabio Guaraldo, 2016

Desde o sopé do morro, a rua principal segue paralela à beira mar, no sentido sul. Além desta, existe outra rua paralela, chamada rua das Fontes. A ocupação da rua das Fontes é recente, as casas apresentam as paredes sem acabamento e a maioria dos moradores são considerados “de fora” apesar de alguns pessoas possuírem vínculos de parentesco com moradores da comunidade.

Já a parte baixa é constituída por bairros densamente ocupados em área plana. Uma orla se estende por aproximadamente 500 metros na parte central da vila. A orla é estreita e não é frequentada por turistas. Utilizada como porto para as canoas dos pescadores e os barcos de

pesca e transporte, há dois deques de concreto construídos pela prefeitura. Ainda nesta parte da vila existem casas de alvenaria com acabamento, e a avenida Beira Mar, construída com paralelepípedos. Do outro lado, ao leste da rua Direita, outra rua segue paralela, denominada rua das Flores. Esta rua leva ao bairro Gabiru, mais ao sul, onde tem início o caminho que direciona para a vila vizinha, Gamboa, no sentido leste. No início deste caminho, próximo ao bairro Gabiru, um novo bairro está sendo formado pela prefeitura, denominado Tiririca, com habitações populares e um ginásio. Em direção ao sul, a avenida Beira Mar termina em uma área de mangue, que penetra cerca de 200 metros para o interior da vila, provocando o desvio da rua Direita para sudeste. A rua Direita termina no campo de futebol da comunidade, onde atualmente, existe uma fileira de casas, em frente.

Figura 4: Imagem de satélite da Vila de Galeão.



Foto: Google Earth, 2021.

A falta de um balneário atraente para recreação exclui a comunidade do forte circuito turístico, do qual as praias de Gamboa e Morro de São Paulo fazem parte. Por outro lado, Galeão não sofreu o processo de exclusão social e desmatamento da vegetação nativa, cujas comunidades de Gamboa e Morro de São Paulo são vítimas desde a década de 1970, devido à

especulação imobiliária, causada pelo turismo em massa e à falta de gestão pública[8]. Por sua vez, o povoado de Galeão preserva extensos trechos de mata atlântica, restinga e manguezais.

Figura 5: Vista aérea da Igreja de São Francisco Xavier, Galeão, Cairu (BA)

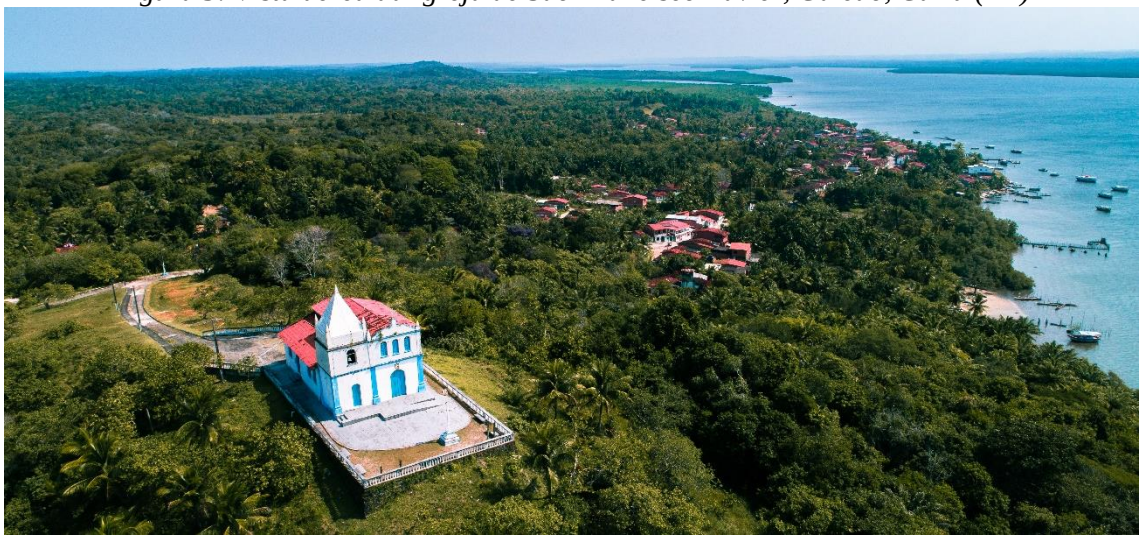


Foto: David Vargas, 2020.

1.4. RECORTE SÓCIO-RACIAL E AUTODECLARAÇÃO QUILOMBOLA.

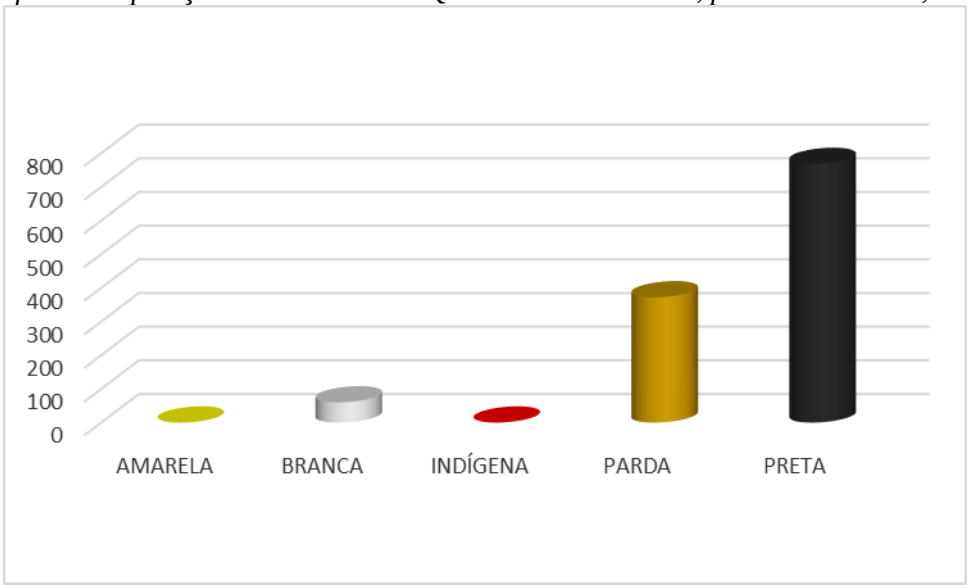
Em 2009, o vilarejo de Galeão era composto por uma população aproximada de 1.200 moradores, distribuída em cerca de 313 residências. "Em cada residência, existem, em média, 3 homens e 2 mulheres" (Santos, 2009, p. 55). Os dados censitários (IBGE, 2010) indicam a população formada por 64% de declarantes pretos (768 pessoas); 31% de pardos (372 pessoas) e 5% de brancos (60 pessoas).

Comparando o *Gráfico* 01*: População do município de Cairú segundo recorte racial*, com o gráfico seguinte (*Gráfico 05: População da Comunidade Quilombola de Galeão, por recorte racial, 2010*), percebe-se a inversão no tamanho das barras referentes as populações parda e preta. Se considerar a acepção do conceito quilombo relacionado à história dos africanos e afrodescendentes negros no Brasil, a majoritária presença de pretos em Galeão, seguida da população autodeclarada parda e a minoria branca, reforça a identidade quilombola da comunidade. Vale lembrar, que o censo de 2010 ocorreu três anos após a comunidade ter recebido o parecer favorável da Fundação Cultural Palmares sobre a "Carta de Autoreconhecimento". No ano de 2007, a Associação de Moradores de Galeão – AMEGA foi

[8] Para saber sobre o turismo na região e suas consequências sócio ambientais, ver Virgens (2010) e Silva (2016).

responsável por estabelecer o contato institucional com o órgão governamental. Na ocasião, a AMEGA estava se formando e, apesar de ampla divulgação, a "Certidão" teve assinatura de apenas cinco representantes da Associação. Outros coletivos que existiam há mais tempo, como, por exemplo, a Associação de Mariscadeiras e Pescadores de Galeão – AMPESG e a centenária Irmandade de São Francisco Xavier- ISFX, não assumiram o processo.

Gráfico 5: População da Comunidade Quilombola de Galeão, por recorte racial, 2010.



Fonte: Santos, 2009.

A Associação de Pescadores representa os trabalhadores da principal atividade econômica da comunidade e hoje está registrada formalmente. Certamente é a organização civil com maior número de associados, interessados nos assuntos da pesca e suas derivações econômicas e ambientais. A outra organização vigente na época era a Irmandade de São Francisco Xavier, uma organização centenária em Galeão, que data de 13 de dezembro de 1863. Organizada pelos devotos do padroeiro da comunidade, ela foi um importante instrumento de representatividade e influência da população nos projetos de políticas públicas locais. Como um braço da igreja católica, a Irmandade exerceu papel de cunho social, auxiliando na organização do Centro Comunitário, na formação de uma biblioteca pública e nos cursos escolares desde a pré-escola até o ensino fundamental. Atualmente, a irmandade não possui a mesma influência social que outrora. Devido à perda de alguns devotos e a influência das igrejas pentecostais, a irmandade de São Francisco Xavier busca manter viva as atividades e eventos que ocorrem nas datas oficiais de comemoração da igreja católica. Além

disso, atualmente os jovens de Galeão seguem a tendência nacional, de buscarem formas de sociabilização em agremiações de coletivos culturais sem registro formalizado[9]. A comunidade possui diferentes coletivos culturais, criados e recriados frequentemente pelos jovens, como por exemplo, a Liga de Futebol, o coletivo de Dança (coordenado pelo professor Bartolomeu Damião Santos da Hora, conhecido como Beto) e o grupo teatral "Essência e arte".

Por sua vez, a AMEGA surgiu enquanto Associação dos moradores de Galeão, entre os anos de 2006 e 2007. Um ano depois, a equipe técnica da Fundação Cultural Palmares entrou em contato com os moradores da comunidade. O morador Sílvio Campos trabalhava como guarda-ambiental na época e participou da fundação da ONG. Ele também esteve à frente do processo de autodeclaração da comunidade. Segundo ele, uma das principais funcionárias da Fundação Cultural Palmares envolvida na articulação com a AMEGA foi a professora Kátia Alexandria. Ela coordenou a equipe que realizou os primeiros levantamentos históricos da comunidade e auxiliou os moradores no processo de autodeclaração. Sílvio recorda que no início do processo, poucos moradores tinham interesse na relação histórica da comunidade com a identidade quilombola. A carta de "Autodeclaração" foi assinada por poucas pessoas. Para ele, ainda hoje a identidade quilombola é vista com desconfiança por alguns, principalmente, os moradores de mais idade que não reconhecem essa denominação, e apresentam certo receio sobre as consequências de assumir tal identidade.

Este comportamento é compreensível quando considerado as questões de ordem conceitual que os termos "Quilombo" e "Comunidades Quilombolas" vem sendo debatidas nas últimas décadas (*eg.* Leite, 2000) e as histórias de vida destes anciões. As pessoas de 80 anos ou mais foram criadas pelos seus avós, os quais viveram, ainda no período da escravidão, provavelmente, ou no pós-abolição, quando a raciologia de teoria eugenista reinava no seio das ciências humanas (Munanga, 1998). Durante toda sua criação, essas pessoas conviveram com a ideologia da superioridade física e intelectual da raça do branco europeu, para com as demais "raças" formadas por indígenas, asiáticos e africanos. Neste quadro condenatório, quilombos e quilombolas eram considerados lugares e pessoas fugitivas, perseguidas, de forte conotação depreciativa e difamatória. Apesar da ressignificação do

[9] Para saber mais sobre a dinâmica dos coletivos culturais em todo o país, ver "Projeto Reconexão Periferia", desenvolvido pela Fundação Perseu Abramo. Informações disponíveis no site: https://fpabramo.org.br/2018/02/28/apresentacao-da-nova-coluna-do-portal-reconexao-periferias/.

conceito ter iniciado nas décadas de 1940 e 1950 (Guimarães, 2005; Nascimento, 2002), a expressão Quilombo tornou-se uma categoria política, com direitos jurídicos concedido pela Constituinte, apenas após 1988 (Almeida, 1998; Leite, 2000; Andrade & Treccani, 1998).

Na dissertação de mestrado da educadora e etnógrafa Maria Clareth Gonçalves Reis (2008), o desconforto dos anciões da comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos (MG) é visíveis ao falarem sobre seu passado. A principal interlocutora de Reis, a anciã Vó Domingas ficava triste e angustiada ao relembrar as histórias do período em que sua avó estava escravizada. A comunidade foi formada próxima às "imponentes ruinas" da fazenda do século XVIII, onde seus antepassados trabalhavam escravizados.

Inicialmente, a própria presença da ruina incomodava Vó Domingas. Ela evitava falar das ruinas, de seus antepassados e da escravidão. No entanto, as ruinas passaram a ter notoriedade na região e a atrair pesquisadores, repórteres, estudiosos e estudantes. Motivada pela valorização das pessoas alhures, Vó Domingas percebeu a expressividade das ruinas e a importância de seus relatos para a preservação da história local. Assim, ela passou a narrar alguns acontecimentos, entre os quais relatos da sua infância com seus avós e da repulsa que possuía pelas memórias que as ruinas representam (Reis, 2008).

Por outro lado, com os mais jovens a relação é oposta. Como as histórias sobre a escravidão foram evitadas pelos mais velhos, os mais jovens foram "protegidos" das memórias que não eram tidas como enaltecedoras. Apesar de conhecerem relatos sobre seus antepassados, eles não se restringem aos conhecimentos adquiridos pelas histórias orais. Então, aprendem o significado da expressão quilombo segundo seu conceito moderno, coberto de ressignificação histórica e social.

Talvez a principal instituição responsável por difundir os novos conceitos é a escola local. Na escola municipal de Galeão, onde alguns professores e a atual diretora são moradores da comunidade, o tema etnorracial é abordado através da sua importância social e relevância histórica. Os professores ensinam aos alunos a valorizarem os referenciais de sua identidade de matriz africana e o sentido contemporâneo de serem reconhecidos como comunidade quilombola.

1.5. ESCOLA EM GALEÃO E A SOCIABILIZAÇÃO DA PESQUISA.

Existem duas escolas municipais em Galeão: a Escola Rural e o Colégio Professor Humberto Costa Barbosa Ribeiro. A primeira é uma creche, que atende crianças de 0 a 9 anos de idade, equivalente ao 4º ano do Ensino Fundamental. A segunda é um colégio que possui cerca de 171 alunos do Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e EJA, segundo dados fornecidos pela diretora Mônica Marina Oliveira. As duas escolas são consideradas Escolas Quilombolas, pela coordenadora municipal de Educação Quilombola, Sra. Zenaide Santos.

Ligada à Secretaria Municipal da Educação e moradora de Cairú, Sra. Zenaide trabalha para implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Segundo ela comenta, o Colégio Prof. Humberto Costa é a instituição escolar com atividades mais adequadas às Diretrizes Municipais da Educação Quilombola. No entanto, ela ressalta que estas atividades são propostas independentes, pensadas e planejadas pela direção e corpo docente da escola, sem qualquer diretriz da Secretaria Municipal de Educação, unicamente pelo engajamento e comprometimento que possuem com o público discente[10].

O corpo administrativo e docente do Colégio Prof. Humberto Costa foi um dos parceiros no desenvolvimento dessa tese. Diferentes momentos de interação e conversas ocorreram por intermédio da diretora Mônica Marina. A escola foi um espaço que ampliou minha interação com os moradores de Galeão e contribuiu no entendimento do discurso arqueológico da história quilombola da comunidade. Ao mesmo tempo em que houve coleta de informações sobre o conteúdo histórico e expressões culturais no diálogo existente entre alunos e professores, também houve a sociabilização dos resultados da pesquisa. A escola se transformou no espaço de divulgar consciência histórica e fazer história ao mesmo tempo (Cardoso, 2008).

Ao todo foram realizados três encontros formais com os professores do Ensino Fundamental e EJA, para apresentar o projeto de pesquisa e os primeiros resultados. Os encontros ocorreram após dois anos de pesquisa, período importante tanto para obter os primeiros dados e sistematizá-los, quanto para eu entender a linguagem vigente entre o público escolar e, assim, respeitar seu tempo, conhecimento e espaço. Durante os dois primeiros anos, eu articulei com a diretora Marina minhas intervenções na escola. Além disso,

[10] No ano de 2020, durante a escrita dessa tese, a coordenação de Educação Quilombola da Secretaria Municipal de Educação iniciou um amplo trabalho colaborativo entre todos os interessados em elaborar as Diretrizes Municipais Pedagógicas da Educação Quilombola.

participei como convidado de eventos pedagógicos/culturais promovidos pela escola, por exemplo, uma gincana, um desfile e uma apresentação de dança e performance musical.

Esses eventos pedagógicas/culturais são vistos pela secretaria municipal de educação como parte do projeto piloto da escola com o objetivo de desenvolver diretrizes curriculares de uma Educação Escolar Quilombola. A escola promove a divulgação e valorização de expressões performáticas desenvolvidas na comunidade, associadas à matriz africana. Como veremos, estas expressões adquiriram conotação de brincadeiras praticadas pelos moradores da comunidade, mas revelam aspectos vinculados à cosmologia de povos africanos de origem bantu. Apesar da maioria das pessoas desconhecerem a origem destas "brincadeiras', elas se perpetuaram como formas de expressão consciente da africanidade da população local. Assim, a sociabilização dos resultados da pesquisa arqueológica não ocorreu para preencher um espaço vazio no conhecimento do público envolvido. Antes disso, elas ocorreram como parte do interesse sócioeducativo que permeia as atividades de uma Educação Escolar Quilombola, resultando em um espaço de construção do conhecimento para mim, como pesquisador, tanto quanto para o público escolar.

Figura 6: Dia de gincana na Escola



Foto: Fabio Guaraldo, 2017.

Como veremos, a comunidade de Galeão é habitada desde o primeiro século da colonização europeia no Brasil. Esta longa história de ocupação local resultou em um acúmulo de vestígios, testemunhos do palimpsesto de ocupação. A convivência dos moradores de Galeão com estes vestígios arqueológicos suscita curiosidade e questionamentos, mas também, interpretações e assimilações próprias. Segundo o arqueólogo

Lúcio Meneses Ferreira, a classe de “coisas arqueológicas” exerce uma ação social sobre as comunidades apesar de não lhes pertencerem inteiramente.

> *As coisas estão no local. Todos as veem (...) podem significa-las, associá-las afetivamente à memória da ancestralidade, (...) portanto, da luta pela cidadania. No entanto, mesmo estando no local, essa classe de coisas gravita no global, na categoria difusa do universal, do pertencente à Nação ou a toda a humanidade.* (Ferreira, 2013, p. 88).

Para Ferreira, a “gravitação dessa classe de coisas” ocorre em função da representação social polifacetada, típica do Patrimônio Arqueológico. Por ser um elemento material de significância histórica, associado à memória social, o patrimônio arqueológico incita interpretações múltiplas segundo representações simbólicas subjetivas compartilhadas nos diferentes grupos sociais. Por isso, o espaço escolar da comunidade foi privilegiado para a construção do discurso sobre o patrimônio arqueológico local, pensado enquanto patrimônio da história quilombola da região e, portanto, da história dos alunos, professores, funcionários e corpo administrativo do Colégio Professor Humberto Costa.

Figura 7: Roda de conversa na Escola



Foto: Prof. Bartolomeu da Hora (Beto), 2018.

A escola é vista, então, como um espaço capaz de criar e influenciar saberes, mais do que apenas divulga-los. Como demonstra Oldimar Cardoso (2008, p. 154), a escola é capaz inclusive de influenciar saberes eruditas. Neste sentido, minha interação na escola estabeleceu uma troca dialética. Ao mesmo tempo em que houve sociabilização dos primeiros resultados da pesquisa para o público escolar, também houve coleta de informações sobre o conteúdo histórico e expressão cultural no diálogo existente entre alunos e professores, influenciando o resultado da pesquisa. Assim, as conversas sobre histórias acionava o processo dialético da consciência histórica junto aos alunos e professores, tornando a intenção de divulgar conhecimento histórico em ação de fazer história (Cardoso, 2008).

Outro ambiente onde ocorreu atividade de sociabilização da pesquisa foi no Centro comunitário. O espaço é um galpão de zinco, construído pela Petrobras, como medida compensatória estipulada pelo processo de licenciamento ambiental, para exploração de gás natural pela plataforma do Campo de Manati, localizada próximo a Cairú[11]. Um morador da comunidade é responsável pela sua manutenção e guarda das chaves. Com seu consentimento foi realizado um encontro neste espaço para apresentar o projeto de pesquisa e os primeiros resultados para o público presente. Organizado pela AMEGA, a reunião contou com cerca de dez participantes interessados no assunto. Apesar do baixo número de pessoas, o encontro proporcionou ao público se reconhecer na pesquisa que foi desenvolvida e, também, fornecer informações importantes para complementar os estudos. Assim como na escola, a divulgação do conhecimento histórico é dialético ao processo de construção histórica.

Assim como ocorreu nas entrevistas e conversas informais com membros mais velhos da comunidade, também o encontro de sociabilização da pesquisa organizado pela AMEGA envolveu momentos de relembrar o passado, reviver eventos e momentos considerados corriqueiros. Vistos como casuais, alguns acontecimentos não eram mais contados e estavam adormecidos na memória. Ao serem investigados pelo pesquisador, estes acontecimento se tornam memórias despertadas pelos interlocutores, dignos de lembranças e de registro histórico.

Ao reviverem memórias adormecidas, os moradores repensaram suas trajetórias, valorizaram caminhos já trilhados e experiências vividas. Reviram suas histórias a partir de novos critérios de seleção da memória. A pesquisa, por sua vez, foi inundada de informações

[11] Para saber mais sobre o processo de licenciamento da Plataforma Manati, ver o Plano de Desenvolvimento no site: www.anp.gov.br›images›planos_desenvolvimento.

relevantes para investigar o significado do patrimônio arqueológico para os moradores de Galeão. Mais do que validar os dados e os resultados preliminares da pesquisa, a interação com os moradores me colocou em contato com a materialidade histórica e, consequentemente, em posição privilegiada para perquirir a temporalidade quilombola.

1.6. INFRAESTRUTURA:

Ainda sobre o quadro socioeconômico de Galeão, vale uma análise da infraestrutura local para traçar paralelos qualitativos das permanências e transformações sobre o modo de vida da população nas últimas décadas. A moradia é um elemento primário nessa análise. A maioria das moradias existentes no povoado são de pequeno porte, com telhado de cerâmica com duas águas, e cômodos distribuídos entre uma sala de entrada, com acesso para um corredor separando dois quartos, um em cada lado, e terminando na cozinha. A cozinha, por sua vez, sempre localizada nos fundos das casas, dá acesso ao quintal e ao banheiro. Não é incomum o banheiro ser do lado de fora da casa, no fundo do quintal. O quintal geralmente é de terra e ocupa quase metade do terreno, tendo espaço para cultivo de hortaliças e criação de animais (porcos e/ou galinhas). Além dessas existem sobrados, algumas com vários cômodos.

Assim como o restante de Cairú, também em Galeão a maioria das casas são de alvenaria. Poucas casas são de pau-a-pique ou de madeira. Geralmente, as casas de barro ou madeira são de moradores novos na comunidade. Estudos mostram que a comunidade sofreu com a migração e ocupação irregular de moradia entre os anos de 2008 e 2010. Provavelmente, devido ao acentuado problema de moradia na região, Galeão enfrentou um processo de “expansão da ocupação urbana da Comunidade atingindo áreas de manguezais – no extremo sul da Vila – revelando uma possível demanda por regularização fundiária de território quilombola” (Rêgo et al, 2011, p. 03). Vale lembrar que em 2007 a comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombo e este fato, provavelmente, gerou expectativas positivas na melhoria da infraestrutura local e, por isso, contribuiu para a migração de pessoas para o distrito.

No entanto, devido à ocupação ter ocorrido irregularmente em área de mangue – considerada pela legislação ambiental área de proteção permanente (APP) –, em 2011, a polícia ambiental de Salvador retirou estes moradores e derrubou as casas. Sílvio Campos era guarda-ambiental na época, ele lembra que as pessoas retiradas do local receberam auxílio

aluguel durante seis meses e a maioria voltou para o bairro Bolívia, na periferia do município de Valença, onde moravam anteriormente.

Reflexo da mesma demanda ocorre no outro extremo da vila, onde as novas moradias reconfiguram a paisagem demográfica de Galeão. Estes novos moradores, considerados "de fora", se juntaram na porção norte da vila, próximo ao sopé do outeiro da igreja, onde havia poucas áreas ocupadas desde o fim do século XIX e início do século XX. São pessoas que chegaram por indicações dos próprios moradores de Galeão. No entanto, seus vínculos com a comunidade não são os mesmos dos moradores mais antigos. Além da distribuição geográfica das casas ser distinta entre os "de fora" e o restante dos moradores, as relações cotidianas também deixam clara esta dicotomia existente entre eles.

Uma das queixas dos moradores antigos de Galeão é o descomprometimento que os "de fora" possuem com os elementos do meio. Novamente Sílvio cita como exemplo, as casas construídas sobre antigas fontes d'água, localizadas na rua das Fontes. Outro morador antigo de Galeão, o pescador Fidélis, conhecido como Dedé, também reclama que os "de fora" pescam com barco de arrasto, prejudicando a pesca artesanal praticada pelos pescadores da comunidade. São críticas que expõem a clara distinção entre os antigos moradores de Galeão e os que chegaram após 2007, quando a comunidade foi autodeclarada quilombola.

Outras reclamações dos moradores é quanto à falta de infraestrutura básica. Apesar de existir um posto de saúde, os atendimentos e tratamentos são limitados. Não há profissionais e equipamentos disponíveis para atendimentos especializados. Muitos idosos são obrigados a deixarem o povoado quando adquirem algum problema grave de saúde. Para buscar tratamento especializado e cuidados maiores, eles mudam para as cidades do continente como, Valença, ou a capital Salvador, onde os hospitais são mais acessíveis e melhores estruturados.

Quanto ao saneamento básico a situação é ainda mais deficitária. Não há serviço de coleta e tratamento de esgoto em Galeão. Segundo os dados levantados por Santos (2009, p. 61), 87% dos domicílios utilizam fossa, 8,3% lançam o material em terreno baldio e 5,6% descartam no mangue. A coleta de lixo também iniciou no fim da década de 1990. Atualmente, em 87% dos domicílios o lixo é recolhido pela prefeitura por meio de trator, uma vez por dia (exceto domingo); os demais domicílios (13%) queimam ou lançam os resíduos

no estuário. O lixo recolhido é encaminhado ao lixão, localizado próxima ao rio do Caticanga, a menos de um quilômetros da vila.

O serviços de energia elétrica existem há trinta anos no povoado, aproximadamente. Pouco tempo depois, no final da década de 1990, o serviço de distribuição de água foi implantado. A água é captada no local denominada Riachão, localizado à sete quilômetros da Vila. De lá, a agua é bombeada até o tanque suspenso, onde é armazenada para ser distribuída, por gravidade para as residências. Apesar da existência do serviço, os moradores sofrem constantemente com a falta de água, sendo obrigados a recorrerem às históricas fontes d'água públicas ainda em uso, ou aos poços artesianos particulares.

Historicamente, os principais centros urbanizados e demais pontos estratégicos possuíam fontes e chafarizes para captação d'água. Mais raras do que as primeiras, os chafarizes eram, normalmente, estruturas talhados na pedra ou feitos de mármore e bronze fundido para captar as águas de alguns riachos que desciam pelas encostas (Costa, 1989, p. 83). No Morro de São Paulo, na ponta norte da ilha de Tinharé, há um chafariz denominado Fonte Grande ou Fonte do Imperador. Esse é o único chafariz da ilha de Tinharé, e foi construído por ser alí uma praça militar. Na vila de Galeão, a falta de investimentos e encostas acentuadas impossibilitaram a construção desse tipo de estrutura.

Conforme levantado em trabalho de campo, a estrutura física das fontes em Galeão consiste na abertura de um poço vertical no ponto onde o manancial brota. O sistema aquífero bastante próximo à superfície do terreno possibilita o surgimento de inúmeras nascentes de águas límpidas. A estrutura do poço permite canalizar a água limpa na superfície, facilitando sua captação e uso. Assim, as fontes da vila de Galeão são lugares de nascentes d'água, onde, nos casos mais simples, há apenas um poço cavado na terra (conforme pode ser observado nas *Figuras 1b* e *5*, da Prancha 1 e *Figuras 7* e *10* da Prancha 2), ou, nos casos mais elaborados, um revestimento de concreto construída total ou parcialmente no entorno da nascente, para facilitar a decantação das partículas sedimentares em suspensão e favorecer a captação da água mais límpida (*Figura 3*, da Prancha 1 e *Figuras 6* e *11* da Prancha 2). Um terceiro modelo é a construção de um pequenos reservatórios construídos sobre a nascente, para captar e armazenar a água. Este modelo denominado cisterna permite o uso d'água durante o período de menos precipitação, quando o nível do lençol d'água diminui (*Figura 2* da Prancha 1 e

Figuras 8 e *9* da Prancha 2). Todavia, os três modelos estruturais são poços construídos para captar água com menos sedimento arenoso e orgânico[12].

Um quarto modelo de captação e uso d'água são as nascentes ou conjunto de nascentes que formam os córregos ou filetes de água corrente, típicos da restinga. Estes córregos são formados pelo padrão concêntrico de drenagem horizontais das águas de diferentes nascentes. Eles também são denominados de "fontes" pelos moradores locais. Segundo pude perceber, a denominação "fonte" é atribuída ao córrego, mas, principalmente, aos pontos do córrego onde a água é canalizada naturalmente pela deposição de sedimentos, ou artificialmente, pela construção de pequenas barragens com terra.

Estes pontos são antigos lugares conhecidos e frequentados diariamente para lavar roupa e utensílios e para captação d'água e consumo nas unidades domésticas (*Figuras 12 e 13* da Prancha 3). Os moradores de Galeão lembram e contam histórias dos dias que passavam brincando próximos as fontes enquanto suas mães lavavam as roupas. José Antônio Santos, conhecido como Zequinha (nascido em 06 de Junho de 1991), recorda das brincadeiras que fazia na fonte Landi, nos dias que sua mãe lavava roupa. Ele e as outras crianças brincavam de esconder, jogar bola e a brincadeira chamada "percula" (espécie de pega-pega). Ele também lembra das "surras" que alguns sofriam quando sujavam as roupas que curavam no sol. Mas Zequinha fala com saudade do tempo de infância: "A brincadeira era boa demais! Aquilo era tão bom que chegava no colégio e já queria voltar! Fazia questão de ir no Landi tomar esse banho e brincar!"[13].

As fontes de córregos estão localizadas no entorno da área de habitação da vila. Na vila existem apenas as fontes do tipo poço. Segundo relato dos moradores, algumas fontes da vila eram utilizadas desde o período colonial até cerca de trinta anos atrás, quando o sistema de distribuição de água encanada para as residências foi disponibilizado. De lá para cá, elas vêm sendo impactadas pelo processo desordenado de ocupação do espaço e as pessoas passaram a

---

[12] Segundo a denominação adotada pelo sistema de informações de águas subterrâneas (SIAGAS), a partir das discussões do XVIII Congresso Nacional de Águas Subterrâneas, poço é "um sistema geralmente vertical, feito pelo homem, que tem ação em subsuperfície, usado para a captação, recarga ou observação das águas subterrâneas através de mecanismos artificiais ou naturais". Os poços são de dois tipos: escavados e tubulares. Em Galeão existem somente poços escavados, pois o lençol d'água é muito raso, dispensando estruturas tubulares. Entre os poços escavados, a denominação sugerida pela SIAGAS define *cacimbas* para os poços que não possuem revestimento, *cacimbão* os poços com revestimento total ou parcial até 5 metros de diâmetro e *poços amazônicos* os com revestimento total ou parcial acima de 5 metros de diâmetro. Os poços que possuem armazenamento de água (caixa d'água) são denominados cisternas (Vasconcelos, 2014, pp. 9-10).

[13] Depoimento concedido e gravado no dia 17 de setembro de 2018.

Prancha 1: Fontes de Galeão, Cairú (BA)



Fotos: Fabio Guaraldo, 2017.

Figura	Nome	Descrição
1a	Pedra do Santo	Altar cnstruido sobre uma pedra no extremo norte da Vila. O altar foi restarado e é preservado pelo Sílvio Campos.
1b	Fonte do Santo	Fonte localizada na praia, no extreno norte da Vila. Próximo a Pedra do Santo.
2	Fonte do Amor	Fonte localizada a beira mar, próximo ao costeiro de cima, no porto mais ao norte da vila. Antigamenteera usada para beber, mas atualmente é usada para lavar.
3	Fonte de Lavar	Localizado na parte alta da cidade na Rua da Fonte.
4	Fonte de beber	Localizado na parte alta da cidade na Rua da Fonte. Uma casa foi construida em cima da fonte. Antes da construção da casa, a prefeitura captava a água desta fonte para distribuir para as casas da vila.
5	Fonte da bica	Localizada no interior da vila. Atualmente possui uma estrutura de concreto. Era utilizada para banho.

Prancha 2: Fontes de Galeão, Cairú (BA)













Fotos: Fabio Guaraldo, 2017.

Figura	Nome	Descrição
6	Fonte do pasto	É uma das águas mais limpas. Ainda hoje é utilizada para beber.
7	Fonte Bom Jardim	Fonte onde era lavado as peças da igreja.
8	Fonte Chico da Luz	Fonte localizada próximo as casas. Possui estrutura de concreto e cobertura. Era utilizada para beber.
9	Fonte dos Homens	Localizado na parte baixa da cidade, próximo ao Gabiru. Usada para banho dos homens.
10	Fonte tapera	Localizado na parte baixa da cidade, próximo ao Gabiru. Usada para banho das mulheres.
11	Fonte do Oteiro	Localizado no Pigica, próximo ao campo de futebol. Antigamente era utilizada para beber.

Prancha 3: Fontes de Galeão, Cairú (BA)





Fotos: Fabio Guaraldo, 2017.





Fotos: Sílvio Campos, 2017.

Figura	Nome	Descrição
12	Fonte Caticanga	É um córrego de restinga. Local de captação de água para distribuição nas residências da Vila de Galeão
13	Fonte do Landi	Nascente límpida. Utilizada para lavar roupa e área de recreação para os moradores da vila.
14	Riachão	Córrego com barragem. Principal local de captação pelo sistema de abastecimento de água da prefeitura de Cairu no distrito de Galeão
15	Fonte de Mara	Córrego do sítio homólogo, onde muitos materiais são encontrados.

utilizar as fontes do entorno da vila com mais frequência. Poucas fontes são preservadas por iniciativa do poder público. A maioria são alvo do zelo de seletas pessoas, com destaque para os moradores mais velhos que residem próximos delas. Duas fontes em especial estão desativadas na parte alta da vila. Paralelo à rua principal, havia uma trilha que conduzia à duas fontes. Atualmente, a antiga trilha foi transformada em logradouro, denominado rua das Fontes, em alusão a sua antiga função. Infelizmente, a ocupação desordenada soterrou uma das fontes e a outra está poluída, devido à proximidades das foças sépticas das residências. Apesar disso, a maioria das fontes da vila permanecem preservadas e mantém presente as memórias e lembranças dos moradores locais.

1.7. A PESCA

A pesca possui destaque entre as atividades econômicas exercidas em Galeão. Segundo levantamento socioeconômico realizado por Santos (2009), o consumo diário de mariscos/pescados ocorre em 31% das residências; 44% consomem estes produtos, pelo menos, duas vezes por semana; e 25% não consomem com frequência ou regularidade (Santos, 2009, p. 62). Apesar dos dados terem sido coletados há mais de dez anos, o trabalho etnográfico realizado em Galeão desde 2016 demonstra que pouco mudou. A pesca continua sendo a principal fonte de renda e nutrição da população local, sendo a captura de camarão e mariscos (siri, ostra e sururu) as mais praticadas.

A mariscagem é a categoria de pesca artesanal voltada a captura manual de moluscos bivalves e alguns crustáceos nas áreas de manguezais, durante os períodos de maré baixa, seus atores são os marisqueiros e marisqueiras (Fadigas, Garcia, & Hernández, 2008). Antigamente, a pesca de marisco era praticada apenas pelas mulheres. As pescadoras afirmam que cresceram vendo sua mãe e avó mariscando. Enquanto os homens trabalhavam na coleta da piaçava ou na pesca de peixes, as mulheres mariscavam para o consumo doméstico. Atualmente, os homens passaram a se envolver nessa atividade, também, apesar da referência de mariscagem permanecer entre as mulheres.

A primeira etapa da atividade é a coleta do marisco no mangue, seguido da etapa de beneficiamento realizada ainda no acampamento de pesca ou na área domiciliar. Para Daniela Reis, as marisqueiras encontram-se restritas ao trabalho com espécies de menor valor do mercado, que necessitam de beneficiamento antes da comercialização. Essas mulheres

possuem dupla jornada de trabalho, tendo que conciliar a atividade de pesca com o trabalho doméstico. O fato da beneficiação do marisco ser feito no ambiente doméstico ou próximo a área de moradia, é decisivo para a extensão da sua jornada de trabalho (Reis, 2015, p. 23).

Dona Antônia, uma antiga marisqueira de Galeão, conta que "ser marisqueira é muito difícil e a renda é pouca". Antônia Maria de Souza, nasceu em Galeão no dia 06 de maio de 1941. Ela trabalhou como marisqueira durante longo período de sua vida, antes de aposentar. Conta que pegava ostra do mangue e caranguejo "de andada". A "andada" é o período em que os caranguejos saem de suas tocas e andam pelos mangues para se reproduzirem. Antigamente esta prática era muito difundida entre as marisqueiras, mas, hoje em dia, os órgãos ambientais restringem a captura do crustáceo neste período de reprodução.

> *Antigamente ninguém falava disso. Agente pegava e nunca faltou, também,* afirma Dona Antônia. *Eu cheguei a morar quatro anos na Batateira pegando marisco (...) agente armava uma casinha e ficava vivendo lá. Tinha casa aqui na vila também, mas ficava lá que era pra trabalha![14]*

Os moradores de Galeão pouco falam sobre os lugares bons de pesca. Estes lugares são parte do conhecimento agregado por eles através de suas experiências e convívio com os elementos da paisagem do arquipélago e com outros pescadores, familiares e amigos. A prática da pesca proporciona o relacionamento com os elementos da paisagem, como os canais, os pontos de pesca, as diferenças e especificidades de cada espécie de pescado, o vento, a maré, o mangue, etc. Conhecer o ambiente da pesca e suas propriedades é um artigo de valor para o pescador, pois seu sucesso depende deste patrimônio imaterial. Dificilmente estes conhecimentos são verbalizados. Geralmente eles são compartilhados entre as pessoas de relacionamento mais próximo, na forma de ofício, como prática diária do *saber-fazer* (Cunha, 2004).

O trabalho de pesquisa com pescadores de Valença desenvolvido por Begossi (2006, p. 8) mostra existir relação entre conhecimento de áreas de pesca e idade dos pescadores. Quanto mais velho o pescador, mais áreas de pesca ele conhece. Talvez a transmissão deste conhecimento seja um dos fatores que levam os pescadores a permanecerem acampados em locais de pescaria. Já Dona Antônia aponta a dificuldade de deslocamento e acesso aos pontos

[14] Depoimento concedido e gravado no dia 22 de outubro de 2017.

de pesca no interior dos canais como um dos motivos que fazia os pescadores permanecerem acampados durante o período de pesca. Como o barco a motor é um benefício popularizado entre os pescadores apenas nos últimos trinta anos, o acesso aos locais de pesca era feito exclusivamente por canoa e remo. A impossibilidade de remar longos percursos diários era determinante para os pescadores permanecerem em acampamentos de curta, média ou longa duração.

Por isso, os acampamentos de pesca são sítios temporários, formados por um conjunto de materialidade típica da dinâmica de abandono e reocupação sazonal. Mesmo o acampamento de longa duração (como a Batateira, onde Dona Antônia permaneceu por quatro anos consecutivos) sempre foi local propício ao abandono. Em alguns casos, ele resulta em um assentamento permanente. Quando isso ocorre, geralmente, a pesca não é o principal dos motivos. O oposto também ocorre: antigas áreas de moradia abandonadas são ocupadas temporariamente por pescadores para praticarem a mariscagem. O deslocamento periódico do pescador de Galeão, acostumado em ocupar áreas no interior dos canais, transformá-las ou mantê-las como acampamento de pesca para mariscagem e, por fim, abandoná-las, mesmo que temporariamente, contribui para a formação de um palimpsesto na paisagem do arquipélago de Tinharé, com destaque para o conjunto de vestígios característicos dos acampamentos de mariscagem expostos nas margens dos canais.

Durante as pesquisas de campo, alguns acampamentos de pesca foram mapeados ao longo do rio Garapuá, que corta a ilha de Tinharé de oeste a leste. Como a mariscagem envolve um conjunto de ações que resulta em uma materialidade típica deste tipo de pesca, os sítios resultantes são facilmente identificados na paisagem. A mariscagem é um trabalho manual, de características artesanais com pouca alteração ao longo do tempo. Além disso, o refugo da atividade de beneficiamento dos moluscos forma entulhos de conchas resistentes à intemperes. A relação destes entulhos de conchas com outros vestígios relacionados às áreas de produção de alimento, descanso e sociabilização, forma um padrão de distribuição dos vestígios, que pode ser identificado como sítio de pesca relacionado à prática das marisqueiras.

Assim, as marisqueiras imprimem suas marcas na paisagem ao armarem seus pontos de pesca, produzindo estruturas fixas e móveis relacionadas à coleta e captura de mariscos. A mariscagem ainda é uma prática de pesca importante para o sustento financeiro e nutricional da maioria das famílias de Galeão. Atualmente os pescadores permanecem por curto período

de tempo nos acampamentos de pesca. A existência do motor nos barcos facilita o deslocamento entre a área de moradia e o local de pesca. Neste caso, o beneficiamento é feito nas residências ou próximo a elas e o refugo dos moluscos são descartados ou queimados como lixo. No entanto, alguns pescadores mais jovens ainda acampam como alternativa para minimizar os gastos com gasolina.

Reis denuncia que a atividade praticada pelas marisqueiras ainda não é reconhecida como profissão específica da pesca. Essa invisibilidade esconde um quadro de pobreza e vulnerabilidade social desta categoria de pescadoras. "O baixo rendimento financeiro da pescadora artesanal se deve em partes à complexidade da cadeia produtiva, devido à atuação de intermediários na comercialização e à ausência de agregação de valor ao pescador" (Reis, 2015, p. 30). Como dissemos, uma das principais associações locais é a dos pescadores. Em Cairú, a Colônia de Pesca é uma instituição de referência, com influência na relação dos moradores e na relação destes com o poder público. No entanto, não foi sempre assim. A própria atividade de pesca adquiriu proporções indispensáveis na vida da população de Galeão, somente a partir da década de 1990.

Segundo Diegues (2004), nas primeiras décadas do século XX a atividade pesqueira vinculada à pequena produção aderiu à escala comercial de grandes proporções, em algumas regiões do país. Neste período também, as primeiras experiências das colônias de pescadores, seguindo o modelo das *Guildas* espanholas, procuram organizar os proletários insurgentes, ligados à pesca e ao beneficiamento do pescado em grandes proporções (Diegues, 2004, p. 67). Contudo, apenas nas décadas de 1960 e 1970, as grandes empresas de pesca se instalaram nas regiões Sul e Centro Sul, através de incentivos fiscais concedidos pela recém-criada Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). A maioria destas empresas foram criadas voltadas à pesca de camarão por rede de arrasto (*trawler*) (Diegues, 1983). Esta produção pesqueira incentivada pelo governo brasileiro resultou no forte vetor de desestruturação interna de comunidades que praticavam a pesca de forma artesanal.

As mudanças nas relações e comportamentos dos pescadores, que já estavam em andamento no interior das comunidades pesqueiras desde o começo do século XX, foram intensificadas na segunda metade do século. O historiador Luiz Geraldo Silva destaca a migração da pesca artesanal para a embarcada entre as principais mudanças sociais da categoria. Na região Sul do país, a migração de pescadores catarinenses para a pesca embarcada de Santos ou do Rio Grande do Sul, exemplifica a emergência de uma mão-de-

obra explorada pelo setor empresarial na pesca (Silva, 1998). Na região de Cairú, incluindo Galeão, este reordenamento no universo das comunidades de pescadores artesanais foi mais sentida com a introdução da motorização dos barcos.

Conforme o sociólogo Fernando Mourão aponta em seu estudo desenvolvido na região estuarina do complexo lagunar Iguape-Cananeia, no litoral sul paulista, o surgimento da embarcação motorizada resultou em um novo agente de pesca: o pescador artesanal motorizado, que explora não apenas os canais do estuário, mas também o "mar de fora". Este indivíduo é identificado pela relação que possui com o mar e sua prática diária da pesca. O barco a motor lhe proporciona maior satisfação, não apenas pela maior quantidade de pescado capturado, mas também, pela expansão da territorialidade que este sujeito passa a dominar no mar, com prática de deslocamento e o prazer de *saber-fazer* (Mourão, 2003 [1971]). No entanto, ele adquire maior dependência das empresas especializadas no mercado de comercialização do pescado (os atravessadores, como são chamadas). Como parte desta trama, o novo pescador interage com a racionalidade do mercado (Mourão, 2003 [1971]), ficando apenas com a pesca seletiva e uma consequente sobra das espécies de maior valor comercial (Silva, 1998).

Esta racionalidade opera hoje em dia entre os pescadores da comunidade de Galeão. As famílias costumam consumir o excesso de peixes e mariscos que não são vendidos (as sobras das vendas) e com o dinheiro da venda compram carne vermelha, frango e os demais alimentos para consumo. Segundo o pescador Antônio Abílio Anastásio de Jesus (nascido no ano de 1980) habitante de Galeão, onde é conhecido pelo codinome Badalo, "hoje é mais vantajoso vender os produtos extraídos e comprar outros alimentos do que consumir os próprios pescados". Sua afirmação considera os valores de gastos e ganhos envolvendo a pesca e mais os gastos mensais com alimentação e moradia para sustentar sua casa e família. Ele mora com sua esposa Elízia Souza de Jesus (nascida no ano de 1985) e três filhos adolescentes: o primogênito Alexandre Abílio de Jesus (nascido no ano de 2003) e outras duas meninas. Segundo ele, a pesca lhes proporcionam um ganho bruto de 1.500,00 reais por quinzena no período de boa captura. Mas a incerteza e inconstância da atividade não permite considerar este valor como absoluto. Além disso, existe o custo de instalação e manutenção da estrutura de pesca, envolvendo deslocamento e reposição de material.

No entanto, antes de adentrar no modo de pesca tradicional praticado pelos pecadores de Galeão, é preciso abordar um terceiro aspecto das mudanças sociais que as comunidades do

arquipélago de Tinharé sofrem desde a década de 1980. Esta reflexão contribui para contextualizar a afirmação de Badalo de como a pesca se tornou a única fonte de renda da maioria das famílias de Galeão, mesmo dependendo dos atravessadores.

A partir da década de 1970, o aumento da classe média na sociedade brasileira, alinhado à ideologia que a sociedade brasileira havia adquirido em relação ao mar e à paisagem do litoral, desde o início do século, transforma o que antes era território de pescador, caiçara, caboclo ou jangadeiro, em pontos turísticos para veraneio e unidade de conservação ambiental (Silva, 1998). O turismo chamado de indústria sem chaminés, apesar de fazer parte do setor de serviços, era assim denominado por compor a lista das atividades propulsoras de setores da economia e modernizadora do arranjo social. A pressão exercida pelos centros urbanos sobre os territórios das populações do campo e do litoral é perceptível pela intensa especulação imobiliária e a criação dos parques e outras unidades de preservação natural. Onde antes era uma paisagem socialmente construída e simbolicamente representada pelo modo de vida e territorialidade dos moradores locais, atualmente é inacessível, considerado lugar de lazer e veraneio destinado às diferentes classes sociais dos grandes centros industrializados (Diegues, 2008).

O resultado é sentido em todo o arquipélago de Tinharé, desde a década de 1980. Naquela década, o poder público do estado passou a investir no turismo em diversas regiões da Bahia, entre elas o município de Valença, na região da Costa do Dendê. As pessoas se hospedavam em Valença para visitar os balneários da região, incluindo as praias do arquipélago de Tinharé. Cairú passou então a ser um destino conhecido e, aos poucos, o turismo passou a ser a principal fonte de renda do município, substituindo a atividade agrícola e condicionando a produção da pesca e do extrativismo (Virgens, 2010, pp. 34-33).

Contudo, um dos aspectos mais complexos deste processo de perda de terra evidenciado é o fato de a população que habita o litoral ter perdido, junto com a terra, a possibilidade de plantar e o conhecimento agrícola. Atualmente a associação direta entre os moradores do arquipélago de Tinharé e a atividade de pesca esconde o processo histórico no qual estas comunidades foram obrigadas a recorrer exclusivamente aos recursos marítimos. Apesar de sempre existir a relação entre o morador de Tinharé e o mar, o recurso da pesca era o complemento da sua dieta. Dona Antônia conta que, antigamente, seu pai vivia da agricultura. Ela lembra dele pescar para o próprio consumo e vender apenas a sobra. Sua principal atividade era a agricultura. Vale lembrar que Galeão era um antigo povoado de lavradores que

construíram fazendas e pequenas propriedades produtoras de gêneros alimentícios diversos, até meados do século XIX.

O modo de vida do indivíduo que morava próximo ao mar articulava muitas atividades, fossem elas de natureza extrativista, fossem de natureza agrícola. Ele plantava diversas culturas nos ambientes propícios para tais, além de manejar a mata, introduzindo árvores frutíferas e caçando. Sua visão de mundo, suas festas, seus rituais, suas noções de tempo e espaço assentavam-se sobretudo, na sua relação com a terra e os ciclos naturais da agricultura (Silva, 2004, p. 50). No arquipélago de Tinharé, o mar tinha mais importância como meio de locomoção, restrito aos canais internos do estuário. Os costões do mar aberto eram locais de captura de mariscos, eventualmente frequentados.

Obviamente o processo de abandono da agricultura e a consequente dependência da população de Galeão na atividade de pesca, foi gradual. Parte desse processo foi a criação das áreas de proteção ambiental estaduais existentes no município de Cairú: a APA Tinharé-Boipeba, abrangendo grande parte das ilhas homólogas, e a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, localizada na ilha sede. A primeira foi criada no ano de 1992, pelo Decreto Estadual nº 1.240 e seis anos depois teve seu Plano de Manejo aprovado pela Resolução nº 1.692. Apesar de considerar uma parcela da área como zona agrícola (ZAG), correspondente as "áreas de terraços marinhos, flúvio-marinhos e colinas", a incorporação deste termo contemplou apenas as fazendas de monocultura da piaçava. O artigo 17º da Resolução prevê ainda como tarefa do poder público municipal a implantação de "programas de incentivo aos pequenos produtores através de programas de cooperativas, assistência técnica e apoio à comercialização". No entanto, quando o Plano de Manejo foi aprovado em 1998, os relatos de moradores de Galeão atestam que havia apenas poucos moradores mais velhos praticando a agricultura de subsistência, não mais por necessidade, pois viviam da aposentadoria, mas como hábito de uma atividade que exerseram durante toda a vida.

O Diagnóstico do Plano de Manejo da APA confirma a informação dos moradores e fornece outros dados sobre a pesca na época. Segundo o Relatório, cerca de 45% dos recursos nas ilhas de Tinharé e Boipeba eram provenientes da agricultura nas grandes fazendas de coco, dendê e piaçava. A existência de lavouras de subsistência, como o milho, o feijão, a mandioca e demais oleícolas não foram verificados em nenhuma das ilhas. "Os moradores das ilhas apenas plantam algumas poucas espécies frutíferas nos quintais, possuindo o hábito de recolher dos campos algumas frutas nativas tais como o caju e a mangaba". No tópico

seguinte sobre a pesca, o diagnóstico destaca sua "característica artesanal e possui crescimento acentuado" entre os moradores das ilhas.

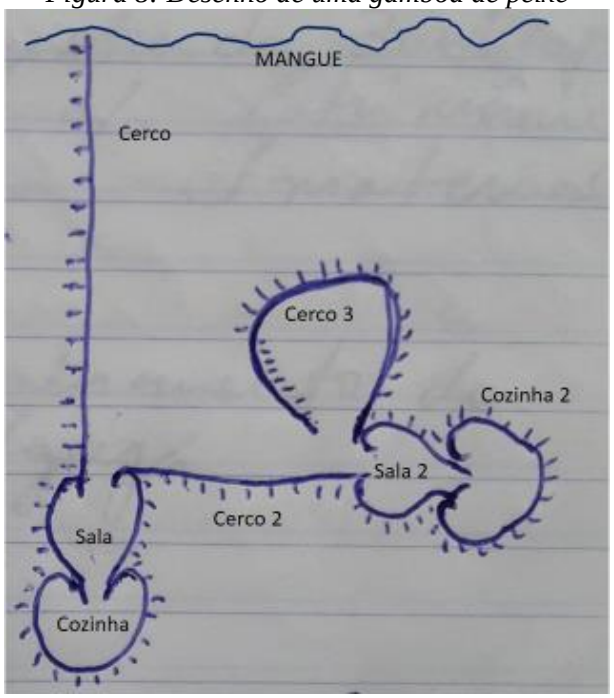
Os principais portos de pesca na década de 1990 eram Morro de São Paulo, Boipeba, Garapuá e Cova da Onça. Nesta época, Galeão se destacava pelo extrativismo de piaçava empregando a maioria dos homens, e a mariscagem ocupando a maioria das mulheres. Não obstante, a pesca artesanal era uma atividade conhecida pelos moradores de Galeão e sempre foi praticada por muitos. Como sinaliza o estudo do Plano de Manejo, apenas na virada do milênio, a pesca tornou-se a principal fonte de renda dos moradores de Galeão. Antes disso, as pessoas mantinham o modo de vida local característico de um passado remoto, quando a pesca convivia com a empreitada na coleta de piaçava e atividades de subsistência, como a agricultura de raízes, grãos e cereais, a caça e criação de animal, além de frutas cultivadas em sistema agroflorestal.

Atualmente, Galeão é considerado uma vila de pescadores e desponta entre os principais pontos de compra e venda de pescado na região. Todavia, a pesca continua sendo realizada em moldes artesanais. Mesmo que se pese as transformações sociais na prática pesqueira, assim como ocorrem em outras comunidades litorâneas nas últimas décadas, o pescador de Galeão permanece aplicando seus conhecimentos aprendidos na prática da vida passada em cima da canoa, dotado de uma forma de ordenação temporal e espacial dissonante do contexto urbano-industrial e um conjunto de saberes patrimoniais decorrentes de sua histórica interação com o mar, dos quais a modernidade não pode prescindir. Embora o pescador artesanal seja dependente do mercado da pesca e ele tenha a racionalidade do mercado, podendo contar com o motor para isso, é possível dizer que este sujeito ainda é senhor de seu tempo, pois sua vida não segue o tempo ditado pelo relógio, mas o movimento próprio dos elementos que influenciam o mar, como a maré, a lua, as estrelas, os ventos, os cardumes, entre outros segredos (Cunha, 2004, pp. 106-107).

Assim, as famílias envolvidas nessa atividade são movidas pelo tempo da maré. Diferente de outras comunidades de Cairú, todos os pescadores de Galeão praticam sua pesca no interior do estuário. As formas de pesca praticadas são com uso da vara, da rede ou da armadilhas. As armadilhas de pesca são variadas entre objetos de cestarias e estruturas grandes armadas no fundo lodoso dos canais do estuário. Estas estruturas fixas são denominadas *camboas*.

A camboa tradicional é feita para capturar peixes. Elas são confeccionadas com estacas grossas e varas finas de madeira, com mais de 2 metros de altura, além de taquara e piaçava cortadas em tiras de 2 a 3 cm de largura e 2 metros de altura. As estacas são fixadas no fundo do estuário, servindo como suporte para os outros materiais. Na montagem da camboa, as estacas são as primeiras a serem colocadas, moldando o tamanho e formato da estrutura. Com as varas, as tiras de taquara e a palha da piaçava são confeccionados três tipos de esteiras (cada uma com seu material), amarrados com linha de piaçava e cortados do mesmo tamanho.

Figura 8: Desenho de uma gamboa de peixe



Fonte: Desenho coletado durante o trabalho etnográfico.
Autor: Antônio Abílio Anastásio de Jesus (Badalo), 2017.

Toda a estrutura da camboa é formada por um conjunto de três partes: o cerco, a sala e a cozinha. A *Figura 8* apresenta o desenho feito por Badalo. Ele representou uma camboa reforçada com dois conjuntos. Segundo ele, caso o peixe escape do primeiro cerco, cairá no segundo e ainda tem um terceiro em forma de ferradura. A camboa convencional de mais baixo custo, é formada por apenas um conjunto, no qual o cerco é montado com as estacas alinhadas em uma distância de aproximadamente 1 metro uma da outra, desde a borda do mangue até a parte mais funda do estuário. Em seguida, o cerco é fechado com as esteiras das varas, formando uma tela de malha fina que impede a passagem dos peixes. Os peixes que

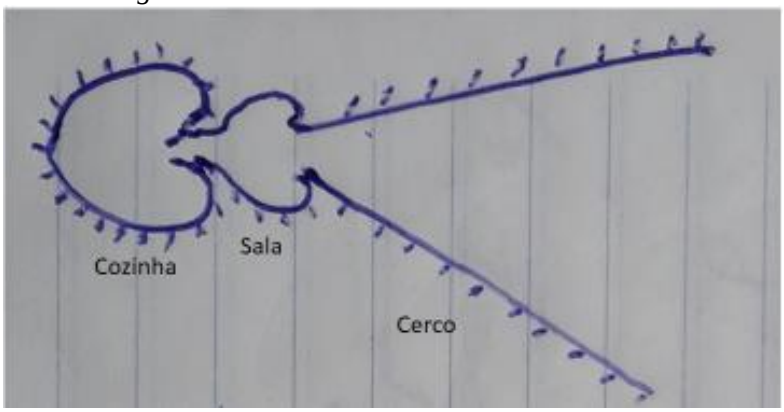
estão nas raízes da vegetação do mangue durante a maré cheia, são conduzidos pelo cerco até as partes da camboa (sala e cozinha), instaladas na porção mais funda do estuário.

Após a montagem do cerco, é a vez da instalação da sala e da cozinha. A primeira é a sala, por onde o peixe entra primeiro. Ela tem o formato afunilado, com a abertura maior na entrada e a saída menor para a cozinha. A sala é feita com a esteira de taquara amarrada nas estacas de madeira, também. A malha da esteira de taquara é ainda mais fina que a esteira de varetas e sua função é conduzir o peixe para dentro da cozinha. Já a cozinha é ovalar e não tem saída. Ela é confeccionada com uma esteira de piaçava amarrada nas estacas para impedir que o peixe escape.

Além da camboa de peixe, os pescadores de Galeão praticam também a pesca com a camboa de camarão. A Sra. Delzuita Sena Campos da Silva, conhecida como Dona Dezinha, nasceu na vila em 1940, onde vive ainda hoje. Ela conta que a camboa de camarão foi criada por seu pai, Sr. Antônio Macale Campos, como uma variação da camboa de peixe[15]. Ultimamente, devido à alta no comércio deste crustáceo, aquela camboa é a mais utilizada.

Diferente da camboa de peixe, a de camarão é em forma de "V", como um funil, com a sala e a cozinha montadas onde as duas fileiras se encontram (*Figura 9*). Os cercos da camboa de camarão são as duas fileiras. Elas conduzem o camarão para o fundo da estrutura, onde estão a sala e a cozinha. Assim como na camboa de peixe, a sala garante que o camarão entre na cozinha e não saia.

Figura 9: Desenho de uma camboa de camarão



Fonte: Desenho coletado durante o trabalho etnográfico.
Autor: Antônio Abílio Anastásio de Jesus (Badalo), 2017.

[15] Depoimento coletado no dia 24 de abril de 2019.

Assim como a camboa de peixe, as estacas são as primeiras a serem fixadas no lodo do canal, lado a lado, fazendo o desenho das estruturas dos cercos, da cozinha e da sala. Em seguida, as esteiras de varas são amarradas nas estacas do cerco. Cada um dos dois lados do cerco recebe três esteiras de oito braços cada. Depois, a sala é envolvida com a esteira de piaçava, e, por fim, fecha a cozinha com a esteira de taquara. São duas esteiras para a sala e duas para a cozinha, cada esteira de 12 palmos. Ainda mais importante do que na camboa de peixe, para a camboa funcionar na captura de camarão é importante alinhar com atenção a parte de baixo de todas as estruturas e fixa-las bem no fundo, utilizando a palha da piaçava como arremate, para tampar todos os supostos buracos que venha a ter. Esta palha é o refugo gerado no processo de produção do cordel de piaçava. Como veremos, este refugo é gerado no trabalho das mulheres, na própria vila de Galeão.

A camboa de camarão é armada no meio do canal do estuário. Os pescadores dizem que quanto mais fundo o local melhor para fazer a camboa. Porém não pode ser bastante fundo ao ponto do pescador não ter apoio durante a maré baixa. As marés são conhecidas pelos fatores relacionados com a pesca e nomeadas entre os pescadores, com menção ao seu movimento de transição. Assim, quando a lua está nas fases intermediárias (minguante e crescente), a maré é denominada *morta*, com pouca variação entre a fase alta e baixa. Estas luas são as melhores para captura de peixe. Em dias de lua completa (cheia e nova), a maré é chamada de *grande*, momento ideal para capturar sirí e camarão. A camboa de camarão é armada durante esta última maré, quando o mar atinge seu nível extremo em ambas as fases. Na fase da maré baixa, os pescadores conseguem alcançar o fundo do canal com a estaca e a palha de piaçava. O trabalho na camboa ocorre sempre na maré baixa, tanto para armar a estrutura da armadilha, quanto para recolher o pescado.

Para a construção de uma camboa de camarão é necessário: 150 estacas de madeira; 300 dúzias de varas pequenas; 400 taquaras; 260 palhas de piaçava; e 2 arrobas de linha de piaçava. Sobre os custos de produção e manutenção das camboas, Badalo revela que uma camboa custa em média 300,00 reais de material e dura até dezoito meses, se for bem conservada. Neste valor está incluso também o consumo de gasolina do barco e o aluguel do trator que carrega a madeira retirada no mato para fazer as estacas, mas não é considerado a mão-de-obra.

Prancha 4: Camboas, Galeão, Cairú (BA)











Figura	Descrição
1	Vista aérea das camboas na paisagem da Vila de Galeão (Foto: David Vargas, 2020)
2	Confecção das estacas (Foto: Fabio Guaraldo, 2017)
3	Confecção das esteiras (Foto: Fabio Guaraldo, 2017)
4	Esteira semi pronta (Foto: Fabio Guaraldo, 2017)
5	Esteiras expostas (Foto: Fabio Guaraldo, 2017)

Prancha 5: Camboas, Galeão, Cairú (BA)













Figura	Descrição
6	Chegada no Costeiro (Foto: Fabio Guaraldo, 2017)
7	Canoa com os materiais para montagem da camboa de camarão (Foto: Fabio Guaraldo)
8	Montagem da camboa de camarão (Foto: Fabio Guaraldo, 2017)
9	Instalação das estacas da camboa de camarão (Foto: Fabio Guaraldo, 2017)
10	Instalação da esteira da cozinha da camba de camarão (Foto: Fabio Guaraldo, 2017)
11	Camboa de peixe pronta (Foto: Fabio Guaraldo, 2017)

A unidade básica de trabalho é a família, nuclear ou estendida, no entanto, não raras as vezes em que a relação de trabalho amplia a relação familiar e parceiros de trabalho são incorporados como novos membros da família na forma de padrinhos, compadres, cunhados, genros ou sogros. Enquanto a instalação da camboa no estuário é realizada sempre com pelo menos duas pessoas (irmãos, pai e filho, cunhados, vizinhos, amigos próximos ou genro e sogro). A confecção dos materiais que vão na estrutura da camboa é realizada na forma de mutirão, em terra firme, próximo à área de moradia. Os mutirões envolvem duas ou mais pessoas, incluindo membros da família estendida, como cunhado, tio, sobrinho e amigos. As mulheres também participam, principalmente a esposa do dono da camboa. Mas, normalmente, todo o trabalho de pesca com camboa é feito pelos homens, inclusive a confecção dos materiais envolvidos.

A relação entre os participantes do mutirão ocorre na forma de favores e troca de trabalho entre parentes e amigos vizinhos. Este é um fator importante na caracterização do trabalho artesanal. Como não envolve a contabilidade da mão-de-obra, negociada na forma de troca de favores, não pode ser considerada uma relação de exploração da mão-de-obra envolvendo a contabilidade de mais valias (Diegues & Nogara, 2005).

Desta forma, o trabalho relacionado às atividades de pesca são pautadas por formas dinâmicas de manutenção dos relacionamentos sociais alheias a lógica de dependência e exploração da força de trabalho própria do capitalismo. O mutirão envolvendo mais de duas pessoas promove um regime de acordos que se sustenta na constante troca de favores e novos compromissos firmados. A sociabilidade entre os pescadores se retroalimenta na dinâmica da rotina de trabalho, quando ao ajudar um vizinho ou parente, este último se compromete em te ajudar também.

Todo o processo de confecção das esteiras e estacas ocorre próximo a residência do responsável pela camboa, por isso, normalmente, os mutirão são realizados entre os pescadores vizinhos. Assim, como as relações de parentesco e de vizinhança se confundem, pode-se dizer que a formação dos grupos de pesca prioriza a relação de vizinhança. Portanto, a configuração espacial de distribuição das unidades de moradia na vila de Galeão compreende as formas de sociabilização inerente as atividades relacionadas à pesca.

Três núcleos de pesca de camboa existem atualmente em Galeão: o grupo da rua de São Francisco (próximo à igreja), o grupo de pescadores da rua Direita até o Cajueiro (ao lado do

campo de futebol) e o grupo de pescadores do bairro Gabiru. Além das casas, toda a materialidade dos bairros de pescadores – relacionadas ou não às atividades de pesca – são ordenadas espacialmente e se configuram como lugares de sociabilidades, arranjos próprios no desenvolvimento das diversas relações da pesca e do pescador. Portos, galpões, trilhas de acesso, fontes, esteiras, estacas, enxadas, objetos relacionados à pesca como, redes, pesos de pesca e artesanatos como, samburá, bicheiro, embiricica, ripicher, pulça, munzuá, facheira e outros[16], além de estabelecimentos comerciais e de serviços, bares, mercados, praças e largos, ruas e calçadas, configuram a materialidade apropriada, transformada e construída segundo representações simbólicas e sociais da relação do pescador com o mar (Cunha, 2004).

Os espaços da vila são bem definidos segundo a divisão de gênero que também segue as atividades de pesca. Enquanto os homens exercem a pesca, instalando os cercos e armadilhas de caranguejo ou coletando mariscos no mangue, as mulheres ocupam as varandas ou calçadas na frente das casas para descascar os mariscos (ato denominado *mariscar*). Outro lugar ocupado pelas mulheres marisqueiras é o gramado, no extremo sul da orla do porto, debaixo das árvores. Com raras exceções as mulheres acompanham seus maridos na pesca, mas com frequência elas se ocupam de pegar mariscos no mangue.

Desta forma, o modo de sociabilização inerente à pesca é um dos fatores de influência não apenas da atual configuração socioespacial na vila de Galeão, como também na paisagem dos canais do estuário, uma vez que este é o *locus* privilegiado da reprodução social dos pescadores. Entre os pescadores de Galeão existem lugares específicos e conhecidos para armar as camboas. Cada grupo de pescador é responsável por um conjunto de lugares nos canais do estuário, onde armam suas camboas. O conjunto destes lugares recebe a denominação de *"Costeiro de Camboa"*. Como em Galeão existem três grupos de pescadores, cada grupo é responsável por seu Costeiro de Camboa (*Figura 10: Mapa do Costeriro de Pesca*). Assim, o grupo da rua de São Francisco arma as camboas no *Costeiro de cima*, próximo a ilha Sarue e no rio Lamarão; o grupo de pescadores da rua Direita arma as camboas na frente do porto central e ao longo da costa da vila, conhecido como *Costeiro do meio*; enquanto o grupo de pescadores do bairro Gabiru arma as camboas no Cotovelo e na Ponta da

[16] *Samburá* é um cesto arredondado, feito de palha para carregar peixe ou caranguejo; *bicheira* é uma vara de madeira, com uma empunhadura de um lado e um anzol na ponta; *embiricica* é uma corda com uma cabaça na ponta para prender os peixes alinhados; *pulça* é uma rede de pegar camarão. *Ripicher* é uma rede para *faxiar* a camboa. *Faxiar* é apanhar peixe ou camarão presos na camboa *Munzuá* é uma armadilha confeccionada com cipó, utilizada para pegar peixe e moreia no mangue.

COSTEIROS DE PESCA

N
W E
S

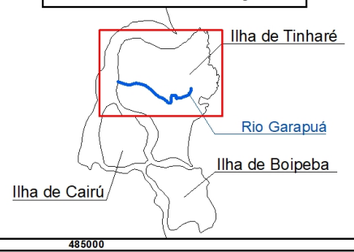
COSTEIRO DE CIMA

COSTEIRO FRENTE DO PORTO

COSTEIRO COTOVELO E PONTA DA PEDRA



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul

ESCALA: 1:90.000

LEGENDA

- PESCADORES DA RUA DE SÃO FRANCISCO
- PESCADORES DA RUA DIREITA E CAJUEIRO
- PESCADORES DO BAIRRO GABIRÚ

© OpenStreetMap (and) contributors, CC-BY-SA

Pedra, em direção a ilha de Benedito, o *Costeiro de baixo*.

Embora a apropriação destes lugares não ocorra de forma homogênea entre todos os pescadores, cada Costeiro de camboa é uma paisagem compartilhada entre os indivíduos do mesmo grupo de pesca. A relação do pescador com os lugares não é de propriedade, mas uma apropriação temporária de lugares comuns à todos. Como todos ocupam algum lugar no costeiro de pesca, destaca-se o sujeito que sabe escolher o melhor lugar, tanto para capturar a pesca, quanto para montar e manter a armadilha por mais tempo, com menos trabalho e gasto.

Na década de 1970 e 1980, John Cordell descreveu a distribuição espacial das famílias de pescadores artesanais do município de Valença (Cordell, 1983). Ele se impressionou pela forma como, em busca dos recursos do estuário, os pescadores legitimam seu sistema de apropriação social do espaço marítimo sem nenhuma legislação ou controle externo às comunidades (Cordell, 1989). Décadas depois, Begossi atesta que a configuração espacial da pesca praticada pelos pescadores de Valença pouco mudou em relação às anotações de Cordell (Begossi, 2006). Ainda que os estudos de Cordell e, posteriormente, de Begossi não tenham contemplado entrevistas com pescadores de Galeão, os locais dos Costeiros de pesca utilizados por estes últimos foram mapeados por ambos pesquisadores[17]. Isso mostra que os locais de pesca são espaços compartilhados entre pescadores de outras comunidades regionais. Além disso, o resultado do trabalho de Begossi ressalta a eficaz da prática de pesca tradicional em preservar os lugares de captação de recursos.

Por outro lado, se os lugares são compartilhados, os pescadores consideram as camboas como propriedades. Cada pescador pode ter quantas camboas conseguir cuidar. Badalo, por exemplo, estava com três camboas quando foi realizada a pesquisa etnográfica, mas ele ressaltou que já administrou mais de sete camboas ao mesmo tempo. Depois de armadas, os trabalhos nas camboas são quinzenais, para buscar o peixe ou o camarão preso na armadilha. Quando o dono da camboa realiza a coleta da presa, ou autoriza alguém a realizar por ele, os pescadores chamam de *faxiar*. Mas quando é uma terceira pessoa sem autorização, a denominação é *mariscá*. Ou seja, faxiar é a coleta em sua camboa, enquanto mariscá é o furto, caracterizado pela apropriação da pesca na camboa alheia. O mariscá é o principal fator de conflito entre os pescadores de camboa. Segundo Badalo, muitos casos de mariscá ocorrem no

[17] Cordell apresenta um mapa com as áreas de pesca no interior do estuário (Cordel, 1983, p. 14). Ele registrou como pontos de pesca antigas fazendas de Galeão e no rio Garapuá, os antigos acampamentos de mariscagem foram mapeados com a mesma toponímia atual. Abordaremos este assunto no capítulo 5 e 6.

estuário. Como os canais são extensos lugares de passagem e trânsito de pescadores, o mariscá ocorre sem ninguém ver.

Por isso, também, o pescador está constantemente visitando e transitando próximo a sua camboa. Além de faxiar quinzenalmente, ele precisa cuidar da manutenção das camboas. A cada três luas (21 dias) as esteiras das salas e da casa têm que ser retiradas para limpeza e manutenção. As estacas são retiradas e trocadas quando ficam podres ou são atacadas pelo busano[18]. Já a esteira do cerco não precisa de tanta manutenção. Geralmente, o dono da camboa é quem realiza a sua manutenção e não envolve mutirão. No entanto, os trabalhos possibilitam encontros rotineiros. Como o momento diário de estar na camboa é durante a maré baixa, todos os pescadores se encontram no porto antes de sairem para a maré, percorrem o mesmo percurso até a costeira onde trabalham em suas próprias gamboas e eventualmente se encontram na volta. Essa dinâmica permite que ajudas mútuas ocorram entre eles, como carona, empréstimo de ferramentas e, principalmente, troca de informações e conhecimentos.

O abandono de um lugar ou de uma camboa ocorre quando a madeira apodrece, ou nos casos da estrutura da camboa juntar tanto sedimento que provoca o assoreamento do lugar e sua inutilidade de sua função. Nestes casos, o pescador abandona aquele ponto específico onde montou a armadilha, e troca de lugar dentro do mesmo costeiro de pesca. Ainda assim, mesmo que para o leigo seja um deslize sutil, os pescadores consideram haver falta de conhecimento do responsável por instalar a camboa em um lugar inapropriado. Os elementos que envolvem os canais são familiares aos pescadores, por isso eles conseguem prever sua dinâmica e saber as variáveis de cada lugar. São conhecimentos que envolvem o que Lúcia Helena Cunha denomina de "*noção tridimensional do espaço*, que abrange seus distintos domínios de vida – mar, terra e céu – dotados de significado"[19] (Cunha, 2004, p. 107).

Percebe-se então, que os lugares de instalação das camboas são escolhidos considerando dois fatores principais. O primeiro fator terrestre, a acessibilidade em relação ao núcleo de moradia do pescador, pois este fator envolve a dinâmica de trabalho e as relações de

[18] O Busano é um molusco xilofágico, pertencente à família Teredinidae. Como os demais membros da família, este molusco ataca as madeiras submersas. Cientificamente é denominado *Teredo* ou *Taredo* (*Taredo navalis*). Popularmente é conhecido como gusano, busano, turu ou cupim-do-mar (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teredo_navalis, acesso em 05/03/2020).

[19] Grifo da autora da citação.

sociabilidade entre parentes e vizinhos, configurando a materialidade do lugar[20]. O segundo fator de escolha envolve as propriedades físicas dos lugares do mar, passíveis à instalação das camboas. Este fator só pode ser considerado quando o pescador conhece a história do lugar (quem já instalou camboa e quantas vezes, houve ou não desmatamento no mangue, etc), domina suas propriedades (principalmente a topografia, vazão da água e "comportamento" da pesca) e, assim, consegue prever sua dinâmica para o aproveitamento da pesca.

Cada costeiro de camboa possui uma dinâmica ambiental própria. Sua extensão é conhecida com base no conjunto de lugares nomeados. Segundo Alexandre Abílio de Jesus, de 18 anos, filho do Badalo: "Cada lugar no mar tem seu nome de referência". Ele explica que os nomes referenciam as características ambientais dos lugares ou dos elementos que existem nestes lugares Assim, ele e seu pai têm camboas de camarão armadas na "Concha", no "Michica"[21] e na "Areia", todos estes lugares estão localizados no costeiro de cima. Apesar dos nomes serem bem definidos, para observadores externos, os limites dos lugares parecem flexíveis, sem fronteiras aparentes no meio do mar. A vivência diária e rotina no mar proporciona o conhecimento dos lugares, com suas características próprias e histórias.

Particularmente, as camboas de peixes são armadas em ambientes característicos por possuírem uma maior complexidade de habitat típicos dos mangues (*Rizophora*). A abundância de alimento e proteção contra predadores são atrativos para diversos peixes que habitam este ambiente. Esta dinâmica característica destes lugares são conhecimentos acumulados ao longo do tempo pelos moradores sobre seus hábitat e recursos diversos que utilizam e com os quais interagem. Estes conhecimentos são chamados na literatura especializada de etnoecologia ou conhecimento ecológico local (Begossi, 2006; Diegues, 1983; Fernandes-Pinto & Marques, 2004; Gragson & Blount, 1999). Giglio e Freitas apontam que as características deste tipo de pesca somadas ao tamanho das malhas utilizadas, tornam a pesca com rede de camboa uma prática com relevantes impactos para as espécies capturadas (Giglio & Freitas, 2013, p. 256). Outros especialistas apresentam dados contrários (*e.g.* Diegues, 1983; Begossi, 2006). A pesquisadora Fernandes-Pinto, por exemplo, demonstra que o conhecimento ecológico dos pescadores incluem detalhes sobre os hábitos alimentares dos peixes e as interações tróficas entre diferentes grupos de organismos. Através destes conhecimentos, os pescadores assumem comportamentos conservadores para controlar o

[20] Este fator também foi registrado por Begossi (2006, p. 8) em relação aos pescadores de Valença.

[21] Michica é o nome regional para água viva.

equilíbrio da cadeia alimentar e preservar sua fonte de recurso (Fernandes-Pinto & Marques, 2004).

A parte aos estudos biológicos, pesquisas históricas, arqueológicas e antropológicas mostram que a técnica da pesca por armadilhas fixas é uma prática comum entre os indígenas no Brasil, desde antes da chegada dos colonizadores. Em estudo sobre a linguagem da pesca entre os Guarani, Francisco Noeli explorou os dicionários *Tesoro* e *Vocabulario de la lengua Guarani*, publicados entre 1639 e 1640, pelo missionário Antônio Ruiz de Montoyas, de onde conseguiu identificar as armadilhas e técnicas de pesca praticadas por estes grupos indígenas. Entre as armadilhas mais permanentes, o autor destacou os termos: *zarzo* traduzido como "cerco vegetal", *pemby* "parede trançada com caniços, galhos com que desviam o rio" e o *takua pemby* referindo-se a "cerco trançada de taquara". Noelli encontrou ainda o termo *pari* como sendo o cerco feito de pedra nas paredes, com o chamado *zarzo* "como o cesto que captura os peixes que são conduzidos pelas paredes de pedra do *pari*" (Noelli, 2019, pp. 43-45). Estes nomes parecem ilustrar a disseminação da técnica de pesca com cerco entre os povos indígenas do litoral brasileiro.

Do outro lado do Atlântico, a pesca por cerco também é praticada pelos africanos. Diegues cita o estudo do pesquisador Bourgoignie na região das cidades dos lagos em Dahome. Segundo Bourgoignie, a população desta região desenvolve uma armadilha de pesca denominada *akadjá*, que tem como estrutura galhos alinhados para atraírem as mais variadas espécies de peixes, em diversas fases de sua vida reprodutiva, para em seguida os pescadores selecionarem os que estão em idade adulta para serem consumidos (Bourgoignie, 1972 *apud* Diegues, 2008, p. 157). Para Diegues, esta armadilha é semelhante com os caiçara do litoral paulista e as camboas de Tinharé.

No Brasil do período escravocrata, existem registros dos denominados "pretos minas" realizando a pesca por camboa. O clássico documento apresentado por Stuart Schwartz sobre o tratado proposto pelos escravos de Manoel da Silva Ferreira, durante o tempo em que estavam em levante, revela aspectos interessantes sobre a prática de pesca dos africanos e seus descendentes escravizados na fazenda Santana, um engenho de açúcar localizado em Ilhéus. Escrito pelos próprios escravizados que estavam aquilombados nas matas da fazenda, no ano de 1790, os autores deixam claro em um trecho do documento, que não apreciam a pesca com camboa, eles gostam de pescar com rede e tarrafa e que a tarefa de fazer e pescar com camboa deveria ser atribuído aos africanos minas. Assim está explicitado no documento:

> *Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoa.*
>
> *Não nos há de obrigar a fazer camboa, nem mariscar, e quando quiser fazer camboa e mariscar mande os seus pretos Minas.* (Schwartz, 2001, p. 119).

O tratado será abordado com maior prioridade em outro momento desta pesquisa. Por hora é interessante perceber como os autores do documento marcam a diversidade existente entre os escravizados do Engenho e suas tarefas. Provavelmente, o tratado foi escrito pelos denominados crioulos e ladinos[22]. Eles listam diversas exigências principalmente em torno das condições de trabalho tanto na produção da fazenda, quanto as produções para seus próprios sustentos. Entre as exigências, a passagem demonstra como os autores do documento se desobrigam a fazer camboa e mariscar. Eles direcionam estas tarefas para os "pretos Minas", deixando subjetivo que estes sim as praticavam com familiaridade e desenvoltura. Para si, eles exigem rede, tarrafa e canoa, pois praticavam a pesca "para poder viver".

A passagem faz entender que eles não comercializavam os produtos da pesca e que esta atividade era para consumo das pessoas do engenho, tanto do senhor e homens livres (incluindo para estes os mariscos), quanto do grupo escravizado divididos entre os minas (que gostavam da dieta de marisco) e os demais (que preferiam peixes). O documento não menciona qualquer origem ou descendência dos autores do tratado. A certeza é que eles não tinham qualquer relação com os africanos Minas, da África Ocidental.

A passagem mostra ainda que a camboa não era uma técnica de pesca apreciada pelos escravizados não minas, mas não especifica os motivos. Sabe-se que em Cairú, a camboa era amplamente difundida na primeira metade do século XIX. Entre a documentação histórica do município, o Artigo 20 das Posturas Municipais, publicadas no ano de 1837, cita a prática de camboa na costa da sede municipal. A legislação proíbe:

> *(...) plantar camboas de pau-a-pique na costa desta Vila* [sede], *desde o rio Ferreiro até o porto grande. Os que as plantarem em outros lugares, quando as tirarem, serão obrigados a arrancar as estacas,*

[22] Utilizo estes termos de acordo com a definição utilizada por Kátia de Quirós Mattoso em sua obra "Ser escravo no Brasil", em consonância com os documentos coloniais e do Império da época, onde *crioulo* é o substantivo atribuído ao escravizado africano nascido no Brasil e *ladino* é o escravizado africano que sabe falar português, tem noção da religião cristã e conhece os rudimentos de uma arte ou ofício (Mattoso, 1988).

> *pelo dano que podem causar às canoas. Os infratores serão punidos com a multa de quatro mil reis, e o duplo nas reincidências*[23].

A Postura mostra que a prática da camboa era intensamente disseminada entre os pescadores de Cairú, desde o início do século XIX. A presença das camboas prejudicava a navegação, ao ponto da Câmara municipal emitir uma Postura proibindo sua instalação nas proximidades da sede. No entanto, a Lei não menciona punição para os escravizados, como era usual. Provavelmente essa ausência não é aleatória, mas indica que a camboa não era uma materialidade que deve ser genericamente associada aos africanos escravizados no Brasil. A documentação histórica mostra que os escravizados não faziam camboa para seu próprio sustento, mas a mando dos senhores.

Por sua vez, a etnologia desenvolvida com os pescadores de Galeão indica que a camboa é uma estrutura reconhecida como propriedade do pescador (ainda que por um período de tempo determinado). Ele é responsável por organizar o mutirão para produzir suas estruturas, escolher o melhor lugar do canal para sua instalação e, depois de instalá-la, deve cuidar de seu manejo e manutenção. Todo o produto existente na camboa é de sua propriedade, sujeito, inclusive, a ação de furtos.

Neste sentido, sendo uma estrutura que envolve a relação de propriedade, a camboa estava associada à figura do senhor e não do escravizado[24]. No caso, as camboas eram feitas, instaladas e manuseadas pelos escravizados (sejam minas ou não), mas sua propriedade, produção e, consequente responsabilidade era do senhor. Possivelmente, isso não era impedimento para os escravizados buscarem meios de se beneficiarem dos pescados recolhidos nas camboas dos senhor, ou constrirem camboas em lugares menos frequentados pelos brancos, mas explica por que a Postura sobre o impedimento de fazer camboa não mencionou punição aos escravizados.

Essa relação de posse da estrutura de pesca, possivelmente, tem sua origem em Portugal. Como um país de vasta extensão de costa marinha e rios internos, os portugueses possuem antiga relação com a pesca. Segundo a historiadora portuguesa, Inês Amorim, a propriedade dos recursos constituiu um dos sustentáculos das classes nobre e eclesiástica

---

[23] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Postura. Maço 856, Posturas, Câmara de Cairú (1830/1886) (21 de outubro de 1831).

[24] Até 1871, a legislação no Brasil não permitia os escravizados terem propriedades (Carneiro da Cunha, 1986).

portuguesa. Assim, também os produtos da pesca eram normalmente um direito senhorial, com lucros nas taxas fiscais cobradas pelos condados, dioceses, castelos e mosteiros (Amorim, 2004). Constantino Lacerda Lobo ao publicar seu estudo sobre a atividade pesqueira em Portugal, no início do século XIX, apontou o fator fiscal como condicionador da pesca, junto com outros fatores estruturais da época que marcaram as discussões que se sucederam ao longo daquele século (Lobo, 1812).

Lobo dedica um capítulo de sua obra titulada "Memoria sobre a Decadência das Pescarias de Portugal" para falar "sobre os *Caneiros* e Pescarias" (Lobo, 1812). O Caneiro, também conhecido por caniço, é uma armadilha de pesca artesanal estruturalmente armada nos rios de Portugal, cuja origem remonta ao paleolítico. No rio Guadiana, uma estrutura permanecia armada, até recentemente, como testemunho desta prática de pesca (Afonso-Dias et al, 2001, p. 33). A descrição da estrutura e dinâmica desta armadilha de pesca se assemelha muito à lógica da camboa de Tinharé. Segundo Afonso-Dias et al (2001, p. 32-33):

> *Estas armadilhas consistiam num conjunto de estacas, colocadas verticalmente sobre um pontão de pedra argamassado, disposto perpendicularmente ao açude, e entrelaçadas com ramos de loendro, de modo que um grosso caudal de água fosse canalizado no sentido do pontão.*
>
> *O peixe, uma vez encaminhado para o Caneiro, acabava por ficar retido na extremidade oposta, sobre-elevada e geralmente coberta por uma rede de pesca para evitar a fuga das enguias. O peixe era retirado pelo pescador (geralmente o próprio moleiro) que, para o efeito, se deslocava numa pequena embarcação.*

Percebe-se a semelhança entre estas estruturas de pesca e a técnica da camboa praticada pelos moradores de Galeão. Certamente não é a mesma estrutura desenvolvida pelos portugueses, ou pelos indígenas no período pré-colonial ou, ainda, pelos africanos da região do antigo Dahomé. Em Tinharé não é necessário ter a base de pedra para fixação das estacas, assim como a dinâmica de vazão do lagamar é diferente das águas de um rio. Ainda assim, a técnica de conduzir o peixe até uma redoma que impeça sua saída é o princípio da técnica compartilhada por todas as armadilhas descritas. A presença de indivíduos destas regiões, certamente propiciou a sociabilização e prática destas técnicas semelhantes de pesca, conciliando na perpetuação da prática até os dias de hoje. Como técnica tradicional, a atual pesca por camboa desenvolvida em Galeão é resultado de práticas antigas transmitidas por

gerações nas diferentes regiões da Europa, da África e do Brasil, encontrando em Tinharé, e outras regiões do país, o contexto social e ambiental ideal para perpetuação destes saberes.

1.8. O EXTRATIVISMO E OUTRAS FONTES ECONÔMICAS

Além da pesca, a segunda principal atividade econômica de Galeão é o extrativismo da piaçava. Esta atividade sempre teve destaque na comunidade, desde o período colonial, quando os estaleiros da ilha utilizavam as palmeiras para fazer estopa e cordoaria. Na segunda metade do século XIX, quando a extração de madeira de lei se estingue na ilha, a importância da piaçava para a economia do município aumenta. Neste período, os vereadores da Câmara de Cairú encaminham para aprovação da casa legislativa o Projeto de Postura que obriga a plantação de tubérculo, entretanto, apesar da necessidade de se plantar alimento para consumo e comercialização, a Postura faz questão de enfatizar aos fazendeiros para "conservarem os coqueiros de piaçava, não as destruindo nem consentindo destruir com o reprovado sistema de os derrubar para colher o fruto"[25].

O documento datado de 1861 deixa subentendido que as fazendas possuíam plantações da palmeira e seus proprietários usufruíam economicamente de seu extrativismo. Na mesma década de 1860, a Câmara de Cairú começa a cobrar uma taxa no valor de 50 reis por cada cento de molhos de piaçavas exportado. A quantia é significativa, tendo em vista que em 1865, companhias estrangeiras exportavam piaçava de Cairú "em muitas barcadas"[26], além da demanda nacional.

Como veremos com maior detalhe no capítulo seguinte, a extração de madeira foi um fator de relevância econômico, social e ambiental na história da região. O impacto dessa atividade foi visível, principalmente, na transformação da paisagem. Na metade do século XIX, a cobertura vegetal da Ilha de Tinharé já estava parecida com a existente hoje. Ao escrever ao Presidente da Província para informar sobre "as matas e florestas públicas"

---

[25] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Postura. Maço 856, Posturas, Câmara de Cairú (1830/1886) (14 de janeiro de 1861).

[26] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série: Governo da Província. Maço 1279, Câmara de Cairú (1853 – 1889) (10 de maio de 1865 e 7 de agosto de 1865). No primeiro documento, a Câmara Municipal de Cairú solicita explicações ao Presidente da Província sobre a recusa da empresa estrangeira, o Instituto Edward Wilson e Companhia, em não pagar a taxa municipal, haja visto já pagarem taxas Provinciais e Federais. Na segunda carta o Presidente esclarece ser de direito de a Câmara cobrar a devida taxa de exportação da palmeira, estabelecida por Lei Provincial nº. 907, de 25 de maio de 1863.

existentes em Cairú, o Juiz de Paz descrevea a paisagem desmatada de duas ilhas que compõe os limites administrativos do município, em 1860.

> [Na] *menor está situada a Vila* [sede], *na qual não há matas (...) a maior* [ilha de Tinharé] *é possuída de vários particulares (...) naquela Ilha não há matas virgens por estarem estragadas pelos proprietários, cujas madeiras ali cortadas todas são agrestes de capoeiras nas quais se encontram pés de sicupira e outras que se intitulam de lei; mas delgado e não abundantes, sendo a maior porção de árvores palmeiras, das que colhem a piaçava e o coquilho.*[27]

Desde o século XIX as palmeiras de piaçava e os coquilhos são predominantes na paisagem da Ilha de Tinharé. Atualmente somam-se a elas as palmeiras de dendê também comercializadas na Ilha, mas em menor quantidade e importância do que as piaçavas. Os moradores contam que há poucos anos atrás, a palha da piaçava era extraída e toda beneficiada na localidade. Atualmente, alguns processos continuam sendo realizados em Galeão, mas em menor intensidade do que antigamente.

Os fazendeiros contratam um grupo de homens para colher a palha das piaçavas no interior das fazendas. Este grupo é formado por um supervisor e outros tantos trabalhadores. Eles acampam no local onde colhem as palhas das piaçavas existentes no entorno. A área de plantio da piaçava onde o acampamento é formado se chama *piaçabal*. São muitos piaçabais na ilha. Cada propriedade possui um ou vários piaçabais. São áreas com fronteiras moveis, definidas segundo a capacidade de plantio e trabalho dos catadores. Durante a estadias no acampamento, a rotina de trabalho no meio da mata exige múltiplas tarefas. Os trabalhos têm início após a primeira refeição do dia, logo nos primeiros raios de sol. O café é preparado na panela suspensa sobre o fogo por dois gravetos na vertical com forquilhas para encaixe do terceiro graveto na horizontal. A água é captada em algum riacho próximo, mas o local do acampamento não dependem da proximidade com a água, por isso, sempre existe recipientes de armazenamento d'água. Atualmente estes recipientes são galões de plástico. De tempos em tempos, alguém é selecionado para captar água na fonte mais próxima.

Perto das 11 horas da manhã uma pessoa do grupo inicia a preparação da refeição. Esta pessoa pode ser o encarregado ou outro selecionado por ele. Todos se alimentam ao mesmo

---

[27] APB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial. Série: Judiciário. Maço 2296 – Juízes de Cairú (1828/1888), Carta do Juiz de Paz ao Presidente da Província de 14 de setembro de 1860.

tempo. As refeições ocorrem sem cerimônia e sem demora, no acampamento. Como os trabalhadores ganham pela quantidade produzida, eles têm interesse em aproveitar o tempo ao máximo, pois, após as 16 horas, o trabalho se encerra com a baixa luminosidade dentro da mata. Neste momento é hora de sociabilizarem com um jogo de baralho, uma bebida, um cigarro, ou explorar a mata para providenciar uma caça ou algum material necessário para o acampamento ou, ainda, por interesse próprio do indivíduo. Por despenderem de temporadas nas matas, os trabalhadores de piaçava são as pessoas que mais bem conhecem os lugares no interior da ilha. Isso por que existem piaçabais em toda a parte da ilha de Tinharé.

Propriamente o trabalho com a piaçava consiste em subir na palmeira com os pés e as mãos tendo uma corda amarrada na cintura e um facão bem afiado na mão. Conforme sobe na palmeira, o indivíduo talha no tronco "degraus" para apoiar os pés. Ao atingir a copa da palmeira, eles "destacam" a palha que encapa o tronco da árvore sob as bases dos caules das folhas (*Figura 1*, Prancha 6). Para se apoiarem próximo as folhas, utilizam a corda amarrada no tronco e na sua cintura. Eles não possuem nenhuma medida de segurança. Muitos exibem as marcas dos cortes que fazem nas pernas, braços e pés, quando estão no alto da palmeira, cortando as folhas sem condição adequada de equilíbrio. Eles também contam histórias de trabalhadores que caíram das árvores e sofreram graves traumas físicos ou, até mesmo, chegaram à falecer.

Toda a palha cortada é lançada para o solo. No solo, eles amarram a palha em fardos de aproximadamente 50 quilos cada, chamados *mondrongos de piaçava* (*Figura 2* da Prancha 6). Os fardos são arrastados manualmente para a beira da estrada aberta no mato, por onde o trator passa recolhendo-os para leva-los à vila. Já na vila ocorre a primeira etapa do beneficiamento da piaçava, chamado de catador. A etapa é realizada exclusivamente pelas mulheres e consiste em retirar a fibra existente em meio a palha da piaçava. Atualmente, existem dois catadores em Galeão, um do Sr. Valtinho, localizado próximo ao porto (*Figura 4*, Prancha 6), e o outro do Sr. Ramiro, localizado ao lado do campo de futebol (*Figura 3*, Prancha 6). Estes dois catadores são bem antigos, ninguém sabe precisar quando foram feitos. A antiguidade do lugar, atestado pela permanência do nome e da atividade, demonstra que também a técnica do processo de tratamento da piaçava permanece a mesma.

Nos catadores, todo o trabalho é manual. Os fardos são abertos e amarrados pelas pontas no tendal (estrutura de madeira). O tendal serve para "pentear" a palha, ação que provoca o desmembramento das palhas e das fibras. Após as duas matérias-primas estarem separadas, as

Prancha 6: Extrativismo da piaçava, Galeão, Cairú (BA)









Figura	Descrição
1	Montagem: Cortador de piaçava em cima da palmeira e no solo tirando a sujeira das palhas (Foto: Fabio Guaraldo).
2	Mondrongos (fardos) de piaçava na beira da estrada (Foto: Fabio Guaraldo)
3	Catador de piaçava, próximo ao campo (Foto: Fabio Guaraldo)
4	Catador de piaçava do porto (Foto: Sra. Alzira de Sena ou Sr. Nílton Silva, 1987)

catadoras organizam novos fardos de cada uma das matérias-primas: uma das fibras (parte nobre da palmeira) e outra da palha (filamentos finos e curtos). Ambos fardos são colocados na água salgada. Segundo as catadoras, a água salgada é importante para conservar os filamentos mais resistentes e também para os fardos ganharem peso, pois são comercializados por tonelada. A matéria-prima não é beneficiada em Galeão. O material é comercializado com atravessadores de Valença, que apanham os fardos na comunidade e comercializam com empresas de diversas partes do país.

Antigamente, o beneficiamento da piaçava era feito em Galeão e absorvia a maioria dos habitantes, como prestadores de serviços braçais aos donos das fazendas. No entanto, fatores como a especulação imobiliária e a maior fiscalização sobre segurança e direitos dos trabalhadores foram responsáveis por alguns fazendeiros deixaram de investir no extrativismo da palmeira. No entanto, as fazendas permanecem com a monocultura da piaçava e a atividade de extração da palha ainda está ativa, apesar da demanda de serviço não ser mais suficiente para absorver todas as pessoas anteriormente envolvidas. Atualmente, os homens de Galeão, acostumados a trabalhar com a piaçava, são obrigados a migrarem temporariamente para outras fazendas em Taperoá ou Valença, onde a atividade de extrativismo da palmeira demanda trabalhadores de fora.

Segundo Santos et al (2009), o desmonte na cadeia comercial da piaçava provocou um desequilíbrio econômico no povoado, estimulando a busca de alternativas produtivas que apresentam menor custo de produção. A partir disso, a população local concentra sua força de trabalho na pesca (32,7%), mariscagem (19,3%) e na atividade de catagem ou beneficiamento de mariscos (7%). A agricultura é a menor das porcentagens contabilizando apenas 1%. Outra parte da população apresenta a seguinte ocupação: estudantes (34%); aposentados e pensionistas (4%); servidor público municipal, cargos de confiança (2%) (SANTOS, et al, 2009, pp. 93-94).

1.9. RELIGIOSIDADE E BRINCADEIRAS

O povoado de Galeão é marcado pela Igreja jesuíta de São Francisco Xavier no topo do outeiro. O povoado surgiu no entorno do morro, em razão da igreja, símbolo do poder eclesiástico católico europeu.

Embora a imponência da religião católica sempre esteve presente no povoado, atualmente, a vila conta com três centros de candomblé. O mais antigo está localizado no bairro do Gabiru e era coordenado por Maria Almerinda dos Santos, conhecida como Dona Almerinda, a pessoa mais velha da comunidade hoje em dia, nascida em 1931. Devido alguns incômodos de locomoção e visão por conta da idade avançada, Dona Almerinda não mais organiza e comanda as cerimônias em seu terreiro, função esta que foi assumida por suas filhas de Santo, algumas das quais moram em Valença, mas visitam frequentemente Galeão.

Outro terreiro localizado também na parte baixa da vila é coordenado por uma moradora da comunidade e o terceiro na rua de cima, coordenado por pessoas que firmaram moradia na comunidade há poucos anos. Além dos terreiros de candomblé há também os terreiros de Umbanda, frequentados pelas mesmas pessoas do candomblé, inclusive com os mesmos Ogans[28].

Também existem pelo menos cinco igrejas evangélicas: Igreja Baptista, Testemunha de Jeová, Assembleia de Deus, Olaria e Monte Sião. Apesar da crescente presença de igrejas protestantes, as manifestações e festas de cunho religiosos ainda são parte do calendário da comunidade. As principais festas são: o desfile de Afoxés, o Bumba meu boi, a Lavagem da Igreja de São Francisco Xavier (Padroeiro de Galeão), a lavagem do beco Sant'Ana e o Cordão de São Benedito, entre outras consideradas brincadeiras, como: o Zambiapunga, os africanos e o alguidar.

A maioria destas manifestações envolvem elementos tanto da religião católica, quanto da cosmologia de matriz africana. Sabe-se que as manifestações de entidades africanas eram proibidas até meados do século XX. Por isso, os aspectos religiosos da cosmologia de grupos étnicos africanos eram dissimulados como práticas lúdicas ou associadas ao calendário de festas católicas para não gerarem suspeitas (Reis, 2012 [1986], p. 187). As brincadeiras em especial envolvem exclusivamente elementos simbólicos das manifestações africanas. Por exemplo, "Os africanos" é considerada uma brincadeira feita por crianças ou adolescentes. Os participantes se pintam de preto, com tinta corante, e vestem roupa vermelha. Eles dançam ao som de músicas, cantam e sambam, com o objetivo de chamar a atenção e provocar o público que assiste. Pintados de preto, os foliões agarram os espectadores para mancha-los com a tinta, em ato de folia.

[28] Ogan ou Ogã são as pessoas que conduzem os toques dos tambores nas cerimônias de candomblé e Umbanda. São personagens com importâncias equivalentes ao pai e mãe de Santo para o desenvolvimento dos rituais.

Já a brincadeira denominada "Alguidar" acontecia em torno de um grande alguidar confeccionado em cipó forrado de papel. Também eram feitas colheres, peneiras e os outros instrumentos da produção da farinha de mandioca. As crianças e jovens se vestiam com os trajes típicos da roça: as meninas de saia branca, os meninos de calça terminada na canela. A brincadeira envolve carregar o grande alguidar pela rua, encenando o trabalho nas plantações de mandioca e nas casas de farinha.

Todas estas manifestações têm a rua como palco da performance. Entre estas, o Zambiapunga se destaca em Galeão por sua performance elaborada, simbologia envolvida e referencial étnico bem definido. Por sua singularidade no cenário das manifestações de matriz africana nacional e a materialidade envolvida na cerimônia, o Zambiapunga merece um momento de análise mais aprofundado, antes do leitor ingressar na arqueologia e história de Galeão.

1.9.1. O Zambiapunga:

Esta manifestação popular é a mais praticada e apreciada na região do litoral do baixo sul baiano, nos municípios de Valença, Nilo Peçanha e Taperoá, além da sede de Cairú e das localidades de Galeão e Boipeba[29]. Apesar dela não ser difundida em outras partes do Brasil, como ocorreu com o samba, a umbigada, o samba de roda, a marujada, a capoeira e tantas outras expressões artísticas de origem africana, o Zambiapunga é popularizada entre crianças, jovens e adultos em toda a região do Baixo Sul. Enquanto manifestação da cultura popular, ela contribui com a valorização e o fortalecimento da memória e da identidade afro-brasileira regional, bem como, se apresenta como um objeto de estudo para pensar as origens étnicas dos africanos que foram forçados à trabalhar na condição de escravizados e, mesmo em condições hostis, lograram engendrar uma identidade africana compartilhada entre as comunidades locais no processo da diáspora (Silva, 2016, p. 48).

---

[29] O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), unidade da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, realizou estudos para elaboração do dossiê do Zambiapunga para ter o pedido de registro especial da manifestação como Patrimônio Imaterial da Bahia. A proposta do IPAC é inscrever o Zambiapunga no Livro de Expressões Lúdicas e Artísticas da Bahia. O dossiê começou a ser elaborado no segundo semestre de 2016 e se estendeu no ano seguinte. A equipe multidisciplinar coordenada pela antropóloga da IPAC, Adriana Cerqueira, realizou pesquisa, com visitas em campo, com cooperação técnica do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul (Ides), coordenados por Liliana Leite (Informação retirada do site do IPAC: http://www.ipac.ba.gov.br/noticias/zambiapunga-pode-se-tornar-patrimonio-imaterial-da-bahia, acesso em 15 de abril de 2018). No entanto, os moradores de Galeão reclamam por não terem sido consultados.

O Zambiapunga é uma manifestação musical, com ritmo, instrumentos e roupas típica. Apesar de existirem algumas variações do modo como os grupos dos diferentes municípios e povoados se apresentam e entoam o ritmo, a manifestação reserva a mesma estrutura e representação simbólica em toda a região onde acontece. A estética envolve uma apresentação musical que ocorre na madrugada, antes do sol nascer e se estende até depois da alvorada. Ela é composta por objetos transformados em instrumentos e tocados por pessoas fantasiadas. Os objetos são três búzios grandes, uma enxada e um tambor caixa. A enxada é tocada com uma pequena barra de ferro, reverberando um estalar agudo, como badaladas ou guizos. O búzio possui um canal sifonado em espiral fusiforme e aberto em ambas extremidades, para ser utilizado como instrumento de sopro. Ele entoa uma vibração longa, como uma corneta, misturando as tonalidades aguda, média e grave. Enquanto a caixa emite o som grave ampliado, quando golpeada com uma baqueta de madeira.

Figura 11: Instrumentos do Zambiapunga



Foto: Fabio Guaraldo, 2017.

A música é tocada em alto som, rompendo com o silêncio da noite em procissão pelas ruas das cidades e vilarejos. O sonido é frenético, com compassos rápidos, que mistura o tom longo do búzio, com o repique agudo da enxada, acompanhado pelo compasso grave da caixa. A música começa com a chamada do búzio, a enxada responde no repique e a caixa dá o

passo. Quando tem mais de um búzio, o primeiro faz a chamada com um longo sopro e os outros dois respondem com cinco sopros, isso se repete três vezes antes do repique da enxada, acompanhada do toque da caixa. O manuseio da caixa é um fato importante da manifestação. A caixa é considerada o "status" mais alto do conjunto. O mestre da caixa é responsável por conduzir a apresentação.

Ocorrem variações no traje dos músicos do Zambiapunga. No povoado de Galeão o traje é composto por um chapéu e uma mortalha, todos confeccionados em papel *machê*. Na sede do município e nos outros lugares, os músicos acrescentam máscaras de seda e o chapéu é confeccionado em cetim.

As datas também são diferentes. No Galeão, o Zambiapunga acontece principalmente na festa do dia do padroeiro, São Francisco Xavier. Na sede de Cairú, a apresentação é no dia 29 de setembro, dia de São Miguel, príncipe das milícias celestes. Em Nilo Peçanha, os músicos desfilam periodicamente nos eventos da cidade, como as festas juninas e no dia do padroeiro, mas a data mais importante é na véspera do feriado de finados, dia de Todos-os-Santos, no início de novembro. Segundo consta, a festa ocorria no dia de reis, depois ela foi adaptada ao calendário de cada localidade (Abib & Santos, 2016, pp. 90-91).

São poucas as bibliografias que citam o Zambiapunga e menos ainda as que descrevem sua estética e significados. Em 1923, o historiador baiano Borges de Barros descreve no livro *Dicionário Geográfico e Histórico da Bahia*, a brincadeira de máscaras que ocorria no município de Cairú, no dia 29 de setembro. Ele descreve a brincadeira realizada por "mascarados que percorrem assim as ruas, seis ou oito vezes durante a madrugada, alvoroçando o povo da vila, que ao vê-los não pode conter as gargalhadas pelo gracejo de que se servem. Às 7 horas da manhã o Zambiapunga está disperso" (Barros, 1928 *apud* Araújo, 1986, p. 254). Esta descrição realizada há quase cem anos atrás, poderia ter sido feita por um pesquisador atual, pois relata exatamente o Zambiapunga realizada em Cairú nos dias de hoje. O efeito das máscaras e as brincadeiras permanecem as mesmas. Por isso, em Cairú, o Zambiapunga também é conhecida como "careta".

Em 1986, o pesquisador Nelson Araújo faz uma longa descrição do Zambiapunga, abordando sua estética, possíveis origens e referências contemporâneas desta apresentação no município de Taperoá. Ao longo de sua descrição, ele cita dois moradores de Taperoá responsáveis pela conservação da festa. Um deles é Salvador Henrique Araújo de 94 anos, na

época, que lembrava dois versos em banto, onde o nome da festa aparecia. Araújo (1986, p. 257) descreve os versos:

Zambiapunga kê zambiambê
Ô lê lê maçambê

O outro personagem citado por Nelson Araújo é o artista plástico de Taperoá Miguel, responsável, na época, pela confecção das máscaras para o "folguedo". Seguindo uma corrente de informantes, Araújo conta que Miguel teve contato com uma anciã de nome Rita Marques, a partir de quem tomou conhecimento de que uma escrava africana de Salvador ia todos os anos à Nilo Peçanha, a fim de auxiliar e orientar a celebração do Zambiapunga local. "A africana chegou a oferecer uma relação detalhada da celebração conforme ocorria em sua terra de origem, infelizmente impossível de precisar à luz das informações deixadas por Rita Marques, mas com toda a evidência terra de povo banto" (Op. cit. p. 257).

Nelson Araújo afirma que o Zambiapunga praticada na África era um ato religioso, em que se empregavam máscaras e danças como uma cerimônia de exorcismo para afugentar os maus espíritos dos já falecidos, que perturbavam a tribo. O autor continua sua investigação da origem do Zambiapunga, dando pistas sobre a semelhança existente com o culto dos *yaka* do norte do Zaire aos seus ancestrais, chamado *nzambiampunga*. Neste culto, os *yaka* dançam usando máscaras específicas chamadas "mukixe", enquanto percutem bastões metálicos e emitem sons não articulados. No entanto, a celebração dos *yaka* não ocorre durante a madrugada, fato que para o Zambiapunga do baixo sul faz parte do significado estruturante da manifestação (Op. cit. p. 262).

Segundo relatos coletados por Núbia Santos, junto aos membros de grupos de Zambiapunga e antigos moradores dos municípios onde a manifestação ocorre, é unânime a afirmação de que a manifestação começou em Cairú, "com os escravos das fazendas que tinham lá, de piaçava" (Abib & Santos, 2016, p. 89). A data é algo incerto. Alguns dizem que foi no século XIX, outros que é mais antigo. Mas parece que a partir das fazendas de piaçava, localizadas nas ilhas de Cairú, a manifestação se espalhou para os outros municípios.

A professora de artes da escola pública do povoado de Galeão, Lizalda do Rosário Santos, afirma que o Zambiapunga é originária de seu distrito. Segundo ela ouviu de seus avós, a manifestação está presente na Ilha de Tinharé há mais de 400 anos. A professora é a

atual responsável pela organização do grupo local. Antes dela, a responsável era sua avó de criação, conhecida na comunidade como “tia Regina”. Pela referência dos moradores de Galeão, a “tia Regina” atuava como guardiã da identidade e do patrimônio de origem africana. Descrita por sua neta como uma senhora negra, ela também incentivava outras “brincadeiras” de referencial africano, como, por exemplo, o “alguidar” e “os africanos”.

Figura 12: Zambiapunga em Galeão



Foto: Sílvio Campos, 2017.

O Zambiapunga em Galeão acontece na madrugada do dia 03 de dezembro (no dia da festa do padroeiro da comunidade). Às 3 horas da manhã, o grupo do Zambiapunga começa a apresentação pelas ruas na parte de baixo do povoado. Depois de contornar todas as ruas, a folia se dirige para a igreja, localizada no topo do morro, ao lado do cemitério. Quando são cinco horas da manhã, acontece a alvorada na igreja. A alvorada envolve fogos de artifício e distribuição de café e bolo. Eventualmente, outras apresentações artísticas acontecem, como a capoeira e o samba de roda das baianas. Depois, o grupo de Zambiapunga volta para a parte baixa do povoado, tocando e dançando em algazarra. O espetáculo se encerra pouco depois de chegarem no ponto de onde haviam iniciado.

Durante o percurso, a população acompanha os músicos em festa e algazarra. Os instrumentos são entoados de forma ritmada durante todo o tempo. Os jovens se revezam nos toques dos instrumentos para que o som ruidoso não pare. A função de conduzir o grupo como mestre da caixa está sob a responsabilidade da mesma família há pelo menos quatro

gerações. Atualmente, o mestre oficial é o Sr. Parú, com mais de 80 anos de idade. Com orgulho pela responsabilidade que carrega, ele permanece a frente do grupo, junto com os mais jovens. Na sua ausência, apenas dois dos seus sobrinhos, hoje, estão aptos e autorizados a assumirem essa função. Segundo minha avaliação, considerando o envolvimento dos jovens no grupo e a responsabilidade assumida pelos sobrinhos do Sr. Parú, a perpetuação do Zambiapunga em Galeão está garantida pela próxima geração. Também a escola, pelo engajamento da professora Lizalda no trabalho de valorização desta manifestação histórica, é responsável pelo resultado de sucesso da preservação do Zambiapunga enquanto patrimônio de matriz africana realizado na comunidade de Galeão.

Em 1940, o antropólogo Arthur Ramos associa o Zambiapunga a uma dança dos festejos do Congo, praticadas pelos pretos do sul da Bahia, e registrada pelos folcloristas Pereira da Costa e Gustavo Barroso. Ramos atenta para o significado do nome como corruptela extensiva de Zambi-apunga, deus supremo do Congo (Ramos, 1946, pp. 336-337). Outros autores manifestam interpretações semelhantes sobre o significado da palavra. Segundo vocabulário construído por Aires Machado Filho e reproduzido por Nei Lopes (2006), a palavra *Mpungu* é sinônima de defunto. Segundo Lopes, em todas as religiões bantus, os espíritos dos ancestrais são os intermediários entre a divindade suprema e o homem; "são eles que levam as oferendas dos fiéis e intercedem em seu favor junto a *Nzambi*" (Lopes, 2006, pp. 262-263).

Yeda Pessoa de Castro é mais específica e fornece mais elementos sobre a etimologia da palavra Zambiapunga. Ela escreve no livro "Falares Africano na Bahia", que Zambiapunga está associado à Zambiapombo, *Nzambi Mpungu*, *Zambi* e *Nzambi*, originárias dos povos Banto. *Zambi* ou *Zambi-a-Mpungu* é o Deus supremo dos povos bantos do Baixo Congo. Esta entidade é cultuada no candomblé da nação Angola como *Nzambi ampungu*, o grande espírito e *saami ampunga* como os grandes ancestrais. *Mpungu*, *ampungu* ou *ampunga* são palavras bantos que se referem aos mortos, aos antepassados, o que evidencia a relação da origem do ZambiAPUNGA atual com a religiosidade banto (Pessoa de Castro, 2005, p. 85).

Alexandre Guimarães que faz parte do grupo de Zambiapunga de Nilo Peçanha, sugere que a data escolhida para ocorrer a manifestação em seu município diz respeito ao significado da apresentação praticada em Angola. Por isso, segundo ele, o Zambiapunga acontece no dia de finados por que, no período da escravidão, os africanos escravizados faziam uso do sincretismo religioso para manter viva a memória de seus ancestrais (Guimarães, 2003, p. 26).

Em Galeão, a Professora Lizalda possui outro entendimento da manifestação. Para ela, o Zambiapunga tem sua origem em uma prática dos antigos que com o tempo se tornou uma brincadeira. Ela explica que o Zambiapunga ocorre na madrugada por que era o horário que os africanos escravizados levantavam para trabalhar.

> *Os antigos dizem que esse horário é por que os quilombolas e os negros, quando eles saiam da senzala, o primeiro instrumento a ser tocado era o búzio. Por que o toque do búzio chama as outras pessoas. (...) então, dizem que esta tradição começou por que antes de todos os negros saírem da senzala, o búzio tinha que ser tocado para espantar as almas penadas, os maus espíritos. Só depois da tocada deste búzio, as outras pessoas saiam para a rua também. Isso tinha um sentimento de libertação.*[30]

Mesmo sem citar Nelson Araújo, a professora reproduz em sua fala o significado da cerimônia descrita pelo autor: associado ao objetivo de afugentar os maus espíritos, que perturbavam a localidade. Para a professora, o Zambiapunga estava ligado ao conhecimento da perpetuação do ser após a morte e a relação dos vivos com estes. Por outro lado, o som do búzio apresenta-se como um elemento de proteção e libertação. Neste sentido, a enxada é a representação direta da atividade agrícola executada pelos escravizados nas fazendas da região. Porém, as manifestações de matriz africana contém simbologias polissemânticas, por isso um olhar mais próximo do universo cosmológico das religiosidades afro-brasileira contribuem para expandir as possibilidades simbólicas das materialidades envolvidas no Zambiapunga.

Segundo Alberto Costa e Silva, o uso e a produção de utensílios de ferro teriam favorecido os povos falantes de línguas bantos na relação com seus vizinhos cuxitas, sudânicos orientais e sudânicos centrais, na ampla área a oeste do lago Vitória, dando início à sua expansão no início do século XI. O longo convívio entre os distintos grupos de agricultores sedentários – que praticavam a pesca nos rios e a caça nas matas – e os grupos pastores mais nómades – que tinham no bovino um bem capaz de acumular riqueza e servir como diferenciação social –, traduziu-se em intensas trocas e negociações. A expansão das atividades econômicas e sua natureza variada devem ter estimulado o uso de instrumentos de ferro, como a enxada e pontas de lanças, favorecendo os bantos que produziam estes

[30] Depoimento coletado no dia 04 de novembro de 2018, no povoado de Galeão.

instrumentos e também se mostravam mais capacitados do que os vizinhos em se adaptar-se a diferentes circunstâncias e modo de vida (Costa e Silva, 2006, p. 686).

Particularmente nas sociedades falantes do banto, a figura do ferreiro é tida como de grande força espiritual devido ao poder de transformação de um produto da natureza em um instrumento através do controle do fogo. O ferreiro é considerado uma pessoa ligada ao mundo espirtual, de modo que seus instrumentos são concebidos pelo poderes dos espíritos (Childs, 1991). A enxada poderia, neste sentido, ser apenas uma ferramenta ou simbolizar uma oferenda mortuária, um dote, um talismã protetor representando autoridade, saúde, status social, e fazer parte de rituais secretos (Costa e Silva, 2006, p. 414).

Vale lembrar também que ferreiros principalmente de origem das regiões falantes das línguas quimbundo e umbundo (no centro e no sul de Angola), chefiaram rebeliões e lideraram formações de quilombos em vários países das Américas, devido aos poderes sobrenaturais que os africanos conferiam a eles (Ringquist, 2008, p. 14). No Brasil, o caso do ferreiro Manoel Congo que chefiou um levante de escravizados em Vassouras no Vale do Paraíba é bastante conhecido. As investigações sobre o caso indicaram que o líder tinha motivaçoes religiosas e que carregava consigo sua tenda de ferreiro e amuletos (Gomes, 2006, pp. 144-154).

Em todas as tradições religiosas afro-brasileiras, os instrumentos do tipo ideofones de metal, como campainha ou guizos possuem uma forte representação simbólica e importante função nos cantos para os orixás e nkisis. Um exemplo é o Agogo (*Kwa*) usado no candomblé ketu para anunciar o início da cerimônia. Em todos os cantos, o agogô marca o ritmo e determina a mudança do toque correspondente a cada orixá reverenciado (Pessoa de Castro, 2005, p. 144). Ainda no candomblé, o *Adjá* é uma sineta de metal usado durante as celebrações litúrgicas. Em alguns casos, este instrumento substitui o som dos guizos que acompanha o iniciado para anunciar que aquele está sobre a presença do seu nkisi (Angola) ou orixá (Ketu) que rege seu *mutuê* (cabeça em quimbundu) ou orí (cabeça em yorubá) (Aguiar, Siqueira, & Nascimento, 2016, p. 115).

Figura 13: Búzios do Zambiapunga tocados pelos alunos na escola de Galeão.



Foto: Fabio Guaraldo, 2017.

Dissimulando sua conotação religiosa, o Zambiapunga é praticado na comunidade quilombola de Galeão como uma brincadeira africana, perpetuada pelos profissionais da instituição educativa local, junto aos jovens, crianças e adultos. A Professora Lizalda ensaia os jovens que participam do Zambiapunga. O ensaio tem um grupo formado por mais de dez pessoas, mas no dia da festividade mais pessoas participam da musicalidade. Contudo, a fala da Professora sinaliza a natureza polissêmica do Zambiapunga. Enquanto referencial da identidade de matriz africana local, a manifestação incorpora outros discursos de temas relevantes para a população de Galeão, na atualidade. Assim, o sentimento de libertação é associado ao simbolismo do Zambiapunga, como forma de estabelecer relação com a identidade quilombola.

> *Por que aqui é uma área quilombola, né!? (...) é uma área quilombola por que é onde tem a descendência africana. Por que aqui tem muitos negros, né!? Você vê, a maioria é negro. (...) aqui tem muitas tradições africanas. Mas vem se perdendo por que não tem as pessoas para ajudar a organizar. Aqui tem muitas brincadeiras relacionadas aos negros. (...) essa minha avó de criação, D. Regina, era quem fazia esse trabalho. Ela mantinha estas tradições.*[31]

A escola do Galeão, por meio dos professores quilombolas, tem exercido um papel importante na preservação da identidade e tradições local. Mais do que brincadeiras ou festa,

[31] Idem anterior.

o Zambiapunga é acionado entre os processos educativos na dinâmica de valorização da memória e consequente preservação da identidade africana na diáspora (Abib & Santos, 2016). O Zambiapunga é apropriado pelos profissionais de ensino escolar como uma ferramenta de educação comprometida com a conscientização de sua origem, transformando os envolvidos em sujeitos participativos com sua comunidade e ancestralidade. Fazer com que o sujeito possa estar inserido no mundo, reconhecer sua origem para atuar como cidadão, um ser ativo e consciente nas relações sócio político-culturais do meio em que vive ao mesmo tempo em que reconhece os traços da sua ancestralidade bantu.

CAPÍTULO 2: HISTÓRIAS DO BAIXO SUL

> *A história humana foi reescrita* [após o período de conquista e colonização europeia] *para favorecê-los às custas de outras pessoas. As raízes do racismo moderno podem ser atribuídas a essa conquista e colonização* (John Henrique Clark).

A região do baixo Sul guarda em si características próprias tanto em termos dos aspectos geográficos e históricos quanto de caráter cultural e popular. Antônio Risério (2003, p. 212) ao descrever a especificidade desta região, classifica toda a extensão por terra desde Valença até a Barra do rio das Contas, passando pela parte insular do arquipélago de Tinharé e da baia de Camamu, como uma zona de transição entre a cultura afro barroca da baia de Todos os Santos e seu Recôncavo, e a chamada "cultura grapiúna"[32] concentrada entre Ilhéus e Itabuna. Por ser uma zona de transição, a região reverbera diversidades e originalidades, bebe das diferentes fontes e nutre aspectos culturais e históricos segundo referenciais próprios.

Encravada entre duas regiões que foram fortes polos de exportação em diferentes períodos, a extensão conhecida como Baixo Sul baiano não consolidou uma economia preponderante de comércio exterior, mas foi protagonista de um mercado interno polivalente que abasteceu os polos exportadores e a cidade de Salvador durante todo o período colonial e imperial. O formato recortado de seu litoral e a relação de diferentes grupos culturais configuraram paisagens compartilhadas formadas historicamente por um matiz de cores, cheiros, melodias, sabores e formas.

Para pensar no processo de formação e transformação desta paisagem, este capítulo propõe apresentar os diferentes momentos da história da colonização dessa região litorânea e quem foram os atores sociais envolvidos em cada um destes momentos. Sabe-se que o fenômeno da colonização promovido pelos portugueses contou com momentos de investidas norteadas por estratégias militares e eclesiásticas, que objetivavam a invasão e dominação

[32] No dicionário Michaelis, grapiúna "Expressão regional da Bahia. Nome dado pelos sertanejos aos habitantes do litoral. Etimologia desconhecida". No dicionário Aulete: "Habitante do Sul da Bahia que vive na região cacaueira".

territorial[33]. Ainda que, por vezes, os interesses da Coroa e do Clero foram conflituosos, na maioria das vezes suas investidas de dominação foram planejadas e coordenadas, reproduzindo padrões praticados com sucesso pelos portugueses em outras partes da colônia na América, como também nas colônias da África e da Ásia (Cf. Alencastro, 2000; Costa e Silva, 2011).

Logrado o primeiro momento de invasão, dominação territorial e consolidação dos núcleos de habitação e produção (vilas, povoados, missões, fazendas etc.), as estratégias coloniais variaram segundo as especificidades regionais. Conforme descrito nos livros didáticos, a prioridade da Coroa era obter lucros mediante a exploração dos recursos ambientais e humanos de sua maior colônia, e para isso foi implantado o modelo da grande lavoura e da mão-de-obra escravizada. No entanto, esse sistema econômico colonial não operou em modelos técnicos rígidos. Ao serem eficazes, a racionalidade empregada para alcançar o lucro como principal objetivo, fora adaptada às configurações sociais e geográficas possíveis. Conforme afirma Godelier, em última instância, a racionalidade é um produto histórico e particular, por isso, ao ser aplicada nas colônias, a lógica econômica capitalista das metrópoles sofreu ajustes de acordo com os influxos dos diferentes contextos sociais e períodos históricos (Godelier, 1975).

Segundo Maria Yedda Leite Linhares, a historiografia no Brasil sobrevalorizou o modelo da racionalidade colonialista, idealizado pelo pensamento dicotômico de produção agrícola balizada entre a grande lavoura de exportação do Recôncavo baiano e a ausência da ambição capitalista do pequeno lavrador de subsistência. Segundo a autora, esta visão historiográfica é limitada, por não considerar a variabilidade de possibilidades existentes entre os dois polos. Mais do que limitada, Linhares sublinha que o modelo historiográfico dicotômico sustenta a ideologia colonialista, onde existe apenas o colonialista/colonizado, senhor/escravo, dominante/dominado (Linhares & Silva, 1981; Linhares, 1983). Com base nessa crítica à historiografia hegemônica, procuro explorar neste capítulo as variabilidades do processo colonial empreendido na região do Baixo Sul baiano, a partir do arquipélago de Tinharé, onde predominou o pequeno produtor escravista, voltado à lavoura, extrativismo e outros insumos, além de estaleiros especialistas nos reparos e construção de embarcações.

[33] Considero a definição geral de colonialismo como sendo o processo concernente a organização da estrutura de exploração dos recursos naturais e humanos para produção de lucro particular, em realidades sociais que não compartilhavam aspirações, experiências e necessidades com esta racionalidade econômica de exploração e lucro (Santos, 2009).

Mais do que protagonista da formação do mercado interno que logrou autonomia nas negociações e buscou equilíbrio econômico, os produtores do Baixo sul participaram das rotas comerciais de exportação-importação, inclusive exportando recursos naturais e consumindo produtos importados da Europa e da África.

A relevância da discussão perpassa, então, pela variabilidade da história agrária no Brasil pré-republicano e sua relação com o mercado interno de abrangência regional e nacional. Mostra que os modelos históricos não são fechados e que mesmo pequenos lavradores especializados na produção de insumos alimentares também eram escravagistas e participaram de redes comerciais de exportação para África e Europa, além de comercializarem recursos naturais direto com a Coroa Portuguesa. A partir deste recorte, a história social de Cairu é narrada tendo como fio condutor a relação dos diferentes agentes que participaram do processo colonial, com foco especial nos africanos e seus descendentes que atuaram como protagonistas das transformações sociais, econômicas e ecológicas no Novo Mundo.

O capítulo foi elaborado para situar o leitor nas peculiaridades dos diferentes momentos históricos, desconstruindo anacronismos e imagens homogêneas de paisagens e sujeitos sociais. Para tanto, a narrativa inicia-se com a paisagem do território indígena, hostil aos primeiros colonos, para entender as estratégias coloniais de invasão, ocupação e transformação da paisagem nativa. Na sequência, o capítulo aborda temas conhecidos da historiografia da escravidão e da diáspora africana nas Américas, para discutir os fatos que levaram o africano tornar-se, ao ser inserido forçosamente na realidade local, protagonista das relações sociais.

A partir da documentação histórica e literatura correspondente, este capítulo explora algumas questões que se mostram relevantes na paisagem quilombola de Galeão: Quem foram os pioneiros na formação do povoado de Galeão? Quais eram seus interesses? Em qual contexto histórico as pequenas fazendas foram formadas na ilha de Tinharé? Em quais conjecturas políticas estes atores sociais atuaram? Como foi o processo de africanização de Cairu e da ilha de Tinharé? Qual era a sua abrangência e autonomia social? Estas questões contribuem para entender a história quilombola e a formação da comunidade quilombola de Galeão.

2.1. A INVASÃO DOS TERRITORIOS INDÍGENAS:

O primeiro registro escrito da Ilha de Tinharé foi produzido por Pero Lopes de Souza, entre os relatos de viagem de Martim Afonso. Pero Lopes anotou a seguinte passagem no seu diário de bordo: "Quinta feira, vinte e quatro dias do dito mês [março de 1531] (..) e ao pôr do sol vimos terra, e conhecemos a boca do rio Tinharé da banda do sul." (Souza, 1839, p. 19). A passagem é discutida entre os historiadores (Cf. Argolo, 2010; Risério, 2003) pela familiaridade com que o português cita o nome Tinharé[34] e descreve o lugar visto pela primeira vez, por seus olhos. Supõem-se, que a região já era conhecida no mundo dos navegadores e cartógrafos.

Certo é que os europeus já navegavam oficialmente pela região desde a vinda de Cabral. Navegadores como André Gonçalves e Américo Vespucci (1501-1504), Gaspar de Lemos (1502), Gonçalo Coelho Pereira e Cristóvão Jacques (1503), entre outros, vasculharam o litoral brasileiro nos primeiros trinta anos do século XVI, com a missão de reconhecer, mapear e fundar as primeiras fronteiras das novas terras portuguesas. Além disso, a presença de náufragos, degredados e aventureiros sempre povoaram as narrativas dos primeiros anos da colonização[35]. Por ser uma região com recorte geográfico propício para abrigar as naus e iniciar o projeto de invasão do território dos nativos aguerridos no continente, as ilhas assistiram a formação de povoados e o prelúdio de uma economia colonial prospera ainda no século XVI.

Segundo o historiador Silva Campos, a criação das vilas de Cairu, Boipeba e Camamu foi ordenada em 1565 pelo segundo donatário da capitania de Ilhéus, Lucas Giraldes, para investir na colonização da capitania. Nas palavras do historiador, o objetivo do donatário era:

> *(...) instruir núcleos de moradores brancos que constituíssem outros tantos centros de resistência às incursões do número e fero gentio daquela parte do feudo, bem como de atração dos índios mansos, estes aliados aos portugueses* (Campos, 1981 [1937], p. 67).

---

[34] Segundo Argolo (2010, p 17) os índios chamavam de *tý-nhã-ré*, "o que se adianta na água".

[35] Do Baixo Sul a Salvador, todos conhecem a história do naufrágio da nau castelhana, na Ilha de Boipeba (mais exatamente na Ponta dos Castelhanos), por volta de 1530. A história narrada por Jaboatam, conta que a indígena chamada Paraguaçu pediu ao marido, o náufrago Diogo Álvares Correia, o Caramuru, para resgatar uma mulher que estava no naufrágio e lhe havia aparecido em sonhos. Caramuru não encontrou nenhuma mulher, mas regressou com uma imagem de Nossa Senhora das Graças. Quando Paraguaçu viu a imagem reconheceu ser a mesma de seus sonhos e mandou construir uma igreja para a Santa, no topo de uma colina, onde hoje é o tradicional bairro da Graça, em Salvador (Jaboatam, 1858-62, pp. 50-53). Até hoje, a imagem permanece na Igreja da Graça.

Antes de 1500, as ilhas de Tinharé eram ocupadas por uma densa população indígena do tronco linguístico Tupi[36]. Quando os portugueses chegaram, estes povos ainda povoavam o arquipélago. Apesar da vasta historiografia sobre a região (*e.g.* Abreu, 1922; Campos, 1981 [1937]; Peixoto, 2008 [1944]; Pitta, 1950 [1730]; Jaboatam, 1858-62 [1761]; Salvador, 1627; Souza, 1851; Vilhena, 1969), as abordagens são genéricas sobre como a população indígena ocupava seu território. Gabriel Soares de Souza aponta a presença de indígenas Tupinambá na ilha de Tinharé. Estes seriam uma dissidência dos grupos tupinambás da porção setentrional da Baia de Todos os Santos. Após desavenças intertribais e guerras com os colonos de Itaparica, este povo ocupou a região do rio Jaguaripe e toda a costa até Ilhéus, incluindo a ilha de Tinharé (Souza, 1851, p. 301).

Outra informação escrita por Frei Antônio de Santa Maria Jaboatam, em 1761, traz a presença dos Tupiniquim como ocupantes das ilhas de Tinharé no início do século XVI. Jaboatam é mais preciso sobre os lugares dos assentamentos desses indígenas no arquipélago:

> [Os] *Tupynamquins, que sempre ficaram senhoriando estas costas, que habitavam desde o Morro* [de São Paulo] *até adiante de Porto Seguro"* E prossegue: *"(...) esta gente não tinha habitação naquela Ilhota* [de Cairu] *pela sua esterilidade, pois não havia nela as caças, e outros generos, de que eles se mantem, e só chegavão a ela ao acaso, e de passagem, e a sua comum habitação, e moradia era pelas outras Ilhas de Morro* [parte norte da ilha de Tinharé] *e Boipeba, pela terra firme, e seus contornos (...)* (Jaboatam, 1858-62 [1761], pp. 94 e 96).

Provavelmente, a ausência de aldeia indígena na ilha central de Cairu foi um fator importante para formar o povoado que viria a ser a primeira vila colonial na região, junto com Boipeba. Apesar disso, as descrições mais abundantes sobre as primeiras investidas coloniais no arquipélago, deixam a ideia fantasiosa das relações amistosas entre colonos e indígenas, sustentadas pelas atividades de escambos de mercadorias. Em troca de manufaturas europeias,

---

[36] Apesar da ausência de pesquisas arqueológicas sobre o registro pré-colonial no município de Cairu, um achado aleatório confirma à presença dos povos do tronco linguístico Tupi no arquipélago: durante a construção de uma estrutura de concreto para sustentar a caixa d'água de 15 mil litros no centro da ilha de Boipeba, foi encontrado fragmentos de cerâmica espessos e articulados, associado aos conhecidos assadores tupinambás com pintura policrômica, com fragmentos de ossos humanos dentro. Segundo relatório técnico de vistoria do Núcleo de Arqueologia da Superintendência do IPHAN/BA: "O artefato estaria ainda inteiro, mas que em decorrência do desmoronamento do terreno teria se quebrado antes mesmo de retirá-lo totalmente do local" (MARAMBAIA, Hudson Passos. Informação Técnica nº 0060/2009, 7ª. S.R. IPHAN/BA). Este material encontra-se armazenado na sede da Superintendência Regional do IPHAN, em Salvador.

os Tupinambás forneciam alimentos básicos como mandioca e peixe, escravos para o trabalho nos incipientes engenhos das ilhas e guerreiros na luta traçada contra os povos indígenas do interior, principalmente os Aimoré e Guerém (Vilhena, 1969)[37].

Sabe-se, no entanto, que mesmo as trocas de mercadorias foram estrategicamente controladas. Segundo John Monteiro, os portugueses ofertavam objetos manufaturados aos chefes indígenas na ânsia de que estes colocassem o restante do grupo a disposição dos colonos. Também as alianças foram estabelecidas para fomentar conflitos entre diferentes grupos e, consequentemente, resultar em guerras com formação de escravos que eram negociados com os europeus. Da mesma forma, Monteiro mostra que a relação inicial de paz estabelecida com alguns grupos indígenas, em pouco tempo foi revertida em relação de dominação e escravidão. Quando os grupos inimigos que inicialmente estavam sendo escravizados para trabalhar nas lavouras e engenhos se esgotaram, o colono passou a escravizar os indígenas indiscriminadamente, incluindo os que antes eram considerados aliados (Monteiro, 1994). Além disso, destacam-se as agressivas campanhas militares empreendidas por Mem de Sá, dentre as quais o combate aos Tupiniquins na capitania de Ilhéus, e a chamada Guerra do Paraguaçu (1558-1559), contra os caciques em Paraguaçu e Jaguaripe (Metcalf, 2019, p. 294), próximas a área objeto de estudo.

Mott cita a epidemia da varíola como fator relevante da disseminação dos Tupinambás. Segundo ele, após a epidemia ocorrida em 1563, os indígenas denominados "mansos" desaparecem, contribuindo para o avanço das frentes Aimorés que vinham do litoral sul da Bahia (Mott, 2010, p. 21). Possivelmente, a inicial aliança com os Tupinambás influenciou a relação hostil dos colonos com os denominados Tapuias. Os temidos Aimorés e Gueréns dominaram as terras continentais e impediram o avanço das frentes colonizadoras. Durante todo o século XVI e XVII, os povoados e engenhos formados pelos primeiros colonos estavam limitados às terras lindeiras à costa. Estes frágeis núcleos coloniais sofreram

[37] Os Aimorés e Gueréns, do tronco linguístico Gê, são referidos nas descrições históricas como *tapuias*. A etimologia da palavra tapuia é de origem tupi e significa algo semelhante a "forasteiro", "outro", "que não fala nossa língua", ou seja, todos os grupos indígenas que não eram os Tupi, aliados aos portugueses. Os Tapuia são retratados pela historiografia como inimigos, bárbaros traiçoeiros e selvagens, obstáculo no caminho da civilização (Monteiro, 1994, p. 30). No livro "Tratado Descritivo do Brasil", escrito por Gabriel Soares de Souza, há uma descrição detalhada de como os colonos caracterizavam os Aimoré da região do Baixo Sul (Souza, 1587, pp. 78-80). Já para Beatriz Dantas, os indígenas conhecidos genericamente como Aimoré durante todo o período colonial eram compostos pelos "diversos povos das famílias Maxacali (Kapoxó, Kumanaxó, Makumi, Malali, Maxacali, Panyame), Kamakâ (kamakã, Kutaxó), Pataxó e da grande família dos botocudos (em especial os Gueréns no que diz respeito ao nordeste)" (Dantas, Sampaio, & Carvalho, 1998, p. 432).

sucessivos ataques dos aimorés (Souza, 1851, p. 75). O período conhecido como a "Guerra dos Aimorés" durou mais de 150 anos, entre os séculos XVI e XVII (Salvador, 1627, pp. 110-112). Durante este período, os indígenas coordenavam sucessivos ataques contra os povoados dos colonizadores e dominaram todo o território continental que se estendia desde Porto Seguro até Jaguaripe (Campos, 1981, p. 119).

No norte da Capitania de São Jorge de Ilhéus, o povoado de Una (onde hoje é a cidade de Valença, em frente a vila de Galeão) foi um dos povoados coloniais inteiramente devastados pelos indígenas. Seus engenhos foram destruídos e as casas incendiadas (Jaboatam, 1858-62 [1761], pp. 94-95). Em Camamu, os padres que habitavam a localidade viram-se forçados a refugiarem-se no Colégio da Bahia, em Salvador, ainda no século XVI (Santos, 2004, p. 48). "Embora o distrito da vila de São Jorge dos Ilhéus fosse o menos ofendido, ainda assim repetidas vezes o seu recôncavo sofreu devastações, tendo a sede [da capitania] estado mesmo na iminência de ser por eles ocupada em 1660 e em 1670" (Campos, 1981, p. 119).

A vila de Cairu também sofreu invasões. Sebastião da Rocha Pitta descreve o episódio ocorrido no ano de 1670, quando a vila foi atacada pelos "Gentios, os quais nunca tinham chegado naquele lugar". A população estava na missa de domingo, como costumavam, "mais vestidos do que armados, (...) quando uma multidão inumerável, rompendo os ares com os ecos dos alaridos, e instrumentos bárbaros, com que costumam entrar nas suas batalhas". As mulheres e crianças se protegeram dentro da igreja de portas fechadas, mas o capitão Manoel Barbosa de Mesquita, comandante da estância de Mapendipe, investiu contra o exército indígena até ser morto. "Assombrados os inimigos do valor do Capitão, e do grande número de gentios que lhes deixara mortos, entre os quais contavam o seu principal, e sobre tudo por favor do seu, se retiraram." (Pitta, 1950 [1730], pp. 381-383).

Percebe-se que os ditos Tapuias não apreciavam a presença dos colonos e estes, por sua vez, não menosprezavam as habilidades bélicas desses nativos. Rocha Pitta conta ainda, que a morte do Capitão Manoel Mesquita reverberou grande comoção em Salvador, dando início ao intenso combate empregado pelo Governo da Província contra os povos Aimorés. A "Guerra dos Aimorés" na costa e no interior da Bahia, assim como a "Confederação dos Tamoios" no Sudeste e tantas outras organizações de guerras traçadas pelos indígenas contra os colonizadores, ainda são temas abertos para discussão, com muitos trabalhos e dúvidas sobre

o assunto[38]. Estudar estes temas representa fazer história indígena no Brasil. Como este não é o objetivo deste trabalho, o assunto não será tratado com exaustão. A intenção de abordar essa questão é mostrar como os primeiros intentos da ocupação colonial na região, não se resumiram apenas às trocas e escambos pacíficos com os indígenas. Além de precisar dos serviços da população Tupinambá que habitava o arquipélago, os colonos também precisavam de estratégias para se defender dos eficientes ataques dos povos inimigos. A distribuição geográfica das vilas e povoados coloniais na paisagem da região do Baixo Sul alude, entre outros fatores, à forte resistência indígena empenhada contra as investidas coloniais em seus territórios.

2.2. A FORMAÇÃO DAS VILAS DO NORTE DA CAPITANIA

Cairu fazia parte então da Capitania de São Jorge de Ilhéus, concedida à Jorge Figueiredo Correia pela Coroa Portuguesa. Consta que o donatário não chegou a pisar nessas terras, nomeando o Ouvidor e Loco-Tenente Francisco Romeiro como capitão-mor de sua capitania. Romeiro, por sua vez, é descrito como homem rude, de costumes pouco nobres, mais voltado às armas do que à administração, chegando a ser denunciado à inquisição da igreja, em 1591, por blasfemar contra o crucifixo (Mott, 2010, p. 178).

Romeiro chegou na Bahia em 1535, desembarcando na ponta norte da Ilha de Tinharé (atual distrito de Morro de São Paulo), no mês de dezembro. Ele nomeou o lugar com o nome do Santo do dia de seu desembarque, São Paulo, como era de costume. Realizou expedições exploratórias ao longo da costa e, um mês depois de seu desembarque, rumou para sul, onde fundou a vila sede da Capitania, São Jorge dos Ilhéus (Souza, 1851, pp. 77-78).

Poucos anos depois, em 1537, Figueiredo Correia resolveu dividi-las por sesmarias, para distribuir a outros donatários. Dentre estas, a sesmaria que se estendia desde o rio das Contas até a ilha de Tinharé foi doada à Mem de Sá. Em 1563, já como Governador-geral do Brasil, Mem de Sá doou as terras à Companhia de Jesus, ficando conhecidas como sesmarias das 12 Léguas (Campos, 1981, p. 78). A influência da Companhia de Jesus nessa região é grande. Como parte do projeto de colonização, eles eram exploradores dos recursos da terra e

[38] Marcelo Henrique Dias, por exemplo, questiona sobre o efeito devastador que a historiografia apresenta as investidas dos Aimorés contra os colonos da Capitania de Ilhéus. Segundo ele, os ataques aimorés contra propriedades coloniais foram, no mais das vezes, pontuais e uma investigação mais atenta revela um certo grau de alarmismo nos testemunhos da época, os quais não corresponderiam à real dimensão dos fatos (Dias, 2016b).

da população autóctone. À igreja cabia não só criar frentes de assentamentos, como também, conhecer e estudar os costumes da população local, como estratégia de dominação e ocupação do território.

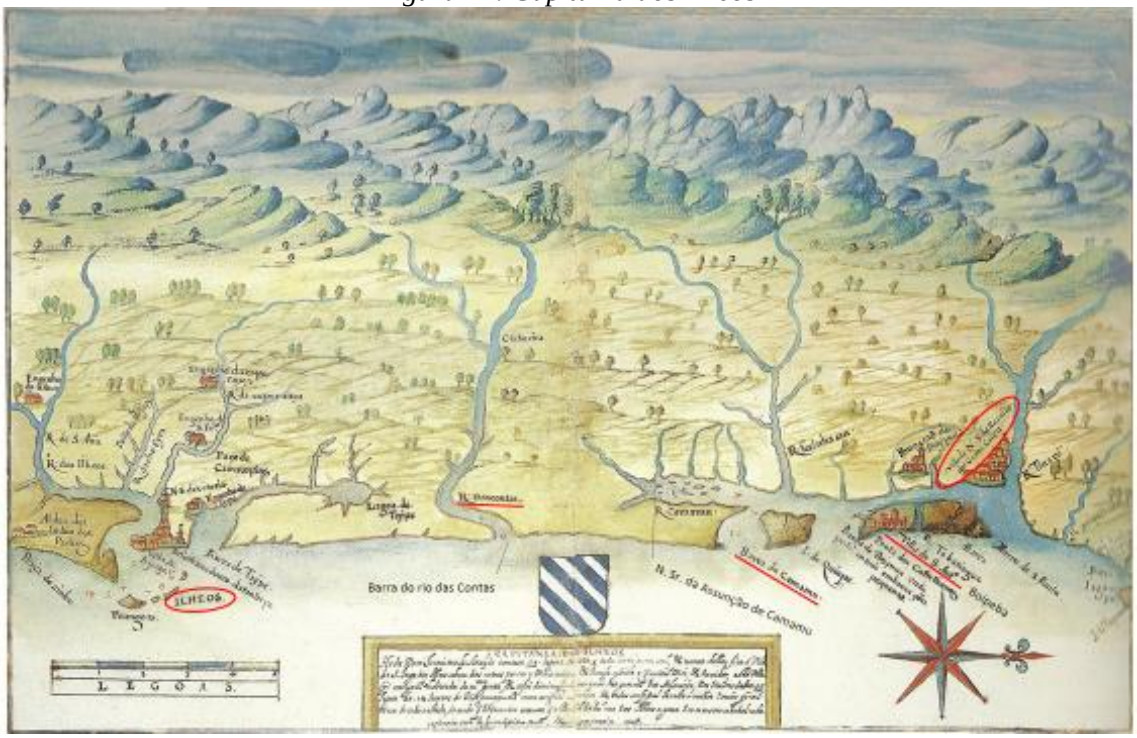
Ainda que as especificidades de cada região estejam entre as variáveis consideradas pelos colonos como estratégia de ocupação territorial, houve um projeto de invasão arquitetado e colocado em prática pelos portugueses. Da mesma forma como Paulo Zanettini demonstrou ter ocorrido na Capitania de São Vicente – com a fundação das vilas no Planalto de Piratininga, sob influência da Companhia de Jesus –, também na Capitania de Ilhéus a estratégia colonial de invasão e ocupação do território se desenvolveu sobre dois pilares: o laico (povoados e vilas régios) e o religioso (aldeamentos missionários), os quais empreendidos de forma simultânea e coordenada, asseguraram paulatinamente a dominação do espaço e transformação da paisagem. A dominação do território partia de um primeiro assentamento colonial, a partir do qual outros assentamentos menores eram formados seguindo um padrão radioconcêntrico. Após a estabilização e fortalecimento deste núcleo pioneiro, partiam expedições dominadoras, abrindo caminhos para novos estabelecimentos que reproduziam a matriz, em um padrão de assentamentos polinucleados (Zanettini, 2005, p. 54).

Por este modelo pode-se entender como os colonos portugueses investiram contra as terras indígenas, dominando e transformando a paisagem, onde viriam a implantar as primeiras vilas coloniais da Capitania de Ilhéus. A partir da sede (centro administrativo da Capitania) foi ordenada a formação de outros povoados. Barrados pela força bélica dos Aimorés que estenderam seu território nas terras do continente, os colonos ficaram restritos às ilhas e as terras da linha costeira, formando povoados na geografia recortada do litoral. Assim, foram criados cinco núcleos coloniais ainda no século XVI. São eles: São Jorge dos Ilhéus (sede da capitania), Barra do Rio das Contas (atual Itacaré), Nossa Senhora da Assunção de Camamu, Santo Antônio de Boipeba (depois a igreja foi dedicada ao Divino Espírito Santo) e Nossa Senhora do Rosário de Cairu, sendo os três últimos, localizados na porção norte da Província, conhecidos posteriormente como “vilas de baixo”, por referência a proximidade ao sul da Baia de Todos os Santos (Vilhena, 1969, p. 54).

A seguir, a *Figura 14*, denominada “Capitania dos Ilhéos”, mostra um registro cartográfico produzida pelo português João Teixeira Albernáz I, o Velho, entre as décadas de 1610 e 1620. Nele, observa-se que a localização das primeiras vilas estavam estrategicamente

localizadas em penínsulas, ilhas e baias, protegidas contra investidas tanto de indígenas quanto de corsários. A partir destes povoados consolidados, o modelo de assentamento polinucleado se reproduziu, sendo responsável pela formação de novos núcleos de moradias coloniais, engenhos e fazendas. Assim ocorreu em Cairu e Boipeba, onde os colonos investiram na criação de fazendas e povoados nas ilhas do entorno e na porção do continente próximo à costa[39].

Figura 14: Capitania dos Ilhéos



Fonte: João Teixeira de Albernaz (1618 *apud* Adonias, 1993).

Albernáz registrou a vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu e o povoado de Boipeba localizados erroneamente no continente. Possivelmente, o cartógrafo confundiu a sede dessas vilas com outros povoados formados no entorno, como o povoado da igreja de São Gerônimo, construída pelo fidalgo português Sebastião Pontes, um dos primeiros colonizadores em Cairu. Quando Pontes chegou na região na segunda metade do século XVI,

[39] Cairu e Boipeba eram duas frequesias distintas, mas que se confundiam pela proximidade e dinamismo geográfico da população. A primeira ocupava a ilha central do arquipélago e parte do continente. A segunda ocupava a ilha homóloga e toda a ilha de Tinharé. Por isso, apesar do trânsito e relação existente entre a população do continente (principalmente na região do rio Una), com os povoados da ilha de Tinharé, deve-se ter claro que o primeiro era parte da frequesia de Cairu e o segundo compunha a frequesia de Boipeba.

ele já possuía dois engenhos de açúcar no Recôncavo e aproveitou a experiência para levantar um terceiro na parte continental, mais especificamente, na segunda cachoeira do rio Una (onde hoje é a cidade de Valença), e uma fazenda de gado na boca de entrada do estuário, onde ainda hoje é conhecido como Ponta do Curral. As providências nas margens do rio Una (no mapa histórico de Albernáz está representado erroneamente como rio Tinharé) se desenvolveram em pouco tempo e logo foi nomeado povoado Nossa Senhora do Santo Amparo, contando com "casas de vivenda, depurgar e outras oficinas, com uma formosa igreja de São Geronimo, com três capelas de abóbadas" e outros fazendeiros vivendo no entorno (Souza, 1851, p. 160).

Sebastião Pontes seguiu à risca o modelo colonial polinucleado de dominação territorial. Jaboatam descreve o fidalgo como homem de muitas posses e escravos, responsável por gerar muita riqueza aos colonos da região. No entanto, sua história não termina em glórias. O fidalgo escravizou tanto indígena e tinha sobre sua influência tantos outros colonos, que se colocou em uma posição soberba. Ao tomar conhecimento de sua intrepidez, a corte acusou-o de alguns crimes, entre os quais figurava ter sido nomeado Rei ou Regulo do Brasil. O fidalgo foi preso e enviado para Limoeiro, em Portugal, por volta de 1574, onde permaneceu esquecido até o fim de sua vida (Jaboatam, 1858-62, p. 94). Seu engenho no rio Una foi destruido pelos Aimorés pouco tempo depois, e todos os colonos do pequeno povoado buscaram abrigos em Cairu e nas demais ilhas do arquipélago.

Na mesma época, outros colonos também trocaram as terras continentais pelas insulares, para se proteger das investidas dos indígenas nas vilas do continente. Domingo da Fonseca Saraiva foi uma figura importante que se instalou em Cairu com a família. Saraiva era neto de Francisco da Fonseca Saraiva, senhor da vila de Trancos, em Porto Seguro, e casou em Ilhéus com Antônia de Pádua Góes, onde construiu um engenho e permaneceu por vinte anos, antes de abandonar tudo por causa do medo e prejuízos provocados pelas constantes investidas dos Aimorés (Jaboatam, 1858-62, p. 95).

Segundo passagem do livro de Gabriel Soares de Souza, "Tratado Descritivo do Brasil de 1587", Domingo Saraiva teria chegado na região de Cairu e levantado fazenda de criação na ilha de Tinharé. O relato é interessante, pois descreve a ilha de Tinharé no final do século XVI, antes mesmo da fundação da vila de Cairu:

> *Esta ilha faz abrigo a esta terra* [o continente] *até a ponta do Curral, por ser a terra alta, a qual é fraca para canaviais, onde vivem alguns*

> ***moradores**, que nela estão assentados da mão de Domingos Saraiva, que é o senhor desta ilha, o qual vivia nela e tem aí sua fazenda com grandes criações e uma ermida onde lhe dizem missa* (Souza, 1851, p 161, grifo meu).

Por esta altura então, os colonos se encontravam todos abrigados nas ilhas do arquipélago e investiam produções com cautela nas terras do continente. Saraiva parece ser um destes, mas as informações sobre o português são fragmentadas. A passagem de Gabriel Souza relata Saraiva como principal "senhor", vivendo na parte norte da ilha de Tinharé, com fazenda de gado e a presença de alguns "moradores". Nesta época, a denominação de *moradores* abrangia duas categorias: i) os lavradores arrendatários, que cultivavam canas e mandiocas; e ii) os "agregados", compreendendo as pessoas livre, sem propriedade, colocado na situação de um fornecedor de força de trabalho, em troca de pagamento em espécie, normalmente, relacionado ao consumo diário. A dependência que os *moradores* tinham do proprietário das terras – seja para fornecer as condições necessárias ao cultivo nas terras arrendadas e comercialização dos produtos, ou para trabalhar como agregado nas estruturas das fazendas – era tal, que o sociólogo Otávio Ianne equipara sua condição à dos escravizados (Ianni, 1962, p. 91).

Nos textos dos cronistas do século XIX, as condições dos arrendatários parecem ter mudado, assim como o significado das categorias. Nesse novo período, a designação de "morador" é atribuída apenas aos agregados propriamente ditos, enquanto os arrendatários são descritos como pequenos lavradores, fazendo uso de mão-de-obra escravizada e autonomia de comercialização (Gorender, 2016, p. 320). A literatura chama essa parcela da população de "economia de subsistência", supondo serem pessoas engajadas em atividades apenas das grandes lavouras, mantendo níveis baixos de produtividade e rendimento (Furtado, 1976 (1959), cap. 13). A história econômica de Galeão mostra variações desse quadro social.

Na posição de maior proprietário na ilha de Tinharé, consta que o português Saraiva fez aliança com outros colonos por meio do casamento de suas filhas, a quem os governadores presentearam com sesmarias para promoverem o desenvolvimento da região (Jaboatam, 1858-62, p. 95). Eles construíram novas fazendas e engenhos, utilizando força de trabalho de seus "moradores", além de indígenas e alguns africanos escravizados. Ele também foi responsável por mandar construir as duas principais igrejas na sede de Cairu: a igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário, que se tornou a igreja matriz da freguesia a partir de 1610, e outra

capelinha, que foi reformada na segunda metade do século XVII e transformada no monumental Convento dos Franciscanos (Jaboatam, 1858-62, p. 371).

O historiador Silva Campos também cita Fonseca Saraiva como proprietário de "muitas terras na ilha de Tinharé e no continente fronteiro", onde Pontes havia levantado engenho. Na descrição de Campos, Saraiva estabeleceu residência no Morro de São Paulo, onde construiu a capela de Nossa Senhora da Luz e administrava suas fazendas. O autor atribui à Saraiva a construção de outras duas igrejinhas na ilha de Tinharé: "na ponta fronteira à ilha de Boipeba, dedicada à Santo Antônio, e [a] terceira no **Galeão**, tendo por padroeiro **São Francisco Xavier**" (Campos, 1981, p. 93, grifo meu).

A igreja de Santo Antônio não existe mais. Quando o Bispo D. Constantino Barradas ergueu a igreja do Divino Espírito Santo, na ilha de Boipeba, em 1618, a igreja de Santo Antônio foi abandonada e com os anos desapareceu. Na ocasião foi criada a freguesia que abarcava as ilhas de Boipeba e Tinharé, tendo o vilarejo da primeira ilha como sede. A atual igreja de Nossa Senhora da Luz foi construída em Morro de São Paulo no ano de 1840, para substituir a antiga capela de 1628, loalizada no alto do morro. Já a igreja de Galeão foi construida anos antes, em 1626. No entanto, assim como a formação dos povoados de Morro de São Paulo, Boipeba e Cairu antecederam a construção de suas igrejas em algumas décadas, o mesmo parece ter acontecido em Galeão. Considerando que Fonseca Saraiva habitava Morro de São Paulo antes da década de 1580, com outros moradores espalhados na ilha, tudo indica que a primeira igreja de Galeão foi contruída na segunda metade do século XVI.

A *Figura 15* apresenta a seguir, uma gravura feita pelos holandeses em 1630, período em que circulavam com frequência na costa do Brasil. A gravura apresenta a porção norte da ilha de Tinharé, com destaque para os dois povoados: Morro de São Paulo (à esquerda) e Galeão (ao centro). Os dois povoados são representados com as respectivas igrejas no topo dos morros, além de casas, áreas com plantações, muitos barcos e alguma vegetação. Conforme a figura mostra, os dois povoados eram bastante habitados e figuravam como referências coloniais na região. A gravura apresenta ainda a vila de Cairu em outra ilha (à direita), com muitas casas.

Figura 15: Desenho da porção norte da ilha de Tinharé e Cairu, no ano de 1630



Fonte: Original no Manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia, 1630.

Interessante perceber a sinalização de uma cruz no sopé do lado direito do morro em Galeão. Os atuais moradores de Galeão contam que a primeira igreja do povoado se localizava no sopé do morro, no mesmo lugar assinalado na figura. Ainda restam vestígios remanescentes de uma estrutura de pedra e cal neste mesmo local. A via de acesso para a atual igreja no topo do morro, cortou esta estrutura, que os moradores afirmam ser evidências do alicerce da primeira igreja construída em Galeão (*Figura 16*)[40].

Figura 16: Estrutura de pedra e cal, supostamente da primeira igreja de Galeão.



Fotos: Fabio Guaraldo, 2016.

[40] Esta estrutura foi registrada e mapeada, mas ainda não sofreu escavações arqueológicas.

Sr. José Santos Freitas, conhecido como Guri, nascido em 1947 na vila de Galeão, conta a história que ouvia de seu avô materno, Sr. Flaviano Freitas. Ele fala que são histórias muito antigas, que explicam por que a igreja de São Francisco Xavier foi construída no topo do morro.

> [A imagem de São Francisco Xavier] *teimava em não ficar cá embaixo (...) O que acontecia é que a imagem aparecia lá em cima do outeiro. Eles traziam pra cá embaixo, mas ela tornava a aparecer pra lá. Aí foram obrigado a construir a igreja pra lá.*[41]

Curiosamente, a imagem produzida em 1630 sinaliza com a cruz o local da primeira capela. Possivelmente, embora a igreja no topo do morro já existisse, a pioneira capela ainda permanecia erguida quando a imagem foi produzida. O mesmo ocorreu em Morro de São Paulo, onde a primeira capela foi construída na ponta do morro, no ponto do atual Farol. O desenho da *Figura 15* apresenta uma cruz neste local e a igreja mais abaixo, à direita, no mesmo lugar onde permanece até os dias de hoje.

Na década de 1620, quando as igrejas foram construídas, as vilas de Cairu, Camamu e Boipeba eram as partes mais cultivadas da capitania. A sede de Ilhéus passou a fazer frente econômica ao desenvolvimento de Cairu apenas no final do século XVIII (Campos, 1981, p. 68). Este cenário levou Vilhena a afirmar que a Capitania de São Jorge dos Ilhéus possuiu duas sedes até o século XIX: uma ao sul, tendo a vila de São Jorge como sede; e outra ao norte, com a vila de Cairu como principal referência (Vilhena, 1969, p. 54).

No cenário político da Europa, os acontecimentos não eram favoráveis e tiveram consequências aos acontecimetos que ocorreram na região de Tinharé. Em 1621 a trégua entre Espanha e Holanda terminou. Portugal e suas colônias que haviam caído sob domínio dos Habsburgos, desde 1580, tornaram-se alvo dos holandeses. O principal interesse dos flamengos pelo Brasil era retomar os negócios interrompidos pelas políticas comerciais espanholas. A Holanda sempre atuou como intermediária dos produtos brasileiros enviados para a Europa e estava disposta a controlar também sua produção. Soma-se a esse interesse o fato de não haverem boas defesas nesta extensa colônia portuguesa e pairar dúvidas sobre o interesse espanhol em proteger o Brasil (Schwartz, 1988, p. 145).

---

[41] Depoimento coletado no dia 29 de maio de 2017.

A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais foi criada então, e lançou-se uma expedição contra a Bahia, em 1623. O arquipélago de Tinharé serviu como posto de chegada da esquadra holandesa, antes de conquistar Salvador em 1624. A armada lusitana se refugiou no Recôncavo, onde já havia boa infraestrutura de vilas, povoados e fazendas coloniais. Um ano depois, organizaram um contra-ataque com ajuda da armada espanhola e retomaram a capital da Província (Salvador, 1627, pp. 507-590).

A contabilidade dos estragos promovidos durante o período da dominação holandeza na Bahia foi exorbitante. Até mesmo as vilas mais distantes como em Itaparica e as outras vilas do sul, sentiram os efeitos. As safras daquele ano e dos que seguiram foram prejudicadas pois todas as estruturas de alimentos, barcos e mão-de-obra foram disponibilizadas para abastecer a armada luso-espánica em Salvador (Campos, 1981, p. 103). Muitos escravos fugiram pela falta de controle e os prejuizos coloniais se somam com a perda de mercadorias e de ferramentas (Schwartz, 1988, p. 154).

Posteriormente, durante a ocupação holandesa em Pernambuco, os invasores elegeram as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro para buscarem mantimentos necessários "nos momentos de maior penúria" (Campos, 1981, p. 106). Silva Campos ressalta que esta escolha não foi aleatória, pois as vilas da capitania de Ilhéus já forneciam farinha de mandioca para Pernambuco desde 1624. Então, preocupado com as consequências da invasão Holandesa para o abastecimento de alimentos e demais estruturas econômicas da colônia, o Governador Diogo Luiz de Oliveira autoriza investimento em estruturas de proteção da Província.

Por esta perspectiva, a historiografia argumenta sobre as motivações que levaram à construção das igrejas na ilha de Tinharé (Morro de São Paulo e Galeão) e a construção da Fortaleza de Tapirandu em Morro de São Paulo, todas na entrada da baia, na face do extremo norte da ilha. Apesar do Governador ter anunciado a construção da fortaleza em 1630, "aquela praça de guerra só teve guarnição fixa de 1664 em diante" (Campos, 1981, p. 105). A atual igreja Nossa Senhora da Luz foi construída no ano de 1845 (segundo a data registrada no frontispício) e nada remete à arquitetura da primeira igreja. Já a igreja de São Francisco Xavier sofreu algumas reformas e ampliações no século XIX e XX, mas preserva os traços da arquitetura original, resquícios históricos do século XVII.

2.2.1. A igreja de São Francisco Xavier em Galeão.

Localizada a menos de 15 quilômetros da boca do canal, a igreja de Galeão foi construída no topo de um outeiro, com ampla visão tanto para a entrada do arquipélago, quanto para as terras baixas do continente, que margeiam o rio Una. Seu frontal foi erguido virado para o canal, com as costas para o antigo povoado. A arquitetura atual constitui da nave, capela-mor, uma torre com terminação piramidal e sacristia-corredor. Na fachada, a robustez da torre contrasta com a esbelteza do plano central. O campanário compõem o frontal, com coruchéu como arremate. Uma primeira cornija, a menos de 2 metros de altura, divide a fachada em duas partes, a inferior revestida de reboco e a superior com azulejos lisos e brancos. Na parte superior, o plano central possui três janelas e a torre com a abertura do sino. A segunda cornija marca o início do frontão do plano central e da terminação piramidal da Torre. O frontispício apresenta vazaduras em arco pleno invertido.

Figura 17: Frente da igreja de São Francisco Xavier, Galeão, Cairu/BA



Foto: Fabio Guaraldo, 2016.

A arritmia da estrutura é resultado da primeira reforma ocorrida no século XIX. Observa-se também alteração na espessura entre as paredes inferiores e superiores e no muro lateral. Tudo indica que a igreja foi ampliada verticalmente e horizontalmente (na profundidade), além de redecorada com introdução dos azulejos brancos. Na fachada lateral

esquerda, encontram-se vãos em verga reta, com esquadrias em guilhotina. O telhado de duas águas recobre a nave e a capela-mor. O interior é simples, com dois altares e um púlpito neoclássicos. Os forros da capela-mor e na nave são abobadados. Duas imagens se destacam nos altares da nave, a de São Francisco Xavier e da Nossa Senhora da Conceição.

As características arquitetônicas desta igreja não deixam escapar sua semelhança com o modelo próprio das igrejas-fortes do período colonial, com poucas envasaduras e paredes espessas feitas de pedra e cal. Apesar desta igreja não possuir seteiras como ocorre em outras igrejas da mesma época, a exemplo da igreja de São Jorge na cidade de Ilhéus (BA), ou na igreja de São João Baptista, em Cananeia (SP), a semelhança arquitetônica entre estas igrejas quinhentistas e seiscentistas são inexoráveis. Conforme Mori explica em seu livro "Arquitetura Militar", os oficiais militares quinhentistas e seiscentistas extrapolavam muito suas atividades no Brasil, tendo entre suas funções o desenho projetista de cidades, monumentos e igrejas (Mori, Lemos, & Castro, 2016, p. 95). Estas estruturas eram planejadas por arquitetos militares de mentalidade renascentista (Zanettini, 2005, p. 89), preocupados em se defender e conquistar territórios.

Não cabe aqui um aprofundamento maior no exame arquitetônico desta igreja[42]. No entanto, é importante entender como se deu sua construção considerando a paisagem social e histórica de Tinharé no primeiro terço do século XVII. Sua localização no topo do outeiro, direcionada para o canal interno (de costas para o povoado), com ampla visão do entorno, somada à estrutura arquitetônica de igreja-forte militar, típica da época de sua construção, não deixa dúvida quanto à função envolver mais do que a celebração das missas de domingo e outras louvações católicas.

Vale lembrar ainda que, segundo a historiografia, a construção da primeira igreja que levou o nome de São Francisco Xavier e demarcou o local do povoado de Galeão, foi determinado por Domingos Fonseca Saraiva, colono português que adquiriu as terras na ilha depois de sofrer sucessivos ataques na sede da Capitania, em Ilhéus. Assim, pode-se afirmar que a construção da Fortaleza de Morro de São Paulo, assim como a igreja de São Francisco Xavier, em Galeão foram estruturas planejadas e construídas pela mentalidade militar para apoiar a cidade de Salvador e proteger a região dos indígenas hostis aos portugueses, da

[42] Para mais detalhes sobre a arquitetura das igrejas jesuítas no Brasil, ver doutorado de Rosana Najjar (2005).

presença dos holandeses e outros corsários que vagavam pelo arquipélago. Além disso, a igreja de São Francisco Xavier teve a influência dos padres da Companhia de Jesus.

2.3. A PRESENÇA INDÍGENA E O PAPEL DOS JESUÍTAS

Em comparação com a região do Recôncavo, onde a exploração latifundiária com o plantio da cana-de-açúcar prosperou rapidamente, as ilhas de Cairu e sua porção de terra firme possuíam poucos engenhos na primeira metade do século XVII. Porém em relação à região de Ilhéus, que nesta época estava em decadência, devido aos ataques dos "Gentios", a vida no arquipélago era promissora. Como vimos, neste período dos primeiros dois séculos do projeto colonial no Brasil, o papel da igreja católica teve destaque como peça estratégica na invasão colonial do território indígena e formação das vilas e povoados. Na região alvo dos estudos, o principal braço da igreja foi sem dúvida a Companhia de Jesus.

Os jesuítas foram os que mais investiram na região entre as ordens da igreja, apesar de não terem sido os únicos[43]. Eles possuíam um projeto de colonização voltado para a evangelização indígena e transformação destes em um campesinato independente. Dedicados à essa missão, os inacianos na Bahia rogavam pela administração das terras onde havia aldeias indígenas, inclusive pelas propriedades tomadas pelos colonos. Forneciam sesmarias aos nativos para impedir que eles sofressem com a fome e formavam aldeamentos, agregando grupos de indígenas desarticulados pelos colonos e extirpados de seus territórios (Schwartz, 1988, p. 51). Porém, os jesuítas sabiam de suas limitações e diferenças com o projeto colonial imposto pelos interesses econômicos da Coroa.

Segundo Stuart Schwartz, a produção de açúcar foi a principal atividade econômica do Brasil durante todo o período colonial. A influência política dos senhores de engenhos e lavradores de cana-de-açúcar barrava a atuação até mesmo da igreja nas terras da colônia. Quando, em 1558, o padre Manoel da Nóbrega tentou obter terras às colônias na região norte do Recôncavo – para onde as lavouras de cana avançavam sobre os solos de massapê – nem mesmo ele, que era um dos nomes mais fortes da Companhia de Jesus, obteve apoio da Coroa

[43] A ordem dos capuchinos também teve sua relevância na região, principalmente na relação com os indígenas menos amistosos aos colonizadores. No entanto, este assunto não será tratado aqui por não agregar informações diretas ao objetivo da tese. Para mais informações sobre este assunto ver Paraiso (1989).

(Schwartz, 1988, p. 50). As habilidades políticas dos padres incluíam, assim, a negociação e tratativas com os interesses dos colonos para obter apoio dos administradores.

Hábeis diplomatas, os jesuítas se colocaram perante o projeto colonial Real não apenas como defensores dos indígenas, mas como seus "criadores". Nas palavras de Manoel da Nobrega, ele propunha:

> *(...) sujeitar o gentio e fazê-los viver como criaturas que são racionais (...)* [pois assim, os colonos], *terão serviços e vassalagem dos índios e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará muitas almas e S. A. terá muita renda nesta terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos já que não haja muito ouro e prata* (Leite, 1940, p. 75 e 77-78)[44].

Por estes termos, os inacianos conquistaram o apoio da Coroa e dos administradores simpatizantes de suas causas, como foi o caso do fidalgo Mem de Sá. Antes mesmo de ser nomeado Governador-geral do Brasil, em 1537, esse administrador português demonstrou confiança na proposta da Companhia de Jesus ao doar-lhes sua sesmaria localizada na capitania de São Jorge dos Ilhéus, ao sul do Recôncavo baiano. A posse fazia dos inacianos administradores de quase metade das terras da capitania, com forte influência política e independência administrativa na região. Ao mesmo tempo, restringiu-lhes o protagonismo na região norte e oeste do Recôncavo, onde estavam as terras mais produtivas e procuradas pelos produtores de cana-de-açúcar.

A sesmaria conhecida como "Doze léguas", estendia-se por entre a Barra do Rio das Contas e a Baia de Camamu, passando pela ilha de Boipeba, até o limite norte, na ilha de Tinharé. A comarca de Cairu não incorporava essa propriedade, mas Boipeba sim fazia parte das terras jesuítas e a igreja de São Francisco Xavier, construída em Galeão, também levava a devoção de um santo da Companhia. No entanto, se em Boipeba a influência dos padres inacianos ainda pode ser considerada presente na memória e identidade local, o mesmo não acontece no povoado de Galeão. Para explorar essa questão deve-se entender as relações existentes entre os jesuítas e os colonos à luz da racionalidade colonial de exploração e dominação do território na região do baixo sul.

---

[44] Carta escrita na Bahia, datada de 8 de maio de 1558.

No início do século XVII, a Companhia de Jesus já possuía um engenho em Camamu. Consta que este engenho foi destruído pelos holandeses em 1640 (Schwartz, 1988, p. 93). No entanto, os jesuítas não abandonaram a região e formaram o aldeamento de nossa Senhora da Purificação, no ano de 1657, pouco ao sul do povoado de Camamu. Tempos depois, houve a formação das fazendas Santa Inês e Santa Ana, próximo a este aldeamento, onde vários colonos arrendavam terras dos padres para se estabelecerem próximos aos aldeamentos e engenhos (Leite, 1938-1945).

Como esses colonos estavam marginalizados pelo sistema de concessão de terras por via das sesmarias, além de não poderem habitar as aldeias e engenhos como agricultores independentes, eles ocupavam as terras adjacentes das missões e engenhos, exercendo o papel de foreiros. Povoados floresceram nas terras inacianas com base nesse sistema, agregando todo tipo de colonos desprovidos de propriedade. Logo, várias vilas e povoados adquiriram volumes e representatividade em diferentes regiões no interior da sesmaria Doze léguas. As terras que se estendem desde Tinharé e Boipeba até o rio das Contas foram povoadas por fazendas de diferentes ordens eclesiásticas e povoados de colonos independentes ou foreiros. No início do século XVIII, os padres capuchinhos italianos fundaram o aldeamento de São Sebastião do Maraú. Em 1718, pela influência dos foreiros que povoavam as terras próximas ao aldeamento, fundou-se a vila de Maraú (Dias, 2016b, pp. 196-197).

Outra vantagem para os colonos arrendarem as terras próximas aos aldeamentos era poder contar com a proteção dos indígenas das missões eclesiásticas, contra os ataques belicosos dos indígenas inimigos e insubordinados a igreja. Segundo o historiador Marcelo Dias (2007), os colonos desses povoados eram gente pobre, sem propriedade de terras e dedicados exclusivamente ao cultivo. Sem muitos recursos financeiros, eles possuíam poucos ou nenhum escravo. A proximidade com os aldeamentos lhes fornecia benefícios também neste quesito. A convivência de vizinhança entre colonos foreiros e indígenas aldeados ocasionou o desdobramento das relações sociais de vizinhança em relações comerciais, de trabalho e troca de serviços. Precisando contratar mão-de-obra barata, os colonos ofereciam trabalhos agrícolas aos indígenas, pagando-os por empreito ou jornada de trabalho. Esta relação era promovida pelos jesuítas, os quais almejavam o futuro do campesinato indígena.

Em outras regiões, como nas comarcas do sul do Recôncavo, freguesias como Nazaré e Jaguaripe foram fundadas nos arrendatários dos aldeamentos indígenas instalados pioneiramente na região. Assim como nas terras das “Doze Léguas”, também nestas vilas da

parte sul do Recôncavo os aldeamentos agregavam os indígenas com o propósito de "civilizá-los e evangelizá-los", transformando-os em aliados na expansão do território português exercendo a defesa e combate às tribos inimigas. O aldeamento Santo Antônio foi um importante centro indígena criado pelo português Paulo Argollo de Menezes, portador de carta de sesmaria, concedida pelo Governador de Portugal, ainda no século XVI (Queiroz, 1995, pp. 62-67).

Em sua dissertação de mestrado, Ana Maria Oliveira encontrou documentação do registro eclesiástico de terras, que cita a relação dos colonos da freguesia de Santa'Ana e Santo Antônio de Jesus como arrendatários das terras do aldeamento Santo Antônio. Segundo a autora, o "Mapa das Aldeias Indígenas da Província da Bahia entre 1700 e 1861" [45], aponta que "na Aldeia Santo Antônio, da Freguesia da Aldeia em Nazareth, contavam-se 172 índios cultivando gêneros de culturas diversas, havendo engenhos, engenhocas, fazendas e sítios arrendados" (Oliveira, 2000, p. 42).

Sobre a região de Cairu e Boipeba, sabe-se que a primeira foi instalada fora dos domínios do território jesuíta. Por isso, os povoados, engenhos e fazendas que se estendiam para a porção continental da freguesia, não eram arrendatários dos inacianos. Boipeba, por outro lado, era o limite norte da sesmaria "Doze léguas" e pertencia aos jesuítas da Bahia (Almeida Prado, 1946, p. 198). Segundo Serafim Leite, a igreja do Divino Espírito Santo foi erguida pela Companhia de Jesus para ser uma residência estratégica dos Jesuítas na região, e servir como sede da freguesia que ocupava as ilhas de Boipeba e Tinharé. Toda a extensão de Tinharé, ao norte do arquipélago, incluindo Galeão, pertenciam a freguesia de Boipeba, mas, já no final do século XVI, as terras eram propriedade dos colonos, tendo Domingos Saraiva como referência.

Pelas informações auferidas por Dias sobre os testemunhos[46], os jesuítas realizaram a evangelização dos indígenas da ilha de Tinharé ainda no século XVI. Consta que o primeiro pelourinho da ilha foi para punir os indígenas, erguido por Mem de Sá, em 1558 (Dias, 2007, p. 43). Outra referência sobre a presença de aldeamento jesuíta na ilha de Tinharé é a história do movimento indígena anticolonialista, denominado "Santidade". Segundo o historiador

[45] Documento presente em Arquivo Público do Estado da Bahia (doravante APEB), Sessão de Arquivos Colonial/Provincial (doravante SACP), Sene Agricultura Diretoria Geral dos índios, Maço 4610.

[46] Dias não explicita em quais testemunhos se baseia, porém, a citações ao longo do texto leva a crer que sejam as cartas jesuítas publicadas por Serafim Leite.

Ronaldo Vainfas, a principal Santidade teve início justamente em um aldeamento jesuíta na ilha de Tinharé, de onde surgiu o seu líder, de nome Antônio, meio cristão e inteiro xamã, que se dizia ancestral-mor dos Tupinambá (Tamandaré) e, ao mesmo tempo, se considerava "o papa da verdadeira igreja" (Vainfas, 1995, p. 77).

A evangelização dos Tupinambás na parte norte da ilha, considerada um local estratégico à conquista da região, favoreceu o assentamento dos foreiros colonos. Talvez o surgimento de um líder indígena rebelde entre os inacianos tenha influenciado o fechamento precoce do aldeamento, fazendo com que este se retirasse para a ilha vizinha ao sul, Boipeba. Por isso Gabriel Soares de Souza cita Domingos Saraiva como proprietário dessas terras e não menciona a presença jesuíta. Neste caso, há de se considerar a possibilidade de conflitos entre os inacianos e os colonos. Na condição de pequenos lavradores independentes da igreja, esses colonos esbarravam nas imposições dos padres quanto à aquisição de escravizados indígenas. Silva Campos, ao citar o cenário econômico da Capitania de Ilhéus, descrito por Diogo de Campos Moreno no começo do século XVII, revela alguns motivos de embate entre os colonos e os padres. Moreno nota que os jesuítas monopolizavam a mão de obra indígena, obrigando os colonos a arcarem com custos maiores na importação de escravizados vindos da África (Campos, 1980, pp.123-140).

Na ilha de Tinharé há registro das relações entre colonos e indígenas, independente da igreja. O historiador João Fernando Almeida Prado aponta a extração de madeira embira como uma atividade procurada entre os habitantes da ilha de Tinharé, no século XVI. Segundo Almeida Prado, os indígenas da ilha extraiam a matéria-prima da palmeira e comercializavam com os colonos à base de troca. Recebiam utensílios manufaturados como pentes, tesouras, anzol, em troca de "dez quintais de embira" para "amarras e enxárcias da armada da costa". Extraiam também madeiras para construção de barcos nos estaleiros formados na ilha (Almeida Prado, 1945, p. 132).

De acordo com Amaral Lapa, as técnicas indígenas foram incorporadas na produção naval dos colonos para confecção de massa de calafetamento, em substituição às estopas importadas, além de cordoarias utilizadas nos estaleiros locais (Lapa, 1968, p. 87). Com o tempo, os colonos do arquipélago se especializaram na produção de peças de madeiras para a frota naval, como, talões de quilha, pranchas de proa e popa, lemes, mastaréu, eixos de carretas, barras de cabrestante, pés de carneiro, liames, curvas e vãos, além de construirem

barcos inteiros[47]. Estas mercadorias eram comercializadas em Salvador e exportadas para Portugal, por iniciativa de negócios exclusivamente privados.

Fica claro pelos registros históricos que os colonos sitiados na ilha de Tinharé no final do século XVI não eram arrendatários da Companhia de Jesus, mas pequenos lavradores de terras concedidas pelos governadores. A apropriação do conhecimento indígena sobre o uso da matéria-prima local, deu destaque aos estaleiros de Cairu e Tinharé. Da mesma forma, o conhecimento indígena sobre a agricultura e o uso de sua mão de obra nas lavouras existentes no arquipélago, até o final do século XVII, foi parte restrita do projeto inaciano para a sociedade colônial portuguesa. No entanto, a documentação histórica registra a predominância de pequenos lavradores em Cairu e Galeão, todos com escravizados africanos desde o início do século XVIII. Neste período já não havia indígenas entre a população do município.

2.4. O "CONCHAVO DA FARINHA"

O projeto jesuíta de transformar os indígenas em agricultores para alimentar a sociedade colonial emergente foi limitado. Ainda assim, na comarca de Ilhéus, eles foram responsáveis pela organização do trabalho agrícola utilizando as técnicas indígenas na produção de farinha de mandioca. Segundo Silva Campos, em 1624, não havia outra comarca que pudesse abastecer Salvador dos gêneros alimentícios. Por isso, após a invasão holandesa, o Governo Geral lançou mão de seus mecanismos legais para exigir que as freguesias da comarca de Ilhéus garantissem o abastecimento de farinha em Salvador. Maragogipe e Nazaré adentraram no comércio de farinha somente no século XVIII, fazendo frente aos pequenos lavradores de Cairu (Campos, 1981, p. 105).

Na parte norte do Recôncavo, onde se concentrava os engenhos e fazendas de cana-de-açúcar, os proprietário das terras se recusavam a produzir alimentos suficientes, inclusive para o sustento da própria fazenda[48]. Para eles compensava mais comprar farinha das freguesias produtoras do que ocupar parte de suas terras com o plantio de mandioca e ainda deslocar

---

[47] Documento Histórico da Biblioteca Nacional - DHBN, vol. 42, 43, 63, 73 e 96. Sobre estes dados ver Schwartz, 1988, p. 87 e Dias, 2007, pp. 148 e 255-258.

[48] A análise realizada por Barickman em mais de 150 inventários *post-mortem* registrados entre 1780-1860, nos principais distritos canavieiros do Recôncavo, comprova que os lavradores e senhores de engenhos não estavam preocupados em produzir alimentos para o consumo dos moradores da fazenda. A pesquisa revelou que menos de 36% das fazendas de cana possuíam as rodas de ralar mandioca e demais "acessórios para fazer farinha". Entre os engenhos esta porcentagem cai para 23% (Barickman, 2003, p. 107).

mão-de-obra para a produção desse insumo. Na verdade, muitas personalidades da sociedade baiana não disfarçavam suas hostilidades quanto às lavouras de gêneros alimentícios serem praticadas junto à produção de açúcar. É conhecido o depoimento do desembargador João Rodrigues de Brito, manifesto em 1807, segundo ele, seria um absurdo "o lavrador ocupar com a mesquinha plantação de mandioca, que se dá em toda a qualidade de terra, os raros e preciosos torrões de massapé" (Barickman, 2003, p. 107)[49]. Ao que parece, esta mentalidade era generalizada entre os produtores de açúcar da época, pois três anos depois da manifestação do desembargador, o senhor de engenho de Santo Amaro proibiu seus arrendatários de plantarem mandioca.

No início da colonização, a proximidade entre a capital e a zona rural criou uma interrelação na qual Salvador dependia inteiramente do Recôncavo para obter alimentos e combustíveis e servia de porto para exportação de sua produção de açúcar, fumo e couro. Não obstante, à medida que a quantidade dos engenhos do Recôncavo aumentou e a produção de açúcar despontou, os alqueires de farinha destinados aos celeiros de Salvador diminuíram e a cidade sofreu com a falta do alimento. Neste período, a capital de Salvador e os engenhos de cana do Recôncavo eram as regiões mais habitadas em toda a colônia portuguesa. A preocupação com o déficit do abastecimento de farinha de mandioca no mercado de Salvador, levou o governo da Província a emitir seguidas ordens e provisões régias, obrigando os senhores de engenhos e lavradores de cana a plantarem mandioca para seu próprio sustento. Assim, os produtores da Província de Ilhéus deveriam atender exclusivamente aos mercados de Salvador e aos militares dos fortes.

Com a construção da Fortaleza do Morro de São Paulo, o governador Diogo Luís de Oliveira (1627-1635), preocupado em garantir a defesa da colônia contra os holandeses, formulou o que ficou conhecido como "conchavos das farinhas". Este tratado obrigava os pequenos lavradores de Boipeba, Cairu e Camamu a fornecerem farinha para a guarnição do forte, enquanto durasse a ameaça holandesa. Segundo Silva Campos relata, o governador convenceu pessoalmente os oficiais das câmaras das ditas vilas sobre a necessidade de haver uma armada que resguardasse aquela região. "No que acordaram todos, taxando-se os

[49] O solo denominado massapé é resultado da decomposição de sedimentos cretáceos, um sedimento escuro, com elevada presença de argila, boa conservação de umidade e nutrientes. A presença desse solo na região norte da cidade de Salvador norteou a instalação dos canaviais e lavouras de cana, pois não exigiam revezamento de cultivo para fortalecimento da terra. Além disso, as plantações de cana nos massapés davam quatro a seis colheitas antes de precisarem de replantio (Schwartz, 1988, p. 102).

moradores proporcionalmente ao número de escravos que possuíssem, para o fornecimento em apreço" (Campos, 1981, p. 104) [50].

Poucos anos depois, em 1648, o então governador Antônio Teles de Meneses impôs às câmaras de Cairu, Boipeba e Camamu a obrigação de se responsabilizar pelo abastecimento de farinha para as tropas da cidade de Salvador e das armadas que tocassem no seu porto (Silva, 1991, pp. 364-365). Na ocasião, Camamu era a vila que mais quantidade deveria fornecer, equivalente a 2 mil alqueires, seguida por Cairu com a obrigação de fornecer 1.800 alqueires e Boipeba apenas 700 alqueires (Campos, 1981, p. 111).

Considerando os cálculos de José da Silva Lisboa, apresentados por Schwartz (2001, p. 152), qualquer terreno produzia 20 alqueires de farinha para cada cova plantada, sendo que um escravo conseguia plantar 100 covas por dia, quantia equivalente a 2 mil alqueires. Considerando ainda que é exigido um espaçamento mínimo de 20 à 30 cm entre as covas, a área necessária para plantar 100 covas é cerca de 9 metros quadrados, plenamente possível de limpar em um dia.

Assim, seriam necessários dois dias para plantar e colher, além de um dia para preparar a terra e alguns poucos dias mensais para mantê-la limpa. Segundo a descrição de Barickman, pouco trabalho era necessário para o escravizado manter a plantação: "A primeira capina, ou limpa, era feita quatro semanas depois do plantio e a segunda, quatro a cinco meses mais tarde; daí em diante, capinas ligeiras eram necessárias a cada dois meses" (Barickman, 2003, p. 273). Supostamente, menos de 7 dias seriam gastos ao todo por uma pessoa para plantar e colher 2 mil alqueires de mandioca.

Agora, com base nesse cálculo, um escravizado que trabalhasse 20 dias por mês teria capacidade de produzir 2.000 covas ao mês, equivalente a 40 mil alqueires de farinha. Supondo ainda a capacidade de colher pouco mais de 350 raízes por dia, toda a plantação de um mês era colhida em uma semana. Isso significa que em nove meses, uma pessoa sadia teria trabalhado menos de dois meses para plantar, manter e colher o produto para a produção de 40 mil alqueires de farinha. Isso justifica a afirmativa de Silva Campos sobre a quantidade de farinha enviada pelas vilas para Salvador, além de cumprir com o acordo "ainda vinha muita farinha para se vender na capital" (Campos, 1981, p. 111).

---

[50] Este acordo que seria temporário, perdurou por mais de cem anos, sendo liberado apenas em 1739 (Campos, Op. Cit, p. 138).

No entanto, para o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, os acordos não favoreceram os produtores envolvidos. Segundo sua análise, a demanda por farinha teve aumento significativo na capitania a partir da segunda metade do século XVII, consequentemente, houve melhora dos preços no mercado e aumento da arrecadação, quando havia possibilidade de livre negociação. Porém, a comarca de Salvador taxava preços fixos e só depois que toda a quantidade combinada fosse entregue, o excedente era dispensado para o mercado livre (Silva, 1991, p. 135). Esta política do governo não apenas prejudicava os produtores, como também limitava a atuação dos comerciantes, os principais afetados pelo "conchavo das farinhas".

Assistindo ao aumento da procura por insumos alimentícios, os produtores do Baixo Sul não deixaram de se beneficiar com o alto valor pago e, para isso, aderiram ao mercado clandestino fomentado pelos comerciantes atravessadores. Além de Salvador e dos engenhos do Recôncavo, outras Províncias também recorriam à produção de farinha nas vilas do sul, sem contar o comércio de exportação mantido pela rota direta entre Ilhéus e Angola. Devido ao déficit de alimento na capital da colônia, as autoridades reprimiram os navios com sacos de farinhas que partiam dos portos de Ilhéus sem destino à Salvador (Silva, 1991, p. 89). Em 1650, quando um preposto da Companhia Geral de Comércio foi mandado pelo governador Antônio Teles, adquirir mantimentos em Ilhéus, os moradores não quiseram vender-lhe, preferindo negociar com os atravessadores. Como resposta, o governador recomendou energicamente que "nenhuma pessoa poderia comprar gêneros na vila, nem vendê-los antes do comissário ter completado o seu favorecimento" (Campos, 1981, p. 112).

Apesar dos comerciantes estarem sujeitos à rígidas punições, os lucros compensavam os riscos do negócio ilegal. Em 1656, quando o governador geral do Brasil, Dom Jerônino de Ataíde, conde de Atougaia, tomou conhecimento de que barcos de Pernambuco estavam comprando farinha nas vilas em Ilhéus sem a sua governamental licença, ele ordenou que fossem tomadas as farinhas, reconstituído o dinheiro e os vendedores fossem presos (Op. Cit, p. 118). Assim, a demanda pelo gênero alimentício tanto nas fazendas do Recôncavo, quanto no mercado de Pernambuco, de outras províncias e de países da África, incentivou a prática do comercio ilegal no Baixo Sul. Devido à localização, a ilha de Tinharé teve destaque nesse tipo de comércio, que gerou poucos registros escritos, mas não passou desapercebido para Silva Campos:

> *Por esse tempo os navios procedentes do reino de Angola, bem como os de cabotagem, antes de entrarem na baia de Todos os Santos iam ao Morro de São Paulo* [na ilha de Tinharé] *e ali faziam comércio clandestino, vendendo artigos da carga que transportavam* (Campos, 1981, p. 117).

Mais camuflado do que Morro de São Paulo e com menos influência dos militares, Galeão pode ter sido um importante centro do comércio clandestino praticado nas franjas da capital da colônia. Os navios procedentes de Angola e os comerciantes de cabotagem se beneficiavam da produção de farinha e de outras atividades realizadas na ilha. Segundo Schwartz demonstra na obra "Escravos, roceiros e rebeldes", a escassez de alimento em Salvador não atingia apenas seus moradores. Os comerciantes de escravos que utilizavam o porto da cidade para embarque e desembarque de suas "mercadorias vivas", também precisavam abastecer os navios de alimentos. Com a falta de farinha no celeiro público da cidade, eles passaram a buscar as sacas direto com os produtores (Schwartz, 2001).

O desvio da farinha destinada ao "conchavo" significou o déficit no abastecimento do celeiro da capital baiana. Os produtores não entregavam para Salvador a quantidade estipulada. Inúmeros ofícios de reclamações e exigências eram encaminhados às câmaras, sem respostas de seus administradores. Para o Governo não bastava mais acordos com medidas paliativas. A administração colonial buscou meios de estabelecer abastecimento contínuo para a capital. Em 1674, o governador Afonso Furtado proibiu definitivamente o cultivo de cana-de-açúcar e a construção de engenho nas Vilas de Camamu, Boipeba e Cairu, para priorizar a cultura do tubérculo (Campos, 1981, p. 123)[51].

Anos depois, uma exigência jurídica de 1688, obrigou todo senhor de engenho e agricultor de tabaco do Recôncavo a cultivar 500 covas do tubérculo para cada escravo que possuíam, deixando a farinha do celeiro de Salvador para o comércio da cidade e do porto (Schwartz, 2001, p. 157). Como vimos, os senhores de engenho relutavam em plantar mandioca, usando a desculpa que as leis eram muito onerosas[52]. Mas, como se sabe, os senhores tinham facilidade de acesso ao comércio de alimento praticado nas comarcas do sul do Recôncavo (Maragogipe e Nazaré) que, neste período, faziam frente às vilas da capitania

[51] Apenas um engenho poderia continuar existindo, o dos herdeiros de Antônio de Couro Carneiro, por sua antiguidade.

[52] Segundo os cálculos de José da Silva Lisboa, para atingir a quantia de 500 covas estabelecida na ordem, cada escravo precisava trabalhar 10 dias apenas para plantar e colher em uma área de 45 m^2.

de Ilhéus. Devido ao insistente descumprimento dos senhores de engenho, a mesma legislação foi novamente decretada no começo do século XVIII. Como consequência desta segunda ordem, os comerciantes do tráfico de escravos também foram obrigados a manterem plantações de mandioca para abastecerem seus navios. A farinha destinada à alimentação da tripulação e "carga viva" dos tumbeiros deveria, a partir de então, ser produzidas pelos próprios traficantes (Schwartz, 2001, p. 158).

Como era de se esperar, estas normas geraram conflitos entre os diferentes segmentos sociais e a câmara da cidade. Os comerciantes alegavam que sua atividade não combinava com a atividade agrícola (Schwartz, 2001, p. 158, nota 61). Por outro lado, o governo da Bahia acusava os produtores do sul de estarem organizados para não venderem o produto e gerarem aumento no mercado[53]. Ao que parece, a demanda pela farinha colocou seus produtores e comerciantes como mais um segmento na lista dos negociantes com o governo da província. Além dos traficantes de escravos e senhores de engenhos, também os produtores e comerciantes de farinha do baixo sul buscavam meios de controlar o preço de seu produto no mercado interno.

A propriedade do tubérculo favorecia a estratégia de esvaziar o alimento do mercado para garantir a alta do preço. O armazenamento da raiz não requer muita estrutura física extra, além da área de plantação. Em um ambiente úmido como é o litoral baiano, as manivas eram plantadas como hoje, em covas para não precisarem ser colhidas imediatamente. Paradoxalmente chamados de cova, pequenos montículos de 50 a 70 centímetros de altura são formados para melhorar a drenagem e impedirem o acúmulo de umidade nas raizes. Com isso, o tubérculo pode permanecer na terra por meses, até um ano, evitando apodrecesserem nos meses chuvosos de inverno. Geralmente, os tuberculos eram colhidos pouco antes da produção da farinha, assim, não havia necessidade de grandes celeiros. Os sacos de farinhas para consumo próprio eram guardados nas casas ou na própria casa de farinha, enquanto as mandiocas destinadas à comercialização são mantidas no celeiro "natural" da terra, antes de serem transformadas (Oliveira, 2012, p. 778). Isso permitia aos lavradores garantirem sua alimentação diária enquanto esperavam o momento de maior valorização do mercado para comercialização do produto.

[53] APEB, Ord. Reg. 7, nº. 511. O mesmo documento é apresentado em Schwartz (2001, p. 160).

Documentos sugerem que os produtores estavam organizados com o propósito de manipular os valores, capazes de impor a lucratividade esperada de seu produto e não se dispunham a manter o acordo de fornecer farinha para a armada sem custos. No ano de 1719, os então administradores da colônia[54] escreveram aos oficiais das vilas de Camamu, Cairu e Boipeba, para reclamar do abastecendo de alimentos à Fortaleza do Morro de São Paulo. Mesmo perante a insistência do Capitão do Presídio, que "tem escrito várias vezes a essa Câmara", os oficiais recusavam-se a atender a demanda dos soldados[55]. Reclamações semelhantes e intervenções do governo permaneceram durante todo o século XVIII. No entanto, parece que os produtores do tubérculo eram os próprios oficiais da câmara que controlavam o poder político em suas respectivas vilas e não estavam dispostos a ceder facilmente às exigências do Governo.

Claramente, se percebe uma sociedade expandida internamente, com disputa de espaços e benefícios políticos frente um Estado que enfrentava desafios maiores para dialogar e atender exigências de segmentos sociais emergentes. Os pequenos lavradores e produtores de farinha de Cairu e Tinharé figuravam entre os novos segmentos que buscavam autonomia comercial no promissor mercado interno. Apesar de Schwartz (2001, p.160) mostrar que as intervenções governamentais acompanharam as altas do preço de exportação da cana-de-açúcar[56], ao longo do século XVIII, o mercado interno adquiriu robustez, atendendo variadas frentes e possibilitando um dinamismo nas negociações dos pequenos lavradores de alimentos do Baixo Sul.

Em 1760 há uma crise na exportação do açúcar. Com isso, os trabalhos nos engenhos diminuíram, contribuindo com o abastecimento do celeiro de Salvador. Houve queda nos valores e os traficantes de africanos escravizados aproveitaram a ocasião para se esquivarem de suas obrigações com a produção de mandioca. Consequentemente, a demanda aumentou, proporcionando equilíbrio dos valores. Poucos anos depois, as exportações voltaram a subir e o mercado interno também prosperou. A esta altura, os comerciantes de farinha negociavam

---

[54] Com a morte do vice-rei do Brasil, D. Sancho de Faro e Silva, o Senhor Arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro da Vide, assumiu o governo civil junto com Caetano de Brito e Figueiredo e João de Araújo e Azevedo.

[55] DHBN, vol. LXXIII, p. 233-234 (21 de novembro de 1719).

[56] Segundo o autor, por ser o açúcar a principal produção da colônia voltada ao mercado de exportação, ele dinamizava o mercado interno. Conforme a demanda europeia aumentava, os engenhos do Recôncavo deixavam de plantar alimentos para fabricar o produto de exportação. Com isso, as fazendas de açúcar aumentavam a demanda por alimentos, propulsionando seu valor no mercado interno (Schwartz, 2001, p.160).

com Salvador e outras províncias, além de exportarem os produtos para Portugal. Em 1810, o governador da Bahia recebia reclamações quanto ao aumento do envio de farinha de mandioca para a Europa, causarem escassez nos estoques brasileiros (Op. Cit, p. 160).

Assim vemos o florescer de uma economia interna, com base no mercado regional, mas com expressão interprovincial e de exportação incipiente. Ainda que de forma macro este mercado tenha sido fruto dos benefícios gerados pela economia de exportação do açúcar, não se pode resumir as vilas e produtores de farinha do Baixo Sul durante o período colonial como “celeiros do Recôncavo” ou como "área de retaguarda produtiva das grandes plantations". Considerações referentes a relação existente entre a sociedade de exportação ligada à produção de açúcar e fumo, e a realidade social das comarcas do sul caracterizadas pela produção e comércio de farinha, devem ser abordadas com ressalvas que procurem superar a lógica exclusivamente econômica. Quando a perspectiva social se desloca da lógica das relações binárias (na qual Salvador se opõe ao Recôncavo, o centro ao interior, o recôncavo às vilas do sul, o açúcar à farinha, a exportação ao consumo, a produção escravista à subsistência, etc) verifica-se que a Bahia no século XVIII constituiu uma diversidade interna de ações e negociações, com novos segmentos sociais atuando no cenário econômico e político. E mesmo estes segmentos apresentaram uma heterogeneidade de interesses e conflitos, podendo ter atuado no mercado interno valorizado e diversificado, como também explorado mercados de exportação para Europa e África.

2.5. ATIVIDADE EXTRATIVISTA DA MADEIRA

Além da produção de farinha de mandioca que caracterizou a relação de Cairu com Salvador, outro recurso significativo foi responsável pela mudança da paisagem física, social e cultural na região: a madeira. Como vimos, a extração, tratamento e comercialização da madeira foi uma das primeiras atividades coloniais nos estaleiros de Cairu e Tinharé, com influência do conhecimento e trabalho indígena (Almeida Prado, 1946, p. 132). No entanto, a partir do início do século XVIII, o termo da vila de Cairu lucrou com a exportação de madeira para Lisboa a pedido do Rei de Portugal. A intensificação da atividade madeireira neste período rivalizou os espaços, recursos naturais e mão-de-obra com a agricultura em expansão, provocando a escassez das matas e imprimindo rigorosa transformação na paisagem (Dias, 2016a, p. 74).

Em 1717 foi instituído o regime de feitorias reais com a nomeação do primeiro mestre carpinteiro, visando atender a demanda da marinha. Documentos históricos desse século apontam que uma quantidade de madeira da ilha de Tinharé e região foi exportada para Portugal, destinadas à Ribeira das naus em Lisboa. Além destas madeiras para a indústria naval, outros muitos carregamentos foram destinados às obras do Palácio Real, Paço da Ribeira, também localizado em Lisboa, na margem do rio Tejo. O custo das madeiras foi fornecido pelos cofres do rei, os quais somados as madeiras comercializadas em Salvador e tantas outras utilizadas nos próprios estaleiros da região, proporcionaram uma alta lucratividade para Cairu, naquele século[57].

Em 1724, o capitão-mor Antônio Luís Lopes fazia representação ao Conselho Ultramarino do grande potencial da capitania de Ilhéus em fornecer "boas madeiras e grande quantidade de estopa que há na mesma capitania, e que assim também no Cairu e no Camamu"[58]. Como vimos, as estopas citadas pelo capitão-mor, são materiais retirados das embiras (espécie do gênero *Daphnopsis*, pertencente à família *Thymelaeaceae*), como também de outras palmeiras de estruturas fibrosas existentes na região, como a piaçava, o ticum, o gravatá, o guaxumim, entre outros. Matéria prima local utilizadas pelos indígenas na fabricação e reparo de suas próprias embarcações.

Dois anos depois das técnicas nativas serem reportadas ao Conselho Ultramarino, o comércio de madeira já ocorria em larga escala, na ilha de Tinharé. Em uma das cartas escritas ao administrador das feitorias de Cairu neste ano, o então vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Meneses, agradece o empenho do primeiro no carregamento de duas charruas e informa que as outras duas "estão prontas para sair todas as vezes que este der lugar". O vice-rei ainda solicita: "Em companhia delas mandará o administrador as barcas carregadas de *madeiras miúdas* na forma da minha ordem" [59]. Apesar de não descrever qual o tipo de madeira o vice-rei denomina "madeira miúda" ou, tão pouco, seu destino, a conveniente distinção entre dois portes de madeiras: uma "miúda" em oposição a uma "graúda", sugere que seja as embiras referidas como madeiras miúdas, em oposição às madeiras de lei consideradas graúdas.

---

[57] Sobre os valores envolvidos na extração de madeira para o distrito de Cairu ver a tese de doutorado do Marcelo Henrique Dias, especialmente o item *4.2. A feitoria de Cairu*, (Dias, 2007).

[58] DHBN, vol. XCVII, p. 206.

[59] DHBN, vol. LXXIII, p. 159-160 (02 de agosto de 1719), grifo acrescentado na citação.

Em passagem escrita por Vilhena, o autor indica que a extração de madeira era generalizada na região e a destinação de uso era variada. As principais e mais valorizadas eram as madeiras de lei destinadas à construção naval e civil no Reino e em Salvador, além dos estaleiros locais. Em seguida, os vegetais fibrosos eram valorizados para fabricação de estopas e cordas, usados na navegação e construção naval, como também na atividade de arrasto das toras de madeiras de lei nos locais de corte (Vilhena, 1969, p. 495). Além destas, a extração de madeira de mangue foi recorrente em Cairu, o produto era usado tanto nos fornos dos engenhos e na produção de farinha, quanto para fabricar os curtumes que processavam os couros das embalagens do tabaco que seguia para a África. Em meados do século XIX, a extração da madeira do mangue tornou-se uma das principais arrecadações municipais, junto com a manufatura de caixas de tabuado para a exportação do açúcar e os coquilhos (os frutos da piaçaba), para produção de azeites incandescentes[60].

Ainda segundo Vilhena, a extração de madeira em Cairu era favorecida pela geografia lagunar da região, cujos canais e golfos em desembocaduras de rios facilitavam o acesso de canoas e pequenas embarcações, para escoar as madeiras aos portos de carregamento. Além destes, outros fatores devem ser considerados, como a proximidade de Cairu com o porto de Salvador – para onde eram destinadas as madeiras antes de seguirem para Portugal – e o fato de as matas manterem-se preservadas ainda no começo do século XVIII[61].

O litoral do Baixo Sul da Bahia contava com densas matas, devido à alta precipitação pluvial e à baixa densidade populacional, até pelo menos a segunda metade do século XVIII. Segundo Barickman (2003, p. 169), apesar do aumento populacional, "mesmo no final do século XVIII, o povoamento das duas comarcas [Ilhéus e Porto Seguro] mal começara a abrir brechas nas matas costeiras". Apesar de válida enquanto panorama geral das duas comarcas, essa afirmação não revela os fatos que ocorreram ao longo desse século e suas consequências na paisagem do arquipélago de Tinharé.

Como vimos, a exportação da madeira no século XVIII foi, principalmente, uma demanda da Coroa de Portugal. A madeira extraída de Tinharé e região tinha como destino

[60] APEB/SACP, Câmara de Cairu, 1853-1889, tombo nº 1279 (22 de outubro de 1860).

[61] Em oposição às florestas da costa ao sul, a região do Recôncavo sofreu com o desmatamento desde o primeiro século da colonização. A necessidade de uso de lenha para manter acessa as fornalhas dos engenhos, contribuiu com o processo de desmatamento ininterrupto. Em meados do século XVII, alguns engenhos da porção norte, já não contavam com matas para fornecer lenha às fornalhas. Eles tinham que comprar lenha dos vizinhos. Preocupados com a aceleração do desmatamento, senhores de engenhos passaram a destinar áreas para serem usadas como reservas naturais, para o fornecimento de lenhas (Barickman, 2003, p.170).

final o porto de Lisboa. A obrigação de cumprir demandas reais e as vantagens de lucrar com o aumento da exportação desta mercadoria abundante, acarretou na violenta extração, sem distinção do porte ou tipo de madeira. As canoas penetravam os canais e córregos nas ilhas e entrecosta do arquipélago, conseguiam atingir planícies internas de matas robustas e preservadas, onde se estabeleciam para extrair a madeira. As toras eram conduzidas para os portos abertos em locais abrigados em meio ao mangue, com canais de profundidade adequada para as canoas ou outras embarcações de raso calado. Nestes portos era feito o beneficiamento ou semibeneficiamento das madeiras antes de serem transportados para os entrepostos nas vilas e povoados próximos às barras dos canais. "Deste ponto em diante o transporte se fazia por barcos maiores, a exemplo das charruas" (Dias, 2007, p. 149).

A mão-de-obra empregada no corte de madeira era variada. Geralmente, a historiografia atribui as atividades de extrativismo vegetal à população indígena, especialmente o "arrasto das toras", desde a área de corte até os portes de embarque, foram atividades incorporadas às práticas sociais dos homens indígenas. Além dos indígenas, africanos e soldados do Morro de São Paulo também eram utilizados como mão-de-obra no corte e arrasto das toras demandadas pela Coroa (Dias, 2016b, p. 224). Em Cairu, a derrubada das matas era feita pelos escravizados africanos e para o arrasto das toras foram usados os bois. Segundo o juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus, o Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa, esses investimentos levaram à superioridade econômica de Cairu frente as outras vilas da região.

Com ampla mão-de-obra e estrutura disponível, as madeiras de lei, como o jacarandá, pau-de-arco, vinhático, piqui, sapucaia, jequitibá, louro, maçaranduba, sucupira, angelim, ipês, além dos cajueiros que reinavam exuberantes originais da costa, estavam sendo disseminados da paisagem sem o controle adequado. Por mais que existisse fiscalização, a administração não dava conta. Inicialmente, a fiscalização da carga comercializada era administrada pelos funcionários da vila de Cairu. Depois passou a ser tarefa dos comandantes do presídio do Morro de São Paulo, até a extinção da capitania hereditária, em 1761, "quando a inspeção dos cortes passou a ser atribuição do Ouvidor da então comarca de Ilhéus". Neste terceiro momento houve a descentralização das atividades madeireiras resultando na privatização do sistema de transporte realizado por fretes (Dias, 2007, p. 149). Uma década depois, a Junta da Real Fazenda passou a gerir os cortes. Nesta época, o distrito da vila de Cairu e regiões adjacentes apareciam como importantes áreas de extração e beneficiamento de madeiras (Op. Ct., p. 155).

O Ouvidor das matas, o juiz Baltasar da Silva Lisboa, denunciou em protestos a devastação da mata nativa e os responsáveis pelos cortes indiscriminados (Vilhena, 1969, p. 492). Ele ia contra uma parcela significativa da elite local que participava dos rentáveis ganhos da atividade de extração das madeiras. Segundo Dias, "é perceptível, pela documentação, a formação de uma rede clientelista em torno da administração dos cortes de madeira" (Dias, 2007, p. 151).

Em 1850, o Juiz de Paz Suplente de Cairu, Leonardo Vicente de Souza, informa sobre a apreensão de madeiras cortadas sem as devidas guias de autorização concedidas pela administração da Província e enfatiza "quanto não lhe estranho [o ocorrido] por estar em prática nesta vila desde 1798"[62]. No ano citado pelo Juiz, os carregamentos de madeira eram feitos mediante ofícios expedidos pelo governador D. Fernando José de Portugal, tendo como inspetor de cortes Francisco Nunes da Costa. Neste período, uma grande quantidade de madeira foi enviada à Portugal para as obras de reconstrução dos prédios públicos de Lisboa, após o terremoto que assolou a cidade. O depoimento do Dr. Vicente de Souza sugere que o corte e comércio ilegal de madeira eram práticas comuns na Vila desde pelo menos a exportação das madeiras para a reconstrução do Paço Real de Lisboa, quando muitas frentes de cortes foram abertas.

Nesta mesma carta direcionada ao então presidente da província, Joaquim de Vasconcelos, o Juiz Suplente, se coloca como "fiel executor do quanto respeito em diferentes datas se tem determinado, vigiando ou no cumprimento das obrigações (...) ordenado acerca da conservação das matas a fim de que não sejam elas destruídas". As "obrigações" aferidas ao Juiz dizem respeito ao procedimento exigido pelo administrador da Província, para controlar e garantir o monopólio do comércio de madeira em Salvador, em meados do século XIX. No entanto, conforme o Suplente confirma, as embarcações de madeiras não costumavam passar pela alfândega da capital, ou, pelo menos, não declaravam suas mercadorias. As informações das correspondências colocam em dúvida o comportamento do intendente da cidade de Salvador, o qual é suspeito de estabelecer relações paralelas com os comerciantes de madeira, fazendo prevalecer seus próprios interesses diante de seu superior. Já para os comerciantes de madeira de Tinharé, esta relação possibilitava ampliar o comércio, com maior variedade de madeiras, além de sonegar o pagamento dos impostos.

---

[62] APEB/SACP. Série: Judiciário. Maço 2296 – Juízes de Cairu (1828/1888), Carta do Juiz de Paz Suplente ao Presidente da Província de 6 de março de 1850.

Todavia, as economias de Cairu e Boipeba se destacaram entre as outras vilas da capitania. Beneficiadas pela localização próxima a capital da colônia, a antiga prática do comércio de madeiras utilizadas nos estaleiros da ilha de Tinharé e a geografia lagunar, com córregos e canais que facilitavam o acesso às planícies de densas florestas e o escoamento das madeiras, as duas vilas experimentaram momentos de expansão econômica com o extrativismo ao longo do século XVIII e início do século XIX. A derrubada das matas ampliou antigas fazendas e abriu novas nas ilhas do arquipélago e terras continentais próximas. Alguns portos antigos foram aproveitados e possibilitaram alargar as áreas de plantação adjacente, expandindo seus domínios. Outros aproveitaram a derrubada das matas para instalar ranchos, construir portos e levantar novas sedes de fazendas. Amparados nas novas áreas de plantio e pujança do capital com a exportação da madeira, novas culturas foram introduzidas para somarem às lavouras de mandioca, como o arroz, o milho, o café, feijão, cacau, canela e legumes, além do contínuo extrativismo da piaçava, do coquilho e do murici (Dias, 2007).

Em 1757, Cairu "exportava arroz, café e madeira" para a Europa, além do zimbo "para a Costa d'África" (Campos, 1980, p. 148). Baseado no relato de viagem do capitão Muniz Barreto, Marcelo Dias cita a produção de café em Galeão no entardecer do século XVIII:

> *Na pequena povoação do Galeão, seus moradores também viviam da extração do coquilho, da madeira (sucupira principalmente), da piaçava e da casca de murici. A terra, avaliava* ***o capitão****, era boa para a lavoura do café, fato que pôde comprovar na sequência de sua jornada, quando* ***experimentou um café produzido numa fazenda do Galeão*** (Dias, 2007, p. 249, grifo meu).

Os lavradores de Galeão acompanharam a capitalização do município de Cairu e diversificaram suas produções agrícolas. O povoado era o mais habitado da ilha de Tinharé, neste período, com fazendas dedicadas ao cultivo de arroz e café para exportação, além da extração de madeira. A paisagem da ilhas era composta por pequenas propriedades rurais de lavradores, com culturas diversas para atender as demandas tanto do comércio interno quanto de exportação. Havia também poucas fazendas que mantiveram a criação de gado para consumo interno. Todas dependentes dos trabalhos dos africanos escravizados.

2.6. A ECONOMIA DE CAIRU NO SÉCULO XIX

O povoado de Galeão adentra o século XIX como o mais promissor da ilha de Tinharé. Formado por pequenas propriedades rurais escravocratas, com culturas diversas, voltadas para o mercado interno e externo de abastecimento de gêneros alimentícios, além das atividades nos estaleiros e da extração de madeira e coquilhos. Porém, a documentação histórica da segunda metade do século XIX aponta uma situação completamente oposta. A pedido do Governador da Província, a Câmara de Cairu encaminha carta para informar sobre a situação econômica do município no ano de 1860, descrevendo o cenário em total decadência. O município composto pelas ilhas de Boipeba, Cairu e Tinharé não possuía mineração, agricultura ou indústria.

> *(...) os terrenos destas ilhas não oferecem vantagens para lavoura por serem na maior parte áridas, apenas os proprietários desfrutam a natureza colhendo piaçava e coquilho em seus agrestes, o que faz a todo do comércio deste município. Também não há criação de gado de espécie alguma (...)*[63]

Ao que parece, o desmatamento indiscriminado e a abertura de fazendas para exportação resultaram no esgotamento dos solos férteis e a decadência da atividade agrícola nas ilhas do arquipélago. No mesmo ano de 1860, em carta endereçada ao Presidente da Província, o Juiz de Paz de Cairu, José da Silva Reis, relata sobre a situação das matas e florestas públicas e o corte das mesmas existentes no município. O Juiz queixa-se que mesmo na maior ilha do município "não há matas virgens por estarem estragadas pelos proprietários, cujas madeiras ali cortadas todas são agrestes de capoeiras nas quais se encontra pés de sicupira e outras que se intitulam de lei; mas delgado e não abundantes". Segundo ele, a maioria das árvores são palmeiras, "das que colhem a piaçava e o coquilho"[64].

Não apenas a paisagem do arquipélago estava comprometida, mas a situação econômica também. Na segunda metade do século XIX, o aumento da fiscalização e o desfalque do comércio ilegal da madeira parece terem comprometido a lucratividade que a economia municipal havia arrecadado até então com o extrativismo. Depois de mais de 100 anos de

---

[63] APEB/SACP, Série Câmara de Cairu (18538/1889). Maço 1279. Carta ao Governo da Província, no ano de 1860.

[64] APEB/SACP, Série Judiciário (1828-1888). Maço 2296, carta ao Governo da Província, 14 de setembro de 1860.

desmatamento desordenado, o município não contava mais com as densas matas descritas pelos primeiros viajantes. Além disso, o o arquipélago ficou apartado do movimento expansivo da agricultura e da produção madeireira em direção ao nterior do continente, no XIX. A abertura de estradas Reais e a prática do tropeirismo, por exemplo, proporcionou o desenvolvimento econômico de cidades como Taperoá, Ituberá e Nova Boipeba, além de Camamu, todas localizadas em terras continentais. Nessa época, Cairu não contava mais com as terras do continente. O comércio da valiosa madeira das margens do rio Una resultou no crescimento daquele povoado, o qual recebeu o título emancipatório de vila de Valença, em 1799.

Aparentemente sem muitos meios de rentabilidade, a Câmara Municipal de Cairu procurava regularizar antigas atividades praticadas no município, como a extração das "madeiras verdes do mangue". Consta que no ano de 1840, essa atividade empregava muita gente, "sem que dali tivesse a Câmara algum proveito"[65]. Procurando meios de arrecadação municipal, os vereadores da Câmara de Cairu encaminharam uma petição ao Presidente da Província da Bahia, Thomas Xavier Garcia de Almeida, solicitando autorização para arrendar as terras do mangue. A solicitação foi atendida prontamente, um mês antes do Presidente da Província entregar seu cargo. A partir de então o corte de madeira no mangue estava regularizado.

No final do século XIX, a lista do "Orçamento da Receita da Câmara do Município da Vila de Cairu para exercício de 1888 a 1889" confirma a precária situação descrita em 1860. A lista de 16 itens mostra os produtos de exportação minguados, com rendimentos menores do que as novas receitas provenientes das antigas atividades outrora não taxadas. As receitas de produtos como o café e cacau, além do corte de cabeça de gado e suínos para exportação eram menores do que os valores das licenças para cortar lenha do mangue, a exportação de lenha do mangue ou a licença para tirar tabatinga (argila) para produção de telhas.

Entretanto, o principal recurso que comprometia a economia regional, desde a década de 1830 era o fim do tráfico negreiro. Como veremos a seguir, em meados do século XIX, cerca de 70% da população de Cairu eram africanos ou afrodescendentes, porém, pouco mais de 15% da população municipal era escravizada. Apesar da alta proporção de livres e libertos,

---

[65] APB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial. Série: Judiciário. Maço 1278 – Presidência da Província/ Câmara de Cairu (1823/1885), Carta da Câmara ao Presidente da Província em 24 de agosto de 1840.

pouco investimento foi feito para absorver os africanos e afrodescendentes na economia local, que permaneceu nos antigos moldes clientelistas do patriarcalismo. Vamos analisar mais detalhadamente o processo de africanização de Cairu, para entender melhor o contexto histórico e cultural dos quilombolas de Galeão.

2.7. AFRICANIZAÇÃO DE GALEÃO

Antes do século XVII, a colônia já contava com importação de africanos escravizados, mas ainda havia pouco investimento. Mesmo no Nordeste – primeira região do Brasil a implantar mão-de-obra africana escravizada em larga escala – praticamente não havia cativos africanos nos engenhos, nas décadas de 1550 e 1560 (Schwartz, 1988, p. 68). Na capitania de Ilhéus, Silva Campos cita apenas um relato sobre a presença de oito escravos da Guiné no engenho de Tomás Alegre, os quais foram empregados na guerra contra os Gueréns, em 1557 (Campos, 1980, p. 87).

No século XVII, Ilhéus mantinha uma rota direto para Angola. Em 1624, um *patacho* português[66] foi aprisionado em Luanda, "carregado de farinha, arroz e cimbe[67]" procedente de Ilhéus (Campos, 1981, p. 105). Os portos angolanos eram os principais importadores da farinha de mandioca produzida na Capitania de São Jorge de Ilhéus, neste período. O pagamento ocorria à base de troca de mercadorias variadas, entre as quais havia preferência pela aquisição de escravos. O relato escrito pelo Padre Vicente de Salvador, na sua obra *História do Brasil*, confirma esta informação. Ele escreve sobre a presença no estuário de Tinharé, próximo a região de Boipeba, de navios negreiros vindos de Angola no início do século XVII. Segundo consta neste relato, a esquadra holandesa comandada por Johan van Dorth, que tomou a cidade de Salvador em maio de 1624, teria chegado um mês antes e buscado abrigo nas águas calmas do arquipélago de Tinharé. "Não se passaram muitos dias, quando vieram ao governador [Diogo de Mendonça Furtado] novas de Boipeba, que andava lá uma nau grande, a qual tomara um navio de Angola que vinha com negros" (Salvador, 1627, p. 141). Posteriormente, a continuação do relato descreve o capitão holandês, Francisco

[66] Embarcação a vela de dois mastros, velos, usada pelos portugueses para transporte de mercadorias e reconhecimentos de costas.

[67] Apesar de Silva Campos alegar não saber qual mercadoria seria esta, a proximidade ortográfica e similaridade fonética leva a supor que o autor se referiu ao "zimbo", molusco univalve (*cypraca moneta* ou *cypraea exanthema*). Outro fator que contribui para esta suspeita é a contemporaneidade dos fatos, pois, como veremos, este material era exportado para o Reino do Congo no século XVII, a partir da capitania de Ilhéus.

Vilhena, em Camamu, procurando negociar os escravos "dos que havia tomado dos navios de Angola" (op. Cit, p. 148) por alimentos.

No entanto, apesar da constante presença de navios negreiros na costa da capitania – inclusive praticando o comercio ilegal de mercadorias – poucos africanos eram incorporados nos trabalhos das fazendas, povoados e vilas do Baixo Sul. A maioria deles tinham como destino as lavouras de cana-de-açúcar e os engenhos da margem norte da Baia de Todos os Santos. A experiência que os portugueses traziam da fabricação de açúcar nas ilhas do Atlântico (principalmente, Madeira e São Tomé e Príncipe), foi um dos fatores de demanda por africanos nos engenhos do Brasil. Segundo Schwartz, anos antes de 1500, os portugueses já possuíam africanos escravizados na Europa. Utilizados em serviços domésticos e trabalhos especializados das cidades, os portugueses atribuíam aos africanos a fama de serem pessoas com boas habilidades e aptidões. Quando se deu a expansão da indústria açucareira no Atlântico, eles empregaram os africanos nos trabalhos mais técnicos do processo de produção de especiaria e foram favoravelmente surpreendidos com os resultados. Consequentemente, com a transferência do empreendimento para o Brasil, a preferência por mão de obra africana foi natural, visto que era considerada a melhor para o serviço. Os registros dos engenhos atestam que "os primeiros cativos negros vieram para o Brasil como criados particulares ou trabalhadores especializados, e não para lavrar os campos" (Schwartz, 1988, p. 68).

Assim como os senhores dos engenhos do Recôncavo, os lavradores do litoral sul baiano compartilhavam o apreço pelo trabalhador africano, mas esbarravam no alto custo inicial da importação. No Baixo Sul, antes do século XVIII, apenas alguns poucos colonos possuíam recursos e interesses para investir em escravos africanos e sustentá-los. Em Cairu, Jaboatam (1858-62) destaca a presença de africanos no engenho de Sebastião Pontes, no rio Una, provavelmente trabalhando como escravos em serviços especializados. Assim como Pontes, outros colonos também devem ter utilizado mão-de-obra escravizada vinda da África. Tudo indica que foi quando eles foram forçados a se abrigarem na ilha de Tinharé no final daquele século, que tenham se mostrado dispostos a adquirirem africanos para trabalharem em suas fazendas.

A aquisição de africanos no tráfico transatlântico envolvia um dispendioso custo financeiro, mas também um alto valor simbólico. Ainda que o valor comercial de um escravizado variasse conforme origem, idade, sexo, saúde e habilidade, sua posse era considerada um distintivo social. Representava não apenas grande investimento de capital,

mas isentava os colonos dos trabalhos diários e, principalmente, do estigma social ligado à essas atividades (Mattoso, 1988; Willems, 1970). O senhor de um africano escravizado possuía um status diferenciado na sociedade. Os proprietários de Cairu e Tinharé foram movidos por essa ideologia ao formarem seus planteis de trabalhadores escravizados ao longo do século XVII.

O fato de a Coroa portuguesa ter colonizado Angola no final do século XVI, favoreceu o tráfico de escravos entre nessa região e aumentou a importação para o Brasil. A predominância do comércio português nos portos de Luanda e região não foi disputada pelas outras feitorias na África. Por isso, "a Lei de 1684, que regulou a arqueação dos navios negreiros, quase desconheceu outro tráfico que não fosse de Angola" (Vianna Filho, 1946, p. 50). A associação entre Brasil e Angola nessa época justificava a frase do padre Vieira: "quem diz açúcar, diz Brasil, e quem diz Brasil, diz Angola".

Mas o Baixo Sul não estava à margem desse comércio transatlântico. A rota entre Ilhéus e Luanda permaneceu ativa pelo menos até o final do século XVIII. Além dos insumos alimentícios, outro produto que manteve essa rota ativa foi o zimbo. O zimbo (na etimologia *Quimbundo* chamado *nzimbu, zimbo* ou *jimbo*) é um gastrópode (*cypraca moneta* ou *cypraea exanthema*). A influência histórica desse molusco merece algumas páginas, pois, atualmente, possui importância e significado simbólicos na religiosidade e identidade afrobrasileira, além de ser um objeto que permite traçar as rotas transatlânticas entre a capitania de Ilhéus e duas regiões específicas da costa africana: Luanda (atual Angola) e Ajuda (no Golfo de Benin).

2.7.1. O Zimbo.

Em ambas as regiões africanas acima mencionadas, o gastrópode era considerado objeto de valor monetário. No reino do Congo, segundo Costa e Silva, o zimbo funcionava como medida simbólica de valor monetário. Monopolizada pelo *manicongo*[68], a concha era requisitada pela população e utilizada como instrumento de persuasão política e de pagamento de serviços.

> *Os zimbos existiam em toda a costa de Angola, mas da ilha de Luanda vinham os melhores e os mais belos. Eram recolhidos do oceano por*

[68] Rei do Congo.

> *grupos de mulheres, em cestos estritos e compridos, sob o olhar de um vigilante do rei* (Costa e Silva, 2006, p. 523).

No Brasil, o mesmo gastrópode foi encontrado nas enseadas da vila de Ilhéus, na foz do rio Caravelas em Porto Seguro, na vila de Boipeba, na linha costeira da ilha de Tinharé e no canal interno desta mesma ilha, entre Morro de São Paulo e Galeão. No entanto, não possuía nenhum valor comercial ou simbólico para a população autóctone e para os colonos. Segundo Alencastro, foram os traficantes de escravos que descobriram a existência do zimbo na costa da Bahia e fizeram a associação com o sistema de trocas existentes na costa da África. A partir dessa relação, os traficantes identificaram "um cofre" angolano nas costas brasileiras e vislumbraram a possibilidade de aumentar os lucros com o tráfico de escravos, exportando a concha que era coletada sem muito custo (Alencastro, 2000, p. 257).

O primeiro registro apresentado por Alencastro data de 1612, quando um funcionário denuncia não haver impostos sobre as remessas dos buzios vendidos em Angola. Por ser um comércio sem taxação do Governo, não é possível rastrear documentos sobre a quantidade desse material enviado para a África. O autor, entretanto, sugere que o comércio de escravos em Angola utilizando o gastrópode baiano rendia 200% por arroba da concha, consequentemente, o objeto foi exportado para Luanda em grande quantidade durante todo o século XVII e XVIII. A demasiada entrada do zimbo em Angola gerou a desvalorização do sistema simbólico de prestígio relacionado a este material. Preocupados em preservar seu valor, as autoridades ligadas ao manicongo – incluindo as instâncias portuguesas presentes no reino – proibiram a comercialização da concha proveniente de outras partes que não fosse da costa de Luanda. O bispo português Soares, da diocese do Congo e Angola, ajudou diretamente na implementação das medidas antiinflacionárias de *Mbikui-a-Mpanzu* (rei do Congo entre 1615-1622). Aliado à Coroa do Congo, o bispo tinha interesse na manutenção do sistema de valores da concha. Ele recebia zimbos do rei Congo como pensão eclesiástica e trocava-os por escravos africanos, para serem comercializados com os traficantes brasileiros (Op.Cit, p. 258).

No Golfo da Guiné, os europeus introduziram os búzios extraídos de partes do continente asiático. Neste porto, segundo Alencastro, os búzios baianos eram mais baratos que os produtos da própria África, como os tecidos, o metal e as pedras de sal. Por isso, o zimbo baiano não teve tanta utilidade como em Angola, delegando aos comerciantes o tabaco

produzido no Recôncavo como produto de preferencia local e as conchas asiáticas como peso comercial (Op.Cit).

Os traficantes exportaram os zimbos da Bahia para Angola até meados do século XIX. No entanto, não se sabe qual foi a influência de Tinharé durante todo este tempo. Baltazar da Silva Lisboa escreve sobre a coleta do Zimbo na ilha de Boipeba em 1808 e afirma que nesta data não era mais praticada. Segundo suas memórias:

> *Fica fora desta Barra uma pedra chamada Itapoan em distância de 40 braças, com canal por uma e outra parte por onde entram, as canoas e lanchas em direção de leste a oeste, cuja costa é abundantíssima do zimbo bem conhecido de todos, cuja extração fez em outro tempo pequeno ramo de comercio do Povo daquela vila aos Povos da África* (Lisboa, 1915, p.22 *apud* Cruz, 2010, p. 7).

Confiando neste depoimento, a extração do Zimbo não era mais realizada no litoral de Boipeba a partir do início do século XIX. No entanto, a de se considerar que Lisboa era Juiz conservador das matas, fiscalizador de atividades extrativistas. Como a coleta do zimbo era ilegal, esta atividade poderia acontecer sem seu conhecimento. Ele enfatiza que o local de extração era conhecido por todos, por tanto, não havia muito tempo que a extração do molusco havia encerrado e caso ainda tivesse procura dos comerciantes, todos poderiam ser beneficiados sem o conhecimento do fiscal.

Sobre a coleta do material, Frei Salvador escreve que era feito em Caravellas, Porto Seguro, em uma época em que só existiam quarenta famílias ribeirinhas no local. Com base neste relato, o historiador Reinaldo Lima da Cruz sugere que a coleta do molusco era feita por famílias de pescadores pobres "que cuidavam da coleta e armazenamento do produto até a chegada de embarcações aos locais de extração das conchas para a comercialização das mesmas" (Cruz, 2010, p. 7). Na ilha de Tinharé havia uma enseada entre o Morro de São Paulo e Galeão, que foi citada pelo capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto com o nome de praia do Zimbo. Pela descrição do capitão, o Morro de São Paulo era composto por soldados da infantaria e poucas famílias de pescadores no final do século XVIII (Dias, 2007, p. 248). Ainda hoje existe o bairro Zimbo no distrito de Morro de São Paulo, que interliga por terra as praias de Morro à praia de Gamboa, mas não possui enseada.

No entanto, afirmar que os pescadores comercializavam direto com os traficantes significa dizer que os senhores de escravos não estavam envolvidos neste negócio, sendo

monopólio exclusivo dos traficantes. Este sistema explicaria os altos rendimentos dos comerciantes utilizando estas conchas na costa de Angola, como também aponta um dos caminhos possíveis que levaram estes pequenos agricultores a adquirirem mão-de-obra escravizada vinda da África. Considerando os registros de zimbo enviados para Angola no início do século XVII, um período em que havia poucos africanos escravizados na capitania de Ilhéus, podemos considerar a extração do zimbo como uma das atividades econômicas que contribuiu com a chegada dos africanos e africanas na região. Ademais da questão econômica, o Zimbo é uma importante representação simbólica da ligação material que existiu entre essa região da costa da Bahia e o reino do Congo, além também da Costa da Guiné. Rotas do Atlântico fomentadas pelas relações de valores atribuidas ao gastrópode, sem controle ou intermédio da metrópole.

2.7.2. Rotas do tráfico negreiro por Tinharé.

Interessados no zimbo e em outros produtos, os navios negreiros provenientes de Angola paravam em Tinharé antes de adentrarem a baia de Todos os Santo, para comercializarem suas mercadorias sem o conhecimento do governo da Província. O resultado deste comercio ilegal dos traficantes de escravos no arquipélago de Tinharé foi a chegada de um volume crescente de africanos dos portos de Luanda, Benguela e outros existentes no Reino do Congo, ao longo de todo o século XVII.

No entanto, o registro do porto de embarque não correspondia à origem étnica ou região de origem do africano escravizado. Antes de serem inseridos no tráfico transatlântico, o indivíduo já havia passado pela rede de trocas do comércio interno da África, podendo ter marcas de uma circulação intensa e finalizada bem distante de seu local de origem (Oliver, 1994, p. 135). Em Angola, as primeiras regiões utilizadas como *pumbos*[69], foram entre o rio Dange e a margem direita do rio Congo (Schwartz, 1988, p. 281). Posteriormente, com a intensão de dominação militar dos portugueses, esta região se estendeu para o interior. Monopolistas entre os europeus do tráfico negreiro até o século XVII, os portugueses passaram a enfrentar a concorrência de ingleses e holandeses a partir de então (Gorender,

[69] Pumbo é a denominação dos mercados africanos no interior, onde se realizava o escambo de escravos com os povos locais. Destes locais, os pombeiros (comerciantes de escravos) levavam os prisioneiros acorrentados até os portos para negociarem com os portugueses (Gorender, 2016, p. 167).

2016)[70]. Já no século XVIII, os traficantes de escravos da Bahia passaram a aportar seus tumbeiros com mais frequência na denominada Costa das Minas, na parte da baia de Benin, situada entre o rio Volta e Cotonu (Verge, 1987, p. 19), atual região dos países de Gana, Togo e Benin.

Segundo Pierre Verge, a principal razão que levou à estreita relação entre os traficantes de escravos baianos e o comércio na Costa das Minas foram as sanções impostas pelos holandeses. Após a tomada do forte de São Jorge da Mina, a Companhia das Índias Ocidentais restringiu o desembarque de navios portugueses nos portos da Costa das Minas e deixou livre apenas o comércio de tabaco baiano realizado pelos navios brasileiros. Com isso, o tabaco produzido na Bahia ganhou demanda, que vinha sendo perdida por ser considerado um produto de terceira qualidade, comparado com os produzidos nas outras partes da América. Para garantir o fluxo comercial do tabaco baiano, importante mercadoria para equalizar as economias da Província, o rei de Portugal proibiu os comércios na Costa das Minas aos negociantes do Rio de Janeiro e demais regiões do Brasil não produtora de tabaco.

Desta região das Minas na África, levas de indivíduos das etnias ewe-fon (mina-jeje) vieram para o Brasil. Ainda segundo Verge, "na Bahia o nome "negro mina" não designava um africano da Costa do Ouro, mas sim um negro vindo da chamada Costa do Sotavento, a atual Costa do Togo e da República Popular do Benin" (Verge, 1987, p. 19). Os navios partiam da cidade de Salvador carregados de tabaco, para serem trocados por escravos na Costa das Minas. "Homens se associavam, entregando fumo aos capitães de navio para que, em troca, lhes trouxessem escravos" (Vianna filho, 1946, p. 31). Dos mais de dois milhões de africanos que entraram no Brasil entre 1701 e 1810, quase metade foram obtidos na troca por tabaco e cachaça (Alencastro, 2000, p. 323). Um comércio de monopólio e livre dos controles da coroa, resultou em uma verdadeira corrida em busca das mercadorias humanas na Costa das Minas.

Até o início do século XVIII, as vilas do litoral sul (Cairu, Boipeba e Camamu) também possuíam plantações do tabaco em meio as fazendas de mandioca. Os pequenos lavradores se juntavam para enviar fretes de fumos ao porto em Salvador. Mesmo depois do Governo

[70] Em meados do século XVII, os holandeses em guerra contra a Espanha, atacam a África lusitana com o objetivo de substituir os portugueses no controle do tráfico de escravos. No intervalo de cinco anos, os holandeses dominaram o forte de São Jorge da Mina (1637), o forte em Arguim (1638), o forte em Luanda (1641) e, finalmente, o forte de Santo Antônio de Axim (1642) (Costa e Silva, 2011).

proibir a plantação de tabaco e criação de gado nas comarcas do sul do Recôncavo no final do século XVII e início do século XVIII (Schwartz, 2001, p. 159-160), seus produtores mantiveram interação com os traficantes de Salvador. Apesar de não receberem oficialmente os navios negreiros vindos da Costa das Minas, os moradores da Capitania de Ilhéus não estavam alheios ao movimento do tráfico de escravos e conseguiram aumentar e/ou renovar os plantéis de escravos nas fazendas e engenhos, com os africanos da região da Costa das Minas[71].

No século seguinte, a procedência da população cativa na Bahia era majoritariamente da África Ocidental. A cidade de Salvador recebia tantas pessoas provenientes das regiões da Nigéria e do Reino do Queto (Keto), no início do século XIX, que "(...) o termo nagô, na Bahia, começou a ser usado indiscriminadamente para designar qualquer indivíduo ou língua de origem africana no Brasil" (Pessoa de Castro, 2005, p. 84) [72]. Em 1835, os africanos oriundos dos portos do Golfo de Benin (povos nagôs, haussás, jejes e tapas) representavam quase 60% dos africanos na condição de escravos na cidade de Salvador (Reis, 2012, p. 308).

Após 1831, com a primeira proibição do tráfico transatlântico, os portos de desembarque dos escravos foram deslocados das principais cidades e centros, para regiões mais afastadas e escondidas. A ilegalidade desta atividade não resultou na sua extinção completa antes da década de 1850. Nesse interim, o Baixo Sul recebe o desembarque ilegal dos escravizados africanos, nos portos camuflados em meio as embocaduras dos rios, córregos, baias e penínsulas da região. A geografia recortada da costa favoreceu a formação de portos para o desembarque ilegal de africanos em locais de difícil acesso, mas com estrutura para recebê-los e adaptá-los antes de serem distribuídos aos seus destinos (Santos, 2016).

Apesar de não haver dados confiáveis para saber onde eram estes portos e quantos africanos desembarcaram nas costas do Baixo Sul durante este período, a historiadora Silvana Santos levantou em sua dissertação de mestrado, um conjunto de documentos que indicam o suposto desembarque de africanos na Barra do Carvalhos, em 1837. As correspondências entre os Juizes de Paz do Distrito de Boipeba e Valência, relatam a presença de cerca de 80

[71] O clássico relato dos escravos aquilombados no engenho Santana é um exemplo da presença dos "minas" em Ilhéus no final do século XVIII. Este documento será abordado a diante.

[72] Desde o final do século XVIII, as regiões da Nigéria e do Reino do Queto (Keto) sofriam uma intensa guerra interétnica, produzindo muitos escravos para o comércio transatlântico originados dos povos nagô-yoruba (Pessoa de Castro, 2005).

africanos escravizados na fazenda de Antônio Pereira Franco, na ilha de Boipeba, esperando para serem comercializados. No entanto, o senhor Franco não foi contactado para exclarecer o caso e, quando o Juiz realizou vistoria no local, encontrou apenas 39 escravizados, com tantos outros escondidos no mato, e o feitor da fazenda, ao ser abordado sobre a origem daqueles cativos, ressaltou que "os escravos não eram novos, já eram ladinos". Ainda assim, o Juiz desconfiou, mas nada pode fazer (Santos, 2016, p. 52).

Infelizmente, a documentação não menciona qualquer interesse sobre a origem daquelas pessoas, o único termo utilizado é "novo" e "ladino". Os ladinos eram africanos escravizados que já estavam há tempo suficiente no Brasil para aprender a falar português e conhecer a religião católica. Já os novos teriam acabado de chegar. Uma estimativa para a população africana de Salvador no período de 1821-1850 mostra que 15% eram originados da África Central e 53,2% da África Ocidental, no entanto, na zona açucareira do Recôncavo os registros demonstram que africanos centrais eram maioria em pleno século XIX (Parés, 2007, pp. 66-72).

A partir destes dados não se pode afirmar qualquer supremacia de alguma região específica da África entre a população de Galeão e Cairu nas últimas décadas do tráfico transatlântico. Por sua vez, os proprietários de Cairu participaram de todas as periodizações das rotas de escravos que chegaram em Salvador, ao longo dos quase quatro séculos do tráfico transatlântico. Primeiro pela priorização do tráfico com Angola e outras regiões da África Central e, posteriormente, pela importância do comércio de tabaco baiano com comerciantes da África Ocidental.

2.7.3. Demografia histórica da população de Cairu e Boipeba.

Os primeiros dados populacionais de Cairu e Boipeba são do padre Gonçalo Soares de França, referente ao ano de 1724 (Schwartz, 1988, p. 87)[73]. Conforme os números reproduzidos na *Tabela 3*, Cairu possuía uma população de 2.121 habitantes, sendo 931 de pessoas livres e 1.190 de escravizados. Boipeba contava com uma população menor, formada por 1.227 pessoas, sendo 650 livres, 552 escravizados e uma terceira categoria denominada "criados", com 25 pessoas. Neste período, o termo "criado" era o mesmo que "agregados", ou

[73] No século XVII, o censo demográfico foi realizado apenas pela câmara municipal de Salvador, por isso não existem registros para o restante da capitania.

seja, pessoas juridicamente livres, mas dependentes e vivendo à sobra e sob às ordens do senhor, independente da condição étnico-racial.

Tabela 3: População por volta de 1724 nas vilas do sul (BA)

Vilas	Homens livres	Mulheres livres	Criados	Escravos	Total	Engenhos
Ilhéus	550	388	-	893	1831	1
Boipeba	323	327	25	552	1.227	
Camamu	448	250		1.032	2.230	
Cairu	525	406		1.190	2.121	
Jaguaripe	720	626	16	1.096	2.458	
Maragogipe	955	920	38	1.388	1.301	

Fonte: Schwartz (1988, p. 87).

Cairu era então, uma vila com 56% da população formada por africanos escravizados, enquanto Boipeba possuía 45% dos mesmos cativos e 2% de agregados. Ao todo, contabilizando a população das duas freguesias que compõem o arquipélago de Tinharé na primeira metade do século XVIII, encontramos mais de 52% da população formada por africanos escravizados, 2% de agregados e 46% de pessoas livres. Estes números são expressivos e representam pouca inferioridade em comparação às plantações de açúcar, onde a população cativa extrapolava em 60 a 70% de toda a população da região (Schwartz, 2001, p. 176).

Vale salientar que as contagens dos dados populacionais são muito questionáveis, principalmente sobre a população de escravos. Muitos senhores podiam não declarar seus escravos em censos eclesiásticos, para não pagar os dízimos, e também esconder o número de livres para escapar do alistamento militar e de outros impostos (Carneiro da Cunha, 1985, pp. 18-19). Ainda assim, as características demográficas de Cairu e Boipeba, associadas ao quadro da população escravizada em outras vilas próximas, podem ser analisadas como índices da realidade presente no povoado de Galeão.

Os dados demográficos que disponibilizamos apresentam Boipeba (onde estava contemplado o povoado de Galeão) com um aumento populacional significativo na primeira metade do século XVIII, saltando de 1.227 para 2.417 habitantes. Conforme pode ser observado na *Tabela 4*, no período seguinte, entre 1757 e 1775, Cairu teve um aumento de

5% e Boipeba continuou crescendo com quase 20% de aumento populacional. Mais surpreendente foi o acréscimo populacional ocorrido em Cairu no intervalo dos cinco anos posteriores, quando a população teve um aumento de quase 75%. Neste mesmo período Boipeba contou com pouco menos de 12% de aumento no número de habitantes.

Tabela 4: Evolução demográfica de Cairu e Boipeba (1724 – 1780)

Ano	1724	1757	1775	1780
Cairu	2.121	2.102	2.210	3.850
Boipeba	1.227	2.417	2.898	3.244

Fonte: DHBN, vol. 31 (pp. 191-194) e 97; Arquivo da Biblioteca Nacional - ABN, vol. 37 (pp. 1-22; 102-117) *apud* Dias (2007, pp. 255-257), Schwartz (1988, p. 87) e Campos (1981, p. 87).

Assim como no restante do país[74], em Cairu e Boipeba o aumento da população foi impulsionado pelo acréscimo no número de escravizados (Schwartz, 2001, p. 132). A população de Galeão e Morro de São Paulo era de 1.300 habitantes, no final do século XVIII, equivalente a 40% da população total da Câmara de Boipeba (Dias, 2007, pp. 256-257). Porém, não se sabe qual era a representação da condição social e origem dessa população. Apesar de não haver dados numéricos específicos, a observação do vigário José Pereira de Sá sobre a população da vila sede, em 1757, sugere a maioria de escravizados entre os quais a porcentagem de brasileiros é perceptível. Segundo ele, a vila era formada com 322 fogos e 2.102 habitantes "povoada na maioria de negros e mulatos cativos" (Campos, 1981, p. 147).

Poucos anos depois, uma lista de produtores de mandioca de 1780, aponta 188 proprietários em Cairu, dos quais 169 possuíam pessoas escravizadas (correspondente a quase 90% dos proprietários)[75]. Com base nesse documento, Schwartz descreve a população de Cairu formada por pequenos lavradores com pouca mão de obra escravizada:

> *Esses produtores tinham uma média de 4,3 escravos, e somente quatro possuíam 15 ou mais. Eram apenas os mais humildes desses agricultores que trabalhavam como próprio braço, sem auxílio de cativo nenhum* (Schwartz, 2001, p. 167).

[74] Conforme as estimativas populacionais, o país cresceu de 1,5 milhões para 3,5 milhões de habitantes entre 1776 e 1819.

[75] A lista apresentada por Schwartz e analisada por outros pesquisadores, como Francisco Carlos T. da Silva e Marcelo H. Dias, encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), I31, 30, 51.

Segundo os resultados do programa de pesquisa sobre o escravismo brasileiro, coordenado pelos Professores Flávio Versiani e Luiz Paulo Nogueról, a maioria dos plantéis de escravos não eram os das grandes lavouras voltadas para a exportação, mas sim o conjunto de pequenos proprietários de escravos com grupos inferiores ou iguais a 20 indivíduos desenvolvendo atividades produtivas diversificadas (Versiani & Nogueról, 2016). Assim como em Cairu, os inventários de Pernambuco do século XIX apontam uma grande parcela de proprietários de escravos possuiam plantéis de 1 a 5 indivíduos (Op. Cit, cap. 6). A posse de escravos tornou-se tão comum no século XIX, que proprietários de apenas um escravo eram considerados "indigentes" pela casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (Soares, 1858, p. 48).

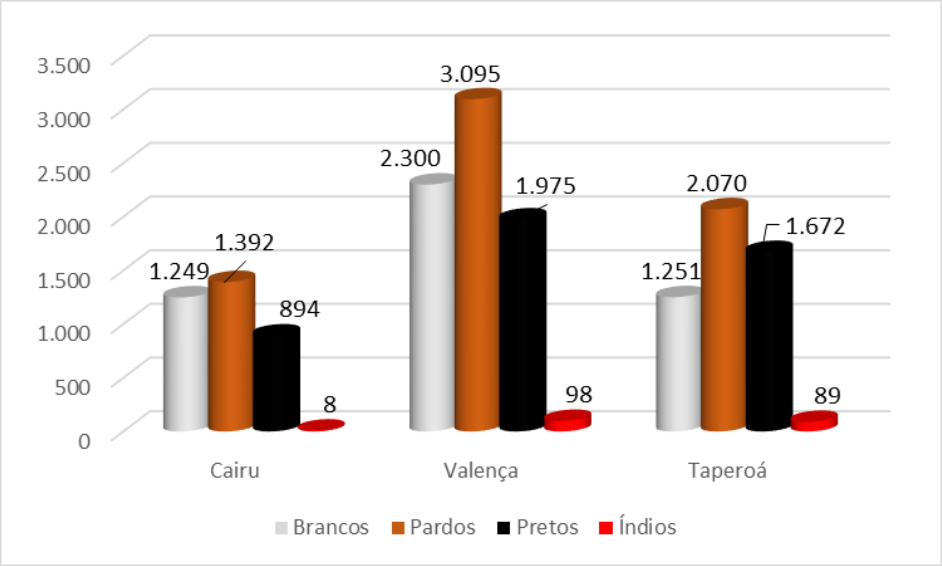
Para Vellozo e Almeida (2019, p. 2140), a sociedade brasileira oitocentistas viveu uma ampla "democratização" da propriedade de escravos, na qual até os mais pobres compartilharam da condição de proprietário de escravos. A possibilidade indiscrimiatória de adquirir escravizados no século XIX, só foi possível pelo incremento do tráfico transatlântico no século anterior. Quando há a primeira proibição do tráfico, a população de africanos começa a diminuir em Cairu e Boipeba. Provavelmente uma porcentagem pequena dos escravizados que desembarcaram ilegalmente na costa do arquipélago durante este período permaneceu na região. Grande parte da população era formada por libertos e livres pobres que viviam como agregados nas pequenas propriedades, muitos dos quais eram brasileiros, ascendentes de africanos, de africanos e europeus ou africanos e indígenas. Em uma sociedade como Cairu desta época, onde havia muitos senhores com poucos escravos cada, o surgimento da população brasileira de ascendência africana e europeia deve ter sido violenta.

De acordo com o "Mapa da população e fogos da Comarca de Valença", em meados do século XIX, os pardos eram maioria entre os habitantes de Cairu. A população era formada por cerca de 35% de brancos, 39% de pardos, 25% de pretos e menos de 0,5% de indígena. Embora Valença fosse a maior vila da região nesse período, a distribuição racial de sua população é semelhante a de Cairu, contando com cerca de 30% de brancos, 41% de pardos, 26% de pretos e menos de 1,5% de indígena (*Gráfico 6*).

Outro dado mais relevante sobre a origem da população é o número de brasileiros, de africanos e de estrangeiros que compõe os habitantes de cada comarca. O Mapa apresenta os africanos com uma denominação própria, distinta dos demais estrangeiros. A familiaridade ou submissão posta a eles não permitia sequer reconhecê-los como estrangeiros, ainda que sua

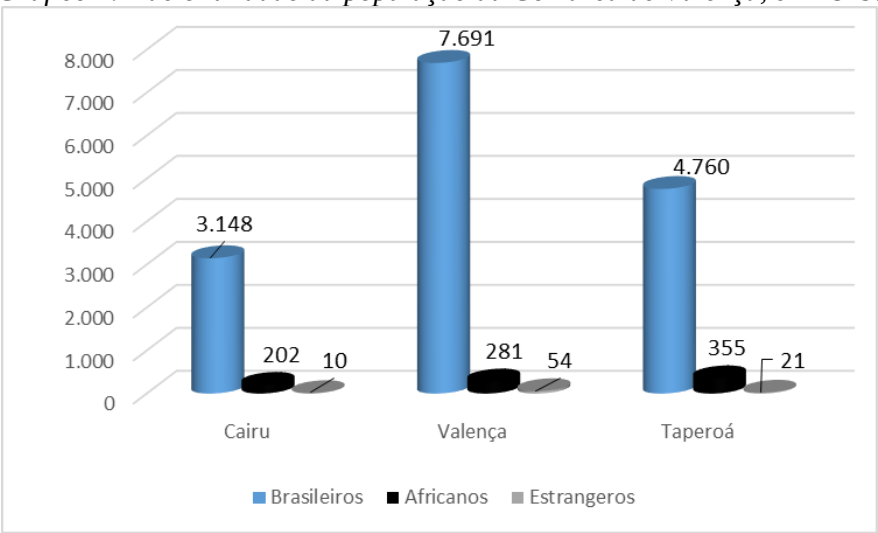
porcentagem populacional não diferenciasse muito dos outros forasteiros em comparação com o percentual dos brasileiros (*Gráfico 7*).

Gráfico 6: População da Comarca de Valença segundo a cor da pele, em 1849.



Fonte: Mapa da população e fogos da Comarca de Valença, em //brazil.crl.edu/bsd/bsd/112/000094.html (acesso 02 de abril de 2020).

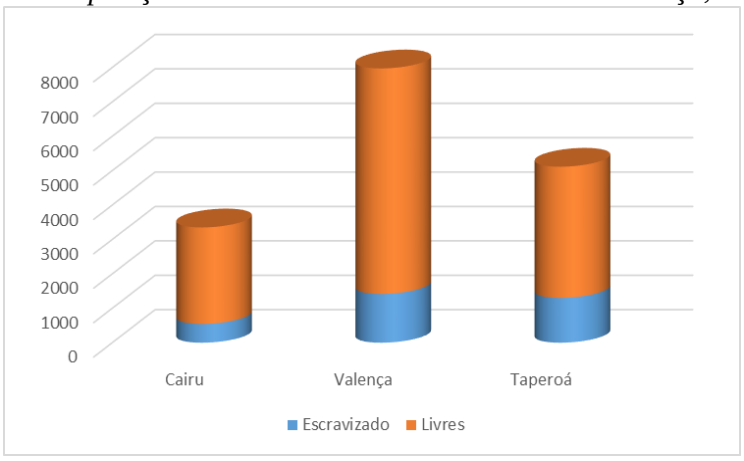
Gráfico 7: Nacionalidade da população da Comarca de Valença, em 1849.



Fonte: Mapa da população e fogos da Comarca de Valença, em //brazil.crl.edu/bsd/bsd/112/000094.html (acesso 02 de abril de 2020).

Interessante perceber que os números de africanos nas três Câmaras eram próximos, apesar de os números da população geral terem sido bem distantes (Cairu 3.350, Valença 7.972 e Taperoá 5.136). Isso representou porcentagens distintas de africanos em cada câmara (Cairu com 6% de africanos em sua população, Valença com apenas 3,5% e Taperoá com quase 7%). Por sua vez, a população escravizada era bem menor em comparação aos cem anos anteriores e representou pouco mais de 16% da população de Cairu, cerca de 18% em Valença e 26% em Taperoá. Esta última Câmara localizada ao sul de Valença, possuía a maior porcentagem de população escravizada, no entanto as quantidades são equivalentes às de Valença. Enquanto Taperoá possuía 1.301 pessoas escravizadas, Valença possuía 1.416 pessoas nesta condição e Cairu submetia 545 habitantes na condição de cativos.

Gráfico 8: População escravizada e livre da Comarca de Valença, em 1849



Fonte: Mapa da população e fogos da Comarca de Valença, em //brazil.crl.edu/bsd/bsd/112/000094.html (acesso 02 de abril de 2020).

Obviamente, estes números expressam o impacto do fim do tráfico negreiro sobre a conjuntura local. Diferente do restante do país, na Bahia, a população escravizada no final do tráfico era inferior aos períodos anteriores (Graham, 2002). Por outro lado, a população de pardos é proporcionalmente superior aos dados para o resto do país. No início do século XIX, de forma geral, a demografia da população brasileira estava configurada com 5,7% de indígena, 28% de branco, 27,8% de pretos e pardos livres e 38,5% de pretos e pardos escravizados (Marcílio, 1999). Para Cairu não temos a demografia da população livre e

escravizada segundo a origem e cor. No entanto, a demografia deve ter seguido essa tendência, com redução no número de escravizados e aumento da proporção de afrodescendentes entre a população livre. Como vimos, a população de escravizados era mais de 50% da população total de Cairu, sendo representada principalmente por africanos em 1724, enquanto em 1849 a população de escravizados representava apenas 16%, e a de africanos era menos de 10%.

Para Itaparica, na década de 1860, a divisão da população escravizada é de aproximadamente 22%, 8% e 70% entre africanos, pardos e crioulos, respectivamente. Nas duas décadas seguintes, os percentuais de africanos e crioulos diminuem, enquanto o de pardos aumenta (Castellucci Jr., 2005, p. 149). O fato que mais chama atenção nestes dados é o alto percentual de filhos gerados da relação entre africanos no Brasil (os denominados crioulos) e o baixo número de filhos gerados da relação de africanos com brasileiros (os mulatos ou pardos). Se considerarmos este cenário para Cairu (fato bem provável), podemos aferir sobre o aumento da taxa de natalidade de filhos de país e mães africanos, após o final definitivo do tráfico. Mas, qual o motivo dessa mudança de comportamento entre os africanos do baixo sul? Será que está relacionado a possibilidade deles adquirirem a alforria? Ou à tentativa dos proprietários em manterem seu arsenal de escravos a partir da reprodução endógena? No caso desta última hipótese ser a mais correta, os condições estruturais para vianiliza-la devem ter sido arranjadas décadas antes do final do tráfico. Este tema será retomado à luz das condições forjadas pelos escravizados para manterem seus laços parietais e constituírem famílias no novo Mundo.

Assim, a africanização da população de Galeão e Cairu não ocorreu exclusivamente em detrimento ao acúmulo de capital ou pela impossibilidade de escravizar os nativos. Devemos buscar outros fatores que justifiquem a maciça presença dos africanos e afrodescendentes na sociedade de Cairu e Boipeba. Particularmente o zimbo foi uma materialidade que rompe com a ideia de que a presença de africanos escravizados representou apenas acúmulo de capital. Apesar de não possuir valor monetário para a Coroa portuguesa ou sua colônia na América, o gastrópode foi uma alternativa na aquisição de africanos lançados ao trabalho forçado no arquipélago de Tinharé. A partir desta realidade histórica pode-se afirmar que a africanização não foi um processo inevitável. Ao contrário, a predominância africana no litoral baiano foi uma escolha socialmente direcionada e historicamente construída nas relações diárias de convivência.

Procuro, com isso, trazer questionamentos que venham a superar o paradigma econômico capitalista, para pensar em outros fatores e meios que foram relevantes no processo de africanização da população e influenciaram a relação entre senhores, escravizados, libertos, livres e quilombolas na região de Cairu. Como veremos adiante, a paisagem era formada por núcleos constituídos de relações de trabalho diversas, voltadas para a produção de insumos destinados à comercialização, além da subsistência. Esta relação comercial, por sua vez, interligava os núcleos regionais, protagonizando um mercado interno indispensável para entender a necessidade e aspirações da população da região. Assim, os vários marcos que ressaltam este processo devem ser entendidos como momentos específicos de uma continuidade histórica, quando os conflitos preexistentes ficam evidentes e afloram materializados na paisagem.

2.8. AS MÚLTIPLAS TAREFAS DOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES ESCRAVIZADOS

A diversidade de atividades exercidas nas pequenas proprietários de Cairu e Tinharé eram todas de responsabilidade dos escravizados africanos a partir do século XVIII. Além da produção de farinha, eles eram responsáveis pelo cultivo de cereais (principalmente arroz e feijão) e café para exportação e um pouco de algodão para o comércio interno. A vantagem do cultivo da mandioca é permitir o rodízio de produtos na mesma área de plantil, ou até mesmo o plantil misto com espécies como o milho entre as plantas da mandioca.

Além da agricultura, os escravizados praticavam a pesca e catavam marisco, preparavam os peixes secos e a mariscada, extraiam os cocos secos, dendês e piaçava, além de madeiras do mangue para as olarias da região ou para os engenhos, o corte das madeiras de lei e a preparação das estopas para os estaleiros do arquipélago e de Salvador. Também cuidavam da criação de animais, incluindo o gado em pouca quantidade, geralmente usados para trabalhos de carga e aragem das terras.

Também nas sedes das fazendas, povoados e vilas, eles ocupavam todas as funções diárias do trabalho doméstico, como, cozinheiras, copeiras, lavadeiras, engomadeiras, mucamas, pajens, ama de leite, amas secas, cocheiros, lacaios, despejadores de dejetos, além dos serviços públicos, como, carregadores de estivas, marinheiros, transporte de pessoas nas

cadeirinhas de arruar, abastecimento de água, limpeza das vias e caminhos, iluminação pública e outras atividades de ganho.

Assim como toda a região do baixo sul, os gêneros produzidos em Cairu e Galeão cumpriam com o propósito de abastecer os principais centros urbanos, tanto à capital quanto as vilas do interior. O transporte dos produtos era feito através dos saveiros a pano, para a capital, cruzando a Baía de todos os Santos, ou adentrando os rios do interior que desembocam nos centros comerciais e feiras das cidades como Cachoeira, Santo Amaro, Maragogipe, Nazaré e Jaguaripe. Os escravizados, além de carregarem toda a mercadoria para os barcos, também eram os marinheiros condutores dessas embarcações que constituíram no principal meio de transporte e de escoamento das mercadorias a serem comercializadas (Castellucci Jr., 2005, pp. 3-4).

Com isso, o escravizado estava sempre ocupado em múltiplas tarefas, mas ainda possuia tempo para desenvolver atividades de interesses próprios, muitas vezes extenções de atividades que desenvolviam nas próprias fazendas do senhor. Para Galeão, não há documentação histórica explícita sobre as atividades de produção de interesse dos próprios escravizados com o consentimento dos senhores. Mas para Ilhéus, a carta escrita pelos escravizados do engenho de Santana, no ano de 1789, revela, entre outros assuntos, as atividades e modo de vida dos seus autores. Apesar de já haver citado alguns trechos do documento e dele ter sido objeto de bastante discusão em outras obras[76], por sua atipicidade e origem, vale a pena retomar mais trechos deste tratado ocorrido na sede da Capitania, cujas atividades descritas pelos escravizados se assemelham à realidade histórica de Galeão.

A fazenda Santana era um engenho de cana-de-açúcar que possuía cerca de 300 africanos e afrodescendentes escravizados, quando um grupo de escravos mataram o capataz, apoderaram-se de algumas ferramentas agrícolas e fugiram para formar um quilombo na floresta da própria fazenda. Houve inúmeras tentativas militares de recapturá-los durante os anos seguintes, todas sem êxito. Mas a pressão e prováveis dificuldades internas por estarem na ilegalidade levaram os foragidos a iniciar negociação com o dono do engenho. Para isso, eles elaboraram um "tratado de paz", onde colocaram as condições para voltarem a trabalhar

[76] O documento foi descoberto por Schwartz e apresentado originalmente em Schwartz (1977). Sobre aqueles que enfatizaram a atipicidade deste caso e discutiram a seu respeito, ver Castro (1980); Cardoso, (1987, pp. 91-125); Gomes, (1995); Gorender (1983); Moura, (1986); Reis (1979), entre outros (ver referência completa na bibliografia).

no Engenho. O documento é um dos únicos no Brasil por ter sido escrito pelos próprios escravizados, os quais não mencionam suas origens, mas deixam claro não serem africanos da nação Minas.

Interessante perceber as atividades mencionadas no conteúdo da carta[77]. O documento lista pelo menos dez trabalhos que os escravizados executavam no engenho, entre as quais estão: a plantação de mandioca, a fabricação da farinha, o corte de madeira, o plantio e a colheita da cana, as atividades na moenda (*moedeira*, *guindadeira* e *carcanha*) e na caldeira (botador de fogo e *peija*), além dos marinheiros das lanchas. Muitos destes trabalhos eram feitos por tarefas (empreitas), com combinações prévias sobre a quantidade, estabelecidas por medidas específicas dependendo do tipo de atividade. No caso da fabricação de farinha, havia duas medidas, uma para o plantio da mandioca e outra para o preparo do insumo. O plantio era medido por mãos, já a colheita e o preparo da farinha eram medidos por alqueires. O trecho do tratado foi assim escrito:

> *Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham tarefas de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos.*
>
> *A tarefa de farinha há de ser de cinco alqueires rasos, pondo arrancadores bastantes para estes servirem de pendurarem os tapetes.*

Schwartz entende os "*tapetes"* como sendo os tipitis. A mesma "tarefa" empregada tanto para a colheita como para a produção de farinha deixa a percepção de que eram duas etapas da mesma atividade, realizadas sem intervalo. Se assim ocorria, o documento confirma a forma "natural" de armazenar a mandioca pronta para a colheita na própria terra, não havendo celeiro para armazenamento das raízes na fazenda. Eles também exigem mais pessoas empenhadas na produção da farinha. Por ser um engenho de cana-de-açúcar, é plausível supor que a farinha produzida era para o consumo dos próprios moradores da fazenda – inclusive os autores do tratado – e não gerava lucro ao proprietário.

Para além das atividades produtivas no Engenho, os autores do tratado exigiam dois dias da semana para executarem trabalhos de interesse próprio, além do domingo e dias santos, que são entendidos como dias de descanso. O documento cita ainda alguns destes

---

[77] Ver a transcrição da carta na integra em Schwartz, 2001, pp. 119-121. Todos os trechos que seguem citados foram retirados desta fonte.

trabalhos de interesse próprio dos escravizados, como: a pesca com rede tarrafa, a plantação de arroz, o corte de jacarandá e outras madeiras. Conforme o trecho alude, estas atividades eram realizadas mediante a autorização do proprietário.

> *Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou outro qualquer pau sem darmos parte para isso.*

Um dos trechos interessantes do documento é quanto à participação dos escravizados no mercado interno, comercializando seus próprios produtos. O trecho que explicita esta relação está assim registrado:

> *Faça uma barca grande para quando for para a Bahia nós metermos as nossas cargas para não pagarmos fretes.*

Por esta solicitação, os protagonistas deixam claro que participavam do comércio com Salvador, pagando fretes por conta própria para enviar seus produtos. No entanto, o valor do frete lhes era custoso, por isso exigiam que o senhor assumisse a despesa. Os autores não explicitam quais cargas costumavam mandar para serem comercializadas em Salvador, porém, a composição do documento suscita que fossem todos os produtos das atividades citadas, com exceção da pesca, mencionada como sendo base alimentar da população: "Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas".

Por fim, percebe-se a importância dispendida em estabelecer a quantidade de produção (tarefas ou empreitas de trabalho), citadas pelos escravizados em cada uma das atividades mencionadas. A definição das medidas das tarefas praticadas no engenho, desponta como de suma importância para o acordo com o proprietário. Considerando que todo o excedente seja arrecadado pelo escravizado como seu produto, podendo ser comercializado ou consumido como bem dispunha, entende-se o interesse do escravizado em descrever e definir os pormenores desse ponto no tratado.

2.9. A "BRECHA CAMPONESA" OU A LAVOURA DO ESCRAVIZADO

Grande parte do debate sobre a participação dos escravizados no mercado interno permeia as discussões em torno das relações sociais na produção de alimentos e o grau de

autonomia com que eles podiam decidir sobre a quantidade de mão-de-obra, a seleção da safra e a venda da produção excedente (Cardoso, 1987). Na historiografia brasileira esse debate ficou conhecido em torno da expressão "brecha camponesa", cunhada por Tadeusz Lepkowski, para designar atividades econômicas que, nas colônias escravistas das Antilhas, escaparam ao sistema de *plantation* entendido em sentido estrito. O pesquisador distingue dois modelos de tal brecha camponesa: 1) as economias independentes de subsistência que os quilombolas organizavam em seus assentamentos; e 2) as economias estabelecidas em pequenos lotes de terras concedidos pelos senhores das fazendas em usufruto dos escravos não-domésticos, criando o que o autor denomina mosaico camponês-escravos, coexistindo, com "a massa compacta, indubitavelmente dominante, das terras do senhor, nas quais o escravo era trabalhador agrícola ou industrial, fazendo parte de um grande organismo de produção" (Lepkowski, 1968, pp. 59-60 *apud* Cardoso, 1987, p. 54).

No artigo "A brecha camponesa no sistema escravista", publicação em 1979, Ciro Flamarion Cardoso apropria-se da expressão de Lepkowski para destacar a modalidade do campesinato desempenhada no sistema escravista colonial do Caribe e outras áreas. Ciro Cardoso argumenta sobre a prática da brecha camponesa entre a população escravizada ter resultado em condições favoráveis a formação de uma classe de trabalhadores dedicados à atividade agrícola no período de pós-emancipação das Antilhas.

No Caribe, este sistema de conceder parcelas de terras aos escravos ficou conhecido como "sistema brasileiro". Ele teria sido introduzido nas Antilhas pelos holandeses expulsos de Recife no século XVII (Gorender, 2016, p. 294). No entanto, embora a literatura científica sobre o tema aponte a existência de roças de subsistência entre as atividades praticadas nas *plantations* em diversas partes da América, o papel dos escravos nesta produção e seu consumo destes produtos deve ser analisado caso a caso e período por período. Na Jamaica, nas Guianas Francesas, na Martinica e na Granada, os escravizados tiveram possibilidade de produzir sua própria cultura de consumo. Muitos adquiriram mantimentos extras para serem comercializados nos mercados e feiras regionais. No outro extremo, escravos de Barbados, da Antígua e do Sul dos EUA dependiam sobretudo das rações distribuídas pelos senhores das fazendas (Cardoso, 1987, p. 108).

Nos engenhos de cana-de-açúcar do Recôncavo baiano, os escravizados tinham pouco tempo dedicado às suas próprias atividades. Principalmente quando o mercado do açúcar estava em alta, a produção nos engenhos era intensa e os proprietários preferiam comprar

alimentos no mercado interno, ao invés de disponibilizarem terras, mão-de-obra e tempo para os escravizados se dedicarem ao cultivo dos insumos de subsistência. Nestes contextos, Cardoso argumenta que a brecha camponesa era limitada (Op. Cit., p. 66). Ao mesmo tempo, o aumento da comercialização dos alimentos no mercado interno favoreceu a produção nas fazendas do Baixo Sul, inclusive com a possibilidade da participação dos escravizados no comércio dos produtos excedentes, potencializando a "brecha camponesa" nessa outra região.

Reis também sugere que as roças de escravizados foram mais frequentes em regiões com as características do sul da Bahia, onde a lavoura das pequenas propriedades estavam voltadas à produção de insumos alimentares. Regiões por ele estudadas, como a foz do rio de Contas, onde encontra-se a atual cidade de Itacaré, localizada entre Ilhéus e Camamu, "a economia camponesa era ampla, pois dela participavam não apenas os escravos dos moradores livres, mas também quilombolas que buscavam junto a coiteiros melhores condições de sobrevivência" (Reis, 1996, p. 365).

Quanto ao período dessa prática, a documentação histórica aponta que os portugueses empregavam o sistema de conceder parcelas de terras aos escravos na Ilha de São Tomé e Príncipe, antes mesmo de colonizar o Brasil. Porém, apenas a partir da segunda metade do século XVIII, as regiões dedicadas à produção voltada para o abastecimento do mercado interno foram beneficiadas pelo aumento da demanda por produtos básicos (Schwartz, 2001, p. 155). Motivados pelas oportunidades, escravizados de diferentes regiões passaram a produzir excedentes para atender as próprias necessidades e vender o restante nos mercados locais. O alto preço dos alimentos no século XIX, proporcionou brechas vantajosas aos escravizados, com a venda de seus excedentes.

Esse cenário vai ao encontro do quadro apresentado por Castellucci para a ilha de Itaparica, onde libertos saídos das penosas jornadas de trabalho das grandes lavouras na parte norte do Recôncavo, foram atraídos pela possibilidade de despojarem de trabalhos alternativos e menos exaustivos nos municípios insulares ao sul, com acesso facilidado aos suprimentos de subsistência da terra e do mar (Castellucci Jr., 2005, p. 60)[78]. Nestas regiões produtoras de insumos alimentares da lavoura e do mar (como pescados e mariscos), os

[78] Segundo Castellucci Jr. (2005, p. 59), Itaparica foi um local onde o liberto poderia "labutar de maneira autônoma" com trabalhos temporários e sazonais, além de buscar no mar e na lavoura complementos para sua subsistência. Por estes motivos, pelo tipo de trabalho e pela relação do homem com o meio, considero o contexto de Itaparica como comparativo da vida social em Galeão.

escravizados tinham possibilidades de retirar excedentes da quantidade da produção combinada com o senhor, para seu próprio sustento. Vale lembrar, que outros produtos além dos básicos, também eram comercializados pelos escravizados. Como vimos no documento escrito pelos escravizados no engenho Santana, eles plantavam arroz por conta própria, mas também extraiam madeira da mata, como jacarandá e outras espécies comercializadas em Salvador ou no comércio de cabotagem entre Ilhéus e a capital da Bahia. Como todo trabalho era realizado pelos escravos – inclusive o transporte e, muitas vezes, o comércio da mercadoria – a força contínua dos escravizados penetrou setores, que não contavam com sua presença antes de meados do século XVIII (Dias, 2011, p. 168).

Não obstante, a maior ocorrência da brecha camponesa nas regiões produtoras de subsídios voltados ao abastecimento do mercado interno, não significou condições mais brandas e permissíveis do sistema escravista em comparação com as demais regiões. Manuais de administrações escravistas redigidos por agricultores deixavam claro que o controle social dependia, entre outras coisas, da concessão de terras aos escravizados. No município de Vassouras, em 1854, fazendeiros alarmados com os rumores de um levante escravista se reuniram para discutir as providências a serem tomadas. O resultado da reunião foi a formulação de uma "instrução" em forma de texto, cujo último item aborda práticas de incentivo, "mais propriamente aquela relativa ao cultivo de roças próprias e a comercialização de seus produtos por parte dos cativos" (Gomes, 2006, p. 244).

Os proprietários sabiam que para além da força física precisavam de outras técnicas para controlar os escravizados e, movidos pelo medo de um levante, não mediavam esforços para isso. Visando obter mais uma forma de controle sobre seus escravizados, cabia aos senhores de Vassoura "permitir que os escravos tivessem roças e se ligassem ao solo pelo amor à propriedade (...) [pois,] o escravo que possui [roça] nem foge, nem faz desordem" (Op.cit, p 244). A prática de destinar pequenos lotes de terras aos escravizados tinha dupla finalidade aos proprietários. Além da economia com os custos de alimentação dos seus escravizados, também funcionava como uma eficaz medida de controle social, armada sobre a população escravizada como um pano ideológico sutil. Um grande fazendeiro da mesma cidade fluminense, o barão Pati dos Alfares, chegou a orientar os outros proprietários de terras a comprarem a produção agrícola dos escravizados, e "fielmente pagar-lhe por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcios de tabernas" (Op.cit, p 201).

Na câmara de Cairu, esse mesmo tema foi abordado criticamente pelo nosso conhecido Ouvidor Baltazar da Silva Lisboa. Em 1799, ele afirmava que os lavradores gostavam de se exibir "no público coberto de galões" e no privado de suas casas viverem "quase nus em fraldas de camisas sem terem uma cama em que repousar", tratamento estendido aos seus escravizados a quem "não sustentam, nem vestem" (Santos, 2004, p. 93)[79]. Em relação às vestimentas, consta que eram simples, em cortes de panos comprados dos mascates. Aos escravizados restavam as sacas das mercadorias, que eram recicladas com cortes e costura para servirem como vestimentas. Os que conquistavam uma renda extra podiam comprar tecidos dos mascates ou, até mesmo, encomendar panos da África trazidos pelos marinheiros que paravam clandestinamente nos portos de Cairu.

Na comarca de Ilhéus, uma devassa eclesiástica posta a cabo no ano de 1813, confirma que os escravizados eram responsáveis pelo seu próprio sustento tanto de alimentação quanto de vestimenta. Porém, se para os senhores a "roça dos escravos" representou dupla vantagem, a igreja, entretanto, denunciava a prática como duplo pecado. Para a instituição religiosa, o maior pecado era os senhores permitirem que os escravizados trabalhassem aos domingos e dias santos, "impedindo-os" de adorarem os santos católicos. A este sacrilégio somava-se o não fornecimento de "ração" aos escravizados, abdicando sua alimentação e vestimenta à própria sorte (Reis, 1996, p. 365).

Todavia, o posicionamento eclesiástico sobre o assunto não representava necessariamente a opinião do africano e afrodescendente escravizado. As datas do calendário católico não faziam parte da cosmologia africana antes da colonização europeia. A obrigação de frequentar a igreja fora-lhes imposta tanto quanto o trabalho forçado nos engenhos e demais fazendas escravistas. Por outro lado, a produção de seu próprio alimento estava relacionada com questões de outra ordem.

Em 1819, quando os viajantes Spix e Martius passaram pela Barra do Rio de Contas, na região do Baixo Sul, eles teceram comentários sobre as práticas persuasivas dos pequenos lavradores para evitarem as fugas dos escravizados. Segundo seus apontamentos "o menor descontentamento dá motivo para [os escravizados] fugirem para imensas matas vizinhas ou a se ocultarem nas casas dos fazendeiros distantes." (Spix, Martius, 1981, p. 179). Na opinião dos viajantes, o encobrimento de escravizados fugidos ocorria entre os pequenos fazendeiros,

[79] ABN, vol. 36, p. 107 "Ofício do Ouvidor da comarca dos Ilhéus Baltazar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Souza Coutinho" (Cairu, 20 de março de 1799).

principalmente, “no início de sua empresa”, quando lhes faltava capital para investir em “braços com maior dureza”. A facilidade de acoitamento nas matas ou nas fazendas vizinhas proporcionava um clima favorável às negociações dos escravizados com seus senhores. Os lavradores do Baixo Sul sabiam que para manterem os escravizados em suas propriedades precisavam de técnicas que tornassem a experiência da escravidão minimamente suportável, com brechas de autonomia e tomada de decisões. A permissão de cultivar suas próprias roças, vender seus produtos, acumular propriedade, constituir família, eram algumas das exigências dos escravizados (Reis, 1996, p. 364).

O trabalho em sua roça promovia-lhes o espírito de autonomia, mesmo que fosse nos dias e horários de folga (aos domingos, dias santos e durante a noite nos dias da semana). Eles buscavam conquistar espaços de autonomia, tais como a formação e sustento das redes de solidariedade, trabalho e comércio, para além da relação com os senhores. É verdade que muitos levantes das senzalas reivindicavam melhores e mais variedade de comidas, como também melhores roupas e condições de trabalho[80]. Eles reivindicavam ter acesso aos alimentos que eram lhes restritos, como, por exemplo, a carne de vaca. A dieta dos escravizados tinha como base a farinha de mandioca, o arroz e feijão que plantavam, acompanhados de peixes, mexilhões, crustáceos e outros alimentos que pescavam no mangue e no mar. Quando havia alguma variedade na sua dieta, o cardápio incluía um pouco de carne seca. A galinha era alimento de cura, disponível apenas aos escravizados que caiam enfermo. Porém, as reivindicações por maior variedade e quantidade de comida não significava que eles abdicavam de cultivar suas próprias roças.

Através do cultivo de roças próprias e/ou da aquisição dos excedentes obtidos na plantação da roça do senhor, os escravizados atuavam em uma rede de comércio articulando diferentes agentes sociais, abastecendo experiências autônomas e compartilhando aspectos simbólicos, estendidas desde as senzalas nas propriedade do seu senhor, passando pelas outras propriedades e comunidades de forros e livres do entorno, estendendo-se para feiras e centros comerciais em outras cidades, povoados e interligando comunidades de quilombos (Gomes, 2015, p. 31).

Por menor que fosse a quantidade excedente, cativos de diferentes proprietários permutavam e negociavam, frequentavam feiras nos dias de folga e centros comerciais, com o

[80] Sobre este assunto ver as revoltas no Recôncavo baiano durante a primeira metade do século XIX em Reis (2012, Parte I, capítulo 3 e 4).

consentimento do senhor. Mais do que simplesmente reduzida ao rendimento financeiro, a organização social dos escravizados em torno do sistema de roça estava relacionada a importantes aspectos dos modos de organização dos espaços e trabalhos comunitários, forjando experiências profundas e paisagens culturais que, como veremos, marcaram as estratégias de fugas e a ampliação dos espaços de autonomia no período pós-abolição. Além disso, entender como se deu a brecha camponesa em Galeão, é conhecer elementos que constituíram a temporalidade da paisagem construída pelos escravizados, forros, livres e quilombolas. A relação que os descendentes dos atuais habitantes estabeleceram com os elementos existentes no ambiente, deixou suas marcas e significados históricos, abrindo possibilidade de transformar lugares de opressão em lugares de resistência, processo este que caracteriza a temporalidade da paisagem quilombola da ilha de Tinharé.

Pode-se dizer, então, que entender os mecanismos em que se desenvolveram a brecha camponesa é importante aos estudos arqueológicos em ao menos três perspectivas. Primeiro para pensar a espacialidade das fazendas e respectivas áreas de atividades, como a zona de plantio extensivo e diferentes culturas, áreas de hortas e produtos domésticos, locais de moradia do senhor ou administrador da fazenda, dos agregados e as áreas de senzalas do tipo cabana, principalmente.

A segunda contribuição é quanto à configuração histórica das relações sociais existentes em Galeão, tanto oriunda do trabalho quanto dos momentos de folga, quando os escravizados usufruíam de maior autonomia. Com a presença de diferentes atores, como os familiares e agregados, sendo estes últimos compostos por pessoas forras e livres, africanos, afrodescendentes e brancos, brasileiros ou estrangeiros (Schwartz, 1988, p. 264), as relações hierárquicas de trabalho não se resumiam aos senhores e seus escravizados. As diversidades de relações e comportamentos são passíveis de interpretação através dos vestígios materiais no contexto arqueológico.

E o terceiro ponto de relevância para a arqueologia em torno das relações estabelecidas a partir das brechas camponesas são as relações inter-regionais, firmadas principalmente pela comercialização dos produtos. Esta dimensão ampliada da paisagem influenciada pelas relações ditadas por africanos e afrodescendentes são fundamentais para interpretar a temporalidade da paisagem de Galeão e seus elementos constituintes. A origem dos objetos, as técnicas de manufatura, a composição química, são elementos que apontam para a existência de centros comerciais regionais, como feiras dominicais, constituídas enquanto

espaços que não se restringiam em trocas de mercadorias, mas também ocorriam principalmente trocas de experiência, conhecimento, saberes e informações. Centros de sociabilização que interligavam escravizados e forros de diferentes locais. Pela prática do comércio por cabotagem, muitos produtos circularam pelas mãos de pessoas percorrendo longos trajetos e formando redes regionais de sociabilidade. Conexões comerciais que significaram a circulação de informações e saberes marcados no registro arqueológico, conforme veremos nos capítulos sobre os materiais arqueológicos encontrado nas fazendas, no povoado e nos quilombos da ilha de Tinharé.

Antes disso, seguimos na tarefa de apresentar ao leitor o complexo contexto da história social do Baixo Sul. Como vimos, a região abrigou pequenos lavradores escravagistas, responsáveis por fomentar a importação dos africanos durante todo o período vigente do sistema escravista no Brasil. O desfecho desse sistema foi uma sociedade formada pela maioria de africanos e afrodescendentes, sendo que, já no início do século XIX, metade dessa população era livre ou liberta e outra porcentagem não documentada era formada por pessoas e comunidades clandestinas, os denominados quilombos. A população dos quilombos se misturava entre a população cativa, forra e liberta, mas não foi registrada em sensos, e poucos dados históricos revelam sua demografia. Porém, sem dúvida foi uma parte significativa da população baiana, com destaque para Cairu e o Baixo Sul.

CAPÍTULO 3: OS MOCAMBOS E QUILOMBOS HISTÓRICOS

Em 1691, em Camamu, "cinco mulatos" fugiram dos domínios de seus senhores e "convocaram grande quantidade de negros, querendo se fazer senhores daquela vila"[81]. Os rebelados assaltaram várias casas, mataram os homens brancos que tentaram resistir e sequestraram mulheres e crianças, destruíram as roças e levaram as "armas de aço"[82]. Em pouco tempo a população branca não possuía mais ninguém para os serviços, tanto doméstico como agrícola, quase todos os escravizados da vila aderiram ao movimento (Santos, 2004, p. 75).

Temeroso pelas consequências do levante na principal vila produtora de farinha de mandioca na época, o então governador, Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho enviou pólvoras, balas, uma expedição de militares portugueses e ordenou ao capitão-mor dos Ilhéus, Bento Ribeiro de Lemos, que recrutasse os pardos e indígenas das aldeias vizinhas para compor a entrada contra o levante, a fim de retomar o controle da vila. Os rebelados estavam aquilombados à três léguas de distânciade Camamu, "em um monte", onde formaram um assentamento "fortificado por uma estacada". Consta que em pouco tempo, o povoado foi organizado com divisão de tarefas e titulações, onde havia o "Governador e os cabos", mas ainda viviam de delitos (Op. Cit.). O quilombo foi chamado de Santo Antônio [83].

A expedição contra o quilombo foi formada por 100 homens (sendo 60 brancos, 20 pardos e 20 indígenas), comandada por Antônio Ferraz de Azevedo e tendo como Capitão de campo Gonçalo de Afonseca. A tropa alcançou o quilombo Santo Antônio e sitiaram o povoado protegido por paliçadas. Ao som dos "tambores de guerra", os moradores resistiram bravamente à invasão da tropa colonial, empenhando-se na batalha todos os homens e mulheres que ali se achavam. Três soldados brancos e um indígena morreram e o capitão Gonçalo de Afonseca foi ferido com "uma seta e uma bala". Do lado dos aquilombados morreram o governador e os principais cabos, dos quais dois eram os mulatos líderes do

---

[81] Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1908, Tombo LXVI, parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. (pp. 25-26). Ver comentário em Campos (1980, pp. 125-126).

[82] APEB, Cód. 333 (Patentes:1688-1696) fl. 192v-193v. "Patente do Posto de Capitão-mor das entradas dos Mocambos das Vilas do Cairu, Boipeba e Camamu, provido da pessoa de Antônio Ferraz Azevedo" (9 de agosto de 1691).

[83] APEB, Cód. 333 (Patentes:1688-1696) fl. 192v-193v. "Carta para Sua Majestade sobre o levantamento dos negros" e "Carta patente do Posto de Capitão-mor das entradas dos Mocambos".

levante. Após uma batalha acirrada, os insurgentes "foram vencidos e capturados quase todos", somando 105 presos. Todos foram vendidos "para diversas partes", sendo seus proprietários reconstituídos financeiramente. Com exceção dos 3 líderes mulatos sobreviventes ao combate "mandados justiçar", foram executados e as cabeças expostas em praça pública para servir de exemplo. Antes de morrerem, novamente ouviu-se o clamor: "Morte aos brancos e viva a liberdade" (Schwartz, 2001, p. 227) [84].

3.1. OS TIPOS DE QUILOMBOS DO BAIXO SUL

O levante em Camamu não é um caso isolado na história do Baixo Sul e possui informações relevantes para pensar a morfologia dos quilombos na região. Mesmo considerando de forma crítica toda a descrição feita pelos êmulos dos quilombolas, a enumeração dos fatos que a documentação apresenta torna este quilombo um dos mais bem conhecidos do século XVII, na região. O nome próprio, o fato de quase a maioria dos escravizados de Camamu terem aderido ao levante, abandonado a vila e construído outro povoado em tão pouco tempo, demonstra os objetivos que enveredaram a formação desse quilombo e permite traçar paralelos para pensar nas diversas facetas desta instituição que pulverizou as terras do Baixo Sul baiano durante todo o período colonial.

Ao analisar o caso do quilombo de Santo Antônio, a historiadora Lara Santos chama atenção para dois elementos de destaque: o caráter revolucionário que motivou a formação do quilombo e a presença de "mestiços" na posição da liderança dos escravizados amotinados. Os afrobrasileiros considerados "mestiços" representaram uma baixa porcentagem dos escravizados envolvidos em levantes no Brasil. Mais frequente é sua presença entre os homens contratados para somar às milícias punitivas e as tropas coloniais. A relação entre africanos e os afrobrasileiros mestíços eram conflituosas. Em muitos casos, os últimos foram os delatores dos planos de insurreição dos primeiros (Reis, 1996; 2012).

A participação dos afrobrasileiros como líderes de africanos e outros afrodescendentes no levante de Camamu é jutificado por Santos em termos demográficos. Ela sugere que eles fossem maioria entre a população escravizada em Camamu e por isso, obtiveram a confiança

---

[84] APEB, Cód. 333 (Patentes:1688-1696) fl. 192v-193v. "Carta patente de Antônio Ferraz de Azevedo" "Carta para Sua Majestade sobre o levantamento dos negros" e "Carta para o monteiro-mor sobre diversos particulares" *apud* Santos (2004, p. 76). Além de: Conselho Ultramarino (9 de novembro de 1692) DHBNR, 89 (1950), 206.

e adesão dos demais (Santos, 2004, p. 86). Ainda que a porcentagem de afrobrasileiros fosse considerada maior nas capitanias com menor influência direta do tráfico – como é o caso dessa vila –, acreditar que Camamu possuia a maioria de afrobrasileiros entre a população de escravizados, no final do século XVII, é um tanto questionável.

Nas comarcas da capitania de São Jorge de Ilhés, como vimos, a maioria da mão-de-obra escravizada indígenas foi substituida por africanos justamente no período da formação do quilombo Santo Antônio, na segunda metade do século XVII, mesmo assim, há registro de indígenas vivendo na região como agregados (em condições análoga ao escravizados africanos), no alvorecer do século XIX. Portanto, é plausível supor que o quilombo Santo Antônio tenha sido formado por uma maioria de escravizados africanos, alguns recém chegados. Também não seria uma surpresa constatar a participação de indígenas entre os rebelados, inclusive como parte da população considerada mestiça, haja visto o uso de flechas entre as armas utilizadas para resistir à dominação da tropa colonial.

Certo é que a maioria das narrativas não explicita a nacionalidade dos quilombolas, apenas denominando-os de "negros ou mulatos". Segundo Arruti (1997, p. 19), durante o período colonial, "as diferentes instâncias de poder (estatais, religiosas, empresariais, privadas, etc.), assim como as populações submetidas ou rebeladas contra elas, tenderam a ser bastante flexíveis no uso das classificações". Em 1661, as "tropas de milícias negras de Pernambuco" foram chamadas para perseguir os "negros que levantados" rondavam pela região de Cachoeira e Imbiara, no Recôncavo (Gomes, 1995, p. 27)[85]. "Poucos anos depois, em 1667, o Governador Alexandre de Souza Freire solicitou quarenta milicianos negros ao governador de Pernambuco para, juntamente com negros e índios baianos, serem usados na luta contra os quilombos em Cairu e Camamu" (Schwartz, 2001, p. 225, nota 10)[86].

Parece que a milícia não teve seus objetivos logrados nas terras de Cairu, posto que seis anos depois do primeiro chamado, os moradores daquela comarca recorreram agora ao capitão-mor e ouvidor da capitania dos Ilhéus, Manoel Peixoto d'Eça. Novamente, eles precisavam de auxílio "para dar batida em um mocambo: novo flagelo que aparecia nas terras da atribulada donatária" (Campos, 1981, p. 122). Pela proximidade das datas, parece que o primeiro mocambo não foi destruído, ou, os aquilombados não foram todos capturados. Em

[85] Informação retirada em DHBN, vol. VII (pp. 70-71). "Ordem que se enviou a Francisco Dias para prender, ou matar uma tropa de negros levantados" (19 de setembro de 1661).

[86] Arquivo Histórico Ultramarino – AHU (Lisboa), Bahia pap. Avul. Caixa 10, 1ª. ser. Não catalogado.

ambas as possibilidades se confirma a regular presença dos quilombolas no arquipélago de Tinharé e região.

Pouco tempo depois, em 1697, o governador é novamente acionado pela câmara de Cairu, para providenciar os recursos necessários à uma nova entrada de milícias, a fim de dar cabo aos ataques promovidos pelos quilombos. O governador João de Lencastro instruiu o capitão-mor João Amaro Maciel a arregimentar uma milícia para dar entrada contra os quilombos localizados "nas cabeceiras das vilas" (provavelmente na parte norte da ilha de Tinharé), por causarem "grande prejuízo de seus moradores" (Santos, 2004, p. 90)[87]. Dois anos depois, uma nova entrada foi organizada para destruir "um mocambo de negros fugidos da vila de Cairu". Desta vez, o sargento-mor Francisco Ramos emprestou as armas de fogo e comandou a expedição formada por indígenas da aldeia de São Miguel do Serinhaém (Santos, 2004, p. 90)[88].

Assim como em outras regiões do Brasil, também em Cairu e toda a extensão do Baixo Sul, as autoridades tinham os quilombos como as "cabeças" de uma indestrutível hidra[89]. A partir da segunda metade do século XVII, os documentos mostram que houve recrudescimento da formação de núcleos de população que não aceitavam a condição imposta pelo sistema escravista. Vale lembrar que a presença africana na região tornou-se maioria entre a população escravizada, durante este período, sendo beneficiada pela rota entre Ilhéus e Angola e o comércio ilegal praticado ao longo da costa da comarca. Mas houve outra motivação considerável para a disseminação do fenômeno quilombola naquele período.

No mesmo ano que ocorreu o combate ao quilombo de Santo Antônio, o bandeirante Domingos Jorge Velho liderava a tropa que decretaria o fim do Quilombo dos Palmares, na serra da Barriga, depois de cem anos de existência. Certamente, os afrodescendentes de Camamu e demais africanos que aportavam nas vilas do Baixo Sul tinham conhecimento das

---

[87] Informação retirada em APEB, Cód. 149, fl. 24. "Carta para as três vilas e o Capitão-mor delas" (4 de dezembro de 1697) e "Carta para os oficiais da Câmara da vila de Cairu sobre farinhas e mocambos" (10 de dezembro de 1697).

[88] Informação retirada em APEB, Cód. 149, fl. 25v. "Carta para o padre superior da Aldeia de São Miguel de Sirinhaém sobre os índios ao Sargento-mor Francisco Ramos para a entrada dos mocambos da vila do Cairu" (14 de janeiro de 1699).

[89] Sobre as autoridades do Rio de Janeiro caracterizarem os quilombos no século XIX, como sendo "à semelhança da fábula da hidra de Lerna", ver Gomes (2006, p. 25). Sobre a persistência dos quilombos na região do Vale do Guaporé mato-grossense, mesmo após sucessivas entradas coloniais, ver Volpato (1996). Sobre a mesma perspectiva para o estado de Goiás, ver Karasch (1996). Para o estádio de Minas Gerais, ver Guimarães (1988). Entre outros exemplos.

notícias de Palmares e das características do quilombo que agregou africanos de diferentes regiões, além de índios, mamelucos, mulatos e brancos (Freitas, 1981, p. 72) e toda classe de pessoas excluídas do sistema colonial branco/católico dos portugueses (Funari, 1996; Orser Jr, Funari, 2001). Instigados pelas notícias vindas de Palmares, os afrodescendentes de Camamu conseguiram o apoio dos africanos que também almejavam a liberdade. Uma vez em que a maioria dos escravizados aderiram ao propósito do movimento, a conquista do povoado não representou dificuldade. As autoridades da Bahia sabiam desse risco latente e por isso, não hesitaram em arcar com as despesas das tropas portuguesas.

A partir da segunda metade do século XVII, Palmares configurou como o mais representativo quilombo do Brasil, não apenas pelo tamanho, resistência e durabilidade, mas sobretudo, pela proposta de formação de um estado livre do projeto colonial europeu na América, com autonomia política e econômica, capaz de promover acordos com a coroa portuguesa[90]. Ainda que os acordos não tenham sido respeitados e o quilombo tenha se desfeito, não há dúvida de que a experiência de Palmares teve êxito. Basta constatar seu exemplo sendo memorado nos inúmeros assentamentos de escravos fugidos formados, destruídos e ressurgidos nas matas do Brasil até o fim do sistema escravista. Assumindo uma diversidade, tanto espacial como temporal, os quilombos reinaram na história do país como a mais constante instituição de luta dos cativos contra as condições imposta pelo sistema escravocrata.

Segundo Beatriz Nascimento (1985), a origem do quilombo dos Palmares corresponde aos fenômenos que ocorriam em Angola no mesmo período. A autora traça o paralelo entre o modelo de Palmares e a resistência do povo Java ao lado dos *mbundus*, contra a colonização portuguesa no interior de Angola. Considerando a instituição *Kilombo* própria da sociedade Java, Nascimento chama atenção para o quanto a realidade do Brasil estava em estágio de interrelação com os acontecimentos em Angola, admitindo a influência daquele país sobre a formação e estrutura de Palmares. Assim, a autora defende que o quilombo revolucionário

[90] Não me interessa aqui retomar as discussões teóricas sobre Palmares ser um território africano para manutenção da cultura "negra" na diáspora, ou um projeto revolucionário contra o sistema escravista na colônia portuguesa. Sobre essa discussão ver alguns dos principais estudos da história do quilombo dos Palmares: Ennes (1938); Ramos (1946); Edison (1958); Freitas (1981); Moura (1993). Sobre arqueologia de Palmares existem uma série de artigos publicados por Pedro Paulo Funari, entre eles: Funari (1995-1996a; 1996b; 1996d; 1997/1998; 2001a); Funari & Carvalho (2005; 2013); Orser Jr & Funari (2001). Porém não resta dúvida que Palmares foi um território díspar ao projeto colônial europeu no Brasil.

constituído no Brasil, como foi o modelo de Palmares, é uma instituição de influência dual Angola-Java (Nascimento, 1985, pp. 43-44)[91].

Fato é que, com as notícias de Palmares, os quilombos se polarizaram em todas as partes do país onde havia africanos escravizados. Assim como foi o caso do quilombo Santo Antônio em Camamu, tudo indica que os primeiros quilombos no Baixo Sul tinham por objetivo formar territórios revolucionários, tendo o sistema colonial do branco-católico-europeu um inimigo a ser combatido. Com o tempo, as formações de comunidades de escravizados fugidos vão se distanciando desse modelo de quilombo palmarino e se redefinem, adaptando às condições e necessidades particulares de cada região do país e período histórico (Nascimento, 1985, p. 44).

Neste sentido, João José Reis destaca as diferenças entre os objetivos dos levantes emergentes nas senzalas e a natureza dos diversos quilombos formados durante o século XIX. Segundo o historiador baiano, as revoltas dos cativos buscavam atingir o sistema de forma estrutural, se não fosse possível rompê-lo, ao menos reformá-lo significativamente. Por sua vez, os "quilombolas representavam uma rebeldia ambígua", no sentido de que não estavam interessados em revolucionar o sistema escravista, mas desbravar meios de conquistar sua liberdade para viverem bem em suas fronteiras, com autonomia e, até mesmo, possibilidades de interagir com o sistema que lhe originou (Reis, 1996).

A ambiguidade dos quilombos e mocambos é assinalada por Reis ao destacar as diferentes funções e caraterísticas dos quilombos. Segundo ele, as cidades baianas no século XIX estavam cercadas de quilombos e terreiros religiosos que funcionavam como refúgio temporários para escravos que procuravam escapar durante alguns dias dos maus tratos e péssimas condições de trabalho exigidas pelos senhores. Esses quilombos eram lugares utilizados na estratégia de negociação entre escravizados e senhores, onde, permanecendo acoitados por algum tempo, os escravizados forjavam uma situação na qual, a falta de seu serviço sentida pelo senhor favorecia o consentimento de suas reivindicações. Os quilombos

[91] Tal hipótese é refutada por alguns historiadores, entre eles Décio Freitas, para quem as comunidades africanas no Brasil significaram na verdade a negação do termo angolano *Kilombo*. A explicação do autor é de que a instituição quilombo angolana desempenhou papel de base na instrumentação do tráfico negreiro em Angola. Os java traçavam guerras com as tribos e aprisionavam os vencidos para serem negociados com os comerciantes de escravos. Muitos africanos escravizados no Brasil tiveram esta mesma origem. Por isso, segundo o autor, o termo quilombo se revestiria evidentemente de um significado sinistro para os africanos no Brasil, não sendo este termo auto atribuído pelas comunidades de escravizados fugidos (Freitas, 1983), os quais denominavam Palmares de Angola-Janga.

eram, assim, lugares móveis, maleáveis, dinâmicos, destruídos em um ponto para ressurgirem em outro, sustentados por uma rede de pessoas (comunidade), onde poucos permaneciam por muito tempo, mas todos mantinham roças e outras estruturas realimentadas e, por isso, duradouras. A maioria frequentava estes espaços de refúgio tirando proveito da mobilidade proporcionada pela escravidão urbana, incluindo os "libertos guiados pela vontade de convivência africana" (Reis, 2012, p. 70).

Interpretação análoga é apontada por Donald Ramos sobre os quilombos mineiros do século XVIII. Para ele, os quilombos eram lugares de acolhimento dos escravizados, descontentes com sua condição social e impelidos pela busca pela liberdade. Ao indagar sobre as circunstâncias que talharam um movimento revolucionário dos quilombos, cuja polarização na paisagem interiorana do estado constituiu um aspecto comum na vida dos mineiros, o autor sugere que os quilombos poderiam representar uma "válvula de escape" para as tensões escravistas mais do que uma ameaça ao sistema (Ramos, 1996).

Na antiga vila de São José da Barra do Rio das Contas, atual cidade de Itacaré, o caso do quilombo Oitizeiro mostra bem o que foi esse quilombo de refúgio temporário dos escravizados, que buscavam escapar das tensões do sistema negociando melhores condições de vida, sem revolucionar o sistema escravocrata. Localizado na fazenda homóloga, o quilombo do Oitizeiro era formado por escravizados fugidos das pequenas propriedades produtoras de farinha de mandioca da vila da Barra do Rio das Contas, como também das outras vilas mais afastadas, como Camamu, Cairu e Ilhéus. Segundo depoimentos colhidos no processo da devassa realizada contra o quilombo no ano de 1806[92], alguns escravizados de outras vilas (inclusive de Cairu) fugiram para o quilombo Oitizeiro para encontrarem com parentes escravizados naquela vila. No início do século XIX, os aquilombados possuíam grande quantidade de farinha vendidas aos comerciantes da região e, posteriormente, encaminhadas para Salvador. Os comerciantes retiravam os produtos na própria fazenda Oitizeiro (Reis, 1996).

A peculiaridade deste quilombo, no entanto, se deve ao fato dos proprietários da fazenda, aparentados da família Rocha, terem conhecimento dos fugitivos e estabelecerem acordos com eles para usufruírem de sua mão-de-obra. Na devassa promovida pelo estado,

[92] A documentação histórica produzida sobre este quilombo encontra-se em APEB. Quilombos, maço 572-2 "Translado da Devassa que por Ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde da Ponte, Governador e Capitão General da Capitania procede o Dr. Desembargador Ouvidor Geral da Comarca Domingos Ferreira Maciel contra os que acoitam, e tem refugiado no Oitizeiro negros fugidos" (1806).

eles foram considerados acoitadores do quilombo. Os próprios escravos dos integrantes da família Rocha foram citados na lista dos acoitadores do Oitizeiro. Ou seja, os escravizados dos proprietários da fazenda Oitizeiro também tinham permissão para acoitarem escravizados fugidos que chegavam no quilombo Oitizeiro procurando abrigo (Op.cit).

Como mais um exemplo de desvio do modelo consagrado de quilombo palmarino, o Oitizeiro se configurou como local de refúgio para os escravizados que buscavam melhores condições de sobrevivência junto aos coiteiros. Para estes últimos, o acolhimento de escravizados fugidos era um ótimo benefício, pois poderiam contar com sua mão-de-obra mediante acordos que proporcionavam maior autonomia à condição do escravizado e maior produção na fazenda. Para os escravizados, o Oitizeiro era um quilombo pois usufruíam de liberdade para ir e vir, desde que cumprissem com acordos, inerentes à existência de qualquer quilombo. No caso específico de Oitizeiro, em troca de refúgio, proteção, comida, liberdade para batucar, cantar e dançar e talvez uma parcela da remuneração, os aquilombados forneciam seu trabalho na produção da farinha de mandioca. Já para a administração colonial, o Oitizeiro foi caracterizado como um quilombo pois suas relações de produção e de poder ameaçavam a subordinação escravista na região, sendo classificado como um grande e perigoso quilombo (Reis, 1996, p. 351).

Apesar de sua classificação pelo conde da Ponte, o Oitizeiro não possuía mais de trinta fugitivos e dezessete acoitadores. A população quilombola deve ter sido flutuante, pois o quilombo não era sua destinação final. Muitos dos moradores do Oitizeiro estavam em busca de trocar de senhor, por motivos diversos: ou para escapar dos maus tratos e/ou más condições de vida na antiga fazenda, ou ainda, como citado, para mudar de moradia e conseguir ficar próximo de familiares, amantes, amigos ou amigas. Mesmo os acoitadores de Oitizeiro procuraram comprar alguns dos fugitivos que ali chegaram. Os escravizados acoitados tinham seu poder de barganha garantido, pois "para evitar a perda total do escravo, muitos senhores se conformavam em vende-los com descontos" (Reis, 1996, p. 358).

Como se vê, os quilombolas de Oitizeiro não estavam empreendendo uma fuga sem retorno a escravidão, mas tentando agenciar suas vontades mesmo sob a condição de escravizado. Com exceção da relação estabelecida entre o senhor da propriedade e os quilombolas, a existência desses quilombos menores foi permanente e amplamente documentada a partir do século XVIII. Possuíam características diversas, alguns de caráter reivindicatório provisório, outros de caráter permanente procurando invisibilidade como

forma de resistência. Estes assentamentos de refúgio foram formados por pessoas escravizadas da mesma fazenda, de uma mesma região ou provenientes de regiões afastadas. A maioria das vezes os fugitivos se mantinham na mesma região, ao redor das cidades e, até mesma, no interior da fazendo do próprio senhor, onde permanecia pelo tempo necessário para protestar contra os desmandos de seu proprietário e/ou agenciar espaços de autonomia. Este período poderia durar dias ou meses, mais do que isso se caracterizava fuga permanente. Seja qual for o desfecho, ele sempre manteria contato com a população da senzala e os outros escravizados ou forros das vilas e povoados (Gomes, 2018, p. 371).

Muitas vezes os quilombos se configuravam com mais de um assentamento, formados concomitantemente como estratégia de defesa para despistar as expedições militares de abatimento. Tomando conhecimento da investida militar, os quilombolas poderiam se mover de um assentamento a outro. As tropas e capitães-do-mato interpretavam como acampamentos abandonados e dispersão dos fugitivos, sendo que na verdade era uma estratégia de resistência através da manutenção da invisibilidade. A mobilidade do quilombo era uma estratégia muito utilizada, sustentada por um conjunto de lugares construídos, habitados, abandonados, frequentados, mantidos e conhecidos pelas atividades sazonais ocorridas nas matas pela população trabalhadora. Assim, os diferentes lugares integravam a mesma paisagem quilombola, ainda que pudessem adquirir características e utilidades distintas, eles formavam territórios conhecidos e mantidos ocupados ao longo do tempo.

Conforme apontam os resultados do projeto “Quilombo – Geografia Africana Cartografia Étnica, Territoriais, Tradicionais”, desenvolvido no Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA), da Universidade de Brasília, sob coordenação do professor Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, a distribuição geral dos quilombos no país segue algumas questões. A primeira é a ampla disseminação dos remanescentes de antigos quilombos em quase todas as unidades políticas do país, com exceção do Acre, Roraima e do Distrito Federal, justamente onde a difusão do tráfico negreiro não atingiu. Ou seja, os quilombolas procuravam permanecer perto dos seus. Entre as regiões do país, o Nordeste é onde há maior concentração de quilombos e o estado da Bahia é onde eles estão em maior número. Além disso, os mapas mostram a histórica concentração das comunidades de quilombos em áreas de fronteiras políticas estabelecidas em diferentes períodos, como é o caso da região do vale do Guaporé em Rondónia e Mato Grosso, da serra dos Tapes no Rio Grande do Sul, do vale do Ribeira em São Paulo e do rio Trombetas no Pará (Anjos, 2009).

Para a Bahia, Stuart Schwartz copilou os dados por ele pesquisado sobre a presença de quilombos e sua localidade aproximada, entre os anos de 1614 e 1824 (Schwartz, 2001, p. 226). Ainda que o recorte geográfico seja superficial, limitado a faixa litorânea entre o norte de Salvador e Canavieiras (ao sul de Ilhéus), o autor contempla as regiões mais habitadas na Bahia, durante o período abordado. Segundo ele, os municípios de Cairu, Camamu e Ilhéus conviveram com a formação de quilombos mais do que outras regiões do estado:

> *Embora fossem as paróquias açucareiras do Recôncavo Baiano as que possuíssem o maior número e a porcentagem mais alta de escravos, a região da Bahia que experimentou a maior incidência de formação de mocambos foi a dos distritos sulinos de Cairu, Camamu e Ilhéus* (Schwartz, 2001, p. 224).

A principal razão que levou à grande concentração de quilombos nessa região em detrimento de outras, segundo Schwartz, foi justamente sua característica fronteiriça. A região era pouco habitada e a geografia insular favorecia a formação de quilombos, por entre os canais e a densa mata existente nesse período. A situação melhorava para os fugitivos pela distância da capital Salvador e da sede da comarca, Ilhéus, isolando a região e dificultando possível ajuda militar, tanto para impedir o êxito das fugas como para combater os quilombos já formados.

O já mencionado comentário dos viajantes Spix e Martius ao passarem pela foz do Rio das Consta em 1819, também se aplica para as relações existentes nos povoados e pequenas propriedades de lavradores escravistas no arquipélago de Tinharé: "O menor descontentamento [dos escravizados] dá motivo para fugirem para as imensas matas vizinhas ou a se ocultarem nas casas dos fazendeiros distantes" (Spix, Martius, 1981, p. 179). Menos de 15 anos depois da passagem dos viajantes na região, quando o país estava no regime Imperial, o Juiz de Paz de Valença, escreve ao presidente da Província da Bahia informando que "vários quilombos existem nestas matas", da ilha de Tinharé[93].

Como vimos, a existência de quilombos em Cairu, na ilha de Tinharé e nas matas da porção continental fronteira, onde se formou a cidade de Valença, era perene. Tamanha inserção social, resistência e capacidade de ressurgência dos acampamentos de escravizados fugidos deixavam a autoridade local sem alternativa para abolir definitivamente essa ameaça,

[93] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (30 de julho de 1832).

a ponto de os quilombos tornarem-se uma instabilidade inerente à sociedade escravista. Tal consentimento não impediu as autoridades da Província e da Coroa desempenharem esforços e arcarem com o envio de tropas, mantimentos e munições para tentar dar fim a instituição quilombo que – independente do carácter revolucionário, de suas proporções ou sua adaptação a realidade colonial brasileira – sempre foi considerado um prejuízo e ameaça ao sistema escravista.

Antes de tirar do anonimato os quilombos da ilha de Tinharé formados no século XIX, resta ainda abordar outros quilombos significativos formados um século antes na mesma ilha. Trata-se de assentamentos anticoloniais, que empreenderam resistência aos colonos, ameaçando a tranquilidade dos moradores nas vilas, no povoado e fazendas. Foram quilombos que fizeram parte da temporalidade da paisagem quilombola da ilha de Tinharé e apresentavam aspectos peculiares que merecem uma investigação e não podem ser negligenciados na história dos quilombos no Brasil.

3.2. A RELAÇÃO DOS QUILOMBOLAS COM OS INDÍGENAS

Apesar de não estar explícito na documentação histórica ou na cultura material evidenciadas na ilha de Tinharé, a contemporaneidade de alguns acontecimentos chama atenção para pensar as possibilidades de composição dos quilombos formados na ilha, entre grupos de indígenas e africanos recalcitrantes ao colonialismo. Durante o começo do século XVIII, há relatos da presença de indígenas habitando as matas do arquipélago. Os moradores de Cairu encontravam-se tensos e amedrontados com a presença do adjetivado "gentio bárbaro que se acha aldeado dez ou doze léguas distante da mesma vila". Consta que os indígenas haviam formado acampamento nas matas do arquipélago de Tinharé, de onde realizavam incursões para saquear as fazendas e matar "tanto negros como mulatos e um moço branco (...)"[94].

Uma tropa formada por homens de diferentes vilas da região, além de indígenas aldeados em Jaguaripe, foi comandada pelo Capitão-mor de Cairu, Antônio Veloso da Silva, no final do ano de 1719. Durante três meses a tropa permaneceu nas matas das ilhas, no rastro dos indígenas, sem que houvesse enfrentamento. Ao final, apenas 30 pessoas compunham o corpo da tropa, cujo maior feito foi localizar o acampamento abandonado dos indígenas. "[No

[94] DHBN, vol. LXXIII, p. 135 (6 de julho de 1719).

acampamento] se acharam cinco casas despovoadas (que alojariam *duzentas almas*) as quais estão mais vizinhas da vila que foi de João Amaro, que dessa do Cairu (...)"[95]. As autoridades estavam preocupadas, pois não havendo logrado apreender os "inimigos", todos "devem viver e estar com todo o cuidado e vigilância para que estes bárbaros não venham subitamente fazer nesses moradores as suas costumadas hostilidades" [96].

No mesmo ano que se deu o fim da empreitada do Capitão Silva contra os indígenas, os moradores de Cairu manifestam queixas ao governo civil sobre "roubos e insultos que lhes fazem os negros fugidos"[97]. A contemporaneidade dos fatos sugere algumas questões. A instabilidade e sensação de insegurança provocada pelas investidas dos indígenas contra as fazendas pode ter contribuído com as fugas dos escravizados. A atenção voltada aos ataques indígenas desviou a vigilância sobre os escravizados facilitando suas fugas. Os escravizados poderiam também estar ameaçados pelos ataques indígenas nas senzalas, sendo a parte mais vulnerável na guerra dos nativos contra os colonos invasores. Nesse caso, os cativos não teriam hesitado em escapar das senzalas para formar seu próprio reduto, onde estariam acoitados com maior segurança contra qualquer inimigo. Ou ainda, os africanos fugidos tenham estabelecido alguma parceria com os indígenas insubordinados.

Ainda sobre o problemático ano de 1720 para os colonos, com a presença de aldeamentos de indígenas hostis e quilombolas na ilha de Tinharé, o então Governador da Bahia, Vasco Fernandes Cézar de Meneses visitou a região para providenciar ações em prol dos seus patrícios. Bastante elogiado pela dedicação, o vice-rei exercia sua função pública para o "bem-estar dos moradores e facilidade do real serviço". Entre as medidas que ele ordenou, Silva Campos cita a formação de "uma aldeia de índios mansos nas cabeceiras de Cairu", e "forte campanha contra os quilombos das matas do Jequiriça, de Cairu, do rio de Contas, do Pardo e do Jequitinhonha" (Campos, 1981, pp. 128-129).

Há notícias da formação de uma aldeia indígena denominada Santa Ana, formada no ano de 1735, sob a administração do Alcaide-mor João Vieira de Azevedo, em um período em

---

[95] No livro *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pitta, o nome João Amaro é atribuído à um cabo do Forte de Morro de São Paulo. Ele havia combatido os gentios e quilombolas neste mesmo município no final do século XVII. A localidade de sua fazenda ainda é desconhecida. Por ser distante da sede e ele ser cabo do Forte, supõem-se que a fazenda estava localizada na ilha de Tinharé, próximo ao forte. No entanto, tal suposição é imprecisa.

[96] DHBN, vol. LXXIII, p. 248-249 (22 de janeiro de 1720), grifo do autor.

[97] DHBN, vol. LXXIII, p. 293 (18 de agosto de 1720).

que os moradores de Cairu "se achavam reduzidos à uma grande miséria [entende-se, pavor/medo]" devido aos sucessivos assaltos dos "gentios bárbaros"[98]. Talvez seja a mesma aldeia mencionada por Silva Campos, cuja formação foi ordenada pelo Governador. Após esta data, não consta mais registros sobre os "gentios bárbaros" na região de Cairu. Isso não significa que a população indígena desapareceu. Pelo contrário, eles permaneceram ameaçando os colonos, com incursões a partir do interior, algumas das quais eram acompanhadas por homens brancos, descritos como "bandoleiros malfeitores", entre os quais se destaca o temido José Figueira, chamado por Silva Campos de "Lampião setecentista" (Campos, 1981, p. 130).

Outra possibilidade não descartada é de os indígenas terem se incorporado à população do maior quilombo registrado na história dessa região. Poucos anos depois da visita à região, Vasco Fernandes Meneses escreveu ao El-Rei de Portugal sobre a insistente presença de um mocambo com mais de 400 habitantes, localizado no município de Cairu (Schwartz, 2001, p. 225)[99]. Este número é significativo para o contexto da região na época. Considerando que Cairu contava com 2.121 moradores, segundo o censo de 1724, a população do quilombo representava quase 20% da população do distrito. A relação aumenta ao considerar apenas a população de 1.190 pessoas escravizados em Cairu, na época, o quilombo concentrava mais de 30% dos escravos de Cairu. Comparado ainda com a população cativa do distrito vizinho, Boipeba, onde o número de cativos na época era de 552 pessoas, o quilombo agrupou o equivalente a 70% da população cativa dessa câmara, cuja Ilha de Tinharé fazia parte[100].

Não se sabe muito sobre o desfecho desse quilombo. Ao que parece, o governador encaminhou terços regulares da capitania para junto com às ordenanças dos distritos e tantos "índios mansos" possíveis, combaterem o assentamento dos foragidos (Campos, 1981, p. 129). Coincidência ou não, na mesma época, o Capitão-mor Veloso da Silva organizava expedições contra os indígenas Gueréns até o sertão de Maracás, ordenado pelo el-rei Dom João V em resposta ao requerimento dos oficiais da Câmara de Cairu. O envolvimento do Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor El-rei se deve pelo fato dos ataques Gueréns em Cairu

---

[98] DHBN, vol. LXXVI, p. 128 (02 de agosto de 1719) e p. 330 (22 de fevereiro de 1736).

[99] Informação retirada em AHU, Conselho Ultramarino, código 247, (12 de fevereiro de 1723).

[100] Vale lembrar que neste período, as terras de Cairu abrangia parte do continente, onde veio se formar o município de Valença. Isso não pode ser desprezado, pois é possível que o quilombo de 400 habitantes estivesse localizado no continente e não na ilha.

ameaçarem o comércio de madeira mantido pela fazenda real (Campos, 1981, p. 128). No entanto, as relações entre africanos, indígenas e seus descendentes ainda deve ser melhor exploradas sob a luz do contexto da insubordinação ao sistema colonial.

No livro Mulheres e Costumes do Brasil, escrito por Charles Expilly e editado a primeira vez em 1854, o viajante francês explicita que "não ignorava que os pele-vermelhas levam ainda mais longe que os mulatos o desprezo e a aversão pelos negros". O francês deixa claro seu etnocentrismo, sendo maior o interesse pelos nativos "selvagens" da América, tanto quanto o preconceito pelos "subordinados" africanos. Em uma das partes do livro, o autor relata seu encontro nas matas da comarca de Ilhéus com dois capitães-do-mato que levavam três prisioneiros: um africano descrito como "chefe dos *monhambalas*"[101] de nome Gregório, um jovem afrodescendente e um indígena pajé botocudo, conhecido como "Tio Barrigudo" ou "advogado vermelho", "por que advogava sempre em favor da independência das tribos" (Expilly, 1935, pp. 258 e 246, respectivamente).

Ao longo do relato, Expilly descreve uma troca de olhares entre o pajé e o chefe africano, sugerindo a aliança entre os prisioneiros para engendrarem uma fuga. Logo em seguida ele refuta "a ideia de uma combinação entre um indígena e um negro era absurda demais para ser admissível". Ele ainda reforça sua afirmação ao citar uma das falas do velho pajé direcionada aos dois capitães-do-mato: "(...) nunca me degradarei ao ponto de aceitar companhia dos filhos de uma negra. Os mulatos podem amarrar os membros do chefe botocudo, porém não a sua vontade. Aos brancos, o meu ódio. Aos mulatos, o meu desprezo". Porém, o autor não omite o ato solícito do pajé, quem, ao receber um trago de cachaça, dividiu a bebida com o chefe africano (Expilly, 1935, pp. 262 e 272, respectivamente).

Alguns relatos extraídos de documentações históricas contradizem a opinião invariável do viajante europeu. Em 1654, por exemplo, dois "negros fugidos do gentio" chegaram em Maragogipe, onde foram abrigados nos aldeamentos indígenas[102]. Em 1734, uma aliança entre dois indígenas e dois "mulatos" resultou em suas fugas da aldeia Sirinhaém, em Camamu. No mesmo ano, uma Portaria encaminhada ao Capitão Matias Correia de Souza ordenava-o que fizesse diligência aos foragidos da aldeia os quais encontravam-se acoitados na vila de Cairu. Segundo o conteúdo da Portaria informa, os jovens cometeram "várias desordens" e eram

[101] O termo *monhambolas* sugere ser uma corruptela da palavra quilombola.

[102] DHBN, vol. III, p. 224 (17 de outubro de 1654). "Carta para o sargento-mor Pedro Gomes".

uma ameaça ao distrito daquela vila[103]. O próprio quilombo Oitizeiro, no alvorecer do século XIX contava com indígenas entre a população acoitada e quando houve a dispersão com a chegada da tropa, consta que muitos dos quilombolas rumaram para Almadas (Reis, 1996). Coincidência ou não, décadas antes, um aldeamento Guerém havia sido formado ali, com ajuda de um preto Manoel, escravizado fugitivo do engenho Santana, em Ilhéus, que se aquilombou junto aos indígenas e, posteriormente, recebeu a alforria por ter ajudado os missionários a formar a aldeia (Dias, 2007, p. 381).

Ao que parece, não havia uma regra bem definida, e os grupos envolvidos em cada caso devem ter reagido de forma própria, gerando relações diversas. Em Rio das Contas e Jacobina, diversas Portarias do provedor-mor da Fazenda Real alertaram, em 1736, sobre a presença, de:

> (...) *um* ***grande mocambo de negros fugidos que se tratam e comunicam com o gentio bárbaro****, onde saem a fazer alguns roubos e insultos aos moradores vizinhos e passageiros do que tem chegado a este governo repetidas queixas, e porque o dito mocambo se vai engrossando pondo-se com poder tão formidável que dará grande cuidado e o capitão-mor comandante das entradas José de Anchieta se oferece a conquistá-los por ter pessoas práticas que o guiem, dando-se-lhe alguma pólvora, bala e armas.*[104]

Os grupos indígenas presentes nessa região durante o século XVIII eram os Pataxós, Maxacalis, Gueréns e Botocudos, além de levas de indígenas do interior que chegavam para incorporar as missões, muitas vezes trazidos pelas expedições de aprisionamento. Para fugir da opressão colonial, muitos indígenas se aliavam aos quilombolas incorporando seus acampamentos ou apenas mantendo contatos e alianças estratégicas contra as entradas (Gomes, 2015, p. 61).

No interior do Brasil muitos aldeamentos indígenas e quilombolas foram aliados na luta de resistência contra o processo de colonização. Por outro lado, houve também embates e disputas de territórios entre grupos de africanos fugidos e povos indígenas que se sentiam ameaçados com a presença dos primeiros. A existência de mocambos em uma certa região

---

[103] DHBN, vol. LXXVI, p. 21 (15 de dezembro de 1734).

[104] DHBN, vol. LXXIII, p. 335 (março de 1736) (grifo meu).

atraia a atenção colonial, resultando em mais repressão e expedições de apresamento, que acabavam por ir contra os interesses indígenas (Op. Cit., p. 60).

Segundo a historiadora Mary Karasch, os Xavantes foram um dos grupos indígenas que atacava entrepostos de colonos e matava todos, incluindo os escravizados e assentamentos de quilombolas que se encontravam nas proximidades. A historiadora relata que as frentes coloniais provocaram a migração dos Xavantes para outra região de Goiás, onde muitas aldeias passaram a integrar os assentamentos quilombos, havendo casamentos entre os quilombolas e as mulheres xavantes (Karasch, 1996, p. 255).

Fato semelhante ocorreu também para alguns dos grandes quilombos conhecidos, como é o caso do quilombo Queriterê ou Piolho, localizado nas matas das imediações do rio Piolho, no estado do Mato Grosso. Várias batidas para tentar destruir a organização dos quilombolas foram empreendidas, ao longo do século XVIII. Em 1795, o alferes dos dragões, Francisco Pedro de Melo, comandante da fortificação de Casalvasco e responsável pela destruição do quilombo, relatou ter capturado apenas seis negros entre as 54 "presas" que ali fez, sendo o restante repartido entre 27 índios e índias e 21 "caborés", como eram conhecidos os filhos de negros com índias naquela região (Volpato, 1996, pp. 222-224).

Quando a primeira definição jurídica de quilombo foi escrita em 1740, a denominação "negro" foi empregada indistintamente para designar toda pessoa originária de povos que se opunham ou estavam submissos ao processo de colonização. Na ocasião, a carta resposta do Conselho Ultramarino ao rei de Portugal, definiu quilombo como *"toda habitação de* ***negros*** *fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele"*[105]. Na maior parte da colônia portuguesa na América, os africanos escravizados eram denominados "negros da Guiné", "negro angola" ou "negros mina", enquanto os indígenas eram os "negros da terra" (Monteiro, 1996).

Mesmo no Nordeste, onde os indígenas insubordinados eram abordados nos registros coloniais como "gentios bárbaros", as estratégias de dominação presente no discurso hegemônico da época não negligenciam a possibilidade de a denominação "negro" ter sido referência às pessoas de todas as etnias da África ou das Américas. A distância entre a realidade da vida dos administradores letrados e o cotidiano do restante da população reforça

[105] Para uma análise pormenorizada sobre os termos utilizados pelo Reino para formatar esta definição, ver Almeida (1998).

essa possibilidade. Não obstante, a denominação generalizada não se limita à ignorância da realidade, mas a uma linguagem hegemônica construída no contexto colonial. Termos como "mulato", "cabra", "gentio", "ladino", "boçais", "pardos" foram criados no período para dividir e enfraquecer os "outros" que deveriam ser subjugados à dominação sangrenta dos europeus autodenominados "civilizados". Por outro lado, é inegavel que os "outros" se conheciam na luta de resistência anticolonial, como unidade antagônica aos brancos. Prova disso são as inúmeros rebeliões e quilombos formados, como em Camamu, cujo dilema era "Morte aos brancos e viva a liberdade!".

3.3. A ESTRUTURA DE APREENSÃO DOS FUGITIVOS

Na bibliografia emergente sobre quilombos a presença indígena é recorrente, ainda que continue ganhando um lugar apenas marginal nas interpretações[106]. Em exemplos adicionais aos já levantados para o Nordeste e Centro-oeste, arrolam-se casos no Norte, Sul e Sudoeste brasileiro, onde expedições inicialmente orientadas para o "resgate de índios" descobrem importantes quilombos de africanos, onde seus moradores mantinham contatos com os primeiros, inclusive compartilhando as mesmas "ideias de liberdade" (Gomes 1996, p. 47) e anticolonialismo.

A distinção dos brancos era reforçada pela cultura material e comportamento, podendo ser adotado por aqueles que simpatizavam com os interesses dos colonizadores ou aderiam à eles como estratégia individual de sobrevivência. A formação das milícias de negros pode ser entendida desta forma. A principal delas ficou conhecida como *Henriques*, em alusão a pessoa responsável por sua formação pioneira em Pernambuco, durante as guerras contra os holandeses.

Comandados por Henrique Dias, 36 "negros e pardos" combateram os holandeses em Recife e Olinda, passando a serem conhecidos como o "Terço de pretos e pardos de Henrique Dias". Três anos depois do final da guerra, em 1657, a Sua Majestade escreve para o Governador de Pernambuco, Francisco Barreto, reconhecendo sua importância na conquista lograda:

---

[106] Além da bibliografia citada, para mais informações sobre a relação de quilombolas com indígenas no Brasil ver Schwartz (1988; 2003); Assunção (1996); Funes (1996). Para um contexto geral do assunto ver Gomes, (2015, pp.58-72) e Gomes & Schwarcz (2018). Ainda para uma visão crítica sobre o mesmo assunto, abordando questões de etnicidade, ver Arruti, 1997.

> [Na] *guerra do Brasil e a restauração daquela Capitania, o terço dos homens pretos e pardos, que com seu valor a ajudaram a recuperar e que conviria muito mandar libertar a parte que da dita gente for cativa, assim soldados e oficiais.* [Em contrapartida, Sua Majestade espera que o terço] *(...) trabalhe por reduzir e trazer ao povoado por meio de religiosos exemplares os mocambos que puderem de servir no que se lhe mandar"*[107]

Desta forma, alguns africanos, indígenas e seus descendentes procuravam meios oficiais para escapar do cativeiro e o uso do uniforme militar foi uma alternativa. Após a institucionalização da milícia pela Coroa, o corpo dos Henriques compôs diversas capitanias da América Portuguesa, principalmente Minas Gerais e Pernambuco, até o século XIX (Silva, 2013). Não obstante, as milícias de negros de Pernambuco permaneceram sendo ofertadas, com seus contingentes de africanos, indígenas e afrodescendentes, para contribuírem na defesa da Bahia e de outras capitanias (Cotta, 2005), pois o perigo dos mocambos e "negros" fugidos não cessava.

Novamente o ano de 1720 oferece rica documentação sobre os quilombos de Cairu. Em carta endereçada ao Sargento-mor Gabriel da Rocha Moutinho, os administradores da Bahia demonstraram avidez em suas ordens, preocupados com a sequência de levantes destes "negros" que se colocavam contra a ordem do sistema colonial:

> *Vossa Mercê, assim que receber esta obrigue logo, logo a todos os* ***Capitães-mores dos mocambos*** *e mais* ***Capitães do Mato*** *desses distritos façam entradas a eles e prendam os* ***negros*** *que andarem dispersos para que se fique evitando o dano e descômodo que padecem os ditos moradores, e quando o não executarem com toda a brevidade os remeta Vossa Mercê presos à cadeia desta cidade à nossa ordem.*[108]

Para além do pavor do Arcebispo da Bahia e dos demais administradores, a carta revela a estrutura especializada no combate aos quilombos em operação nas câmaras municipais das comarcas. Na vila de São Jorge de Ilhéus, o posto de "capitão-mor das entradas dos mocambos e negros fugidos" (mais conhecido como capitão-do-mato) havia sido criada em 1696, ao que se seguiu a formação de posto semelhante na vila de Cairu (Santos, 2004, pp.

[107] DHBN, vol. 66 (pp. 135-136). Carta de sua majestade para se conservar em Pernambuco o terço de Henrique Dias (5 de novembro de 1657).

[108] DHBN, vol. LXXIII, p. 293 (18 de agosto de 1720) (grifo meu).

72-73). Posteriormente, no ano de 1715 criaram-se um terço de infantaria da ordenança na vila de Cairu e em 1770 outros dois, um em Cairu e outro na vila de Boipeba (Campos, 1981, pp. 127 e 159). Já no período Imperial, Cairu passou a ter uma guarda municipal com patrulha após a década de 1830[109]. Entretanto, todo este aparato policial foi insuficiente para dar conta dos quilombos existentes nas ilhas. Como veremos, eles nortearam os locais de formação dos quilombos, em meio à extensão insular do município caracterizado pelo ambiente entrecortado por mangues, canais e morros, favorecendo as estratégias militares de manutenção do território quilombola.

Segundo Silvia Lara (1996, p. 83), "a montagem de um aparato repressivo sistemático e preventivo de fugas foi um processo bastante lento". No início do século XVII, as Ordenações Filipinas determinavam que as vilas e povoados deveriam ter seus "quadrilheiros", na proporção de um para cada vinte moradores. Os quadrilheiros eram responsáveis por manter a ordem disciplinar, evitando vadiagem, jogos, prostituição e acoitamento de criminosos. Nenhuma atribuição existia, no entanto, à perseguição de escravizados fugidos. Talvez por isso não foi uma instituição bem difundida nas áreas coloniais. Quando a ênfase das atribuição desse agente se desloca do controle disciplinar dos moradores para o resgate e perseguição de escravizados fugidos, em pouco tempo "uma figura central emerge: o capitão-do-mato" (Lara, 1996, pp. 83-85).

O capitão-do-mato era contratado para capturar os escravizados fugidos e desfazer os quilombos de menor ordem. Suas denominações variavam podendo ser chamado de Capitão-mor dos mocambos, capitão do campo, capitão-mor das entradas dos mocambos e outros dependendo das atribuições e hierarquia entre os diferentes capitães-do-mato, mas todos tinham a mesma função de capturar escravizados fugidos. As pessoas que assumiam este encargo eram, geralmente, brasileiros de diferentes ascendências (principalmente entre africanos e brancos, indígenas e brancos, e africanos e indígenas), com menos frequência os africanos também exerciam essa função (Lara, 1996). Seu pagamento era feito por "tarefas", ou seja, por cada escravizado reconstituído ao seu senhor. Muitas vezes o capitão-do-mato não era contratado diretamente, o simples conhecimento dos anúncios e valores de reconstituição eram suficientes para estes agentes policiais executarem o serviço e receberem o pagamento correspondente. Em analogia ao cenário capitalista moderno, pode-se dizer que

[109] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2296, Correspondências de Juízes, Cairu (1828/1888) (19 de setembro de 1830).

eles funcionavam como um empreendedor autônomo, responsáveis pelo seu próprio negócio. E um negócio lucrativo, do qual eles souberam tirar proveito e que perdurou durante todo o período colonial e Imperial.

Embora a estabilidade do sistema escravista tenha dependido dos serviços desses caçadores de gente, eles não atestavam muita confiança. Frequentemente, eles eram acusados de roubar pessoas escravizadas, maltratá-los, usar indevidamente seu trabalho, prender e até matar cativos inocentes para receber remuneração. Definitivamente, a profissão de capitão-do-mato não era das mais honrosas, sendo utilizada inclusive como sinônimo de xingamento (Reis, 1996, p. 17). Também era uma profissão perigosa, que exigia conhecimeto da geografia local e destreza no manuseio das armas. No entanto, sempre podiam contar com a proteção de Santo Antônio, o santo protetor dos capitães-do-mato (Mott, 1996). Além disso, o serviço era rentável e permanente pela quantidade e frequência de escravizados fugidos.

Neste sentido, os quilombos foram os principais responsáveis por impulsionar a estruturação do corpo policial no Brasil escravista. Lara ressalta que o aparelho repressor das fugas de escravizados foi resultado de movimentos desordenados, irregulares e contraditórios, sem qualquer planejamento prévio, onde o principal vetor de interesse comum entre os senhores e administradores coloniais era o medo do surgimento de novos Palmares (Lara, 1996). Mesmo que as fugas não podiam ser evitadas, a orientação era manter o controle do número de escravizados fugitivos e, assim, manter sobre vigilância a formação e estruturação dos quilombos.

Em 1831, logo após a implantação da guarda municipal, a Câmara de Cairu publicou uma Postura, onde o Artigo 11 discorre sobre as prisões de "escravo fugido no mato ou mocambos" e estabelece os valores a serem pagos às pessoas responsáveis por seu aprisionamento. O Artigo da Postura foi publicada assim:

> *Toda e qualquer pessoa que aprisionar algum* ***escravo fugido no mato ou mocambos*** *receberá dos donos deles* ***dez mil reis*** *pela omissão d'os não perseguir, e se* ***forem presos em casas, senzalas, ou lugares povoado****, comprovado o apoio dos proprietários parcelará a mesma quantia, e o proprietário de baixo da pena distrital mil reis, para as despesas deste município pelo consenso por o policial com o direito sobre os possuidores dos cativos fugidos pelo prejuízo, dano, e*

> *roubos por eles causados, e sendo cativo o dono da casa ou senzala levará os açoites na forma da lei.* [110]

Esta postura ilustra bem como os administradores de Cairu classificavam os fugitivos da escravidão segundo as estratégias de fuga, diferentes possibilidades de acoitamento e formas de captura-los. A primeira constatação é a transferência dos gastos de captura do fugitivo ao proprietário, desonerando a Câmara de qualquer obrigação. Mesmo sem citar o capitão-do-mato (profissional responsável pela captura dos fugitivos), a postura estabelece as formas e os valores a lhe serem pagos. A Postura concedia aos senhores tomarem suas decisões individualmente, cada um cuidando dos seus fugitivos e tomando suas medidas (anúncios em jornais, promessa de remunerações, contratação do capitão-do-mato. etc.). Em alguns casos de ajuntamentos de grandes proporções, as câmaras participavam com financiamentos, sempre mais complicados de ocorrer. Mesmo quando o Governador ou ainda a Coroa se dispunha a custear parte dos gastos era porque tinham interesses diretos na captura dos escravizados e na retomada da ordem. Como ocorreu em Camamu no século XVII e em Cairu no século seguinte.

O quadro se mostra compilado em ações prepositivas de interesses particulares, cujos escravizados eram vistos como tutela dos seus senhores, consequentemente suas fugas também. Por isso a "omissão de perseguir" gerava multas. Percebe-se que, o artigo da postura estabeleceu as formas de pagamento das despesas e multas segundo o local onde o escravo fugido era capturado. Com isso, os juristas classificam os tipos de fugitivos segundo as diferentes formas de alianças estabelecidas por eles para a manutenção de sua fuga. Vamos analisar mais a fundo.

3.4. ACOITAMENTO E RELAÇÕES QUILOMBOLAS

Ainda segundo o artigo 11 da postura municipal de Cairu publicada em 1831, o escravo fugido no mato seria aquele que não contava com nenhuma ajuda. Já o escravo fugido para os mocambos contava com a ajuda de outros "delinquentes", os quais não arcariam com as

[110] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série: Postura. Maço 856, Câmara de Cairu (1830/1888) (21 de outubro de 1831) Artigo 11. (Grifo meu).

despesas do fugitivo, obviamente. Nestes dois casos as despesas são transferidas aos proprietários dos escravos "pela omissão d'os não perseguir".

O leitor há de concordar que a justificativa do pagamento exposta na Lei desperta dúvida sobre a real intenção dos proprietários em resgatarem seus escravos fugidos. Vale lembrar que menos de um mês depois da publicação da postura municipal foi aprovada a Lei Imperial de 7 de novembro a qual proibia o tráfico de africanos escravizados para o Brasil[111]. Em uma análise rápida pautada no âmbito financeiro, cujo acúmulo de capital seria o principal interesse do proprietário, a busca por escravo é justificável pelo irrisório valor da multa comparado ao preço de um africano escravizado[112]. No entanto, o senhor contabilizava outros gastos decorrentes da "economia moral" estabelecida na relação pessoal com o escravo.

Segundo Flávio Gomes aponta, uma das esferas que envolvia a relação cotidiana entre senhor, escravo e feitores era a existência de algo como uma "economia moral" (Gomes, 1996, pp. 194-200). O termo pode ser entendido como esfera da mentalidade patriarcal escravista, na qual o escravizado era concebido como sujeito desprovido de direitos, tutelado pelo senhor. Seus atos e comportamentos eram de responsabilidade de seu senhor e, por meio destes os escravizados respondiam à justiça formal. Assim, afrontas, desacatos ou violência física aferidas contra o senhor, antes ou durante a fuga, representavam uma grande ameaça ao fugitivo, pois o senhor teria que resgatá-lo para puni-lo e preservar sua moral. Caso a fuga fosse provocada por descumprimento de obrigações do senhor para com seu escravizado (como alimentar, vestir e lhe dar segurança), a recaptura do fugitivo não era certa e sua retaliação não se justificava moralmente.

Ademais da economia moral existia a economia financeira e a integridade física. Um escravizado "rebelde" entre seus cativos poderia resultar em maiores prejuízos tanto na sabotagem da produção, como em novos períodos de ausência por reincidentes fugas, aliciações de outros escravos para as fugas e, até mesmo, atentados e violência contra sua família. Muitas vezes os senhores achavam mais prudente investir seu capital em um novo escravo – de preferência vindo da África, pois não teria relações afetivas com os

---

[111] Lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó em homenagem a Diego Antônio Feijó, que se dedicou para a aprovação da lei.

[112] Mattoso escreve sobre a evolução do preço do africano escravizado comercializado no Brasil, no século XVI - XIX. Em 1830, um escravo adulto saldável custava cerca de 250 mil reis, podendo variar de 20 mil a 400 mil (Mattoso, 1988, pp. 88-96).

insubordinados da região, poderia produzir mais e a relação de subordinação seria construída desde sua chegada.

Para Minas Gerais do século XVIII, Carlos Guimarães (1988, pp. 25-26) descreve a "sonegação" da captura como um comportamento praticado pelos proprietários de escravos. Com o objetivo de se abster do pagamento do imposto que sobre ele incidia por conta da fuga de seu cativo, o proprietário não reportava às autoridades sobre o ocorrido. Neste caso, a fuga do escravo tem êxito parcial, pois seu senhor não exigira seu retorno, porém, restava ainda o poder do governo e sua intenção em manter a ordem do sistema escravista.

Como sabemos, as comarcas do período Imperial contavam com uma estrutura de combate aos quilombos com novos e antigos agentes policiais, que permaneciam desde o período colonial. No entanto, segundo as informações de Minas Gerais, os velhos agentes policiais do período colonial (os capitães-do-mato) também eram responsáveis pela "sonegação" das taxas de captura. Este segundo tipo de sonegação "ocorria quando um homem do mato, ao recapturar um fugitivo, mantinha-o em seu poder, explorando seu trabalho durante determinado período" (Guimarães, 1988, p. 26). Nestes casos o fugitivo tinha sua liberdade polida e retornava à condição de escravizado em condições, muitas vezes, piores do que antes.

Este segundo caso de sonegação é contemplado na continuação do mesmo artigo 11 da Postura Municipal, onde as autoridades assumem a possibilidade de o escravo fugido ser "preso em casas, senzalas, ou lugares povoado", com possível apoio dos proprietários. Percebe-se que, por não associar um agente específico, o artigo demonstra que as autoridades estavam cientes do amplo leque de relacionamentos que o fugitivo poderia utilizar para sustentar sua fuga. Principalmente no século XIX, como vimos no caso do quilombo Oitizeiro, muitas destas fugas tinham o caráter de protestos reivindicatórios para com o seu senhor. Por algum desagrado, o escravo fugia da senzala impondo ao senhor o prejuízo do lucro que adquiria pelo usufruto de seu trabalho e de sua posse. Em fugas de protestos, os escravizados reivindicavam, em geral, melhores condições de trabalho e alguns espaços para exercerem suas autonomias. Na maioria das vezes, o fugitivo aceitava voltar à situação de cativo, com a condição de verem suas exigências atendidas (Gomes, 2015, p.75), podendo ser até muitas vezes, a substituição de seu senhor ou capataz.

As fugas de caráter reivindicatório não eram necessariamente realizadas individualmente. Como vimos no exemplo do engenho Santana, em Ilhéus, também ocorriam fugas coletivas de escravizados para reivindicarem melhores condições de trabalho e maior autonomia, podendo ser seguidas de mensagens com as reivindicações. Em 1780, na Colômbia, um grupo de escravizados liderados pelo feitor quem também era escravizado, fugiu de uma fazenda em Cúcuta. Igual ocorreu na fazenda Santana, eles reclamavam das novas práticas de trabalho impostas pelo novo administrador, por tê-los privados dos dias livres – quando cultivavam seus próprios lotes de terra – e ter estipulado preços mais baixos do que os tabelados no mercado pelo cacau que cultivavam. Neste caso, entretanto, a carta reivindicatória foi encaminhada ao vice-rei, pois antes desse ocorrido a fazenda pertencia à Coroa. Na petição encaminhada pelos escravizados, eles salientavam que o novo proprietário estava violando costumes e os maltratando com castigos excessivos. Após a formação de um conselho composto por moradores da vila para avaliarem as reivindicações, os escravizados retomaram os trabalhos (Gomes, 2006, p. 282).

Outro episódio de fuga coletiva para reivindicações de compensações dentro do próprio regime escravista ocorreu na ilha de Barbados, em 1738. Neste caso, os escravizados abandonaram suas ferramentas e postos de trabalho para reivindicarem melhores alimentos e em mais quantidade, mais roupas e tempo de lazer. Além disso exigiam ao procurador-geral do distrito que o feitor fosse substituído. Sem possibilidade de um acordo antes de voltarem ao trabalho, os escravizados foram reprimidos e dois dos líderes receberam açoites públicos como exemplo aos outros escravizados (op. cit, p. 283).

Durante o período de negociação, o fugitivo priorizava esconderijos que favorecessem a negociação, sempre procurando evitar a intromissão do capitão-do-mato. Estes locais podiam ser as matas da própria fazenda do senhor ou da vizinhança, quilombos já formados e localizados próximos ou abrigos no espaço urbano. Nos casos de o escravo fugido ser protegido e acoitado por outro fazendeiro, a negociação com o proprietário do escravo era facilitada pela posição social do fazendeiro acoitador. Este assumia a tarefa de intermediário na negociação. Como contrapartida, o fazendeiro usufruía dos serviços do escravo acoitado, até sua situação ser encaminhada[113].

[113] Como no caso do quilombo Oitizeiro, muitas vezes estes senhores eram acusados de acoitar os escravos para usufruto de sua força de trabalho. Para mais exemplos como este, ver o caso da fazenda do Deitado, no município de Macaé (RJ), em 1864 (Gomes, 2006, p. 288).

Há ainda uma última possibilidade não descartada pela Postura de Cairu, de o dono da casa ou senzala utilizada como refúgio, também ser escravo. Podendo o abrigo pertencer à ele próprio ou ao seu senhor. Os casos de escravos sendo proprietários de sua própria morada eram comuns, principalmente nos espaços urbanos. Pesquisas sobre as dinâmicas de relações de trabalho no período escravistas, demonstram que os escravos urbanos usufruíam de certa autonomia[114]. Alguns, principalmente os de ganho, chegavam a morar em cômodos ou casas alugadas ou subalugadas, exercendo seu próprio sustento, semelhante aos homens pobres livres que precisavam conquistar seu espaço na cidade (Costa, 1989). Não era incomum estes escravos abrigarem fugitivos. Em grandes cidades da época, como, Salvador, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, a terminologia "casa de quilombo" aparece na documentação policial do século XIX, como lugar de encontro de africanos e afrodescendentes, onde aconteciam batuques, capoeiras e danças (Soares, 2004). Objetos de cultos e rituais ligados à matriz africana eram encontrados nestas casas, o que indica uma forte associação religiosa das pessoas que frequentavam estes lugares (Reis, 2008). As "casas de quilombo" eram frequentadas por escravizados, libertos ou fugitivos (Gomes, 2015, p. 18), podendo servir de acoitamento ou apoio aos africanos e afrodescendentes que viviam na ilegalidade.

Estes casos eram mais frequentes nas vilas sedes municipais. Em pequenos povoados como Galeão, predominava o trabalho rural, com poucos escravos de ganho. Além disso, a proximidade entre senhores e escravizados dificultava as livres manifestações de matriz africana[115]. Todavia, ainda que em menor número, as "casas de quilombos" também existiam na paisagem de Tinharé. Segundo as narrativas históricas dos moradores de Galeão, as casas de quilombo adquiriram características parecidas com as casas religiosas mencionadas por João José Reis, existentes na periferia e arredores da cidade de Salvador no século XIX, como

[114] Além dos escravos empregados na tarefa do ganho, muitos deles possuíam funções relacionadas aos serviços urbanos ou domésticos. Segundo Ana de Lurdes da Costa, os escravos em área urbana poderiam ser classificados em três grandes grupos relativos à renda auferida pela exploração da mão-de-obra: escravos de ganho, escravos de aluguel e escravos domésticos. Enquanto os escravos domésticos não produziam renda, os escravos de ganho e de aluguel forneciam ao senhor uma renda previamente acordada, "estando a diferença entre estas duas categorias no fato de que no ganho também o escravo podia se apropriar de uma parte dela, não acontecendo o mesmo no aluguel (...)". Porém, essa classificação não é plenamente satisfatória, "(...) os mesmos escravos podiam passar facilmente de uma categoria para outra ou desempenhar ao mesmo tempo papéis diferentes" (Costa, 1989, p. 43).

[115] Como vimos, em Galeão, as manifestações associadas à cosmologia dos povos africanos foram dissimuladas na forma de brincadeiras, como estratégia de resistência (ver Capítulo 1).

ponto de referência para escravizados, forros e libertos manterem o coro do tambor quente, reproduzindo as crenças africanas no contexto da diáspora.

Nas narrativas históricas dos habitantes mais velhos de Galeão, as denominadas “casas de candomblé" aparecem como marcos paisagísticos na memória do que é hoje um quilombo. Dona Dezinha informou sobre a casa de candomblé mais antiga que ela conheceu na comunidade, localizada no bairro Cavarcante (possível corruptela de Cavalcante), em uma estrada que leva para o distrito de Gamboa[116]. No local havia uma casa de candomblé conhecida por todos os moradores e frequentada por muitos. Dona Almerinda, a Ialorixá mais antiga da comunidade, confirma os dizeres de D. Dezinha[117], mas não se manifesta muito sobre outras casas de santo que não seja a sua.

O local da antiga casa de candomblé apontado por Dona Dezinha foi vistoriado para mapeamento e prospecção dos vestígios remanescente em superfície. Fragmentos diversos foram encontrados em meio à vegetação arbustiva e solo arenoso. Trata-se de fragmentos de telhas, frascos de remédio inteiros, fragmentos de cerâmica vidrada, fragmentos de cerâmica torneada de pasta branca e porosa, além de fragmentos de louça branca do início do século XX. Nenhuma estrutura foi encontrada. O mato baixo formado por arbustos e árvores esparsas típico da restinga, encobrem a superfície do terreno pouco desnivelado, entrecortado por canais de drenagem rasa e água escura. Ainda que não tenham sido encontrados materiais que possam estabelecer uma associação direta com práticas do candomblé, os objetos atestam que o local atualmente desabitado, abrigou uma casa há pelo menos cem anos atrás. Certamente uma escavação arqueológica sistemática neste sítio contextualizará os objetos encontrados em superfície e evidenciará outros, possivelmente mais antigos.

Além de Cavalcante, Dona Dezinha lembra que seus pais comentavam sobre outra casa de candomblé mais antiga, localizada em Itapitanga, uma localidade próxima ao Riachão, no interior da ilha. Como ela nunca visitou a casa, pouco sabe precisar o local onde o candomblé funcionou. Segundo ela, seus pais contavam que a casa era mantida por um babalorixá do distrito vizinho, Gamboa, e frequentada por muitas pessoas tanto de Gamboa, quanto de Galeão e Morro de São Paulo. Em datas específicas do calendário religioso do candomblé, o

[116] Depoimento coletado no dia 24 de abril de 2019.

[117] Depoimento coletado no dia 25 de abril de 2019.

som dos tambores anunciava os rituais que se estendiam ao longo da noite, “em torno de um casebre” de barro com telhado de palha.

No período da escravidão, as moradias dos escravizados na paisagem de Tinharé eram cabanas de barro cobertas de palha, podendo ser mais afastadas das casas dos senhores ou mais próximas. Segundo Slenes (2011), as senzalas sempre foram coabitados por muitas pessoas, independente da estrutura existente nas fazendas. Ele destaca as senzalas de dois tipos principais: os pavilhões retangulares com divisões dos cubículos entre famílias e amigos; e as senzalas tipo cabanas, construidas pelos próprios escravizados e divididas entre companheiros da mesma fazenda (Slene, 2011, pp. 158-167). Nas pequenas fazendas como as de Cairu, onde se cultivava gêneros alimentícios, Slene deixou claro que os escravizados ocupavam o segundo modelo de moradia, com cabanas enfileiradas com um corredor central ou agrupadas em torno de um pátio, de acordo com o terreno. A partir da gravura de Rugendas e Debret, o autor descreve estas “cabanas de escravos” construidas de pau-a-pique em plantas retangulares de 3 a 2 metros, sem janelas, com vigas de sustentação nas quinas e nos dois lados da entrada. O teto baixo de duas águas dispunha de palha de palmeiras como telhado (Slene, 2011, pp. 166-168).

As senzalas foram importantes lugares de apoio aos quilombolas, onde um ou poucos fugitivos poderiam ser acoitados por tempo limitado, mas não serviam de acoitamento permanente para eles, pois a estrutura do espaço não suportaria muitos fugitivos, ou mesmo poucos, por longo período sem serem descobertos. Da mesma forma, ocorria de os fugitivos procurarem refúgio nas senzalas de fazendas vizinhas. Nestes casos, o escravizado tornava-se cumplice do fugitivo, decisão justificada ou por uma dívida entre as partes, ou por uma relação próxima de parentesco, ou ainda, por alguma afinidade social e histórica. Tendo em vista os riscos que corriam por abrigar um indivíduo procurado pela polícia, a relação entre eles superava a trivialidade. Faz-se supor que eram parentes, amantes, companheiros de tribos ou identificados com a mesma região da África, ou, pelo menos, *malungos*, isto é, companheiros da travessia no navio negreiro que conservavam sentimentos de cumplicidade.

Os momentos de fuga e a vida na clandestinidade exigia do escravizado que ele ou ela ampliasse sua rede de sociabilização para a manutenção da liberdade. Nestes casos, a fuga era um gerador de alianças e consolidava grupos. A formação e manutenção de quilombos associados à senzalas, fazendas, povoados, vilas, portos, casas de candomblé, etc., produzia ou ampliava uma rede de apoio ao quilombola, sustentando a vida clandestina em liberdade.

As relações entre os quilombolas e os escravizados e forros, ou entre quilombolas e homens livres pobres, ou mesmo, dos quilombolas com os senhores, são a chave para pensar a forma de construção da paisagem quilombola de Tinharé em sua temporalidade. O universo de relações que as constantes fugas agenciaram é parte constitutiva do modo de vida nos quilombos, como também nos povoados e fazendas da paisagem de Tinharé.

3.5. MOBILIDADE CLANDESTINA E MANUTENÇÃO QUILOMBOLA

A partir desta rede de relações que a fuga agenciava, a mobilidade surge como uma prática inerente ao modo de vida quilombola. Porém, a condição de ilegalidade do quilombola só lhe permitia uma mobilidade em meio a estratégias de ocultação. Na primeira metade do século XIX, a grande massa da população era constituída por pessoas pretas e pardas. Com a independência e a Constituição de 1824, inúmeras conquistas jurídicas da população preta e parda, livre e forra, foram atendidas, melhorando suas condições de vida na sociedade (Vellozo & Almeida, 2019, pp. 2152-2153). Assim, um quilombola africano ou afrodescendente poderia se camuflar entre as pessoas em trânsito, passando por uma pessoa livre, liberta ou escravizada. O quilombola era um clandestino na sociedade escravista, vivendo em meio à densa população de africanos e afrodescendentes da Bahia, sob o inseparável risco de ser abordado pelas autoridades policiais, o que resultaria na sua recaptura.

Na primeira metade do século XIX, precisamente entre 1838 e 1842, a historiadora Silvana Santos contabilizou 16 prisões de escravizados fugidos realizadas na comarca de Valença. Eles eram 13 homens e três mulheres, sendo 13 africanos e o restante não foi identificado. As prisões ocorreram no Morro de São Paulo, em Boipeba e nos distritos de São Fidélis e Areia, ambos em Valença. A origem deles era diversa, desde a capital, passando pelos municípios do Recôncavo (Santo Amaro e Cachoeira), até municípios mais próximos, como Jaguaripe (Santos, 2016, pp. 71-72). Ao que parece, Valença era rota de escravizado fugido, ou destino deles, nessa época. Essa rota era a mesma percorrida pelos libertos no mesmo período, buscando trabalhos alternativos e menos exaustivos nos municípios insulares no sul (Castellucci Jr., 2005, p. 60)[118] e ao sul do Recôncavo. É provável que escravizados fugitivos procurassem acoitamento nas ilhas e porções continentais do Baixo Sul, onde as

[118] Ver descrição deste fato no Item 9 do Capítulo 2.

matas eram mais abundantes e a fiscalização menos intensa em comparação à região açucareira do Recôncavo e à capital, Salvador.

Certo é que os escravizados não respeitavam as fronteiras municipais no momento das fugas, ou mesmo depois do quilombo formado. A mobilidade dos fugitivos parece ser comum, tanto entre as ilhas do arquipélago, quanto na ligação com as terras no continente. Esta facilidade de deslocamento dos "negros" era motivo de preocupação para as autoridades "brancas" da época. Em setembro de 1830, quando o Juiz de Paz de Cairu, Domingos Antunes Brein, escreve ao Presidente da Província satisfeito pelos primeiros resultados da patrulha de polícia no município, ele cita a prisão de "escravos de fora" e "negros" atravessando para a vila. Segundo ele:

> *(...) as patrulhas estão em exercício, e que o povo principia a saborear as frentes de polícia nunca havido por estes lugares; (...) Também* ***escravo de fora costumado a vir****, foi encontrado armado com um instrumento de ferro as onze horas da noite por ser ladrão de canoas mandei-os ter no pelourinho, sendo pequeno castigo, o que foi bastante pior* ***negros das fazendas adjacentes a vila*** *a esta não* ***atravessarem para os seus destinos com assiduidade****, e afoiteza. Tem cessado por isso o desaparecimento de canoas nos respectivos portos.*[119]

O Juiz Domingos Brein enfatiza em seu relato a mobilidade dos escravizados, tanto entre as ilhas do arquipélago (travessia das fazendas adjacentes à vila) quanto entre a ilha e o continente ("escravo de fora"). Apesar disso, ele escreve os fatos para parecer ao presidente da província que o maior problema dos moradores da vila era o furto de canoas, importuno esse resolvido pela patrulha da guarda. No entanto, o Doutor deixa transparecer outros impertinentes.

Ao citar "negros" das fazendas adjacentes que atravessavam para a vila, Dr. Brein dá a entender que as fazendas estavam localizadas nas ilhas adjacentes à vila, de onde os "negros" atravessavam. Ele finaliza este caso dizendo que "não atravessam para o seu destino com assiduidade", o que se supõe que os "negros" não deixaram de fazer, apenas não fazem com a mesma assiduidade de antes. Outra questão suspensa é quem são estes "negros"? O Juiz não dá menção neste ponto. Possivelmente ele não sabia, por não ter sido possível à patrulha

[119] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2296, Correspondências de Juízes, Cairu (1828/1888) (19 de setembro de 1830), (Grifo meu).

capturá-los. Neste caso, é provável que fossem escravizados transitando durante a noite, para sociabilizar sem os olhares vigilantes dos senhores, ou mesmo escravizados fugidos que transitavam durante a noite para sociabilizar com menos chances de serem recapturados.

A passagem escrita sobre o "escravo de fora" é da mesma forma tácita. Apesar de enfatizar que era um "escravo de fora acostumado a vir" e estava "armado com instrumento de ferro", o juiz não esclarece nenhum dos fatos apresentados, apenas enfatiza que o levou ao pelourinho e apresenta um novo fato para justificar essa punição: ter furtado uma canoa. Mas afinal, de onde era esse "escravo"? O que fazia na vila de Cairu à noite se não morava ali? Por que andava armado? A falta de resposta para estas perguntas suscita retomar a questão inicial. Será que realmente a principal preocupação das autoridades era os furtos de canoas praticados por escravos? Não me parece que as canoas eram bens de alto custo para justificar os gastos com patrulhas permanentes. Ainda que as canoas constituíssem equipamentos indispensáveis para a locomoção dos moradores insulares, com valor agregado relevante[120], sua perda não gerava mais prejuízo do que um escravizado longe da propriedade de seu senhor. Então, por que o juiz não apontou a fuga como sendo o principal motivo para justificar as chibatadas aferidas sobre o escravizado?

No ano seguinte desse ocorrido, foi publicada a Postura municipal comentada acima. Além do artigo 11 sobre as penas atribuídas a "qualquer pessoa que aprisionar algum escravo fugido no mato ou mocambos" já citado, outros sete artigos foram publicados na mesma Postura, muitos dos quais estavam relacionados às práticas enfatizadas pelo juiz Brein na carta endereçada ao Presidente da Província. Assim, o Artigo 12 fala sobre Infraestrutura urbana; o Artigo 13 fala dos animais soltos nas ruas da vila; o Artigo 14 regulamenta as medidas e prazos de validade dos produtos comercializados nas tabernas; o Artigo 15 proibiu o porte de "faca de ponta, ou outro instrumento agudo" de ferro (como o escravo de fora que portava uma arma de ferro); o Artigo 16 estabelece as punições para quem portasse "cacete, pás, ou cepa grosso, que não seja bengala de compor"; o Artigo 17 proíbe falar mal das leis e autoridades; e o Artigo 18 trata dos furtos em quintais nas roças de cereais orquestrados por "escravos e forros". Antes de terminar, na última linha, o Artigo 18 cita ainda: "na mesma pena incorrerão aqueles que furtarem canoas nos portos desta vila e seu termo" [121].

[120] As canoas eram objetos mencionados nas listadas de declaração dos inventários com certo valor financeiro.

[121] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Postura. Maço 856, Posturas, Câmara de Cairu (1830/1886) (21 de outubro de 1831).

Ao que parece, a Câmara de Cairu não considerava os furtos de canoas como uma ilicitude hedionda. Este quesito foi o último a ser abordado pela Postura e estava associado a outro problema, aparentemente de maior importância: o furto de cereais dos quintais. Igualmente me pergunto quais eram os motivos dos moradores roubarem cereais nos quintais das casas em uma região onde a maior produção das fazendas era de farinha de mandioca e outros gêneros alimentícios? Ao que parece, o Juiz articulou logo com os representantes da Câmara para atualizarem as leis municipais, a fim de abordarem todo o tipo de ilicitude que ele havia mencionado ao presidente da província. Possivelmente assim ele teria maiores argumentos para justificar a importância das patrulhas das guardas municipais. Mas ainda resta saber qual era a preocupação basilar do Presidente da Província que o levou a autorizar o início das patrulhas de guardas na vila?

A carta deixa clara a intenção do juiz em associar o desaparecimento de canoas, com a "liberdade" que os escravos habitualmente dispunham no deslocamento entre as fazendas, vilas e outros ambientes do município. A patrulha efetivada na vila de Cairu, provavelmente, impedia a travessia de escravos de fazendas localizadas na ilha adjacente, Tinharé. Esta última ilha é maior em comparação com a ilha sede. Na ocasião, havia muitas fazendas com poucos escravos, nenhuma fiscalização e muita mata.

A preocupação com a facilidade que os escravos possuíam no trânsito entre a vila e as diferentes ilhas da região não era infundado. Desde o começo do século XIX, a situação do Recôncavo era de intensa revolta por parte dos escravos. Como vimos, os trabalhos haviam aumentado com o aquecimento da economia açucareira e com isso diminuía o abastecimento de alimentos nos engenhos e na capital. Os escravos estavam trabalhando mais e se alimentando menos. Entre 1827 e 1831, uma onda de levantes ocorreram em senzalas de diferentes municípios do Recôncavo (Reis, 2012, p. 105). Talvez o maior deles tenha acontecido em 1828, quando um grupo formado por mais de 40 escravizados do engenho Novo, propriedade do poderoso coronel Rodrigo Antônio Falcão, localizado no coração da zona canavieira, no município de Iguape, incendiaram todas as senzalas e invadiram a casa-grande saqueando e destruindo móveis e objetos. A senhora escapou com vida, mas tiveram mortes, principalmente, de crianças. Depois os escravizados de outros engenhos também se levantaram e assaltaram os demais engenhos que não haviam se levantado. Houve conflito entre os rebeldes e libertos que trabalhavam nos engenhos e com os escravizados que resistiram ao levante, principalmente os afrodescendentes. O levante foi combatido pelos

trabalhadores livres da redondeza que se organizaram para revidar com dureza (Reis, 2012, pp. 110-111).

Apesar das trágicas notícias, as autoridades da Província não encaminharam guardas, pois faltavam contingentes mesmo para a defesa de Salvador uma vez que os recrutas haviam sido encaminhados para os preparativos da guerra contra o Uruguai. O historiador João José Reis conta que o presidente interino D. Nuno Eugênio encaminhou munições e recomendou ao comando das tropas sediadas em Santo Amaro a intensificação do patrulhamento das estradas. "O objetivo era impedir que escravos de diferentes engenhos se comunicassem entre si, prendendo a todos que transitassem fora dos seus engenhos sem permissão escrita dos senhores" (Op. Cit, p. 112)[122].

O temor estava instaurado entre os administradores e senhores de escravos da Bahia. Existia uma rede de comunicação entre os escravizados, por onde circulavam as intenções de um levante organizado, que talvez não estivesse restrito ao Recôncavo. Um ano depois do episódio ocorrido no engenho Novo, o Juiz de Paz Suplente da comarca de Valença, Manoel Joaquim, informou à autoridade Provincial sobre a facilidade com que escravizados fugidos, com quilombos formados no povoado de Galeão, atravessavam o canal em direção à vila de Valença.

Assim escreveu o Juiz:

> *Contando-me no dia 29 do mês passado* ***ter atravessado do Povoado do Galeão*** *para as imediações desta Vila uma* ***grande quantidade de negros fugidos, que ali se haviam aquilombado****, oficiais logo ao Encarregado do Comando Militar desta Comarca, o Tenente Coronel Francisco Cardozo Pereira de Mello para estender Patrulhas armadas para esta Vila, e seus arredores, a fim de se frustrar qualquer tentativa de hostilidade que aqueles malvados* ***reunidos aos aquilombados nas matas*** *desta Vila pudessem projetar contra seus pacíficos habitantes.*
>
> *Dando-se prontamente providências à mesma requisição, tem-se conseguido a prisão de alguns, mas ainda não a destruição dos quilombos.*[123]

[122] Archives du Ministére des Relations Extérieures - AMRE, Paris, *Manoires e1 documents. Brésil*, vol. 5, fl. 159-159v. Carta de D. Nuno Eugênio de Assis e Seilbiz para o comandante das Armas, Bahia, 18 de abril de 1827.

[123] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (02 de abril de 1829) (Grifo meu).

Parece que a comunicação entre as autoridades municipais existia e funcionava. O temor arrebatado pelo Juiz Suplente de Valença ao ver os quilombolas de Galeão, atravessando o canal para a sua cidade, era compartilhado por todas as autoridades coloniais na época. Tanto que em menos de um ano o Presidente da Província autorizou o emprego de patrulhas em Cairu, onde antes nunca havia sido utilizado tal serviço. Isso explica também a preocupação do Juiz Domingos Grein ao tomar conhecimento dos "negros" atravessando para a vila. Consciente dos acontecimentos, apesar de não os citar, ele supõe que os negros fossem quilombolas. Não era novidade que as matas da ilha de Tinharé abrigavam quilombos. No entanto, para iniciar a formação desses assentamentos clandestinos era necessário plantar sementes e esperar que germinassem. Isso explicaria os furtos nas roças e nas canoas. Explica também a preocupação do uso de facas de ponta e outros instrumentos agudos. E finalmente explica a principal razão que levaram o Presidente da Província a conceder guardas para a patrulha na vila.

Como os locais menos acessíveis eram propícios para levantar os quilombos, as matas insulares de Tinharé receberam escravos fugidos das fazendas do entorno e da sede do município, Cairu, formando importantes e permanentes quilombos históricos. Considerando, neste período, o registro de prisões em Morro de São Paulo de fugitivos escravizados do Recôncavo, possivelmente "escravos de fora" fugidos de comarcas mais distantes buscavam acoitamento nos quilombos de Tinharé. A mesma ilha tinha uma longa face voltada para o continente, inclusive, onde era a barra do rio Una, com acesso para a cidade de Valença. Neste período Valença era o principal município da região, com as terras mais produtivas e prestes a se industrializar com a fundação da indústria Valença têxtil, em 1844. O povoado de Galeão, por sua vez, era o melhor ponto de acesso entre a ilha de Tinharé e as terras de Valença. Como se sabe, Galeão está localizado em frente a foz do rio Una. Consequentemente, não é por acaso que os quilombolas utilizassem o povoado como acesso na travessia para o continente.

Como o Juiz Manoel Joaquim salientou, Valença já contava com quilombos formados em suas matas. Havia algum tempo, os quilombolas de Valença praticavam o saque coletivo nas estradas. Em grupo, eles apropriavam-se das cargas e de "alguns dinheiros" dos senhores que usavam a estrada para escoar os produtos. Esta insegurança incomodava os senhores,

principalmente pelos prejuízos que os roubos lhes proporcionavam[124]. Ao que parece, o Suplente estava ciente de toda a situação. Ele tratou imediatamente de implantar as estratégias recomendadas pelo presidente interino D. Nuno Eugênio, solicitando ao encarregado do Comando Militar "estender Patrulhas armadas" na vila e seus arredores, a fim de impedir qualquer plano que resultasse do encontro entre os dois grupos subversivos.

Entretanto, "esquemas de controle como este só podiam dar resultados parciais. Não impediriam uma nova revolta" (Reis, op. cit., p. 112), novos assaltos ou a extinção dos quilombos. Utilizando a frase de Sidney Chalhoulb: o temor que isso ocorresse continuava sólido como uma rocha (Chalhoub, 1990, p. 193). Alimentados pelo fantasma das experiências do Haiti, as tentativas e sublevações das senzalas se disseminaram na capital baiana e no interior, promovidas principalmente por africanos. Como consequência, seus ecos ressoaram por toda a província.

A rede de comunicação entre os escravizados e quilombolas era ampla e estava em permanente funcionamento, envolvendo barqueiros, marinheiros, carregadores dos portos, dos cadeirinhas de arruar, aguadeiros, quituteiras, tabuleiras, até as escravas domésticas nas cozinhas da casa do senhor e outros escravizados que tinham funções de deslocamento entre as vilas, povoados e fazendas, como também, posições estratégicas no espaço urbano onde a população escravizada circulava, a exemplo, dos "cantos", mercados e feiras, portos, fontes, etc. (Oliveira, 1996, p. 176).

Isso ocorria mediante uma rede de comunicação boca-a-boca, que começava quando um navio atracava trazendo um novo carregamento de africanos. Uma rede capaz de interligar pessoas de diferentes freguesias, mandando e recebendo notícias e informações na "boca miúda" ou, para utilizar a expressão adequada do século XIX, no "correio de nagô" (Oliveira, 1996, p. 178). Os escravizados que conspiravam a revolução inspirados pelas conquistas do Haiti, sabiam que a estratégia de sucesso era vincular o levante rural ao urbano, "e os quilombos pareciam proporcionar pontos de contato que podiam facilitar aquele vínculo" (Schwartz, 1996, p. 389).

[124] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (08 de janeiro de 1827).

3.6. COMÉRCIO CLANDESTINO QUILOMBOLA.

Provavelmente, a presença dos quilombolas em Galeão chamou a atenção dos agentes do poder público para o povoado, estreitando a representatividade da administração municipal. A princípio, a questão é saber qual a função do povoado de Galeão para os quilombolas? O povoado não era um quilombo neste período, haja visto a presença da Capela. Por ser um local de ligação entre a ilha e o continente, os quilombolas tiveram alguma influência no povoado? Quais?

Em 1833, os vereadores da Freguesia de Boipeba acham por bem criar o distrito de Galeão, com juiz de paz para a Capela de São Francisco Xavier. O novo distrito ficou responsável pelas terras da ilha de Tinharé, desde "o rio Tapitanga e o Caratingui, abrangendo o terreno do Tapitanga, a Capela do Galeão pertencente pelo Juiz de Paz, a Capela do Morro, ambas filiais da Freguesia de Boipeba, vulgo velha (...)"[125]. A preocupação dos administradores com o povoado é tão notória, que eles nem cogitaram criar a sede do distrito em Morro de São Paulo, onde seria mais apropriado, considerando a infraestrutura formada pela capela, forte e povoado. Em Galeão, o distrito se resumia ao povoado delimitadao pelo entorno do sopé do morro que dá acesso à capela de São Francisco Xavier, e ao seu arraial, formado pelas fazendas dos pequenos lavradores escravistas.

Com base na documentação histórica da lista dos proprietários de Cairu, o historiador Marcelo Dias apresenta em sua tese de doutorado, os nomes dos lugares existentes no arraial de Galeão e a relação dos seus produtos. Classificados entre as categorias "Povoado, aldeia ou lugar", o documento descreve "Pegica, Molumbi, Sororó (...)" e outros lugares, com "vários moradores". Entre 1790 e 1799, estes lugares eram constituídos de fazendas produtoras de "madeiras (de casas e construção, como tabuados de vinhático, potumuju, cedro e louro), arroz (bom), café (pouco), algodão (pouco), legumes (pouco), piaçava, casca de mangue e de murici, coquinho e cordoarias", além de "pescados e zimbo" (Dias, 2007, p. 256).[126] Os nomes dos mesmos três lugares – Pegica, Molumbi e Sororó – foram registrados pelo capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto, ainda no século XVIII, ao nomear as praias que se seguiam para o sul, após contornar o povoado de Galeão (Dias, 2007, p. 249).

---

[125] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2296, Correspondências recebida de Juízes, Cairu (1828/1888) (20 de dezembro de 1833).

[126] A principal fonte da informação do historiador é: ABN, vol. 37, p. 1-22; 102-117.

Já no século XIX, outro documento encontrado no Arquivo Público do Estado da Bahia, também cita os nomes desses lugares. O documento é uma carta escrita no ano de 1832 pelo juiz de paz, Dr. José de Souza Vieira, endereçada ao Presidente da Província, para justificar as razões que levaram o primeiro a estabelecer duas rondas de guardas no distrito de Galeão. O documento descreve com detalhes a paisagem colonial e a ocupação demográfica, justificando que além do povoado próximo a igreja de São Francisco Xavier, o distrito contava também com um extenso "arraial" formado por fazendas habitadas por seus proprietários, familiares, agregados e escravizados.

O juiz escreveu a carta em uma residência na fazenda Tororó, localizada no arraial de Galeão. A denominação Tororó é a corruptela de Sororó, mencionada na documentação do século XVIII. Ao longo da carta, o juiz informa que o arraial de Galeão compreende uma extensão de uma légua e fornece outros apontamentos sobre a demografia da região:

> *(...) no* ***Arraial do Tororó e Pegica****,* ***onde habitam*** *perto de* ***vinte proprietários****, porém muitos* ***agregados*** *e* ***jornaleiros*** *empregados em onze embarcações navegáveis destes lugares e no fabrico de outras e construção de madeiras, couquilho e piaçava próprias do lugar e mais de* ***cento e vinte escravos*** *dos mesmos proprietários.* [127]

A presidência da província havia sido assumida pelo Visconde de Monserrate em maio daquele ano. Antes disso, o Juiz Souza Vieira recebera ordem do presidente antecessor para que as rondas das guardas municipais fossem restritas à área do povoado, que era mais habitada. No arraial, as fazendas e trilhas nas matas, os caminhos que ligam as sedes das fazendas, senzalas, portos, estaleiros, roças, casebres e tabernas, não havia necessidade de rondas, por serem "lugares despovoados", e não apresentarem necessidade de "manutenção da ordem". Por isso, o juiz Vieira escreveu para informar informar ao Visconde sobre seu equívoco, pois "mais de cento e vinte escravos" e "muitos agregados e jornaleiros" habitavam e trabalhavam nas cerca de vinte fazendas localizadas ao longo de uma légua, entre Pegica e Tororó.

Essa população vivia do trabalho nos estaleiros, na extração de madeira, coquilho e piaçava, além do trabalho agrícola nas plantações de mandioca. Pelos dados do Juiz, estima-se que a população do arraial de Galeão era em torno de 250 pessoas (considerando uma média

[127] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (30 de julho de 1832). (Grifo meu).

de quatro pessoas por família e mais três agregados por proprietário), habitando duas dezenas de fazendas em uma extensão de menos de 7 quilômetros ao longo do canal que separa a ilha do continente. Assim sendo, o povoado de Galeão abrigava maior número de pessoas, algo em torno de 500 habitantes (o dobro das fazendas). Estes valores são compatíveis com a demografia do final do século XVIII, quando o "presídio do Morro e Galeão" juntos contavam com "1.300 almas".

O Juiz Vieira cita o número de vinte proprietários entre Tororó e Pegica. No entanto, os dados do Registro de Terras da Freguesia de Boipeba mostram um total de 49 lotes de terras identificados no arraial de Galeão, entre os anos de 1857 e 1858. Segundo o levantamento realizado por Gerluce Uzêda[128], as denominações Pegica, Tororó e Molumbi não eram fazendas, mas localidades que abrangeram diferentes propriedades. Os 49 lotes identificados encontravam-se em 12 locais diferentes. São eles: Pegica (11 lotes), Pigiquinha (1 lote), Tapera do Pegica (1), Molumbi (6), Molumbi Grande (2) e Tororó (12), totalizando 33 lotes de terras. Essas pequenas propriedades eram habitadas tanto por escravizados quanto por homens livres agregados e empregados temporários, que seguiam jornadas de trabalho, segundo descreve Vieira.

A presença de agregados na ilha de Tinharé remete ao século XVI, como vimos, na presença de Domingos Saraiva, o primeiro fazendeiro do local. No século XVIII, período de formação das fazendas, os agregados eram forros e trabalhadores livres pobres, que não possuíam propriedades para explorar e, por isso, recebiam de favor íntimo um trato de terra a título gratuito para trabalhar e morar com sua família. Em troca, os agregados deviam ao proprietário contraprestação de serviços não econômicos. Para Gorender (2016), eles eram uma reserva de mão-de-obra, tendo utilização residual em tarefas fora da rotina produtiva, configurando uma "expressão econômica marginal ou inteiramente nula para os grandes proprietários rurais". Entre suas utilidades, os agregados constituiam um corpo de clientes políticos ("curral eleitoral" ou como cita o autor "eleitores de cabresto"). Outra importante função desempenhada pelos agregados era o de guardião da propriedade do senhor. Nisso,

[128] APEB Maços – 4826 – Registro de terras da Freguesia do Divino Espírito Santo – Boipeba – Comarca de Valença – Livro de 1857 a 1858 – Vigário Collado Balbino Francisco Silva Britto, enviado em 31/01/1860. A pesquisa de Gerluce Uzêda foi desenvolvida para elaboração de dissertação de mestrado em história regional e local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). As informações foram gentilmente fornecidas através de conversas e trocas de e-mails, pouco antes de seu falecimento. Infelizmente ela não chegou a concluir a dissertação, fato de grande pesar para familiares, amigos e interessados nas pesquisas históricas de Cairu e região.

compreende-se uma relação de confiabilidade em que o agregado defendia a propriedade do senhor, podendo envolver ações violentas e criminais, enquanto o segundo, por sua vez, garantia-lhe a defesa jurídica e impunidade (Gorender, 2016, p. 321).

No entanto, o contexto de Galeão, onde a produção econômica era o cultivo de diferentes gêneros alimentícios – com atenção para a mandioca, o café e o arroz (nesta época) –, e o extrativismo de madeira, piaçava e coquilho, a participação do agregado deve ter se aproximado das características do escravizado no que tange sua atuação de multifunções, envolvendo a prática da brecha camponesa e trabalhos especializados. Inclusive, muitos dos agregados eram forros e seus descendentes, que mesmo depois de conquistarem a liberdade não abandonavam a população da senzala, preservavam os laços de parentesco e fortaleciam as relações familiares. Alem de prestarem serviços "não econômicos" aos proprietários, como o de guardiões, os agregados também comercializavam seus produtos junto com os produtos do senhor da fazenda e dos cativos, dividindo o frete e adquirindo maior rendimento no valor das mercadorias para ambas as partes (Gomes, 1995).

Interessante que o documento histórico menciona a denominação "Mata", localizado entre Morro de São Paulo e Galeão, como um dos lugares produtivos da frequesia de Boipeba, (Dias, 2007, p. 257)[129]. Posivelmente, essa denominação se refere aos produtos de pessoas que não se apresentavam pelo nome de um lugar específico. Tal fato, aguça a curiosidade para saber por que os nomes desses lugares não foram mencionados? Quem são esses produtores que identificam seu lugar como "Mata"? Será que eram quilombolas inseridos na economia regional como clandestinos, sem mencionarem sua localidade por precaução?

A continuação da carta escrita pelo juiz de paz esclarece o assunto e expõe o motivo pelo qual as rondas são necessárias no arraial de Galeão:

> *(...) não havendo as rondas mais fácil vem a povoação inúmeros negros fugidos que existem aquilombados nas entranhas das matas destas fazendas unidas do Tororó à Galeão, venderem e comprarem afeitos à manutenção dos escravos e de outros que os mantém.*

O trecho sinaliza que os quilombolas habitavam "as entranhas das matas" das fazendas, não muito distante do povoado. Pela facilidade de locomoção e falta de patrulha, eles

[129] As fontes do historiador são: "Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao Príncipe Regente por Baltazar da Silva Lisboa em 1808. 1 doc. Original, 52 f. Ms 512 (58, doc. 52)"; e Relação exacta da Comarca de Ilhéus, IHGB: Lata 44, doc. 31.

frequentavam o povoado de forma clandestina. A grande quantidade de pretos e pardos lhes permitiam transitar sem serem notados. Para isso, eles contavam com uma rede de sociabilização, envolvendo a população das senzalas e "outros que os mantém". O juiz não cita quem são os outros por que os desconhece, ou não tem como comprovar, mas deixa claro que, além dos cativos, outros habitantes de Galeão fazem parte da rede comercial quilombola.

Desde os estudos sobre Palmares, Edson Carneiro descrevia as produções dos quilombos como policultura voltada a abastecer "as vizinhas, entregues à monocultura ou sujeitas à precariedade da lavoura de mantimentos" (Carneiro, 1958, p. 22). Rompendo com a ideia do quilombo isolado na mata, distante da sociedade, vivendo de sua autonomia produtiva, Carneiro tratou o quilombo como um grupo aberto, estabelecendo relações com a sociedade do entorno, negociando seus produtos para adquirir outros bens que lhes faltava. Segundo Carneiro, a economia quilombola tinha como base dois eixos principais: a lavoura e o artesanato. "Os frutos da terra, os animais de caça e pesca, a cerâmica e a cestaria dos negros, trocavam-se por ferramentas industriais e agrícolas, roupas, armas de fogo e outros produtos de manufatura" (Carneiro, 1958, p. 22).

Outro pesquisador que aborda o tema da economia quilombola é José Alípio Goulart. Para ele, Palmares teria sido uma exceção, não servindo de parâmetro para discutir o fenômeno quilombola. Goulart retrata os pequenos quilombos sendo formados não muito distante das fazendas onde seus membros serviam. Para se sustentar, os quilombolas tornavam-se fornecedores de mercadorias aos comerciantes locais. As condições do comércio ilegal praticado com os quilombolas, cujo preço de venda variável era quase exclusivamente a base de troca, favoreciam os mascates e regatões, tornando-se parceiros dos quilombolas. Para garantir seus benefícios com esse negócio, os comerciantes contribuíam na rede de proteção e sobrevivência dos quilombos, comprando e vendendo mercadorias assim como informando sobre atividades das forças repressoras (Goulart, 1972).

Para a capitania de Minas Gerais, Carlos Guimarães relata as atividades dos quilombos na base de uma intensa "rede comercial clandestina" de compra e venda de ouro e diamante extraídos por eles e comercializados por gêneros não produzidos nos quilombos. Os vendeiros faziam carregamento na vila de água-ardentes, farinhas, rapaduras e o mais necessário para venderem nos quilombos, onde os moradores estavam entregues a atividade do garimpo. A convivência era habitual, na iminência de alguns escravos irem ao quilombo durante o dia para "conversar com os negros fugidos" (Guimarães, 1988, pp. 24-26).

A realidade social de Galeão permite traçar paralelos parecidos com os descritos acima. Todavia, as atividades desenvolvidas nos quilombolas de Tinharé foram próprias de sua realidade local. Segundo as atividades produzidas nas fazendas, pode-se pensar que os quilombolas estivessem empenhados na produção agrícola de raízes e cereais, como também frutas e leguminosas, além de mariscos e peixes. As terras no interior da ilha são mais férteis do que as próximas a costa, favorecendo-os na produção de gêneros alimentícios para a própria subsistência e comercialização do excedente com os escravizados das senzalas, agregados e comerciantes do povoado. Não seria uma surpresa constatar que alguns escravizados e mesmo os agregados frequentavam os quilombos em busca de variar o cardápio da senzala. Como os escravizados da região eram responsáveis pela maioria de sua alimentação, a negociação com os quilombolas era uma forma de manter sua autonomia e fortalecer uma rede de comércio clandestino que lhes favorecia.

A capacidade de penetração dos quilombolas na economia se confundia assim, com a participação dos agregados e escravizados a partir da comercialização do excedente produzido nas fazendas. Com a diferença da quantidade e do tempo dispendido na produção (fatores difíceis de serem desvendados), a atuação desses segmentos se confunde na economia colonial, por comporem o mesmo seguimento social dos trabalhadores desprovidos de propriedades. Os terrenos cultivados por ambos eram, em sua maioria, localizados na periferias das propriedades, para não influenciar a área de produção do senhor da fazenda. Ao exaurir o potencial agrícola de um determinado lugar, sempre abriam novas frentes de trabalho, em locais de solos férteis, geralmente no interior das matas.

Estudos sobre a tipologia das roças de pequenos produtores rurais desde o período colonial servem como ensaio para pensar as técnicas de compartilhamento das lavouras de escravizados, agregados e quilombolas. Segundo Oliveira (2012), faz parte da materialidade das roças manter bem visíveis a demarcação dos limites de suas parcelas amanhadas, com o plantio de espécies destacadas, como, por exemplo, os abacateiros, as bananeiras, os mamoeiros, pés de abacaxi ou ananás. Os caminhos até os roçados também são marcados por algumas dessas espécies. “Tal prática representava uma maneira sutil de individualizar o território e estabelecer o domínio da terra, sem causar rupturas na continuidade do espaço da parcela cultivada” (Oliveira, 2012, p. 769).

Nas regiões florestais, onde a sucessão da vegetação ocorre com maior pujança, essas técnicas são especialmente aplicadas. Após os anos de pousio, os terrenos cedidos às lavouras

são recobertos pela mata, dificultando a identificação. Somente os habitantes conhecedores dos lugares e dos procedimentos, conseguem distinguir os antigos locais de roçado encobertos pela vegetação (Pantoja Franco et al., 2002, pp. 252-253). Geralmente, as roças dos agregados e escravizados contribuiam para o proprietário espandir a área produtiva da fazenda e preparar frentes que poderiam ser aproveitadas. Até o início do século XX, essa categoria de espaço foi essencial para ativar a economia mercantil e abastecer núcleos urbanos e rurais (Gomes, 1995, p. 83).

Os portos eram outro ambiente de trabalho das fazendas de Galeão. Configurados como pequenas enseadas em meio a vegetação de mangue do canal interno do estuário ou em um córrego que fornecesse acesso ao canal, os portos possuiam rústicos estaleiros, onde as madeiras retiradas das matas eram tratadas e utilizadas na fabricação de peças e "embarcações navegáveis". Para tais serviços especializados eram preferencialmente empregados os artesãos, os quais recebiam pagamentos em moedas. Estes eram pessoas menos fixas nas fazendas, com acordos de jornadas de trabalhos, poderiam residir nas vilas ou povoados e pernoitar temporariamente nas fazendas. A partir do final do século XVIII, a crise na exportação do açúcar impulsionou os senhores de engenho a substituírem os trabalhadores especializados brancos estrangeiros pelos africanos e seus descendentes livres e libertos (Schwartz, 1988, pp. 272-274). Provavelmente esta configuração ocorreu em Galeão antes dos outros lugares, pois o emprego de libertos nos trabalhos mais técnicos dos estaleiros, contribuiu para o maior rendimento dos pequenos proprietários rurais, que ofereciam salários menores aos egressos da escravidão. Vale lembrar também, que artesãos da região de floresta da África sempre foram reconhecidos pela habilidade no trato com a madeira, como pode ser apreciado pelas estatuetas das regiões da África ocidental e central, onde predominava a floresta equatorial e tropical (*e. g.* Carneiro da Cunha, 1983; Salum, 2017).

Ainda segundo os dados históricos, os quilombolas poderiam ser fornecedores de madeira para os estaleiros, comercializando com os jornaleiros e agregados, como também com alguns proprietários complacentes ao comércio clandestino, por conta de seu benefício rentável. Apesar do agregado possuir condições econômicas muito semelhantes aos escravizados, vivendo de sua própria força de trabalho e dependente das terras e favores dos senhores, eles tinham direito a adquirir propriedades, diferentes dos escravizados, e sua condição social não os inseria na clandestinidade, como ocorria com os quilombolas. Os agregados e jornaleiros tinham acesso à lugares e pessoas que, muitas vezes, os quilombolas

não tinham condições de estabelecer negócios direto. Desta forma, estes atores sociais atuavam como intermediários entre os quilombolas de Tinharé e comerciantes diversos, incluindo proprietários avessos ao comércio clandestino. Como o documento do juiz de paz sugere, grande parte dos jornaleiros de Tinharé trabalhavam nos estaleiros, por isso é provável que o comércio de madeira era uma atividade rentável aos quilombolas que habitavam as matas da ilha, onde existiam as melhores madeira neste período

Caso semelhante ocorreu nos quilombos do Recôncavo carioca no mesmo período. Na obra "Histórias de Quilombos", Flávio Gomes mostra a complexidade e autonomia desse comércio clandestino promovido pelos quilombolas. Mais do que a simples troca de gêneros excedentes, os quilombos produziam artigos direcionados à demanda do mercado, incluindo encomendas de alguns produtos. Segundo ele, "para além de fugitivos e regatões, dele participavam proprietários de escravos que os utilizavam como intermediários" e os próprios escravizados que "tinham seus interesses e faziam seus próprios negócios". Por consequência, tantos agenciadores em um negócio ilegal faziam com que fossem gerados conflitos em meio aos benefícios. "Alguns fugitivos e quilombolas poderiam se tornar reféns e/ou dependentes de seus protetores, inclusive aqueles escravos". Por serem a base do comércio ilegal, os quilombolas eram a parte mais frágil das negociações, acumulando créditos não pagos pelos seus consumidores. Situações como estas frequentemente acabavam em brigas e quebras de alianças, pondo a segurança dos quilombos em risco (Gomes, 2006, pp. 74-75).

Para além dos conflitos latentes, o mesmo autor mostra como os quilombolas do Recôncavo carioca participaram de uma ampla rede comercial no século XIX, extremamente lucrativa aos taberneiros da região. O pesquisador detectou na documentação da época, a lenha como principal produto dessa rede comercial. Os taberneiros funcionavam como intermediários entre as lenhas vendidas pelos quilombolas e os negócios regulares na Corte. Eles adquiriam as lenhas com os quilombolas em troca de "gêneros alimentares de pouco valor" e "conseguiam bons negócios" na Corte, onde a lenha era muito apreciada. "Ao que tudo indica, quilombolas podem ter monopolizado parte desse comercio de lenha na região, controlando as várias saídas dos rios" (Op. Cit., p. 41).

Este quadro é bastante pertinente para a realidade de Tinharé, onde no século XVIII o comércio de madeira teve como consumidor final o Paço Imperial de Lisboa. No início, a abundância da mata existente próximo das encostas dos rios e canais permitia que os carregamentos de madeiras boas para a exportação fossem rapidamente concluídos. Com o

tempo, a intensidade da atividade de extração causou redução das matas e a procura pelas madeiras comercializáveis tornou-se cada vez mais difícil, exigindo maior penetração nas matas, onde era território quilombola ou indígena. Existem relatos dos indígenas atacando os entrepostos de extração de madeira, principalmente na porção continental, onde era parte do território Guerém (Dias, 2007, p. 242). Desconheço qualquer documento ou bibliografia que mencione os quilombolas impedindo ou participando da extração de madeira na região. Ainda assim, a hipótese é sugestível e o tema pode não estar explícito na documentação histórica, exigindo uma atenção extra do historiador.

Como vimos, a comercialização ilegal de madeira foi amplamente praticada na região. Quando o frete da madeira era particular, muitas madeiras de extração ilegal foram encaminhadas para Salvador e de lá comercializadas como madeiras legais. Não existem relatos da procedência destas madeiras. Como veremos, os rios e canais que dão acesso ao interior da ilha são difíceis de navegar com barco e podiam ser facilmente barrados com troncos e estacas. Além disso, os jornaleiros e agregados empregados nos estaleiros funcionariam como intermediários entre os quilombolas e os senhores, que fariam vistas grossas sobre a origem da madeira, mais interessados nos lucros.

No caso de Tinharé, parece que os taberneiros não estavam envolvidos no comércio ilegal de madeira, pois havia a infraestrutura dos estaleiros para isso. Por outro lado, existiam as lenhas do mangue, muito comercializadas principalmente no século XIX, para alimentar as fornalhas dos engenhos do Recôncavo. A comercialização desta lenha passou a ser taxada pela câmara em meados do século XIX, assim como a comercialização dos "líquidos espirituosos", conhecido popularmente como cachaça. Todos estes produtos eram comercializados nas tabernas. Vale lembrar que as tabernas eram fiscalizadas. O artigo 14 da postura municipal publicada em outubro de 1831 estabeleceu fiscalizações mensais nas tabernas para evitar "produtos corrompidos"[130]. Sabemos que os escravizados frequentavam as tabernas, onde consumiam diversos produtos entre eles, a cachaça. Certamente as bebidas não eram vendidas de graça, havendo negociação. Se havia negociação entre taberneiros e escravizados, provavelmente, os taberneiros também se relacionavam com os quilombolas, vendendo e comprando produtos destes, à base de troca.

[130] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Postura. Maço 856, Posturas, Câmara de Cairu (1830/1886) Artigo 14 (21 de outubro de 1831).

A taberna era o melhor lugar para os escravizados e quilombolas fazerem negócios. Primeiramente porque, como vimos, além da relação comercial, as tabernas proporcionavam outros vínculos sociais. Conforme Flávio Gomes aponta para o Rio de Janeiro do século XIX, as tabernas eram lugares onde investiam horas de conversas e promoviam "divertimentos de danças próprias" (Gomes, 1995, p. 97). Mais do que apenas comercial, era também um lugar de sociabilização democrático, onde as relações de cumplicidade eram estabelecidas. Segundo, porque o quilombola poderia adquirir muitos dos produtos que precisavam nas tabernas. Caso os taberneiros não disponibilizassem de algum produto, eles saberiam onde conseguir. E terceiro, porque os produtos do quilombo eram aceitos na taberna. Tanto os gêneros alimentícios, quanto as lenhas de mangue poderiam ser comercializadas na taberna. O pescado não me parece um produto comercializado pelos quilombolas. Como a pesca era – assim como hoje ainda é – muito praticada na região, seu produto era pouco absorvido no comércio local[131]. Algumas pescadas secas, talvez, mas, principalmente, a carne de caça e de animal eventualmente roubado dos senhores tinham adesão nestes estabelecimentos. Aliás, parece que estes aceitavam todo tipo de produtos roubados e não apenas dos quilombolas, mas de escravizados também[132].

Assim, as tabernas funcionavam como pontos de sustento para o quilombo, estabelecimentos comerciais nas vilas e povoados que faziam parte de sua rede de sociabilização. Semelhante ao contexto do Rio de Janeiro, as autoridades de Cairu e Boipeba sabiam destas relações e por isso estabeleceram fiscalização frequentes nestes armazéns. No entanto, os produtos quilombolas que chegavam nas tabernas, como a madeira do mangue, por exemplo, quando saiam do município (em direção ao Recôncavo ou à capital), tinham sua comercialização taxada pela Câmara. Ou seja, as autoridades municipais também tinham interesses nos produtos que os quilombolas comercializavam, mas os administradores faziam vistas grossas por serem práticas ilegais. Em outras palavras, a sociedade escravista negou o quilombo, ainda que alguns setores tirassem proveito de sua situação ilegal, sendo beneficiados por sua produção e comercialização.

---

[131] Atualmente os pescadores tem a possibilidade de comercializaem seus produtos com os hotéis e pousadas locais. Antigamente isso não ocorria. Ver Capítulo 1.

[132] Sobre a relação de donos de armazéns de secos e molhados envolvidos no comércio de bens roubados por escravizados, no Rio de Janeiro, ver Chalhoub (1990, pp. 240-241).

3.7. A AMEAÇA DOS QUILOMBOS EM GALEÃO.

De volta ao documento escrito pelo juiz de paz, a continuidade da carta apresenta os critérios utilizados para escolher os dias e horas a "estabelecer patrulhas" nos lugares considerados pelo presidente da Província como "desabitados". Em sua descrição, o Dr. José de Souza Vieira demonstra conhecimento da paisagem descrita e percepção da paisagem desconhecida. Ele fez questão de assinar a carta com a indicação de sua localização no Tororó, para frisar que conhecia e frequentava as fazendas do arraial. Porém, seu conhecimento geográfico se limitava à porção de terra banhada e o trecho percorrido de barco pelo canal. Dificilmente ele conheceria as trilhas e lugares no interior da ilha e das matas das fazendas. Estes lugares eram inóspitos à população branca não trabalhadora, especialmente à um jurista público, que se mantinha nas sedes, próximo aos portos.

Não obstante, o Dr. Vieira demonstra uma ótima percepção desta paisagem desconhecida por ele, ao apresentar sua estratégia para manter a ordem escravista nas fazendas e povoado:

> [Manter as] *patrulhas nas noites de sábado e domingo sempre das seis horas da noite até as doze por serem urgentes e convir mesmo a conservação e tranquilidade de* ***inúmeras famílias situadas desde o Tororó até o Galeão***, ***distância de uma légua***, *toda habitada de proprietários e agregados, havendo pela distância duas patrulhas, uma no Galeão onde é a sua capela popular, e outra no Arraial do Tororó e Pegica (...)* [133]

Então, cerca de duas dezenas de fazendas com cerca de 120 escravizados ao todo e mais o mesmo tanto de agregados e familiares dos proprietários habitavam aquela região. Muitos deles passavam a semana nas fazendas e regressavam para o povoado e vilas nos fins de semana, quando frequentavam a feira e os mercados. Ou ainda moravam no povoado e visitavam diariamente a sede das fazendas. Possivelmente, a presença de quilombos na ilha contribuía para os senhores de maior poder aquisitivo morarem em locais mais acessíveis e vigiados (como as vilas e povoados) e frequentarem constantemente suas fazendas, onde mantinham administradores. Os que não tinham capital suficiente para manter mais de uma casa, residiam com a família, os agregados e os escravizados na fazenda, mesmo com a

[133] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (30 de julho de 1832). (Grifo meu).

presença dos quilombos em lugares imprecisos. Esse assunto será retomado na segunda parte da tese, a partir da interpretação dos vestígios arqueológicos.

Os quilombolas estavam nas *matas*, próximos ao povoado ou mais distantes do povoado e mais próximos das fazendas, no interior da ilha. Pela documentação histórica não se sabia onde ao certo. Por ora, o que parece certo, é haver relação dos quilombolas com os habitantes ou, ao menos, com alguns habitantes do povoado.

Novamente, a estratégia de implantar patrulhas de guardas municipais contemplava a orientação da administração da província. Como os quilombos não podiam ser destruídos, ao menos os escravizados deveriam ser controlados e a mobilização dos quilombos mantidos sobre vigilância.

> *E só as rondas foram o único meio que evitou virem os fugidos a povoação, como antes vinham (...) não só negociarem, como* ***roubarem gados e toda a criação****:* ***violentarem aos cidadãos nos caminhos por tomarem armas, estuprarem****, e como tem sucedido* ***conduzirem as mulheres e crianças para os ranchos e aos escravos pacíficos para os seguirem principalmente as fêmeas****, e finalmente assassinarem e espancarem os que com eles não capitulam, como se sucedeu com um de Raimundo Muniz, que morreu de um tiro dentro da própria casa na fazenda de seu senhor. Outro de D. Maria da Conceição que foi esfaqueada e morreu. Por vezes tem sucedido ferirem mortalmente a outros. (...).*
>
> E continua: *(...) seduções dos escravos pacíficos, a ponto de haver ocasião de proprietário de oito escravos todos fugirem.* [134]

Os furtos sempre foram praticados pelos quilombolas. Parece mesmo que esta era a principal queixa das autoridades e dos moradores contra os quilombolas. Desde o século XVIII, os quilombos são mencionados pelas autoridades em meio a queixas de "roubos e insultos por eles causados". Isso porque os aquilombados empreendiam incursões às fazendas, centros urbanos, povoados e estradas, para apropriarem-se de gêneros alimentícios, sementes, ferramentas ou até mesmo dinheiro. Eles buscavam produtos de valor que não produziam nos quilombos, para uso próprio (como as ferramentas, por exemplo), ou para negociarem com vendeiros, como já dissemos.

---

[134] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (30 de julho de 1832). (Grifo meu).

A elite branca em geral tinha os quilombos como uma ameaça. Embora se beneficiassem da situação de clandestinidade dos quilombolas, a presença destes assentamentos era sempre mais perigosa do que benéfica por conta dos prejuízos dos roubos, "sedução" dos escravizados e latente ameaça de insurgência que rompessem com a ordem escravista. Nestes casos, a relação entre os quilombolas e a população da senzala aparece nos comentários das cartas como um ponto de temor das autoridades. Em muitos casos, as investidas contra as propriedades dos senhores para execução de furto ou uso da força tinham o apoio dos escravizados ou mesmo eram agenciadas por estes. Em 1834, no sul do país, na cidade de Pelotas, foram documentados assaltos dos quilombolas chefiados por Manuel Padeiro contra as fazendas de charqueadas da região, quando receberam a ajuda dos cativos que "participavam de ataques, sem acompanharem, a seguir, os quilombolas" (Maestri, 1995, p. 58).

Como percebe-se pelo relato do juiz, em Tinharé muitos escravizados também compactuavam com os quilombolas e aderiram à sua causa, ao ponto de todos os oito escravizados de um senhor terem se juntado aos quilombolas. Nas palavras do jurista, os escravizados são descritos como vítimas da "sedução" dos foragidos. Todavia, sua percepção soa um tanto quanto egocêntrica. Ao que parece, os quilombolas da ilha de Tinharé planejavam ampliar a população dos quilombos. Os meios por eles utilizados não eram pacíficos, especialmente em relação aos brancos. Ao contrário, envolvia roubos dos bens do senhor e aliciação de seus escravizados nas senzalas. Alguns dos escravizados que não compactuavam poderiam sofrer consequências violentas, como ser forçados a seguirem com eles ou mortos para evitar delações. Mesmo com os agregados, jornaleiros e taberneiros, a relação de benefício mútuo poderia facilmente escorregar para uma relação de desconfiança e perseguição. Ao pretender ampliar sua rede de sociabilização e suporte, o quilombola, na condição de pessoa clandestina, corria o risco de ser flagrado por desconhecido ou ser traído com a denúncia de alguém conhecido. Em qualquer um dos casos, o foragido não hesitava em utilizar a violência.

O recrutamento forçado de escravos pelos quilombolas é um fato comumente presente na documentação histórica. Inclusive na documentação sobre Palmares, o rapto de mulheres foi bastante documentado. No entanto, a documentação escrita pelos brancos deve ser analisada sobre um olhar crítico. As mulheres são figuras raramente mencionadas na documentação histórica dos quilombos. Na contramão deste silêncio constrangedor, várias

comunidades quilombolas possuem mulheres em posições de liderança[135]. Por isso, vale ressaltar o protagonismo das mulheres nas histórias dos quilombos no Brasil.

3.8. O PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS

No pensamento histórico colonial, a imagem feminina foi mantida associada ao espaço doméstico, principalmente aos serviços culinários e cuidados com a família. A mulher aparece descrita como sujeito fragilizado, submisso à figura masculina. As razões para isso são discutíveis, mas devem levar em conta a estrutura machista da sociedade, cujos autores dos documentos representavam. São comandantes de tropas, Capitães de entradas, juízes e outras autoridades políticas e policiais falando sobre fujões, bandidos, assassinos, ilegalidades, deixando pouco espaço para temas como famílias, gestação, alianças e atuação política das mulheres. Movidos pela intenção de combate com os quilombolas, salvo raras exceções, o ambiente militar tinha como principais alvos os homens (Gomes, 2015, p. 39). Porém, tanto no campo quanto na cidade, as mulheres africanas e afro-brasileiras assumiram papeis importantes na articulação de fugas, formação de quilombos, envenenamento de senhores, sabotagens silenciosas no cotidiano da casa-grande, participação dos levantes na Bahia, além de serem peças fundamentais na manutenção de laços afetivos e formação das redes de sociabilização (comunidades) de apoio à causa da liberdade dos africanos e afrodescendentes escravizados no Brasil.

Em todas as vilas do Brasil colonial, as "negras vendeiras" que adotaram a venda de gêneros alimentícios em tabuleiros, dominavam as cenas urbanas nos espaços públicos. A prática foi trazida da África Central Ocidental, onde as *Kitandas* (na língua quimbundu) eram vendedoras de tabuleiros responsáveis pelo abastecimento de gêneros alimentícios, além de tecidos, agulhas, facas, copos, canecas, garrafas, espelhos etc. Atravessando o Atlântico, esse tipo de negócio adquiriu novas características no Brasil. Exercido pelas escravas de ganho, forras ou libertas, o comércio das quitandeiras esteve restrito à venda de gêneros alimentícios nos espaços urbanos (Gomes & Soares, 2002).

---

[135] Para exemplificar algumas comunidades quilombolas formadas pelo protagonismo histórico de mulheres, podemos citar o Campinho da Independência, no município de Parati/RJ (Gusmão, 1990; 1996); Açudes, na Serra do Cipó/MG (visita do autor); Onze negras, em Cabo de Santo Agostinho/PE (Santos, 2012); Saracura, em Santarém /PA (Amaral, 2009, pp. 179-206); entre muitas outras.

Embora elas contribuíssem com a alimentação da população das cidades, onde havia sérios problemas de abastecimento, também representavam insegurança no sistema de controle sobre a escravidão. Desfrutando de maior autonomia entre os escravizados no espaço urbano, as mulheres vendeiras sociabilizavam diariamente com diferentes figuras durante seu trabalho. A maior mobilidade dessas mulheres permitiu que exercessem importante papel na organização nos levantes contra a oligarquia escravista. Distribuídas pelas cidades em locais estratégicos, conversando com todos os transeuntes, elas propagavam ideias de luta e transgressão contra a sociedade opressora (Bonomo, 2015). Em Salvador, as quitandeiras foram acusadas de apoiar a revolta dos malês, fornecendo comida e conspirando com os rebeldes na noite do levante na ladeira da Praça. Embora José Reis não endosse a existência de registros oficiais que comprovem a participação de Luiza Mahin nesta e em outras revoluções escravistas em Salvador, a afirmação de seu filho, Luiz Gama de que sua mãe era nagô na Bahia, trabalhava como quitandeira e havia participado de insurreições de escravizados que não tiveram efeito (Reis, 2012, pp. 301-303), foi suficiente para militantes adotarem essa personagem como referência da participação das quitandeiras tanto na revolta do Malês, em 1835, quanto na Sabinada em 1837, tornando-se bandeira popular da participação das mulheres nas revoltas escravistas.

Conquanto, outras mulheres despontam como figuras de liderança mais bem documentadas na luta contra o sistema escravista. As histórias dos quilombos no Brasil possuem fortes exemplos da participação das mulheres, configurando como rainhas, feiticeiras e guerreiras das comunidades de escravizados fugidos. Uma destas personagens é Tereza de Benguela, líder do já comentado quilombo do Piolho, em Mato Grosso. De acordo com o documento que relata a expedição contra o quilombo, Tereza era denominada rainha no quilombo, presidindo o parlamento, onde as decisões eram tomadas "sem apelação nem agravo" [136]. No combate contra a entrada das forças repressoras, ela incentivou todos a lutarem com posse de armas. Os que não fugiram foram capturados junto com sua rainha. Escreveram que ela se suicidou pouco tempo depois (Farias Jr., 2011).

Na microrregião de Cametá ou região do Tocantins, no Pará, há outras evidências históricas do desempenho da mulher representando a força, a coragem e a desenvoltura do destino quilombola. Desta forma, Felipa Maria Aranha assumiu a liderança do quilombo

[136] Anal de Vila Bela de 1770 (*apud* Farias Jr., 2011).

Mola, em meados do século XVIII. Localizado na cabeceira do Igarapé Itapocu, um braço do Rio Tocantins, o referido quilombo abrigou mais de 300 pessoas que ali viveram sob o comando de Maria Aranha até sua morte natural. Consta que ela e outras mulheres assumiam funções de destaque, normalmente exercidas pelos homens, como caça, construção de casas, construção de ferramentas e barcos (Pinto, 2014, pp. 99-101).

Outra mulher que é considerada heroína na história do Brasil é Maria Felipa de Oliveira (data de nascimento desconhecida – faleceu em 4 de julho de 1873). Nascida na ilha de Itaparica, ela era escrava filha e neta de escravizados. Após lograr sua alforria, ela dedicou a vida na luta contra a opressão que o cativeiro causou à seus ascendentes. Ela era marisqueira em Itaparica, onde aprendeu a jogar capoeira e se engajou no Movimento de Libertação, na Independência da Bahia, em 1823. É célebre o episódio quando ela juntou mais 40 companheiras para ludibriarem os soldados e marinheiros portugueses, dando uma surra neles de cansanção (planta que dá uma terrível sensação de ardor e queimadura na pele), enquanto incendiavam suas caravanas de guerra (Silva, 2018, p. 36; Farias, 2010, p. 54).

Além de tantas outras mulheres africanas e afrodescendentes que participaram da história em todos os estados do Brasil. Suas façanhas atravessaram os séculos, quando não registrado nos documentos, foram sim transmitidas pela oralidade popular, como é o caso das figuras lendárias de Palmares: Dandara, Aqualtune e Acotirene. A força que estes nomes carregam domina o imaginário popular até os dias de hoje, como expressão e modelo da luta contra a escravidão. Ao mesmo tempo que inflama os movimentos negros e a classe trabalhadora, gera temor e fragilidade na classe dominante. Talvez seja esse um dos principais motivos que justifique o imenso silêncio historiográfico e documental sobre essas mulheres negras. Rompendo o silêncio da historiografia hegemônica, a oralidade tem ecoado a história delas durante todos estes anos como símbolo de subversão, coragem e valentia (Cristina & Tristan, 2018). Ecos como estes devem ser reverenciados.

Por isso vale mencionar outra “extraordinária mulher”, personagem da luta quilombola contra a escravidão, que nos fará retomar os acontecimentos em Galeão na primeira metade do século XIX. Trata-se da revolta do quilombo Urubu, no subúrbio de Salvador, no ano de 1826. Em dezembro daquele ano, os africanos e afrodescendentes de Urubu “esperavam a chegada de muitos escravizados de Salvador, na véspera de Natal, ocasião em que planejavam invadir Salvador para matar os brancos e conseguir a liberdade”. Ao se prepararem, roubaram carne e farinha de mandioca em Cajazeiras, no distrito de Pirajá, para levarem ao quilombo,

quando foram flagrados por uma família de lavradores. Temendo serem denunciados, eles atacaram as testemunhas e deram início à revolta, assaltando várias casas nas redondezas. No dia seguinte, milícias de Pirajá e patrulhas enviadas de Salvador atacaram o quilombo, onde havia cerca de cinquenta homens e "algumas mulheres". Entre as mulheres, Zeferina atuou como líder, animando os guerreiros para que não se dispersassem, enfrentou os soldados armada de arco e flechas. Ela era considerada rainha no quilombo e, depois de capturada, teve o título reconhecido pelo presidente da província (Reis, 2012, pp. 100-102).

3.9. OS QUILOMBOS DO INTERIOR DA ILHA DE TINHARÉ.

Assim como no subúrbio de Salvador, a relação entre quilombolas e a população das senzalas de Tinharé eram bastante próximas. Os quilombolas frequentavam as senzalas, assim como os escravizados das senzalas também deveriam frequentar os quilombos da ilha. É de supor que as primeiras fugas com intenção de formar os quilombos eram praticados por homens e mulheres sem filhos pequenos. Assentamentos iniciais, sujeitos a combates e maior mobilidade para escapar das perseguições não deveriam ser frequentados por mulheres com crianças. Depois de formados e, com maior segurança e infraestrutura, os quilombolas poderiam voltar para resgatar suas companheiras, filhos e outros familiares e amigos.

Assim, o que na narrativa do administrador da ordem pode parecer "sedução de escravo pacífico" ou "assalto de escravas", para os quilombolas a lógica seria a de conservar ou retomar laços fraternos e familiares. Podemos imaginar desta forma, os quilombos estabilizados na ilha de Tinharé formados por mulheres e homens cuidando das crianças e protegendo suas casas. Mulheres e homens que não eram responsáveis por crianças de colo arriscavam-se no meio da noite, entre os caminhos dos matos, percorrendo o interior das fazendas, escapando das patrulhas das guardas municipais. Frequentando as senzalas e o povoado, principalmente nos dias de comércio, para vender e comprar mercadorias de seus contatos, fortalecendo sua rede de sociabilidade, com quem trocava além de mercadorias, também informações sobre eventuais incursões de capitães-do-mato contra os quilombos.

Entre uma viagem e outra, eles também saqueavam gado e criação dos fazendeiros com quem não possuíam relações de confiabilidade. Uma postura municipal publicada em 1859, regulariza a criação de gado na vila e povoados, "podendo amplamente criar-se por não haver

lavoura de consideração alguma"[137]. A carne de gado não fazia parte da dieta dos escravizados e tampouco da população livre pobre. A criação bovina na ilha era um privilégio dos senhores.

Os quilombolas também procuravam se munir de armas necessárias para a caça e proteção do quilombo. Quando topavam com pessoas que não eram de sua confiança, o uso da violência era justificado como questão de sobrevivência. Neste caso, me ocorre a famosa frase de Malcom X: "Não confunda a reação do oprimido com a violência do opressor". A violência dos quilombolas exaltadas pelos administradores letrados da elite branca, pode ser vista, na verdade, como uma reação à perversa condição da escravidão, na qual a violência humana está intrínseca.

Por isso, os quilombos de Tinharé representaram a reação dos escravizados à sua condição social. A falta de maiores informações sobre articulações de levante escravista na região do Baixo Sul, como ocorreram na mesma época no Recôncavo baiano, não significa que os quilombolas ignoravam os acontecimentos. A mobilidade e articulação entre escravizados fugidos de Galeão e Valença, assim como entre quilombolas e a população das senzalas sinaliza para uma possível articulação contra escravista. Nesse ponto, os quilombos funcionavam como lugares de resistência à escravidão e lastro social para as brechas de liberdade da população escravizada.

Por isso, os lugares onde estes assentamentos foram formados, eram estrategicamente escolhidos, para não serem facilmente encontrados por aqueles que desejavam destrui-los. Na continuação da correspondência, o juiz Vieira indica a localização aproximada dos quilombos e a guarnição necessária para destruí-los:

> *Finalmente Excelentíssimo Senhor, vários quilombos existem nestas matas, nas que se calculam, mais de cinquenta escravos, vindo também de outros lugares que vagam desordenando nas noites de sábado e domingo na Povoação, amedrontam aos habitantes, os prejudicam com os continuados roubos de gado e seduções dos escravos pacíficos (...) e só com as patrulhas nas indicadas noites, no espaço destas mesmas experimenta-se muito melhoramento, mais pacificação nos escravos e sossego de espírito nos habitantes, que não negociam com os fugidos, só com algumas arraltadas* [preparados]. *Das guardas, nos lugares mais próximos, foram presos, por vezes seis, e não tenho podido destruir os dos quilombolas do*

[137] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Postura. Maço 856, Posturas, Câmara de Cairu (1830/1886) Artigo 1 (17 de setembro de 1859).

> *centro, na forma que a lei me incumbe, por precisar mais força divergida em vários cercos, para o que não se tem querido prestar os guardas, com pretextos da falta de armas, sustentação e pagamento que me exigem e não sei como hei de remediar por cinquenta pessoas pelo menos necessárias por pegarem toda mata desta ilha uns oito dias.*[138]

O juiz deixa transparecer sua definição de quilombo. Ele cita que "vários quilombos existem nestas matas, nas que se calculam, mais de cinquenta escravos". Em seguida diz: "nos lugares mais próximos, foram presos, por vezes seis, e não tenho podido destruir os dos quilombos do centro". Ao que indica, ele prendeu seis escravos fugidos que se encontravam habitando lugares próximos, mas não conseguiu prender os fugitivos que habitavam os quilombos localizados no centro da ilha. Nota-se que desde 1740, a definição de quilombo foi estabelecida pelo Conselho Ultramarino como sendo "toda habitação de negro fugido que passem de cinco em parte despovoada ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles". Ou seja, o Juiz tinha conhecimento da definição jurídica do termo e fez uso dela para promover os seus feitos e justificar a necessidade de mais recursos para as guardas municipais.

Ao mencionar que foram presos quilombos em lugares próximos, o juiz apresenta a paisagem de Tinharé formada por diversos casebres construídos no interior das fazendas, não muito distante das sedes, habitados por fugitivos da escravidão. Caso a autoridade jurídica não tenha ludibriado os fatos, pode-se supor que os escravizados mantinham casas para serem utilizadas como refúgio nos piores momentos de suas relações com os senhores. Muitos escravizados poderiam, inclusive, manter-se nas senzalas e cultivar roças nesses casebres próximos, reconhecidos como quilombos pelo ávido juiz em desmembrar a estrutura armada pelos escravizados adeptos às fugas.

Assim, os quilombos de Tinharé foram lugares estruturados para manter o lastro da população escravizada na busca por espaços de liberdade. No quilombo, a população escravizada adquiria papel social diferente do praticado na senzala. Eles tinham liberdade para expor sua personalidade e conhecimentos em uma relação não mercantil, com pessoas que conheciam sua história ou teriam condições para conhecê-la. Nesses quilombos, o escravizado

---

[138] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (30 de julho de 1832).

adquiria uma função, o africano poderia retomar seu nome de origem, as vezes falar sua língua nativa, e desenvolver suas seitas e cultos à natureza sem repressão.

Além disso, o quilombo funcionava para eles como trunfo na "economia moral" estabelecida com seu senhor. Caso o senhor não estivesse cumprindo com suas obrigações, como alimentá-lo por exemplo, ele teria motivos para negociar mais tempo livre para cuidar de sua roça. Estando responsável pelo seu próprio alimento, o senhor não faria questão de saber onde ele levantou roça. E caso houvesse desentendimento entre as partes, o quilombo era seu porto seguro para passar alguns dias ou mais tempo. Assim, o escravizado fazia parte da comunidade do quilombo. Mesmo quando não era um morador permanente, ele ajudava na manutenção e sustento do quilombo.

Segundo o juiz Vieira, além desses casebres mais próximos das sedes das fazendas, existiam mais de cinquenta fugitivos, sendo que alguns dos escravizados eram fugitivos de "outros lugares". Certamente, o informado juiz tinha conhecimento dos "escravos de fora" presos e relatado pelo juiz Brein dois anos antes. Possivelmente, prisões de escravizados de outras regiões já ocorriam com certa frequência na ilha, como também não deixaram de ocorrer por conta das patrulhas, como mostra a documentação apresentada por Lara Santos sobre as prisões ocorridas no Morro de São Paulo, em Boipeba e nos distritos de Valença, de escravizados fugidos das fazendas do Recôncavo (Santos, 2004).

Observa-se que o Juiz escreve a carta "de uma residência [em] Tororó". A partir do local de onde escreve, ele deixa claro sua perspectiva de que os "outros lugares" são para além do povoado de Galeão e suas fazendas. Assim, os quilombos da ilha de Tinharé funcionavam como uma referência para os fugitivos do entorno, incluindo outros povoados da ilha, como também fugitivos da vila de Cairu, da vila de Valença e sua porção continental, e até mesmo, de regiões mais afastadas.

Finalmente, ele cita não ter "podido destruir os dos quilombolas *do centro*". Embora soubesse sobre a existência de assentamentos de fugitivos formados no centro da ilha, Vieira não tinha conhecimento ou não fez questão de especificar como eles estavam estruturados, se em casebres concentrados em uma ou mais comunidades ou espalhados no interior da ilha sem um ponto concêntrico. O objetivo do juiz, era obter "mais força" do contingente da guarda e realizar "vários cercos" para destruir os quilombos do interior da ilha. Certo está que os quilombolas estavam organizados e que o local ou os lugares escolhidos por eles não eram

aleatórios, mas contemplavam fatores de segurança e mobilidade, fundamentais para manter a rede de sociabilidade por eles estruturada. A consciência sobre esta estruturação espacial e formas de sociabilização organizadas pelos quilombolas era onde repousava o temor das autoridades, principalmente por serem locais inacessíveis a eles e, por isso, sem a vigilância e controle da elite branca.

Mas então, onde eram estes lugares? Como eles estavam estruturados? Quais eram os materiais e estruturas produzidas por estes fugitivos? Como os assentamentos quilombolas estavam inseridos na paisagem da ilha de Tinharé? As respostas destas perguntas não são possíveis apenas pela documentação histórica. As pessoas responsáveis pela documentação escrita sobre os quilombos não tinham acesso à realidade destes lugares. Segundo apuramos até o momento, estes quilombos foram formados a partir do povoado de Galeão e através das relações diretas de sociabilidade com alguns de seus moradores. Então, nada mais assertivo do que procurar responder estas perguntas a partir da percepção da paisagem dos seus ascendentes e dos vestígios deixados pelos seus antepassados, reconhecidos por eles como quilombolas. Assim, com a permissão e participação dos quilombolas de Galeão, peço a licença para adentrar nos lugares encantados do território quilombola da ilha de Tinharé, para contar um pouco do que me foi permitido saber e compartilhar sobre o que está preservado na paisagem e memória desse povo, que ainda hoje resiste nas terras que herdaram de seus ancestrais.

SEGUNDA PARTE:

ARQUEOLOGIA QUILOMBOLA NA ILHA DE TINHARÉ



Foto: Fabio Guaraldo

> *Até que os leões tenham suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça* (Provérbio africano).

Esta segunda parte da tese apresenta a pesquisa arqueológica desenvolvida na Ilha de Tinharé, através do trabalho etnográfico com a comunidade quilombola de Galeão. Seguindo o objetivo principal da tese de desvendar a paisagem a partir do olhar dos moradores de Galeão e sua temporalidade, os capítulos que seguem descrevem o conjunto de sítios mapeados com seus materiais arqueológicos e estruturas e analisa tanto sua formação intra-sítio, quanto entre-sítios desde sua inserção na paisagem. Alguns desses sítios revelam um período de ocupação que extrapola a escala temporal que a memória das anciãs alcança. Não obstante, todos os sítios estudados contemplam os períodos históricos de presença africana e afrodescendentes em Tinharé, isto é, são sítios do período colonial, imperial ou republicano.

Nos três capítulos que se seguem, a paisagem histórica de Galeão é desvendada a partir de seus domínios espaciais. Como vimos, a documentação histórica apresenta a paisagem de Galeão formada por dois domínios espaciais conhecidos: o Povoado e o Arraial. Além desses, existe uma vasta extensão da ilha desconhecida: a Mata. A pesquisa nos sítios arqueológicos confirmou essa estrutura espacial e identificou os lugares da Mata, desconhecidos pelos letrados, mas habitados pelos quilombolas e compartilhados por seus cumplices/apoiadores. Cada um desses domínios são apresentados individualmente, um em cada capítulo, a partir da análise dos sítios e vestígios arqueológicos mapeados.

A partir da relação entre os dados etnográficos, históricos, arqueológicos e geográficos, a história diacrônica da paisagem quilombola é revelada, com seus domínios espaciais, lugares significativos e sítios arqueológicos. No sétimo e último capítulo, o movimento de transformação dessa paisagem é abordado através da análise conjunta dos três domínios espaciais e suas materialidades. Evidentemente, a organização dos capítulos antecipa a análise paisagística apresentada no último capítulo, principalmente, quanto à divisão e estrutura de seus domínios espaciais. No entanto, o objetivo do sétimo capítulo é explorar a temporalidade da paisagem quilombola de Tinharé, para inferir sobre o processo de formação da atual comunidade de Galeão.

Para isso, a discussão percorre a escala temporal da memória, das narrativas históricas e histórias orais dos moradores. Procura estabelecer ligações entre a materialidade e o conjunto

de ações individuais, relações coletivas e fatores sociais que levaram à transformação, ressignificação e formação dos lugares presentes na paisagem cultural de Galeão, desde a segunda metade do século XIX até a segunda metade do século XX. Ao finalizar dessa forma, a análise diacrônica percorrida ao longo da tese contempla uma perspectiva sincrônica ao estabelecer conexão entre o primeiro e último capítulo.

O trabalho etnográfico com os habitantes de Galeão, principalmente orientado pelo levantamento das histórias orais dos moradores mais antigos, desdobrou a paisagem quilombola em diferentes lugares significativos. Todos eles com nomes e biografias próprias que dão a tonalidade das relações sociais existentes em Galeão. Alguns lugares apresentaram desdobramentos maiores por apresentarem materiais arqueológicos. Outros, além dos materiais, apresentaram a mesma toponímia citada na documentação histórica e reconhecida pelos moradores locais.

Procurei explorar o tempo narrativo dos moradores envolvidos na pesquisa para conectar o tempo cronológico passivo de datação pelos contextos arqueológicos. Sem descaracterizar a temporalidade própria das narrativas, o confrontamento dos dados dos diferentes regimes de conhecimento e historicidade permitiu identificar os sítios arqueológicos, inferir sobre seu período histórico e entender sua relevância para as pessoas do presente. Este movimento metodológico permitiu confrontar a paisagem histórica colonial desvendada, com a paisagem etnográfica de escala temporal da comunidade e, assim, identificar fatores estruturantes do processo de formação e da temporalidade da paisagem quilombola de Galeão.

Formada pelas histórias e a relação entre os lugares, a paisagem quilombola de Galeão revela lugares desconhecidos na documentação histórica, mas rememorados pelos moradores locais e contextualizados pelo trabalho arqueológico. Assim, estes fatores estruturantes, por sua vez, permitem pensar a permanência nas relações sociais que se estendem na paisagem desde o período da escravidão. Como veremos, essa se revela enquanto paisagem de resistência e por isso, configura-se como domínio quilombola.

CAPÍTULO 4: O POVOADO DE GALEÃO

Como vimos, a atual comunidade de Galeão foi formada onde outrora fora um povoado colonial. A presença da igreja de São Francisco Xavier construída na década de 1620 permanece sendo o marco espacial e temporal do povoado de Galeão na paisagem insular de

Tinharé. Além da igreja, outras estruturas e materiais arqueológicos de diferentes períodos históricos espraiam-se pela comunidade. O proposito da pesquisa arqueológica desenvolvido no perímetro do núcleo de habitação da comunidade quilombola de Galeão foi levantar informações relevantes para interpretar a biografia desse lugar (Ashmore, 2009) e entender o palimpesesto que resultou no processo de formação da atual comunidade quilombola.

Para tanto, diferentes sítios arqueológicos foram mapeados, georreferenciados e caracterizados. O trabalho de georreferenciamento possibilitou interpretar a distribuição dos sítios para delimitar o perímetro do antigo povoado. Entre os sítios mapeados, o sítio denominado Malhada foi escavado e teve seu material arqueológico analisado. O estudo das peças contribuiu, entre outras coisas, para estabelecer a cronologia histórica de ocupação do lugar e, consequentemente, do povoado de Galeão.

4.1. O PERÍMETRO DO ANTIGO POVOADO

O núcleo de moradia da atual vila de Galeão ocupa uma área de aproximadamente 60 hectares, com praças, portos, escolas, terreiros, cemitério, vias de paralelepípedo, casas de alvenaria, casas de madeira e de taipa, a igreja histórica, ruinas de antigas casas e as fontes de captação de água. No entanto, antigamente, o povoado era bem menor. Segundo relatos da história oral, o povoado de Galeão se concentrava no entorno do sopé do morro onde a igreja está localizada. A gravura do povoado de Galeão feita pelos holandeses em 1630 (conforme apresentado no Capítulo 2), alude à mesma configuração espacial com as casas coloniais no entorno do morro. Além disso, algumas ruinas de casarões do século XIX e as históricas fontes de captação d'água ainda preservadas, contribuem para pensar o formato e a distribuição espacial do povoado de Galeão no período colonial e Imperial.

Conforme vimos, as fontes em Galeão são estruturas históricas que eram utilizadas como principal meio de captação d'água até 3 (três) décadas atrás, quando o sistema de abastecimento de água encanada nas residências foi instalado pela prefeitura. Entretanto, as constantes falhas no serviço de distribuição de água fazem os moradores preservarem estas estruturas em uso ainda hoje. O trabalho etnográfico desenvolvido junto com Silvio Campos, resultou no mapeamento de várias fontes na ilha de Tinharé, sendo que 10 estão localizadas no atual núcleo de moradia da vila. Trataremos aqui apenas sobre as fontes localizadas na parte alta da comunidade, por serem as mais antigas e servirem como marcadores do

perímetro do povoado no período pré-republicano. O restante das fontes será abordado nos próximos capítulos.

Sílvio conhece todas as fontes de Galeão, pois atuou em prol de sua preservação quando era agente ambiental na comunidade. Na época, ele levantou os nomes de todas as fontes. Segundo ele, os mais velhos são responsáveis pela transmissão desses nomes, mas todos da comunidade os conhecem. As fontes são prioritariamente conhecidas por chaves classificatórias com base nas suas funções, como, por exemplo, a Fonte de Beber e a Fonte de Banhar. Em outros casos, os nomes fazem alusão ao local da fonte ou à pessoa que construiu e se responsabiliza pela fonte. Segundo apurado junto com Sílvio e outros moradores, existem quatro tipos de chaves classificatórias com base em suas funções. São elas:

1. Fontes de gasto: utilizadas para lavar roupa e utensílio, lavar as casas e logradouros. Quando possível, algumas casas construíam fonte de gasto em seus quintais;
2. Fonte de banhar: lugar de limpeza pessoal, geralmente separadas por gênero. Estes lugares eram frequentados pelos moradores do povoado, tanto adultos quanto crianças. Alguns dizem que as mulheres não se banhavam nas fontes, porém há que se ponderar a influência da moral patriarcal e religiosa nessa afirmação;
3. Fonte de beber: lugares de captação para a ingestão de água. Em algumas vilas ou povoados, estas fontes abasteciam pontos de coleta de água em praças públicas, os chamados chafariz, como o exemplo da Fonte Grande, em Morro de São Paulo;
4. Fonte sagrada: lugar de religiosidade e crença, onde a água é considerada milagrosa. Geralmente, estas fontes estão localizadas em locais não muito frequentados ou de difícil acesso.

Essas mesmas chaves classificatórias levantadas no trabalho etnográfico são encontradas na documentação histórica de Cairu. Em 1831, por exemplo, uma Postura Municipal publicada em sessão ordinária na Câmara de Cairú, enfatizava no Artigo 12 que as funções das fontes tinham que ser respeitadas, "não consentindo que se lavem naquelas que servem para beber" [139]. A organização das funções das fontes influenciava o sistema de abastecimento e consumo d'água, como também, consequentemente, o comportamento e a

[139] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Postura. Maço 856, Posturas, Câmara de Cairú (1830/1886) (21 de outubro de 1831).

relação entre as pessoas. Através de determinações sobre o uso das fontes, a governança local estabelecia quais comportamentos eram esperados nos lugares determinados. Para a organização coletiva, a função das fontes sempre teve que ser respeitada.

No entanto, parece que os moradores costumavam desrespeitar as funções, principalmente, entre as fontes de gasto e de beber. Quase trinta anos depois, em 1859, outra Postura publicada carregava no Artigo 31 as funções específicas para as fontes da vila sede. Por esta Postura, as fontes da Bica, do Sul, e dos Terceiros, ficavam reservadas para o consumo, "nas quais não se poderá lavar roupa, nem outra qualquer coisa, sob pena de 8 reis, ou 12 dias de prisão"[140]. Poucos anos depois, esta mesma Postura é novamente publicada, com acréscimo do Artigo 32 sobre as funções das fontes em Morro de São Paulo. Este artigo, publicado em 1872, designa a fonte localizada "nos fundos do sobrado da Nação" (...) "para lavagem de carnes e entranhas de animais" e proíbe "a lavagem de tal objetos e de tais mais que se considera insalubre, da Fonte Grande à sua nascença"[141].

Uma das gravuras de Johann Moritz Rugendas registrou o movimento das pessoas, em torno de um Chafariz na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1835. A imagem denominada "Carregadores de água", apresenta a predominância de personagens negros descalços (Rugenda, 1835). O único branco na cena é um guarda que tenta separar a briga entre duas pessoas. Devido à grande quantidade de frequentadores diários, membros da guarda municipal eram designados para guardar posto nas fontes e demais pontos importantes de captação d'água das cidades. Suas presenças eram requisitadas para garantir o cumprimento das determinações administrativas municipais e vigiar os "conflitos e outras tantas irregularidades trazendo em sobressalto os moradores locais" (Nunes Neto, 2014, p. 144).

Percebe-se que as fontes não eram todas iguais e, consequentemente, eram lugares com atividades bem estabelecidas, as quais influenciavam no perfil de seus frequentadores. Nas fontes de água para beber, por exemplo, havia a divisão igualitária de gênero dos praticantes desse serviço. Assim como mostra o quadro de Rugendas, tanto homens quanto mulheres pegavam água em recipientes, os quais eram carregados na cabeça para distribuir na cidade. Segundo Costa, os sujeitos responsáveis por coletar água e distribuí-la na cidade eram chamados de "negros aguadeiros". Entre eles existiam os domésticos, que abasteciam as

---

[140] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Postura. Maço 856, Posturas, Câmara de Cairú (1830/1886) (17 de setembro de 1859).

[141] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Postura. Maço 856, Posturas, Câmara de Cairú (1830/1886) (22 de março de 1872).

residências específicas de seus senhores, e os de venda, cuja tarefa era carregar os barris de madeira ou potes de barro com água para oferecer nas ruas e de casa em casa (Costa, 1989, p. 82).

As fontes de lavar, por sua vez, remetem ao ofício das lavadeiras, na maioria mulheres responsáveis por lavar e passar as engomadas roupas do período colonial e imperial. A tarefa não era fácil, envolvia conhecimento e destreza para limpar os tecidos brancos e coloridos sem uso de máquina e produtos químicos. Todo trabalho era feito manualmente, com auxílio apenas da água, do sabão e do sol, nas *fontes de gasto*. "As roupas a secar ou quarar ao sol implicavam longas esperas para as lavadeiras, tempo suficiente para lavar suas próprias roupas ou cuidar de suas crianças, trazidas até o local da lavagem (...) Lavar roupa propiciava a oportunidade para a camaradagem" (Graham, 1992, p.66).

Em povoados coloniais como Galeão, onde havia proprietários com poucos escravizados, a vigilância particular sobre os trabalhadores era maior do que nas grandes lavouras de cana e café. A relação entre os escravizados e seus algozes eram próximas fisicamente, mas por outro lado, não havia tantos guardas públicos. Nessa paisagem social, as fontes eram lugares onde os coletivos de africanos e afrodescendentes se encontravam diariamente para trabalhar sem o olhar vigilante das autoridades.

Desta forma, para além de sítios de atividades específicas, as fontes devem ser consideradas lugares significativos para a história da população escravizada, liberta e livre pobre. Lugares multifuncionais formados em meio às brechas da escravidão, que contam sobre a vida da população de baixa visibilidade histórica. Mais do que apenas lugares de trabalho ou passagem, para os escravizados e escravizadas, as fontes públicas eram lugares de encontro e sociabilização, onde eles conseguiam estabelecer relações com certa autonomia. Livres do olhar vigilante de seus senhores, eles compartilhavam casos e segredos, estabeleciam e reforçavam parcerias, trocavam mensagens, planejavam fugas, solicitavam auxílio ao fugitivo, enfim, confabulavam.

Em Galeão, a manutenção das estruturas das antigas fontes na paisagem da comunidade e a preservação de suas toponímias demonstram a importância desses lugares para além do aspecto funcional. Como marcadores da paisagem histórica, as fontes são lugares de memória, lugares de manutenção de hábitos, lugares de lembranças das quais os quilombolas não querem esquecer. Ou seja, todos estes sítios são lugares de atividades diárias, rotineiramente

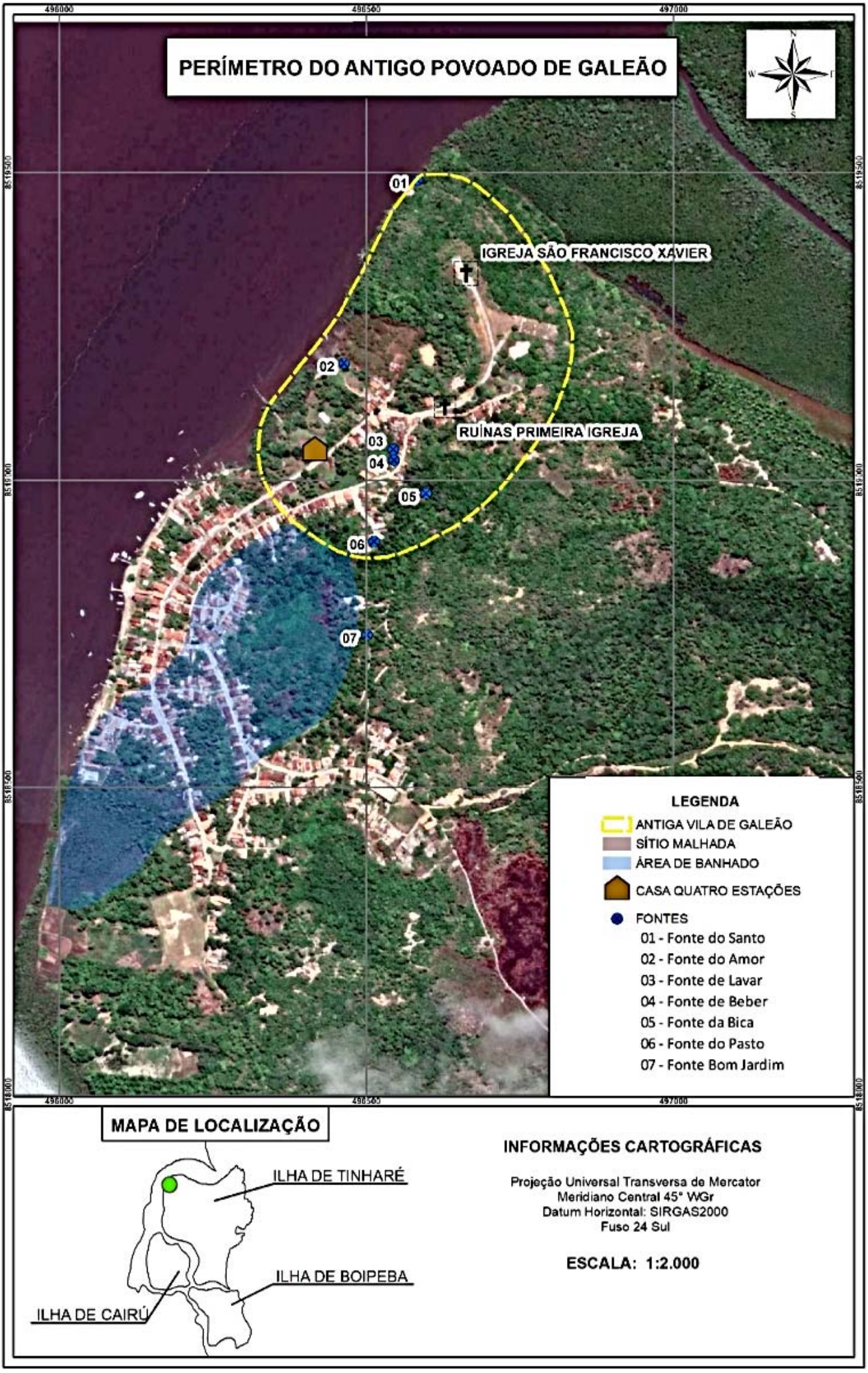
frequentados e, por isso, significativos para pensar a vida social e simbólica da população trabalhadora do antigo povoado escravista.

Abordemos então a distribuição desses sítios de atividades específicas. A parte norte de Galeão é marcada por construções históricas da elite branca ligada ao poder administrativo do município e à presença eclesiástica. Existem seis fontes históricas nessa porção da atual vila: a Fonte dos Santos, considerada uma fonte sagrada, localizada no sopé do morro da igreja, em um ponto isolado; a Fonte do Amor, utilizada para beber está localizada próxima à praia; as Fontes de beber e de lavar, ambas localizadas na rua da fonte, uma ao lado da outra; a Fonte da Bica, utilizada antigamente para banho e, por isso, localizada um pouco mais afastada; e a Fonte do pasto utilizada para beber, também (ver *Figura 18: Mapa do Perímetro do antigo Povoado de Galeão*).

Os nomes desses sítios remetem às biografias de pessoas e desses lugares, histórias de vida e atividades/funcionalidade. Quando o nome corresponde unicamente à sua função supõem-se que nada além da atividade de uso ocorreu ali, ou que seus frequentadores eram submissos a outrem e não possuíam autonomia para nomear os lugares com nomes próprios, a partir de seus referenciais. A última hipótese certamente é a mais provável, nos casos das fontes de beber e de lavar situadas na parte alta da vila de Galeão. Da mesma forma, uma única fonte de banhar sem distinção de gênero acusa número reduzido de pessoas que usavam o lugar. Vale lembrar que os senhores e suas famílias se banhavam em suas casas, com a água que os escravos domésticos buscavam na fonte, ou que os aguadeiros vendiam de porta em porta.

Havia uma distinção social estabelecida entre os espaços privados (exclusivo) das residências dos homens e mulheres brancas, e o espaço público (comum) das ruas, onde ocorriam as formas de sociabilização da população preta. A Fonte do Amor parece ter sido um dos lugares preferidos por eles. Localizada próxima à praia, o nome sugere ter sido um lugar de encontros românticos, onde homens e mulheres frequentavam para cortejar. Com a desculpa de buscar água de beber, os casais se encontravam para namorar à beira mar.

A sexta fonte está localizada pouco mais ao sul e recebe o nome de Fonte do Pasto. Aquela possui a água mais limpa da vila e ainda hoje é utilizada para beber. A toponímia da fonte sugere que sua localização era uma área de pasto ou, ao menos, sinaliza o limite da área de moradia. Como os escravizados não possuíam criação de gado, a toponímia desse lugar sugere uma atribuição desde o referencial de vida da elite branca de posse das terras, mas que


PERÍMETRO DO ANTIGO POVOADO DE GALEÃO
IGREJA SÃO FRANCISCO XAVIER
RUÍNAS PRIMEIRA IGREJA
01
02
03
04
05
06
07
LEGENDA
ANTIGA VILA DE GALEÃO
SÍTIO MALHADA
ÁREA DE BANHADO
CASA QUATRO ESTAÇÕES
FONTES
01 - Fonte do Santo
02 - Fonte do Amor
03 - Fonte de Lavar
04 - Fonte de Beber
05 - Fonte da Bica
06 - Fonte do Pasto
07 - Fonte Bom Jardim
MAPA DE LOCALIZAÇÃO
ILHA DE TINHARÉ
ILHA DE BOIPEBA
ILHA DE CAIRÚ
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul
ESCALA: 1:2.000

dificilmente frequentavam os lugares para além do núcleo de moradia do povoado. Por isso a denominação de pasto, equivalente a mato, espaço vazio, lugar desconhecido ou desabitado por eles. Este argumento adquire ainda mais sentido, considerando que a Fonte do Pasto está topograficamente alinhada às ruinas da casa denominada "Quatro Estações", configurando-se como mais um elemento da paisagem da elite branca de Galeão.

Figura 19: Fachada da casa "Quatro Estações"



Foto: Fabio Guaraldo, 2016.

A Casa Quatro Estações é outro sítio associado à população rica da região, que buscava demarcar seu espaço no povoado de Galeão. Construída pela fábrica de Tecidos Todos os Santos, no último quartel do século XIX, a edificação "Quatro estações" funcionou como uma extensão de suas instalações, responsável por gerenciar a extração e o armazenamento da matéria prima de combustão retirada na ilha de Tinharé e enviada para a operação das máquinas da indústria têxtil em Valença. Na ocasião, a tecelagem Todos os Santos cintilava confiança e modernidade como pioneira no desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil. A fábrica recebeu capital, mão-de-obra especializada e tecnologia vinda dos Estados Unidos, mais precisamente de empresários da região da Nova Inglaterra. Os primeiros proprietários foram o português naturalizado brasileiro, Antônio Francisco de Lacerda, o norte americano John Smith Gilmer e o brasileiro Antônio Pedroso de Albuquerque. Este último arrecadou integralmente o empreendimento em 1860, data em que a firma foi desfeita (Paixão, 2006).

A empresa foi forjada segundo o modelo da revolução industrial, a maioria dos operários não eram escravizados (apesar de haver 54 deles em 1860, quando a fábrica contava

com mais de 250 funcionários), mais de 50% da força braçal eram de mulheres e crianças oriundas de orfanatos e da Santa Casa de Misericórdia de Salvador (Felício, 2016, p. 5). O complexo fabril contava com uma hidroelétrica construída pelo engenheiro idealizador do projeto, o norte americano John Monteiro Carson. Também contava com casa de maquinas, armazém com cinco andares para a fábrica de tecido, oficina de retificação de peças, escola para os filhos dos operários, filarmônica, e ceia após o trabalho diário (Paixão, 2006), além da casa "Quatro Estações" construída em Galeão para gerenciar e armazenar a extração de madeira necessária ao processo produtivo.

Figura 20: Ruinas da casa "Quatro Estações"



Foto: Fabo Guaraldo, 2016

As ruinas da casa apresentam a distribuição do revestimento do piso interno e dos alicerces das paredes estruturadas e revelam uma edificação com medidas aproximadas de 10 metros de frente e 25 metros de fundo, totalizando uma grande casa de 250 metros quadrados. Possivelmente o piso remanescente nos escombros não foi instalado junto com a construção do edifício, sendo resultado de uma de suas reformas na segunda metade do século XX. Atualmente, a única parte preservada da casa é a fachada, a qual estabelece um marco monumental na paisagem da vila. Seu contraste com as demais estruturas da modesta vila sugere algumas conclusões. A observação mais latente são os traços arquitetônicos simétricos,

com a porta central e dois pares de janelas um de cada lado. O espaçamento entre as aberturas das portas e janelas lembram colunas e sobre a platibanda encontra-se balaústres clássicos. Quatro estátuas mitológicas intrigantes acompanham a simetria dos elementos em destaque. O frontão completa a arquitetura com uma voluta na forma de concha bivalve e um coroamento bem peculiar. No todo a fachada tem vários aspectos do ecletismo vigente no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. Alguns dos aspectos são a dramaticidade, expressividade, emoção, simetria, composição e uma quantidade de pastiches de diferentes estilos, como uma colagem.

Nenhum elemento remete à realidade da vida ou de fatos históricos locais. Mesmo a concha, um elemento isolado na arquitetura, não diz respeito à região. A edificação provavelmente construída pelo empresário Antônio Pedroso de Albuquerque, a partir de 1860, afirma as diferenças de realidades sociais existentes entre ele e o restante da população local, formada por grande maioria de africanos e afrodescendentes egressos da escravidão. Localizada a menos de 200 metros do sopé do morro da igreja, a edificação "Quatro Estações" está alinhada no sentido leste/oeste com a cota topográfica da Fonte do Pasto (visível na *Figura 18* pelo traçado da rua que acessa a fonte). A partir desse ponto, segue-se para sul uma baixada formando um banhado que existiu até meados do século XX, segundo informações orais.

O conjunto desses elementos na paisagem configura o perímetro do povoado até o final do século XIX. Para completar a relação das fontes mais antigas da vila, consta ainda a Fonte Bom Jardim (número 7 na *Figuar 18*), localizada justamente na antiga área de banhado, no meio do atual núcleo de moradia. Atualmente, o local está tomado de casas, porém, provavelmente até o início do século XX, a fonte era pouco frequentada, sem muito acesso, reservada da vida cotidiana do povoado. Segundo relato oral da população, a Fonte Bom Jardim era uma das "fontes sagradas", onde as beatas lavavam as peças e imagens da igreja. Tal descrição justifica sua localização em um ponto isolado ao sul do perímetro do antigo povoado.

4.2. LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO MALHADA E O TRABALHO ARQUEOLÓGICO.

Dentro do perímetro do antigo povoado de Galeão foi identificado o sítio Malhada. Localizado no sopé do outeiro da igreja de São Francisco Xavier, o sítio se estende da média

para a baixa vertente na face sudoeste do morro (ver *Figura 21*), a menos de 150 metros ao sudoeste da igreja e cerca de 70 metros a oeste dos alicerces remanescentes da antiga igreja. O sítio não foi delimitado por completo, pois sua extensão leste contempla o terreno de um proprietário que não autorizou o trabalho de prospecção arqueológica. Ao todo, a área prospectada contempla um terreno de propriedade do Sílvio Campos, equivelente a uma área de 11.500 m^2 na baixa e média-baixa vertente do morro, com um desnível de 20 metros em 120 metros de distância entre o nível do mar a oeste e a parte mais elevada do terreno a leste, na divisa com o terreno vizinho (ver *Figura 22*). Ao norte o sítio é bem delimitado pela vertente íngreme, sem vestígio arqueológico e ao sul, a construção de casas térreas e germinadas impactaram o contexto arqueológico.

Figura 21: Vista aérea da localização do sítio Malhada em relação a igreja.

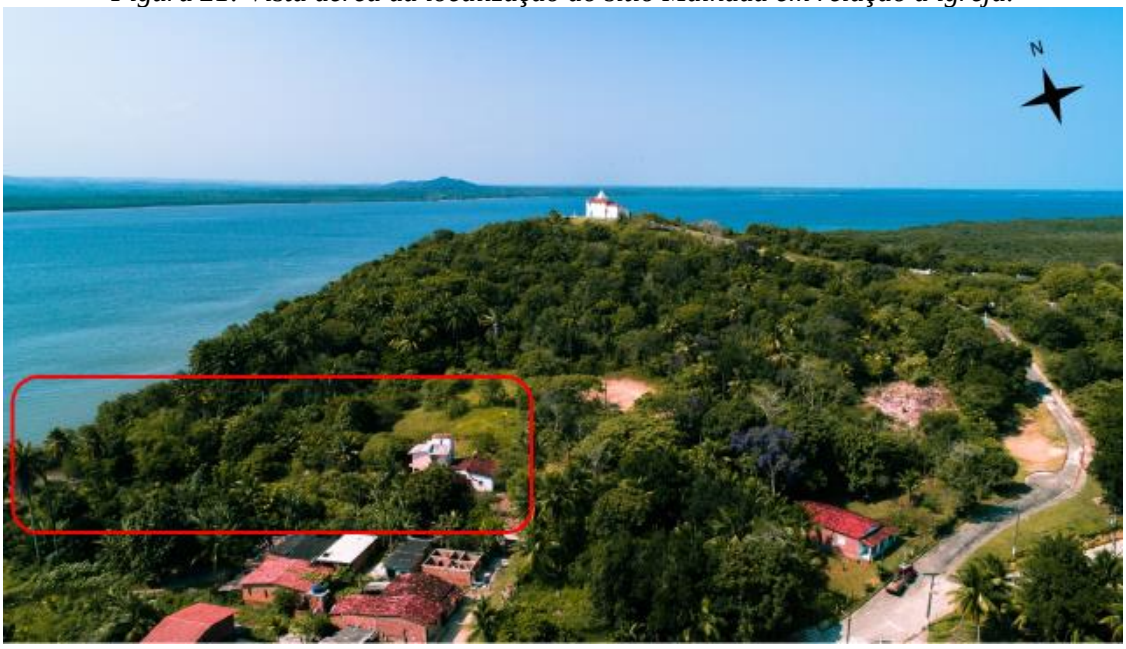
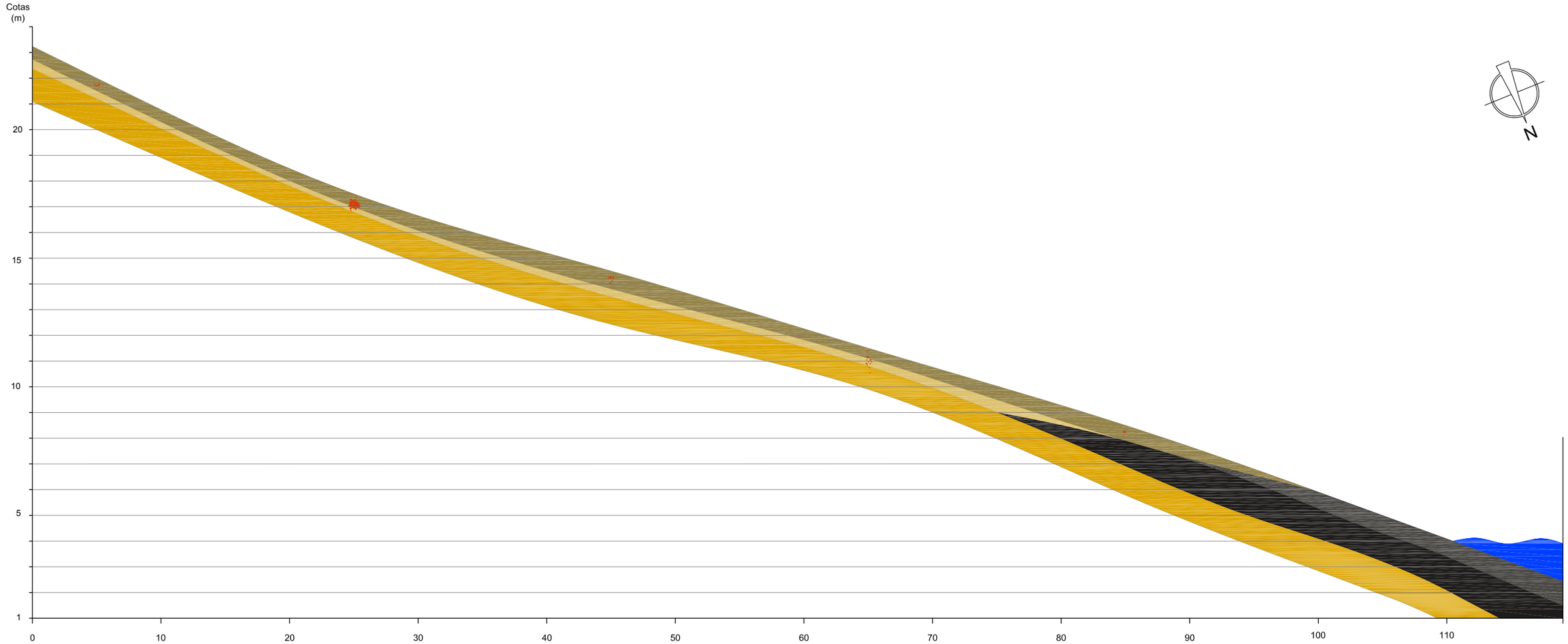
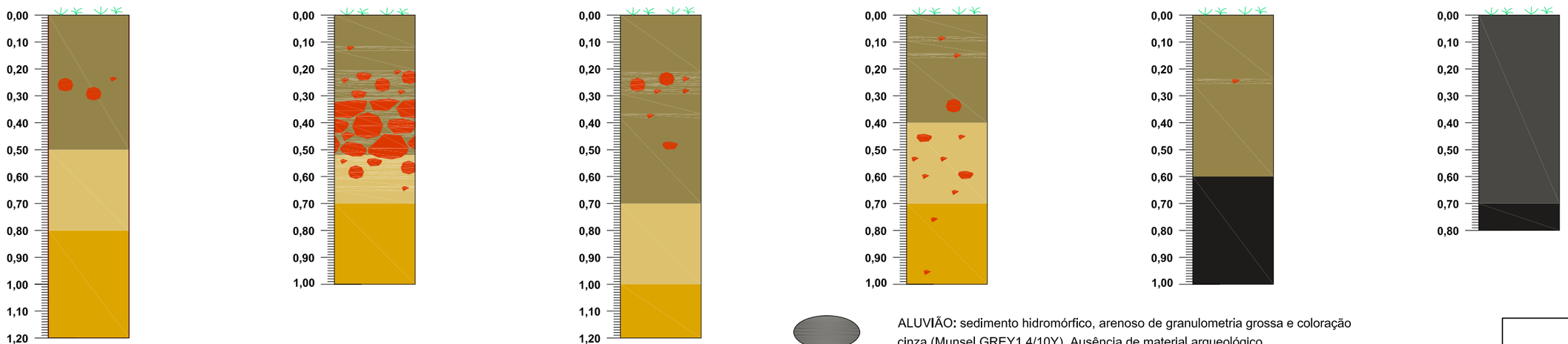


Foto: David Vargas, 2020.

Nesta área foi realizada a topografia do terreno, prospecção arqueológica interventiva, interpretação da assinatura pedológica e análise do material. As amostras dos materiais do sítio foram formadas tanto pela prospecção arqueológica, quanto pelos achados fortuitos do Sílvio Campos, o proprietário do terreno onde está o sítio. Como parte da pesquisa, os achados fortuitos foram catalogados dando origem à coleção denominada "Coleção Sílvio Campos" em homenagem ao responsável pelos achados. Baseado nas informações do Sílvio, os locais aproximados da coleta de todas as peças foram mapeados e estas acrescentadas ao catálogo da coleção.





Camada arqueológica superficial: sedimento arenoso de granulometria grossa e coloração bruno (Munsel 7.5 YR 4/3).

Camada de transição: sedimento arenoso de granulometria grossa e coloração bruno avermelhado (Munsel 5 YR 5/6 e 5/8). Presença de material arqueológico

Camada inferior: sedimento arenoso com pouca porcentagem de argila de coloração amarelo avermelhado (Munsel 7.5 YR 7/8 e 8/6). Ausência de material arqueológico.

ALUVIÃO: sedimento hidromórfico, arenoso de granulometria grossa e coloração cinza (Munsel GREY1 4/10Y). Ausência de material arqueológico.

ALUVIÃO: sedimento hidromórfico, areno-argiloso de granulometria média e coloração escura (Munsel 7.5 4/1).

NÍVEL D'ÁGUA: Área de intermaré, com vegetação de mangue

Materiais arqueológicos

Projeto: Passado e Presente na Paisagem	
Título: Perfil do Sítio Malhada	Número: Croqui 1
Local: Galeão, Cairu (BA)	Data: Junho/2021
Coordenador: Fabio Guaraldo	Desenhista: Danilo Almeida

Quanto à prospecção arqueológica, foi realizada segundo o sistema geométrico (*e.g.* Redman, 1974; Richardson & Gajewski, 2002), com uso de cavadeira biarticulada e peneira para abertura de poços-testes (PTs) e uma unidade de sondagem (US) de 50 x 50 cm escavada com colher de pedreiro (*Figuras 9* e *10* da Prancha 8). A nomenclatura dos poços-testes apresenta a abreviação PT seguida dos três últimos números de suas coordenadas UTMs e a unidade de sondagem apresenta a abreviação US seguida dos três últimos números das coordenadas UTMs relativas ao seu ângulo sudoeste. A prospecção arqueológica com a cavadeira biarticulada objetivou a delimitação da área do sítio tanto horizontal quanto vertical, para estipular sua dimensão, distribuição do material e caracterização pedológica. Também, a prospecção almejou mapear as áreas de maior concentração de material e possíveis estruturas *in loco*. Assim, o uso da cavadeira foi adotado para possibilitar a realização de uma malha reduzida, em menor tempo de trabalho e com número limitado de pessoas. A cavadeira manual permitiu que os poços-testes fossem interrompidos quando grande densidade de material fossem identificados, reduzindo o impacto ao registro arqueológico.

Ao todo 27 poços-testes (PTs) foram marcados em uma malha de 20 x 20 metros, contemplando todo o terreno. Do total de 27 PTs, um não foi realizado por marcar o local de construção da atual casa de alvenaria (PT 540/180), e outros dois foram deslocados 2 metros do ponto original devido algum impedimento (PTs 560/180 e 540/160), totalizando 26 PTs realizados. Os PTs escavados tiveram em média 40 cm de diâmetro e atingiram 1,2 metros de profundidade[142], procurando respeitar níveis artificiais de 10 cm de profundidade. Dos 26 PTs realizados, 20 deles foram positivos e 6 negativos à presença de material arqueológico. Dos 6 negativos, 5 deles correspondem ao limite oeste do sítio (rente a área de mangue) e outro corresponde ao ponto do terreno, onde ocorre extração de areia (*Figura 6* da Prancha 7). Dos 20 PTs positivos, 3 (três) deles foram interrompidos aos 30 cm de profundidade devido à grande concentração de material. A unidade de sondagem (50 x 50 cm) foi aberta em um dos pontos de grande concentração de material. No total, 35.250 m^3 foram escavados pelos poços-testes e mais 2.500 m^3 na unidade de sondagem, considerando que as escavações em três poços-testes foram interrompidas aos 30 cm de profundidade, sendo aberto a unidade de sondagem em um deles e mantido os outros dois preservados para investigações futuras.

[142] Para fins de cálculo percentual, considera-se o volume de 1.500 metros^3 escavado em média em cada poço-teste.

O trabalho evidenciou um padrão pedológico no terreno, formado por três camadas com poucas variações na composição granulométrica do sedimento (ver *Figura 22*). De forma geral, o padrão evidenciado compreende a camada arqueológica superficial de 50 cm de espessura, formada por sedimento arenoso de textura grossa, friável e coloração bruno (7.5 YR 4/3). Esta camada apresenta a maior densidade de material associado, normalmente, a pequenos fragmentos de carvão (menores de 1cm). A segunda camada é formada pelo mesmo sedimento arenoso friável da camada sobrejacente, com a coloração próxima ao marrom avermelhada (5 YR 5/6 e 5/8). Caracterizada como uma camada de transição, esta possui em média 30 cm de extensão, atingindo os 80 cm de profundidade. No compartimento topográfico da média vertente não foi encontrado material arqueológico nessa camada, enquanto na baixa vertente há materiais, porém em menor quantidade comparado a camada sobrejacente. Isso sugere evidências do dinamismo sedimentar da vertente, com perda e ganho de sedimento entre a porção topográfica mais elevada e mais baixa (*e.g.* Tricart, 1977). A terceira camada pedológica evidenciada não apresentou material arqueológico ou apenas alguma ocorrência pontual. Normalmente iniciada a partir dos 70 ou 80 cm de profundidade, ela apresenta sedimento arenoso, com pouco teor de argila, levemente compactada e de coloração amarelo avermelhada (7,5 YR 7/8 e 8/6). Tanto a camada de transição quanto a terceira camada não foram identificadas nos poços-testes da baixa vertente do terreno, onde o sedimento da base é hidromórfico, de coloração escura (7.5 YR 4/1). Próximo ao mangue, o sedimento superficial também é hidromórfico de composição arenosa e coloração cinza (GLEY1 4/10Y).

No total, 204 fragmentos foram evidenciados pelos poços-testes, sendo 187 de cerâmica, 13 de louça (faianças e porcelana), 2 de vidro e 2 de metal. Em porcentagem, temos o equivalente a 91,5% de cerâmica, 6% de louça, 1% de vidro e 1% de metal. Considerando que do total de 35.630 m^3, escavados nos PTs, três deles estavam fora do sítio (realizados para confirmação seus limites) e desconsiderando os 3 pontos de concentração de material onde as escavações foram interrompidas, tem-se, então, a densidade relativa de um fragmento para cada 152,6 m^3 escavados no sítio Malhada.

Tabela 5: Fragmentos evidenciados nos poços-testes (PTs)

PTs	Sup.	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	TOTAL
460/220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
460/240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
480/200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
480/220	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
480/240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
480/260	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
500/200	-	2	2	2	-	2	4	8	-	-	-	-	-	20
500/220	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
500/240	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
500/260	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	3
520/180	2	4; 1		5; 2	-	4	-	1	-	-	-	-	-	19
520/200	-	3	10; 1		-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
520/220	2	11		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	13
520/240	-	2	-	-	1	4; 3	-	3	1	1	2	-	-	17
520/260	-	-	5		11	-	2	-	1	-	-	-	1	20
540/160	-	5; 1	4	-	4; 1	-	4	-	-	-	-	-	-	19
540/200	-	4		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
540/220	3	-	4; 1		-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
540/240	-	-	-	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6
540/260	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
560/180	-	-	4	-	4; 1	2	-	-	-	-	-	-	-	11
560/200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
560/220	1	5; 2		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	8
560/240	UNIDADE DE SONDAGEM 50X50													0
580/220	-	-	-	6; 1	23		-	4; 1	-	-	-	-	-	35
580/240	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL	9	13	37	48	23	40	11	17	2	1	2	0	1	204

Legenda:		
	Cerâmica	187
	Louça	13
	Vidro	2
	Metal	2
	XXXXX	não escavado
	TOTAL	204

É curioso que a única unidade de sondagem aberta tenha apresentado o mesmo percentual dos tipos de materiais evidenciados no total dos PTs realizados. A unidade de sondagem 50 x 50 cm foi aberta em nível artificial de 10 cm, encerrada em 1 metro de

profundidade, após escavar três níveis negativos. O objetivo foi evidenciar o ponto de maior concentração de material arqueológico e registrar com foto e croqui o perfil estratigráfico.

A unidade evidenciou 445 fragmentos do 1º ao 7º nível de profundidade. Apesar do estrato arqueológico ter 70 cm de espessura, a sondagem evidenciou um pacote de 25 cm (dos 25 aos 50 cm de profundidade), onde a maioria dos materiais foram evidenciados. A parte superior deste pacote (até 40 cm de profundidade) apresentou materiais mais fragmentados de cerâmica, louça, vidro, metal e sementes. Os materiais estavam em diferentes posições (horizontal, vertical e transversal), associados à fragmentos de carvão abundantes. Três pedras de arenito bem friáveis de médio porte também foram evidenciadas neste nível. Na parte inferior do pacote arqueológico, os materiais são de maior porte e em menor quantidade comparado com o nível sobrejacente, permanecendo a variedade de tipos de materiais, com acréscimo de pequeno osso de peixe e fragmentos malacológicos, em baixa quantidade e sem presença de sementes (ver as fotos dos perfis nas *Figuras 14* a *16* da Prancha 8).

Tabela 6: Materiais evidenciados na Unidade de Sondagem (US) 560/220

US 560/220	Nível							Perfil				
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	W	N	E	S	TOTAL
Cerâmica	1	1	19	193	120	21	1	29	6	7	5	403
Louça	-	-	1	17	6	-	1	-	1	1	1	28
Vidro	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Metal	-	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	5
Lítico	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Osso de peixe	-	-	-	-	1g.	-	-	-	-	-	-	0
Sementes	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
TOTAL	1	1	20	221	129	21	2	29	7	8	6	445

No total, os materiais coletados na unidade de sondagem correspondem a 403 cerâmicas, 28 louças, 4 vidros, 5 metais, 1 lítico, 4 sementes e 1 grama de ossos de peixes bem fragmentados. Em porcentagem, a cerâmica equivale 90,5% dos materiais evidenciados, 6% de louça, 1% de vidro, 1% de metal, 1% de semente, 0,4 de malacológico e 0,2% de lítico. A alta densidade de material na unidade de sondagem (correspondente à uma peça por 4 m^3 escavados) e a presença de materiais fragmentados e depositados aleatoriamente, alguns em posição diagonal, associados com fragmentos de carvão (*Figuras 11* a *13* da Prancha 8), sugerem que o local tenha servido como depósito secundário, correspondente à categoria definida por South como refugo deslocado (South, 1977, p. 297), isto é, pontos de deposição

dos materiais afastados de seus locais originais de uso, possivelmente, lixeiras. Esta hipótese deverá ser comprovada com escavações futuras de superfícies amplas.

Até o momento, as escavações por meio de poços-testes almejaram caracterizar o sítio e mapear a distribuição de materiais e áreas de concentração. A partir da quantidade de material evidenciados nos poços testes foi realizado a análise espacial da distribuição dos materiais cerâmicos no sítio pelo método geoestatístico *Krigagem*. Por esse método, cuja técnica assume que pontos próximos no espaço tendem a ter valores mais parecidos do que pontos mais afastados, a estimativa da distribuição de materiais considerou a média obtida pela correlação dos dados entre os pontos vizinhos. Para que o resultado da análise espelhe a situação registrada em campo, a quantidade de material foi considerada maior nos PTs cujas escavações foram interrompidas aos 30 cm de profundidade devido a grande concentração de material.

Assim, o mapa de calor apresenta duas áreas de concentração de materais cerâmicos no sítio (ver *Figura 23: Mapa do sítio Malhada – Concentrações dos materiais cerâmicos*). A primeira na parte nordeste do terreno (área mais elevada e preservada), onde foi aberta a unidade de sondagem, outro poço-teste foi interrompido ao ter evidenciada concentração de material e outro ainda apresentou mais de 30 peças entre o 3º e o 7º nível de profundidade. A segunda área de concentração abrange uma extensão maior, de cerca de 80 metros, contemplando desde a roça de milho até o limite norte do sítio na vertente íngreme do morro. Apesar de sua extensão, o mapa apresenta a concentração de material ao longo das cotas topográficas 12 e 13 do terreno. No centro desta área um PT foi interrompido por apresentar grande concentração de material e outros 5 PTs possuem uma média de 18 materiais encontrados, desde a superfície até 1 metro de profundidade.

Uma terceira área de concentração deve ser considerada, apesar de não aparecer nos dados das escavações arqueológicas. Segundo Sílvio informou, ele adquiriu o terreno com uma pequena casa construída (*Figura 3* da Prancha 7), a qual foi ampliada à oeste com mais um cômodo e, para sudoeste, com uma varanda e piscina (*Figura 5* da Prancha 7). Sílvio relata que evidenciou uma estrutura de pedra e cal a sudoeste da casa, onde escavou para instalar a piscina. Segundo ele, a estrutura parecia o alicerce de uma parede, possivelmente, de uma casa que havia anteriormente (*Figura 5* da Prancha 7). Nenhuma outra estrutura construtiva foi evidenciada no sítio, até o momento.

SÍTIO MALHADA - CONCENTRAÇÕES DE MATERIAIS CERÂMICOS

LEGENDA

- SÍTIO MALHADA
- CASA
- ROÇA
- HORTA
- DEPÓSITO
- QUIOSQUE
- PORTÃO
- TANQUE DE PEIXE
- EXTRAÇÃO DE AREIA
- RESERVATÓRIO DE ÁGUA
- CURVAS DE NÍVEL
- POÇOS TESTES
- US_560_240

CONCENTRAÇÃO DE CERÂMICA

- MUITO BAIXA
- BAIXA
- MÉDIA
- ALTA
- MUITO ALTA

N
W E
S

PT 500/260 PT 520/260 PT 540/260

PT 460/240 PT 480/240 PT 500/240 PT 520/240 PT 540/240 PT 560/240 PT 580/240

US 560/240

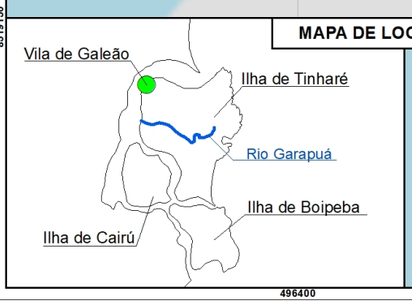
PT 460/220 PT 480/220 PT 500/220 PT 520/220 PT 540/220 PT 560/220 PT 580/220

PT 460/200 PT 480/200 PT 500/200 PT 520/200 PT 540/200 PT 560/200

PT 520/180 PT 540/180 PT 560/180

PT 540/160

MAPA DE LOCALIZAÇÃO





INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul

ESCALA: 1:700

496400 496450 496500 496550 496600
8519300 8519250 8519200 8519150

Prancha 7: Sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA)













Legenda das fotos: 1) Vista da área de roça; 2) Vista do canal Taperoá, com a cidade de Valença ao fundo; 3) Casa existente quando Sílvio adquiriu o terreno (Foto: Sílvio Campos, 2008); 4) 5) Reforma da casa e construção da varanda com a piscina (Foto: Sílvio Campos, 2008); 5) A varanda com a piscina e a parte construída para expansão da casa; 6) Área de extração de areia ao lado da casa. (Demais fotos: Fabio Guaraldo, 2017).

Prancha 8: Sítio Malhada, Galeão, Cairu (BA)





















Legenda das fotos: 7) Vista aérea do sítio Malhada (Foto: David Vargas, 2020); 8) Atividade de topografia do sítio (Foto: Aldelino dos Santos, 2017); 9) Atividade de prospecção com cavadeira biarticulada; 10) Atividade de escavação da unidade de sondagem; 11 a 13) Respectivamente, bases dos níveis 3, 5 e 9 da unidade de sondagem; 14 a 16) Respectivamente, perfis norte, oeste e sul da unidade de sondagem; (Demais fotos: Fabio Guaraldo, 2017).

Quanto aos materiais coletados no trabalho de prospecção arqueológica, uma amostra foi formada tanto pelos fragmentos evidenciados nos poços-testes (realizados em toda a área acessível do sítio), quanto pelos materiais provenientes da escavação da unidade de sondagem. A equivalência na porcentagem dos tipos de materiais evidenciados nas duas amostras permite que seus dados quantitativos sejam confiáveis, ainda que não seja uma quantidade suficiente para traçar fórmula de datação que envolva os valores de frequência de cada tipo de material.

Não obstante as limitações estatísticas da amostra, o material evidenciado na prospecção permite apresentar as porcentagens quantitativas gerais dos tipos de materiais existentes, o que não pode ser feito pela amostra das peças da coleção Sílvio Campos, proveniente do mesmo sítio. Como a coleção Sílvio Campos foi formada a partir de critérios de seleção de um colecionador, os dados quantitativos são totalmente distorcidos. Para isso, a quantidade de material evidenciado em contexto e sistematicamente coletado na prospecção serve como base comparativa. No entanto, a coleção é constituída de peças inteiras ou fragmentadas possíveis de reconstituição. Ela agrega também uma quantidade de faianças maior do que às evidenciadas *in situ*. A par da distorção quantitativa que envolve a frequência dos objetos no sítio, os diferentes tipos de faianças permitem traçar linhas cronológicas para restringir o intervalo de tempo da amostra e, por consequência, o período de ocupação do sítio ser um elemento de comparação aos dados históricos e arquitetônicos existentes em Galeão.

4.3. OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS DO SÍTIO MALHADA

A formação da Coleção Sílvio Campos teve início quando o proprietário do terreno realizou reforma para ampliação da casa, no ano de 2007/2008. Desde então, outras peças são incorporadas quando encontradas, geralmente, na área da roça de milho (*Figura 1* da Prancha 7), na baixa vertente onde foi feito um poço para peixes (*Figura 2* da Prancha 7) e outros pontos de construção. Ao todo a coleção é formada por 163 peças, sendo 64 fragmentos de cerâmica relativos a 57 peças, 58 fragmentos de louça compondo 27 peças, 4 fragmentos de grés compondo 4 peças, 27 fragmentos de metal relativo a 25 objetos (sendo 7 moedas pré-republicanas e 8 moedas republicanas), 9 líticos e 1 frasco de vidro. Dos 64 fragmentos de

SÍTIO MALHADA - ACHADOS FORTUITOS

LEGENDA

- PONTOS CSC
- SÍTIO MALHADA
- CASA
- ROÇA
- HORTA
- DEPÓSITO
- QUIOSQUE
- PORTÃO
- TANQUE DE PEIXE
- EXTRAÇÃO DE AREIA
- RESERVATÓRIO DE ÁGUA
- CURVAS DE NÍVEL

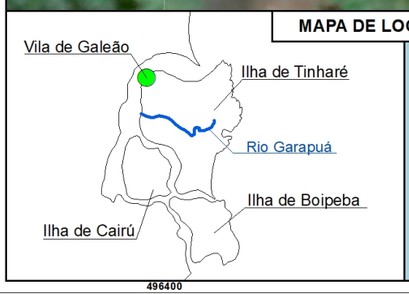
N
W E
S

CSC 10
CSC 11
CSC 12
CSC 07
CSC 13
CSC 05
CSC 14
CSC 02
CSC 03
CSC 09
CSC 04
CSC 06
CSC 01
CSC 08

496400 496450 496500 496550 496600

8519300 8519250 8519200 8519150

MAPA DE LOCALIZAÇÃO





INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul

ESCALA: 1:700

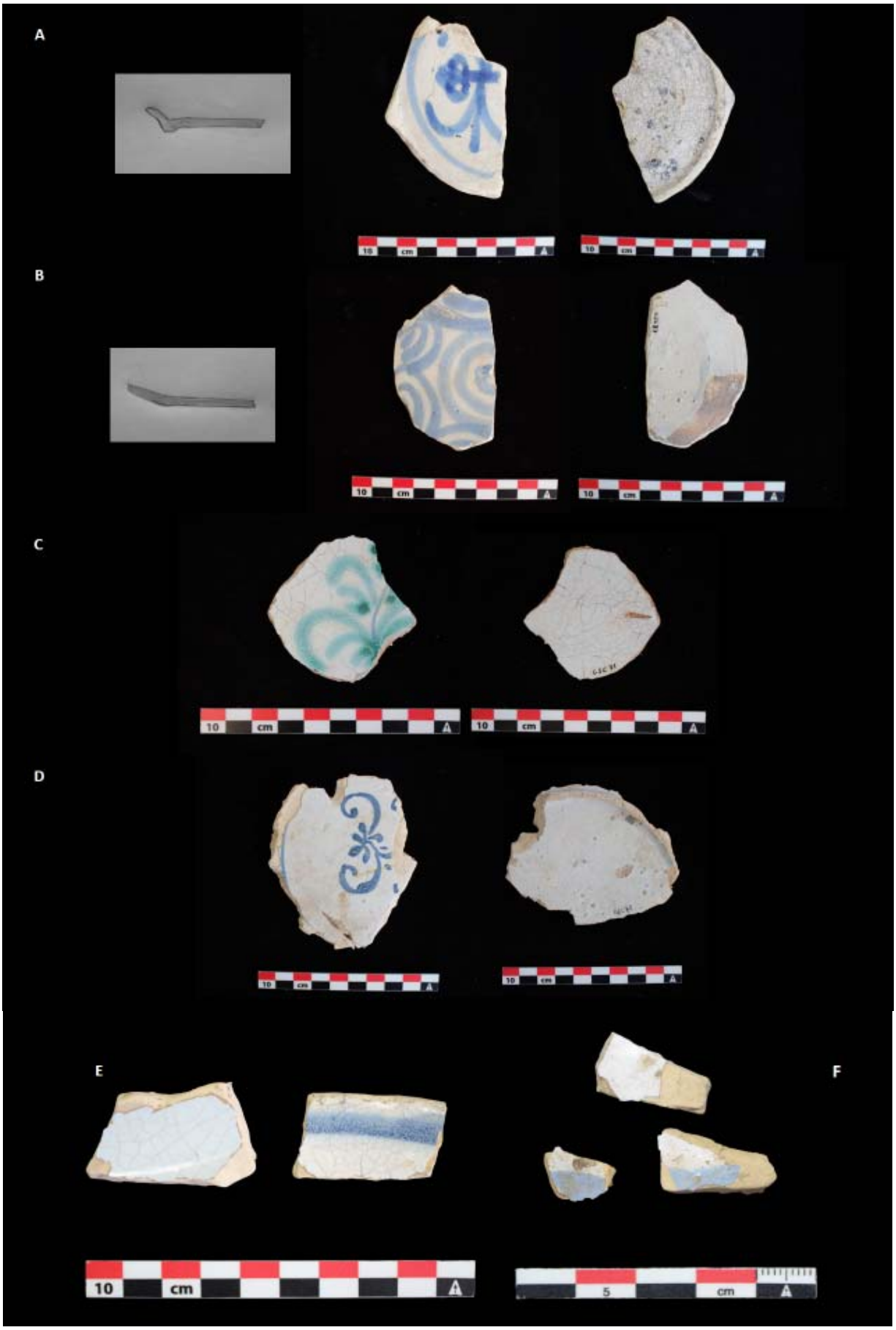
cerâmica, seis deles são relativos a um único pote coletado fora do sítio Malhada[143]. Todos os demais foram encontradas no sítio e tiveram 14 pontos de procedência mapeados, a partir dos relatos do próprio Sílvio, responsável pelos achados (ver *Figura 24: Mapa do sítio Malhada - achados fortuitos*). Apesar de impreciso, mapear estes pontos colabora ao pensar a ampla distribuição das peças dentro dos diferentes compartimentos topográficos do terreno, principalmente, nas áreas mais impactadas pela construção da casa, a extração de areia, a roça, a construção do tanque de peixe e o reservatório de água.

4.3.1. As faianças portuguesas

Assim, as peças da coleção Sílvio Campos foram analisadas de forma qualitativa, tendo como parâmetro quantitativo a amostra de materiais evidenciado na prospecção arqueológica. As faianças são bons indicadores cronológicos, sendo possível contextualizar o sítio Malhada como um palimpsesto de ocupações contínuas, desde o século XVII até os dias atuais. Quatro fragmentos de faianças da coleção Sílvio Campos confirmam a época do primeiro momento de ocupação. São fragmentos de faianças portuguesas com decoração interna em azul cobalto e verde de tonalidade clara, do símbolo da Espada-cruz da Ordem de Santiago (*Figura A* da Prancha 9), da teoria de semicírculos concêntricos ou aspirais (*Figura B* da Prancha 9), de motivo fitomórfico (*Figura C* da Prancha 9) e de motivo arabesco (*Figura D* da Prancha 9). Os fragmentos apresentam esmalte do tipo brilhante branco (possivelmente estanífero). A pasta é de coloração bege clara, homogênea e compacta, de grãos finos (até 0,2 mm) distribuídos uniformemente e de cozedura oxidante. Os fragmentos são de fundo de prato raso. As peças A e D da Prancha 9 possuem pé anelar baixo na base externa e a peça B apresenta uma base plana com parede aberta de ângulo 165º. Segundo pode ser observado nas figuras, os motivos decorados nas peças A, B e D acompanham sua morfologia, com um motivo central no fundo e os demais na parede do prato (B) ou um motivo central e o fundo do prato delimitado por um círculo pincelado em azul (A e D).

[143] Trata-se de um pote com frange labial, com morfologia típica indígena (possivelmente Tupi), coletado por uma rede de arrasto no meio do canal interno do lagamar. Por não se tratar de material do sítio Malhada e estar descontextualizado dos demais materiais evidenciados no projeto, esta peça não será abordada nesta tese, apesar de compor a Coleção Sílvio Campos.

Prancha 9: Faianças portuguesas do século XVII, sítio Malhada



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

Fragmentos de faiança portuguesa do século XVII, encontradas no sítio Malhada, comunidade de Galeão, município de Cairú (BA). Peças da coleção Sílvio Campos (A, B, C e D) e fragmentos evidenciados na prospecção arqueológica (E e F).

A partir dos contextos de sítios arqueológicos em Portugal com datações confiáveis de faianças, Tania Casimiro (2013, p. 362) estabeleceu uma evolução crono-estilística considerando três centros produtores: Lisboa, Coimbra e Vila Nova. Segundo seus apontamentos, a maioria dos estilos decorativos teve um período de 25 a 30 anos de duração, ligados a novas gerações de oleiros que ocupavam os lugares de seus mestres. Esse comportamento permite utilizar a periodicidade de variação dos motivos decorados nas faianças portuguesas para traçar datações relativas confiáveis ao contexto arqueológico.

Gomes et al (2012) apresentam pratos inteiros de faiança portuguesa recuperados do naufrágio da ilha do Sal, em Cabo Verde, com decorações da Ordem de Santiago e semicírculos concêntricos iguais aos encontrados em Galeão. Segundo os autores, estes motivos foram reproduzidos nas louças portuguesas a partir de 1635 até o final do século XVII. Também as escavações arqueológicas realizadas no Imóvel nº 12-14 do Beco do Espírito Santo, no bairro de Alfama, em Lisboa, revelaram fragmentos de faiança com decorações e morfologia iguais a peça A da Prancha 9, cujo símbolo da Ordem de Santiago aparece como ornamento central. Faianças portuguesas com este motivo feito a pincelada de azul cobalto, são datados de meados do século XVII (Gomes, 2006, p. 14).

No Brasil, fragmentos e peças inteiras de faiança portuguesa com decorações em azul cobalto com tema de semicírculos concêntricos, símbolo da Espada-cruz da Ordem de Santiago e arabescos são encontrados em contextos arqueológicos do século XVI e XVII em todo pais, com destaque para os estados de Pernambuco (Albuquerque, 2001)[144], Rio de Janeiro (Bandeira, 2011), Rio Grande no Norte (Albuquerque, 1990), São Paulo (Zanettini, 2005) e Bahia (Museu Náutico da Bahia, 2000; Etchevarne, 2006). Em Salvador, na área da antiga Igreja da Sé e no Pátio dos estudos gerais do Colégio dos Jesuítas, Carlos Etchevarne evidenciou pratos e tigelas de faianças portuguesas decorados com semicírculos concêntricos em azul cobalto, como os encontrados no sítio Malhada.

Em Portugal, as faianças em questão eram populares, destinadas ao uso interno diário e à venda no mercado interno, de baixo custo. Já no Brasil, seu uso correspondeu a "grupos sociais de alto poder aquisitivo, associados ao staff administrativo da coroa, às ordens

[144] Baseado no modelo de datação de Reynaldo Santos, Albuquerque classifica a faiança portuguesa decorada com motivo semicircular concêntricos na borda como sendo do primeiro período de fabricação de faiança em Portugal, compreendendo de 1550 a 1625 (Albuquerque, 2001, p. 33). Para esta tese foi escolhido abordar os resultados das pesquisas dos arqueólogos portugueses, por ser mais próxima ao contexto arqueológico identificado em Galeão, com a presença da igreja do primeiro quartel do século XVII. Ainda assim, não descartarmos estas e outras possibilidades apresentadas por Albuquerque.

religiosas, aos membros do clero e às elites de produtores e comerciantes" (Etchevarne, 2006, p. 68). Não obstante, o acabamento fugaz contribui para a fácil deterioração da peça e sua baixa representatividade nos registros arqueológicos[145].

A prospecção realizada no sítio Malhada identificou 15 fragmentos de faiança portuguesa da mesma pasta bege clara, na unidade de sondagem US560/240, sendo sete no 4º nível, seis no 5º nível e duas na limpeza do perfil. Outros 5 fragmentos foram evidenciados em três poços-testes (PT 520/240, PT 540/220 e PT580/220), estando apenas um fragmento acima do 5º nível. Ao todo, as faianças de origem portuguesa do século XVII representam 3% das peças encontradas na prospecção arqueológica (referente a 3,3% das peças da US e 2,5% das peças evidenciadas nos PTs) e quase 50% do montante das louças evidenciadas no sítio (53% das louças evidenciadas na US e 38,5% das louças dos PTs).

Figura 25: Fragmentos de faiança portuguesa bem desgastados

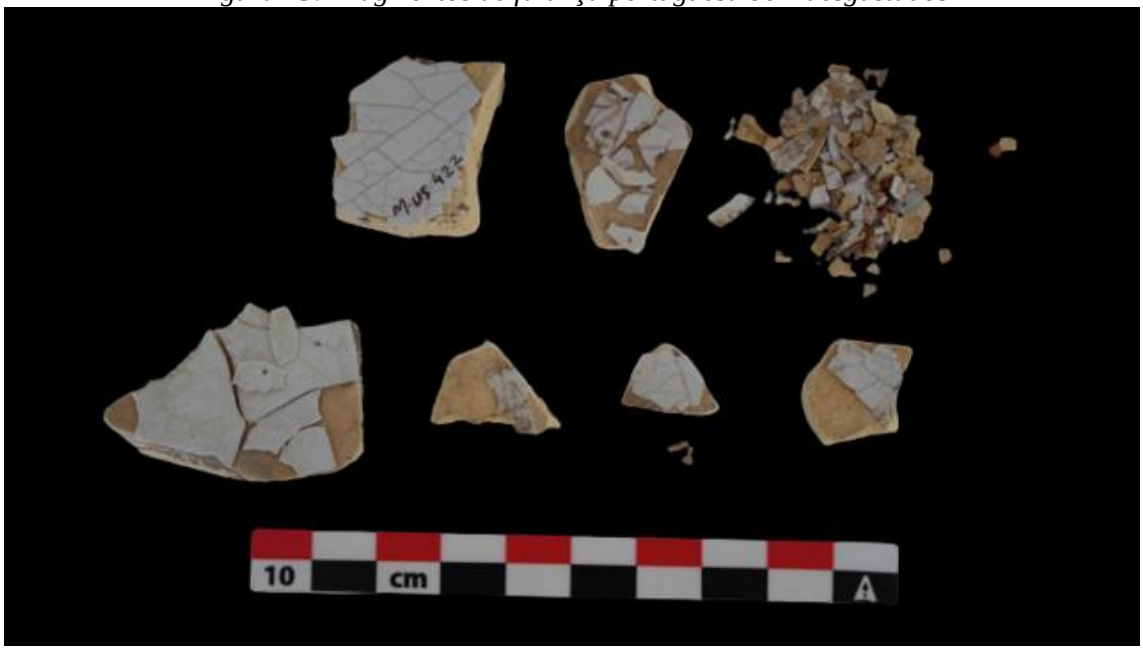


Foto: Fabio Guaraldo, 2019.

Todos os fragmentos encontram-se com o esmalte esfarelado e a pasta porosa bem desgastada. Ainda que o esmalte esteja bem deteriorado, o fragmento do centro superior na *Figura 25* apresenta pintura com traços finos em tons de rosa e pontilhados em roxo vinoso.

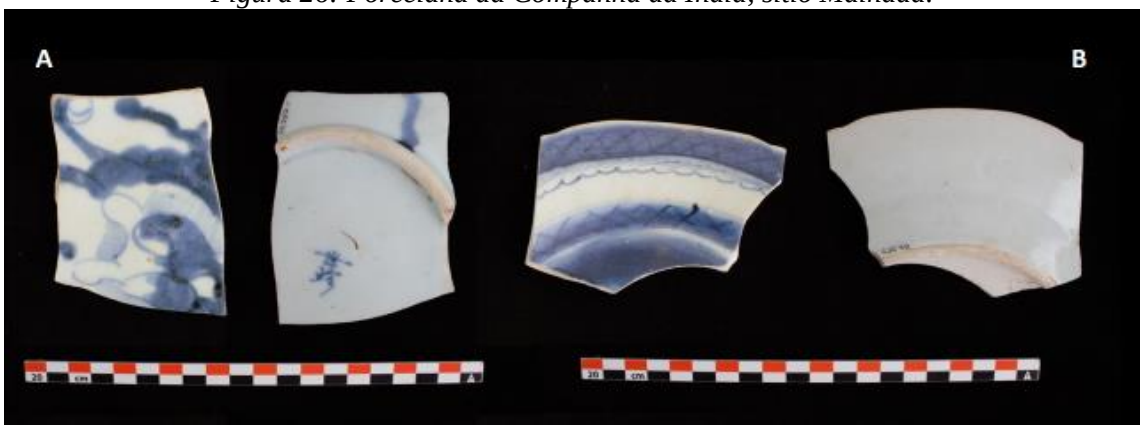
[145] As escavações de Carlos Etchevarne na área da antiga Igreja da Sé e do Pátio do Colégio dos Jesuítas em Salvador, confirmam essa máxima. Neste centro eclesiástico brasileiro, que pode ser considerado um dos principais do período colonial, as faianças portuguesas representam 10% do total da amostra dos dois sítios (Etchevarne, 2006, p. 68).

Faianças portuguesas decoradas com esses motivos caracterizados por duas linhas paralelas, que delimitam linhas onduladas entre pontos na coloração vinhoso são datados entre o terceiro quartel do século XVIII até o primeiro quartel do século XIX (Albuquerque, 2001, p. 56).

4.3.2. Porcelanas Chinesas

Outras peças importadas que atestam a ocupação do sítio Malhada no século XVII e XVIII são fragmentos de porcelana da Companhia da Índia. Duas em especial são fragmentos de pratos de porcelanas de pasta branca, homogênea e dura, com presença de material plástico (caulim e argila) (*Figura 26*). Um dos fragmentos possui decoração azul sobre o fundo branco, conservando pinceladas grossas opacas e formas vistosas, com logograma chinês no fundo externo da peça. Possivelmente a peça foi produzida no período de transição entre a dinastia *Ming* e a *T'Sing* ou *C'Hing* (mandchú), no Reinado de Kang-Hsi (1662-1722), quando o uso do "nien-hao" foi proibido para as peças de exportação, as quais passaram a carregar o "double ring" e/ou o selo do distribuidor, o nome do artista ou ainda o nome do forno e do ateliê do pintor (Brancante, 1981, p. 339).

Figura 26: Porcelana da Companha da Índia, sítio Malhada.



Fonte: Coleção Sílvio Campos. Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

O outro fragmento possui a mesma pasta branca, dura e homogênea com material plástico, porém a decoração azul apresenta traços finos sobre fundo azul cobalto, formando faixas com atributos geométricos e semicirculares na parede do prato. Peças com decoração semelhante foram encontradas no naufrágio da nau de Mont Serrat, próximo a Salvador, e são descritas como prato da Companhia das Índias, do gênero Swatow (A) e decorada em Cantão azul (B) (Op. cit, p. 295).

Na segunda metade do século XVII, Portugal havia perdido o monopólio comercial com o Oriente e outras nações (holandesas, inglesas e francesas) fundaram suas companhias das Índias para importar produtos chineses à Europa, principalmente a porcelana. As peças continuaram sendo decoradas com o azul e branco de preferência dos europeus, porém a maioria dos motivos aderiram aos traços ocidentais. Os chineses passaram a produzir porcelanas populares para exportação, inspiradas nos motivos do final do Império Ming, com traços livres, espontâneos, vigorosos, para diferenciar das peças fabricadas especialmente para os palácios e mandarins. Essas peças populares eram fabricadas nos arredores de Chintehchen e "eram exportadas em grande parte pelo porto de Swatow (que fica perto de Catão e Macau), o qual veio a dar o nome a esse gênero de porcelana oriental" (Op. Cit, p. 338).

Por influência dos comerciantes portugueses, a porcelana chinesa se fez presente nas colônias do Reino, desde o século XVI. Considerando que estes artigos eram muito mais caros no Brasil do que a procedente da Europa, "temos que admitir que era adquirida, conscientemente, como objeto de luxo, voluptuário, como uma expressão de requinte, um atestado de bom gosto" (Op.cit, p. 283). Segundo Brancante, as porcelanas figuraram entre as pratarias como aplicação de capital. Dado a escassez de circulação de moedas e ausência de estabelecimentos de guarda de valores em certos lugares e períodos, o sistema de pagamento e barganha em espécie era corrente e reconhecido oficialmente. Quando os holandeses ocuparam Salvador em 1624, tomado pela escassez de mantimentos, Pedro Calmon comentou que ninguém "pode orgulhar-se de salvar o seu pucário de prata, e sua travessa chinesa, a sua arca de pregário." (Op. cit, p. 284). A porcelana chinesa figurava então como espécie monetária de valor nesse sistema, uma reserva de fácil locomoção, aceita em inventários, espólio de guerra, penhor de dívida e reconhecida como bem de apreço na vida social e comercial da colônia.

Ainda segundo Brancante, três tipos de mercadores haviam na colonia: os que traziam mercadorias do Reino para comercalizar em troca de produtos do Brasil (conhecidos como mercadores de ida e vinda); os que eram estabelecidos com lojas nas vilas e povoados; e os que compravam mercadorias daqueles outros dois e as vendiam nos engenhos, fazendas e povoados mais distantes ou de difícil acesso (conhecidos posteriormente como mascates). Isso explica a presença de artigos finos não apenas nas capitais ou sedes das comarcas, mas também nos povoados e fazendas de pequeno porte (Op.cit), como era o caso de Galeão. Vale lembrar ainda, que a instituição da igreja católica foi um dos grandes fomentadores da importação destes produtos ao Brasil, valendo-se do apelo de ter que ensinar os "modos

civilizados" à população local. As igrejas e aldeamentos jesuítas funcionaram como verdadeiros centros de operações, contribuindo ao desenvolvimento do projeto colonial. Porém, apesar de presente, as porcelanas são encontrdas em baixa quantidade no sítio Malhada. Entre os vestígios de louça evidenciados na prospecção realizada no sítio, apenas um pequeno fragmento (3 cm) de porcelana foi evidenciado no 3º nível da US560/240, com pasta da mesma característica e decoração azul e branco em pinceladas largas.

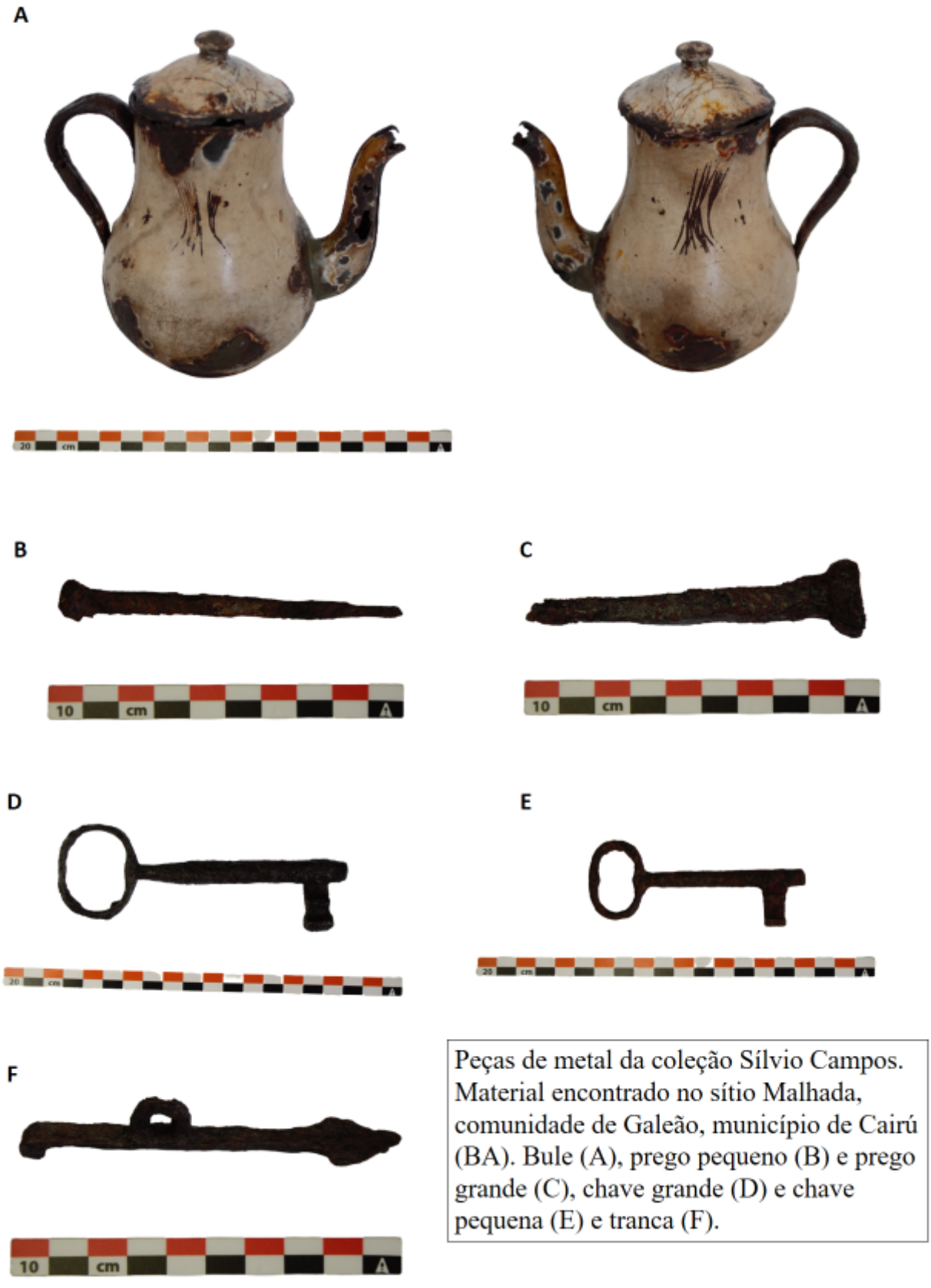
4.3.3. Objetos de metal.

Outros objetos de valor agregado são alguns artigos de metal. Na coleção Sílvio Campos destaca-se um bule, decorado em esmalte branco (*Figura A* da Prancha 10). O objeto estava em processo de oxidação, com corrosões no bojo e nas bordas, além do desgaste no esmalte em outras partes. Possivelmente havia decoração floral em relevo, a qual se perdeu. O objeto foi encontrado fragmentado em três partes: o bojo, o bico e a tampa. Um trabalho de conservação e restauro foi realizado no laboratorio do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, sob coordenação da conservadora Ana Carolina Delgado Vieira, para estabilizar a oxidação da peça. Segundo o relatório final, o trabalho de conservação ocorreu com as seguintes etapas: primeira etapa de limpeza mecânica com auxílio de pincel macio; segunda etapa de limpeza úmida com uso de *swab* com álcool etílico PA; terceira etapa de limpeza química-mecânica com aplicações de CMC e ácido cítrico 3% em gel e CMC e ácido tânico 1% em gel, ambos com auxílio de bisturi, seguido de enxágue com água destilada e secagem com ar quente; quarta etapa de aplicação de Paraloid 2% em xilol antes da imersão, seguido de estabilização com ácido tânico 1% em imersão por 24 horas e enxágue com água destilada antes da secagem com ar quente; a quinta e última etapa de limpeza foi mecânica, realizada com auxílio de micro-retífica com pontas de borracha. Depois de estabilizado todas as partes, o bule foi restaurado, a partir da fixação do bico e das partes com corrosões utilizando massa epóxi MEP 301, além da consolidação interna e externa com Paraloid B-72 2% em xilol[146].

Os demais objetos de metal da coleção também passaram por tratamento para estabilizar o processo de corrosão. Entre as peças da coleção encontram-se objetos de construção, como dois pregos de 9 e 11 cm (*Figuras B* e *C* da Prancha 10) e objetos de tranca, sendo uma trinca

[146] Informações fornecidas pela Ana Carolina, responsável pela Seção de Conservação do MAE/USP, através do "Relatório de Registro de Tratamentos", 2019.

Prancha 10: Objetos de metal, sítio Malhada



Peças de metal da coleção Sílvio Campos. Material encontrado no sítio Malhada, comunidade de Galeão, município de Cairú (BA). Bule (A), prego pequeno (B) e prego grande (C), chave grande (D) e chave pequena (E) e tranca (F).

Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

Prancha 11: Objetos de metal, sítio Malhada



Bico de chaleira e alça de metal (A e B). Foto de uma chaleira de metal em exposição no Laboratório Aberto de arqueologia Urbana do RJ, semelhante aos fragmentos encontrados na Malhada (Foto: Gustavo Miranda. Fonte: Agência O Globo, reportagem 06/11/2016). Chaminé de ferro de passar roupa (C), ferradura (D) e colher de chá alpaca (E).

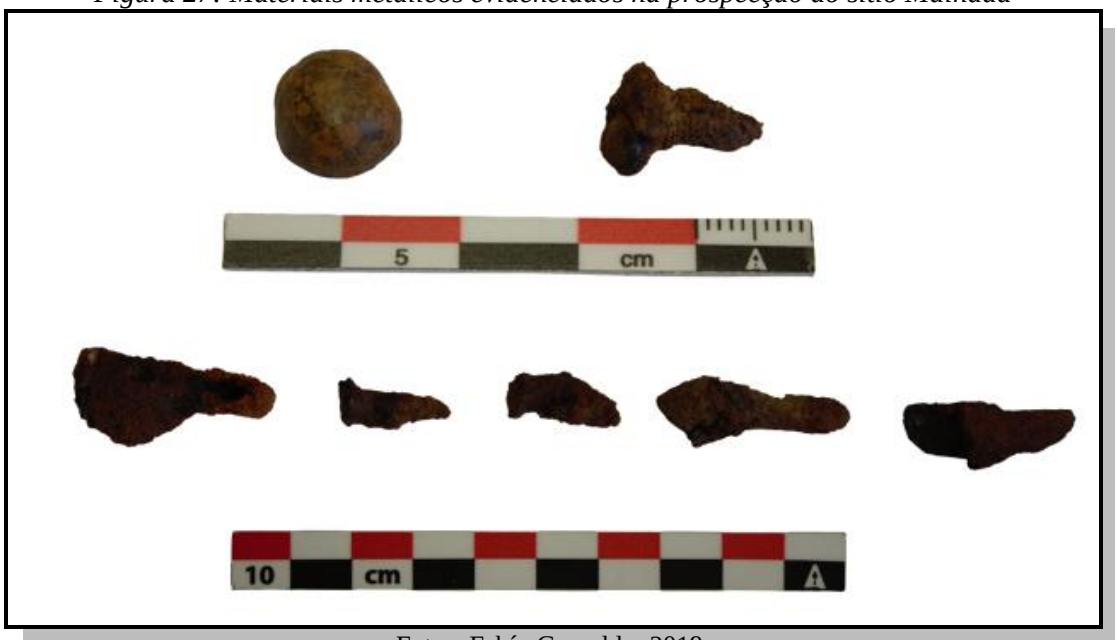
Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

de 11 cm (*Figura F*, Prancha 10) e duas chaves uma de 15 cm e outra de 10 cm (*Figuras D* e *E*, Prancha 10). Estes objetos atestam a existência de residência com portas de larga espessura e grandes trancas no sítio. Os fragmentos de telhas e tijolos encontrados na prospecção arqueológica, contextualizam a construção feita de tijolos e cobertura de cerâmica.

Há ainda entre os fragmentos de metal da coleção, um bico e uma alça de um único objeto de cozinha: uma chaleira de ferro (*Figuras A* e *B* da Prancha 11), um objeto de serviços domésticos: sendo uma chaminé de ferro de passar roupa, e uma colher de chá em alpaca recente (*Figura E* da Prancha 11). Apesar desses objetos serem supostamente de épocas diferentes, eles atestam a permanência nos hábitos de tratamentos diários de uma elite que consumia chá em roupas engomadas e possuiam criados para executarem seus serviços. Além dos objetos domésticos, uma ferradura sugere que os habitantes do sítio Malhada possuiam equinos para o transporte, provavelmente (*Figura D* da Prancha 11).

Entre os fragmentos evidenciados na prospecção arqueológica, dois pregos de três centímetros foram coletados no PT 560/220, localizado à 20 metros da US 560/240 onde foi exumado outros quatro pregos (três de 1,5 cm e um de 3,5 cm) e uma bola de mosquete em chumbo de aproximadamente 1 cm, usada como munição (*Figura 27*).

Figura 27: Materiais metálicos evidenciados na prospecção do sítio Malhada



Fotos: Fabío Guaraldo, 2019.

4.3.4. Líticos.

A coleção Sílvio Campos conta ainda com objetos líticos variados, entre os quais existem duas peças de arenito friável (*beachrocks*) modeladas, uma em formato triangular e outra losangular (*Figura A* e *B* da Prancha 12). Tudo indica serem peças de embrechaduras para revestimento de pisos. A embrechadura foi amplamente utilizada desde o início do século XVIII, era uma arte bem apreciada entre as pessoas da nobreza e adeptos ao modo de vida burguesa na Bahia[147]. Além de pedras, também conchas e louças eram usadas para decoração de passeios e bancos dos jardins, saguões e outros cômodos de serviço a rés do chão nas casas abastadas (Brancante, 1981, p. 258).

Além desses, há outros objetos líticos. Dois granitos elípticos com marca de amarra, usados para peso de pesca com rede (*Figura E* e *F* da Prancha 12). Como vimos, a pesca é uma prática recorrente na região até a atualidade. A dieta de peixe pelos habitantes do sítio Malhada é atestada, entre outras evidências, pelos fragmentos de ossos de peixes evidenciados no 5º nível da unidade de sondagem. Uma tábua de arenito era utilizada para amolador instrumentos cortantes, provavelmente semilunares ou discos. O objeto apresenta fraturas em um dos lados formando um cabo e veios semicirculares de polimento formam uma cavidade côncava em uma das superfícies (*Figura C* da Prancha 12). Uma pedra de ocre também foi encontrada no sítio (*Figura I* da Prancha 12). Como não existe evidência de ocre na região, a pedra foi transportada desde alguma jazida do continente. Entre os indígenas, o ocre era bastante valorizado para produção de corante.

Outras três peças são fragmentos líticos não identificados. Uma delas trata-se de um calcário poroso polido e modelado formando ângulo de 90^0. Lembra um fragmento de borda de frange labial com lábio ondulado, porém sem referência para comparação. O lábio mede 4 cm de largura e 2,5 de espessura, o corpo do fragmento tem 6,5 x 7 cm e 2 cm de espessura (*Figura D* da Prancha 12). Os outros fragmentos são duas limonitas com concentração de ferro, ambas polidas em um dos lados e em estado bruto no lado oposto. Um dos fragmentos aparenta ser uma borda com acabamento de linha em relevo paralela ao lábio reto. Este fragmento mede 15 x 12 cm e 6 cm de espessura na borda e 4,5 cm na parte mais fina (*Figura G* da Prancha 12). O segundo fragmento mede 16 x 8 cm e 4,5 cm de espessura (*Figura H* da

[147] Por modo de vida burguesa entende-se a ideologia de supervalorização do individualismo e da família sobre o coletivo e comunitário, da ampliação das fronteiras espaciais e simbólicas entre público e privado como meio de privatização de privilégios, a ritualização da vida cotidiana privada, do acúmulo de capital e fetichismo do consumo e das mercadorias (Lima, 1995b, p. 130). Assim, conforme afirma Lima, o modo de vida burguesa no Brasil antecedeu a formação da classe burguesa, cuja emergência só foi possível no contexto social do século XX.

Prancha 12: Fragmentos líticos, sítio Malhada





Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

Prancha 12). Aparentam ser parte de uma mesma cuba para receber água, como uma pia ou filtro.

Os filtros de pedra foram disseminados no final do século XIX e início do século XX. Com o crescimento das cidades e proliferação de doenças contagiosas, aumentou a preocupação com a higiene e saúde pública. No início do século XX, Alfredo Peixoto dedica espaço em seu livro "Elementos de Hijiene", para falar da filtração doméstica de água como complemento da filtragem central do sistema de distribuição e explicita "a enorme quantidade de filtros preconizados pela indústria ou pelo uso, para a filtração de águas (...) tais os chamados filtros de pedra porosa ou barro cozidos, usados no Brasil". No período em que o autor escreve, já existia o sistema de filtro de água por "vela de porcelana", como era conhecido, no qual um cilindro metálico continha caulim, filito e outras matérias-primas filtrantes (as mesmas encontradas na porcelana, por isso o nome "vela de porcelana"). Este sistema era importado da Europa, principalmente da Alemanha (Peixoto, 1913, pp. 73-74).

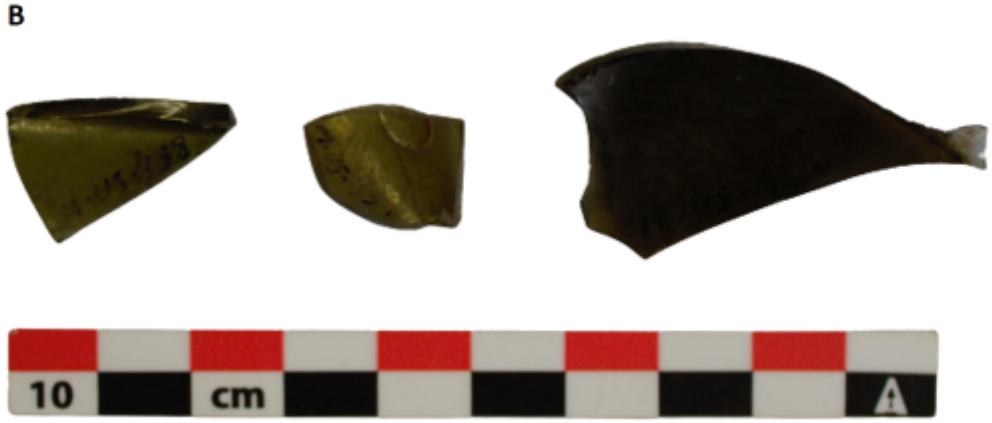
De forma mais rústica, o uso da pedra já era empregado como filtro de água nos domicílios das famílias aburguesadas, desde o século XIX. O mecanismo consistia em uma armação para sustentar uma cuba de pedra porosa de 10 cm de espessura e de cerca de 50 quilos sobre uma talha de cerâmica. A água colocada dentro da cuba era absorvida pela pedra e pingava filtrada dentro da talha, onde era armazenada. Com o aumento da demanda pelo sistema no século XX, um comerciante do Rio de Janeiro, chamado Eduardo da Silva Ribeiro, passou a importar as "pedras filtrantes" da França (Bellingieri, 2004, p. 172). Ainda assim, por se tratar de um produto importado, os filtros de pedra domésticos não se popularizaram, mantendo-se como um produto refinado até a invenção do filtro de barro e sua produção nacional.

4.3.5. Vítreos.

Os materiais de vidro provenientes do sítio Malhada são diminutos. Na Coleção Sílvio Campos há apenas um pequeno frasco de 6 cm, possivelmente para armazenar perfume (*Figura A* na Prancha 13). Já entre a amostra da prospecção, um fragmento de adorno em vidro foi evidenciado na US560/240. Trata-se de uma argola vítrea azul fragmentada, medindo cerca de 15 mm de diâmetro, possivelmente um brinco ou parte de um adorno maior com argolas (*Figura C* na Prancha 13). Além deste, outros dois fragmentos de garrafa de vidro verde foram encontrados no PT520/260 e outros quatro na US560/240, todos de

Prancha 13: Objetos e fragmentos de vidro, sítio Malhada







Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

pequeno porte entre 1 a 5 cm, com pouca ou nenhuma marca passível de inferência (*Figura B* na Prancha 13).

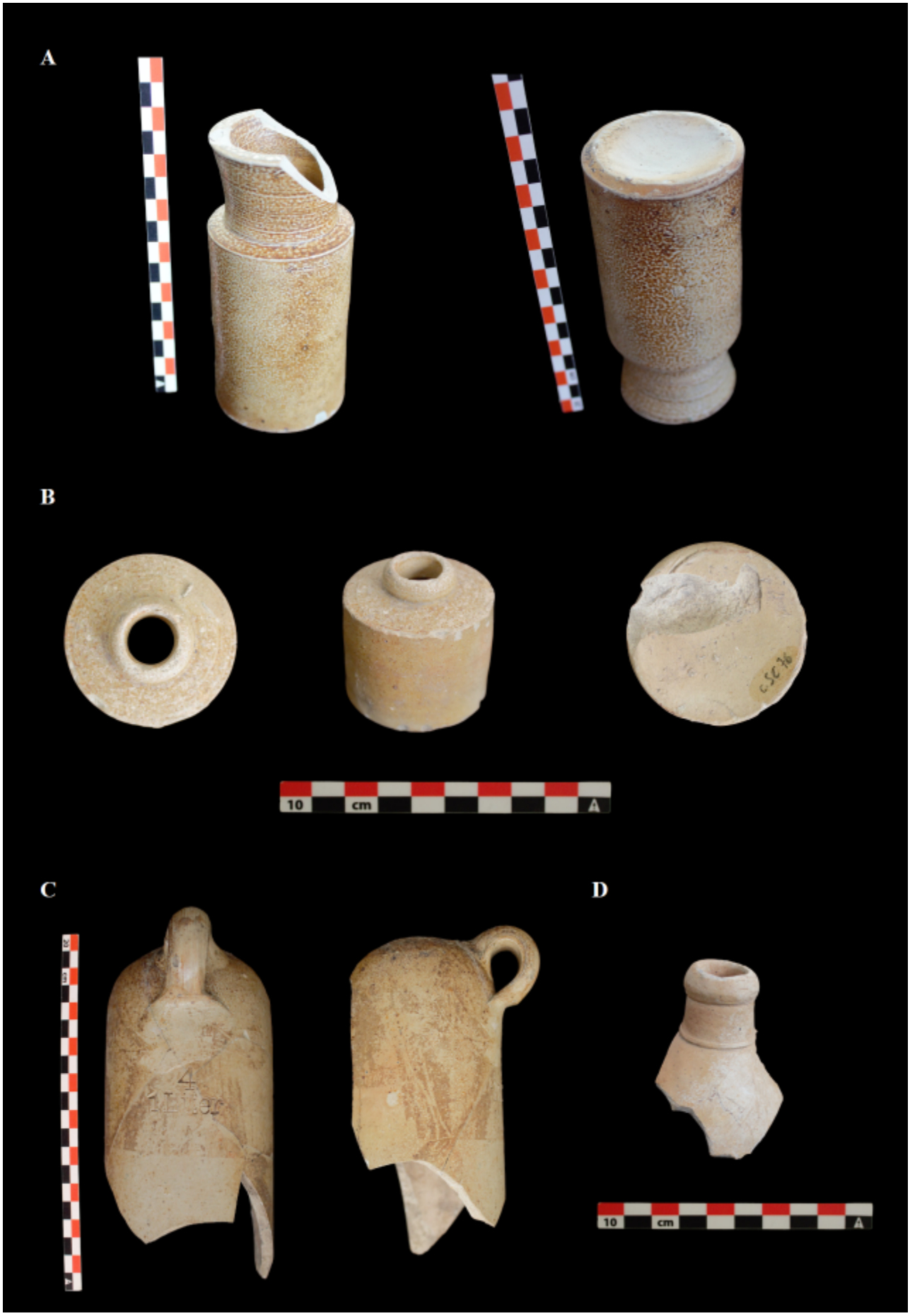
De qualquer forma, a fina espessura dos fragmentos sugere que fosse parte de um objeto moldado, assim como o pequeno frasco transparente da coleção. Os objetos vítreos produzidos com auxílio de molde se tornam um padrão arqueológico no decorrer do século XVIII, quando os europeus passam a exportá-los. Entretanto, os recipientes de fundo plano só foram produzidos a partir do início do século XIX, com a técnica de molde duplo, patenteada pela Ricketts Company, da Inglaterra, em 1822. (Zanettini; Camargo, 1999, pp. 13-14). Na segunda metade desse mesmo século e início do século XX, os novos padrões de higiene europeu chegaram no Brasl e impulcionaram o uso dos frascos de perfumes, as colônias e remédios, assegurando aos artefatos de vidro translúcidos sua posição e função no precoce mundo burgues no Brasil (Lima et al., 1993). Provavelmente, o pequeno frasco vítreo da coleção Sílvio Campos chegou ao sítio Malhada nesse contexto histórico.

4.3.6. A grés.

Outros fragmentos da coleção Sílvio Campos de origem difícil de precisar são as denominadas grés. Segundo a classificação norte-americana, as garrafas em grés são classificadas como *stonewares*, por serem uma cerâmica caracterizada pela pasta dura, de granulometria fina, densa, de queima completa em alta temperatura, atingindo o estado vidrificado de extrema dureza, sonoridade e impermeabilidade que dispensam a aplicação de esmalte (Hume, 2001; Lima et all, 1989, p. 218; Zanettini, 1986, p. 121).

Originalmente, produzida na Alemanha no século XV, Brancante destaca dois períodos distintos quanto à produção das grés na Europa. O primeiro na Alemanha, até o final do século XVII, se caracteriza pelos moldes góticos e clássicos medievais, com a cor da pasta variando do acinzentado branco ou pardo até o avermelhado da argila ferruginosa. O segundo período é o inglês, com produção em *Staffordshire*, onde criou-se pastas afins ao grés (as denominadas *stonewares* e *red stoneware*, para grés vermelha), além das formas, cores e decorações diferentes das germânicas (Brancante, 1981, pp. 141-142). Ainda que a técnica de produção do grés no Ocidente antecedeu a faiança fina, segundo Brancante, a maioria dos materiais com essa tecnologia encontrados no Brasil são produtos do século XIX (Brancante, 1981, pp. 141-143).

Prancha 14: Objetos de grés, sítio Malhada



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

A coleção Sílvio Campos conta com quatro fragmentos confeccionados em grés, sendo dois frascos e dois fragmentos de garrafa. Os frascos são ambos cilíndricos, sendo um menor e outro maior. O menor mede 3 cm de altura, 5 cm de diâmetro no corpo e menos de 2 cm de diâmetro na borda de abertura. A pasta é da coloração acinzentada branca e coloração caramelado opaco. (*Figura B* na Prancha 14). Provavelmente trata-se de um tinteiro muito comum no século XIX e início do século XX. Segundo Schávelzon (2001, p. 284), a fábrica inglesa Doulton produzia e exportava tinteiros de mesa em formato cilíndrico com a superfície opaca, semelhante ao encontrado em Galeão.

O segundo frasco é um vasilhame maior, de 14 cm de altura e 5 cm de borda, com um pescoço na parte superior da peça. Também a pasta é de coloração acinzentada branca, com decoração salpicada de cor caramelo. Este objeto está fragmentado no pescoço (*Figura A* na Prancha 14). Possivelmente, era utilizado para armazenar a tinta ou algum outro líquido oleoso, podendo ser graxa capilar (brilhantina). Schávelzon (2001, p. 280) também informa que havia uma única marca produtora de recipientes de graxa capilar, a E. Pajot, cujo funcionamento ocorreu em Le Montet, na França, entre 1850 e início do século XX.

Os outros dois objetos em grés da coleção são duas garrafas do mesmo modelo cilíndrico. O maior fragmento é a metade do corpo da garrafa, com a alça, sem a base e o gargalo (*Figura C* na Prancha 14). As costas da peça reservam o número 4 sobre o dizer “1 Liter”, gravado por incisão de carimbo na argila pré-cozida. O outro fragmento é o gargalo de outra garrafa do mesmo modelo (*Figura D* na Prancha 14). Apesar da semelhança, além dos fragmentos não se articularem, as pastas de ambos são distintas. O corpo da garrafa apresenta uma pasta de coloração creme, da mesma tonalidade da parede interna, enquanto o gargalo possui pasta de cor acinzentada branca, assim como os tinteiros. Nenhum fragmento de grés foi evidenciado nas escavações do sítio.

Não se pode precisar a origem ou período de produção e consumo dos objetos em grés do sítio Malhada. Além do carimbo na garrafa, nenhum outro carimbo foi identificado com o selo de fabricação. Ainda que os objetos em grés tenham se popularizado no Brasil no século XIX, as garrafas e outros artefatos em grés se fazem presentes nos sítios arqueológicos do país, datados desde o século XVII, até os dias atuais (Zanettini, 1986). No século XIX, devido à qualidade da impermeabilidade dos recipientes de grés, muitos foram reaproveitados para engarrafar bebidas nacionais, sendo comum, na época, encontrar anúncios em jornais

oferecendo a compra de garrafas vazias por um preço relativamente alto (Lima et all, 1989, p. 218).

4.3.7. Louça importada

Mais relevantes como marcadores temporais, as louças europeias produzidas desde o século XVIII e popularizadas ao longo do século seguinte, se destacam entre os materiais encontrados no sítio Malhada. Importadas para o Brasil, principalmente após 1808, com a abertura dos portos, este produto substituiu a faiança portuguesa que tinha sido, até então, a louça de uso predominante (Symanski, 1998, p. 167). Particularmente, as faianças inglesas são boas para estabelecer a cronologia de ocupação dos sítios arqueológicos do final do século XVIII e todo o século XIX. Considerando a técnica de produção da pasta e do esmalte, aliada à técnica de decoração desenvolvida para o mesmo produto, as peças conciliam diferentes padrões e estilos decorativos utilizados ao longo do século XIX, propiciando uma datação relativa bem confiável.

Produzidas em larga escala para atender um mercado consumidor emergente (Lima et all, 1989), essas peças são também indicadores da escala econômica de seus usuários. A partir do modelo elaborado por Milles (1980) e adaptado por Symanski (1998) para o contexto brasileiro, a análise das amostras dos materiais de louça encontrados no sítio Malhada permitem contextualizar a situação financeira dos proprietários estabelecidos em Galeão e confrontá-la com as informações descritas na documentação histórica do século XIX.

Principalmente, a coleção Sílvio Campos possui uma amostra de louças europeias do século XIX relevante. Por ser uma coleção formada por peças selecionadas, a quantidade de fragmentos de faianças e ironstone são maiores do que as amostras de fragmentos das escavações. Trata-se de fragmentos de louça produzidos entre o final do século XVIII e o início do século XX em países como, Inglaterra, Holanda e França. A coleção Sílvio Campos possui 68 fragmentos de louça, dos quais 50 são faiança fina que formam pelo menos 16 objetos e 14 fragmentos de ironstone que formam pelo menos 9 peças. Predominantemente, os fragmentos são parte de peças de mesa, entre xícaras, malgas, travessas, bules, pratos fundos e rasos, além de um urinol. Nas escavações foram evidenciados 20 fragmentos de faianças finas, sendo 8 nos poços-testes (PTs) (equivalente a 61,5% dos fragmentos de louça) e 12 na unidade de sondagem (US) (equivalente a 43,5% dos fragmentos de louça). Nenhum fragmento de ironstone foi evidenciado nas escavações.

O material que apresenta o modelo mais antigo da coleção é um conjunto de 7 fragmentos que reconstitui um prato decorado pelo padrão shell edged azul, com inciso em estilo Rococó (*Figura A* da Prancha 15). Este padrão decorativo caracteriza-se por pequenos sulcos feitos em alto relevo dando um aspecto de plumagem e pintado à mão um friso na coloração azul ou verde, limitadas ao redor da borda. O período de sua fabricação está entre 1780 e 1860, sendo que por volta de 1800 já estaria sendo exportada para a América do Norte. Miller et al. (2009) apontam que os motivos de linhas curvas denominados Rococó, foram produzidos até 1830. Segundo o mesmo autor, o baixo custo de produção destes utensílios foi responsável por disseminar o consumo de objetos com este padrão decorativo, tornando-se a variedade de louça decorada mais barata na primeira metade do século XIX. Seu preço estava se aproximando das faianças finas brancas sem decoração. Por isso, sua produção foi interrompida em 1850, quando estava no auge de seu consumo (Miller, 1980). Dada a sua simplicidade decorativa, vincula-se o seu uso a pratos de cozinha (Lima, et all, 1989, p. 211).

Entre as peças evidenciadas nas escavações, nenhum fragmento de decoração shell edge foi encontrado. Dois fragmentos de borda encontrados nos três primeiros níveis do poço-teste M-PT-520/180 apresentam a variação do padrão shell edged azul sem incisões, somente pintado (*Figura B* da Prancha 15). Esta decoração teve início quando a produção do shell edged inciso foi interrompida, sendo popularizado seu consumo entre os anos 1860 e 1890 (Symanski, 1998, p. 182; Schávelzon, 2018, pp. 118-119). Outros dois fragmentos de faiança fina evidenciados nos níveis mais profundos do mesmo poço-teste possuem datações mais antigas. Trata-se de dois fragmentos de faiança fina com esmalte pearlware, colocado sobre a decoração polícroma em motivos florais pintados à mão livre com pinceladas largas, características do estilo *peasant* (*Figura C* da Prancha 15). Segundo Tocchetto et all (2001, p. 26), o estilo de decoração à mão livre *peasant* foi empregado entre 1810 e 1860. Estas datações combinadas em diferentes níveis do mesmo poço-teste é uma das evidências da contínua ocupação do sítio ao longo do século XIX e a mudança na condição monetária dos seus habitantes.

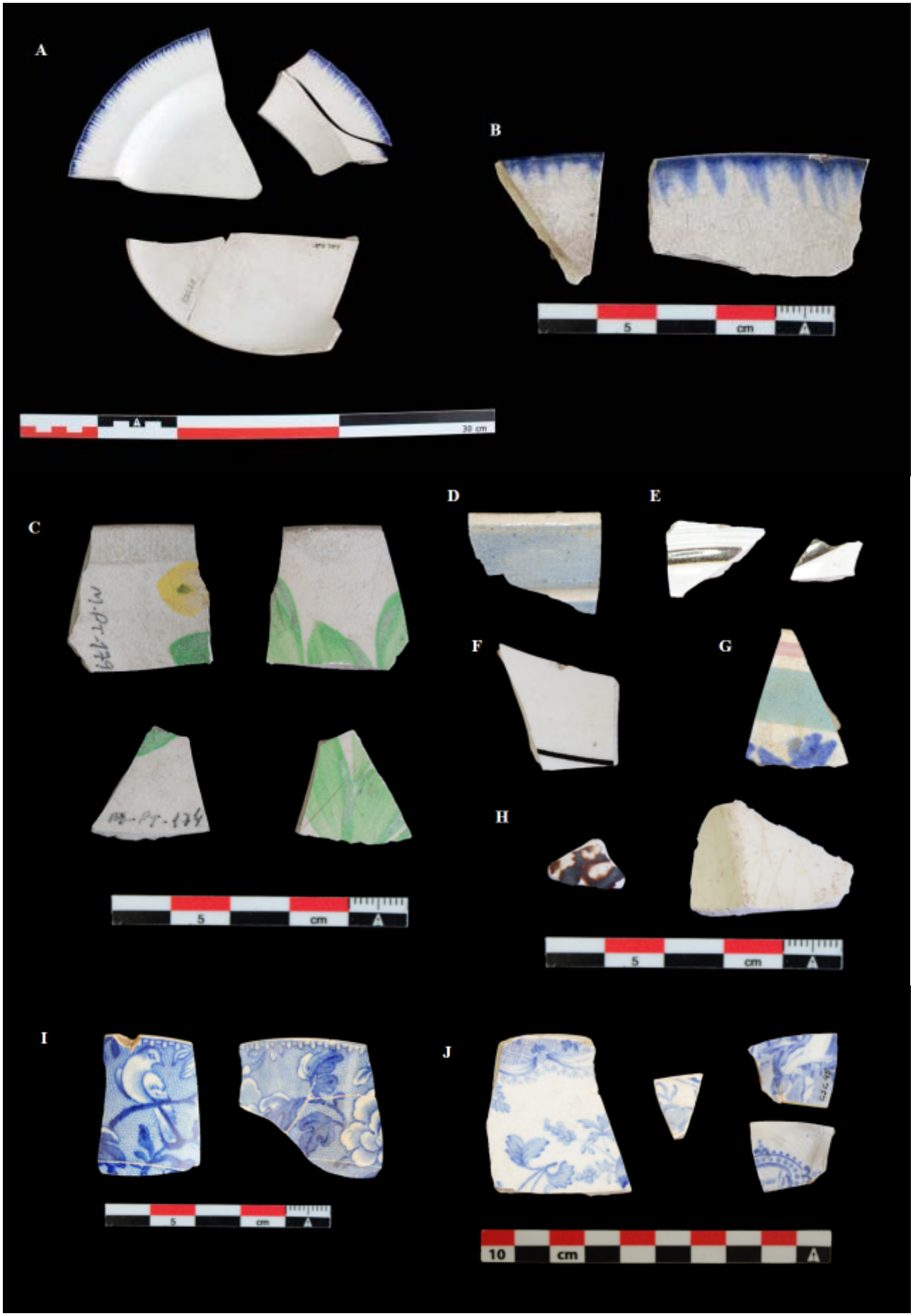
Outro padrão decorativo que atesta a permanente ocupação do sítio ao longo do século XIX, é o denominado banhada (*dipped*). Produzido durante todo o século XIX, o padrão banhada caracteriza-se pela aplicação de finas camadas de argilas coloridas ao redor da borda ou do corpo do recipiente, criando relevo sutil na superfície da peça. Existem variações de motivos dentro deste padrão que fornecem maior precisão sobre as datas de fabricação de cada peça (Majewski & O'Brien, 1987; Tocchetto et all, 2001, p. 26). Entre os fragmentos

evidenciados no sítio Malhada, três deles apresentam o padrão banhada com o motivo denominado roletes (faixas simples retas), caracterizado por dois ou três frisos coloridos ao redor da borda. Um dos três fragmentos foi evidenciado no nível 4 do M-PT-560/180 (*Figura D* da Prancha 15). Este fragmento de faiança fina apresenta o motivo denominado faixa azul (*blue banded*) considerado o mais comum do padrão produzido a partir de 1840, que se caracteriza pelas largas faixas azuis próximas à borda da peça (Miller, 1991, p. 06). Os outros dois fragmentos com decoração banhada foram encontrados no nível 4 da US 560/240 e são da mesma peça (*Figura E* da Prancha 15). Apresentam motivos decorados em três frisos seguido de uma faixa mais larga na coloração marrom. Este motivo é denominado faixa simples (*banded simple*) e foi aplicado nas faianças durante todo o século XIX. Como os fragmentos apresentam esmalte pearlware, revelado pelo leve acúmulo de tons azuis nos frisos, a peça foi produzida, provavelmente, na primeira metade do século XIX.

Schávelzon inclue o padrão banhado (dipped) como parte do que define ser o padrão *annular* caracterizado, segundo ele, pelos motivos de faixas e frisos pintados. Porém, o autor especifica as louças decoradas pela técnica banhada, formando relevo na peça, como sendo decorações artísticas, refinadas e caras, por isso não aplicadas em pratos, mas em louças de tijelas e canecas creamware, nos anos tardios do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Posteriormente, "quando passaram a utilizar o esmalte whiteware foi em um estilo muito diferente, mesclando-se com o tipo impresso, cópia quase grosseiras do que havia sido antes e realmente muito barato" (Schávelzon, 2018, p. 120).

No Brasil, a bibliografia específica apoia-se na definição de Miller (1991), o qual diferencia a decoração banhada de outras técnicas que levam a denominação faixas e frisos pintados à mão em superfície lisa sobre ou sob o esmalte. Segundo Tocchetto et al (2001, pp. 28-29), o padrão de faixas e frisos caracteriza-se por um ou dois frisos pintados próximos a borda da peça e no corpo do objeto. Nas faianças finas creamware, esta decoração aparece popularmente nas cores marrom e vermelha durante o final do século XVIII e início do XIX (Majewski & O'Brien, 1987). No caso das faianças finas encontradas no sítio Malhada, uma delas possui esmalte creamware sobre faixas e frisos policromo nas colorações vermelho e verde, seguido de um motivo não identificado pintado em azul (*Figura G* da Prancha 15). No mesmo PT 540/160, onde este fragmento foi evidenciado no nível 4, outro fragmento com decoração faixas e frisos foi evidenciado no nível 1 (*Figura F* da Prancha 15). Este último é uma faiança fina whiteware com um friso preto, variação do padrão faixas e frisos de produção comum no último quartel do século XIX (Miller, 1991, p. 07).

Prancha 15: Fragmentos de faiança fina, sítio Malhada



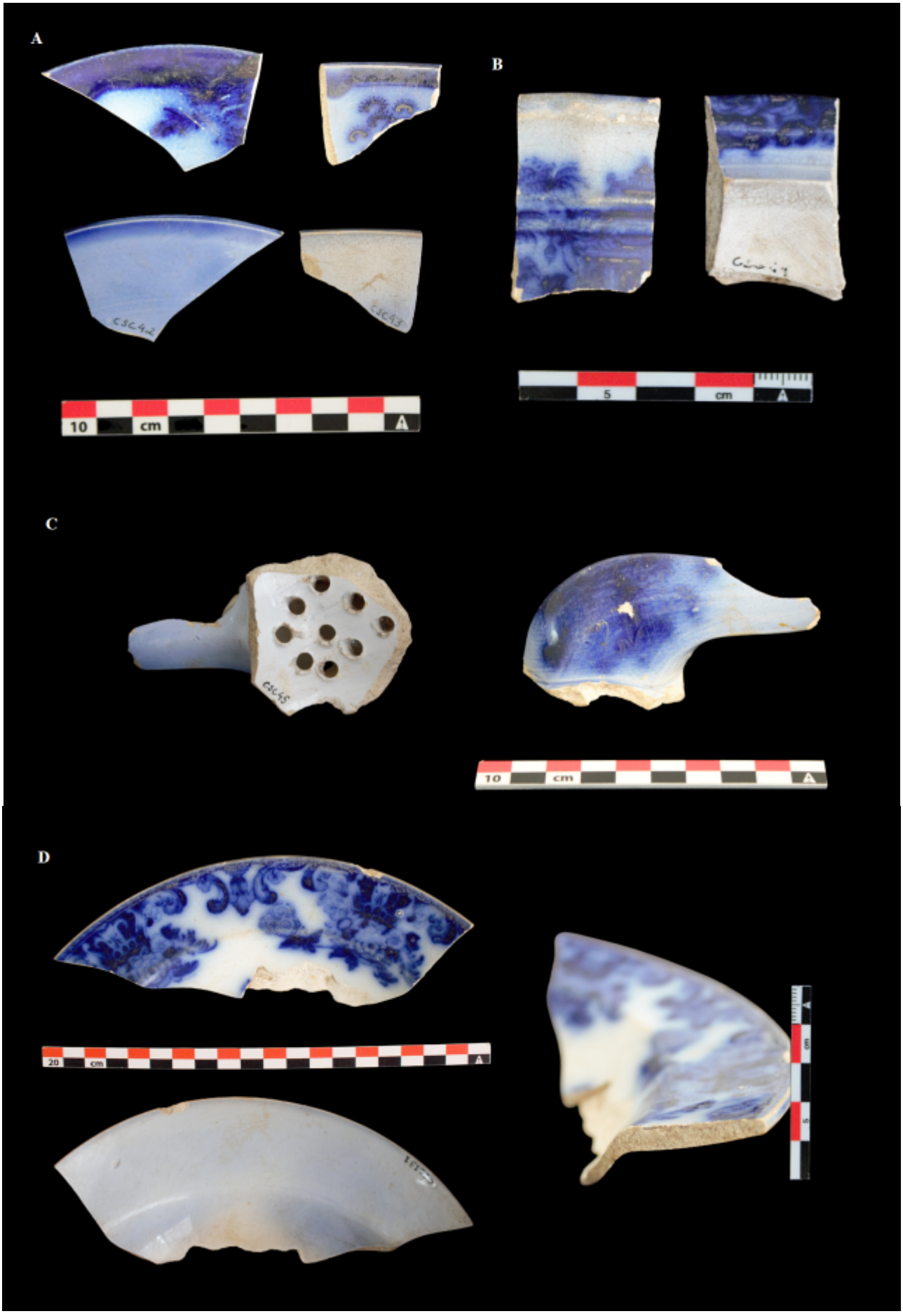
Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

Ainda entre as peças decoradas à mão, um pequeno fragmento evidenciado no nível 4 da unidade de sondagem revela a decoração denominada *sponge*, na coloração marrom (*Figura H* da Prancha 15). Esta decoração era realizada com a aplicação suave de uma esponja para pintar a peça, resultando na pintura descompassada em toda a superfície da peça. Mais comum após a década de 1840, a técnica de decoração foi aplicada em peças de chá, mesa e toalete (Op. Cit, p. 06). Para Majewski & O'Brien (1987), os ingleses produziram louças com esta técnica decorativa a partir de 1860 até o início do século XIX.

Entre as peças da coleção Sílvio Campos, a maioria dos fragmentos de faiança fina possuem decoração impressa pela técnica denominada *transfer printing* – são 35 fragmentos, correspondentes a pelo menos 7 peças entre xícara, malgas, pratos rasos, prato fundo e bule. Como se sabe, o transfer printing foi a técnica de decoração mais difundida na Inglaterra no final do século XVIII. A primeira patente de transfer printing remonta a meados do século XVIII, porém os motivos eram impressões sobre o esmalte. As estamparias de Staffordshire passou a utilizar o cobalto para introduzir a coloração azul sob o esmalte, apenas na década de 1780 (Miller, 1991, p. 09; Albuquerque & Velozo, 1993, pp. 85-86). Como o esmalte era aplicado sobre a decoração, ocorria que a tinta azul escorria dentro do esmalte, produzinho um spectro borrado ou um efeito de halo, dando característica ao nome do padrão, azul borrão (*flow blue*) (Lima et al, 1989, p. 211). Por volta de 1820, o efeito borrado da decoração passou a ser provocado artificialmente, introduzindo óxido de cálcio ou cloreto de amônia, dentro do forno durante a vitrificação. Esse efeito disfarçava defeitos como as bolhas formadas na vitrificação e se popularizou por toda a época vitoriana (1837 – 1901), particularmente para a exportação (Lima et al, 1989 p. 211; Albuquerque & Velozo, 1993, p. 87).

O padrão azul borrão está presente em cinco fragmentos da coleção Sílvio Campos, correspondentes a pelo menos 3 peças (um prato raso, um prato fundo e um bule). Os pratos raso e fundo são identificados por fragmentos de bordas da faiança pearlware decorada em azul escuro com motivos florais (*Figuras A e D* da Prancha 16). No prato fundo, os motivos florais apresentam desenhos cartuchos, produzidos desde o início do século XIX até a última década do mesmo século (Soares, 2011, p. 216). Com a popularidade dos motivos florais no padrão azul borrão mais acentuado entre a década de 1820 a 1850, e a fabricação das faianças pearlware abandonadas na década de 1840 (Schávelzon, 2018, p. 115), pode-se atribuir o provável período de consumo dessas peça entre 1820 e 1850.

Prancha 16: Fragmentos de faiança fina azul borrão, sítio Malhada



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

Prancha 17: Fragmentos de Ironstone, sítio Malhada



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

A outra peça também decorada pela técnica azul borrão é um bule representado pelo fragmento da borda e o bico fragmentado (*Figuras B e C* da Prancha 16). Ambos apresentam a decoração carregada com o fundo azul escuro. Enquanto o bico não apresenta desenho, a parede externa da borda revela salgueiros e casa na arquitetura japonesa, elementos orientais que sugerem motivos característicos do padrão *Brosley*, fabricado para os serviços de chá (Symanski, 1998, p. 177). Este padrão se assemelha ao popular padrão Willow, por serem cópias das decorações das porcelanas chinesas. Porém, as peças Willow, muito populares entre as faianças finas inglesas, eram exclusivamente utensílios de mesa até a segunda metade do século XIX, quando o padrão Brosley passou a incorporar os utensílios de chá (Miller, 1991, p. 09). Entre a amostra de peças da coleção Sílvio Campos, quatro fragmentos apresentam o elemento "pombinho", característico das faianças Willow (Lima at all, 1989, p. 210). Três deles são articulados, remontando parte de uma xícara (*Figura I* da Prancha 15).

Segundo Miller (Op. cit.), estes padrões decorativos foram os mais baratos entre a técnica transfer printing, decorrente de sua popularidade a partir de 1814 e ao longo de todo o século XIX. Porém, devido a longa extensão da fabricação desse padrão decorativo, suas peças não são bons marcadores cronológicos. Para deduzir sua cronologia, alguns motivos são utilizados como referência, entre ao quais está o denominado motivo romântico. Segundo Tocchetto et all (2001, p. 31) esse motivo foi fabricado entre 1793 e 1870, com ápice de produção entre 1831 e 1851. Três fragmentos da Coleção Sílvio Campos apresentam elementos do motivo romantico impresso na faiança (*Figura J* da Prancha 15).

No final do século XIX, a técnica do transfer printing foi substituída pela decalcomania. Essa nova técnica surgiu em 1885 e se caracteriza por apresentar linhas agudas em cores claras podendo ter sombreados com motivos florais (Majewski & O'Brien, 1987, p. 146). Dois fragmentos, partes de um urinol confeccionado em ironstone apresentam decoração impressa pela técnica decalcomania com elementos do padrão floral na coloração marrom, acompanhados de cartuchos na parede externa e na borda da peça (*Figura A* da Prancha 17).

O processo de produção das louças Ironstone foi posterior à faiança fina, sendo patenteado com o nome Ironstone China em 1813, por Charles James Mason, na Inglaterra. Mesmo após as sucessivas vendas e compras da fábrica, o nome Mason e a marca Ironstone China permaneceram sendo usadas como marcadores deste tipo de louça (Albuquerque & Velozo, 1993, p. 85). De acordo com Lima (1995b, p. 167), os utensílios ironstone decorados não foram tão consumidos quanto os brancos, ainda que se façam presentes principalmente no

último quartel do seculo XIX. As louças ironstone brancas sem decoração, popularizaram-se na segunda metade do século XIX. Apesar de não terem decoração, as ironstone eram peças caras, equivalentes às peças decoradas (Miller, 1991, p. 09). Entre as peças da coleção Silvio Campos, 11 fragmentos remontam pelo menos 7 peças, sendo uma travessa e o restante pratos, todos com o selo "Ironstone China", da fabricante "J & G. Meakin" (*Figura B* e *C* da Prancha 17, respectivamente). A fábrica J & G Meakin com o uso das armas reais com o leão e o cavalo rampantes no selo tem 1890 como ano de referência (Albuquerque & Velozo, 1993, p. 90). A presença destes vestígios no sítio Malhada atesta que seus ocupantes usufruiam de boas condições sociais, com poder econômico para importar os mais caros utensílios domesticos no final do século XIX.

Entre os objetos de faiança fina do sítio Malhada, outros cinco selos de fabricação são visíveis nos fragmentos de 10 peças, sendo um prato raso e nove xícaras ou malgas. Os selos são:

- Davenport – A primeira fábrica de porcelana com o selo Davenport foi estabelecida em Longport (Reino Unido), por John Davenport em 1793 e mantida por seus filhos até 1887. Consta que antes de 1810, o nome da marca era impresso em letras minúsculas. Depois deste período até meados do século, muitas peças traziam marcas diferentes que incorporam o nome 'Davenport', com uma âncora como símbolo, seguido do nome do padrão decorativo em maiúsculo[148]. Este é o caso do pequeno prato da coleção Sílvio Campos, o qual carrega o selo da empresa, com o padrão decorativo da peça, ambos impressos em letras maiúsculas por *transfer print* no verso, ao lado da âncora impressa em relevo negativo sem pintura (*Figura A* da Prancha 18). A decoração no padrão floral foi realizada pela técnica *transfer printing* na coloração dourada, sobre o esmalte. Apesar das faianças já serem produzidas no começo do século XIX com a técnica de tranfer sob o esmalte, antes de 1820 essa técnica utilizava exclusivamente a coloração azul, com uso do cobalto, por resistir às altas temperaturas do processo de segunda queima da peça. Motivos decorados com reflexos metálicos, no entanto, eram características das faianças finas produzidas pela fábrica Davenport (Brancante, 1981, p. 131). Sendo assim, o prato encontrado no sítio Malhada, com a decoração no padrão floral aplicado pela técnica *transfer print* sobre o esmalte pode ser datado entre 1810 e 1820.

[148] Fonte: http://www.oldandsold.com/pottery/greatbritain14.shtml, acesso em 20 de maio de 2020.

- Societé ceramique & Maestricht – A sociedade Céramique foi fundada em 1863 na cidade holandesa Maestricht, localizada na fronteira com a Bélgica. A fábrica exportou louça para o Brasil até o início do século XX, provavelmente através do Porto Antuérpia, na Bélgica (Lima et all, 1989, p. 216), devido à sua proximidade. Seus utensílios de mesa eram muito comuns pelo baixo custo e prestígio da marca. Os cinco fragmentos de malga encontrados no sítio Malhada carregam o selo com o leão rampante que foi utilizado até 1880 (*Figura B* da Prancha 18). Depois disso, o selo apresentou a esfinge até 1920 e o leão deitado é posterior a 1915 (Araujo & Carvalho, 1993, p. 83).

- H.B. & Cia, Choisy-le-Roi – A cidade de Choisy-le-Roi na França abrigou uma fábrica de louça, fundada pelos irmãos Paillart, em 1804. Após sucessivas trocas de dirigentes e sócios, a fábrica foi renomeada em 1863 como Hautin-Boulanger & Cia. A empresa tornou-se então internacional, abrindo outras lojas. A fábrica em Choisy funcionou até 1934[149]. A malga encontrada no sítio Malhada data provavelmente entre 1863 e o final do século XIX (*Figura C* da Prancha 18).

- Opaque de Sarreguemines – (*Figura D* da Prancha 18) Fábrica fundada em 1778, na França, próximo à fronteira com a Alemanha, na região do rio Sarre. Durante todo o século XIX exportou serviços de mesa para o Brasil, juntamente com a empresa franco-germânica Villeroy & Boch (fragmento com o selo desta empresa foi encontrado no sítio Pigica e será abordado no capítulo seguinte) (Lima et all, 1989, p. 216). O fragmento de malga com o selo desta fábrica apresenta o brasão de Lorena sobre a coroa mural, acrescido da denominação "OPAQUE DE SARREGUEMINES" em letras garrafais. A grafia deste selo foi utilizada nas louças entre 1875 e 1900[150].

- Copeland & Garrett Ltda – Fábrica estabelecida em Staffordshire, na Inglaterra. Trabalhou entre 1833 e 1847, produzindo faiança fina e outros materiais cerâmicos (Cushion, 1987, p. 510 *apud* Araujo & Carvalho, 1993, p. 83). Duas bases de malga apresentam os selos desta marca. Uma com o padrão decorativo denominado "Late Spode" (*Figuras E* da Prancha 18) e outro com o padrão decorativo "Alba" (*Figuras F* da Prancha 18). O primeiro apresenta decoração policroma com motivo floral nas cores azul, verde e rosa e o segundo fragmento não revela a decoração.

---

[149] Fonte: https://www.britishmuseum.org/collection/term/BIOG177493, acesso em 20 de maio de 2020.

[150] Fonte: https://www.porcelainmarksandmore.com/related/lorraine/saargemuend-01/index.php, acesso em 20 de maio de 2020.

Prancha 18: Fragmentos de faiança fina com selo, sítio Malhada



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

Prancha 19: Moedas, sítio Malhada



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

4.3.8. As moedas.

Outras peças que compõem a coleção Sílvio Campos são seis moedas do período Imperial. Apesar da moeda ser objeto corriqueiramente reutilizado e transformado (em adorno, por exemplo) em períodos posteriores a seu uso monetário, as da coleção reafirmam a cronologia das faianças de ocupação do sítio ao longo do século XIX. São duas moedas de 20 Reis do 1ª Reinaldo, válidas entre 1822 e 1833 (*Figura A*, Prancha 19), e quatro do 2ª Reinado, cunhadas entre 1841 e 1889, e emitidas entre 1868 e 1870 (*Figura B*, Prancha 19).

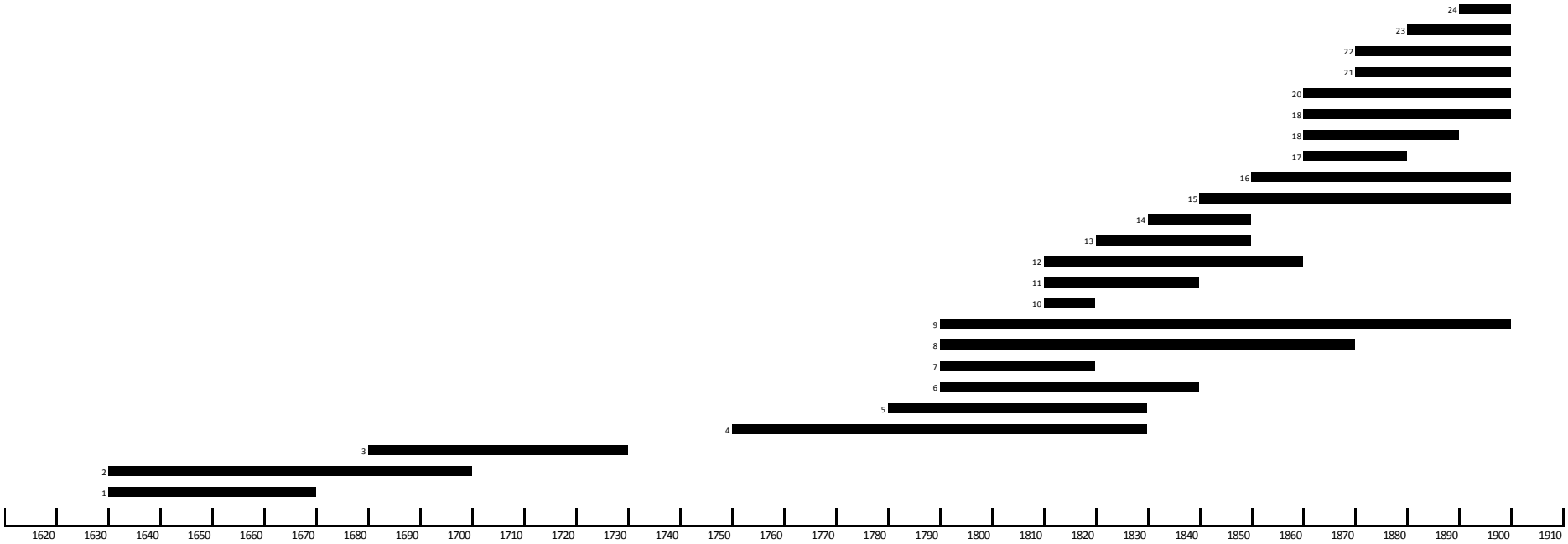
4.4. CRONOLOGIA DO SÍTIO MALHADA

Através dos objetos industrializados, a cronologia de ocupação do sítio pode ser estimada pelo modelo recorrente na arqueologia, conhecido como barra South. O modelo baseia-se na facilidade de estabelecer a vida de uso das louças, por terem um período de produção específico e padronizado, com intervalos bem delimitados de início e fim. Ainda que o modelo implique em transportes dos objetos a longas distâncias, uma vez introduzidos na rede comercial, sua propagação era relativamente rápida, fazendo parte dos contextos domésticos pouco tempo após sua fabricação (South, 1971; Lima et all, 1989b).

Um dos artifícios utilizados para se obter a cronologia de ocupação é os princípios do *terminus post quem* (a data depois da qual) e *terminus ante quem* (a data antes da qual). Este método de datação relativa consiste em considerar o ano de produção do artefato mais antigo da amostra como a data mais recuada para o início da formação do contexto arqueológico e a produção do artefato mais recente da amostra como a fase terminal da ocupação do sítio. O período de produção de cada tipo de louça encontrada no sítio forma o gráfico de barras que demonstra sua cronologia de ocupação.

Infelizmente, as amostras dos materiais ainda não são suficientes para analisar dados de frequência e diversidade de tipos coexistindo em um mesmo período, para propor intervalos de maior e menor densidade ocupacional. Porém, o gráfico de barras do sítio Malhada mostra uma cronologia de ocupação correspondente aos registros históricos desde a formação do povoado de Galeão, até o período republicano e pós. O gráfico apresenta claramente dois momentos distintos da ocupação no sítio: os primeiros 100 anos, com início no mesmo

Gráfico 9: Gráfico de Barra do sítio Malhada



1. Faiança portuguesa, decoração da Ordem de Santiago (1630 - 1670)
2. Faiança portuguesa, decoração semicírculos concêntricos (1635 - 1700)
3. Faiança portuguesa com motivos de folhas na cor verde (1725 - 1775)
4. Faiança portuguesa com motivos polícromos em vinhoso (1750 - 1825)
5. Shell Edge azul inciso com motivos de linhas curvas, estilo Rococó (1780 - 1830)
6. Banhado (dipped) com motivo de faixas simples em faiança pearlware (1790 - 1840)
7. Faixas e frisos polícromo creamware (1790 - 1820)
8. Transfer printing motivo romántico (1793 e 1870)
9. Transfer printing padrão willow (1793 e 1890)
10. Faiança da marca Davenport com transfer print sobre o esmalte (1810-1820)
11. Transfer printing azul borrão com motivo floral cartucho em faiança pearlware (1810 - 1840)
12. Padrão floral polícromo, pintado a mão livre no estilo peasant (1810 - 1860)
13. Transfer printing azul borrão escuro em faiança pearlware (1820 - 1850)
14. Faiança da marca Copeland & Garrett (1833 - 1847)
15. Banhado (dipped) com motivo de faixa azul (1840 - 1900)
16. Transfer printing azul borrão padrão Brosley (1850 e 1890)
17. Faiança da Societé ceramique & Maestricht selo do leão rampante (1863 - 1880)
18. Shell Edge azul sem inciso (1860-1890)
19. S*ponge* (1860 - 1900)
20. Faiança da fabricante H.B. & Cie, Choisy-le-Roi (1863 - 1900)
21. Faixas e frisos simples whiteware (1875 - 1900)
22. Faiança da marca Opaque de Sarreguemines (1875-1900)
23. Ironstone decorado em decalcomania (1885-1900)
24. Ironstone china "J & G Meakin" (1890)

período da construção da igreja de São Francisco Xavier, na década de 1620, e se estendendo até o primeiro quarto do século seguinte, na década de 1720. O segundo momento é mais longo, com início em meados do século XVIII e término no início do século XX, podendo se estender até os dias atuais.

O pequeno hiato no gráfico pode ser interpretado de diferentes maneiras. A mais louvável seria afirmar a ocupação jesuíta nos primeiros anos de formação do sítio, até poucas décadas antes dos inacianos deixarem o Brasil, em meados do século XVIII. A partir desta data, provavelmente, o sítio Malhada foi ocupado por leigos da igreja, mas com alto poder aquisitivo. Possivelmente, eles estariam ligados ao comércio de madeira e/ou produção agrícola, principais atividades econômicas de interesse da elite local daquele século. A quantidade de utensílios importados de mesa e banho presentes no sítio remete à moradores monetarizados, letrados e preocupados com a aparência. Um grupo que distoava do restante da população regional, ao adotar utensílios domésticos que aludem ao comportamento europeu, como o de comer à mesa em pratos rasos.

Utensílios como o urinol revela a alta posição social dos habitantes do Malhada no século XIX, época em que o objeto era utilizado apenas por pessoas brancas da elite. Estas pessoas usufruiam de serviçais domésticos, certamente escravizados, que desempenhavam a função de despejadores de dejetos (Costa, 1989, p. 94). Outros objetos como bule, xícaras e malgas remetem ao costume de tomar chá, adotado no Brasil, no século XIX, segundo representações do comportamento social das classes superiores e médias da Europa. Porém, vale ressaltar que o hábito de tomar chá se configurou, no país, com traços comportamentais diferentes dos adotados pelos europeus, inclusive podendo substituir o chá pelo café, por ser este um produto local. Toda vida, o hábito de se reunir no ambiente doméstico e familiar para sociabilizar informalmente enquanto os hospedes são servidos de bebidas, é um comportamento, como os européus, de pessoas abastardas que se diferenciavam dos segmentos sociais populares do ambiente público (Lima et al, 1993; Symanski, 1998). No entanto, os fragmentos e objetos encontrados no sítio Malhada não permitem afirmar que o consumo social do chá estivesse associado à esfera de atuação feminina (como ocorreu no Rio de Janeiro, no período Imperial) (Lima, 1997). Retornaremos a este assunto específico no próximo capítulo.

Por ora é certo que a combinação dos utensílios de mesa do mesmo período e com o mesmo padrão decorativo revelam a preocupação dos moradores em apresentar harmonia visual como expressão de requinte. Um exemplo disso é o conjunto da primeira metade do

século XIX, formado pelo bule, xícara e os pratos, todos decorados em *transfer printing* azul. Outro conjunto contempla a travessa e pratos ironstone sem decoração da segunda metade do mesmo século. Todos essas peças eram de considerável valor no mercado. A harmonia desses conjuntos requintados de mesa indica que o sítio Malhada foi um lugar de sociabilização da elite, onde pessoas de fora da intimidade familiar foram recebidas em sua mesa, durante todo o século XIX. Diferente da crise econômica anunciada na documentação histórica a partir de meados do século XIX, o registro arqueológico do sítio Malhada mostra que seus moradores mantiveram um bom padrão financeiro até o final do século XIX, ou, pelo menos, se exforçaram para exibi-lo aos seus visitantes.

4.5. UTENSÍLIOS DE CERÂMICA

Além da relevância da faiança para datar o sítio e apresentar os padrões de comportamento da elite que habitava o local, o material cerâmico é a grande maioria da amostra evidenciada na prospecção do sítio Malhada. Tal situação é recorrente em pesquisas arqueológicas realizadas em sítios do período colonial, principalmente. Antes do século XIX, as louças, os vidros e metais eram materiais importados restritos à classe abastada. Ao contrário, a cerâmica já figurava entre os utensílios produzidos e utilizados pela população indígena para o preparo e consumo de seus alimentos, antes da chegada dos europeus. Nos séculos de dominação que seguiram, o uso de recipientes cerâmicos continuou sendo uma máxima no Brasil, podendo ser adquiridos em menor preço e maior oferta de produtos nos mercados, por estarem associados a produção de caráter local/regional (Zanettini, 2005; Bornal, 2008).

Entre os fragmentos cerâmicos evidenciados na prospecção do sítio Malhada, a grande maioria são de pequeno porte não sendo possível identificar qual a categoria estrutural correspondente da peça (*Tabela 7*). No entanto, sobre o preparo da matéria-prima e a coloração da pasta é possível fazer correspondência sobre algumas etapas do processo e as técnicas de fabricação. Sabe-se que existe uma complexidade de possíveis variáveis no processo de queima da argila (como por exemplo a madeira utilizada para combustão, o tipo de fogueira, a posição da peça no forno, a temperaura de queima, etc), cujo ambiente só pode ser confirmado a partir de uma análise arqueométrica precisa da pasta do material (Silva, 2013). Porém, sem negligenciar essas variáveis, considero o modelo de Rye (1981) ao estabelecer um padrão na correlação entre a coloração da pasta, visível na fratura do

fragmento, e a atmosfera de queima. Como a *Tabela 8* mostra, a coloração da pasta é predominantemente branca (75% na US e 44% nos PTs), com alguma presença de marrom, marrom avermelhado, rosa, cinza vermelha e preto, na ordem de maior para menor presença da amostra. As pastas mosqueadas são correspondentes aos fragementos dos tijolos e de algumas telhas (*Tabela 9*).

Tabela 7: Categorias estruturais dos fragmentos de cerâmica do sítio Malhada

Categoria estruturante	US	PT	TOTAL
Aplique	3 (0,7%)	0	3
Base	10 (2,5%)	3 (1,5%)	13
Borda	40 (10%)	17 (9%)	57
Lábio	0	2 (1%)	2
Parede	156 (39%)	78 (42%)	234
Parede e borda	3 (0,7%)	1 (0,5%)	4
Parede e base	1 (0,2%)	0	1
Tijolo	1 (0,2%)	10 (5,5%)	11
Bolota de argila queimada	1 (0,2%)	0	1
N/I	188 (46%)	76 (40,5%)	264
TOTAL	403	187	590

Tabela 8: Coloração das pastas das cerâmicas do sítio Malhada

Coloração da pasta	US	PT	TOTAL
Branca	302 (75%)	83 (44%)	385
Cinza	9 (2,3%)	6 (3,2%)	15
Marrom	30 (7,4%)	24 (13%)	54
Marrom avermelhada	8 (2%)	20 (10,5%)	28
Rosa	13 (3,3%)	5 (3%)	18
Preto	6 (1,4%)	0	6
Vermelha	3 (0,7%)	7 (4%)	10
Amarelo avermelhado	0	5 (3%)	5
Mosquiada entre branco e rosa	18 (4,6%)	28 (15%)	46
N/I	14 (3,5%)	9 (5%)	23
TOTAL	403	187	590

Referência Mansell, 2000
Branca (GLEY1- 8/N, 7.5YR 8/1, 7.5)
Cinza (GLEY1: 6/N, 6/10Y, 6/5GY, 6/10GY)
Marrom (7.5 YR 4/2, 4/3, 4/4, 5/2, 5/3)
Marrom avermelhado (5 YR 4/2, 5 YR 4/3, 5 YR 4/4
Rosa (10Y: 8/3, 8/4; 5 YR 7/4, 2.5)
Preto (7.5 YR 2.5/1, 7.5 YR 4/1)
Vermelho (2.5 YR 4/4, 2.5 YR 4/6, 2.5 YR)
Amarelo avermelhado (7,5 YR 8/6, 7/6, 7/8, 6/6, 6/8)

Ainda sobre o processo de fabricação, o antiplástico da pasta é principalmente de minerais e alguns fragmentos apresentam caco moído acrescido aos minerais para formar a pasta. Entre os antiplásticos minerais, a predominância de quartzo é latente, além de hematita, xisto e pouco feldspato. Na maioria dos fragmentos analisados, os quartzos são pequenos e seixados, semelhantes à forma do mineral na composição natural da argila. Isso indica que a matéria-prima foi cuidadosamente selecionada, pois não teve adição de tempero (Roux, 2016, pp. 25-30).

Entre os tipos de objetos possíveis de serem identificados, destacam-se a generalização das vasilhas (40% na US e 34% nos PTs) e os materiais de construção. Os materiais construtivos possíveis de identificação são os tijolos (0,2% na US e 5% nos PTs) e as telhas (6,7% na US e 23,5% nos PTs). Também foram identificados os gargalos (2,5% nos PTs) e os alguidares (0,2% na US e 1% nos PTs) (*Tabela 9*). No entanto, esta estimativa é um tanto distorcida, uma vez que muitos fragmentos classificados como vasilhas podem ser parte de um alguidar e de um objeto que possui gargalo. Tal fato justifica a grande maioria de objetos não identificados – N/I (53% na US e 33,55% nos PTs).

Tabela 9: Objetos cerâmicos, sítio Malhada

Tipo de objeto	US	PT	TOTAL
Alguida	1 (0,2%)	2 (1%)	3
Telha	27 (6,7%)	44 (23,5%)	70
Tijolo	1 (0,2%)	9 (5%)	10
Vasilha	162 (40%)	64 (34%)	226
Gargalo	0	5 (2,5)	5
N/I	212 (53%)	63 (33,5%)	275
TOTAL	403	187	589

Tabela 10: Processo de manufatura das cerâmicas do sítio Malhada

Manufatura	US	PT	TOTAL
Torneado	171 (42,5%)	67 (36%)	238
Moldado	1 (0,2%)	10 (0,5%)	11
Modelado	31 (7,6%)	52 (28%)	83
Roletado	4 (1%)	1 (0,5%)	5
N/I	196 (48,6%)	57 (30%)	253
TOTAL	403	187	590

Informações mais precisas levantadas na análise dos fragmentos estão relacionadas à técnica de manufatura dos objetos (*Tabela 10*). A amostra dos fragmentos evidenciados na

etapa de prospecção apresenta a maioria de objetos torneados (42,5% na US e 36% nos PTs), seguida de objetos modelados (7,6% na US e 28% nos PTs) – nos quais as telhas e os gargalos contemplam –, objetos moldados (1% na US e 10% nos PTs) – nos quais os tijolos figuram como maioria – e os roletados em quantidade mínima (1% na US e 0,5% nos PTs).

A partir da amostra de fragmentos evidenciados na prospecção é possível traçar parâmetros quantitativos das técnicas de tratamento de supercífie das cerâmicas (*Tabela 11*). Entre os fragmentos dos PTs, o alisamento é a principal técnica utilizada para o tratamento de superfície (38,5% na parede externa e 13% na parede interna), seguida do engobo vermelho (23,5% na parede externa e 1,5% na parede interna). Outro tratamento de superfície presente nas peças é o vidrado, principalmente na parede interna dos fragmentos (1,5% na parede externa e 22% na parede interna) e o polimento (0,5% na parede interna)[151]. A porcentagem das técnicas de tratamento de superfície entre os fragmentos da unidade de sondagem é equivalente a dos PTs. O alisamento aparece em 34% nas paredes externas e 3,5% nas paredes internas, o engobo vermelho aparece em 24% das paredes externas e 3% de paredes internas, o vidrado em 2% da parede externa e 33% nas paredes internas e o polimento em 0,7% nas paredes internas e nenhum na parede externa.

Tabela 11: Técnicas de tratamento de superfície das cerâmicas do sítio Malhada

Tratamento de superfície	US		PT	
	Externa	Interna	Externa	Interna
Alisado	136 (34%)	14 (3,5%)	72 (38,5%)	24 (13%)
Engobo branco	0	0	2 (1%)	1 (0,5%)
Engobo vermelho	97 (24%)	11 (3%)	44 (23,5%)	3 (1,5%)
Vidrado	9 (2%)	132 (33%)	3 (1,5%)	41 (22%)
Polido	0	3 (0,7%)	0	1 (0,5%)
N/I	161 (40%)	243 (60%)	66 (35%)	117 (62,5%)
TOTAL	403	403	187	187

[151] Vale salientar que a cerâmica vidrada, também conhecida como louça vidrada (Brancante, 1981, pp. 435-456; Lima, et all, 1989, pp. 217-218; Zanettini, 1986, pp. 121-122; Hume, 2001), refere-se à técnica chamada *salt-glazed*, caracterizada pela aplicação de elementos de glauzura (como, chumbo, estanho ou sal) durante a queima, para formar uma película de silicato sobre a superfície da cerâmica. Diferente da louça vidrificada (como a grés e a porcelana), cuja impermeabilidade é atingida pela alta temperatura do cozimento, deixando a pasta muito dura e densa, não sendo necessário receber banho de esmalte após o primeiro cozimento da peça, como ocorre com as faianças. As diferentes técnicas serão novamente abordadas ao longo do texto, conforme as respectivas peças de cerâmica forem apresentadas.

Quanto aos tipos de objetos cerâmicos do sítio Malhada, a coleção Sílvio Campos apresenta fragmentos maiores, possíveis de reconstituição. A coleção Sílvio Campos possui 58 fragmentos cerâmicos encontrados no sítio, dos quais 33 são cachimbos, 7 apliques (4 asas e 3 alças), 2 bases, 2 base e parede, 1 base com parede e borda, 1 parede, 2 parede e apêndice, 6 paredes com borda, 2 paredes e bordas com apêndices, 1 tampa e 1 fragmento de fundo de bojo com negativo de haste (provavelmente uma taça de pequeno porte, 3,5 x 4,5 cm). Deste total de fragmentos, apenas quatro foram remontados em duas peças distintas, totalizando 56 objetos. Os objetos foram classificados entre dois tipos: os cachimbos e os utensílios utilitários de mesa e cozinhas. Entre os cachimbos, 32 são modelados e um é moldado. Já entre os utensílios de mesa 16 peças são torneadas e 7 apliques foram modelados. Não há nenhuma peça confeccionada por roletes.

As 16 peças torneadas não possuem decoração elaborada. Como utensílios ordinários para uso diário, elas apresentam decoração rústica, resultado do processo de confecção pelas marcas do torno nas paredes. 10 peças apresentam esse tipo de decoração na parede interna, sendo que 4 delas também apresentam as mesmas marcas na parede externa. As outras 6 peças não apresentam qualquer decoração.

Os artesãos tiveram mais trabalhado com o tratamento de superfície dessas peças torneadas. A parede externa de 8 delas foram apenas alisadas, 3 receberam apenas engobo vermelho, 1 foi alisada e vidrada, outra foi alisada e recebeu engobo vermelho e duas não foram identificadas. Na parede interna, 1 peça recebeu alisamento, outra recebeu apenas engobo vermelho, 3 tiveram a superfície vidrada, 3 receberam alisamento e engobo vermelho, outra recebeu alisamento e foi vidrada, em 6 não foram identificados tratamento de superfície na parede interna e uma não se aplica essa análise.

Os utensílios de mesa são em sua maioria do grupo dos recipientes, divididos em duas categorias: os de bebidas e os de comidas. Os primeiros possuíam três funções; armazenar, servir e consumir bebidas. Alguns objetos acumulavam dupla função, como, por exemplo, os jarros, púcaros e talhas eram usados tanto para servir, quanto para armazenar líquidos. Três alças de púcaro foram identificadas entre os fragmentos da coleção (*Figuras A*, Prancha 20). São fragmentos grossos de 22 e 25 mm de espessura, a coloração da pasta é marrom, porosa e arenosa, o engobo é escuro (diferente da maioria dos fragmentos, cuja pasta é branca e o engobo é vermelho). Os púcaros com engobo preto eram objetos populares na península Ibérica desde o século XVI até o final do século XVIII, presentes tanto nas mesas dos pobres quanto na mesa dos nobres e Reis (Vasconcellos, 1921, p. 47, Fernandes, 2012). Em Salvador,

Etchevarne encontrou púcaros inteiros na área da Sé, no setor do adro, próximo a Santa Casa da Misericórdia. Os objetos são associados às classes abastadas da cidade, que adotavam o hábito europeu de servir água e vinho à mesa (Etchevarne, 2006, pp. 66-67).

Outros seis fragmentos da coleção são associados à recipientes de consumo de líquidos à mesa: o fragmento CSC-130 refere-se a uma taça pequena, o fragmento CSC-150 é uma tampa (*Figuras B*, Prancha 20), o fragmento CSC-94 é uma alça associada a uma pequena talha, conhecida como quartinha (*Figura C*, Prancha 20) e outros três fragmentos de xícaras ou malgas. O primeiro objeto mostra que os habitantes do sítio Malhada apreciavam bebidas licorosas. O consumo de licores logo após as refeições é um hábito particular difundido como comportamento de mesa da elite europeia. Consumido em recipientes pequenos, o licor é degustado e estimula a digestão dos alimentos ingeridos durante a refeição. O fragmento da tampa é em forma de pitorra. Possivelmente, a tampa é de uma talha para servir água à mesa, assim como o fragmento de alça. Os fragmentos das xícaras ou malgas serão tratados mais adiante, junto com outros fragmentos de consumo de comidas à mesa.

Um fragmento de borda reconstitui um recipiente do tipo talha, com borda introvertida (*Figura D*, Prancha 21). Especificamente, este objeto recebe a denominação de *porrão*, na Bahia (Costa Pereira, 1957; Cunha, 2014; 2015; Lody, 2016). Em Portugal, os porrões eram cerâmicas na forma de panela, com duas asas e superfície vidrada, confeccionadas para armazenar e conservar alimentos, como azeite e mel (Fernandes, 2012, pp. 329-330). Nas colônias portuguesas, os porrões foram utilizados nos engenhos para fabricação do açúcar, desde o século XV. Empregados na etapa de purgar, os porrões eram colocados abaixo das formas de pão-de-açúcar, para receber o caldo que escorria pelas frestas inferiores das formas apoiadas nas mesas, denominadas *andaimes*. A denominação aparece pela primeira vez em Valência (Espanha) no ano de 1415, com a grafia *porrons*. Na documentação do século XVI da ilha da Madeira, termos como *tinas*, *coxos*, *jarros de castella* designam objetos empregados para a mesma função de purgo (Morgado, 2009, p. 127; Morgado et al., 2012, p. 772). Provavelmente, a variação na nomenclatura do objeto também acompanhou suas variações morfológicas (Fernandes, 2012, pp. 330). Na Bahia, como veremos, a talha denominada porrão adquiriu outros significados e funções bem diversas das empregadas nos engenhos de açúcar.

Na recente tese de doutorado de Sílvia Peixoto, a autora apresenta as variações de fragmentos de bordas associadas aos porrões encontrados no sítio engenho do Camorim, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a autora descreve e representa através de

desenhos, os porrões apresentam variações nos tipos de lábios e espessura das bordas. Entre a maioria dos porrões com bordas diretas verticais ou extrovertidas, há uma variação da forma com borda introvertida, denominada pela autora como gargalo (Peixoto, 2019, pp. 342-343). Há de se notar que a variação morfológica do porrão de gargalo, formado pela introversão da borda, proporciona o encaixe do fundo afunilado do pão-de-açucar, dispensando os andaimes da etapa de purgar. Na Bahia, os porrões de borda introvertida são objetos grandes, de mais de um metro de altura, utilizados inicialmente no processo de purgo na fabricação do açúcar. Posteriormente, o mesmo objeto foi adotado pelos escravizados para serem usados no armazenamento de água nas casas e como recipientes para os escravos domésticos buscarem água nas fontes.

Entre os fragmentos evidenciados na prospecção, três deles são gargalos de recipientes de botijas para consumo de líquidos, como uma bilha ou outra espécie de moringa (*Figuras E*, Prancha 21). O fragmento M-PT-007 é uma borda que mede 30 x 34 mm e 9 mm de espessura, com lábio residual. O antiplástico é mineral e caco moído de médio porte (visíveis a olho nu) e coloração da pasta branca. Os outros fragmentos M-PT-143 e M-PT-144 foram reconstituídos em um único fragmento. Medem 22 x 25 mm e 20 x 23 mm (ao todo 22 x 48 mm) e 12 mm de espessura. Também possuem minerais e cacos moídos como antiplásticos da pasta de coloração branca. A borda possui lábio residual.

No trabalho etnoarqueológico desenvolvido por Daniella Amaral com ceramistas do agreste nordestino, a autora registrou que no processo de confecção de moringas (também chamadas de quartinhas), a modelagem da borda (a boca) é a última etapa da manufatura, realizada com um intervalo de poucas horas após as etapas anteriores e consiste em adicionar um rolete bem espesso na extremidade superior da peça, prendendo-o com pressões dos dedos para em seguida dar-lhe a forma desejada (Amaral, 2012, p. 144). Isso explica, a parte inferior dos dois fragmentos de borda não apresentarem fraturas expostas, mas uma deformação amórfica resultada da quebra onde houve o encaixe do pequeno gargalo. No fragmento M-PT-144 é possível observar a sobra de argila que sobressaiu com a pressão feita no momento de junção do gargalo com o corpo do vasilhame.

Na coleção Sílvio Campos, dois fragmentos articulados reconstituem parte de um pote com pescoço, borda levemente extrovertida, lábio rebarbado e parte superior do bojo (*Figura F*, Prancha 21). De parede fina (5 mm de espessura) e borda medindo 11 cm de diâmetro, potes como estes eram utilizados para armazenar líquido, especialmente água, mas também para guardar “alimentos em conserva com sal, óleo ou gordura, a exemplo das azeitonas,

peixes e carnes" (Etchevarne, 2006, p. 66), além de legumes secos, alcaparra, frutas do reino e outras especiarias que chegavam de Portugal (Cascuda, 2011). Este pote possui engobo vermelho apenas na face externa, fato que gera dúvida sobre a capacidade de impermeabilidade do recipiente, podendo ser usado apenas para armazenar alimentos sólidos.

Os recipientes de comidas são ainda mais variados entre os tipos de pratos, panelas, gamelas, caçarolas, bacias e alguidares. Os objetos foram divididos segundo suas funções considerando a abertura do vasilhame e as marcas de uso (como a fuligem, por exemplo), para definir entre objeto de armazenar, preparar, servir ou consumir as comidas. Entre os utensílios de cozinhar e de servir à mesa encontrados no sítio Malhada, destacam-se os que possuem tratamento de superfície vidrado (equivalente a 30 fragmentos de cozinha e 16 fragmentos de mesa). Os primeiros objetos de superfície vidradas chegaram na Bahia a bordo dos navios europeus. Em Portugal, este acabamento é produzido desde o final do século XV e início do século XVI, nas peças conhecidas como cerâmica comum vidrada (Barradas & Silva, 2017). O século XVI é apontado como período auge da fabricação desta cerâmica, destinada ao armazenamento e à produção de alimentos. Sua produção e comercialização permaneceu ativa até o final do século XVII (Osório & Silva, 1995, p. 290). As importações para o Brasil permaneceram até 1750, segundo documentos compulsados em São Paulo (Brancante, 1981, p. 317).

Na Bahia, a produção da cerâmica com superfície vidrada teve início nos primórdios mesmo da colonização. O modo de produção da denominada "louça vidrada", como ficou conhecida na colônia portuguesa da América, foi mais uma técnica disseminada pelos padres jesuítas e outros mestres de olaria do Reino, passando a ser reconhecida como produto local, principalmente, no litoral baiano e em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX. As louças vidradas baianas eram comercializadas com outras Províncias da colônia, como Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo (Brancante, 1981, p. 317). A falta de maiores elementos visíveis torna indistinta a produção estrangeira da nacional, sendo necessário um trabalho arqueométrico para verificar a origem da argila de cada peça e, assim, conseguir distingui-las.

Outra possibilidade de distinguir a produção estrangeira da nacional é pela arqueometria da película vidrada, formada na superfície da cerâmica pela técnica conhecida como *salt-glazed*. Segundo Brancanti (1981, p. 317), entre as três matérias-primas de glazura conhecidas na época (chumbo, estanho ou sal), é bastante provável que os oleiros da metrópole não conhecessem o emprego do sal neste processo. A técnica do vidrado consiste em aplicar, durante a queima, uma dessas três matérias-primas à superfície da cerâmica para a qual o

efeito de vidramento era desejado. O efeito gerado é a vaporização do elemento pela alta temperatura e formação de uma película brilhante e colorida que impermeabiliza a peça. A coloração varia entre a matiz do amarelo ao verde dependendo da matéria-prima utilizada, sendo o vidrado plumbífero mais amarelado e o cuprífero mais esverdeado (Etchevarne, 2006, p. 68).

Os fragmentos vidrados da coleção e da prospecção no sítio Malhada são todos amarelados. Alguns apresentam manchas esverdeadas, presumindo-se baixo teor de chumbo misturado na matéria-prima vidrada, como pode ser observado na peça CSC-153 apresentada na *Figura G* da Prancha 22. Este fragmento é parte de uma bacia globular com 20 cm de diâmetro de borda, espessura da parede de 7 mm e face interna vidrada, utilizada para armazenar e/ou servir alimentos ensopados, típicos do litoral baiano, como as moquecas e caldeiradas de peixes e crustáceos. Infelizmente o fragmento não apresenta a base do objeto para saber se era plano ou acompanhava o ângulo de inclinação da parede. Um segundo fragmento de borda e parede com a face interna vidrada é parte de outra bacia de formato globular (*Figura H*, Prancha 22). Esta peça tem a parede mais fina (com 6 mm de espessura), a borda introvertida (com 16 cm de diâmetro) e lábio rebarbado.

Recipientes de cerâmica em formatos globulares não são comuns em Portugal. Segundo Souza & Lima (2016, pp. 27-28), apenas na região de Almada há ocorrência de cerâmica globular, em um contexto datado entre fins do século XVII e início do século XVIII, cujos pesquisadores identificam como sendo dos escravizados que lá viveram. No Brasil, recipientes globulares são comuns em sítios indígenas e nos sítios coloniais e pós-coloniais associados à presença de indígenas, africanos e seus descendentes. Na África, a confecção e uso de recipientes globulares é comum em extensas regiões que vão desde a África Ocidental até a região de Congo e Angola (Souza & Lima, 2016, p. 28; Gosselain, 2000).

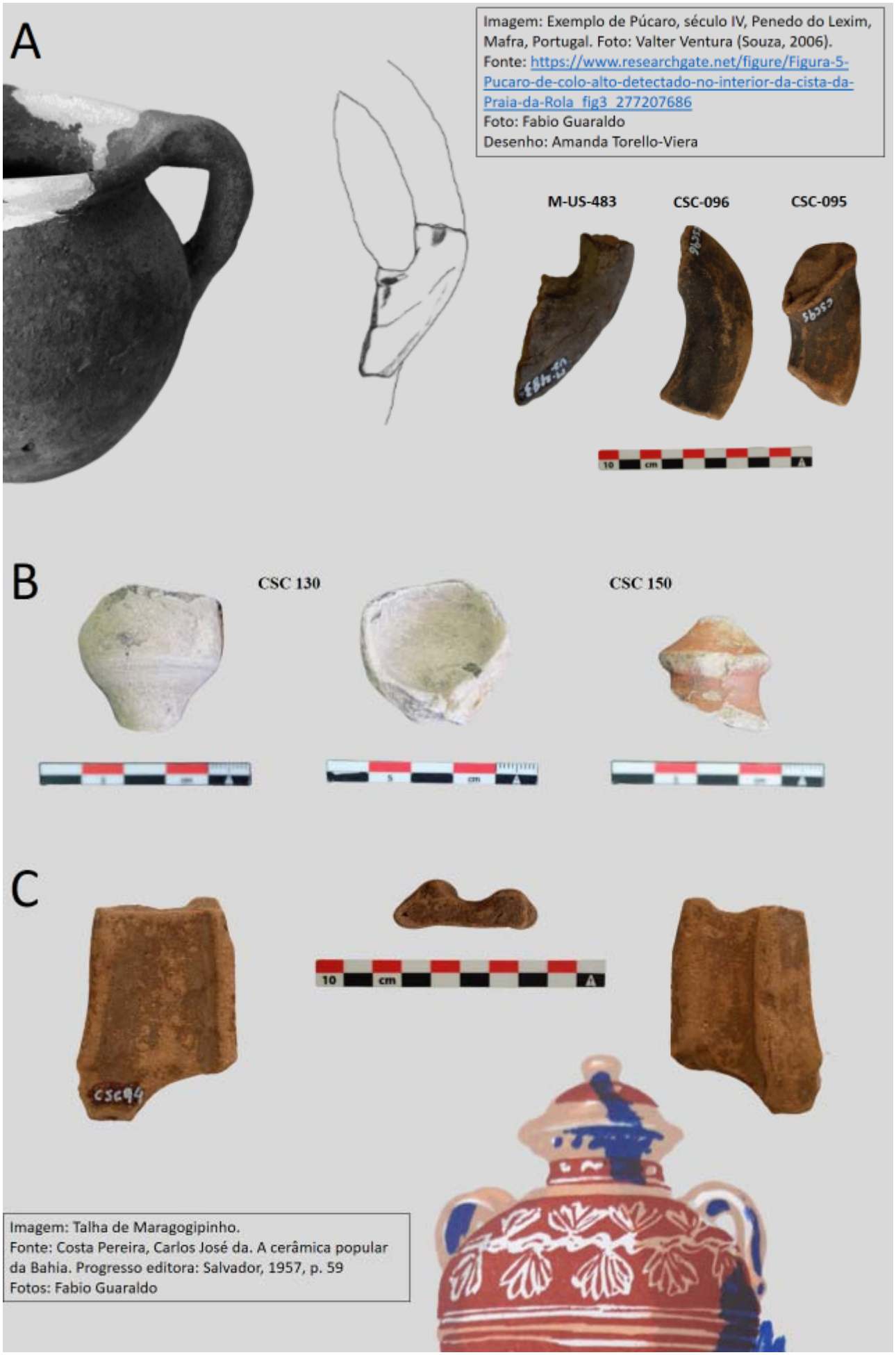
Outro artefato utilizado para servir alimentos é uma panela globular com asa, borda ligeiramente introvertida e base semiplana, com a parede interna vidrada e grossa (11 mm de espessura). Este artefato foi reconstituído a partir de dois fragmentos. Os fragmentos não são articulados, porém, a partir das características da pasta, espessura das paredes, ângulo de curvatura e tratamento de superfície, foi possível constatar que se trata do mesmo objeto, fato confirmado na etapa de desenhar cada um dos fragmentos, quando a reconstituição gráfica do objeto foi feita (*Figura I*, Prancha 22). Trata-se de uma panela de grande porte (236 x 245 mm), possivelmente utilizada para preparar alimentos, apesar de não apresentar marca de fuligem.

Panelas de morfologia e tratamento de superfície similar a estas são encontradas entre os objetos da *Max Collection*, em Port Royal, na Jamaica. Essas panelas jamaicanas são apresentadas por Hauser et all (2008) como panelas *yabbas*, confeccionadas por africanos e comercializadas nos mercados locais. Os mercados coloniais jamaicanos foram aparentemente estabelecidos por Lei e forneciam aos africanos escravizados ou livres e seus descendentes uma oportunidade de venderem seus excedentes de produtos e mercadorias manufaturadas para acumularem dinheiro e riqueza material e desenvolverem redes sociais e comunidades (Gerth & Kingsley, 2014, p. 17). Apesar de terem sido produzidas pela técnica do rolete, estas panelas jamaicanas lembram as panelas globulares encontradas no sítio Malhada pela morfologia, pelo tratamento vidrado na superfície interna e pela presença de asas em algumas delas.

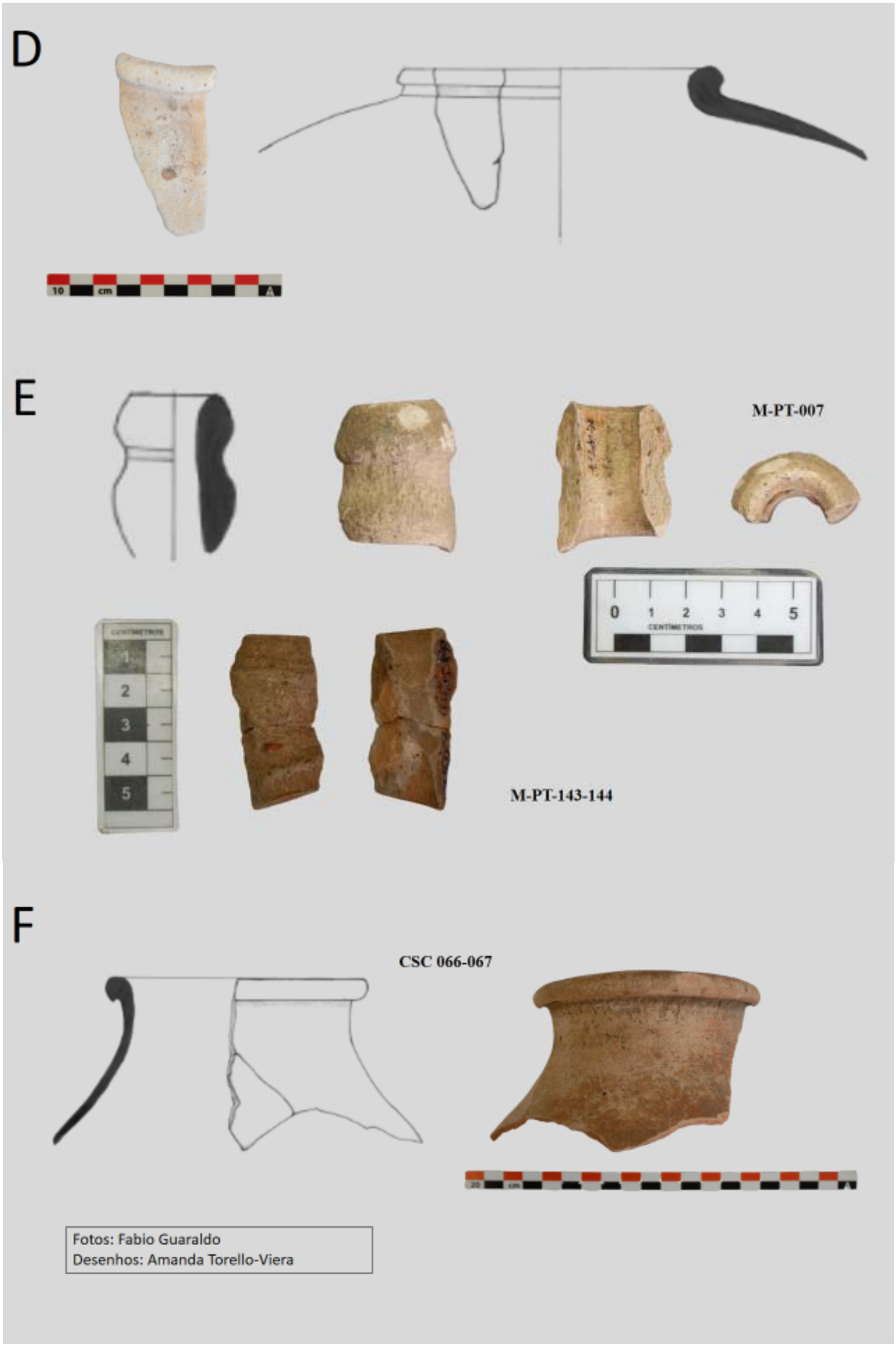
A coleção Sílvio Campos conta com quatro fragmentos de asas semelhantes à asa dessa panela (*Figura J*, Prancha 23). Três das quatro asas apresentam manchas de fuligem, pressupondo-se que são apêndices de algum tipo de panela usada para preparar alimentos. Panelas empregadas no preparo de alimentos por europeus, em especial portugueses, eram geralmente aparelhadas com apêndices de empunhadura, como asas e alças próximas ao lábio, para serem manuseadas de modo a evitar choques ou contatos do usuário com o calor. Esses utensílios apresentam também bases planas ou semiplanas para conferir estabilidade em superfícies tais como mesas, armários e estantes. No Rio de Janeiro, cerâmicas de barro utilizadas para cozinhar com presença de alças ou asas são encontradas em sítios arqueológicos do século XVII e XVIII (Souza & Lima, 2016, pp. 26-29).

Uma panela para preparar alimento tipicamente utilizada por portugueses é a denominada caçarola. Um fragmento específico de borda direta vertical com asa reconstitui uma caçarola encontrada no sítio Malhada (*Figura K*, Prancha 23). O fragmento possui paredes alisadas, com resquícios da película vidrada plumbífera, possui manchas de fuligens na parede externa e reconstitui uma caçarola de 19 cm de diâmetro na borda e tamanho médio. Caçarola semelhante foi evidenciada por Etchevarne no Pátio dos estudos Gerais do Colégio Jesuíta, em Salvador. O arqueólogo identifica este objeto como sendo do século XVI e XVII, presentes nas residências e instituições importantes da capital da colônia (Etchevarne, 2006, p. 65).

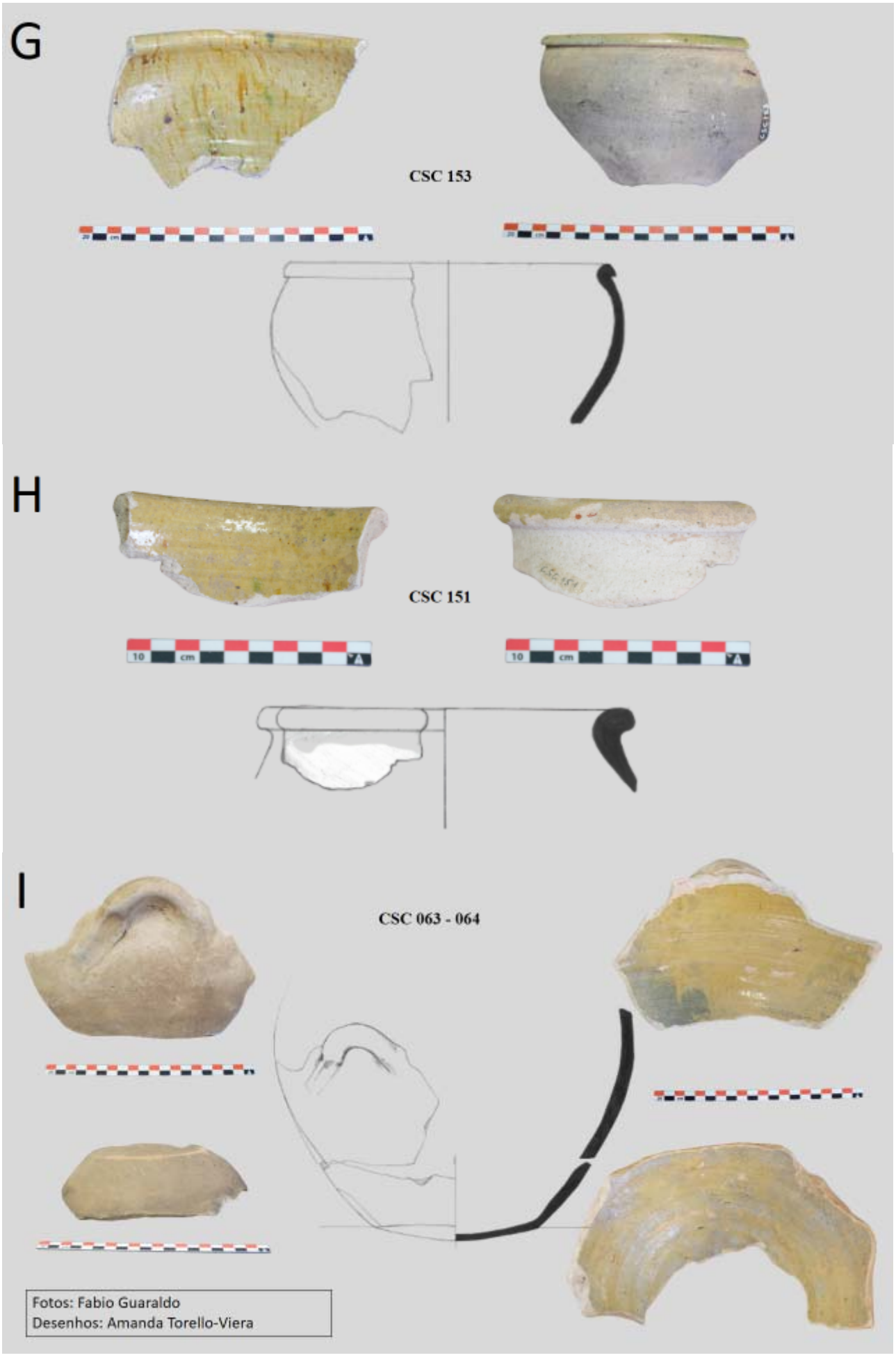
Prancha 20: Objetos de cerâmica, sítio Malhada



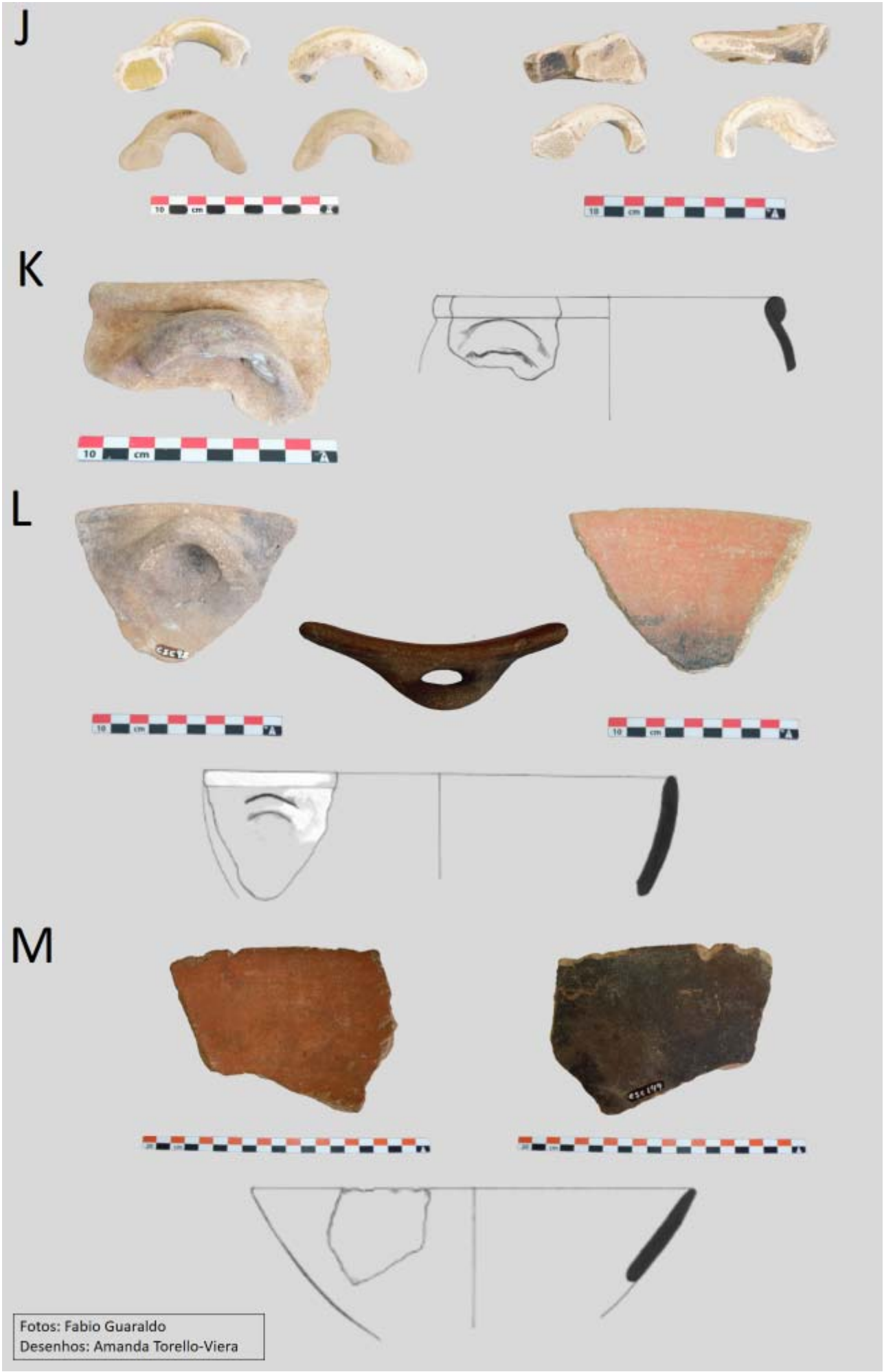
Prancha 21: Objetos de cerâmica, sítio Malhada



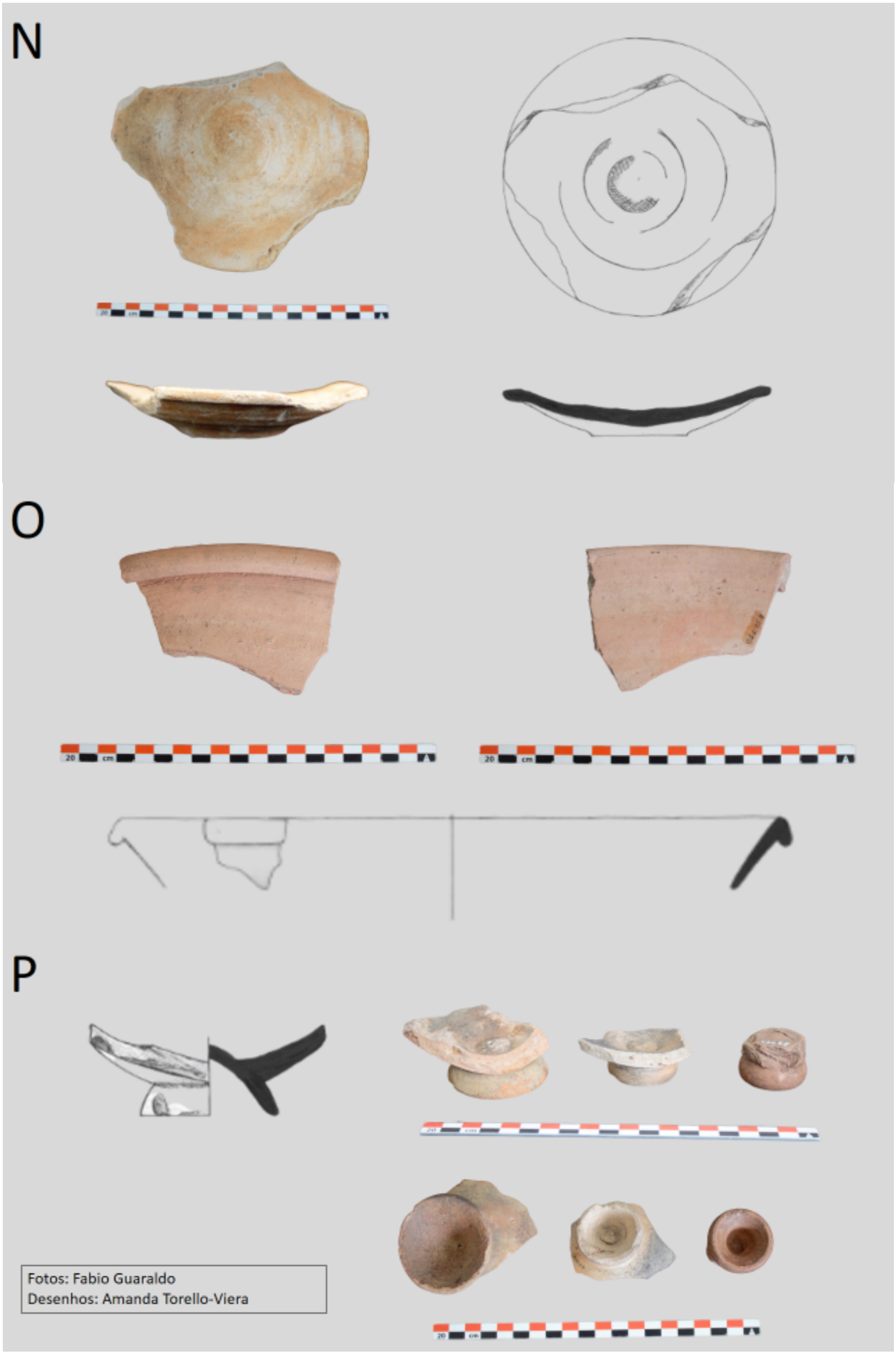
Prancha 22: Objetos de cerâmica, sítio Malhada



Prancha 23: Objetos de cerâmica, sítio Malhada



Prancha 24: Objetos de cerâmica, sítio Malhada



Outros dois fragmentos são de duas gamelas, formas de recipientes cerâmicos bastante frequentes, "destinados à preparação de alimentos, especialmente das carnes que deviam ficar em maceração ou da lavagem de processamento de aves e peixes. Também podiam ser utilizados para a preparação das massas que precisavam fermentar, como as do pão" (Op. cit., p. 68). Estes fragmentos não são vidrados, porém apresentam engobo vermelho e polimento nas paredes internas, acabamento aplicado para impermeabilizar as peças. A primeira gamela possui formato semiesférico, com 28 cm de diâmetro na borda que tem forma direta vertical com 12 mm de espessura, enquanto o lábio de formato arredondado e a parede do objeto medem 10 mm de espessura (*Figura L*, Prancha 23). O fragmento apresenta marcas de uso na parte inferior da parede interna, possivelmente resultado da fermentação do conteúdo. Uma alça pequena em arco longitudinal (75 x 19 mm, longitudinal e transversal respectivamente) anexada à parte superior da parede externa, completa o fragmento. A segunda gamela tem forma de cuba, com a borda direta inclinada externa e o lábio arredondado medindo 42 cm de diâmetro. A parede é grosa, medindo 14 mm de espessura, afinando na borda (10 mm) e no lábio (7mm), e não possui alça (*Figura M*, Prancha 23).

Sobre os recipientes do serviço de mesa, restam as cerâmicas utilizadas para consumir comida. Entre estas encontram-se um prato e um alguidar. O prato é o objeto menos fragmentado da coleção, compondo base com pedestal plano, parede de 6 mm, borda horizontal, levemente extrovertida, e lábio arredondado. Trata-se de um prato esférico pequeno de 16 cm de diâmetro (*Figura N*, Prancha 24). O alguidar é reconstituído a partir de um fragmento de borda horizontal, com lábio rebarbado. O fragmento mede 105 x 84 mm e constitui apenas 6% da borda, ou seja, trata-se de um objeto grande com 54 cm de diâmetro (*Figura O*, Prancha 24).

Além destes falta tratar também dos três fragmentos de xícaras ou malgas abordados anteriormente. As xícaras ou malgas são identificadas pela parte do pedestal de cada objeto. São três fragmentos de pedestais semiesféricos de diferentes tamanhos, com ônfalo na base interna da peça, como resultado do encaixe do torno (*Figura P*, Prancha 24). Este conjunto de objetos de barro utilizados para consumir alimentos na mesa são comuns em sítios do século XVIII, no Brasil, e no restante do continente americano. Interessante o fato de que as peças de serviço e consumo dos alimentos não apresentam tratamento de superfície, enquanto as peças de estocagem, preparo e utilizadas para servir o alimento são vidradas e/ou engobadas.

Nota-se que as malgas e alguidares serviam tanto a população livre quanto aos cativos. Gravuras do século XIX mostram africanos e afrodescendentes utilizando alguidares apoiados

no topo da cabeça para carregar mantimentos. Entre os africanos e seus descendentes, a preferência por malgas tem sido atestada pelos trabalhos arqueológicos (*e.g.* Souza, 2006; Symanski &Souza, 2007, pp. 232-234). Outro fator interessante é a semelhança do formato entre as malgas de barro e as malgas de faiança inglesa, holandesa e francesa do século XIX. Como tratado anteriormente, estes objetos importados foram utilizados pelos proprietários da residência, que espelhavam o modelo europeu de comportamento e procuravam reproduzi-lo através da cultura material. Como os custos de importação de objetos europeus não eram baixos, os colonos fomentavam a reprodução morfológica dos utensílios de mesa e cozinha pelos ceramistas locais. Vamos entender então, como esse processo ocorreu e quais os agentes envolvidos na produção da cerâmica colonial no litoral baiano.

4.6. CORRELATOS PARA PENSAR A CERÂMICA COLONIAL DO LITORAL BAIANO

Os primeiros registros de cerâmicas produzidas por colonos no Brasil data da primeira metade do século XVI. Consta que os jesuítas fomentavam a produção de cerâmica dentro dos aldeamentos indígenas, principalmente a fabricação de telhas e tijolos, mas também a louça-de-barro para o consumo ordinário e utilizado na produção do açúcar nos engenhos. Entre a lista de ofícios dos jesuítas no Brasil, Serafim Leite registrou nove oleiros, cuja maioria chegou no Brasil antes de 1549, para colaborar com a fundação da cidade de Salvador (Leite, 1953, pp. 64-68). Entre os padres Mestres de Oleiro, Leite destaca o nome de Amaro Lopes por ter dedicado sua vida no Brasil, exclusivamente ao ofício de transformação do barro. Ele ensinou “escravos e forros, que depois asseguraram por si mesmos os serviços e produção das olarias”, nos colégios, engenhos e aldeamentos. Ele viveu na aldeia de São João (atual bairro Plataforma, na cidade de Salvador), entre os anos 1601 e 1604. Depois disso, passou para o Baixo Sul, em “Camamu, no exercício da sua arte de oleiro”, onde o último registro de sua presença é do ano de 1607 (Leite, 1953, pp. 65 e 204 citações).

Stuart Schwartz confirma que a olaria foi dependência importante dos colégios, engenhos e fazendas jesuítas. Ele registra o ofício de oleiro entre as atividades desenvolvidas nos principais engenhos. Os trabalhos seguiam os moldes de seu ambiente caracterizado como indústria-doméstica. As cerâmicas eram consumidas pelos engenhos em fluxo contínuo. As formas de pão-de-açúcar e porrões de purgar eram indispensáveis para o refinamento do açúcar. Quando governador da Bahia, em 1769, o marquês de Lavradio manifestou

preocupação de perder a produção do açúcar devido à falta de formas de barro suficientes nos engenhos (Schwartz, 1988, p. 110).

Apesar de imprescindível, a utilidade de possuir olaria nos engenhos não era unanimidade entre os proprietários. O padre jesuíta Antonil registrou no começo do século XVIII, as queixas dos senhores sobre os custos de manter seis a sete escravizados para produzirem cerâmicas juntos ao mestre oleiro, além da grande quantidade de lenha consumida e de se manter uma jazida para retirada de argila. "(...) com muito menos se compram as formas e as telhas que são necessárias". O conselho do padre aos proprietários de engenhos era "(..) meter um crioulo em alguma olaria [para aprender o ofício]: porque este ganha metade do que faz e em um ano chega a fazer três mil formas (...)" (Antonil, 1950 *apud* Costa Pereira, 1957, p. 14).

A visão racista de Costa Pereira fez lhe afirmar que "o negro escravo não possuía aptidão profissional para a [produção da] cerâmica". No entanto, o autor se contradiz nas linhas seguintes, ao atribuir ao escravizado todas as tarefas da olaria, como "amassar o barro, preparar as pelas para irem ao torno, carregar a lenha, controlar o forno, transportar os objetos prontos e demais encargos subsidiários" (Costa Pereira, 1957, p. 14). Faltou-lhe afirmar ainda que cabia ao escravizado o manuseio das mesmas peças no processo de fabricação do açucar e no preparo dos alimentos diários, assim como utilizar os objetos cerâmicos para servir alimentos, carregar e armazenar água, lavar, secar, em fim, todos os serviços manuais praticados nas vilas, povoados e fazendas.

Ora, se o africano participava de todas as etapas de produção e uso dos objetos cerâmicos, certamente ele aprendeu as técnicas de manufatura europeia com uso do torno e do forno fechado, ainda que não fosse utilizada na África. A produção da cerâmica nos engenhos configurava entre os trabalhos praticados pelos artesões, reconhecida por sua especialidade e maestria. Os senhores de engenho dependiam destes especialistas que não se faziam em grande quantidade na praça. Estas pessoas eram valorizadas com *status* e pagamentos. No início da coloniação, estes cargos foram ocupados por europeus e brasileiros brancos de confiança do senhor. Com o tempo, houve "um número crescente de pessoas de cor em ocupações artesanais e especializadas nos engenhos". Em fins do século XVIII, "os engenhos dependiam fundamentalmente de artesãos e especialistas escravos e de numerosas pessoas de cor, livres e libertas, para executar as tarefas especializadas da manufatura do açucar"

(Schwartz, 1988, pp. 272 e 269, respectivamente), incluindo o ofício de mestre de olaria[152]. Neste cenário, o indivíduo escravizado adquiriu a possibilidade de requerer à função de oleiro, ainda que não fosse atendido. O fato dele se sujeitar a pretender a posição de oleiro e produzir as cerâmicas demandada pelo seu senhor envolvia seus interesses em ser ou não reconhecido por esta atividade. No entendimento de Antonil, o afrodescendente (criolo) estaria mais interessado neste reconhecimento do que os africanos ou estaria mais apto a ser aceito pelo senhor nesta função.

Segundo Schwartz, apesar de muitos engenhos possuírem sua própria olaria, outros tantos compravam cerâmicas das olarias espalhadas pela Baia de Todos os Santos. O autor não menciona a configuração histórica destas olarias independentes, mas destaca as do sul do Recôncavo, como as de Maragogipinho.

> *Os graciosos potes de barro vermelho com desenhos pintados em branco que enfeitam tantos lares baianos hoje em dia provêm da mesma argila vermelha de Maragogipinho com que eram feitas as formas de açúcar* (Schwartz, 1988, p. 110).

Centros de oleiras tradicionais da região sul do Recôncavo, como Maragogipinho, foram formados em áreas onde os aldeamentos missionários criaram os primeiros núcleos coloniais na região[153]. Segundo Costa Pereira, no final do século XVII, a população indígena desses núcleos já havia incorporado as técnicas europeias de uso do torno e do forno fechado no processo de manufatura da cerâmica de morfologia e elementos decorativos portugueses (Costa Pereira, 1957, p. 15). Consta que os indígenas foram envolvidos inclusive na fabricação dos próprios tornos. Nas memórias de Baltazar da Silva Lisboa, o Ouvidor descreve entre as habilidades dos indígenas, o excelente trabalho como "(...) falquejadores e bons torneiros: ocupam-se em fazer contas, cocos de beber água e outras galanterias"[154].

No entanto, apesar de Costa Pereira creditar aos jesuítas a formação dos centros de oleiros junto aos Colégios e Missões, onde empregaram a mão-de-obra indígena, ele mesmo reconhece que os inacianos não eram muito "afeitos aos trabalhos manuais" e pouco teriam

---

[152] Schwartz atribui esta substituição da mão-de-obra especializada à queda na renda real ocorrida entre o século XVII e XVIII. Segundo ele, "em épocas de preços declinantes para o açúcar e dificuldade na economia açucareira, os senhores de engenho transferiram parte de sua perda de lucros para os trabalhadores" (Schwartz, 1988, p. 272).

[153] Maragogipinho está localizado no atual município de Aratuípe, antiga freguesia de Sant'Anna da Aldeia, em Nazaré.

[154] ABN, v. 37, p. 11. Ver referência em Dias (2016a, p. 82).

influenciado na produção cerâmica indígena. Segundo ele, “o que de maior vulto fizeram nesse sentido, foi concentrar a mão-de-obra e talvez estruturar a produção.” (Costa Pereira, 1957, p. 15). Nesse sentido, é mais coerente pensar a produção da cerâmica como prática tradicional entre as mulheres indígenas, as quais, localizadas próximas a região dos engenhos de açúcar, se apropriaram dos elementos técnicos e da morfologia dos recipientes que interessavam aos portugueses, para serem comercializadas no mercado interno, sem perder suas técnicas tradicionais de confecção, principalmente relacionada à etapa de acabamento das peças, envolvendo o polimento (brunidura) das paredes externas, aplicação do engobo com o tradicional uso do tauá (de coloração vermelha) e a decoração de alguns recipientes (Etchevarne, 2003).

Para o arqueólogo Carlos Etchevarne (2003), a cerâmica de Maragogipinho apresenta uma origem portuguesa bastante evidente na morfologia e nos elementos decorativos, mas com técnicas de acabamento do conhecimento indígena. Trabalhos etnográficos nas olarias de Maragogipinho mostram que a divisão sexual do trabalho acompanha o processo de preparo das cerâmicas, com aspectos do modo de produção indígena como também português (Cunha, 2015; Neves, 2017; Simões, 2016). Todo o trabalho de coleta e preparo do barro, a modelagem no torno e a queima no forno fechado são funções masculinas. As mulheres são responsáveis pela etapa final de polimento e decoração das peças, utilizando a terra ferruginosa de coloração vermelha, chamada tauá, e a terra branca, chamada tabatinga. O tauá é aplicado como engobo, ainda no estado crú das peças. Em seguida é feito o polimento (etapa chamada localmente de brumidura), com auxílio de um seixo e um pano. Utilizado ao mesmo tempo, o seixo raspa a superficie para alisar, enquanto o pano lustra e dá brilho. O acabamento de superfície é importante para diminuir a porosidade e tornar a peça impermeável. Já a pintura com tabatinga ocorre após a queima e, normalmente, são reproduzidos motivos florais e arabescos (Cunha, 2015, p. 54).

Em Portugal, a cerâmica produzida nas olarias é domínio dos homens. Os homens são responsáveis pelo uso do torno e a queima da louça no forno fechado (Costa, 2014; Fernandes, 2012). Já no Brasil pré-colonial, a cerâmica sempre foi uma materialidade associada ao gênero feminino. As mulheres eram as únicas responsáveis por todas as etapas de produçao, desde a coleta do barro, passando pela modelagem por roletes, o acabamento de superfície e a queima. Em Maragogipinho, as mulheres permanecem responsáveis pelo trabalho manual de tratamento da superfície, com polimento e aplicação de engobo, além da

decoração de algumas peças específicas. Por sua vez, os homens são empregados na tarefa de uso do torno para modelagem e queima dos artefatos no forno fechado.

Etchevarne realizou pesquisa etnoarqueológica sobre a técnica de produção das ceramistas de outra comunidade no sul do Recôncavo, a comunidade de Coqueiros localizada no município de Maragogipe. Segundo ele afirma, as cerâmicas utilitárias de Coqueiros aludem às técnicas de produção de populações indígenas pré-coloniais. Os aspectos que o leva a esta conclusão são principalmente: a preparação do barro, a construção do corpo do vasilhame (modelagem e roletado), o tratamento de superfície (alisamento), a preparação e utilização de pigmentos minerais (terra ferruginosas/ tauá), o uso do espaço e a técnica da queima (ambiente oxidante e cocção incompleta) (Etcheverne, 2003, p. 69). Na preparação do barro, a argila é peneirada para tirar as impurezas. "Não é adicionado nenhum antiplástico, atuando como tal apenas os pequenos grãos de quartzo que a argila comporta naturalmente e que por seu tamanho não foram retirados" (Etchevarne, 2003, pp. 60-61). Diferente de Maragogipe, as cerâmicas de Coqueiros são confeccionadas quase majoritariamente pelas mulheres, não utilizam torno e a queima é ao ar livre, em fogueiras detalhadamente planejadas, inclusive com hora certa do dia em decorrência da direção e intensidade do vento (ambiente oxidante). O acabamento da superfície e a decoração seguem os mesmos processos realizados em Maragogipinho.

Atualmente, os destinos das cerâmicas de Maragogipinho e Coqueiros são principalmente a feira de São Joaquim, em Salvador, e as feiras regionais em Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Valença. Os principais compradores são os moradores locais e os turistas. Entre os moradores, a maioria são religiosos de matriz africana, donos de restaurantes e hotéis para servirem os pratos (Neves, 2017, p. 87). O antropólogo e museólogo Raul Lody (2016) afirma que os utensílios de barro reproduzem a "identidade visual das comidas da Bahia", de domínio das africanas e afrodescendentes. Por isso, os donos de restaurantes, hotéis e turistas adquirem estes objetos como materialidade da identidade afro-baiana. Apesar disso, tanto estudos etnográficos quanto arqueológicos não mencionam sobre a influência africana na produção dessa cerâmica confeccionada no litoral baiano.

A verdade é que a dinâmica do trabalho nestes centros coloniais de oleiros ainda não foram tema de estudos históricos exaustivos. O que temos são trabalhos etnográficos sobre como estes centros estão configurados atualmente, com ceramistas que se autodefinem caboclos e caboclas, descendentes de indígenas e africanos (Costa Pereira, 1957; Etchevarne, 2003; Cunha, 2015; Simões, 2016; Neves, 2017). O exame do processo histórico de

organização do trabalho nestes centros coloniais de olarias permitirá ao arqueólogo interpretar as experiências da vida cotidiana dos agentes envolvidos, suas rotinas, experiências corporais e sociais vividas, desde uma estratégia metodológica focada na polivalência da cultura material e nas complexidades da práxis diária (Weaver, 2015, p. 20). Essa tarefa deve sintetizar perspectivas descolonizadoras para entender como as expectativas e demandas materiais foram impostas aos trabalhadores e para entender como esses trabalhadores reagiram, se transformaram para dar continuidade à sua realidade material (Silliman, 2001, p. 384).

Á luz do que sabemos sobre o papel histórico dos aldeamentos indígenas na região sul do Recôncavo e dos estudos antropológicos e etnoarqueológicos com as ceramistas de Maragogipinho e Coqueiros, é adequado pensar que os jesuítas organizaram uma forma de trabalho com a introdução do forno e do torno, valendo-se do trabalho do homem africano para conduzir estes elementos exógenos às técnicas tradicionais de produção da cerâmica indígena. O modo como ainda hoje as etapas de produção da cerâmica estão organizadas em Maragogipinho, parece ter iniciado no período colonial, quando a necessidade por materiais construtivos, recipientes para a fabricação do açúcar e utensílios para serem usados nas residências coloniais, criaram a demanda por produtos cerâmicos segundo a morfologia dos utensílios europeus. Por isso também, a cerâmica baiana produzida com estas características, não avançou além dos limites geográficos conhecidos como interior dos engenhos, região influenciada historicamente pela presença dos engenhos de açúcar no entorno do Recôncavo (Costa Pereira, 1957, p. 16).

Assim, atribuiu-se ao africano escravizado juntamente com o indígena aldeado, a responsabilidade pela preparação dos utensílios cerâmicos. Pode-se imaginar as tarefas divididas, sendo o homem africano incumbido da tarefa de coletar o barro no local indicado pela mulher indígena, além de preparar a argila e levantar a peça com uso do torno. Enquanto a mulher indígena permaneceu empregando suas técnicas conhecidas de acabamento, na tarefa de aplicação do tauá (como engobo) e polimento (brunir) para dar brilho e impermeabilidade à peça. O africano era também responsável pela etapa de queima, alimentando o forno coberto em forma de capela ou abóbada e, possivelmente, adicionando a matéria-prima para tratamento das peças com a superfície vidrada.

Vale lembrar que na Jamaica, a cerâmica produzida e comercializada pelos africanos, conhecidas como *yabbas*, também apresentam técnicas de tratamento de superfície adquiridas localmente no período colonial (Meyers, 1999, p. 202; Hauser et al., 2008). Elas possuíam

tratamento de superfície variado entre engobamento com uso de hematita, vidrada ou sem tratamento algum. Apesar das cerâmicas yabbas da Jamaica serem feitas pela técnica do rolete, as que recebiam tratamento de superfície vidrada pressupõe uma queima em forno. Assim como na Bahia, as cerâmicas vidradas yabbas possuem referências apenas nos registros arqueológicos ou nas histórias orais, não havendo nenhuma evidência da aplicação desse tratamento de superfície nas cerâmicas etnográficas (Hauser et al., 2008, p. 125).

Para Nova Granado, Therrien et all (2002) também apresentam as louças vidradas e polidas com hematita entre as variações das cerâmicas arqueológicas produzidas localmente pelos africanos e seus descendentes, as genericamente denominadas "louças crioulas". Através destas cerâmicas, os autores demonstram as escolhas empregadas de forma consciente pelos africanos para a produção de seus utensílios no contexto da diáspora nas Américas (Therrien, et al., 2002). Apesar dessa e de outras técnicas como o uso do torno e do forno não serem uma tradição na produção de cerâmica na África (Gosselain, 2000), isso não impediu os africanos de aprenderem os métodos europeus e produzirem cerâmica para seu próprio usufruto ou em grande quantidade para comercializarem. Principalmente em contextos nos quais a produção do açúcar associada à forma de trabalho europeu, dependia de constante produtividade dos utensílios cerâmicos, os africanos foram responsáveis pela manufatura destes objetos em larga escala, com o uso do torno e do forno fechado.

Assim como estou sugerindo para o contexto da Bahia, também em Barbados, nas Antilhas, tanto a documentação histórica quanto as evidências arqueológicas sugerem que os africanos produziam os potes cerâmicos usados na fabricação do açúcar. Para produzirem os potes em uma escala semi-industrial, própria dos engenhos nos séculos XVII, XVIII e XIX, os africanos empregavam o método de produção europeu, com uso das rodas de torno e queima em fornos fechados (Meyers, 1999, pp. 207-208). Obviamente, esta cerâmica apresenta características específicas que as diferenciam das conhecidas cerâmicas *colonial ware* e *criollo ware*, relacionadas à contribuição africana no Caribe e sul dos Estados Unidos (Cf. Deagan, 1987, pp. 103-104; Armstrong, 1990; Crane, 1993; Mathewson, 1973). Todavia, no caso da afirmação de Handler e Lange (1978, pp. 143-144), e Armstrong (1990, p. 150) estarem corretas – sobre o uso dos métodos europeus empregados pelos africanos para fabricar as cerâmicas em Barbados e na Jamaica ter sido resultado de um ou mais fatores geográficos, ecológicos ou socioeconômicos específicos –, então, sugiro que para o contexto da Bahia, estes fatores estejam estreitamente ligados às necessidades coloniais de produzir utensílios cerâmicos em larga escala impulsionados, em um primeiro momento, pelo processo

semi-industrializado da fabricação do açúcar nos engenhos e, posteriormente, para comercialização com outras províncias e, até mesmo, com o Reino.

Considerando a lógica comercial dos engenhos onde pagavam de 60 a 200 réis por forma de pão-de-açúcar, entre os anos de 1680 a 1710 (Schwartz, 1988, p. 110), é plausível afirmar que a comercialização destes produtos no mercado interno era de grande lucratividade[155]. Além dos engenhos do Recôncavo que demandavam as cerâmicas usadas na produção do açúcar, havia também a necessidade de os colonos fazerem uso de objetos utilitários ligados à produção, consumo e armazenamento dos alimentos, como é o caso dos habitantes do sítio Malhada. Esta demanda não passou desapercebida aos centros de olaria do litoral baiano, cuja especialização na produção das peças preferidas pelos colonos gerou intenso comércio de cerâmica de barro regionalmente, nos mercados e pelos mascates, como também no comércio com outras Províncias, principalmente na primeira metade do século XVIII.

Brancante aponta o monopólio da Bahia no envio de "louças de barro" aos portos do Rio de Janeiro. Em 1739, entre as louças baianas registradas na lista daquele porto, encontram-se: "Alguidares (de três palmos e meio de boca), panelas e boiões grandes - $ 0,40 réis; Louça de barro cozido e louça vidrada – (não se sabe o valor); Pratos, bacias e alguidares pequenos - $ 0,10 réis". Além de frigideiras, garrafas, infusas, púcaros, tigelas de cabo e panelas grandes e pequenas de cozinha. A apreciação das peças resultou na exportação das chamadas louças baianas para o Reino, "livres de direitos de entrada" (Brancante, 1981, p. 314-315).

Conforme diferentes autores vêm demonstrando (Zanettini & Wichers 2009; Agostini 2010), a distribuição espacial da produção e comercialização desses itens cerâmicos não é uma questão fácil de ser equacionada e exige esforços que estão além dos objetivos imediatos dessa pesquisa. No entanto, ao que tudo indica até o momento, estas cerâmicas eram produzidas desde pelo menos o século XVII em centros de oleiros e oleiras, inicialmente organizados por jesuítas e posteriormente mantidos pelos responsáveis pela produção, os quais eram africanos, indígenas e seus descendentes, autodenominados caboclos, atualmente. A produção desta cerâmica colonial do litoral baiano compreendeu todos os utensílios de produção do açúcar, como também de sala e cozinha, para o armazenamento, preparo, consumo e apresentação dos alimentos nas residências de ricos e pobres.

[155] Para ter referência deste valor, em meados do século XVIII, o custo diário da alimentação de 7 cativos era 60 réis em média (Mattoso, 1988, p. 69).

Durante todo o período colonial e imperial, a Bahia contou com uma sociedade plural, com indivíduos de diferentes etnias indígenas e africanos, do clérico europeu e do corpo administrativo do Reino. Com a instalação do Governo Geral ainda no século XV, os utensílios utilitários tornaram-se indispensáveis para manter o comportamento dito "civilizado", conforme o modelo de hábitos cotidianos europeus. Contando com as variadas habilidades e ofícios de sua população multiétnica, a Bahia passou a produzir cerâmica que era comercializada no mercado interno da província e em praças comerciais de outras províncias da colônia.

Denominados aqui de cerâmica colonial baiana da "zona do açúcar", por ter sua produção bem delimitada no entorno da Baía de Todos os Santos até a baía do Rio Jaguaripe, trata-se de um conjunto cerâmico de morfologia variada, que lembra a cerâmica comum portuguesa, algumas com características gerais das cerâmicas globulares africanas e as técnicas de polimento indígena. Inicialmente produzidas para atender a demanda de consumo dos engenhos de cana (onde eram empregadas na etapa de purgação no processo produtivo do açúcar), as olarias foram organizadas pelos europeus, contaram com as técnicas indígenas e as mãos dos africanos. Concomitantemente, os jesuítas disseminaram o consumo doméstico desses utensílios, os quais foram incorporados, posteriormente, ao comércio de insumos alimentares que a região do Baixo Sul da Bahia realizava com Salvador e outras províncias como Pernambuco e Rio de Janeiro.

Esta cerâmica colonial do litoral baiano não se resume à noção de encontro das raças, como os folcloristas pensavam na proposta de encontrar um sincretismo da identidade nacional. Como vemos pelas amostras do sítio Malhada, esses utensílios comportavam uma considerável heterogeneidade de usos, sentidos e significados, estando abertos a múltiplas influências e agências segundo as referências de origem dos seus usuários e produtores (Souza & Lima, 2016). Por isso, antes de uma materialidade sincrética ou híbrida, a cerâmica colonial baiana da zona do açúcar foi produto da relação e troca de conhecimentos técnicos entre a população indígena, africana, europeia e seus descendentes. Cada um com seus conhecimentos e interesses próprios atuaram em uma demanda particular que envolveu a formação dos assentamentos interligados na região, criando pólos coloniais compostos por engenhos, fazendas, povoados, aldeias missionárias, assentamentos de quilombos, vilas coloniais, além dos centros de oleiros e oleiras.

4.7. OS CACHIMBOS DE BARRO

Outros materiais do sítio Malhada que ajudam a pensar as referências de origem dos produtores e usuários dos utensílios de barro são os cachimbos. Por serem objetos de uso individual, os cachimbos são materiais privilegiados para analisar agências subjetivas e suas influências na coletividade. Como mencionado, os cachimbos do sítio Malhada são todos parte da Coleção Sílvio Campos. Ao todo são 33 cachimbos entre fragmentos, objetos fragmentados e objetos inteiros, dos quais 32 são modelados e apenas um moldado.

4.7.1. O Cachimbo moldado

O único cachimbo moldado da coleção está fragmentado, com o fornilho inteiro, incluindo o pedúnculo, e sem o porta boquilha (*Figura 28*). Trata-se de um modelo angular, o qual foi encontrado isolado dos demais cachimbos, segundo Sílvio, na roça de milho (Ponto CSC11 na *Figura 24*). Apesar de estar fragmentado, o fornilho é todo decorado e apresenta sinais da técnica de produção do artefato.

Figura 28: Cachimbo moldado do sítio Malhada



Foto: Fabio Guaraldo, 2019.

A decoração exibe motivos barrocos em alto relevo em toda a superficie do fornilho. A decoração é simétrica nos dois lados do fragmento e apresenta leve anomalia na parte frontal e oposta. Os sinais revelam a técnica de confecção realizada em dois momentos distintos, utilizando um único molde para os dois lados, unidos posteriormente com o barro ainda crú. A decoração está dividida entre a parte superior e inferior do corpo do fornilho, separadas por

duas faixas longitudinais paralelas (também em alto relevo) circundando o fragmento e localizada acima da junção do fornilho com o corpo do porta boquilha.

A parte superior do fragmento é abaulada terminada em uma borda reta. A decoração apresenta arabescos e pontilhados. Na parte inferior, observa-se nove pequenos losangulos longitudinais (sendo quatro de cada lado e um na parte frontal), alinhados abaixo das faixas paralelas. Ainda na parte inferior, em cada lado do fragmento, existem três ramos com folhas nas pontas, saindo do mesmo ponto próximo o porta-boquilha. Na face frontal da peça foi acrescentado um ornamento em relevo sobre a junção, provavelmente para disfarçar a anomalia. Este ornamento não é claramente identificado, mas sugere ramos. Na parte inferior da peça, o pedúnculo está fragmentado, mas aparenta ser do tipo com orifício para pendurar. A fratura do fragmento evidencia uma queima em ambiente neutro, com núcleo central escuro diferente da coloração marrom avermelhada do restante da peça (Rye, 1981, p. 116).

A morfologia, decoração e técnica de produção desta peça se assemelham com alguns cachimbos encontrados por Frederico Barata, na aldeia jesuíta na cidade de Santarém, no estado do Pará. Os cachimbos de barro de Santarém descritos por Barata levam decoração em relevo também em ornamentação de estililização vegetal, com uma parte superior abaulada e decoração diferenciada da parte inferior do corpo do fornilho. Barata atribui as características da ornamentação decorativa compatível ao modelo do barroco português, os quais acompanham os desenhos dos púlpitos das igrejas e capelas coloniais da cidade. A técnica de confecção também é feita em duas partes e depois anexadas. Barata descreve a peça como cachimbo de "índio-jesuíticos ou tapajós-jesuíticos", considerando que estes artefatos eram produzidos pelos indígenas, em estado de "aculturação" sob influência dos padres jesuítas. A datação remonta ao período do aldeamento jesuíta entre os século XVII e XVIII (Barata, 1944; 1951).

Os arqueólogos Cláudio Symanski e Denise Gomes também escavaram a aldeia jesuíta em Santarém e encontraram quatro cachimbos parecidos com o descrito por Barata, sendo apenas um com decoração. Entretanto, eles consideram arriscado associar estes cachimbos somente ao uso da população indígena. Para eles, "seu uso pode ter sido mais amplamente disseminado nessa sociedade, como parece ter ocorrido em outras regiões do Brasil fortemente marcadas pela mestiçagem entre indígenas, africanos e portugueses" (Symanski & Gomes, 2012, pp. 79-81). Neste sentido, os autores chamam atenção para o fato de os cachimbos terem sido utilizados tanto pelos indígenas e mestiços quanto pelos portugueses e luso-brasileiros.

Por outro lado, outras interpretações fazem pensar sobre qual teria sido a participação destes sujeitos sociais no processo de produção dessa peça. O mesmo processo de interação social entre tupiniquins e colonos interpretado por Noelli e Sallum (2019) a partir da análise da denominada "cerâmica paulista" encontrada principalmente nos estados de São Paulo e Paraná, pode aludir sobre os processos de mudança e continuidade na produção da cerâmica nessa região do litoral baiano. Segundo a noção antropológica da predação como exercício da alteridade tupi, a identidade indígena é uma construção social constantemente atualizada pela incorporação do "outro" que foi escolhido por afinidade (Viveiro de Castro, 2002, cap. 3). O indígena, experiente na produção de cerâmica, se apropriou das técnicas e decoração da cerâmica jesuíta com o desejo e decisão de se aproximar do recém-chegado (Ribeiro & Jácome, 2014, p. 472). Mas isso não significou perda, mas persistência cultural (Noelli & Sallum, 2019, p. 709). Todas essas proposições são questões que merecem ser melhor refletidas e, certamente, serão aprofundadas pela arqueologia histórica no Brasil.

Como vimos, a relação que os jesuítas estabeleceram com a população nativa na região sul do Recôncavo promoveu a concentração de diversos centros de olarias, onde encontravam-se pessoas de diferentes origens e descendências. Lugares formados em uma conjuntura na qual seus atores buscaram formas de arranjos autônomos e independentes para estabelecer novas e manter as velhas relações sociais. Assim, os centros de olaria baiano produziram objetos que mesclam elementos da técnica, morfologia e uso da cerâmica como reflexo da pluralidade social baiana persistente até os dias de hoje.

No caso do sítio Malhada, os dados ainda são limitados para estabelecer conclusões. De qualquer forma, a ocorrência deste cachimbo como único exemplar do gênero, encontrado isolado dos demais, reforça a presença jesuíta em Galeão. Ainda que a documentação histórica não faça muita referência aos inacianos na ilha de Tinharé, a presença da igreja de São Francisco Xavier, associada ao cachimbo moldado, aos vestígios de faiança portuguesa e utensílios cerâmicos encontrados tanto no sítio Malhada quanto em outros sítios de ocupação jesuíta (como é o caso dos materiais encontrados no colégio Jesuíta, em Salvador), aludem a um contexto de presença da Companhia de Jesus, no primeiro século de ocupação do sítio.

Em associação aos outros cachimbos que serão apresentados a seguir, esta peça comprova que fumantes de diversas origens habitaram o sítio em diferentes períodos. Segundo a bibliografia citada, a presença indígena era certa na ilha, assim, este cachimbo pode representar tanto a diversidade étnica da população que habitou o sítio, quanto a

hierarquia existente entre as pessoas que possuiam o hábito de fumar. Mas não resta dúvidas sobre a diversidade social e cultural das pessoas que ocuparam o local.

4.7.2. Os cachimbos da população africana em Galeão

Abordado sobre os habitantes do Malhada de ascendência indígena e europeia, resta explorar o recorte étnico da populaçao africana que ocupou o local. As informações da documentação histórica são restritas sobre este aspecto. Como vimos, a diversidade das regiões de onde partiram os navios negreiros em direção aos portos de Salvador e entrepostos do Baixo Sul refletiu na pluralidade cultural africana no solo insular de Tinharé. Nesse caldo étnico baiano, ao falar de cachimbo, não se pode desprezar a influência da produção de fumo na Bahia, responsável pela manutenção da rota comercial entre o litoral baiano e a Costa das Minas, durante o século XVIII e início do século XIX.

Segundo Jerome Handler (2008, p. 1), o tabaco foi levado para à África pelos europeus bem no início do século XVII. Em Serra Leal já se cultivava a planta em 1607 e no Reino do Congo era usada pelos soldados na mesma época. Logo após ser introduzido, o produto exótico tornou-se desejo comum entre os africanos. Atentos ao fenômeno, os europeus passaram a trocar o tabaco produzido na Bahia por escravos. Os traficantes comercializavam os fumos de melhor qualidade com a elite local e distribuíam os de menor qualidade (denominado pelos franceses de "tabaco de cantina") aos escravizados dentro dos tumbeiros, para serem consumidos durante a travessia (Handler, 2008, p. 1)[156].

Handler chama atenção também para a distinções dos tipos de cachimbos que eram utilizados para o comércio e o consumo entre os escravizados. Em uma relação de 15 listas de cargas de navios negreiros holandeses do século XVIII, oito apresentaram tabaco e cachimbos destinados aos escravos, sendo diferenciados entre cachimbos longos (*lange pijpen*) e cachimbos curtos (*korte pijpen*). Outro registro de carga de navio dinamarques do mesmo período é mais específico sobre a distinção da morfologia das peças, com a carga descrita tendo "30 dúzias de 'cachimbos longos' e 90 dúzias de 'cachimbos de escravos', o primeiro

[156] Handler (2008) salienta, que a distribuição do fumo e a permissão dos escravizados fumarem nos navios negreiros contribuía para a distração da carga viva e a contenção de revoltas. No entanto, não pode ser descartado a intensão dos traficantes de usarem o tabaco também como planta medicinal (conforme aprendido com os nativos americanos), para evitar a disseminação de doenças contagiosas nos porões dos tumbeiros. Ademais, a folha era distribuída para ser mastigada, adiando a fome e economizando a distribuição dos alimentos à tripulação. Para saber mais sobre o processo de disseminação e uso do fumo na Europa como "droga" medicinal ver Lotufo (2016) e o primeiro capítulo da tese de Hissa (2018).

de maior valor monetário que o último" (Op. Cit., p. 4-5). Em Galeão, os outros cachimbos encontrados são do tipo cachimbos "curtos", iguais aos descritos nas listas de mercadorias dos navios negreiros e associados à presença africana, no novo mundo. Os cachimbos comprovam que o hábito de fumar foi compartilhado entre a população de Galeão.

Figura 29: Dona Raiunda dos Santos, 53 anos, fumando seu cachimbo de barro enquanto trabalha no catador de piaçava.



Foto: Fabio Guaraldo, 2018.

Para a arqueóloga Camila Agostini, o ato de fumar remete ao momento de autonomia para os escravizados, quando eles se distanciavam do olhar vigilante do capataz e expressavam um comportamento livre de ordens e obrigações (Agostini, 2009, p. 43). Por ser um objeto portátil, o cachimbo adquire uma conotação individual e personalizada de seu dono. Torna-se parte do adereço pessoal da pessoa, facilmente identificado por ela. Neste sentido, os cachimbos são objetos chaves para interpretar subjetividades presentes no registro arqueológico, e as variações e concentrações de padrões decorativos a eles relacionados podem ser uma direção para pensar a etnicidade africana na diáspora (Agostini, 1998).

Um dos estudos arqueológicos pioneiros no Brasil a citar os cachimbos africanos foi de Tânia Andrade Lima. Ao analisar os cachimbos decorados de cerâmica da fazenda São Fernando, uma unidade de produção escravista de café do século XIX, situada no distrito de

Massambará, município de Vaçouras (RJ), Lima levantou a hipótese desses objetos terem sido utilizados como símbolos de identidade étnica, configurando uma estratégia de resistência silenciosa. A autora sugeriu ainda que seus padrões decorativos eram representações das escarificações africanas, e que isto somente seria possível, quando as amostras fossem devidamente ampliadas (Lima et all, 1993). Apesar da prenúncia, a pesquisadora não chegou a desenvolver e comprovar tal hipótese.

Posteriormente, a arqueóloga e historiadora Camilla Agostini se debruçou sobre diferentes fontes históricas para mostrar como as escarificações foram registradas por vários viajantes, tanto na África quanto no Brasil, ora identificadas como marcas tribais de iniciação pessoais, ora representando um certo grupo comunitário. A autora lembra que tais marcas não passaram desapercebidas nem mesmo pelos brancos, os quais citavam-las em suas listagens e registros como forma de identificação dos escravizados. Seguindo as primeiras indicativas de Lima, Agostini relacionou os motivos decorativos presentes tanto nos cachimbos quanto nas panelas de barro com as escarificações faciais africanas, remetendo os motivos às identidades dessa população reconstruidas na diáspora (Agostini, 1997). A partir do recorte da cultura material africana no Vale do Paraiba carioca do século XIX, a autora sugere que as referências identitárias das escarificações "não foram totalmente extintas no Brasil, apesar de terem sido direcionadas a novos usos" (Agostini, 1998, p. 125). Segundo Agostini, os cachimbos usados como objetos do cotidiano no espaço público, exibiam decorações inspiradas nas marcas identitárias africanas inacessíveis aos brancos pelas sutilezas simbólicas e particularidades de seus significados. A resistência silenciosa mencionada pela autora se configura nos cachimbos, então, por serem objetos que circulavam sem distinção aos olhos dos brancos, compreendidos como instrumentos subversívos que utilizados para manter elementos simbólicos usados no cotidiano e para identificar e se comunicar com africanos e afrodescendentes, independente da nação (Op. Cit, p. 124).

Procurando entender as especificidades das decorações nos cachimbos e outros suportes materiais encontrados em contextos de maior concentração da população africana no Brasil, Souza & Agostini (2012, p. 105) apoiam-se nos estudos etnográficos realizados por Adepegba (1976) na Nigéria, que apresenta três tipos de marcas corporais recorrentes em todas as regiões da África. São elas: i) escarificações resultantes de variedades de cortes com cicatrizações abertas; ii) queloides que são cortes cicatrizados com saliências fechadas; e iii) tatuagens que incluem cores. Entre as marcas encontradas nos cachimbos, o autor e autora destacam as escarificações faciais dos africanos oriundos do território Yoruba, descritas por

Samuel Johnson no final do século XIX, na cidade de Oyo, atual Nigéria (Souza & Agostini, 2012).

No entanto, Reis (2012) salienta que as informações do historiador yoruba devem ser vistos com parcialidade para não produzirem anacronismo, pois os registros etnográficos de Johnson retratam motivos faciais do final do século XIX, podendo não ser os mesmos do período do tráfico para a Bahia. Reis aponta a discordância existente entre a informação de Johnson e outro estudioso da história islâmica entre os Yorubas, o Professor T.G.O. Gbadamosi, da Universidade de Lagos, Nigéria. Segundo Reis, Gbadamosi afirma que o motivo *gombo* era utilizado pelos mulçumanos yorubas (Reis, 2012, p. 312).

Estas alternativas fazem sentido na Bahia, onde houve a maior concentração no Brasil de africanos provenientes do território Yoruba, principalmente durante a primeira metade do século XIX, quando grupos de africanos identificados como nagôs, criaram comunidades bem definidas, com linguagem e símbolos compartilhados. Este fenômeno de homogenização da identidade africana naquela região da Bahia teve início na África, como resultado da expansão do Imperio Oyo. No começo do século XIX, o Império Oyo havia promovido um processo de homogenização dos diferentes povos que pertenciam a grupos étnicos múltiplos e opostos (Ojo, 2008). O historiador Olatunji Ojo aponta que as escarificações faciais possuíram importante papel simbólico na manipulação da nova identidade que estava sendo criada. Com o fim do Império Oyo e a Guerra muçulmana (Jihad) contra os inimigos do Islã, houve um momento de ressurgimento dos adeptos das escarficações como símbolo de identidade entre mulçumanos e não mulçumanos (Ojo, 2008, p. 372).

Na Bahia, os principais líderes da Revolta dos Malês tem suas escarificações descritas nos processos criminais desta tentativa de revolução promovida pelos africanos mulçumanos. Um deles, o nagô conhecido pelo nome mulçumano Ahuna é apresentado com quatro traços em cada lado do rosto "em direitura aos cantos da boca" (Reis, 2012, p. 284). Outro lider identificado com escarificações no rosto foi o africano denominado Pacífico Lincutan, quem possuia "sinais perpendiculares, outros transversais na cara" (Reis, 2012, p. 287). Assim também, durante todo o século XIX, anúncios de senhores à procura de seus escravizados africanos fugidos utilizavam as escarificações para identificar os africanos. O Jornal da Bahia anunciou no dia 29 de janero de 1858, a fuga da cidade de Nazaré para a capital de Salvador, do "escravo de nome Benedito, africano, meio fulo, de 25 anos mais ou menos. Tem os seguintes signais: é alto, bonita figura, cabeça pequena, beiços grossos; 2 ou 3 anéis grossos de aço nos dedos da mão esquerda; com três cortes de cada lado da cara (...)" (Verge, 1987, p.

507). Outro anúncio no mesmo jornal um ano depois cita o "negro Justo, da nação Nagô, que se acha fugido desde quarta-feira, 26 de janeiro findo (...) tem no rosto logo abaixo do olho direito uma cicatriz bem saliente, assim como outra igual na testa (...)" (Verge, 1987, p. 508).

Na região de Valença, ao lado de Galeão, o africano da nação Nagô, de nome português Sebastião, foi preso por ser "escravo fugido" da cidade de Brotas, no ano de 1840. Ele é descrito como jovem de 20 anos com marcas no braço esquerdo "que parece ser signal de sua terra" (Santos, 2016, p. 74). No mesmo ano foi presa uma mulher da nação Nagô, descrita como sendo "alta, magra, um tanto fula", com "muitos signaes de sua terra no rosto" (Op. Cit., p. 83). Um ano depois outros dois africanos que estavam fugidos "há muito tempo" foram presos e identificados um como angolano apresentava "signal de sua terra no peito direito" e outro cassange "com um sinal de sua terra no braço direito" (Op. Cit., p. 75).

Estas marcas corporais vêm sendo associadas às decorações dos cachimbos de cerâmica presentes em diferentes sítios históricos no Brasil, principalmente nos estados de Rio de Janeiro (Agostini, 1998b; Coelho, 2012; Gaspar, 2012), São Paulo (Bornal, 2008), Goiás (Wust, 2006; Souza, 2000; 2006; Garcia, 2014); Minas Gerais (Paiva, Fagundes, & Borges, 2015), Mato Grosso (Symanki, 2006), Rio Grande do Sul (Jacobus, 1997) e na cidade de Salvador (Najjar & Silva, 2006; Sílvia, 2010). Particularmente, um cachimbo antropomórfico avulta a tese de que as escarificações faciais estavam sendo reproduzidas nestes suportes cerâmicos. O objeto é parte de uma coleção privada, proveniente do estado de Goiás, analisado por Souza e Agostini (2012, p. 106), "como pode ser visto, o cachimbo apresenta uma face representada com um número de escarificações faciais" (*Figura 30).*

Figura 30: Cachimbo antropomórfico com escarificações yoruba



Fonte: Coleção privada de Goiás (Souza & Agostini, 2012, p. 106).

A peça mostra escarificações de baixo dos olhos e na bochecha, reproduzido na parte frontal do fornilho do cachimbo. No corpo do porta-boquilha pode ser visto ainda incisões paralelas longitudinais. Caso seja confirmado que a face reproduzida no fornilho do objeto é de um(a) africano(a), não restará dúvida sobre o fato das decorações dos cachimbos serem reproduções das escarificações faciais de identidade africana.

Entretanto, não se trata de buscar traços essencialistas, para defender argumentos que comprovem resquícios da África no registro arqueológico brasileiro. A presença africana no Brasil desde o século XVI é indiscutível e a atuação dessas pessoas não foi passiva. Uma questão mais desafiadora é entender como as intensas mudanças sociais ocorridas na África, principalmente nos séculos XVIII e XIX, refletiram nas interações dos africanos, no Brasil e, consequentemente, influenciaram a história social do nosso país, deixando suas marcas no registro arqueológico. A amostra de cachimbos encontrados em Galeão é um suporte interessante para tecer considerações sobre estas questões e pensar a irredutibilidade das identidades africanas nas formas de expressar suas diferenças e coletividades no contexto da diáspora.

Os cachimbos doravante analisados são parte da coleção Sílvio Campos, formada pela coleta fortuita de materiais arqueológicos no sítio Malhada. Ao todo são 32 cachimbos modelados. Segundo Campos informou, eles foram encontrados na baixa vertente do sítio, quando ele cavou um tanque para criação de peixe (Ponto CSC10 na *Figura 24*). Entre estes, apenas um se diferencia e está fragmentado, por isso não será abordado. O restante apresenta padrão morfológico angular, com abaulados no porta-boquilha e no fornilho, os corpos do porta-boquilha e do fornilho cilíndricos, sem presença de pedúnculo e cuja haste de origem vegetal é destacável do porta-boquilha (*Figura 31*)[157].

[157] As categorias de classificação das partes estruturais da morfológica dos cachimbos foram adaptadas das seguintes referências bibliográficas: Serrano (1937); Becker & Schmitz (1969); Garcia (2014, p. 26); Paiva (2015, p. 86); Hissa (2018, p. 61).

Figura 31: Classificação morfológica dos cachimbos

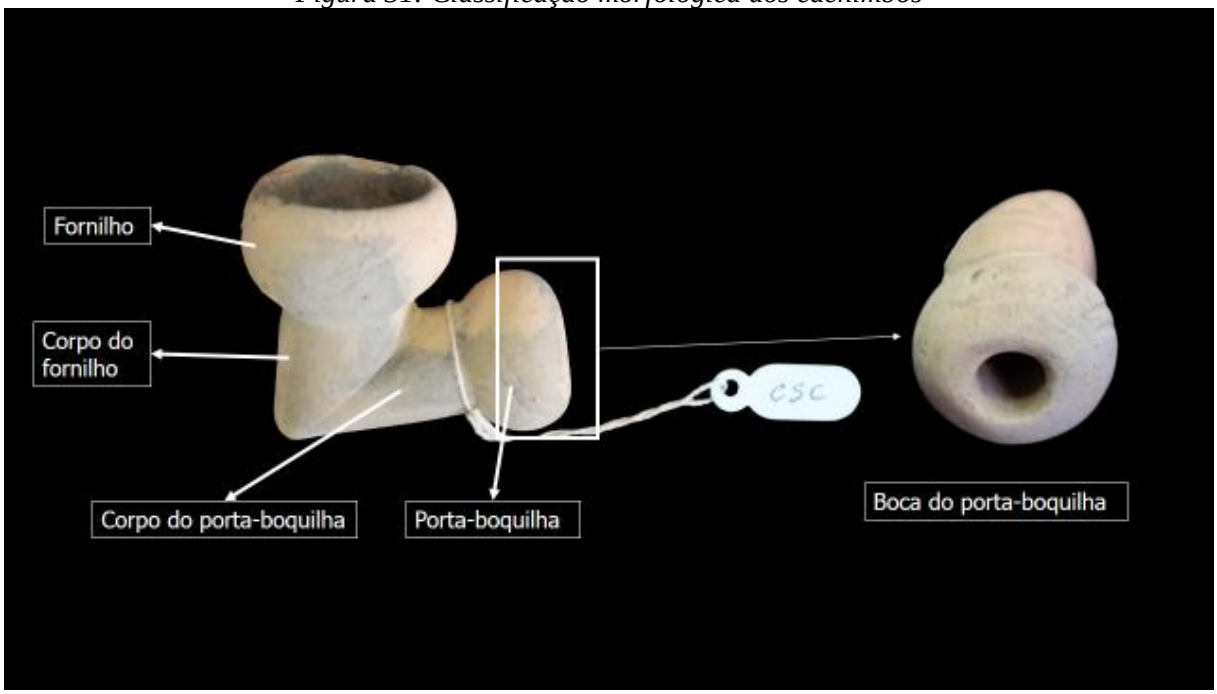


Foto: Fabio Guaraldo, 2019.

Dos 31 exemplares de cachimbos abaulados, 28 deles são de coloração amarela-avermelhada (7,5YR: 7/6); dois de coloração cinza (GLEY1: 6/10Y) e um de coloração rosa esbranquiçado (10Y: 8/2). Todos apresentam uma pasta de argila porosa, com alto teor de areia e antiplástico mineral de diferentes tamanhos, esparsos ou pouco esparsos na composição da pasta. A face externa é alisada e a face interna da chaminé possui estrias que indicam uso de ferramenta para auxiliar na modelagem. O núcleo da maioria das peças indica um processo de queima oxidado (equivalente a 71% da amostra), mas não se pode ignorar a presença de 1/3 das peças com queima em ambiente neutro, com núcleo central.

As madidas das peças variam com os corpos dos porta-boquilhas de 3,5 a 5 cm e os corpos dos fornilhos entre 3 e 4,8 cm. As bocas dos porta-boquilhas são padronizadas com 1 cm de diâmetro, enquanto as bocas dos fornilhos variam entre 2 e 2,5 cm de diâmetro. Os pesos das peças inteiras da amostra variam entre 15 e 40 gramas. A variação de tamanho e regularidade morfológica sugere que os cahimbos foram confeccionados por modelagem de artesão ou artesões especializados. A regularidade da boca do porta-boquilha em cachimbos de diferentes tamanhos deixa claro que foi utilizado uma ferramenta (possivelmente a própria haste também feita de piteira) para moldar a chaminé. Já os fornilhos apresentam marcas de retirada do excesso da argila, durante a etapa de modelar a parede do orifício com o barro ainda crú. Nenhuma marca de junção foi identificada, fato que sugere a confecção das peças a

partir de um único bloco de argila modelado com auxílio de ferramentas e dos dedos. Após modelados os cachimbos, algumas marcas indicam que o artesão executava uma etapa de raspagem, para retirar o excesso de argila e aprimorar o alisamento, provavelente com o barro ainda em ponto de couro (ver as marcas nos objetos das *Figuras CSC105* e *CSC099* na Prancha 25 e *Figuras CSC106*, *CSC110* e *CSC102* na Prancha 26). Por fim, o artesão imprimia os motivos decorativos com o barro ainda crú.

Cachimbos angulares com abaulados são encontrados exclusivamente no Brasil, típicos de contextos coloniais e pós-coloniais, recorrentes em sítios arqueológicos desde Salvador até o Brasil central. Em Goiás, cachimbos arqueológicos associados aos africanos foram evidenciados em Ouro Fino e na Casa de Fundição do Ouro de Goiás. Souza descreve o artefato da Casa de Fundição, com evidências de marcas étnicas. Segundo ele, alguns fragmentos de cachimbos apresentam um motivo em "X" composto por três sulcos cruzados na parte inferior e outro, de dimensão bem reduzida, formada por sulco único. Na figura cuja peça é apresentada pelo autor, aparece ainda o abaulado do cachimbo com um motivo formado por duas incisões paralelas com ponteados no meio (Souza, 2000, pp. 83-85), igual aos modelos encontrados em Galeão.

Em Salvador, as escavações arqueológicas realizadas no Pelourinho, durante a 7ª Etapa do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, sob coordenação geral da arqueóloga Rosana Najjar, recuperaram mais de 2 mil peças, entre elas há uma grande quantidade de contas e cachimbos. Especificamente os cachimbos foram classificados em seis tipos considerando a variedade de técnicas de manufaturas e morfologia. Entre os tipos classificados encontra-se o padrão dos cachimbos mais encontrados em Galeão: modelado angular com abaulados nas duas extremidades, sem pedúnculo (sinalizado na *Figura 32*).

Figura 32: Cachimbos exumados na casa 39, rua 28 de Setembro, quarteirão 31, Pelourinho, Salvador (BA).



Fonte: Silvia (2010, p. 265).

Ainda em Salvador, as pesquisas arqueológicas realizadas no Adro da Sé e no Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, sob coordenação do arqueólogo Carlos Etchevarne, muitos cachimbos foram encontrados. Entre os quais grande parte é identificado com o mesmo padrão morfológico e motivos decorativos daqueles encontrados em Galeão (ver montagem de imagens na *Figura 33*).

Figura 33: Cachimbos do sítio Sé-F, Salvador, Bahia.



Fonte: Laboratório de Arqueologia da FFCH/UFBA. Fotos: Fabio Guaraldo, 2018.

Assim como em Galeão, muitos cachimbos são encontrados na sede do município de Cairú. Mais de um morador coleciona estes objetos. Eles comentam que os materiais são encontrados nos quintais das principais casas da sede do município. Principalmente, quando chove muito, ou quando cortam os matos e tem revolvimento de terra, os materiais afloram e muitos cachimbos são encontrados. Estes materiais arqueológicos são encontrados com tanta

abundância, que os moradores contam sobre um babalorixá ter colocado um dos cachimbos no altar dos caboclos, associando-o à ancestralidade indígena[158].

Figura 34: Cachimbos de barro encontrados em Cairú (sede).



Fonte: Coleção encontrada na casa do Sr. Américo Marques. Foto: Cristina Astolfi Carvalho, 2018.

Impressiona a quantidade de cachimbos inteiros encontrados em Cairú e a padronização morfológica e decorativa. Assim como os da coleção Sílvio Campos provenientes do sítio Malhada, a maioria dos cachimbos de Cairú e de Salvador apresentam técnica de decoração inciso-pontilhado, com representação de motivos de fácil aplicação (técnica simples). Das 33 peças da coleção Sílvio Campos, 31 apresentam este padrão decorativo, formados por incisão e/ou pontilhado, compondo motivos de linhas únicas ou paralelas entre duas à cinco linhas sempre na diagonal. A partir deste elemento, o motivo pode evoluir para o movimento denominado por Souza (2018, p. 343) como "horizontal", na forma de zig-zag ("VV"), cruz gamada ("X") ou relacionando incisões e pontilhados na forma de linhas finalizadas em pontos ou cruz gamada com pontilhado em seus ângulos.

Abaixo, a *Tabela 12* apresenta a descrição das decorações encontradas nos cachimbos e os respectivos números de proveniências (NPs) das peças da coleção Sílvio Campos. As fotos das peças são apresentadas nas Pranchas 25, 26 e 27, correspondente aos NPs grifados na *Tabela 12*.

[158] Informações pessoais fornecidas por Cristina Astolfi Carvalho. Ela desenvolveu pesquisa de mestranda em história social na FFLCH/USP sobre a festa dos Caretas e Zambiapungas na região do baixo sul baiano, dissertação defendida em 2020.

Tabela 12: Descrição das decorações dos cachimbos abaulados de Galeão

Descrição dos motivos:	Qtdd de peças:	NPs:	Desenho
Um traço inciso	8	CSC100; 101; 103; **105**; 112; 114; 116; 118	
Duplo inciso paralelos	10	CSC0097; 98; **99**; 104; 108; 109; 111; 119; 122; 124	
Triplo incisos paralelos	1	**CSC0125**	
Duplo incisos paralelos com pontilhado linear entre as incisões	4	**CSC0106**; 107; 117; 128	
Duplo incisos paralelos com pontilhado linear formando uma terceira linha paralela	1	**CSC0126**	
Duplo incisos paralelos em "V" com pontilhado no centro do "V"	1	**CSC0120**	
Um traço inciso com um pontilhado linear formando uma segunda linha paralela Pontilhado linear em cima de um traço inciso localizado na junção do corpo do fornilho e do corpo do porta boquilha (lembra motivo fitomorfico)	1	**CSC0110**	 
Triplo incisos paralelos formando um zig-zag no porta boquilha Duas incisões crusadas em forma de cruz gamada ("X"), com quatro pontilhados, um em cada ângolo	1	**CSC0127**	 
Traços incisos curtos paralelos variando entre um, três ou cinco taços paralelos	1	**CSC0102**	
Dois triplos incisos paralelos formando um "X" (semelhante a cruz gamada)	1	**CSC0115**	
Triplo incisos paralelos com pontilhados nas pontas de cada incisão	2	CSC0121; **123**	
Faixa localizada na transição do abaulado com o corpo do objeto, formada por duplo incisos paralelos com pontilhado linear entre as incisões.	-	CSC0120; **128**	
TOTAL	**31**		

Dos 31 cachimbos, apenas cinco são decorados com mais de um motivo. Os outros 26 apresentam apenas um motivo reproduzido em diferentes partes do objeto, seguindo alguns padrões. Normalmente, os motivos aparecem impressos na parte frontal do corpo do fornilho (*Figura CSC123* da Prancha 26), na parte inferior do corpo do porta-boquilha (*Figura CSC*105 da Prancha 25) e duas ou mais vezes no abaulado do fornilho (*Figura CSC99* da Prancha 25) e no abaulado do porta-boquilha (*Figuras CSC106* e *CSC110* da Prancha 26). Quando os motivos se repetem duas vezes em cada um dos abaulados, eles estão opostos (um em cada lado da peça). Quando os motivos se repetem três vezes em cada um dos abaulados, eles se distribuem de forma triangular, sem que exista um direcionamento padrão do

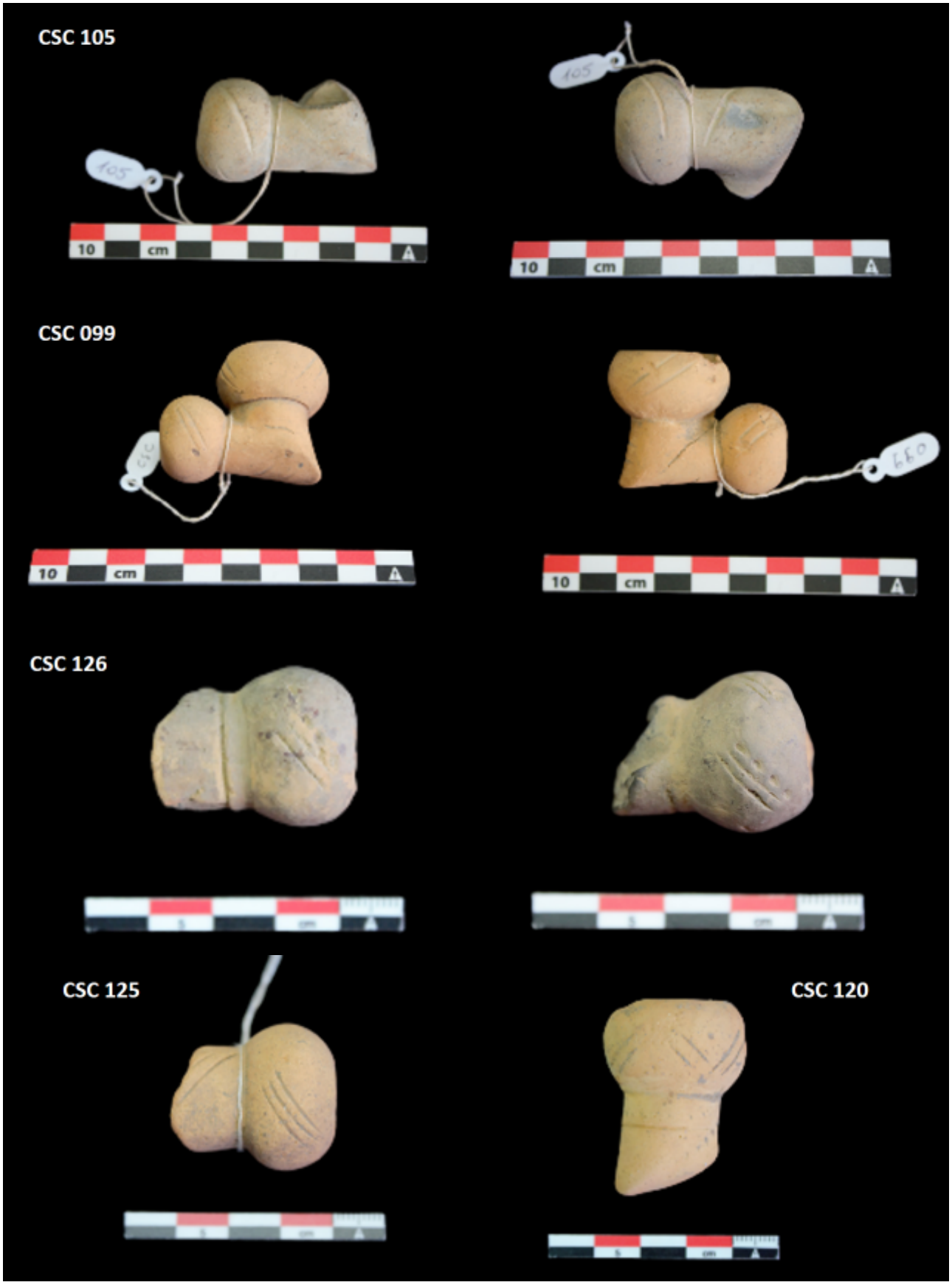
triangulo. Quando os motivos se repetem quatro vezes em cada um dos abaulados, sua distribuição forma um quadrado.

É nítido em algumas peças, o gesto do artesão para imprimir o motivo decorativo de rotacionar o objeto em seu eixo longitudinal para repetir a impressão na outra face. A peça da *Figura CSC110* na Prancha 26 é um claro exemplo desse gesto. Ao reproduzir os motivos pontilhados lineares em cima de um traço incisso no corpo do fornilho, o artesão rotacionou o objeto mantendo seu eixo longitudinal. Com o movimento, o motivo foi impresso em uma das faces do corpo do porta-boquilha com os pontilhados em cima do traço inciso e na outra face o pontilhado aparece embaixo do traço inciso.

Sobre os cachimbos decorados com mais de um motivo, percebe-se que existem motívos particulares impresos em locais específicos da peça para compor a decoração com outros motivos, sem perda do padrão. Constatou-se três exemplos destes padrões na amostra, que também são recorrentes nos cachimbos encontrados em Cairú, Salvador e em Goiás. O primeiro deles é o inciso com pontilhado sobreposto, compondo algo semelhante a um motivo fitomórfico, localizado exclusivamente na linha transversal do ângulo da peça, onde ocorre a junção entre o corpo do fornilho e o corpo do porta boquilha (*Figura CSC110* na Prancha 26). O outro motivo é a faixa formada por duplo incisos paralelos com pontilhado linear entre as incisões, que circunda o corpo do fornilho ou o corpo do porta-boquilha, marcando a divisão com os abaulados correspondentes (*Figura CSC128* na Prancha 26). E o terceiro motivo são os incisos triplos ou duplos paralelos formando um zig-zag impresso no porta-boquilha ou no fornilho (*Figuras 127* na Prancha 27 e *Figura 120* na Prancha 25, respectivamente).

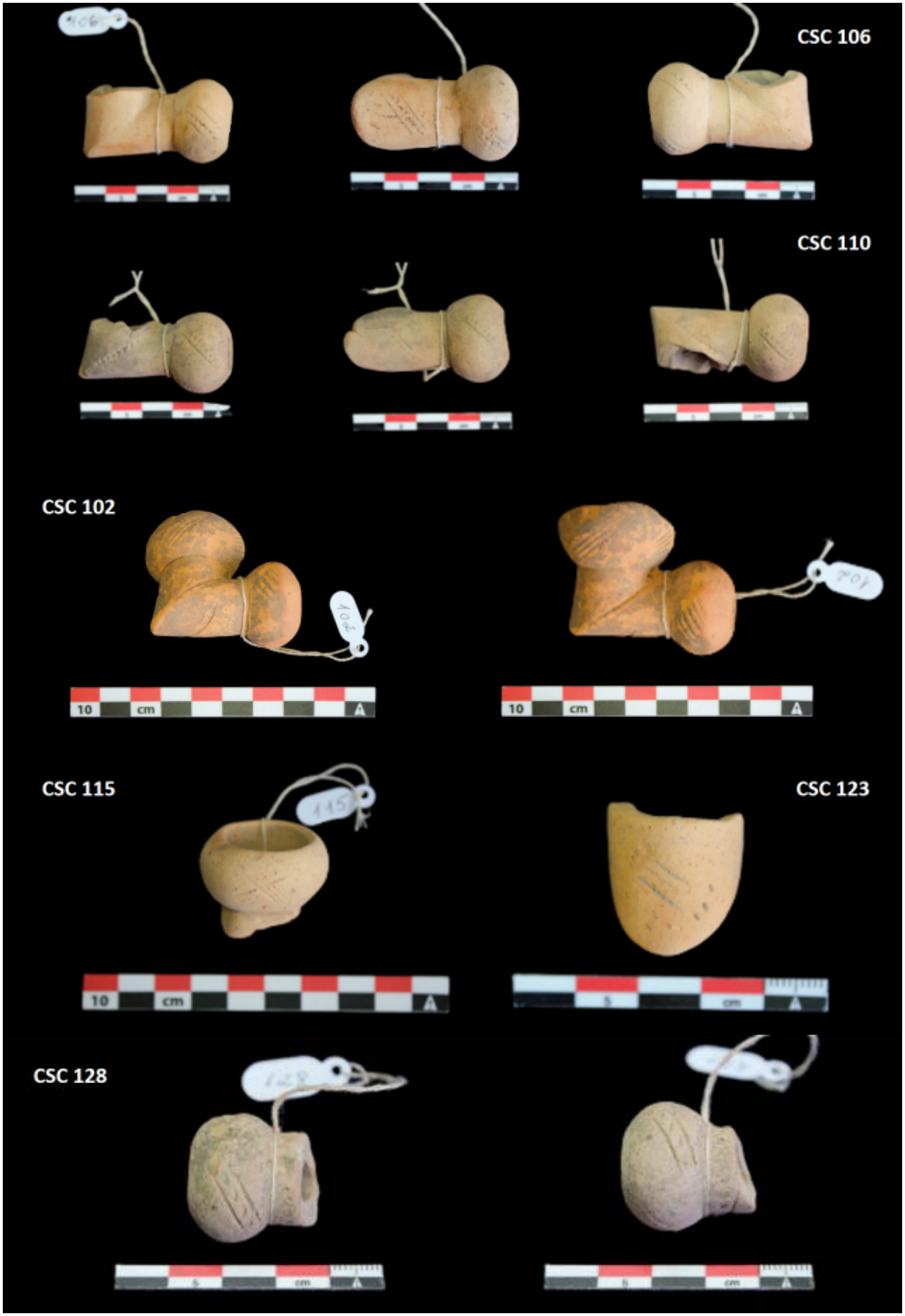
Além dos cachimbos, motivos como os traços de incisões paralelas e o motivo zig-zag que dá continuidade horizontal ao primeiro elemento, são comuns nos recipientes de cerâmica encontrados em sítios arqueológicos nos estados de Goiás, Mato Grosso (Souza, 2000; 2018; Symanski & Souza, 2007; Souza & Symanski, 2009), Rio de Janeiro (Dias Júnior, 1988) e São Paulo (Agostini, 2010; Morales, 2001). Como vimos, os potes de cerâmica no litoral da Bahia tiveram grande influência das técnicas de confecção europeia, com o uso do torno e do forno fechado, fomentados, principalmente, pela demanda dos engenhos e, posteriormnete, do mercado regional. No interior do país, a situação foi diferente, a ausência de uma demanda contínua por esses produtos, resultou na generalização de utensílios cerâmicos produzidos no âmbito doméstico para consumo próprio. Isso provocou a maior variação na técnica de confecção, na decoração e respectiva utilidade dos materiais para diferenciar as esferas de

Prancha 25: Cachimbos angulares com abaulados, sítio Malhada



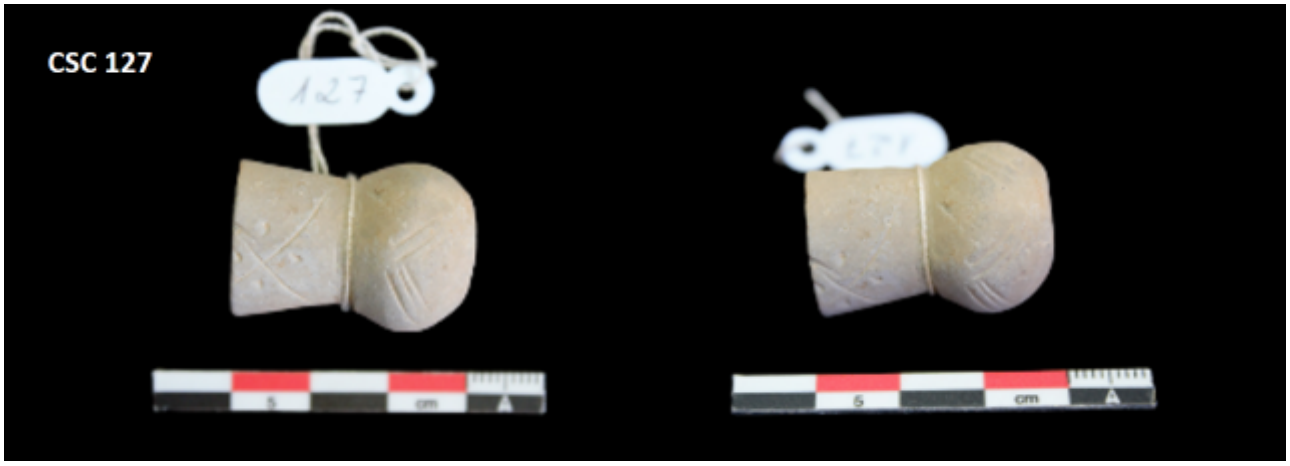
Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

Prancha 26: Cachimbos angulares com abaulados, sítio Malhada



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

Prancha 27: Cachimbos angulares com abaulados, sítio Malhada



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

ação, distribuição e posição social existentes no interior dos domicílios. Estendida aos utensílios domésticos ligados ao ambiente da cozinha, a oposição social deu vazão à formas de expressões ligadas ao universo das mulheres escravizadas, cujas origens se vinculavam a referenciais do continente africano. Assim, os motivos de incisões encontrados nas panelas de cerâmica são relacionados a estéticas provenientes de diversas regiões do oeste da África, de onde originaram a maior parte dos africanos que chegaram ao Brasil Central na condição de escravizados (Souza, 2000; 2018).

Não é um acaso o fato das panelas de barro do interior do país seguirem os mesmos padrões decorativos presentes nos cachimbos abaulados encontrados em sítios arqueológicos desde o litoral da Bahia até o interior do país. Segundo vimos, com a abertura das minas das Goiás, uma rota foi criada entre Salvador e a região eurífera. Nesta rota eram comercializados diversos produtos de uso cotidiano e, principalmente, africanos que desembarcavam no litoral brasileiro e eram vendidos como escravos. A região das minas tinham preferência para os africanos da costa oeste em relação aos do centro-africano. Os colonizadores diziam que os angolanos eram menos propícios ao trabalho nas minas e se matavam facilmente (Verge, 1987). Como neste período Salvador mantinha o monopólio comercial de escravos na Costa das Minas, comercializando fumo produzido no Recôncavo em troca de escravos, muitos africanos que desembarcaram na capital baiana tiveram como destino o interior do país.

Deste modo, a evidência dessa materialidade africana recorrente tanto em Goiás, quanto no litoral da Bahia sugere que ela seja datada desde o século XVIII até a primeira metade do século XIX e que tenha origem nos símbolos relativos às identidades de linhagens familiares do oeste da África. Os cachimbos abaulados, assim como as cerâmicas ordinárias encontradas em Goiás e Mato Grosso, são produtos de confecção local e regional. São objetos feitos por e para o uso dos africanos e seus relativos. Possivelmente, com o tempo, a popularização deste objeto foi tão grande na Bahia, que sua referência africana foi adotada pela população livre pobre de diferentes origens que compartilharam a simbologia africana.

Segundo Maria Inês Côrtes de Oliveira, os "nomes de nações" atribuídos aos africanos que aportaram na Bahia trazidos pelo comércio do tráfico negreiro, tornaram-se conhecidos e foram assumidos por aqueles como etnônimos no processo de organização de suas identidades e comunidades no novo mundo (Oliveira, 1996). As nações africanas recriadas na América são entendidas, assim, enquanto "adscrições categoriais" no sentido em que são elementos fundamentais na constituição de identidades coletivas. Na realidade da diáspora africana na Bahia, durante todo o período escravista, Oliveira demonstra o processo constante de

renovação e reorientação dos critérios de classificação que foram compulsoriamente atribuídos aos diferentes grupos de africanos e as formas de autoadscrição das identidades destes grupos. O primeiro contato com a nova realidade era de compreensão dos novos nomes e dos conteúdos sociais a que estes se referiam. A língua era um grande facilitador neste processo inicial, sendo um importante fator para a configuração das nações africanas. Posteriormente, já engajados, os próprios grupos foram adquirindo sentido no embate da convivência social, criando suas regras e referências simbólicas, definindo critérios de semelhanças e diferenças, que serviam para reconhecer espaços, alianças e acordos sociais com os demais grupos (Oliveira, 1996).

Apesar de não citar em seu texto, a autora dialoga com o termo "herança cultural" desenvolvido pelos antropólogos Sidney Mintz e Richard Price. Segundo os antropólogos, a perspectiva de cultura, enquanto comportamento e crenças ligadas por formas institucionais articuladas, não é capaz de explicar "os princípios culturais de nível profundo, pressupostos e compreensões que eram compartilhados" entre os vários sistemas culturais da África Ocidental no contexto da diáspora africana no Caribe. Elaborado para pensar a forma como os africanos e afrodescendentes forjaram uma cultura afro-caribenha, a herança cultural pode ser entendida enquanto valores comuns entre os diferentes grupos étnicos revelados no campo comparativo, como elementos de etnicidade. Estes valores ou pressupostos são, então, acionados e assumidos pelos agentes históricos como "princípios gramaticais que fundamentam e dão forma à resposta comportamental" (Mintz & Price, 1976, pp. 5 e 7, respectivamente).

Baseado neste modelo cultural, Robert Slene salienta a importância que as sociedades africanas atribuem ao conceito de *linhagem familiar*, isto é, "como um grupo de parentesco que traça sua origem a partir de ancestrais comuns". Os estudos de história comparativa desenvolvidos principalmente por Willy de Craemer, Jan Vansina e Renée Fox[159], fornecem a base para Slene sugerir que os povos da África Ocidental escravizados no Brasil articularam uma "gramática do parentesco em comum e estariam dispostos, em situações limite, a mudar a maneira de definir a linhagem antes de abandoná-la como princípio organizador da sociedade" (Slenes, 2011, pp. 151, 155).

[159] Estes autores centram seus argumentos em torno das religiões presentes nas diferentes regiões e grupos étnicos que se estendem desde o norte de Angola e Zâmbia até a República de Gabão e parte dos Camarões – incluindo a República Democrática do Congo (antigo Zaire) e a República do Congo. Seus estudos constataram elementos compartilhados, que unem estas regiões, mais do que as diferenciam (Craemer, Vansine, & Fox, 1976).

A forma como essa "gramática" foi escrita e os suportes pelos quais ela foi compartilhada são contribuições que a arqueologia pode fornecer aos estudos da diáspora africana no Brasil. A partir deste referêncial teórico, os cachimbos encontrados no sítio Malhada ajudam a pensar as formas de manifestação e sociabilização das nações africanas. Entre a amostra dos cachimbos abaulados modelados, um deles apresenta variação decorativa destacada dos demais, mas sem perder o padrão. A peça CSC127 (Prancha 27) é a única com duas incisões rasas e longas, cruzadas em forma de "X", com pontilhados nos quatro ângulos do cruzamento, simbolizando movimento e simetria. O motivo em "X" está localizado no corpo do porta-boquilha, associado ao motivo de triplo incisos paralelos formando zig-zag no abaulado do porta-boquilha.

A representação de cruz, ou de asterisco, incisos em suportes cerâmicos são encontrados em diferentes partes do continente africano, desde a região Oeste (DeCorse, 1999), ao Leste (Pikirayi, 1993), a região central e a atual Angola (Thompson, 1983; Ferguson, 1992). No contexto diaspórico dos africanos nas Américas, a insígnia de uma cruz dentro de um círculo tem sido associada ao cosmograma bacongo por diversos arqueólogos que trabalham com o tema (Ferguson, 1992, pp. 110-116; Symanski, 2007, p. 21; Symanski & Souza, 2007, pp. 228-229; Young, 1997, p. 22; Wilkie, 2000, pp. 20-21)[160]. Na cosmologia bacongo descrito por Thompson (1983, p. 109), o círculo dividido em quatro partes, carrega círculos menores na extremidade de cada eixo, representando os quatro movimentos do sol. O círculo em volta da cruz representa o movimento cíclico entre a vida e a morte (reencarnação), no qual a divindade suprema Nzambi Mpungu está representada no topo, o mundo dos mortos, Kalunga, na base e a água na divisão entre os dois mundos.

No Brasil, estudos desevolvidos por Symanski na Chapada dos Guimarães revelou vasilhas cerâmicas contendo apliques com esse signo. Especificamente no sítio Engenho Rio da Casca, um cachimbo decorado com incisões em "X" foi encontrado enterrado sob o piso da Casa grande, apontando para uma subversão do espaço do senhor pelas práticas de magia do sistema de crenças dos escravizados. O contexto arqueológico datado da primeira metade do século XIX, corresponde ao período no qual os congoleses se tornavam majoritários entre o grupo de africanos na região (Symanski, 2007, pp. 21-25). No baixo sul, como vimos, a rota comercial com a região de Angola permaneceu ativa desde o século XVII. Navios negreiros

[160] Os bacongo (ou bakongo) estão localizados na parte norte do território angolano, até a República Democrática do Congo e no Congo Brazzaville, onde foi formado o Reino do Congo, posteriormente colonizado pelos Portugueses no século XVII (Pereira, 2013).

provenientes dessa região aportavam em Galeão antes de chegar ao porto de Salvador, para desembarcar alguns escravizados em troca do carregamento de zimbo, de algumas sacas de farinha e da manutenção das embarcações nos estaleiros locais. Certamente, o povoado colonial de Galeão cresceu com a população da região de Angola, na qual os bacongos devem ter sido uma parcela significativa. Apesar de não ser única e homogênea, a influência dessa etnia africana na formação cultural e identidade histórica da população quilombola de Galeão é recorrente nos dados históricos, no levantamento etnográfico (principalmente com a manifestações culturais Zambiapunga) e, agora, nas evidências arqueológicas. Ainda que a decoração no fragmento do cachimbo não apresente a circunferância no entorno da cruz e os círculos menores na extremidade dos eixos, todos os elementos do cosmograma bacongo estão presentes, com os dois eixos cruzados, os círculos representados pelos pontos simétricos e o movimento cíclico da crença entre os dois mundos: dos vivos e dos mortos.

A partir das pesquisas desenvolvidas no oeste do país e, posteriormente, confirmado também em contextos do Brasil central (Souza, 2018), Souza e Symanski (2009), assinalam que decorações incisas em suportes cerâmicos seguem critérios aditivos, isto é, diferenciam pelo acréscimo de novos elementos, sem que os anteriores sejam invalidados. A decoração presente nos cachimbos da coleção Sílvio Campos obedecem a essa lógica que, segundo Souza (2009, p. 357), está estruturada em regras comuns que entrelaçam as relações das pessoas envolvidas na produção, circulação e uso desses objetos.

O significado dos motivos usados para decorar os cachimbos são ambíguos e carregados de múltiplos significados. A variabilidade simbólica envolvendo formas e técnicas simples de reprodução é uma eficiente estratégia de difusão e persistência de identidades, pela fácil capacidade de dissimulação e assimilação. Expressões de diferenças sociais, de gênero, origem e realidade étnica africana, são divulgadas pelos cachimbos entre as pessoas que compartilham dessa estrutura simbólica. A regra aditiva que estrutura a lógica decorativa dos objetos africanos em contextos diaspóricos revela a capacidade de integrar as diferenças em um todo coerente, que extrapola a materialidade e se revela como estratégia valiosa na construção de novas realidades sociais desses povos no novo mundo (Souza, 2009, p. 357).

No entanto, se a materialidade não deixa dúvidas sobre as origens e interações dos motivos africanos, sua ampla difusão levanta algumas questões para entender a sociabilização dos referenciais africanos a partir destes objetos específicos. Um dos questionamentos levantados é justamente: qual a forma de aquisição desses cachimbos? A sua manufatura era feita de forma individual e local ou em série? Ela era voltada para a comercialização e difusão

ou para consumo próprio? Implicações importantes sobre a disseminação do padrão morfológico e os significados dos elementos de decoração deste objeto, envolvem saber mais sobre a confecção destes materiais.

Estudos de arqueólogos (Jacobus, 1997; Agostini, 1998; 2009a; Zanettini, 2005; Bornal, 2008) e historiadores (Mott, 1976; Bracanti, 1981; Figueiredo,1993; Karasch, 1996) sugerem que a produção e uso dos cachimbos estavam envolvidos em uma esfera de comercalização local e regional. Principalmente, os cachimbos produzidos por técnica de fabricação com uso de molde, possibilitou a confecção dessas peças por indivíduos não especializados e sua incersão na rede de comércio regional. Brancante (1981: 433) chama a atenção para "centros de produção" de cachimbos cerâmicos no Brasil, entre eles um em Minas Gerais e outro em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo. Na Bahia, como vimos, antigos centros de olarias formados em Maragogipinho e Coqueiro encontram-se próximos a Cairú, porém não há registro de produção de cachimbos nessas comunidades.

No município de São Sebastião, o bairro São Francisco é uma referência destes centros de produção de cerâmica formados no século XVII, tendo permanecido em atividade até o início do século XX. Segundo Agostini (2010) a produção de inúmeras ceramistas se realizava no âmbito doméstico, contudo comercializavam tanto regionalmente quanto em outras provinciais, como a Corte no Rio de Janeiro. Escavações arqueológicas coordenadas por Wagner Bornal no bairro identificou vários exemplares de cachimbos e potes com superfície alisada e decorações baseadas em incisões e relevos, geralmente, com motivos geométricos (Bornal, 2008). Não obstante, enquanto diversos tipos de potes e panelas de barro foram comercializados, tendo como destino outras cidades e até outras Províncias (como a Corte no Rio de Janeiro), não há menção de cachimbos na lista das peças exportadas (Agostini, 2010, p. 139). Seguindo estes dados, Agostini (1998, pp. 132-133) não descarta a possibilidade de ter havido maior confecção doméstica de cachimbos inserida em uma economia informal entre africanos, escravizados ou alforriados, seus descendentes e demais indivíduos da camada pobre da sociedade. Ao revisar iconografias e relatos de viajantes que apresentam cachimbos de barros dos séculos XVIII e XIX, Alves (2016, p. 1109) cita a pintura de Debret denominada "Tropeiros pobres de Minas". Na cena de uma aparente venda e pouso para tropeiros, é possível ver uma gamela cheia de cachimbos no balcão, comercializado como objeto ordinário de valor someno.

Em Cairú, Cristina Carvalho coletou informações orais sobre a produção de artesãos que confeccionavam cachimbos na sede do município. Segundo o morador Gecildo Rosário

relatou, antigamente havia um oleiro chamado João Durão de Souza, conhecido como Souza, que fazia cachimbos a partir de tabatinga (barro branco) e argila (barro vermelho) coletada na região[161]. Os cachimbos do sítio Malhada apresentam combinaçõs de vestígios que contribuem para pensar sobre a produção dessas peças na região. Apesar do material não ter sido coletado de forma sistemática em escavações arqueológicas, a análise da amostra fornece indícios de que ocorreu produção desses materiais no sítio.

Dos 31 cachimbos do tipo abaulados, 18 deles não possuem marcas de uso (equivalente a 58% da amostra). Destes, 3 são peças inteiras e outros 8 são peças ou fragmentos com partes inteiras do fornilho, cuja presença da marca de uso seria visível caso tivesse ocorrido. O restante corresponde a 1 fragmento do corpo e do abaulado do fornilho e outro fragmento apenas do corpo do fornilho, cuja marca do uso pode estar em outra parte do objeto, além de outros 5 fragmentos que não apresentam nenhuma parte do fornilho. Ou seja, do total da amostra, 11 peças (equivalente a 35,5%) não apresentam marca de uso, 7 delas (equivalente a 22,5%) não tem como verificar ao certo e as 13 restantes (equivalente a 42%) apresentam marcas de uso em maior ou menor densidade.

Figura 35: Cachimbo inteiro sem marca de uso



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

[161] Cristina forneceu a gravação do áudio da conversa dela com o Sr. Gecildo Rosário e, cordialmente, me autorizou compartilhar a informação.

Figura 36: Cachimbo fragmentado e fragmento do abaulado do fornilho com marcas de uso



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

Ainda que seja levantada a hipótese das marcas de uso terem sido eliminadas das peças por ações de intempéries, no contexto pós deposicional (suposição válida considerando a característica porosa da argila utilizada para confeccionar os cachimbos e o ambiente úmido do arquipélago), outros conjuntos de elementos possibilitam inferir sobre o manuseio desse material no contexto pré deposicional e seus reflexos no descarte e formação do registro arqueológico.

Dos 31 cachimbos abaulados, 6 deles apresentam marcas de rachaduras ocorridas durante o processo de confecção dos materiais, provavelmente, no momento da queima. Todas estas 6 peças estão entre as 11 que não possuem marca de uso, apesar de apresentarem partes do objeto onde a marca de uso seria visível. Outro dado interessante sobre a questão é o fato de que a amostra possui apenas 4 objeto inteiros, entre os quais 3 não têm marca de uso e apresentam rachaduras adquiridas no processo de confecção. Apenas um objeto inteiro apresenta marca de uso. O restante da amostra é formado por objetos fragmentados ou fragmentos dos objetos.

Figura 37: Cachimbo sem marca de uso, com rachaduras de fabricação (Peça CSC100)



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

Assim, cachimbos com defeitos decorrentes da queima no processo de confecção foram descartados sem terem sido usados. Nenhum artesão encaminharia um cachimbo defeituoso para o uso. Ele descartava o despojo nas proximidades do local onde foi confeccionado. A amostra sugere, então, que o sítio Malhada abrigou um ou mais artesão africano, fabricante de cachimbos modelados do tipo abaulado, com padrões decorativos apropriados pela necessidade de criar novas referências de grupo (Souza & Agostini, 2012, p. 111). Os elementos decorativos desses suportes funcionaram como conjunto inclusivo de símbolos "gramáticais" compartilhados (Slenes, 2011) formando uma linguagem de socialização na construção de identidades.

Como estratégia de resistência e permanência, os africanos que viveram na Bahia provenientes da região da Nigéria, do Benin e mesmo da Angola e Reino do Congo, recontextualizaram velhos símbolos em novos suportes, acrescentando antigas referências e criando novas alianças para lidar com a realidade social que se impunha. Ainda que a população nagô estivesse articulada na primeira metade do século XIX, liderando levantes e rebeliões contra a classe hegemônica da época, a presença dos africanos da reião de Angola não foi menos legítima e se fez presente também na cultura material. A vida em cativeiro exigiu desses africanos a manipulação de símbolos e outras referências criadas para lidar com diferentes níveis de alteridades, não apenas entre os brancos, escravizados e os libertos, mas também entre as relações importadas da África, envolvendo referenciais étnicos, religiosos, linguísticos e sociais de regiões e grupos específicos (Souza & Lima, 2016, p. 46).

Outra questão que merece destaque sobre a decoração dos cachimbos é a sutileza e discrição simbólica. Distinto das características estéticas opulentes da grande parte das sociedades africanas, as decorações produzidas nos cachimbos africanos abaulados confeccionados no sítio Malhada e encontrados em Cairu e outras regiões do Brasil como uma inovação prudente, quase silenciosa, mas dissimulada, capaz de engendrar referenciais que os diferenciavam, em uma sociedade com desigualdades profundas em que os africanos eram o lado menos favorecido (Souza & Lima, 2016, p. 46). Talvez, por isso, esta materialidade carregada de simbologia passou a ser referência de oposição e resistência para a elite branca proprietária de escravos, adotada tanto pelos africanos e seus descendentes escravizados e forros, quanto pela camada popular de famílias livres, pobres e oprimidas.

O potencial do sítio Malhada para pensar a agência africana no Brasil é enorme. Muito ainda há por fazer. O local da queima dos cachimbos ainda não foi encontrado, por isso é difícil afirmar se a queima era realizada em forno fechado ou em fogueiras arranjadas para este fim. Entretanto, não resta dúvida de que, pelo menos a partir do século XVIII, a população do sítio Malhada era formada por africanos e afrodescendentes que compartilhavam interesses e referências simbílicas comum, forjada na diáspora. Eles se reuniam em momentos de lazer para compartilhar experiências, reforçar os laços de camaradagem e confabular, enquanto pitavam seus cachimbos.

CAPÍTULO 5: O ARRAIAL DE GALEÃO

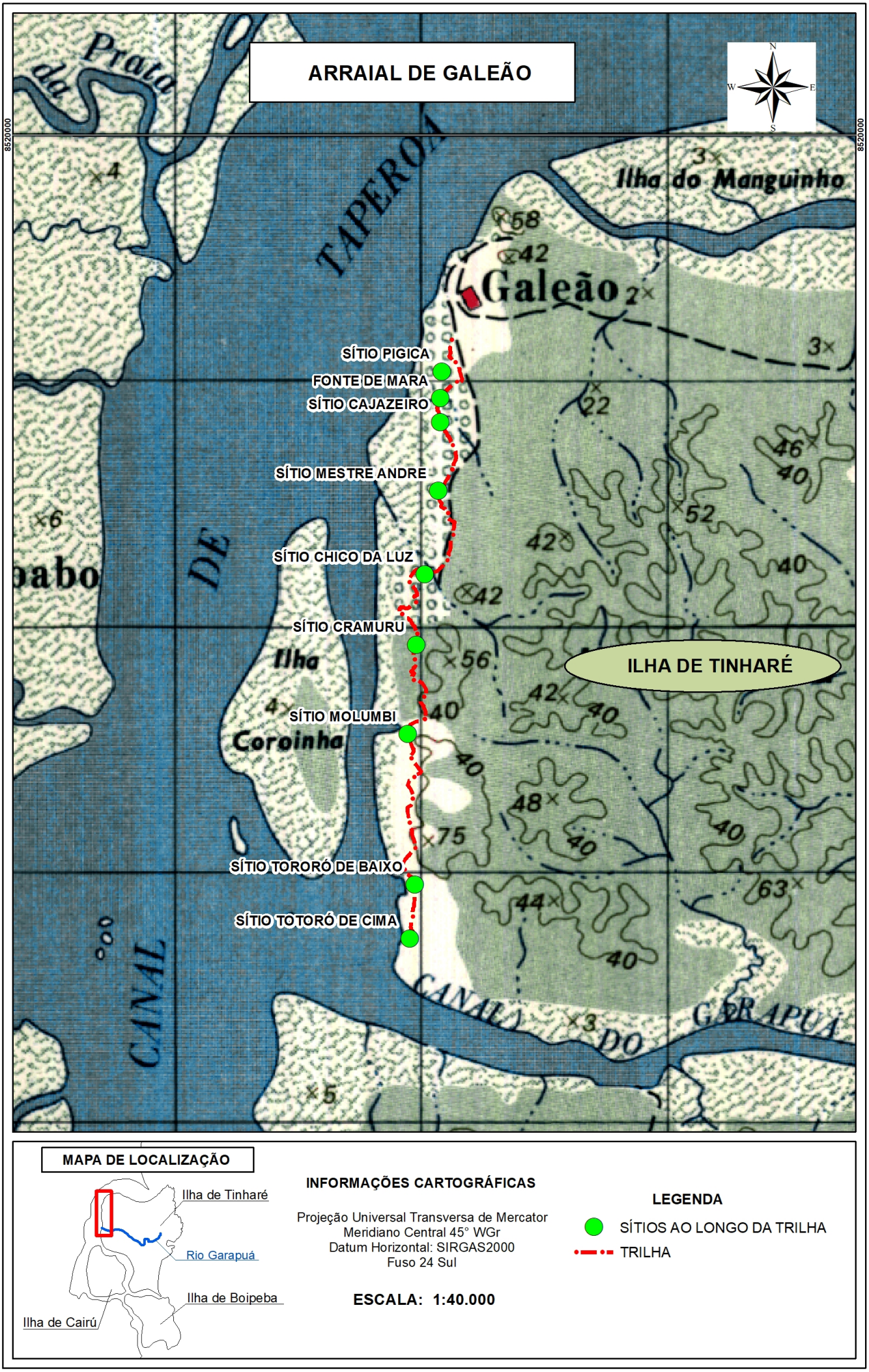
> *If you know your history | Then you would know where you coming from | Then you wouldn't have to ask me | Who the heck do I think I am* (Bob Marley).

As prospecções arqueológicas na ilha de Tinharé localizaram 9 (nove) sítios arqueológicos ao longo das margens do canal Taperoá, onde a documentação histórica descreve ser o arraial de Galeão. O acesso é por mar, ao longo do canal de Taperoá, ou por uma trilha de cerca de 7 (sete) quilômetros que margeia o manguezal, interligando o povoado aos sítios (ver *Figura 38: Mapa do Arraial de Galeão*). Inclusive, a trilha é responsável por evidenciar as peças arqueológicas em superfície e no perfil do corte lateral.

A prospecção dos sítios foi guiada por alguns dos jovens que trabalham na coleta de piaçava e conhecem as fazendas e matas da ilha. Essas pessoas foram indicadas por Dona Almerinda em uma das primeiras conversas que tive com ela. Nos relatos de suas histórias orais, ela citou o nome de alguns desses lugares, os quais foram, posteriormente, confirmados como sítios arqueológicos pela presença de fragmentos de cerâmica, faiança, vidro, metal, grés, malecológicos e outros materiais em superfície e no perfil do corte da trilha.

Assim, todos os 9 (nove) sítios mapeados nas margens do canal Taperoá receberam os nomes dos lugares relatados tanto pelos atuais moradores de Galeão, como pela documentação histórica dos séculos XVIII e XIX. Entretanto, os lugares não possuem fronteiras rígidas e sua fluidez permite relacionar diferentes sítios arqueológicos, com materialidades que se conversam no tempo e no espaço. As materialidades mapeadas nos sítios revelam histórias diacrônicas que se perpetuam na dinâmica da paisagem e nas relações sociais de seus habitantes, tanto no passado quanto no presente. Temos então, lugares significativos na memória dos moradores de Galeão que incorporam materialidades, incluindo sítios arqueológicos, que ajudam a entender as histórias de sua paisagem ancestral.

Os nomes dos sítios mapeados são: Pigica, Fonte de Mara, Cajazeiro, Mestre André, Chico da Luz, Cramuru, Molumbi, Tororó de baixo e Tororó de cima. Todos encontram-se abandonados e com presença de fragmentos arqueológicos. Alguns possuem também ruínas de casas camufladas sob a mata densa, já em outros as estruturas de moradia foram reaproveitadas e receberam novos elementos sobre as antigas, em outros ainda nenhuma



MAPA DE LOCALIZAÇÃO

INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul

ESCALA: 1:40.000

LEGENDA

- SÍTIOS AO LONGO DA TRILHA
- TRILHA

estrutura foi encontrada além dos fragmentos em superfície.

Como se trata de uma primeira abordagem arqueológica sobre a paisagem do arraial de Galeão, o mapeamento dos sítios considerou a contínua ocorrência dos materiais e estruturas para definir seus limites e morfologia. Aliado a este método clássico da arqueologia processual, a delimitação e identificação das estruturas dos sítios considerou as informações etnográficas levantadas junto aos moradores e nos dados históricos apresentados na primeira parte desta tese.

Dos nove sítios mapeados, quatro deles serão descritos a seguir por apresentarem estruturas além dos materiais arqueológicos e, por serem identificados pelos moradores de Galeão com a mesma denominação das localidades registradas pela documentação histórica do século XVIII e XIX. São eles: Tororó de cima, Tororó de baixo, Molumbi e Pigica. Apenas no sítio Pigica foi realizada coleta sistemática dos fragmentos expostos na superfície de uma das áreas da sede. Nos outros, os materiais foram analisados *in situ*, registrados com fotos e suas localizações marcadas no aparelho GPS manual e reproduzidas nos croquis.

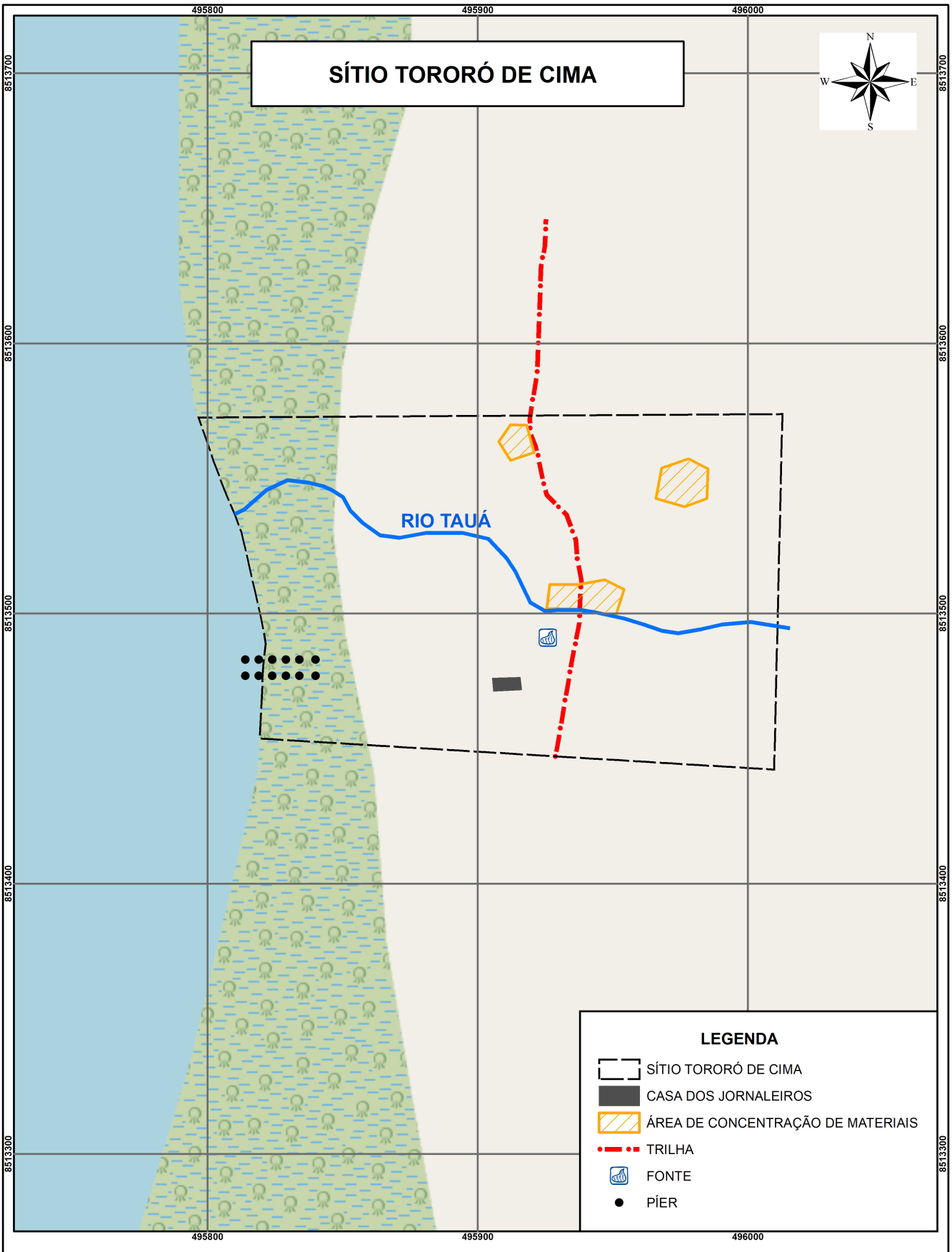
5.1. SÍTIO TORORÓ DE CIMA

O sítio Tororó de cima está localizado próximo a desembocadura do rio Garapuá, em um relevo semiplano, com altitude média de 10 metros, próxima ao porto. A vegetação é formada por dendezeiros, piaçava e árvores frutíferas entre uma vegetação rasteira de pasto sujo (*Figura 2*, Prancha 28). O sítio foi delimitado com base na presença das estruturas e na área de continuidade dos materiais em superfície, que se estendem desde o porto até a trilha, podendo se ampliar mais para o interior, onde não houve prospecção. Um polígono de cerca de 26 mil m^2 foi estabelecido nessa área, dentro do qual a prospecção registrou algumas estruturas que remetem a história da fazenda (ver *Figura 39: Croqui do sítio Tororó de cima*).

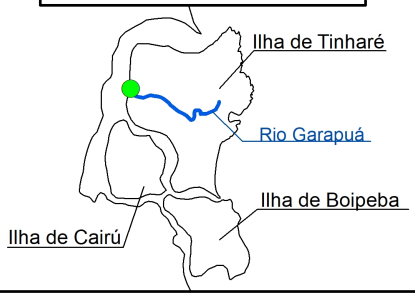
Uma delas é uma casa antiga, ainda em uso, localizada próximo a praia. A casa possui formato retangular, com paredes de tijolos maciços de diferentes tamanhos e tijolos vasados (do tipo baiano) na parte superior. As paredes são rebocadas com cimento, indicando que foram reformadas recentemente, por ter algumas janelas tampadas, visíveis na indefinição do reboque. A casa possui ainda janelas retangulares elevadas com cobogó de concreto, possivelmente abertos quando as outras janelas foram fechadas[162]. O telhado de duas águas é

[162] Sobre a história e uso do cobogó no Brasil ver Rodrigues (2012).

SÍTIO TORORÓ DE CIMA



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul

ESCALA: 1:2.000

de telha cerâmica recente (*Figura 1*, Prancha 28). Não foi possível adentrar na casa para examinar a estrutura de madeira do telhado. Mas os batentes, assim como a porta e as janelas de madeira apresentam remendos, típicos de reaproveitamento de material. A base da construção apresenta uma estrutura de cerca de 30 centímetros feita de pedra chanfrada (*Figura 3* na Prancha 28). A presença deste material apenas na base da construção e a disrritimia dos materais da parede, assim como o fechamento de janelas e abertura de outras com materiais construtivos recentes, indicam que a construção passou por sucessivas etapas de reestruturação, reutilizando alguns materiais e, provavelmente, preservando o formato original.

A prospecção dos sítios ao longo do canal de Taperoá contou com a ajuda e participação do Sr. Wellio da Silva (nascido em 1989), conhecido como Lelinho (ver *Figura 54*). Ele costumava trabalhar na coleta de piaçava das fazendas e por isso, conhece bem os antigos lugares da ilha onde, atualmente, não há mais moradores permanentes, mas ainda são frequentados periodicamente por pescadores, caçadores e coletores de piaçava e dendê.

Segundo Lelinho, todas as construções recentes existentes nestas fazendas são restaurações das construções antigas, levantadas no tempo dos mais velhos. "As construções dos mais velhos permanecem em baixo"[163], afirma ele. Sua afirmação confirma a máxima de que casas e demais estruturas são feitas em lugares já conhecidos na paisagem. O conhecimento dos lugares não requer necessariamente a experiência física e presencial. Histórias são contadas e descrevem a paisagem, povoando as memórias individuais e coletivas com referências dos lugares e de seus elementos.

Assim, pelas narrativas dos mais velhos, Lelinho tem conhecimento das histórias dos lugares, permitindo lhe estabelecer uma relação de pertencimento e familiaridade com a paisagem. Através de sua convivência durante os longos períodos de trabalho nesses ambientes, ele estende a relação histórica para uma relação de continuidade, regada de novos acontecimentos. As atividades rotineiras praticadas durante suas estadias nesses sítios tornam o ambiente reconhecido, cujos elementos, tais como, os caminhos, as trilhas, o porto, os córregos, as árvores, as construções antigas, ou os fragmentos dos materiais são compreendidos por sua antiguidade e incorporados na atualidade pelo movimento de ressignificação, transformação e continuidade. Assim, a noção de preservação deve ser entendida nesse movimento cíclico, no qual a materialidade envolvida apresenta-se como

[163] Depoimento coletado no dia 30 de maio de 2017.

suporte para a continuidade das narrativas, dos conhecimentos e dos sentimentos de pertencimento.

Lelinho informou que a casa na praia da fazenda Tororó de cima é utilizada periodicamente pelos catadores de piaçava, que trabalham para o proprietário da fazenda, o Sr. Ramiro. O proprietário mora em Valença e pratica o extrativismo de piaçava e dendê nessa e em outras fazendas que possui na ilha de Tinharé. Ele contrata trabalhadores para coletar as fibras do vegetal. Lelinho contou que os trabalhadores pernoitam na casa próxima à praia durante o período de trabalho, que pode durar semanas ou meses.

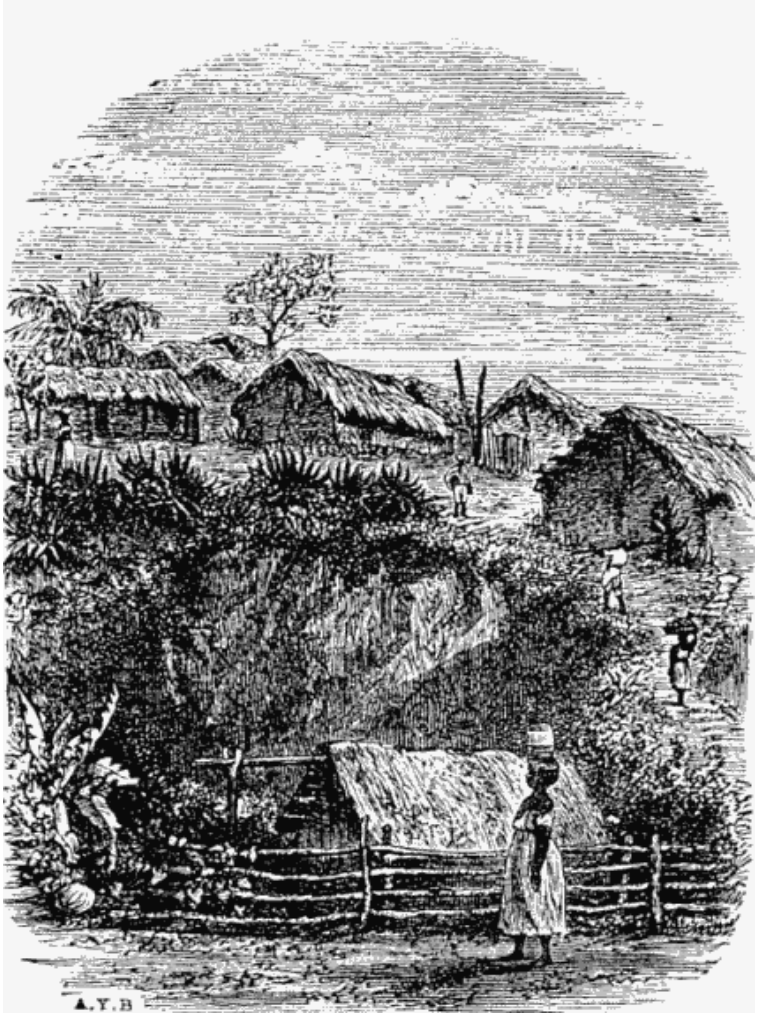
Essa relação de trabalho é a mesma em voga com os jornaleiros, durante o período da escravidão. O dono da terra contratava por jornada de trabalho a pessoa desprovida de propriedade que nada tinha para negociar além da força de trabalho. Ao receber o pagamento acertado pelo trabalho, aquele jornaleiro era independente para vender sua mão-de-obra para quem quisesse comprar. Como relatou o juiz Souza Vieira, na carta escrita em 1832, "muitos agregados e jornaleiros" viviam nas fazendas do arraial de Galeão, principalmente, "empregados em onze embarcações navegáveis destes lugares e no fabrico de outras e construções de madeiras, coquilho e piaçava próprias do lugar".

A permanência das relações inclui também a permanência dos elementos da paisagem. A vegetação composta por coquilhos das palmeiras e da piaçava são um exemplos de elementos que permanecem e dão continuidade à paisagem, assim como permitem a continuidade nas relações de trabalho. Da mesma forma a casa antes utilizada pelos jornaleiros que trabalhavam nas atividades do estaleiro, próximos a praia, vem sendo preservada para receber agora os jornaleiros empenhados nas atividades extrativistas da coleta da piaçava. Os materiais construtivos da casa foram renovados, assim como os trabalhadores, porém as estruturas e relações permanecem as mesmas de antes. Nota-se a permanência das formas ainda que as peças sejam substituídas.

Segundo Slenes (2011), as moradias dos escravizados eram principalmente de dois tipos: i) os pavilhões retangulares com divisões dos cubículos entre famílias e amigos; e ii) as senzalas tipo cabanas, construidas pelos próprios escravizados e divididas entre companheiros e familiares (Slene, 2011, pp. 158-167). Nas pequenas fazendas como as de Cairu, onde se cultivavam gêneros alimentícios, o autor afirma que os cativos ocupavam o segundo modelo de moradia, com cabanas enfileiradas com um corredor central ou agrupadas em torno de um pátio, de acordo com o terreno. Ao serem responsáveis pela construção de sua própria

moradia, os escravizados disponibilizavam de recursos ordinários da região. A partir de gravuras de viajantes, Slene descreve estas "cabanas de escravos" construidas de pau-a-pique em plantas retangulares de 3 a 2 metros, sem janelas, com vigas de sustentação nas quinas e nos dois lados da entrada. O teto baixo, de duas águas, possuia palha de palmeiras como telhado (Slene, 2011, p. 166-168).

Figura 40: Exemplo de senzalas do tipo cabanas



Fonte: "The slave village, fazenda, Santa-Anna", gravura em madeira feita a partir do desenho de A. Y. Bingham (Brassey, 1879, p. 56 *apud* Slenes, 2011, p. 174)

Casas como estas eram comuns na paisagem da vila de Galeão até poucas décadas atrás[164]. Em sua grande maioria, as casas eram construídas de taipa (combinação de varas de

[164] Na primeira década do século XXI, programas de políticas públicas do governo federal para habitação e saúde promoveram a substituição dos telhados de palha por telhas de barro, para evitar a propagação do mal de chagas (*Tripanosoma cruzi*). Doença transmitida pelo barbeiro (*Triatoma nfestans*), inseto que vive e se reproduz nos telhados de palha. As paredes, entretanto, permaneceram de barro (ver *Figura 1*, página 54).

madeira cobertas com barro), as coberturas das casas eram feitas de palhas ou piaçava (fibra nativa), os pisos eram de chão batido, com portas e janelas também confeccionadas com varas. A dificuldade para rastrear estas estruturas de moradias recai, justamente, na baixa visibilidade dos vestígios remanescentes do processo de decomposição desses materiais orgânicos no solo. Por isso, talvez, são poucos os estudos arqueológicos que conseguem identificar estas áreas de moradia e, ainda, apontá-las como sendo habitações de escravizados.

No Brasil, um dos trabalhos que abordam este tipo específico de senzalas foi desenvolvido por Symanski e Souza (2007, p. 222) em um engenho do século XVIII e XIX, na Chapada dos Guimarães, no estado do Mato Grosso. Eles localizaram as áreas de moradia através de linhas de sondagens de 50 x 50 cm em intervalos de 10 metros. Posteriormente, as pesquisas documentais confirmaram tratar-se de vestígios de senzalas. Nos Estados Unidos, onde estudos arqueológicos da diáspora africana são desenvolvidos extensivamente, alguns autores apontam semelhanças entre as moradias de africanos escravizados e traços e elementos da arquitetura do Oeste da África (Ferguson, 1992). Porém, observações como estas devem levar em conta a situação extremamente limitada dos africanos escravizados que não tinham condições de destacar expressões livres e exuberantes em sua materialidade arquitetônica. A arquitetura na África é muito variada (Prussin, 1974; Bruschi, 2004), apresentando traços de monumentalidades e características artísticas que, dificilmente poderiam ser reproduzidas nas construções padronizadas das senzalas, subjugadas pelos senhores das fazendas e outras autoridades coloniais do continente americano.

Os estudos arqueológicos desenvolvidos por Armstrong (1992) na fazenda Seville, na Jamaica, demonstrou claramente como os africanos escravizados vivenciaram condições políticas opressivas, subjugação, segregação e isolamento, além das tentativas de assolarem suas heranças culturais. Segundo os vestígios evidenciados nas escavações mostraram, as áreas de trabalho foram distribuídas para maximizar a produção dos escravizados na propriedade, enquanto as áreas de moradia foram planejadas de modo a compor uma "vila" formada por cabanas em uma área segregada e vigiada pelos capatazes que situavam-se fisicamente entre a vila dos escravos e a casa do senhor. Posteriormente, Amstrong identificou mudanças na estrutura da área destinada à moradia dos escravizados, interpretada por ele como arranjo para acomodação das necessidades sociais de seus habitantes (Armstrong, 1992, p. 59).

Nas fazendas de Galeão ainda não foi possível identificar as estruturas de senzalas. Se as observações desses autores estão corretas, os vestígios das senzalas do tipo cabana estão

localizados distantes da trilha onde a maioria dos contextos arqueológicos foi mapeada e interpretada como sede das fazendas. No sítio Tororó de cima, a sede da fazenda parece ter sido na margem direita do córrego chamado Tauá (*Figura 5* na Prancha 28). No ponto onde a trilha corta o córrego, foram encontrados fragmentos de utensílios utilitários domésticos em diferentes materiais (como, faiança, cerâmica, grés e vidro) e materiais construtivos antigos em cerâmica (como, tijolos e telhas).

Entre os materiais utilitários encontrados no local, as faianças finas aparecem em grande proporção, variando entre objetos com padrões decorativos mais baratos e outros mais caros, consumidos ao longo do século XIX. Entre os fragmentos de objetos mais baratos identificados estão as bordas de pratos com decoração *shell edged* azul lisa sem incisões, popularizados entre os anos 1860 e 1890, as faianças finas azul borrão, mais consumidas na primeira metade do século XIX, e as bordas e fundos de pratos com decoração das faianças *Willow*, consumidas ao longo de todo o século XIX. Entre os fragmentos de decorações mais caras encontra-se o estilo de decoração à mão livre *peasant*, empregado entre 1810 e 1860 (Majewski & O'Brien, 1987; Miller, 1991; Miller et all, 2009).

Outro fragmento de travessa em faiança fina decorada em relevo moldado com conchas na parede da peça que seguem a ondulação da borda, também apresenta pintura à mão livre com motivo floral no estilo *peasant* policromo em azul e verde (*Figura 6*, Prancha 28). Provavelmente o esmalte dessa peça é *whiteware* e a decoração moldada em relevo sugerem uma data posterior a 1880 (Majewski & O'Brien, 1987, pp. 155-156). Foram encontrados ainda, fragmentos que não apresentam uma datação relativa aparente, como, por exemplo, as bases de uma malga ou xícara, a parede de uma garrafa em grés (*Figura 7*, Prancha 28), uma telha antiga (*Figura 8*, Prancha 28) e diversos fragmentos tanto de cerâmicas vidradas, como com engobo vermelho.

A maioria desses fragmentos não foram coletados. As peças analisadas *in situ* comprovam a contínua ocupação da área pelo menos desde o início do século XIX, fato que corrobora com a documentação histórica. A análise contribui ainda para comparação com os materiais dos demais sítios que formam a paisagem do arraial de Galeão, os quais, por sua vez, compõe a paisagem quilombola da ilha de Tinharé.

Prancha 28: Sítio Tororó de cima, Galeão, Cairú (BA)



Legenda das fotos: 1) Casa utilizada pelos catadores de piaçaba e dendê; 2) Vista do sítio Tororó de cima, com o porto e os esteios remanescentes do píer de madeira; 3) Detalhe da base de pedra talhada na construção da casa; 4) Fonte (poço) do sítio; 5) Rio Tauá; 6) Fragmento de faiança encontrado no rio Tauá; 7) Fragmento de garrafa de grês; 8) Telha antiga. (Fotos: Fabio Guaraldo, 2017).

5.2. SÍTIO TORORÓ DE BAIXO

O sítio Tororó de baixo é maior do que o sítio Tororó de cima, com cerca de 90 mil m^2 de extensão, sendo 300 metros de trilha que corta o sítio de norte/sul. A trilha circula a oeste de um morro que atinge 70 metros de altitude em seu topo e se estende paralelo ao canal Taperoá. Na baixa vertente sudoeste deste morro, o sítio está a uma altitude de 20 metros em relação ao nível do mar. A vegetação do entorno é composta por árvores nativas, como, por exemplo, a cupiúba, em meio às palmeiras de embaúba, dendê, piaçava e coqueiro. Também há as bromélias, samambaias e outras plantas nativas de menor porte.

Apesar da presença da trilha, a toponímia dos sítios mostra que o referencial de deslocamento na paisagem insular não é a terra. A insígnia topográfica da toponímia dos sítios Tororó de cima e Tororó de baixo está relacionada ao movimento da maré, tendo o canal de Taperoá como referência geográfica dos lugares ao longo de sua costa. Ou seja, como o sítio Tororó de cima está a montante do canal, ele recebe esta denominação em relação ao sítio Tororó de baixo que se encontra a jusante.

A nomenclatura dos lugares envolve, então, a forma de deslocamento e territorialidade dos habitantes da região. Segundo Tilley, caminhar é um processo de apropriação e elaboração do sistema de localização a partir das características físicas do lugar, assim como falar é uma apropriação e elaboração da linguagem (Tilley, 1994, p. 28). O movimento pelo espaço constrói a biografia dos lugares, como formas de narrativa da paisagem. Assim, ainda que a cota topográfica do sítio Tororó de baixo seja maior do que o sítio Tororó de cima, suas toponímias remetem aos elementos de referência da navegação, por ser esta a principal forma de deslocamento dos habitantes locais.

O local do sítio é marcado pela foz do córrego Tororó, em uma queda de aproximadamente cinco metros de altura, em uma encosta rochosa tomada pela mata. A baixa vazão d'água do córrego desliza sobre a rocha de arenito, moldando um abrigo cavado sobre a água, com cerca de 10 metros de comprimento por um metro de largura. Após a cachoeira, cerca de 150 metros de mangue se estendem até a desembocadura no canal Taperoá. Ao lado da cachoeira há um pequeno ancoradouro formado entre a vegetação do mangue e a sedimentação da encosta (*Figura 1*, Prancha 29).

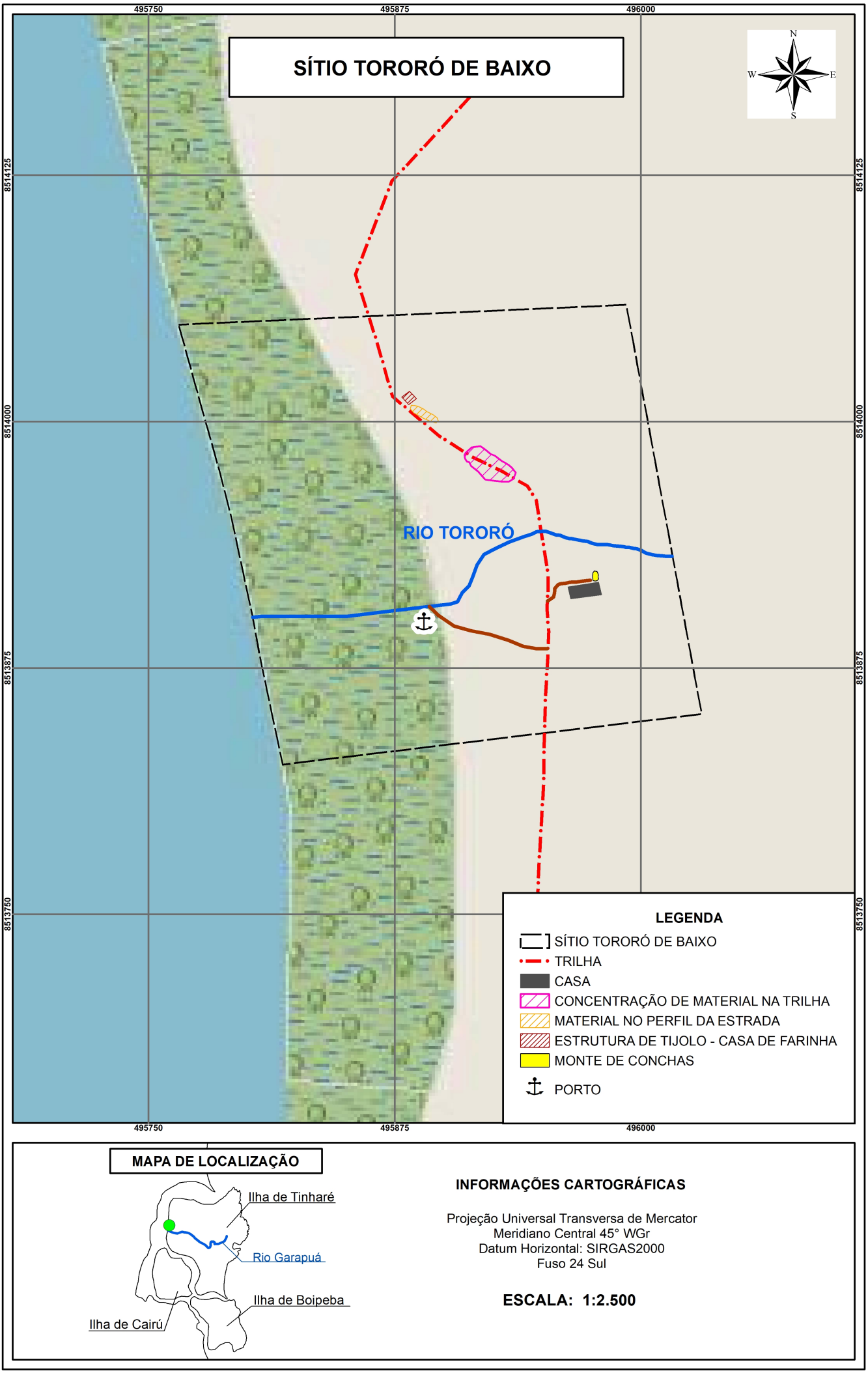
Próximo ao porto foi encontrado um fragmento de borda de uma peroleira, objeto utilizado desde o século XV para acondicionamento e transporte de diferentes produtos no comércio transatlântico (*Figuras 9*, Prancha 30). Fragmentos e objetos inteiros de peroleiras

são encontrados em sítios terrestres coloniais ibéricos (Etchevarne, 2006; Schávelzon, 2018) e naufrágios do século XVI ao XVIII (Calza et al., 2013). As bordas reforçadas e rústicas, com gargalos defeituosos, são diagnósticos desse objeto produzido em larga escala para manuseio dos transportadores de alimentos líquidos como, azeite, vinho, vinagre, água ardente, mel, além de alimentos sólidos como, peixe em conserva, azeitonas, lentilhas, figos e gorduras. Devido sua forma globular ou cônica, similar as ânforas, esses recipientes eram condicionados em andaimes apropriados para o carregamento em viagens marinhas, sendo sempre parte integrante dos navios (Dias, 2012). A presença desse fragmento em Galeão reforça a ideia do local ter integrado a rota comercial transatlântica, possivelmente um entreposto clandestino, como sugere Silva Campos (1981, p. 117).

Na parte superior do sítio, a 26 metros de altitude, encontra-se a estrutura de uma casa em ruínas (*Figuras 2*, Prancha 29). A arquitetura da casa preserva a forma retangular, com telhado de duas águas e pé direito de 3 metros. As laterais possuem aproximadamente 10 metros de largura e a frente e fundo têm 20 metros de comprimento. As paredes de tijolos e argamassa de barro estão erguidas sobre uma base de granito chanfrado de um metro de altura. Algumas partes das paredes apresentam revestimentos de cimento, e alguns tijolos antigos foram substituídos por tijolos baianos. Estes remendos ocorrem principalmente próximos aos batentes das portas e janelas que foram retirados (*Figura 3*, Prancha 29).

O piso frontal revela pedras de granito chanfradas de um metro de comprimento por 40 cm de largura aproximadamente (*Figura 4*, Prancha 29). O material reveste também o piso da rampa que liga a trilha com o acesso à casa (*Figura 2*, Prancha 29). Considerando o local e as características das outras estruturas mapeadas, tudo indica que esta residência seja a mais bem elaborada entre as sedes das fazendas de Galeão no século XIX. Nesse caso, é suposto que o Juiz José de Souza Vieira estivesse abrigado nessa casa quando escreveu a carta endereçada ao presidente da província (apresentada no capítulo 3).

A casa está coberta pela vegetação, sem a estrutura do telhado. As telhas estão amontoadas na parede dos fundos, as portas e janelas tiveram os batentes retirados, também. Os remendos nas paredes, a presença do monte de conchas e a retirada cuidadosa do material construtivo indicam que a casa permanece sendo sucessivamente ocupada e alguns materiais foram retirados de sua estrutura para reaproveitamento em outro local.


SÍTIO TORORÓ DE BAIXO
RIO TORORÓ
N
W
E
S
495750
495875
496000
8514125
8514000
8513875
8513750
LEGENDA
SÍTIO TORORÓ DE BAIXO
TRILHA
CASA
CONCENTRAÇÃO DE MATERIAL NA TRILHA
MATERIAL NO PERFIL DA ESTRADA
ESTRUTURA DE TIJOLO - CASA DE FARINHA
MONTE DE CONCHAS
PORTO
MAPA DE LOCALIZAÇÃO
Ilha de Tinharé
Rio Garapuá
Ilha de Boipeba
Ilha de Cairú
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul
ESCALA: 1:2.500

Na frente da casa existe um amontoado de conchas bivalves, principalmente ostras e berbigão. O monte de conchas está coberto pela vegetação, sinalizando longo tempo de deposição do material no local. Provavelmente, estes vestígios são restos de mariscagem formados após o abandono da casa. Ou seja, após a mudança do proprietário, a sede da fazenda transformou-se em acampamento de pesca e mariscagem pelos pescadores da vila de Galeão, de Garapuá, da sede de Cairú e, até mesmo, de Valença. Essa inferência pode ser feita levando-se em consideração que, caso a casa estivesse sendo utilizada diariamente, os moradores não deixariam os restos da mariscagem próximos da entrada, mas sim na parte de trás ou lateral-traseira da casa (sudeste da casa), onde o acesso é restrito[165]. Além disso, a denominação "Porto da casa do Tororó" consta na relação das áreas do território de pesca apresentada por John Cordell, como resultado de sua pesquisa com os pescadores de Valença no início da década de 1983 (Cordell, 1989, p. 14) [166].

Cerca de 120 metros à noroeste das ruinas da casa, seguindo a trilha, há escombros de outra estrutura (ver *Figura 41: Croqui do sítio Tororó de baixo*). Trata-se de dois alinhamentos de tijolos antigos, um sobre o outro, unidos por argamassa de barro. Em uma das bordas da estrutura, pedras laminadas encontram-se empilhadas sobre os tijolos, aparentando um assoalho. A estrutura possui 15 metros de comprimento por 7 de largura e está coberta por serrapilheira (*Figura 7*, Prancha 30).

Lelinho sugere que a estrutura seja composta por vestígios remanescentes da casa de farinha que havia no local. Ele conta que não conheceu a estrutura erguida, mas ouvia os mais velhos falarem sobre a casa de farinha que existiu no Tororó. Os mais velhos não falam explicitamente quem e quando seus parentes habitaram o Tororó e fizeram uso da casa de farinha. As histórias são contadas em narrativas diacrônicas, por um movimento de temporalidade ambígua, no qual o passado se confunde com o presente. As narrativas permitem reviver as experiências e gerar o movimento de ressignificação, permanência e preservação de uma casa que, mesmo em ruinas, permanece erguida, estruturada e presente na memória dos moradores de Galeão, como parte da territorialidade e paisagem transmitida pelos seus ancestrais (Moraes, 2012).

---

[165] Para exemplificar contextos etnográficos com deposição de conchas em área de moradia de pescadores, em comunidade quilombola, ver Guaraldo Almeida, 2011, p. 71.

[166] A pesquisa de John Cordell foi comentada no capítulo 1, subcapítulo "A Pesca", página 89.

O Sr. José Santos Freitas, nosso conhecido Guri[167], diz que entre as práticas apreendidas com os mais velhos, a agricultura era um saber muito valorizado até poucos anos atrás. Ele conta que a mandioca era o cultivo mais praticado na ilha por não possuir uma sazonalidade específica. O tubérculo era plantado em qualquer época do ano e a colheita era garantida, bastando uma boa chuva. Com isso, o lavrador escalonava o plantio e distribuia o trabalho uniformemente ao longo do ano, sem se preocupar com a safra, pois teria diferentes momentos de colheita durante todo o calendário.

Para o historiador Marcelo Oliveira (2012), essa era uma vantagem do ritmo de trabalho nos engenhos produtores de farinha de mandioca, em relação aos engenhos e lavouras de cana-de-açucar. Como já dito, outra vantagem é a possibilidade do rodízio de produtos na mesma área, podendo realizar, até mesmo, o plantil misto com espécies como o milho entre as plantas da mandioca. Enquanto o solo, em algumas parcelas, descansa ou é preparado para um novo ciclo de produção, em outras, mantém-se em plena colheita, como acontece no roçado "maduro" ou no "arrancador", que coincidem respectivamente com a fase intermediária e a final do processo de cultivo da mandioca. Na fase do "arrancador", a terra, por vezes, é disposta para mais uma safra, o que é antecedido pela cultura do feijão e do tabaco (Oliveira, 2012, p. 767).

O cultivo do tubérculo apresenta ainda vantagens de infraestrutura, pois sua alta resistência permite que ele permaneça na terra por meses sem apodrecer ou secar completamente. Isso faz com que a mandioca seja comercializada e consumida todos os meses, além do roceiro economizar na tarefa de construção de um grande celeiro. Sr. Guri explica que a mandioca é colhida pouco antes da produção da farinha, por isso não há necessidade de um celeiro ou galpão para armazená-la. Segundo ele, a mandioca permanece no celeiro "natural" da terra, antes de ser transformada para a casa de farinha, onde é preparada e armazenada.

Já o preparo da farinha é mais trabalhoso do que o cultivo do tubérculo. Todo o processo é realizado na casa de farinha. Geralmente sua estrutura é um pequeno galpão feito de paredes de barro e cobertura de palha, ou apenas uma palhoça aberta nas laterais e coberta de palha, localizada próximo a casa do proprietário do engenho. Ali, o trabalho era predominantemente feminino, mas os homens também participavam, como mostra a *Figura 42* a seguir, onde uma casa de farinha do Rio de Janeiro foi reproduzida pelo pintor Modesto

[167] Mencionado no segundo capítulo, quando relatou sobre a igreja. Depoimento coletado no dia 29 de maio de 2017.

Brocos, no ano de 1892. “Todas as pessoas com idade de trabalho que estivessem disponíveis reuniam-se para raspar [descascar] as raízes com pequenas facas e depois lavá-las” (Barickman, 2003, p. 274).

Figura 42: Engenho de Mandioca (Modesto Brocos, 1892)



Fonte: https://www.gettyimages.com.br/detail/foto-jornal%C3%ADstica/cassava-processing-by-modesto-brocos-y-gomes-brazil-foto-jornal%C3%ADstica/142086296 (acesso em 18 de maio de 2020).

Na continuação do processo de produção da farinha, a lavagem consiste em deixar as raizes imersas na água até que elas estejam totalmente encharcadas. Após a espera, as raízes são raladas com auxílio de uma “roda de ralar”. Sobre a técnica de ralar, parece ter sido toda desenvolvida com uso do ralador mecânico, introduzido precocemente, pois não existe registro de ralar a mandioca de outra forma. O fazendeiro inglês Koster descreveu o ralador de mandioca da seguinte maneira:

> *(...) é uma armação, de cada lado dela é fixado uma manivela pela qual ser girada por dois homens, um trabalhando em cada manivela. Há um cocho sob a roda, e esta tem um revestimento de cobre perfurado que o torna aspero (...) A mandioca é empurrada contra a roda enquanto ela é girada com grande velocidade e, sendo assim ralada, cai no cocho que está em baixo* (Koster, 2002, pp. 372-373).

Um ralador parecido com aquele descrito por Koster foi encontrado entre o acervo do Museu Histórico e Pedagógio Zequinha de Abreu, no município de Santa Rita do Passa Quatro (SP). O modelo simples do ralador de mandioca encontrado no interior paulista indica a ampla difusão do instrumento no país, composto por duas manivelas, uma de cada lado da

roda, com a esfera revestida por uma lâmina de cobre perfurada (*Figura 43*), exatamente como descreveu o inglês.

Figura 43: Ralador de mandioca



Fonte: Museu Histórico e Pedagógio Zequinha de Abreu,município de Santa Rita do Passa Quatro (SP). (Foto: Fabio Guaraldo, 2019).

Segundo Barickman, existia ainda outro tipo de roda, denominada "moenda" ou "bolandeiras", onde uma engrenagem de "polia" transferia a energia cinética de uma grande roda movida a mão para o rodete que ralava a mandioca. Este sistema diminuia a força de início do movimento centrífugo do ralador e, consequentemente, o tempo de trabalho. Uma terceira opção era o ralador movido a força animal ou hídrica. Os raladores movidos a força animal, hídráulica e por um sistema cinético eram mais velozes e mais difíceis de frear a rotação, provocando acidentes mais graves e, possivelmente, com maior frequência. Talvez por isso, Barickman tenha constatado que no Recôncavo eram raros os engenhos de mandioca que possuiam outro sistema além do manual (Barickman, 2003, p. 383, nota 12).

A mandioca ralada, que caia no tacho, seguia para a prença onde era extraído o ácido cianídrico (líguido venenoso). "Os lavradores baianos enxugavam [prensavam] a massa [da mandioca] com uma prensa de alavanca ou de parafuso" (Barickman, 2003, p. 275), ambas feitas de madeira (como ilustrado na representação da máquina no centro da *Figura* ***Erro! Fonte de referência não encontrada.****44*). Outro instrumento que poderia ser utilizado para extrair o ácido da mandioca era o tipiti, instrumento cilíndrico de tecnologia indígena, feito de palha, com movimento sanfona que alarga quando encurta e afina quando esticado. Barickman afirma que este instrumento era utilizado nos engenhos de farinha do sul do

Recôncavo baiano até a primeira metade do século XIX, o que reforça a forte presença indígena naquela região.

Figura 44: Oficina de farinha (óleo 14) (Frans Post, 1651).



Fonte: Soares (2009, p. 66).

Durante toda uma noite, a farinha ficava prençada no tipiti ou na prença, até decantar todo o ácido cianídrico. Do refugo é feito a pasta do beiju. Já a massa da mandioca ralada e seca é peneirada à mão. A peneira era feita de fibra vegetal trançada, como o objeto na mão da mulher a esquerda na *Figura 44*. Depois de peneirado, o farelo da mandioca é finalmente levado ao denominado forno para secar totalmente e adquirir consistência crocante, mas não torrada. A etapa de assar no forno tem que ser muito bem controlada para o produto adquirir a consistência saborosa. Para isso, a pessoa responsável maneja um rodo de madeira para mexer os grãos ininterruptamente e não deixá-los torrar.

A pintura denominada "Oficina de farinha", do pintor holandês Frans Post, reproduz o funcionamento de uma casa-de-farinha em Pernambuco, no ano de 1651 (*Figura 44*). O pintor não reproduziu toda a casa de farinha, mas parte dela onde encontram-se o ralador (esquerda), a prensa (centro) e o forno (direita). A estrutura só tem paredes nos fundos, com dois acessos para a outra parte da oficina, onde deveria ser executada a etapa de descascar e enxaguar a mandioca. Observa-se que os homens estão trabalhando no maquinário, enquanto a única

mulher da cena está carregando uma peneira. Provavelmente as outras mulheres estão descascando a mandioca, como representado na *Figura 42*. Por fim, podemos deduzir que se tratam de escravizados trabalhando, pois o quadro mostra um único homem branco de camisa e mão na cintura, podendo este ser senhor ou feitor, por apenas observar enquanto os outros trabalham.

Como percebe-se, a maioria dos materiais e máquinas utilizadas na casa de farinha eram de madeira e fibras vegetais, perecíveis ao tempo. Apenas o forno e a estrutura da casa eram de tijolo e permanecem visíveis na superfície do solo. Por isso a dificuldade de precisar se a estrutura indicada por Lelinho é realmente a casa de farinha do sítio Tororó de baixo contada pelos mais velhos. Possivelmente, uma escavação sistemática no entorno da estrutura evidenciará feições e outros vestígios no substrato do solo que apontarão indícios mais confiáveis das atividades realizadas no local.

Ao lado da estrutura, o corte da trilha expõe um pequeno perfil de 40 cm, com fragmentos cerâmicos alinhados a 30 cm da superfície. O perfil apresenta um horizonte de conchas sob a concentração de cerâmica. As conchas são principalmente de ostras e formam parte da estrutura de construção, devido ao alinhamento e a associação com os fragmentos cerâmicos. Os fragmentos cerâmicos compreendem principalmente fragmentos de cerâmica vidrada, com pasta porosa de coloração branca (GLEY1- 7.5YR 8/1) e 150 mm de espessura. Os fragmentos estão depositados em um horizonte estratigráfico assentado sobre o piso de conchas, a cerca de 30 cm de profundidade (*Figura 6*, Prancha 30).

Muitos materiais são encontrados na superfície e no perfil do corte da trilha que atravessa o sítio. Em um ponto específico, localizado entre as estruturas citadas acima e a casa do Tororó, há uma concentração de fragmentos de cerâmica na superfície da trilha. Centenas de fragmentos variados entre cerâmicas, faianças, vidros, metais, seixos e conchas (tanto bivalve quanto gastrópodes) são evidenciados neste ponto da trilha, onde sulcos rasos são formados pela água da chuva (*Figuras 8* e *10*, Prancha 30).

As cerâmicas encontradas no local são bordas e paredes de potes torneados, com acabamento de superfície vidrados, predominantemente, plumbífero. A argila de coloração branca apresenta antiplástico de quartzo visíveis e a coloração do núcleo sugere que a queima foi feita em ambiente oxidante. Outros fragmentos com a mesma composição da argila e processo de produção têm bases de cerâmicas com marcas de fuligem. Estes fragmentos, em especial, não apresentam sinais de acabamento de superfície. Outros fragmentos de borda e

parede confeccionados no torno e queimados em ambiente oxidante, possuem engobo vermelho utilizado no acabamento de superfície. Em menor quantidade, também foram encontrados fragmentos de cerâmica de coloração escurecida com queima redutora, sem as estrias provocadas pelo uso do torno, com antiplástico de grãos de quartzo visíveis na fratura do fragmento e nas paredes desgastadas por alterações tafonômicas.

No mesmo contexto das cerâmicas, diversos fragmentos de faiança fina são encontrados também. Tratam-se de fragmentos decorados pela técnica *transfer print* nos padrões azul borrão e *Willow* (*Figuras 13*, Prancha 31), e fragmentos com decoração a mão livre no estilo *peasant* e *spring* em azul cobalto e tons brilhantes policrômicos como verde e amarelo (*Figuras 11* e *14*, Prancha 30). Fragmentos como estes demonstram a capacidade dos moradores locais adquirirem objetos importados, na primeira metade do século XIX.

Outros fragmentos de menor valor são encontrados no mesmo contexto, como é o caso das faianças inglesas do padrão *shell edge* azul e verde, em alto ou sem relevo, e as garrafas em grés (*Figuras 15* e *16*, Prancha 31). O único fragmento encontrado com selo é da marca *Ceramus*, fabricada pela Cia Paulista de Louças Ceramus, entre 1918 e 1968 na capital paulista (*Figura 12*, Prancha 31) (Souza, 2013b, p. 170). Segundo Souza (2010, p. 167), a fábrica de Louça Ceramus no bairro Belenzinho, na capital paulista chegou a produzir 350 mil peças por mês, junto com a empresa Louças Cláudia, de São Caetano, nos anos de 1935 e 1936. Sua comercialização popularizou o uso dessa louça nacional em todo o país. Esse e outros fragmentos de louça branca existentes no sítio indicam que o local foi ocupado como moradia até meados do século XX.

O sítio Tororó de baixo configura-se, então, como um palimpsesto, ocupado por moradores permanentes durante aproximadamente 150 anos, desde o final do século XVIII, até a metade do século XX. A presença de faianças de diferentes períodos em um mesmo local sugere a contínua ocupação, seja por sucessivas gerações ou por grupos distintos que se sucederam no sítio. Por outro lado, apesar de ser tentador, as informações obtidas até o momento não permitem afirmar que o sítio abrigou diferentes núcleos de moradia no mesmo período. Por não ter sido encontrado materiais passíveis de datações relativas no entorno da casa, é difícil afirmar que sua estrutura foi contemporânea ao contexto, onde há concentração de faiança (ver *Figura 41: Croqui do sítio Tororó de baixo*). Da mesma forma, os vestígios encontrados próximos a estrutura de tijolos (interpretada por Lelinho como a casa de farinha) são de cerâmica e conchas e não foram datados ainda.

Prancha 29: Sítio Tororó de baixo, Galeão, Cairu (BA)











Legenda das fotos: 1) Vista da foz do rio Tororó, com o porto e a gruta do Tororó em destaque (Foto aérea: David Vargas, 2020); 2 e 3) Ruinas da sede da fazenda Tororó de baixo; 4) Parede da sede, com detalhe para as marcas de reocupação do local; 5) Piso de pedra chanfrada na rampa e parte frontal da casa (Demais fotos: Fabio Guaraldo, 2017).

Prancha 30: Sítio Tororó de baixo, Galeão, Cairu (BA)











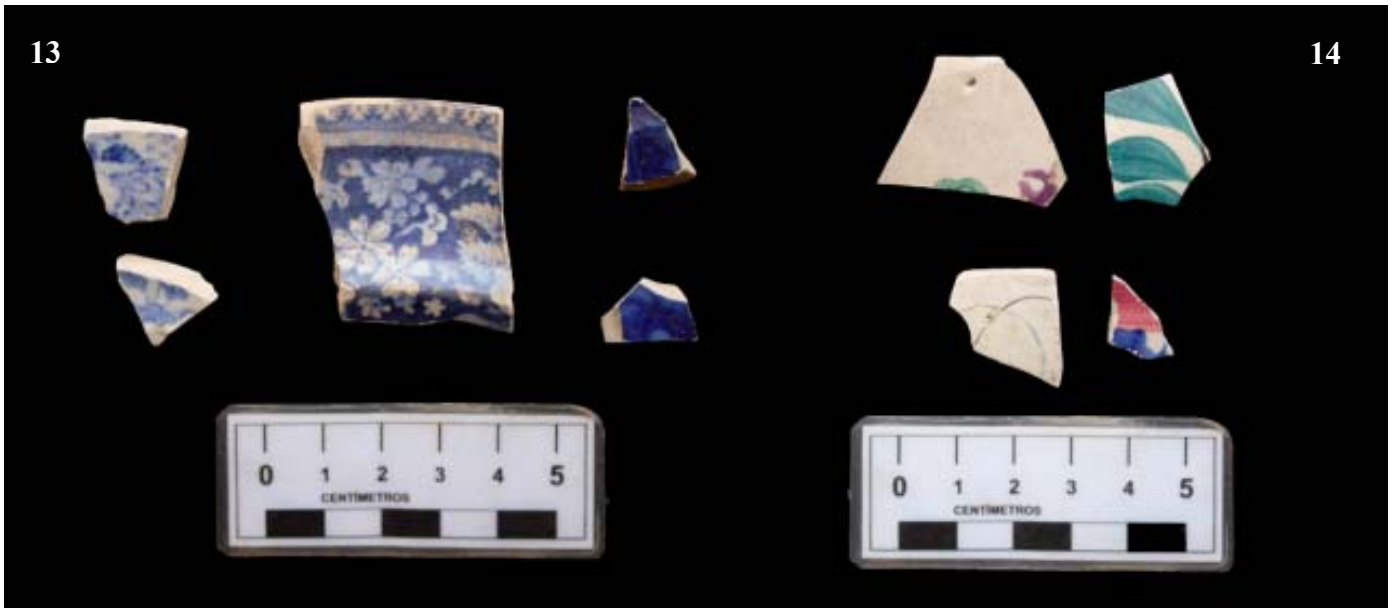


Legenda das fotos: 6) Evidencia de material arqueológico no perfil do corte da trilha; 7) Estrutura de tijolo evidenciada no sítio; 8) Concha encontrado em superfície; 9) Fragmento de peroleira encontrado no porto (Foto: Sílvio Campos, 2020); e 10) Material na superfície e no perfil do sulco formado na trilha (vista para sul) (Demais fotos: Fabio Guaraldo, 2017).

Prancha 31: Sítio Tororó de baixo, Galeão, Cairu (BA)









Legenda das fotos: 11) Fragmento de faiança fina no padrão decorativo *flow blue*; 12) Fragmento de faiança da marca *Ceramus* fabricada pela Cia Paulista de Louças Céramus. (Fotos: Fabio Guaraldo, 2017 e 2020).

Resta ainda relembrar o fragmento de peroleira, que pode recuar ainda mais a datação do sítio. Localizado no porto, este fragmento encontra-se perfeitamente contextualizado em sua função histórica de transporte de alimentos pelas rotas transatlânticas. Dificilmente ele tenha sido depositado pelo movimento da maré, pois o porto está localizado a cerca de 150 metros para dentro da barra do rio, em meio a vegetação de mangue e nenhum outro objeto foi encontrado no local. A hipótese mais plausível é que outros fragmentos tenham sido levados pela maré, ou encontram-se submersos, enterrados no sedimento do mangue. Neste caso, uma arqueologia subaquática possibilitaria achados importantes.

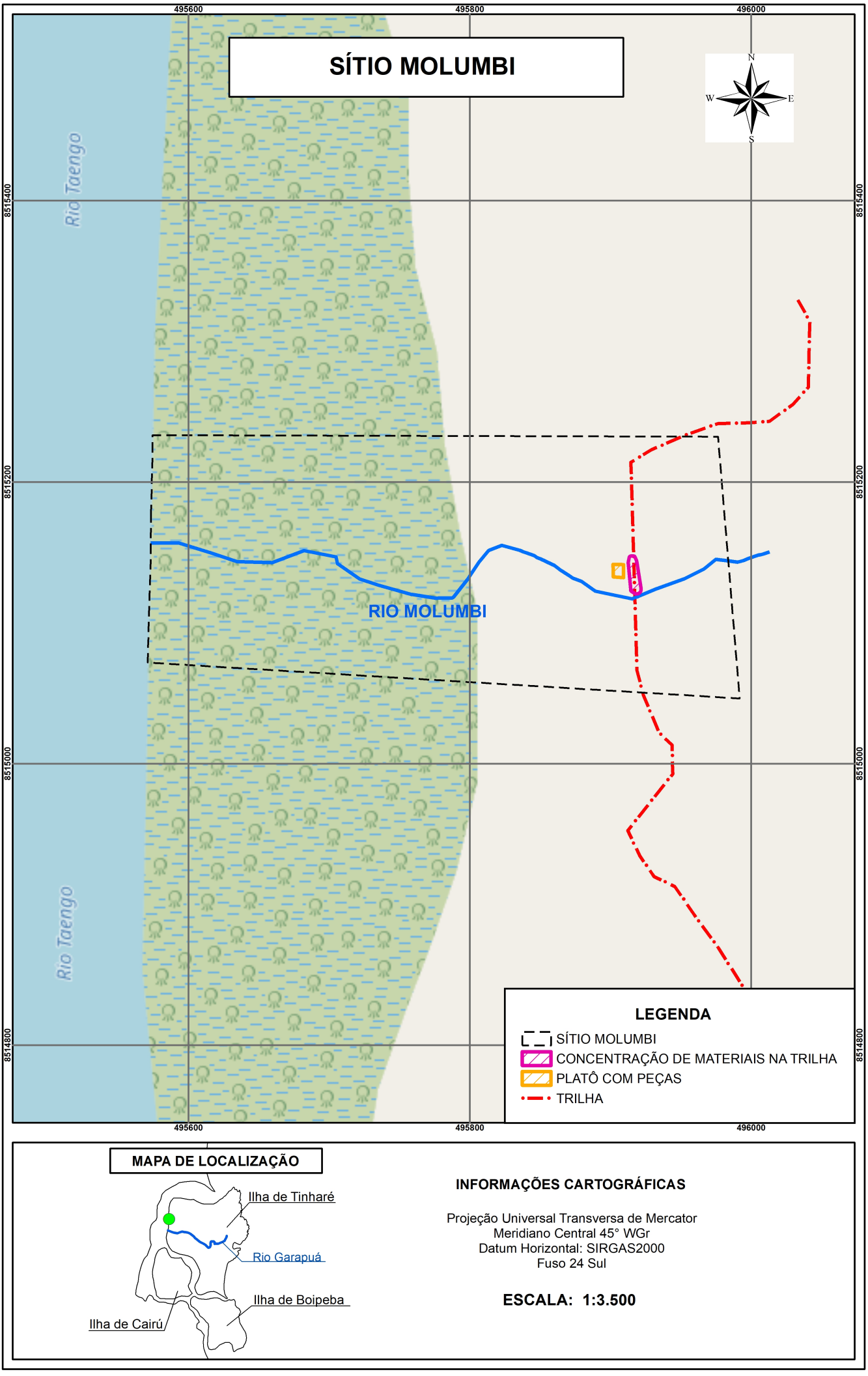
Certo é o fato de que, após o abandono do sítio como área de moradia, na segunda metade do século XIX, o local foi ressignificado e passou a ser ocupado sazonalmente como área de pesca e extrativismo. Moradores de Galeão e de outras vilas e cidades da região frequentam o local para coleta de piaçava, coquilho, madeira e outros recursos ainda hoje.

5.3. SÍTIO MOLUMBI

O sítio Molumbi encontra-se na margem do córrego homólogo. O córrego percorre um trajeto de poucos meandros. Nasce encravado entre dois morros: o morro do Tororó, ao sul e o morro do Molumbi ao norte, de menor altitude (cerca de 50 metros), e corre para oeste, até desaguar no canal de Taperoá, em frente a ilha Benedito (ou ilha Coroinha). O sítio está localizado na margem direita do córrego, a mais de 300 metros de sua foz, em uma altitude de 20 metros (ver *Figura 45: Croqui do sítio Molumbi*).

Aproximadamente 50 mil m^2 de mangue cobre a parte frontal da área mapeada, seguida por 25 mil m^2 de extensão localizada no sopé do morro, o qual, por sua vez, se eleva para leste e norte. O córrego segue para o canal, modelando uma depressão afunilada no terreno, onde o talvegue está cavado entre dois barrancos de dois metros de altura e aproximadamente 7 metros de largura, entre as bordas das duas margens (*Figura 1*, Prancha 32).

Uma única área de concentração de material foi encontrada na margem direita do córrego, à oeste da trilha, no ponto onde ambos se encontram. Os fragmentos estão concentrados em um platô de aproximadamente 200 m^2, rodeado por vegetação ombrófila mista de médio porte, com dossel de 10 metros ou mais, associada a palmeiras de piaçava, árvores de muriciaçu e outros arbustos de porte menor (*Figura 2*, Prancha 32).


SÍTIO MOLUMBI
N
W
E
S
495600
495800
496000
8515400
8515200
8515000
8514800
Rio Taengo
Rio Taengo
RIO MOLUMBI
LEGENDA
SÍTIO MOLUMBI
CONCENTRAÇÃO DE MATERIAIS NA TRILHA
PLATÔ COM PEÇAS
TRILHA
MAPA DE LOCALIZAÇÃO
Ilha de Tinharé
Rio Garapuá
Ilha de Boipeba
Ilha de Cairú
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul
ESCALA: 1:3.500

Prancha 32: Sítio Molumbi, Galeão, Cairu (BA)



Legenda das fotos: 1) Córrego Molumbi; 2) Platô com material arqueológico ao lado da trilha; 3) Fragmento de borda de cerâmica; 4) Fragmento de base cerâmica de uma garrafa; 5) Fragmento de base cerâmica com marca de foligem; 6) Fragmento de cerâmica com antiplástico de quartzo; 7) Fragmento de borda de cerâmica com pasta branca; 8) Fragmentos de faiança fina. (Fotos: Fabio Guaraldo, 2017).

Tendo em vista a característica desnivelada da topografia do entorno, o nivelamento da superfície onde ocorre material aparenta ser resultado de ação antrópica. O local reserva uma grande quantidade de material entre fragmentos de faiança, cerâmica, seixos de quartzo, vidros e conchas (gastrópode e bivalve), além de objetos inteiros, como, garrafas de vidro e uma pilha da marca Alex[168].

A porcentagem de cerâmica é significativa em relação aos outros materiais. Em comparação com os outros sítios, a presença de cerâmicas com a superfície vidrada é menor. No Molumbi, as cerâmicas com pasta toda escurecida são maioria. Em alguns desses fragmentos, o antiplástico é formado por pequenos grãos de quartzo moído, visíveis a olho nu na fratura do fragmento e na superfície interna da base alisada (*Figuras 5* e *6*, Prancha 32). Pequenos seixos e lascas de quartzos são encontrados espalhados pelo sítio. Este material foi levado para o local desde alhures, pois as características geológicas da ilha não apontam para a presença de veios de quartzo. O contexto leva a crer que as cerâmicas eram produzidas no sítio, onde ocorria o tratamento da argila.

Em geral os fragmentos de cerâmica apresentam alisamento na face externa e marcas de torno na face interna. Um fragmento de base e parede apresenta marcas do torno, como o ônfalo e estrias na face interna da base e da parede, respectivamente. A parede alisada na face externa não possui manchas de fuligem. Considerando o diâmetro da base plana, a angulação próxima a 90º e a espessura da parede, supõe-se que o fragmento seja de uma garrafa ou caneca de barro (*Figuras 4*, Prancha 32). Outro fragmento de base plana e pasta escura apresenta a face externa e interna bem alisadas, com manchas de fuligem, o que indica preparo de alimentos no local (*Figuras 5*, Prancha 32). Encontra-se ainda fragmentos de bordas com lábios em diferentes diâmetros e formas: arredondados, planos, rebarbados e reforçados (*Figuras 3*, Prancha 32).

Em menor quantidade, os fragmentos de faiança fina se fazem presentes no sítio. Em especial um conjunto de fragmentos de uma xícara foi encontrado na trilha. O objeto em faiança apresenta pasta e esmalte branco (*whiteware*) e decoração pintada à mão livre no padrão floral policrômico nas cores brilhantes vermelha e verde em estilo *peasant* (*Figuras 8* da Prancha 32). A cerâmica *whiteware* começou a ser produzida na Inglaterra em 1820 e se mantem até os dias atuais. Porém, apenas a partir da segunda metade do século XIX, ela se

[168] A Companhia Nacional de Pilhas inaugurou em 1955, uma fábrica de pilhas em Itapecerica, Minas Gerais, onde aproveitou uma jazida de Manganês e carvão existente na região, para fabricar as Pilhas Alex até 1973 quando a fábrica fechou por falta de administração.

torna mais popular do que a cerâmica *pearlware* (Symanski, 1998, p. 171). A decoração em estilo *peasant*, atribui-se a produção entre as décadas de 1830 e 1860, sendo popular entre 1840 e 1860 (Tocchetto et all., 2001, p. 24). Por tanto, a partir da produção da louça como referência, a ocupação mais tardia do sítio remete a, pelo menos, meados do século XIX.

A atual herdeira da fazenda Molumbi mora em Galeão, Sra. Maria das Graças Pinto Madureira de França (conhecida como Dona Graça, nasceu em 1951). Dona Graça contou que existia um porto na margem direita do córrego, vizinho de uma pequena olaria[169]. A olaria funcionou por cerca de vinte anos fabricando, principalmente, telhas e tijolos. Dona Graça não sabe precisar de onde era retirada a tabatinga para produção da cerâmica, segundo ela, "em algum lugar fora da fazenda".

O antigo proprietário, Sr. Joaquim de Souza Pinto (falecido), era avô materno de Dona Graça. Ela conta que ele iniciou a olaria logo após o casamento de sua filha, Sra. Maria Vitória Pinto, na década de 1950. Em seguida, o Sr. Joaquim deixou para seu genro, Sr. José dos Santos Madeireira (falecido), administrar a produção. Durante este período, o Sr. Madeireira morava na vila de Galeão e todos os dias remava mais de quatro quilômetros para chegar na fazenda de canoa. Ainda enquanto o Sr. Madeireira administrava a fazenda, um casal foi contratado para cuidar da propriedade e morar no local. Eram eles, o Sr. Manuel Bares do Nascimento (falecido) e a Sra. Maria Paula dos Santos (nascida em 1930).

Sra. Maria Paula mora em Galeão atualmente e recorda com saudosismo do período em que morou no Molumbi. Ela contou que as casas "eram de barro, toda de taipa. O telhado era de telha. O piso todo de barro"[170]. Além dela e do marido, "outro amigo também, lá [morava], mas era mais afastado, na mesma fazenda. Depois ele fez uma avenida de quatro casas e botou mais gente também". Segundo Sra. Paula, os novos moradores não eram permanentes. Eles trabalhavam no extrativismo da piaçava e eram contratados por períodos. Sra. Paula e seu marido eram os únicos moradores permanentes, atuando como zeladores da fazenda. "A piaçava ficava assim mais afastado da casa, aí não era responsabilidade nossa. (...) "[nossa responsabilidade era] capinar a lavoura que tinha coqueiro, pé de manga e outras árvores frutíferas do pomar [próximo à sede da fazenda]". Além disso, Sra. Paula se recorda das atividades que exercia por conta própria, como "tirava sururu, tirava ostra, pescava, pegava moreia de anzol (...) botava camboa, pegava peixe".

---

[169] Entrevista concedida e gravada no dia 1 de junho de 2017.

[170] Entrevista concedida e gravada no dia 24 de abril de 2019.

Sra. Paula ilustra sobre a relação de trabalho negociada com o proprietário da fazenda:

> *O que pegava* [de pescado] *era da gente. A camboa era da gente. O que pegava de peixe e camarão era da gente. Ele só fazia pagar quando trabalhava de enxada. Pra limpar, carpir, roçar. Mas o que pertencia do mangue era de graça. (...) [Também] a roça era nossa. A gente botava pra gente. Ele não pagava não. Ele só pagava os trabalhos que mandava fazer. O negócio dele era com a piaçava e os coqueiros. Mas o que a gente plantava era da gente. Ele deixava plantar e a gente plantava*[171].

Percebe-se os traços de perpetuação da relação de trabalho originada desde o período da escravidão, quando o proprietário da fazenda criava mecanismos para manter o escravizado ligado à terra de seu senhor, para evitar as constantes fugas e extravio da produção. A prática tornou-se ainda mais comum no final da escravidão, quando o senhor passou a criar vínculos de pertencimento do escravizado com as terras para que, ao alforriá-lo, ele permanecesse em suas terras como agregado, perpetuando a relação de exploração entre senhor e empregado, na qual o primeiro se exime também dos gastos de alimentação e vestimenta.

Semelhante aos relatos da Sra. Paula, também no período da escravidão, o escravizado podia plantar e pescar para seu sustento, além de arcar com as obrigações da fazenda. Porém, o excesso da produção não resultava em lucros significativos, capazes de alçar o escravizado ou o forro agregado em status econômico elevado de proprietário de terras e outros bens de produção. A moradora conta que plantava cana, mandioca, aipim e cultivava as árvores frutíferas como cajueiro, bananeira, mangueira etc. Ela conta também que havia uma casa de farinha, usada por todos os moradores da fazenda para produzir alimento. "Alguns também produziam [farinha] para vender em Galeão ou Cairú". Com o lucro da venda, eles adquiriam produtos industrializados de necessidades básicas. Além da farinha e do pescado eles também criavam animais, como porcos e galinhas, para alimentação. Havia ainda, criação de bois e cavalos para o trabalho da fazenda. Estes últimos, apenas o proprietário tinha condições de criar.

Apesar do constante trabalho de subsistência, e de nada possuir depois de anos de serviços prestados, Sra. Paula recorda com saudades daquele período: "Moramos um bocado de anos. Eu criei meus filhos, lá. Gostei muito de lá (...) A gente lá passou melhor do que aqui!"

---

[171] Idem anterior.

5.4. SÍTIO PIGICA

Entre as localidades apresentadas acima, Pigica é a mais próxima do povoado de Galeão. A localidade é significativa para os moradores locais, com fronteiras extensas, fluidas e compartilhadas. A localidade incorpora lugares históricos, como, a Fonte de Mara, o Cajueiro Boi, o campo de futebol e a sede de uma das fazendas antigas de nome homólogo à localidade. Conforme descrito anteriormente, o Registros de Terras da Freguesia de Cairu lista 11 lotes em Pigica, entre os anos de 1857 e 1858, e outros dois em localidades denominadas Pigiquinha e Tapera do Pigica.

Os moradores de Galeão mantêm a noção espacial de Pigica como antigamente, uma localidade extensa formada por lugares específicos e conhecidos por todos. Um desses lugares é a fazenda homóloga à localidade. O proprietário da fazenda Pigica, Sr. Valter José dos Santos (conhecido como Valtinho), nasceu em Galeão em 1930 e permanece morando na vila. Ele informou sobre o tamanho da fazendo, com início desde o canal Taperoá até o interior da ilha, onde há plantação de piaçava[172]. Ele confessa que não sabe ao certo onde termina a fazenda e que nunca percorreu a fazenda inteira, especialmente onde estão as palmeiras de piaçava no interior da ilha. Essa área é frequentado pelos trabalhadores que ele contrata para retirar a fibra. Como proprietário, suas atividades se concentram na sede próxima ao canal e no seu entorno imediato. Ele mantém um catador de piaçava próximo à sede, no lugar conhecido como Cajueiro Boi, ao lado do atual campo de futebol (ver *Figura 3* da Prancha 6).

Apenas a porção cercada da sede da fazenda mede em torno de 90 mil m^2. Caminhamentos foram realizados nessa área para registrar e mapear os diferentes compartimentos ambientais e respectivas estruturas existentes. Em alguns pontos foram realizadas coletas de materiais aflorados em superfície, permitindo inferir sobre a ocupação pretérita na sede (ver *Figura 46: Croqui do sítio Pigica – Coleta de superfície*). No entanto, assim como a análise dos materiais encontrados nos demais sítios, as observações doravante apresentadas sobre os fragmentos encontrados no sítio Pigica objetivam contextualizá-los na análise comparativa com os demais sítios, para compreender mais sobre a paisagem da ilha de Tinharé e suas temporalidades.

Os 90 mil m^2 da sede da fazenda se estendem entre a trilha que dá acesso às outras fazendas, à leste, e o canal de Taperoá, à oeste (*Figura 1*, Prancha 33). Cerca de 30 mil m^2 da

[172] Informação concedida no dia 10 de abril de 2019 em uma conversa não gravada.

extensão frontal da fazenda com o canal correspondem a uma área alagada sazonalmente, coberta por vegetação de mangue (ver *Figura 46: Croqui do sítio Pigica – Coleta de superfície*). Duas estruturas de porto foram mapeadas neste compartimento do terreno: uma na parte noroeste (isolada das estruturas da fazenda) e outra na porção sudoeste, próximo a estrutura da sede (*Figura 2*, Prancha 33).

Ambos os pontos apresentaram materiais arqueológicos, como fragmentos de cerâmica e metais. No ponto mais afastado, os materiais são principalmente tijolos e fragmentos de telhas rústicas, moldadas. Segundo o morador Sílvio Campos informou, o local foi ocupado por um assentamento irregular de moradia, formado no final da década de 2010 por pessoas provenientes, principalmente, do bairro Bolívia na periferia de Valença[173]. Possivelmente os vestígios de materiais construtivos registrados no local estão associados a este momento de ocupação.

Por outro lado, o ponto próximo a antiga sede da fazenda abriga fragmentos de vasilhas cerâmicas e materiais de ferro conservados pela umidade do mangue. Entre os materiais cerâmicos foram coletados fragmentos com tratamento de superfície vidrada na face interna e asas de vasilhas, semelhantes às encontradas no sítio Malhada. Ambos os fragmentos são associados às caçarolas usadas para preparar e servir alimentos (*Figura A*, Prancha 35). Quanto ao material metálico, trata-se de uma alça de ferro fundido, medindo 13 por 8 centímetros e pesando 375 gramas (*Figura B*, Prancha 35).

Seguindo na direção leste, a partir do mangue até a entrada da fazenda na trilha, o terreno possui três patamares de elevação. O primeiro contempla uma área de mais de 4.500 m^2, em cerca de 7 metros de elevação, onde encontram-se os portos, a rampa de acesso e a estrutura da fonte (*Figuras 3 e 4*, Prancha 33). O segundo patamar possui cerca de 12 metros de altitude e contempla a maior extensão do terreno, com mais de 45 mil m^2. Esta área engloba um pátio com uma mangueira localizada a cerca de 50 metros a leste da fonte (*Figuras 8*, Prancha 34), um pomar com outras árvores frutíferas a cerca de 30 metros a nordeste do porto, e uma área de cerca de 7 mil m^2 ao sul do terreno, destinada ao plantio de mandioca (*Figura 7*, Prancha 34), com plantação de dendê no entorno. Tanto no primeiro quanto no segundo patamar, a superfície possui sedimento de composição arenosa, coloração branca e textura grossa.

[173] Este assunto já foi abordado no Capítulo 1. Também é comentado em Rêgo et al (2011, p.03).

SÍTIO PIGICA - COLETA DE SUPERFÍCIE

LEGENDA

- TRILHA
- SÍTIO PIGICA
- POMAR
- ÁREA DA FONTE
- ROÇA
- MORRO
- RAMPA DE ACESSO AO PORTO
- PÁTIO COM MANGUEIRA
- MANGUEIRA
- PORTOS
- CAMINHOS

TANQUES DE CAMARÃO DESATIVADO

CAMPO DE FUTEBOL

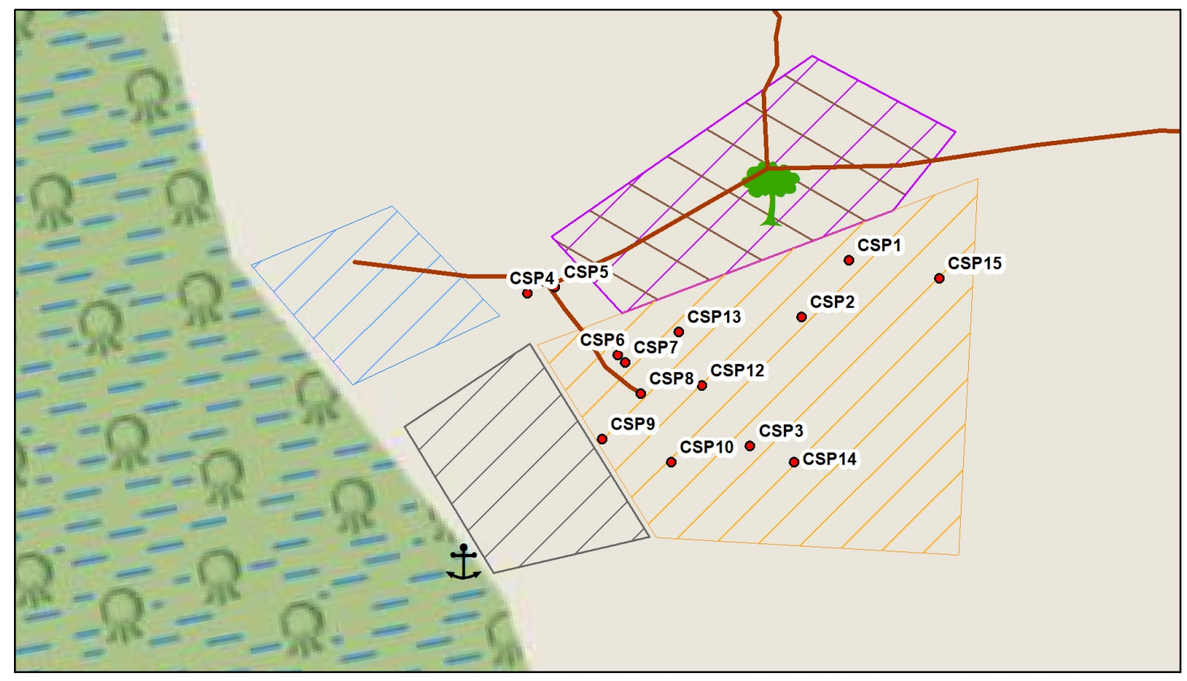
EXTRAÇÃO DE ARGILA

ENTRADA SÍTIO

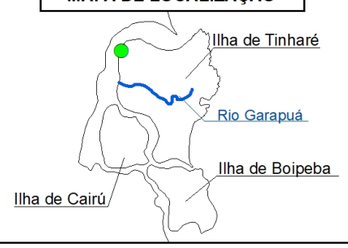
N

W E

S



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul

ESCALA: 1:3.500

495500 495750 496000 496250 496500 496750

8518250 8518000 8517750 8517500

Prancha 33: Sítio Pigica, Galeão, Cairu (BA)











Descrição das fotos: 1) Vista aérea da localidade Pigica (Foto: David Vargas, 2020); 2) Porto do Pigica; 3) Fonte do Pigica; 4) Vista para o patamar da fonte; 5) Área do pomar com a elevação do outeiro ao fundo (Demais fotos: Fabio Guaraldo, 2018).

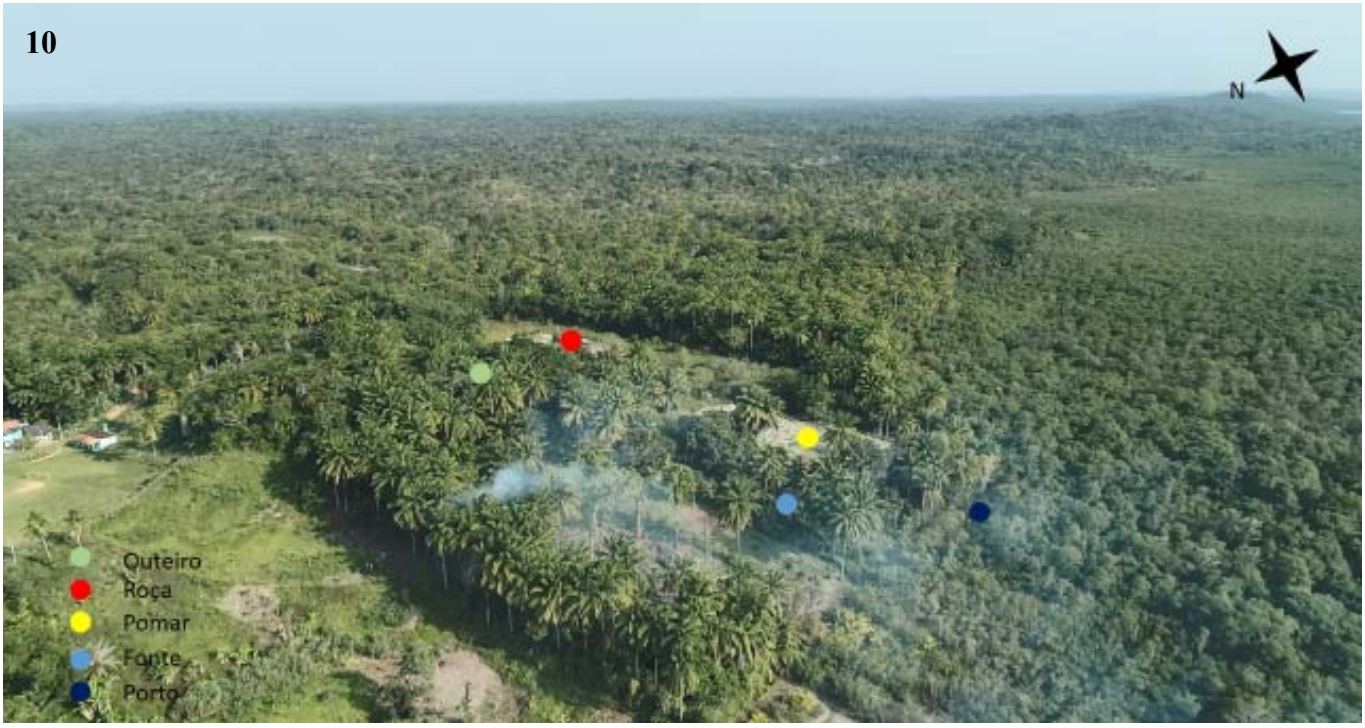
Prancha 34: Sítio Pigica, Galeão, Cairu (BA)





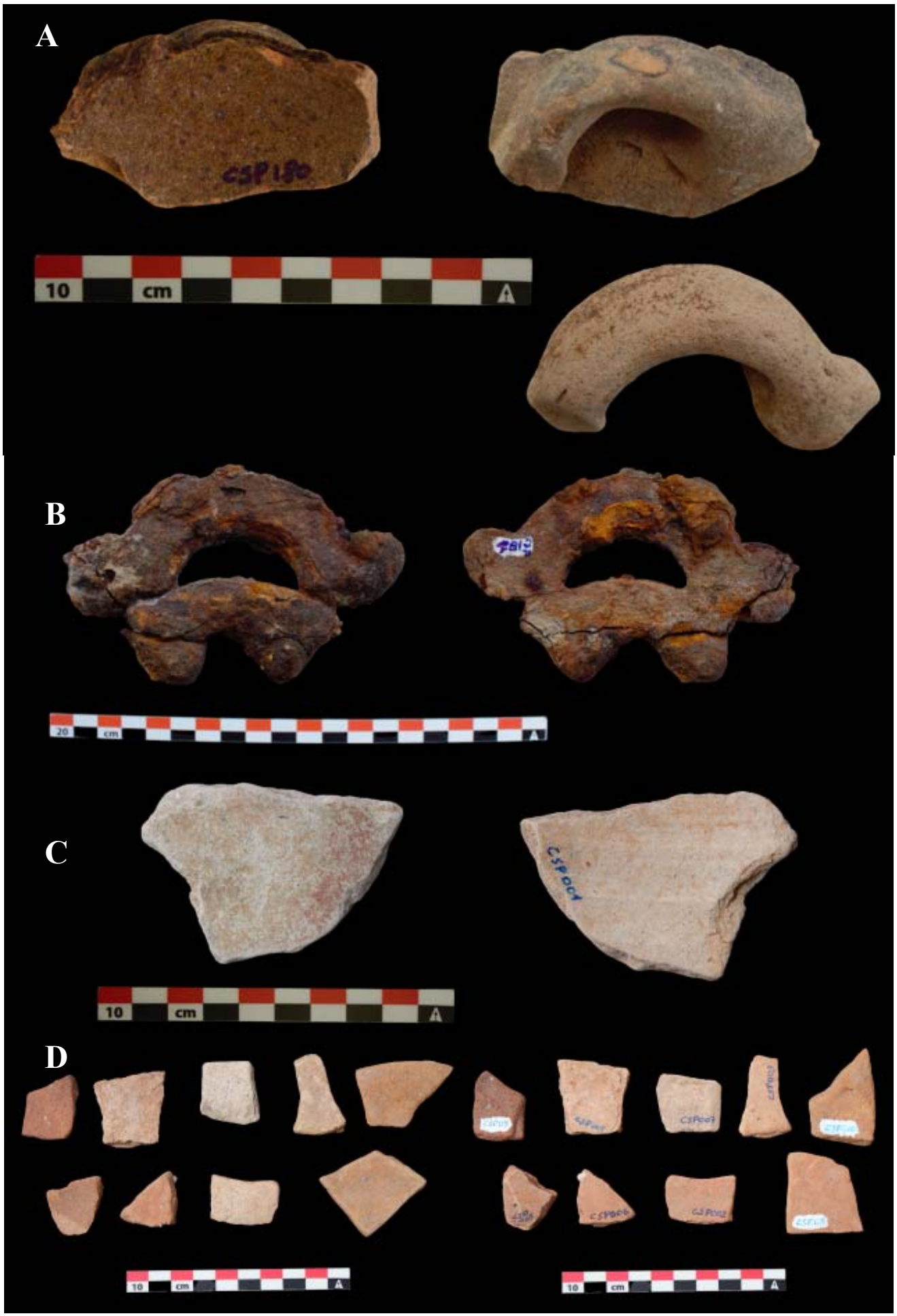






6) Parte leste do outeiro, onde há extração de argila; 7) Área do pomar, com a roça ao fundo; 8 e 9) Antiga área de moradia, com mangueira e concentração de material construtivo (Fotos: Fabio Guaraldo, 2018); 10) Vista aérea do sítio Pigica (Foto: David Vargas, 2020).

Prancha 35: Fragmentos do porto e da fonte do sítio Pigica



Fotos: Fabio Guaraldo, 2020.

O terceiro nível de elevação é formado por um outeiro que atinge 20 metros de altitude, localizado na parte nordeste do terreno, com aproximadamente 10 mil m^2 de extensão. Toda a extensão do outeiro, o entorno da plantação de mandioca e uma porção no norte do terreno possui plantação de palmeiras de dendê (*Figura 10*, Prancha 34). No extremo norte do sítio há uma área alagada, onde tanques de criação de camarão foram construídos, mas encontram-se desativados, atualmente. Uma pequena parte de aproximadamente 2 mil m^2 do outeiro, ao fundo do terreno, é reservada à extração de argila (*Figura 6*, Prancha 34). A estratigrafia exposta no local da extração revela uma camada de sedimento argiloso entre os 60 cm e mais de 2 metros de profundidade, com presença de óxido de ferro, observada pela coloração vermelha. Após 2,30 m. de profundidade inicia-se uma camada argilo-siltosa de coloração mosqueada entre o vermelho e o branco (tabatinga). A extensão do outeiro não foi prospectada.

Além dos pontos dos portos em meio ao manguezal, outras duas áreas apresentam materiais arqueológicos em superfície, onde a coleta sistemática dos fragmentos foi realizada, para melhor análise e contextualização dos materiais em laboratório. As áreas contempladas foram o entorno da fonte (no primeiro patamar do terreno do sítio) e o pomar com arvores frutíferas localizado entre a área de roça e o pátio da mangueira (no segundo patamar). No caminho entre a fonte e o pomar, dois pontos foram registrados com 4 fragmentos, sendo duas telhas, um tijolo e outro não identificado. Curiosamente, no pátio em frente a mangueira nenhum material foi encontrado em superfície. Esta área de chão batido parece ser constantemente varrida e utilizada como área de lazer pelo atual proprietário do sítio. Na área da roça também foi encontrado material arqueológico, porém, não houve coleta sistemática para não prejudicar o cultivo (pois não estava na entressafra).

No entorno da fonte, a vegetação é mantida rasteira e a presença de balde indicam que a estrutura permanece em uso. No local, 10 fragmentos de cerâmica foram coletados, sendo apenas um deles maior do que 50 mm de tamanho, passivo de inferências sobre o objeto correspondente. Este fragmento corresponde a uma parede infletida, medindo 68 X 53 mm (horizontal x vertical) e 11 mm de espessura, com marcas de torno na face interna (*Figuras C*, Prancha 35). A pasta é branca, dura e homogênea com antiplástico mineral rolado de pequeno porte (predominantemente quartzo, além de pouca hematita). A face externa alisada possui pigmentação vermelha, resquício da decoração pintada. A espessura do fragmento sugere que seja um objeto de grande porte, talvez uma talha para capitação de água da fonte, considerando o local onde foi encontrado. Os outros fragmentos, porém, são de pequeno

porte, com espessura entre 4 e 8 mm e superfície porosa pelo desgaste de ações intemperes (*Figuras D*, Prancha 35).

Na área do pomar, adjacente à roça e ao pátio da mangueira, a superfície do solo apresenta sedimento arenoso branco de textura grossa, onde foi mapeada concentração de material arqueológico que se estende para a pequena vertente entre o primeiro e o segundo patamar. Nesta área de 2 mil m^2, um *transect* foi estabelecido com 11 linhas paralelas de norte/sul, equidistante 5 metros entre si, para guiar o caminhamento e a coleta sistemática. O distanciamento das linhas considerou a imprecisão de 3 metros do aparelho GPS. Assim, onde havia concentração de material, um ponto de coleta foi georreferenciado com auxílio do aparelho e todos os fragmentos localizados no raio de 2,5 metros desse ponto foram coletados.

Ao todo, 167 fragmentos foram coletados em 15 pontos, sendo 13 pontos localizados na área do pomar e dois no caminho entre o pomar e a fonte (Pontos CSP4 e CSP5) (ver *Figura 46*). Deste total, 88 fragmentos são cerâmicas (52%, aproximadamente), 64 são faianças (38%), 7 são vidros (4%), 4 são metais (2%) e outros 4 são líticos (2%), conforme tabela a seguir.

Tabela 13: Materiais coletados no sítio Pigica

Pontos de coleta	Coordenadas UTM (24L)		Materiais					TOTAL
	E	S	Cerâmica	Louça	Metal	Vidro	Lítico	
CSP1	496.104.164	8.518.060.383	2	0	0	0	0	**2**
CSP2	496.098.102	8.518.053.857	0	1	0	0	0	**1**
CSP3	496.091.284	8.518.036.162	2	0	1	0	0	**3**
CSP4	496.062.267	8.518.056.064	3	0	0	0	0	**3**
CSP5	496.065.840	8.518.056.839	1	0	0	0	0	**1**
CSP6	496.074.610	8.518.048.656	7	5	0	0	0	**12**
CSP7	496.075.801	8.518.047.661	7	4	0	0	0	**11**
CSP8	496.077.209	8.518.043.570	2	11	0	1	0	**14**
CSP9	496.072.230	8.518.037.818	22	3	0	1	1	**27**
CSP10	496.081.325	8.518.034.059	22	7	1	0	3	**33**
CSP11	496.074.070	8.518.039.698	4	10	0	0	0	**14**
CSP12	496.085.545	8.518.044.787	11	17	0	5	0	**33**
CSP13	496.082.405	8.518.051.865	3	5	0	0	0	**8**
CSP14	496.097.239	8.518.034.062	2	1	0	0	0	**3**
CSP15	496.116.000	8.518.058.000	0	0	2	0	0	**2**
Fonte	496.039.860	8.518.060.260	10	0	0	0	0	**10**
Porto 1	496.054.567	8.518.021.168	3	0	1	0	0	**4**
Porto 2	495.965.057	8.518.213.084	2	0	0	0	0	**2**
	TOTAL		**103**	**64**	**5**	**7**	**4**	**183**

5.4.1. Materiais cerâmicos.

Do total de 88 fragmentos cerâmicos coletados, 64 deles são paredes (73%), 8 são paredes com bordas (9%), 14 são bordas e lábios (16%), 1 base (1%) e 1 não é identificado (1%). Quanto ao processo de confecção dos materiais, 45 deles foram confeccionados com argila branca (51%), 4 com argila marrom (4,5%), 8 com argila marrom avermelhada (9%), 13 com argila preta (15%) e 18 com argila mosqueada entre vermelho e branco (20%)[174]. Todas as argilas possuem antiplástico mineral predominante, sendo a maioria pequenos quartzos rolados. 29 dos fragmetos apresentam marcas de torno (33%), 13 foram modelados (15%), 4 foram roletados (4,5%), outros 10 foram modelados ou roletados (11%), 23 foram moldados (26%) e 9 não foram identificados (10%).

Tabela 14: Processo de manufatura dos objetos cerâmicos do sítio Pigica

Manufatura	Nº	%
Torneado	29	33
Moldado	23	26
Modelado	13	15
Roletado	4	5
Modelado ou roletado	10	11
N/I	9	10
TOTAL	88	100

O tratamento de superfície é outro dado interessante para comparação com os materiais dos outros sítios, sendo 10 fragmentos com alisamento na face interna (11%), 3 com polimento (3,5%), 8 com engobo vermelho ou marrom (9%), 20 com vidrado (23%) e outros 47 que não apresentaram tratamento de superfície na face interna (53%). Na face externa, 30 fragmentos possuem alisamento (34%), 4 possuem polimento (4,5%), 6 têm engobo vermelho (7%), 3 foram vidrados (3,5%) e 45 não possuem tratamento de superfície na face externa (51%).

[174] Conforme Munsell Soil Color Chat, 2000, a coloração branca corresponde a matiz GLEY1- 8/N, 7.5YR 8/1, 7.5 YR 8/2, 7.5 YR 8/3; a coloração marrom ao referencial 7.5 YR 4/2, 4/3, 4/4, 5/2, 5/3, 5/4, 4/6, 5/6, 5/8, 6/3, 6/4; a coloração marrom avermelhada ao 5 YR 4/2, 5 YR 4/3, 5 YR 4/4, 5 YR 4/6, 5 YR 5/3, 5 YR 5/4, 5YR 5/6, 5 YR 6/4, 5 YR 6/6, 5 YR 6/8, 5 YR 7/6, 5YR 7/8, 5 YR 6/3; e a cor preta ao referencial 7.5 YR 2.5/1, 7.5 YR 4/1.

Tabela 15: Técnicas de tratamento de superfície das cerâmicas do sítio Pigica

Tratamento de superfície	Interno		Externo	
	Nº	%	Nº	%
Alisado	10	11	30	34
Engobo branco	0	0	0	0
Engobo vermelho	8	9	6	7
Vidrado	20	23	3	4
Polido	3	4	4	5
N/I	47	53	45	50
TOTAL	88	100	88	100

Sobre a decoração, 13 fragmentos têm decoração rústica, com marcas do torno na parede interna (15%), 1 fragmento apresenta pigmentação vermelha (1%) e os outros 74 fragmentos não tem decoração na parede interna (84%). Na parede externa a decoração é mais variada, sendo 1 fragmento com decoração rústica feita pelas marcas do torno (1%), 3 possuem pintura vermelha sobre a decoração rústica do torno (3,4%), 4 apresentam pintura vermelha sobre parede alisada (4,5%), um possui uma incisão entre a borda e a parede (1%), outro possui duas incisões na mesma posição da peça (1%), dois possuem acanalados (2%) e outros 76 fragmentos não possuem ou não foram identificados decoração de superfície (86%).

Tabela 16: Decoração dos fragmentos cerâmicos do sítio Pigica

Decoração	Interno		Externo	
	Nº	%	Nº	%
Rústica (marcas do torno)	13	15	1	1
Pintura vermelha sem alisamento	1	1	3	4
Pintura vermelha sobre alisamento	0	0	4	5
Incisões entre borda e parede	0	0	2	2
Acanalado entre borda e parede	0	0	2	2
N/I	74	84	76	86
TOTAL	88	100	88	100

A partir da morfologia dos fragmentos, da marca de fuligem e do tratamento de superfície foram identificados 33 fragmentos de materiais construtivos (entre telhas e tijolos antigos) (37,5%), 47 fragmentos de utensílios ordinários (entre potes, panelas, alguidares, malgas etc.) (53,5%) e 8 fragmentos não identificados (9%). As telhas são caracterizadas pela

parede infletida e bordas retas com lábios ondulados. Algumas telhas apresentam irregularidades na superfície e na morfologia côncava da parede, sinais que indicam ausência de molde no processo de confecção.

Tabela 17: Tipos de objetos do sítio Pigica

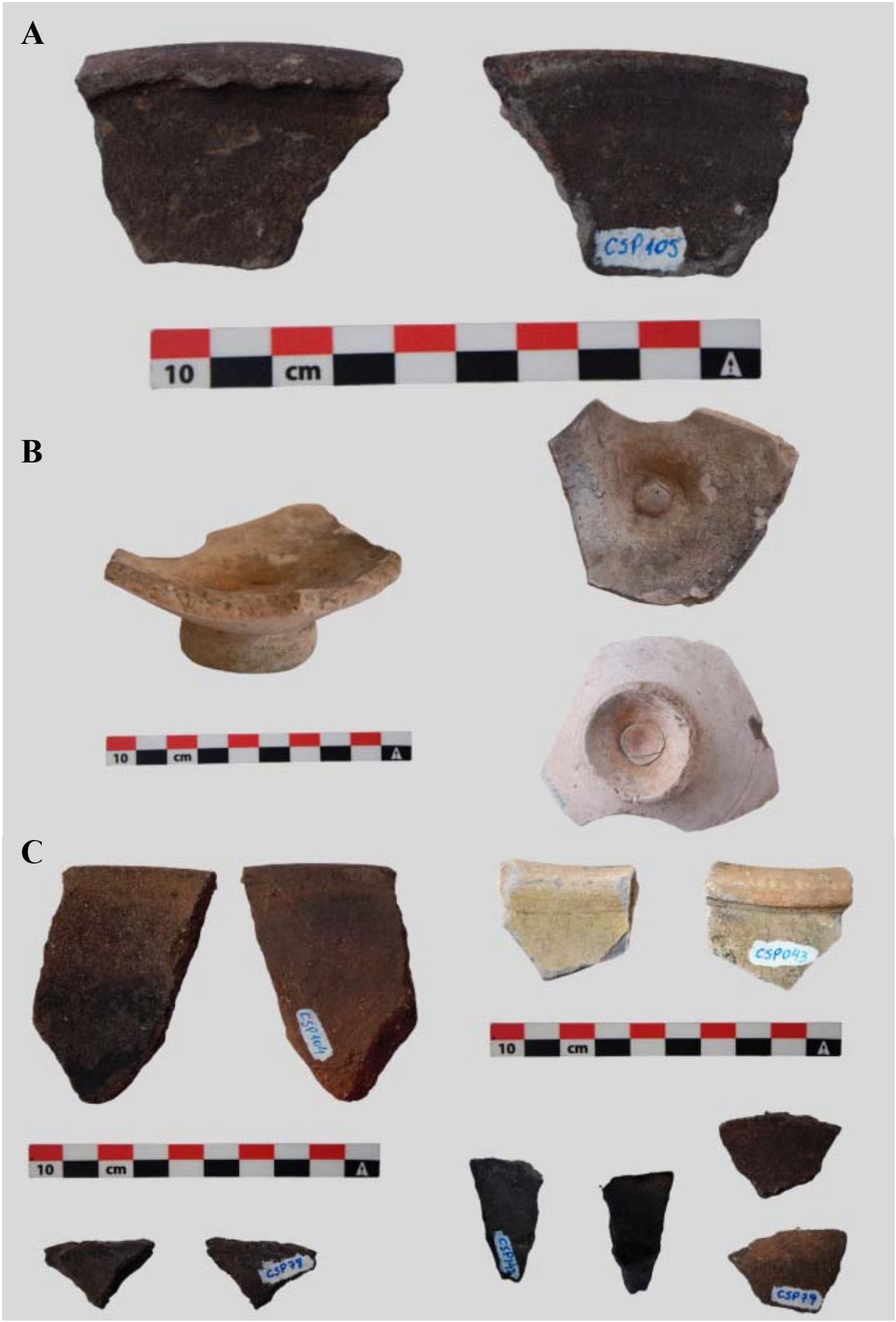
Tipo de objeto	Nº	%
Materiais consrutivos	33	37
Utensílios	47	54
N/I	8	9
TOTAL	88	100

Todos os fragmentos confeccionados com argila mosqueada são resquícios de materiais construtivos, principalmente tijolos e algumas telhas. Entre os fragmentos roletados e os "modelados ou roletados" são todos utensílios domésticos, assim como todos os fragmentos com tratamento de superfície na face interna (vidrado, alisado, com engobo ou polido) são partes de utensílios domésticos para preparar, servir ou armazenar alimentos ou água. Porém, nem todos os fragmentos com tratamento de superfície na parede interna foram roletados ou modelados.

Na amostra, o vidrado predomina entre os tipos de tratamentos de superfície na face interna, sendo que estes fragmentos todos foram confeccionados com uso do torno. Por outro lado, todos os fragmentos com engobo (vermelho ou marrom) na face interna foram confeccionados por roletes. Pela morfologia foram identificados um fragmento de alguidar (*Figura A*, Prancha 36), um fragmento de base de uma malga em cerâmica (*Figura B*, Prancha 36) e o fragmento de caçarola encontrado no porto (*Figura A*, Prancha 35). Outros 5 fragmentos apresentam fuligem na superfície externa, indicador de que eram partes de um utensílio utilizado para preparar alimentos no fogo (*Figuras C*, Prancha 36).

Como dito anteriormente, as malgas e os alguidares eram objetos que serviam tanto a população livre quanto aos cativos. Estudos arqueológicos no Brasil mostram que estes objetos são comumente encontrados em sítios com presença de africanos e afrodescendentes (Souza, 2006; Symanski & Souza, 2007; Souza & Lima, 2016). O alguidar é um dos objetos mais polivalentes encontrados em sítios datados entre os séculos XV e XIX, no Brasil e em Portugal. Na metrópole, a documentação histórica menciona o uso desse recipiente nos

Prancha 36: Fragmetos de cerâmica do sítio Pigica



Fotos: Fabio Guaraldo, 2020.

serviços de cozinha, na higiene pessoal e nas vendas de peixes e outros produtos, até o início do século XIX (Fernandes, 2012, pp. 293-295). No Brasil, este tipo de objeto foi consagrado como de uso doméstico e para a comercialização de gêneros (Souza & Lima, 2016, p. 38), principalmente pelos escravos de ganho, nos centros urbanizados. Além disso, desde o século XIX, existem relatos e evidências que comprovam a presença de alguidares em locais de rituais de matriz africana (Lody, 1985, p. 79; Gordenstein, 2018, pp. 262-263).

5.4.2. Louças.

Outro material encontrado em abundância no sítio Pigica é a louça. Todos os fragmentos de louça estavam concentrados na área do pomar e na plantação de mandioca. Nenhuma louça foi encontrada na fonte ou no porto. Assim como para o sítio Malhada, também para o sítio Pigica a análise dos fragmentos da amostra de louça permitiu tecer inferências sobre sua datação relativa e as condições sociais de seus usuários. Para tanto, a amostra das louças coletadas foi classificada considerando os seguintes atributos: pasta, esmalte e, quando identificado decoração, também foi classificada a técnica, o padrão e o motivo decorativo. O conjunto dos atributos da classificação permite estabelecer uma cronologia do período de fabricação das peças segundo a tecnologia de confecção e os critérios estilísticos da decoração (Miller, 1980; Miller, et al., 2009).

De acordo com a pasta, as peças de louça foram agrupadas em duas classes: faiança fina e *ironstone*. Diferente do sítio Malhada, nenhuma faiança portuguesa ou porcelana foram encontradas no Pigica. Do total de 64 fragmentos de louça, 13 foram registrados como *ironstone* (20%) e o restante (51 fragmentos, equivalente a 80% da amostra) são faiança fina. Assim, a grande maioria das louças encontradas no sítio é em faiança fina e possui o esmalte do tipo *pearlware*, esmalte de cor pérola fabricado em grande escala pelos países europeus a partir de 1780 (Tocchetto et all, 2001, p. 24).

Os fragmentos de louça mais antigos no sítio Pigica são duas bordas de pratos em faiança fina, com o padrão decorativo *shell edged* azul inciso em estilo Rococó (linhas curvas) (*Figuras A*, Prancha 37). O período de fabricação desse padrão decorativo está entre 1780 e 1860, sendo que os motivos de linhas curvas denominados Rococó, foram produzidos até 1830 (Miller et all, 2009). Os pratos decorados no padrão *shell edged* foram populares durante todo o século XIX, devido ao baixo custo de produção e venda.

Uma variação das peças moldadas com a superfície em relevo são as denominadas peças de decorações com a "superfície modificada sem pintura". Segundo Majewski & O'Brien, essa técnica de decoração das louças implica em uso de molde, aplicado na superfície da peça por pressão, sem uso de pintura. Na amostra, um fragmento *ironstone* apresenta motivos xadrez sem pintura (*Figuras B*, Prancha 37). O uso desta técnica em louças do tipo *irostone* foram mais populares entre os anos 1840 e 1900 (Majewski & O'Brien, 1987, p. 153).

Outro fragmento do sítio Pigica que possui a superfície modificada sem pintura é uma borda decorada pelo padrão Royal Rim, com esmalte branco (*Figuras C*, Prancha 37). O padrão Royal Rim se caracteriza por apresentar uma borda ondulada e o restante da superfície do recipiente sem decoração (Tocchetto et al., 2001, p.41). As louças com este padrão decorativo carregavam inicialmente a aplicação do esmalte *creamware*, de coloração amarelada, que se popularizou nos EUA no final do século XVIII, substituindo os utensílios de mesa de estanho, até então dominantes (Lima, 1995b, p. 165). Já as peças de esmalte branco datam da primeira metade do século XIX (Symanski, 1998, p. 172).

Um terceiro padrão de superfície modificada sem pintura presente na amostra é apresentado em três bordas e uma parede com decoração no padrão trigal (*Figuras D*, Prancha 37). Esse padrão se caracteriza pela presença de ramos de trigo em relevo, moldados na superfície lisa dos recipientes. A produção desse padrão iniciou-se em 1851 por Edward Walley's e até o final do século XIX foi chamada "Ceres". Entretanto, sua produção no Brasil se mantém até os dias atuais (Lima, 1995b, pp. 166-167). Há ainda um outro fragmento de faiança fina com a superfície modificada sem pintura. Trata-se de um apêndice com decoração em relevo no motivo de balaústres (*Figuras E*, Prancha 37). Possivelmente, o fragmento era parte de uma travessa para servir alimentos à mesa, ensopados de mariscos e peixes.

Outros fragmentos do sítio Pigica que datam o final do século XVIII ou início do século XIX, são faianças finas decoradas na técnica banhada (*dipped*) (*Figuras F*, Prancha 38). Cinco fragmentos foram encontrados com essa técnica no padrão decorativo faixas e frisos, sendo quatro relativos a uma xícara ou malga e outro fragmento menor cujo objeto não é identificável. Todos apresentam o motivo roletes, o primeiro com dois frisos verde horizontas sobre e sob uma faixa larga na coloração marrom e o outro com dois frisos azul seguido da mesma faixa na coloração marrom. Sua fabricação é atribuída entre 1790 ao início do século vinte (Majewski & O'Brien, 1987; Tocchetto, 2001). Outro fragmento com decoração padrão

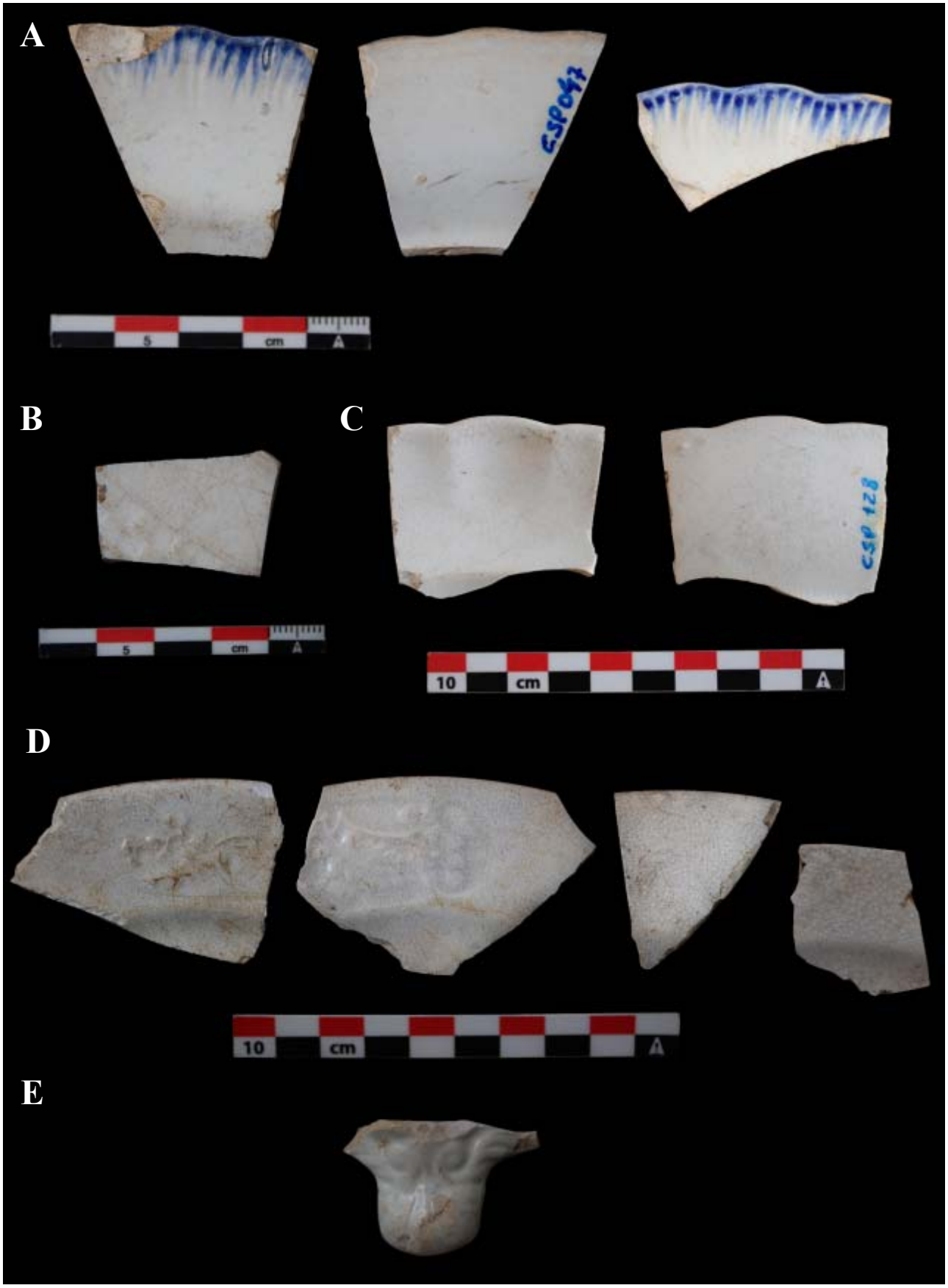
faixas e frisos é uma borda de xícara ou malga confeccionada em faiança fina com esmalte *whiteware*. A decoração sobre o esmalte apresenta três frisos na cor verde seguido de uma faixa na cor azul. Esta variação decorativa tornou-se comum no último quartel do século XIX (Symanski, 1998, p. 181; Tocchetto, 2001, p. 29).

Na categoria pintada a mão livre em superfície não modificadas, foram resgatados fragmentos em motivos florais nos dois estilos decorativos: o *spring* e o *peasant* (*Figuras G*, Prancha 38). O primeiro consiste em pinceladas finas cobrindo pequenas áreas da peça, já o segundo é caracterizado por pinceladas largas que cobre quase toda superfície da peça. Três fragmentos de uma xícara revelam a decoração floral policrômica em motivos de cerejeira nas cores verde (folhas), vermelho (frutos) e preto (caules e faixa no pedestal da base). As pinceladas grossas das cerejas revelam o estilo *peasant* da decoração desse objeto. Já a decoração de outros dois fragmentos articulados combina o estilo *spring* com o estilo *peasant*, de pinceladas largas cobrindo quase toda a peça. A decoração mostra motivos de delicadas folhas finas em azul, combinadas com folhas verdes feitas por largas pinceladas e uma faixa vermelha rente a borda. Por fim, o último fragmento é menor e expõe pouco a decoração formado por folhas pintadas por diversos traços curtos vetoriais em verde escuro, lembrando uma samambaia, combinado com um traço largo em verde claro, sem definição do motivo.

Segundo Tocchetto et all (2001, p. 26), o estilo de decoração à mão livre *peasant* foi empregado entre 1810 e 1860 e o estilo *spring* popularizou-se entre 1840 e 1860. Vale lembrar ainda que estas peças foram importadas da Inglaterra, onde o estilo dos artistas classificados como *peasant style*, *sheet floral* ou *sprig style* apresentam a terminação dos filamentos em ponta ou afiladas, bem diferente das pinturas de pétalas e folhas feitas nas faianças produzidas no Brasil a partir do século XX, nas quais o floral tem, em geral, terminações sempre arredondada (Souza, 2010, p. 327).

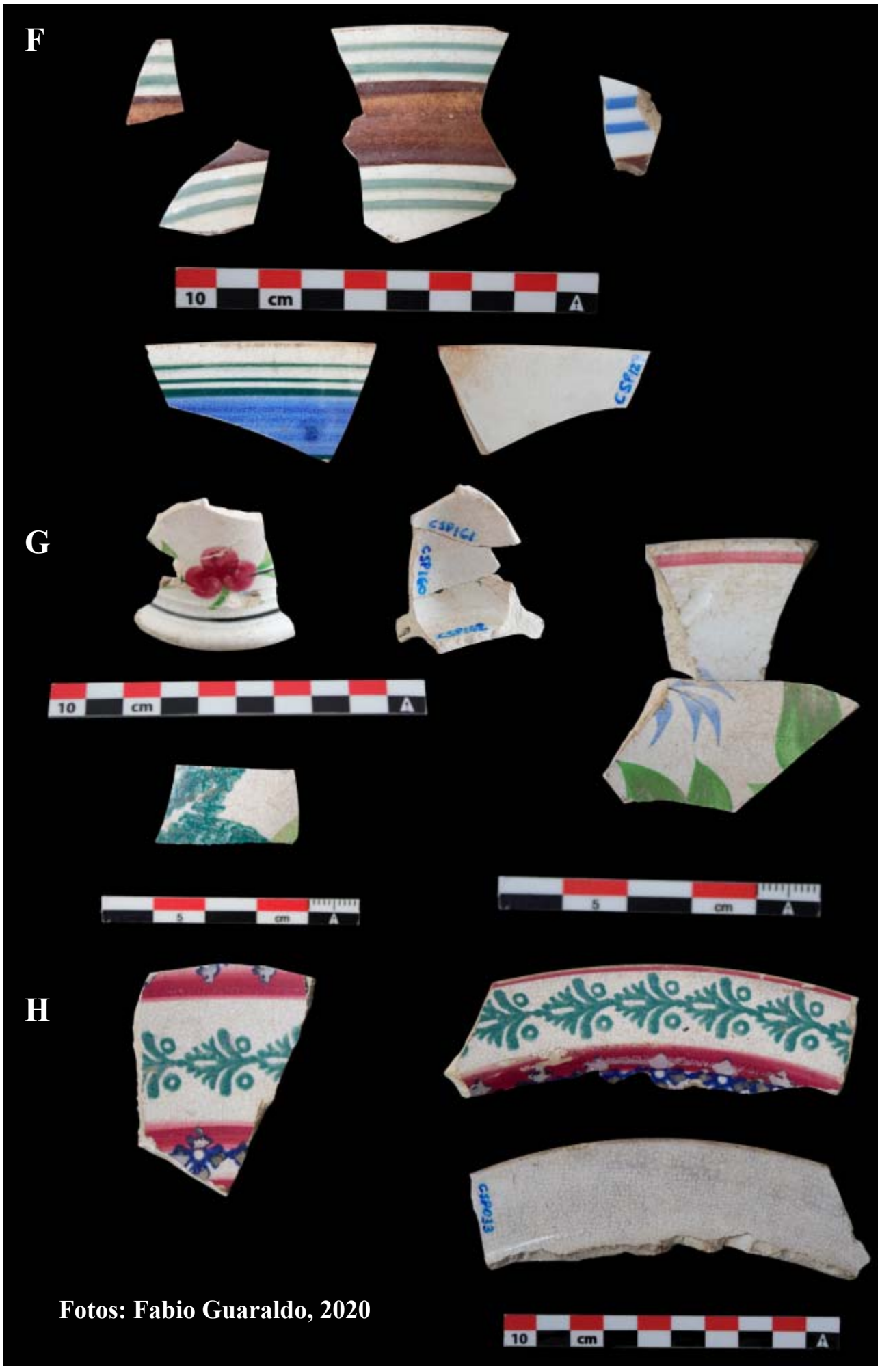
Entre as peças decoradas com motivos florais, encontram-se dois fragmentos decorados pela técnica carimbado (*cut sponge*). Os fragmentos são partes da mesma peça, um prato fundo de borda larga (27 mm.) confeccionado em faiança fina (*Figuras H*, Prancha 38). A decoração apresenta dois motivos: um em verde escuro que lembra folhas de samambaia e outro uma flor de quatro pétalas em azul (parecida com a espécie *cornus vênus*). Os motivos foram aplicados em sequência longitudinal, reproduzindo uma faixa para cada. As faixas com cada motivo são intercaladas verticalmente ao longo de toda a superfície interna do prato, desde a borda, e delimitadas por frisos grossos na cor vermelha. Peças com a decoração carimbada foram produzidas entre 1845 e 1900 (Majewski & O'Brien, 1987, p. 161).

Prancha 37: Fragmentos de louça do Sítio Pigica

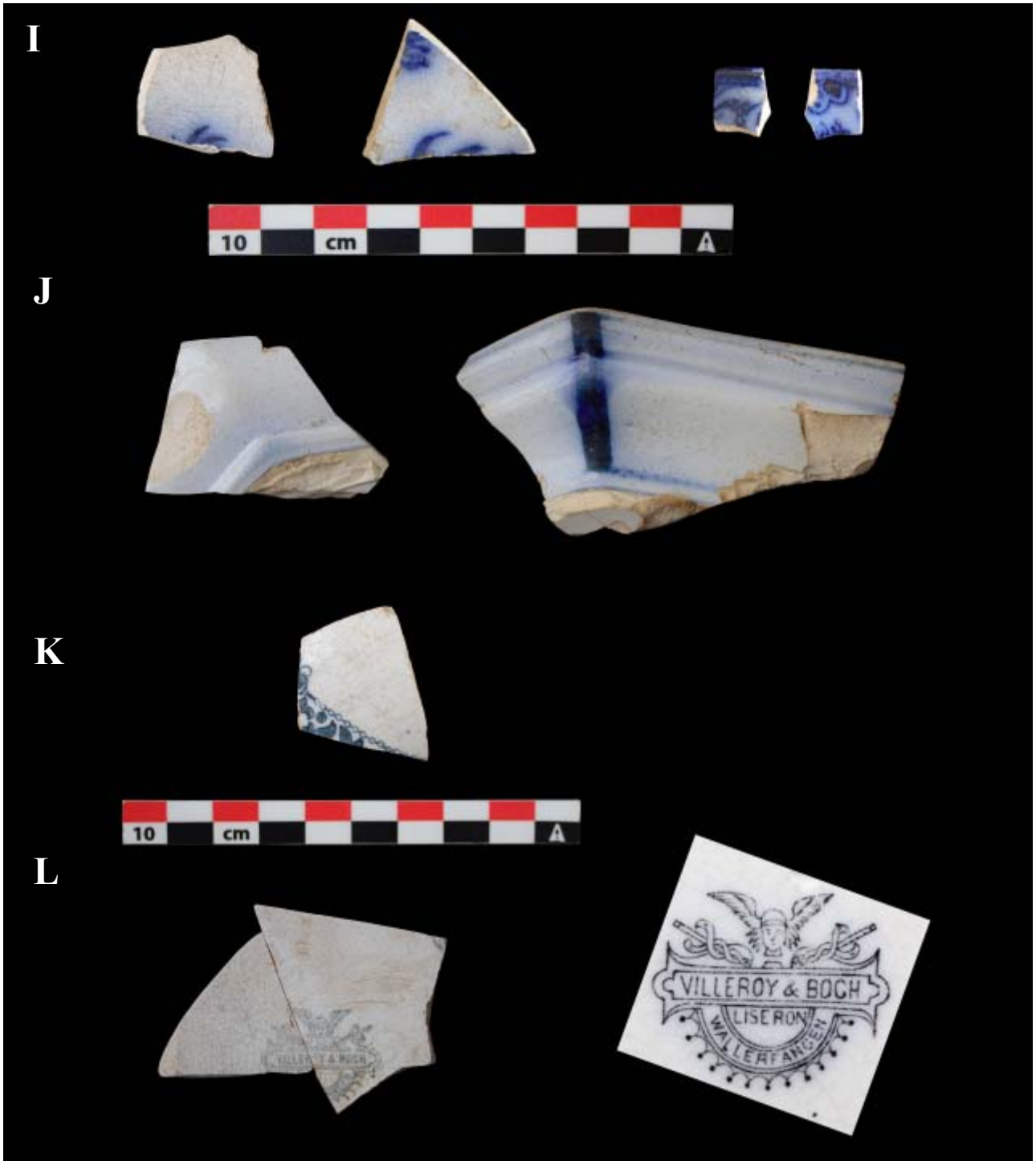


Fotos: Fabio Guaraldo, 2020

Prancha 38: Fragmentos de faiança do Sítio Pigica



Prancha 39: Fragmentos de faiança do Sítio Pigica, Galeão, Cairu (BA)







Fotos: Fabio Guaraldo, 2020.

Outra técnica de decoração encontrada entre os fragmentos da amostra das louças do sítio Pigica é a denominada *transfer printing*. Porém os motivos impressos nesses fragmentos não são claramente identificados. Dois fragmentos de parede apresentam uma decoração em azul borrão com sombreamento discreto, apenas com halos no entorno dos desenhos (*Figuras I*, Prancha 39). Aparenta ser folhas de salgueiro, elemento frequente em padrão azul borrão de motivos decorativo Oriental, fabricado no primeiro período Vitoriano, entre 1834 e 1850 (Albuquerque & Velozo, 1993, p. 92). Outra borda de pequeno porte (11 X 13 mm e 3 mm de espessura) apresenta a decoração azul borrão na coloração escura, com efeito exagerado, popular durante a década de 1820 (Miller, 1991, p. 09). Outros dois fragmentos remontam uma mesma peça com o efeito azulado no esmalte e linhas impressas no ângulo da peça (*Figuras J*, Prancha 39). Esse tipo de decoração com linhas nos ângulos, serviu como moldura para várias formas de recipientes. No objeto em questão, os fragmentos remetem a um recipiente confeccionado em formato hexagonal ou octogonal em faiança fina. Apesar de recipientes nesse formato serem normalmente encontrados em cerâmica *ironstone*, recebendo a denominação de padrão Gótico, existe ocorrência semelhante de faianças finas do padrão Gótico em sítios arqueológicos em Porto Alegre (Tocchetto et al, 2001, p. 33).

Outro fragmento apresenta a decoração aplicada pela técnica de *transfer printing* na coloração verde. Apesar do motivo estar fragmentado, parece ser um padrão clássico, com folhas de acanto e elementos gregos (*Figuras K*, Prancha 39). Segundo Tocchetto et al (2001, p. 33), o padrão clássico das cerâmicas decoradas pela técnica *transfer printing* foi produzido entre 1793 e 1868, sendo este o período auge do consumo entre 1827 e 1847, enquanto o uso da cor verde nessa técnica remonta o período entre os anos de 1818 e 1859, sendo o pico da produção entre 1830 e 1846. Assim, para esse objeto, pode-se considerar o último intervalo por contemplar os demais.

Outros 32 fragmentos não possuem decoração, dos quais 25 são faiança fina e 7 são *ironstone*. Entre os fragmentos de faiança fina sem decoração, dois deles têm impresso o selo da marca do fabricante pela técnica de *transfer printing*. São os únicos fragmentos da amostra com marca de fabricante e são do mesmo selo. Trata-se de um fabricante franco-alemão, a marca Villeroy & Boch (*Figuras L*, Prancha 39). A empresa Jean François Bosh começou a decorar suas cerâmicas pela técnica de *transfer printing*, em 1824, na cidade de Wallerfangen, onde foram produzidos os fragmentos encontrados na fazenda Pigica. Pouco mais de uma década depois, em 1836, as empresas Boch se fundiram com a concorrente Nicolas Villeroy e se tornaram o consórcio Villeroy & Boch, com fábricas na França, Bélgica, Luxemburgo e

Alemanha. A marca foi grande fornecedora do Brasil desde o século XIX até início do século XX, comercializando variadas peças de cerâmica simples e elaboradas para o serviço de mesa e azulejos (Brancante, 1981, p. 490). Segundo as referências do *stein mark site*[175], a cabeça de Mercúrio foi impresso como selo entre os anos de 1874 e 1909.

5.4.3. Moedas.

Por fim, resta ainda mencionar quatro moedas encontradas na mesma área do pomar. São duas moedas de 40 réis, uma de 80 e outra de 10 réis, todas de cobre (Prancha 40). As moedas foram cunhadas no período Imperial entre as décadas de 1820 e 1840. Sua presença no sítio contribue para inferir sobre o período de ocupação.

5.4.4. Cronologia de ocupação do sítio Pigica.

Pela análise das louças e das moedas encontradas no sítio, o gráfico de barras mostra um período contínuo de ocupação desde o último quarto do século XVIII até o início do século XX. Porém, vale lembrar que as louças do tipo faiança passaram a ser importadas em grande quantidade, após a abertura dos portos, em 1808, poucas décadas depois do início de sua produção em larga escala. Por isso, não se deve negligenciar a possibilidade de uma data mais tardia para o início da ocupação do sítio Pigica. Consta que, para obter maior precisão cronológica do registro arqueológico desse contexto se fazem necessárias datações do material cerâmico por termo-luminescência e escavações sistemáticas para aprofundar o conhecimento sobre a história do local.

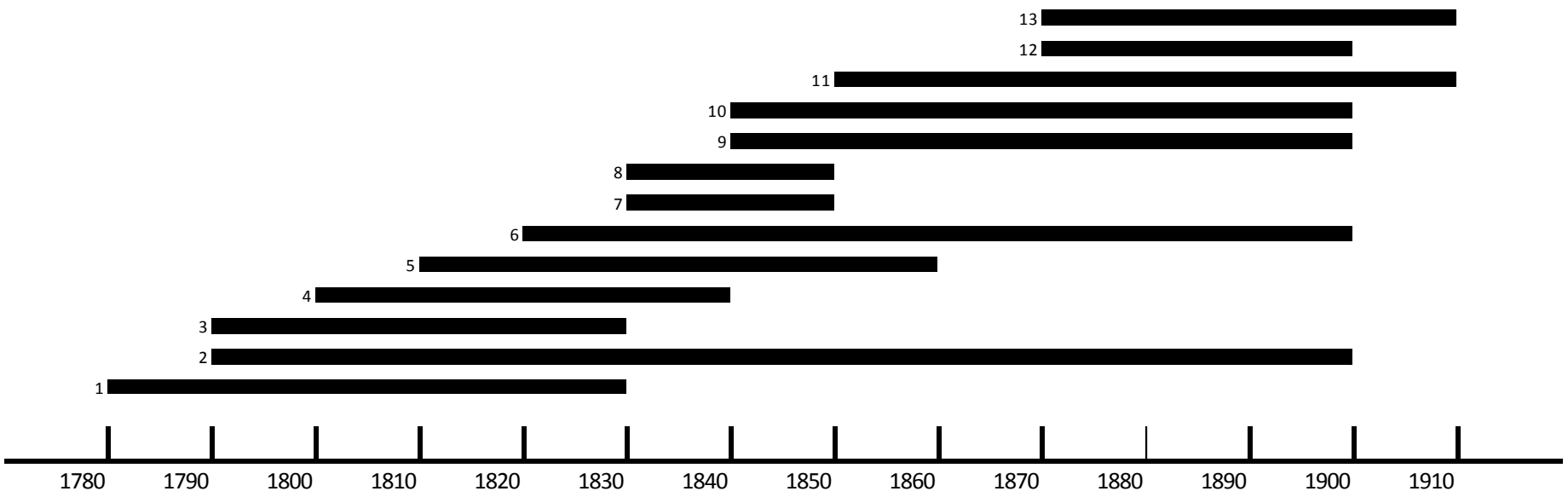
[175] Site: www.*steinmarks.co.uk*, acessado em junho de 2020.

Prancha 40: Moedas do sítio Pigica, Galeão, Cairu (BA)



Fotos: Fabio Guaraldo, 2020.

Gráfico 10: Gráfico de Barra do sítio Pigica



1. Shell Edge azul inciso com motivos de linhas curvas, estilo Rococó (1780 - 1830)
2. Banhado (dipped) com motivo de faixas simples (1790 - 1900)
3. Faixas e frisos creamware (1790 - 1830)
4. Royal Rim no esmalte whiteware (1800-1850)
5. Peasant style polícromo pintado a mão livre (1840 - 1860)
6. Transfer printing azul borrão (1820 - 1900)
7. Transfer printing azul borrão oriental (1834 - 1850)
8. Transfer printing verde clássico (1830 - 1846)
9. Superfície modificada sem pintura em louça ironstone (1840 - 1900)
10. Carimbado (*cut sponge*) polícromo (1840 - 1900)
11. Padrão trigal (1851 - 1910)
12. Faixas e frisos whiteware (1875 - 1900)
13. Faiança da marca Villeroy & Boch, selo do "mercúrio" (1874 - 1909)

5.1. OS HABITANTES DO ARRAIAL DE GALEÃO

Verifica-se então, pelas peças encontradas nos sítios, que o arraial de Galeão foi ocupado pelo menos desde a segunda metade ou final do século XVIII até o final do século XVIII, por proprietários que não desperdiçaram esforços para se diferenciarem do restante da população local, ao adotarem comportamentos e manusearem objetos condizentes ao modo de vida de uma classe burguesa em formação. Eles buscavam traços legíveis de distinção entre seus espaços na casa sede e entorno imediato, onde sua família frequentava, e o restante da fazenda, onde os cativos e jornaleiros viviam e trabalhavam para o proprietário e seu próprio sustento.

Em Tororó de baixo, a localização da casa do senhor na parte alta do terreno contrasta com a casa retangular situada próxima ao porto do Tororó de cima, ocupada, ainda hoje, pelos jornaleiros empregados na extração da piaçava. Em Pigica, a concentração de louças importadas em uma determinada área do sítio é um espesso indicador do local ter abrigado a moradia do proprietário, na área onde hoje é um pomar ao lado da plantação de mandioca. A própria presença do pomar alude à existência de uma antiga moradia no local.

Por serem importados e associados a comportamentos estranhos à maioria dos moradores da região, os utensílios em faiança fina remetem, por si só, à presença de pessoas que compartilhavam dos comportamentos da elite abastada da região. No entanto, diferente do conjunto de objetos do sítio Malhada, onde foi observada uma homogeneização dos conjuntos de mesa, no sítio Pigica a mesma preocupação não foi respeitada. O conjunto de louças encontradas em Pigica são recipientes popularizados ao longo do século XIX. Tanto as faianças finas com padrões decorativos produzidos no começo do século (como as *shell edge*), quanto às de técnicas decorativas utilizadas no final do século (como a técnica carimbado), são utensílios de louças baratas. Mesmo as faianças finas decoradas na técnica banhada (*dipped*), cuja confecção inicial era cara e refinada, as encontradas em Pigica mesclam tipos impressos em esmalte *whiteware* produzidas no final do século XIX, como cópias baratas do que havia sido antes (Schávelzon, 2018, p. 120).

Não resta dúvida que os proprietários do sítio Pigica eram moradores capitalizados. A evidência das moedas comprova sua monetarização. Porém, o conjunto dos materiais encontrados indica que eles não utilizavam a casa como lugar de sociabilização, para receber pessoas e traçar alianças. Possivelmente, para eles, Pigica era um lugar de produção e obtenção de renda e não seu lugar de moradia. Apesar do Juiz Vieira assinar uma carta

endereçada ao presidente da província com a localização do sítio Tororó, ele o faz para fortalecer seus argumentos de que a região era habitada e não poderia ser considerado como um lugar ermo, desconhecida pela elite e proprietários das fazendas.

Realmente, os materiais arqueológicos comprovam que o arraial de Galeão era formado por fazendas habitadas e frequentadas tanto por pessoas que espelhavam-se no comportamento europeu, quanto por aqueles que possuiam referenciais de identidade africana. No entanto, me parece que a maioria dos proprietários não moravam nas fazendas ou, pelo menos, as casas das fazendas não eram locais para receber convidados e exercer a sociabilização como ocorria no sítio Malhada.

Nas comarcas do baixo sul, as relações políticas e o comércio ocorriam nos povoados e, principalmente, na sede dos municípios. Em Galeão, o trânsito de pessoas entre o povoado e o arraial era frenético. Especialmente nos dias de feira e de festa, boa parte da população do arraial se deslocava para o povoado. Em uma passagem do relato de viagem de Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), o europeu observou que os povoados e pequenas vilas tornavam-se movimentadas, particularmente, nos domingos e dias santos, quando recebiam a população do interior para comercializar e visitar parentes.

Assim, atribui-se a esta movimentação a vinda dos moradores das fazendas de Galeão, deslocando-se para o povoado nos dias de sábado e domingo e nos dias de feira. Possivelmente, alguns senhores residiam no povoado de Galeão, ou ainda, os mais ricos, em Cairu ou Valença. Nestes casos, eles frequentavam periodicamente as fazendas, deixando alguns moradores como guardiões da propriedade e dos trabalhos. Parte dessa movimentação explica porque a arquitetura das casas sedes das fazendas no arraial de Galeão e outras partes de Cairu não eram compatíveis aos grandes casarões dos engenhos de açúcar, espalhados pelo Recôncavo baiano.

A partir do estudo comparativo do historiador Rafael de Bivar Marques sobre a arquitetura das *plantations* escravistas dos Estados Unidos, Cuba e Vale do Paraiba, no Brasil do século XIX, pode-se pensar a espacialidade das fazendas do arraial de Galeão em comparação aos engenhos de açúcar do Recôncavo baiano. Segundo o autor, as grandes sedes das fazendas cafeeiras oitocentistas no Vale do Paraiba assumiram papel relevante na política, como parte do movimento de formação da zona cafeeira, calcada em práticas clientelistas e patriarcais. Para exercer o mando no nível local e, por vezes, da província, os senhores se apresentavam como patriarcas “capazes de obter a deferência de seus clientes (aliados

políticos, parentes, agregados e demais dependentes), garantindo-lhes, em troca, proteção e espaço para se inserirem positivamente nas hierarquias locais" (Marques, 2006b, p. 48).

Da mesma forma ocorreu na região do Recôncavo Baiano. Sabe-se que a maioria das vilas e paróquias do Recôncavo se originaram das capelas construídas dentro das grandes fazendas de cana e de fumo. Posteriormente, parte das terras das fazendas foram concedidas pelos senhores para a formação das cidades e centros administrativos municipais (Schwartz, 1988; Barickman, 2003). Isto é, a administração do poder público foi formada dentro das fazendas, tendo a casa-grande como vetor do poder social e político exercido sobre as comunidades locais e regionais. Por isso, segundo Marques (2006b, pp. 50-51), a associação visual que os proprietários pretendiam estabelecer entre suas fazendas e a cidade sede da província – por meio de alamedas de palmeiras imperiais ou de pinturas murais - operava dentro da simbologia de que a Fazenda era uma extensão local das sedes municipais e capitais provinciais.

Relações diferentes ocorreram em Cuba no mesmo século. As casas senhoriais nos engenhos cubanos, ainda que seguissem padrões de arquitetura erudita claramente filiados ao movimento neoclássico, eram relativamente simples quando comparadas com suas equivalentes do sul dos Estados Unidos e no Brasil. Isso porque, o exercício da política não se encontrava no nível local, na região dos engenhos, mas sim em Havana, onde residiam as autoridades da ilha. Os proprietários dos engenhos só frequentavam suas unidades açucareiras no período de safra. Dessa forma, as casas de vivenda dos engenhos cubanos não desempenhavam qualquer papel no jogo político insular, representando apenas um pouso ou, no máximo, um lugar de deleite familiar (Marques, 2006b, p. 41).

A mesma relação espacial da ilha cubana pode ser observada na ilha de Tinharé, com suas devidas proporções. Certamente a arquitetura das casas sedes das fazendas no arraial de Galeão não se comparavam ao tamanho e custo dos casarões neoclássicos cubanos. As casas das fazendas na ilha de Tinharé eram construídas com madeira e tijolos, ou pela técnica de pau-a-pique, com madeira e barro. Mesmo a casa de Tororó de baixo – que é uma estrutura excepcional entre as fazendas mapeadas, pelo tamanho e o piso de pedra – não foge à regra de reproduzir uma arquitetura vernacular, com as pedras coletadas e talhadas no próprio local ou em local próximo.

A localização das casas também sugere o isolamento social de seus habitantes ou frequentadores. Distante a poucos metros do canal de Taperoá, as sedes das fazendas não

eram visíveis aos navegantes que percorriam o arquipélago. Os relatos dos viajantes do século XVIII e XIX que passaram pela ilha de Tinharé descrevem os nomes das fazendas a partir das praias e pequenas enseadas que haviam em meio ao mangue. O próprio capitão Muniz Barreto, que relata ter experimentado um café produzido em uma fazenda do Galeão, o fez em outro lugar que não foi na sede da fazenda produtora. Possivelmente em Cairu, pois ele sugere ter experimentado o café depois de passar por Galeão. O capitão não fez qualquer menção sobre as sedes das fazendas, pois estavam camufladas atrás da vegetação do mangue, no sopé dos morros insulares.

As sedes das fazendas não foram construídas para serem apreciadas, mas para gerenciarem a produção dos lavradores. Seus produtos sim eram degustados, apreciados e comercializados, acionados como símbolo de prestígio e status social dos proprietários das terras. Mas a degustação como prática social não ocorria nas fazendas, mas nos povoados e sedes municipais. A alienação do espaço das pequenas fazendas no jogo de sociabilização política é evidente também através do conjunto de objetos e fragmentos domésticos encontrados nos sítios arqueológicos do arraial de Galeão. A ausência de conjuntos harmônicos das louças de mesa e chá, como ocorre no sítio Malhada, reforça a despretenção dos moradores em apresentar harmonia pelos utensílios de servir e consumir alimentos, ainda que eles fizessem uso desses objetos no convívio íntimo diário.

Entretanto, esta ambiguidade não deve ser interpretada como expressão da crise econômica anunciada pela documentação histórica do século XIX em Cairu e Boipeba. Antes disso, o registro arqueológico indica que essa adversidade não foi impedimento para a elite local. A análise dos materiais aponta que durante o século XIX, a elite de Galeão não somente equipou suas residências com produtos importados de alto valor, mas também incorporou um comportamento de consumo espelhado em um modo de vida burguês, que contrastava radicalmente com o restante da população. A desarmonia dos utensílios apresentados na mesa das casas sedes das fazendas de Galeão deve-se antes, ao comportamento despretensioso exercido pelo proprietário na intimidade de sua residência rural, onde não recebia pessoas de fora de sua convivência social mais próxima.

Fato similar foi observado por Symanski ao escavar o Solar Lopo Gonçalves, em Porto Alegre. O arqueólogo observou que o uso de louças de pior qualidade em unidades domésticas rurais, "tais como sedes de fazendas ou chácaras, cujos proprietários viviam na cidade, parece ter sido comum" no século XIX. Como a casa não exercia a função de residência oficial da família do proprietário, também não recebia pessoas de fora do convívio

íntimo de seus moradores. Isso não quer dizer que os proprietários das fazendas do arraial de Galeão estavam separados do jogo político regional, apenas que as sedes das fazendas não eram espaços onde a cena política se desenrolava.

Todavia, uma das explicações para o isolamento das fazendas de Tinharé na cena política regional está nas disputas internas que ocorriam entre seus habitantes. As fazendas eram então locais de pouso e deleite do proprietário e seus familiares, dominado, entretanto, pelos africanos e afrodescendentes na condição de cativos, agregados e jornaleiros. Responsáveis pela produção, essa população compunha uma classe heterogênea, formada por pessoas em diferentes relações de trabalho e famílias de diferentes origens étnicas. Entretanto, parece que as diferenças sociais constantemente reforçadas pelos proprietários contribuiu para acentuar as igualdades de condições entre o restante da população local, fato que dificultava os mandos dos senhores e proporcionava maiores espaços de negociações e autonomia dos seus habitantes.

Como vimos, os escravizados nas pequenas lavouras de Cairu e Tinharé eram adeptos às fugas e formação de quilombos. Para evitar a dispersão em massa e mantê-los rentáveis, os senhores foram obrigados a atender algumas de suas exigências, tornando a experiência da escravidão minimamente suportável. Os cativos de Galeão trabalhavam em multiplas tarefas, na lavoura, no extrativismo, na pesca, no transporte, nos serviços domésticos, etc. Nas atividades produtivas, eles trabalhavam por tarefas previamente estabelecidas, se apropriando do excedente para o próprio usufruto. A permissão de cultivar suas próprias roças e vender seus produtos foram algumas das conquistas dos escravizados no Baixo Sul, ao longo do século XVIII.

Ao pensar os espaços frequentados e habitados pela população negra na paisagem das fazendas do sudeste brasileiro do século XIX, Flávio Gomes (2013, p. 85) sugere uma dimensão de espaço "muito menos isolado (senhores x escravos) e sim como reconstrução permanente e diálogo em torno das sociabilizações, trocas culturais, consumo e produção de cultura material". O autor denomina este espaços como "espaços/territórios" ou, utilizando o termo de Kate (2008), "espaços de circunvizinhanças" caracterizados por interligar as fazendas e, portanto, suas comunidades formadas por escravas, roceiros, taberneiros, lavradores, pescadores, marisqueiros, extrativistas, marinheiros, carpinteiros, quilombolas e proprietários (Gomes, 2015, p. 84).

Estes “espaços de circunvizinhança” estão materializados no arraial de Galeão em uma paisagem social formada, reformulada, ressignificada e continuada por trilhas percorridas, fragmentos expostos, estruturas arquitetônicas remanescentes da relação de trabalho e regimes de poder, dominação, disputas, solidariedades e resistências. Própria de lugares multifacetados, onde o processo de resistência das diferenças é o catalizador da união e aliança entre a maioria da população oprimida, a paisagem do arraial de Galeão é móvel, de fronteiras fluidas entre o universo de dominação e autonomia, ilegal e das trocas comerciais, permutas sociais e acordos socioeconômicos que reforçam relações permitidas, ilegais e habituais.

Em termos teóricos, essas paisagens nem sempre estão explícitas, pois elas são dinâmicas, dispostas nas constantes relações de negociações e dissimulações. Seu reconhecimento requer um exercício de percepção e reconhecimento da materialidade que supere a relação dicotômica entre categorias distorcidas como classe oprimida e classe dominante. No arraial de Galeão, a materialidade mostra que a classe dominante era minoria e a classe oprimida dominava a paisagem, restringindo os espaços frequentados pelos senhores. Os objetos utilizados pelos senhores na casa sede reforçavam a diferença social entre eles e o restante dos moradores locais e são vestígios importantes na interpretação dessa paisagem dinâmica “montada e desmontada sob a escravidão, relações de trabalho e regimes demográficos e arquitetônicos de dominação” (Gomes, 2013, p. 85). Entretanto, outros objetos revelam que a dominação exercida pelos escravagistas em Galeão não se limitou às estruturas semióticas do domínio simbólico. A dominação corporal por meio de castigos físicos também foram práticas permitidas legalmente. Objetos de metais revelam a face mórbida da história e legitima fortemente a presença dos quilombos na ilha de Tinharé.

5.2. A MAIS PERVERSA FACE DA ESCRAVIDÃO.

Como nas fazendas de Galeão havia a proximidade entre o senhor e seus trabalhadores (escravizados ou não), as formas de persuasão operavam principalmente em torno da “economia moral”, citada anteriormente. Conforme definido por Gomes (1996), o sistema patriarcal escravista concebia o cativo como sujeito desprovido de direitos, tutelado pelo senhor. Seus atos e comportamentos eram de responsabilidade de seu senhor e, por meio destes os escravizados respondiam à justiça formal. Assim, um escravizado de comportamento considerado apropriado, o senhor recebia seus reconhecimentos e em troca o

bom costume recomendava recompensá-lo. Da mesma forma, quando um cativo apresentava comportamento considerado inapropriado, o senhor tinha a responsabilidade moral de corrigi-lo e doutriná-lo.

Por isso, ainda que as técnicas de persuasão e ideologia do vínculo escravista com seu lote de terra fosse amplamente praticadas no Baixo Sul, o controle do trabalho, as restrições e os castigos sofridos pelos cativos não deixavam de existir na mesma intensidade em que ocorriam nas grandes fazendas. Em Galeão, objetos utilizados para imobilizar, castigar e torturar pessoas escravizadas são encontrados pelos moradores no arraial e no perímetro do antigo povoado. Estes achados fortuitos revelam a face mais perversa da escravidão praticada na região.

Devido à matéria-prima ferruginosa, estes objetos encontram-se em estado ruinoso de conservação devido ao grau de corrosão instável, com perda de matéria na mínima manipulação. A conservação destes objetos até o presente momento foi resultado de um ambiente de umidade constante (encontrados no mangue, em pontos onde havia antigos portos, e enterrados nos quintais das casas e terrenos baldios próximos ao canal). No entanto, a retirada de seus locais de deposição arqueológica causa danificações imediatas afetando, inclusive, a legibilidade da peça[176].

Entre os objetos encontrados em Galeão passíveis de identificação, destacam-se dois fragmentos de grilhetas de metal com bloqueios, encontrados por Sílvio Campos. O primeiro objeto (*Figura 47*) foi encontrado ao cavar uma fossa no quintal de uma casa, localizada próximo ao atual porto central da vila. Parece ser uma algema com cadeado, para prender os pulsos dos condenados (*Figura 48*, modelo A), ou ainda o fragmento de um *vira mundo*, objeto utilizado para torturar o preso (*Figura 48*, modelo B). As algemas (também chamadas de machos ou peias) não eram ajustáveis, por isso haviam de vários feitios, dependendo do porte do escravizado. A peia era quase sempre de uma só perna, pesada, atada no tornozelo, para impedir a fuga. O vira mundo também era um instrumento de ferro, com um mecanismo articulado abrindo-se em três partes. A finalidade era prender as mãos e pés cruzados, da maneira mais desconfortável possível, podendo passar dias nessa posição, exatamente para lhe causar dor e sofrimento (Ramos, 1938, pp. 97-98).

[176] Por questões logísticas, estes objetos ainda não foram levados ao museu para passar pelo processo de conservação e restauro, como ocorreu com as outras peças metálicas da coleção Sílvio Campos. Estas e outras ações estão previstas como continuação do projeto.

Figura 47: Fragmento de objeto de imobilização e tortura encontrado em Galeão



Fonte: Achado aleatório na fossa doméstica (coordenadas UTM, 24 L 496.156 E / 8.518.795 S). Foto: Sílvio Campos, 2019.

Figura 48: Modelo de algema (A) e de vira mundo (B)



Fonte: Museu Histórico e Pedagógio Zequinha de Abreu, município de Santa Rita do Passa Quatro (SP). Fotos: Fabio Guaraldo, 2019.

O segundo objeto foi encontrado na localidade Pigica, especificamente, na face norte do atual campo de futebol, onde possivelmente havia uma casa, devido à presença de tijolos e pedras brutas concentradas (*Figura 49*). No local foi encontrado uma gargalheira, ou, possível fragmento de libambo (do quimbumbo, *lubambo*, corrente)[177]. No Brasil, o libambo era a designação do instrumento esférico construído de ferro forjado, preso no pescoço do

[177] Em Angola, o *lumbambo* era a denominação para toda a corrente que prendia o escravizado. Já no Brasil, a corruptela limbambo adquiriu uma designação específica (Ramos, 1938).

condenado. Funcionava como uma gargalheira, com hastes de ferro projetadas para cima ou para os lados, com o objetivo de restringir os movimentos e a locomoção do usuário.

Figura 49: Fragmento de um libambo ou gargalheira, encontrado próximo ao campo



Fonte: Achado aleatório na vila de Galeão (coordenadas UTM, 24 L 496.177 E / 8.518.361 S). Foto: Sílvio Campos, 2019.

O aparelho era considerado de tortura, pois além de muito pesado e desconfortável ele era deixado por longo tempo no pescoço do condenado. Era empregado nos escravizados que haviam tentado fugir, por isso denominados "fujões". As hastes salientes dificultavam o escravizado de se esconder e fugir por meio dos matos das fazendas, enganchavam nos galhos dificultando a locomoção e deixando o rastro da fuga. Também existiam variações do instrumento, com sinos introduzidos nas hastes (Ramos, 1938, p. 98). Debret salienta ainda que as hastes facilitavam a captura e imobilização do "escravo fujão", "quando se agarra o negro, principalmente em caso de resistência, pois, apoiando-se vigorosamente sobre a haste, a pressão inversa se produz do outro lado do colar, que levanta com força o maxilar do torturado" (Debret, [1835] 1984, p. 309).

As gargalheiras, assim como as algemas, eram de vários feitios, dependendo do porte do usuário. Das argolas de ferro presas ao pescoço do indivíduo partiam correntes que prendiam outros membros do corpo, dificultando a locomoção. Outra finalidade deste instrumento era atrelar diferentes presos uns nos outros para o transporte deles, como ilustra a pintura do Debret intitulada "Negociante de tabaco em sua loja" (*Figura 50*).

Figura 50: Gravura de Debret "Negociante de tabaco em sua loja"

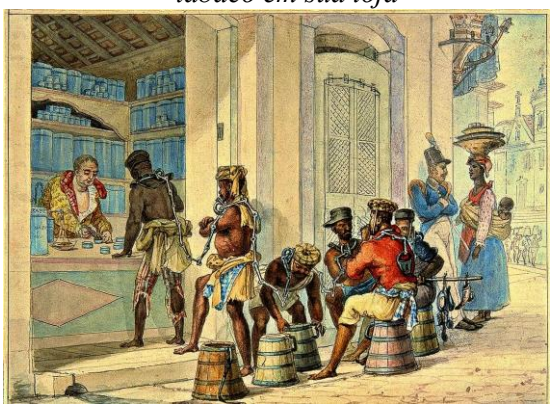


Figura 51: "O colar de ferro, castigo dos negros fugitivos"



Fonte: Debret, ([1835] 1984, p. 311, prancha 42 e p. 303, prancha 41, respectivamente)

As punições eram estabelecidas também na forma da legislação. No Código Criminal do Império do Brasil publicado em 16 de dezembro de 1830, seu artigo 60 cita a gargalheira como pena para os escravizados após terem sofrido a condenação dos açoites, com uso prolongado "pelo tempo e maneira que o juiz designar". O mesmo código é citado pela Câmara de Cairú em 1860, ao publicar a Postura municipal e decretar em seu artigo 29 as penas para o roubo de canoas:

> *Qual tem dos portos de seus donos qualquer canoa sem a devida permissão, pagará não só a multa de 10 reis, ou 15 dias de prisão, como até 1 reis por cada dia a seu dono, ficando além disso sujeito as* ***penas decretadas no Código criminal****.*[178]

Mas, de forma geral, as penas atribuídas aos homens escravizados eram açoites em praça pública e para as mulheres eram bolos, também em público. Os açoites com o relho de couro crú eram conhecidos por bacalhaus. "(...) era um chicote de pequeno cabo de couro ou de madeira, a que se seguia o couro retorcido, terminado em cinco pontas livres. Mas havia ainda rebenques de todos os feitios, até de ramos flexíveis de árvores" (Ramos, 1938, p. 94). Já os bolos eram as conhecidas palmatórias, que se tornou método pedagógico utilizado até a primeira metade do século XX. Tratava-se de provocar violentas pancadas na palma da mão, com instrumento de madeira, geralmente, anatômico para essa função punitiva, que deixava profundos cortes nas palmas das mãos.

[178] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Posturas. Maço 856, Câmara de Cairú (1830/1886) (17 de setembro de 1860) grifo meu.

Porém instrumentos como esses raramente são encontrados no município, por serem feitos em couro e vibras vegetais, eles não resistiram ao tempo e sua conservação foi comprometida entre os registros arqueológicos. Por outro lado, o lugar onde os castigos corporais eram praticados ainda hoje permanece com as marcas das torturas. Em Cairú, as Posturas determinavam que os açoites fossem realizados em praças públicas. Até hoje a praça central da sede do município preserva acintosamente o Pelourinho, no mesmo lugar histórico, em frente ao atual prédio da prefeitura e o suntuoso Convento de São Bento. Intencionalmente, junto com ambos monumentos arquitetônicos do poder dos homens brancos católicos, descendentes dos antigos escravagistas e barões locais, o pelourinho se mantem como parte da paisagem administrativa do município.

O aprisionamento e o castigo foram técnicas utilizadas para reprimir os cativos e cativas, como atesta a presença dos fragmentos de algemas, vira-mundo e limbumbo encontrados em Galeão. Todavia, o constante uso da força só fazia aumentar a possibilidade de evasão dos escravizados, somado à raiva e desejo de vingança. Por isso os registros mostram que onde existiu escravidão, estruturas de resistências foram formadas e a maior expressão dessa luta foram os quilombos.

Figura 52: Pelourinho na praça em frente ao Convento de São Bento.



Foto: Fabio Guaraldo, 2016.

CAPÍTULO 6: A MATA DE TINHARÉ

> *Um sistema de opressão morre quando o povo ganha consciência da sua existência e resgata a sua identidade cultural* (Cheikh Anta Diop).

No Brasil, a diferença entre espaço público e privado sempre funcionou como parte estrutural da distinção entre ricos e pobres. No período colonial e imperial, a desigualdade social foi estabelecida entre o espaço privado (exclusivo), das residências dos homens e mulheres brancas, e o espaço público (comum) das ruas, onde ocorriam as formas de sociabilização da população preta, famosas pelos batuques, capoeiras, brincadeiras, festas, além das atividades de trabalhos, nos portos, cantos e fontes (Graham, 1992). Estes espaços públicos dos povoados e vilas ocupados pelos africanos e seus descendentes foram documentados por escritores e pintores como lugares de lazer e trabalho, mas também de articulação e resistência.

Menos documentados, os espaços de moradia da população formada majoritariamente por escravizados e libertos, compreendiam ou pequenos cômodos sob o mesmo teto dos senhores ou casas rés-do-chão pela vizinhança. Como vimos, em Galeão, escravizados e libertos moravam, geralmente, em residências compartilhadas e construídas alinhadas às ruas ou em senzalas do tipo cabanas, levantadas no povoado e no entorno das sedes das fazendas. A falta de registros escritos do interior desses espaços particulares dos libertos e escravizados revela dois aspectos sociais da época. Primeiro, a maioria (se não toda) documentação escrita era produzida pela camada da sociedade formada pela população branca europeia e seus descendentes. Segundo, seja como cativo ou prestadores de serviços, os escravizados e libertos tinham acesso tanto ao espaço público quanto privado que os senhores brancos frequentavam, porém, o inverso não ocorria. A população branca raramente adentrava na senzala ou nas residências compartilhadas dos libertos e escravizados. Os poucos registros históricos sobre estes lugares foram feitos por policiais durante atividades de busca e apreensão de pessoas que praticavam atividades consideradas proibidas, geralmente associadas à religiosidade de matriz africana[179] ou acoitamento de escravizados fugidos.

---

[179] No livro "Domíngo Sodré. Um sacerdote africano", o autor João José Reis comenta sobre o conteúdo dos documentos policiais que registraram as características das moradias denominadas "casas de quilombo",

Assim como as áreas internas das moradias, também o interior da ilha de Tinharé foi e ainda é um ambiente completamente inóspito aos brancos. Quase nenhuma informação sobre este ambiente pode ser abstraída dos relatos escritos. Ao passar pelo arquipélago de Tinharé no ano de 1757, por exemplo, o vigário de Cairú revela os limites conhecidos pela população branca da época. Segundo ele: "só havia atividade, só havia vida, só se encontravam moradores na costa; que pelo sertão adentro, apesar de inteiramente sesmado, não se encontravam mais que 'feras onças' e gentio indomado" (Campos, 1981, p.147). Para o vigário, a paisagem desconhecida no interior propiciava conjecturas e receios. Por ser lugar desabitado pelo clero e demais ramos sociais, esses lugares desconhecidos incitavam o imaginário trémulo e obscuro, tecendo os limites da paisagem da "civilização" branca e católica do colonizador.

No entanto, esse ambiente não era desconhecido pelos indígenas e africanos. Por ser o lugar do trabalho na roça, do extrativismo, onde praticavam a caça e a pesca, as matas configuraram paisagens conhecidas e habitadas pela população cativa e livre. Os caminhos entre fazendas, senzalas, povoados e vilas, tanto no interior das matas quanto nos estreitos canais e rios margeados por mangue, interligavam lugares conhecidos pelos homens e mulheres trabalhadores da roça, pelos homens que praticavam o extrativismo, cortando e escoando a madeira, como também a caça e pesca de peixes e mariscos praticado por homens e mulheres.

Os lugares de pesca e mariscada também incorporam a paisagem denominada pelo vigário de "sertão". Apesar dos pontos de pesca serem na encosta dos canais, os escravizados e livres pobres eram a fração da sociedade que frequentava estes lugares. Por serem ambientes desconhecidos dos brancos, os lugares de pesca povoavam seu imaginário como parte da paisagem dominada por elementos e seres fétidos dos mangues, como moscas, cobras e "feras selvagens". Assim, os lugares de pesca, onde os frequentadores montavam acampamentos para passarem horas ou dias, antes de juntarem a quantidade de alimento desejada, eram parte da paisagem denominada genericamente de "sertão", ou apenas "mata".

Estudos históricos e arqueológicos da paisagem de comunidades escravizadas no Brasil, apontam o fato relevante de se observar "a mata" enquanto parte da paisagem construída e integrada à vida cotidiana dessa população (*e.g.* Agostini, 2002; 2007; 2013, p. 59-81; Gomes,

---

ocupadas por libertos e escravizados africanos em Salvador no século XIX. O autor cita os objetos e roupas de cunho religioso que foram apreendidos pela polícia. Segundo ele, provavelmente, estas casas eram lugares de encontro da população africana, onde a sociabilização ocorria através de atividades religiosas, envolvendo batuques, comidas e jogos de adivinhação, além de juntas de alforria (Reis, 2008).

1995; 1996; 2013, p. 83-103; Reis; 1996; Souza, 2002; 2015). A arqueóloga Camila Agostini ao abordar a paisagem construída pelos escravizados nas fazendas de café fluminense no século XIX, aponta para dois tipos de espaço: o espaço estrutural, normatizado e regrado, envolvendo lugares frequentados pelos escravos e controlados pelos brancos, como a cozinha das casas-grandes e até mesmo o entorno das senzalas; e o espaço de liminaridade, onde o branco não tinha acesso e, por isso, não tinha meios de controle.

A partir deste modelo, os espaços estruturados da ilha de Tinharé podem ser concebidos como os perímetros do antigo povoado e as áreas delimitadas no entorno das sedes das fazendas. Ainda que, antigamente, toda a ilha fosse dividida em propriedades (nas palavras do vigário: "inteiramente sesmada"), apenas uma pequena porcentagem dela era ocupada e conhecida pelos senhores e seus familiares da elite branca local. Como vimos, a faixa de terra banhada pelas águas do canal de Taperoá era um espaço estruturado e vigiada pelos brancos, conforme a descrição acima, ainda que fosse um espaço de circunvizinhança dominado pela maioria da população africana e afrodescendente.

Por outro lado, o interior da ilha não era frequentado pela população branca. Mesmo dentro dos limites de suas propriedades, a paisagem do interior lhes era desconhecida, podendo assim ser considerada como espaço de liminaridade, pouco descrita pela documentação histórica e denominado genericamente de "mata" (Agostini, 2007; 2013). No entanto, os escravizados conheciam os lugares na mata. O interior das fazendas era frequentado diariamente pelos escravizados para levantar roças e pequenas choupanas, formar acampamentos de pesca ou áreas de extrativismo, lugares de trabalho ou de descanso. Distante do olhar vigilante do senhor, as matas eram constituídas de lugares conhecidos e ocupados com certa autonomia pela população escravizada e demais populações marginalizadas. Concebidos como dinâmicos e multifacetados, esses lugares adquiriam múltiplas funções e significados, podendo servir como área de roça, pontos estratégicos de apoio para os momentos de fuga e, até mesmo, o próprio lugar de habitação do fugitivo (Agostini, 2015 p. 75) em fugas temporárias ou formando os assentamentos de quilombos permanentes.

A pluralidade na paisagem indica, inclusive, a estratégia de resistência da população quilombola e escravizada. Ao que parece, a paisagem da mata da ilha de Tinharé estava interligada aos espaços de circunvizinhança do arraial de Galeão. Como ambos os espaços eram predominados pela população africana e afrobrasileira, os espaços de circunvizinhança funcionavam como uma zona de amortecimento do olhar vigilante do senhor, camuflando os

lugares conhecidos e a paisagem habitada no interior das matas. Vamos entender melhor como os quilombolas e escravizados estruturaram sua paisagem.

A partir de uma visão macro da paisagem, na qual o observador não se atenta as subjetividades existentes em cada lugar, podemos dizer que existiam três domínios: i) os espaços estruturados do povoado e das sedes das fazendas, dominados pelo brancos; ii) os espaços de liminaridade das matas, conhecidos e habitados pela população dos trabalhadores; e iii) os espaços de circunvizinhança marcados pelo trânsito, as disputas e estratégias de controle em meio as formas de sociabilização de seus frequentadores. Este terceiro domínio era o espaço intermediário entre o espaço de domínio do senhor e o espaço de liberdade do escravizado nas matas.

Como vimos acima, a socialização nesse terceiro domínio da paisagem acontecia pelo trabalho e relações comerciais, mas se estendia ou precedia momentos de descontrações, celebrações e festas, geralmente, pouco apreciadas pela sociedade católica branca. Os momentos de folga dos escravizados, nos domingos, dias santo e durante a noite, eram assistidos com atenção pela guarda policial. A presença de rondas de polícia revela o uso da força como tentativa de controle da paisagem. Porém, esses lugares compartilhados e de circulação eram dinâmicos e resilientes, constantemente reconfigurados como forma de resistência da população negra, mostrando-se incapazes de serem controlados por completo.

Por esse cenário, a paisagem quilombola espraia seu domínio e influência, revelando as múltiplas formas de sociabilização envolvendo a maioria da população do período colonial e imperial. Contemplando intercâmbios culturais e trocas econômicas, a sociabilização dos quilombolas ocorria também nos espaços de circunvizinhança, por onde eles transitavam na condição de clandestinos, invisibilizados em meio à população cativa e liberta. Em Galeão, a distinção entre escravo urbano e rural parece ser menos rígida. Como vimos, o município era composto por pequenos proprietários, dos quais quase todos possuíam em média quatro escravos. No auge econômico da região, no final do século XVIII, a quantidade de escravos chegou próximo dos 40% da população. Este percentual deveria ser maior nas fazendas localizadas no arraial, onde havia predominância da população africana e seus descendentes, vivendo em condições de cativos, libertos e livres.

O quadro suscita diferentes possibilidades de solidariedade e conflito entre a população cativa, os pequenos proprietários, comerciantes, trabalhadores autônomos e as comunidades de escravos fugidos: os quilombos. Estas relações produziam geografias em movimento,

conectando lugares e territórios entre as paisagens controladas dos brancos – incluindo o povoado e sedes das fazendas –, as paisagens das matas povoadas pela população clandestina dos quilombolas e escravizados fugidos temporariamente – composta por roças, assentamentos de pesca e quilombos – e as paisagens dinâmicas de circulação – formada por trilhas, fontes, tabernas, roças etc. Uma constelação de lugares dispersas, mas conectados pelo cotidiano da população negra que frequentava todos os lugares.

Desta forma, para conhecer a paisagem quilombola é necessário sair da varanda da casa grande e ver o mundo pela perspectiva do seu próprio observador. Para isso, este capítulo aborda a paisagem quilombola de Galeão a partir da mata, com suas características heterogêneas, dinâmicas e fluídas, com seus elementos perecíveis e ordinários, estruturados, apropriados, utilizados e transformados, dialeticamente de forma transitória e permanente. Procuro descrever ao leitor os lugares conhecidos e as experiências narradas e vividas pelos moradores de Galeão, como herdeiros desse ambiente estruturado e planejado, envolvendo dinamismo, fluidez, camuflagem, resistência e formas de permanência.

Para tanto, os sítios arqueológicos são lugares importantes nessa tarefa. A distribuição geográfica do conjunto dos sítios mapeados revela as formas de inserção desses lugares e seus papeis na configuração da paisagem. O mapeamento dos sítios considerou a materialidade presente na paisagem, tendo os vestígios arqueológicos como principal referência, mas não se encerrando neles. Outras formas, incluindo os elementos naturais, contemplam essa paisagem e povoam as narrativas quilombolas sobre o passado e suas materialidades cotidianas (Sampeck & Ferreira, 2020, p. 144). Estes lugares são abordados, então, considerando suas clivagens, procurando refletir sobre seus padrões de ocorrências e sua dinâmica história diacrônica de abandono e reocupação, expressão de suas temporalidades.

Com este objetivo, utilizo da abordagem teórica da etnoarqueologia da paisagem, conforme proposto por Lane (2008), para abordar a relação entre os diferentes sítios arqueológicos e suas dinâmicas de ocorrência, como também, abordar questões sobre a presença de elementos simbólicos e significativos para a histórica e identidade dos descendentes da população responsável por sua formação. Estes elementos são entendidos aqui, como traços arqueológicos na paisagem cultural dos moradores de Galeão, por serem materialidades com significados simbólicos relacionados às suas histórias e identidade. Assim, exponho um estudo que procura integrar abordagens fenomenológicas da paisagem quilombola de Tinharé a partir dos aspectos de sua materialidade, para entender os motivos que levaram a formação dos assentamentos em semelhantes feições da paisagem insular

(Lane, 2008, pp. 242-243), configurando assim, o que hoje se revela como território quilombola de Tinharé.

6.1. OS QUILOMBOS NA PAISAGEM

Escapar para a "mata" exigia conhecimento prévio de direções, pontos de perigo, características de mobilidade e segurança do ambiente, como rios, morros, vales, mangues, canais, trilhas, capoeiras, pontos de esconderijos e condições para obtenção de recursos de subsistência. A sapiência sobre as características e possibilidades da paisagem exigia um período prévio de vivência ou a presença de pessoas que haviam adquirido esta experiência e estavam dispostas a compartilhá-las por razões próprias.

Uma impressionante descrição da capacidade de orientação espacial e geográfica de um descendente de africano escravizado no Brasil, é descrita por Sidney Chalhoub em seu livro "Visões da Liberdade". Os registros encontrados nos altos de um processo criminal da Corte, datado dos séculos 1870 e 1880, ilustra com detalhes os referenciais paisagísticos que orientaram este afrodescendente durante o período que esteve fugido da senzala. O personagem se chama Serafim. Ele era filho de José e Benedita, ambos africanos, provenientes da região Mina e importados para a província das Alagoas, onde Serafim nasceu em uma fazenda de cana-de-açúcar. Consta que no ano de 1878, Serafim foi transferido para um comerciante da Corte para ser negociado entre os escravizados das fazendas de café. No entanto, Serafim "criou problemas desde o início: ele não aceitava a venda para o interior, não queria ficar na corte, insistia em voltar para o norte" (Chalhoub, 1990, p. 61). Depois de adoecer, passar pela Casa de Misericórdia, arrumar briga com uma preta com quem tinha rixa iniciada ainda em Alagoas e ser levado para a Detenção Policial, Serafim foi vendido para uma fazenda de café no vale do Paraiba, precisamente na comarca de Leopoldina, em Minas Gerais, no ano de 1880.

Nessa região começa a saga independente de nosso personagem, que desejava retornar para junto de seus familiares e amigos em Alagoas. Não se sabe quando Serafim fugiu da fazenda de café, mas após cinco anos do seu registro de entrada, ele foi capturado na Corte. Segundo seu depoimento, ele caminhou desde o interior de Minas Gerais até a cidade do Rio de Janeiro, a pé durante a noite para não "encontrar em seu caminho quem o agredisse". Ao longo do caminho ele obteve auxílio de outros escravizados, dormindo em senzalas "ora numa ora noutra fazenda", de quem obtinha informações sobre os caminhos e lugares na *mata*, onde

também adquiriu recursos e descanso (Chalhoub, 1990, p. 64, grifo meu). Ele não cita em seu depoimento quais os tipos de senzalas e lugares na mata onde obteve abrigo e mantimentos. Mas não surpreenderia saber que teve conivência dos proprietários das fazendas e conheceu quilombos temporários ou permanentes, citados como lugares na mata em seu depoimento.

Provavelmente, Serafim permaneceu algum tempo na fazenda de café em Minas Gerais antes de fugir. Durante este período, ele conheceu os marcos paisagísticos dos arredores e construiu seus referenciais, com detalhes sobre características da geografia política da região. Após ser capturado na Corte, ele descreveu a localização da fazenda de café onde trabalhou, empregando o nome dos proprietários das fazendas vizinhas como referências, além de pontes, arraiais, povoados, vilas etc. Demonstrou boa capacidade de orientação e facilidade em calcular distâncias em léguas ao citar que "o povoado mais próximo é o arraial ou freguesia de Piratininga, sendo muito distante a cidade de Leopoldina, sem que saiba o número de léguas por não ter lá ido" (Op. cit, p. 64).

O caso de Serafim é um bom exemplo do modo de construção dos referenciais paisagísticos utilizados pelos escravizados no momento de sua fuga. A partir de sua vivência na fazenda, nas atividades diárias que praticava, ele adquiriu o conhecimento geográfico e ambiental. Pela mobilidade que lhe era permitida, ele conheceu a distância dos lugares e suas características. Assim como Chalhoub descreve o modo como Serafim traçou seu conhecimento sobre o ambiente no entorno da fazenda, também pode ter ocorrido com os escravizados em Galeão.

O modo de vida dos escravizados em Cairú e na ilha de Tinharé, proporcionava-lhes grande mobilidade tanto nas fazendas como em toda a extensão do arquipélago e parte costeira do continente. A configuração social das fazendas de pequeno porte com poucos escravizados e a característica do trabalho de extração das madeiras, contribuía para a maior mobilidade dos trabalhadores. Os espaços de circunvizinhança e liminares, com seus elementos da paisagem, tornaram-se parte do conhecimento dos escravizados, sendo transmitidos e compartilhados entre a população da senzala, formada predominantemente por africanos e afrodescendentes já no início do século XVIII.

Os conhecimentos e lições aprendidas com seus companheiros do cativeiro e demais trabalhadores das fazendas, vilas, portos e centros comerciais, os ajudaram a escolher os lugares mais seguros para formar comunidades clandestinas de escravizados fugidos: os quilombos. Para o arqueólogo Emmanuel Kofi Agorsah (2005), o conhecimento dos

quilombolas sobre a paisagem, envolvendo a escolha de caminhos e trilhas, lugares de difícil acesso, estrategicamente escolhidos para estabelecerem seus assentamentos camuflados, é parte de um processo iniciado durante a vida nas fazendas e engenhos. Posteriormente, ao lograrem constituir os assentamentos, a percepção da paisagem do escravizado se ampliava ao adquirir autonomia para construir redes de caminhos, explorar recursos da mata e estabelecer outros referenciais paisagísticos ao longo e ao redor dos quais eles reivindicaram sua liberdade e estabeleceram os fundamentos de sua territorialidade (Agorsah, 2005, p. 735).

A partir do trabalho etnográfico junto com os moradores de Galeão, percebo a paisagem quilombola como uma extensão da paisagem de circunvizinhança, criando lugares liminares, entendidos como lugares de autonomia, onde a população branca-católica não tinha acesso livre ou, até mesmo, desconhecia. Neste sentido, o quilombo apresenta-se em constante interação com a paisagem dos escravizados. Vale lembrar que a territorialidade dos escravizados incluía pontos de referências com diferentes características, utilidades e significados, incluindo as senzalas, as roças, as fontes, locais de pesca, de extrativismo, além das trilhas, portos, estaleiros, mercados e outros espaços de circunvizinhança, onde os quilombolas circulavam como clandestinos, disfarçados em meio à população cativa.

Como vimos, os assentamentos denominados quilombolas poderiam ser de longa ou curta duração, assentamentos permanentes ou temporários, incluindo uma constelação de áreas dispersas e conectadas, configuradas enquanto território conhecido e habitado por eles, mas desconhecidos pelas autoridades. Em Barbados, por exemplo, estudos arqueológicos desenvolvidos por Frederick Smith revelaram pequenos lugares construídos por escravizados, em cavernas localizadas nos limites da fazenda St. Nicholas Abbey, onde os brancos não tinham qualquer controle ou conhecimento. Barbados é uma ilha do Caribe com 432 Km^2 de extensão, pouco maior do que a ilha de Tinharé que possui cerca de 400 Km^2. As escavações nas cavernas evidenciaram materiais arqueológicos associados a reuniões temporárias dos fugitivos, as quais eram regadas por bebidas alcoólicas e jogos com fichas feitas de botões, miçangas e louças recicladas. Para o autor, o uso do álcool pelo escravizado era uma forma de gozo do ócio, quando poderia escapar temporariamente do trabalho e do controle imposto pelo senhor. Neste sentido, os sítios localizados nas cavernas escondidas da fazenda St. Nicholas Abbey apresentam características dos conhecidos quilombos temporários, onde reunião periódicas de escravizados era possíveis sob a suspensão das regras do cotidiano (Smith, 2008).

Outros estudos sobre quilombos no Caribe voltam-se para métodos de localização destes sítios. Considerando a estreita relação entre os assentamentos quilombolas e as características fenomenológicas da paisagem envolvendo visibilidade (ou invisibilidade) e possibilidades de deslocamento, o arqueólogo dinamarquês Bo Ejstrud elaborou um modelo preditivo para localizar sítios de possíveis quilombos na ilha de St. Croix, uma das três ilhas Virgens dos Estados Unidos, com 218 Km^2 de área (pouco mais do que a metade do tamanho da ilha de Tinharé). O modelo arqueológico preditivo foi elaborado com uma base de dados do século XVII, sobre duas principais variáveis: a topografia do terreno e as características de uso e cobertura vegetal do solo. A partir desta primeira definição, outras variáveis específicas foram introduzidas para aprimorar o modelo considerando dois resultados: um para os quilombos com grande número de habitantes e outro para os pequenos. Para definir cada um dos resultados, o modelo considerou variáveis como: elevação, tamanho dos platôs, visibilidade da sede das plantações, distância de estradas, plantações, rios e recursos de água (Ejstrud, 2008).

Na mesma ilha de St. Croix, outros dois arqueólogos estadunidenses examinaram também o que denominaram de paisagem de resistência. Segundo eles, os habitantes locais orgulhosamente apontam para sua história de resistência à escravidão, com os locais da ilha conhecidos pela importância da experiência *maroon*. "Paradoxalmente, há poucas evidências exatas da natureza das atividades quilombolas nestas áreas das ilhas" (Norton & Espenshade, 2007, p. 1). As razões para tal paradoxo são atribuídas às fugas de barco para outras ilhas mais extensas e menos ocupadas pelas fazendas coloniais, onde a possibilidade de os quilombolas formarem comunidades estáveis eram maiores. Esta explicação é recorrente em outras ilhas do Caribe, como Barbados, por exemplo, onde existem registros históricos de frequentes fugas de escravizados, mas nenhum sítio de quilombo é encontrado. Vale lembrar que a prática comum dos escravizados fugirem em barcos de uma ilha para outra no Caribe originou a denominação "*maritime marronage*" (Chowdhury, 2015).

Outra explicação para a pouca evidência dos sítios de quilombos na pequena ilha St. Croix, estaria na sua contextualização histórica. Entre 1650 e a década de 1760, quando a ilha era colonizada pelos franceses, os quilombolas tiveram possibilidade de formar vilas (*Maroon villages*), pensadas enquanto assentamentos permanentes. Após esse período, seguiu-se a ocupação dinamarquesa, quando houve o desenvolvimento da economia açucareira com formação de extensas fazendas e áreas de plantio de cana, dificultando a existência de esconderijos permanentes na ilha. Neste momento, os quilombolas teriam preferido formar

assentamentos transitórios, localizados nas regiões de difícil acesso em morros e colinas (*Maroon ridge*), como estratégia de resistência às incursões coloniais de apreensão e punição (Norton & Espenshade, 2007, p. 2).

Para este último caso, os autores enumeram as características dos assentamentos transitórios de materialidade menos expressiva. A primeira seria a ocultação. Em vez de se estabelecerem em campos abertos e visíveis, no topo das cristas ou próximo às trilhas, os *maroons* teriam escolhido uma enseada obscura e isolada em locais de difícil acesso. A segunda característica seria o aspecto defensivo e militar, cujo critério de seleção do local levaria em conta as possibilidades de fornecer vantagens aos fugitivos no momento de um possível combate. Os autores afirmam que "considerações militares teriam desempenhado um papel fundamental na seleção dos locais de instalação" (Norton & Espenshade, 2007, p. 6).

Ponderando estas duas características, os autores concluem que as prospecções arqueológicas para localização dos sítios quilombolas não cumprem as mesmas lógicas das prospecções de assentamentos normais. Isso pois, sítios de sede de fazendas, senzalas, vilas e outros assentamentos coloniais são localizados com base em critérios de facilidade de ocupação, como, por exemplo, topografia plana, acesso facilitado, proximidade de áreas de atividades e captação de recursos naturais básicos para a sobrevivência. Enquanto os assentamentos militares de refúgio buscavam alternativas aos locais previsíveis, geralmente localizados em vertentes e outros relevos íngremes, ambientes secos ou pantanosas, áreas extremas, normalmente, desconsideradas no trabalho de campo de prospecção arqueológica.

Outras características destes assentamentos do tipo *marrons* descritos pelas pesquisas arqueológicas no Caribe é a capacidade de minimizar os vestígios impressos na paisagem – incluindo estruturas de moradia e quantidade de artefatos – ao utilizarem os elementos disponíveis no ambiente ocupado. Ao buscarem evitar o risco de perda para os caçadores de escravos, os fugitivos utilizavam abrigos ou cavernas em muitos de seus assentamentos. Mesmo se o local fosse descoberto e os quilombolas fossem forçados a fugirem, as frentes coloniais não teriam como destruir uma saliência natural, facilitando a possibilidade latente de reocupação do espaço (Norton & Espenshade, 2007, p. 7).

De acordo com os estudos arqueológicos sobre quilombos em Cuba, desenvolvido por Gabino La Rosa Corzo (2005a, p. 165), toda a extensão da formação montanhosa de cordilheira a oeste daquela ilha "consistem em beirais e cavernas que serviram de abrigo temporários para grupos isolados de *cimarrones*. Os engenhos de açúcar e fazendas de café

dessa região eram maiores do que as demais e possuíam mais de 70% do total dos escravizados da ilha, no século XIX. Apesar da concentração de escravizados, a geografia local formada pela cordilheira de altura relativamente baixa e uma estreita faixa de terreno pantanoso ao sul, não proporcionava grandes áreas físicas para o refúgio dos escravizados, restando apenas esconderijos temporários em cavernas e abrigos rochosos.

Em oposição, o leste da mesma ilha possuía pequenos engenhos e fazendas de café em meio à formação geológica de grandes montanhas. Segundo La Rosa Corzo, as condições geográficas das cordilheiras orientais favorecidas pela ausência de núcleos próximos de população colonial, propiciaram o desenvolvimento de povoados permanentes de escravizados fugidos, que receberam características relevantes da região. Eles eram denominados *palenques*, em referência as paliçadas e outras estruturas defensivas construídas no entorno dos assentamentos. Os trabalhos arqueológicos de campo, coordenados por La Rosa Corzo, comprovaram que os *palenques* foram construídos nas encostas das grandes montanhas como recursos táticos defensivos. Isso por que, caso as construções fossem no topo das montanhas, elas se fariam visíveis desde grandes distâncias, e caso fossem localizadas nas partes baixas e vales dos rios, elas estariam vulneráveis defensivamente (La Rosa Corzo, 2005b, pp. 49-50).

No Brasil, estudos arqueológicos também comprovam a formação de pequenos assentamentos de escravizados foragidos em cavernas e abrigos, além de grandes comunidades de quilombos com estruturas defensivas de paliçadas construídas no entorno. No estado de Minas Gerais, o arqueólogo Carlos Magno Guimarães escavou quatro assentamentos de quilombos em abrigos rochosos, como, cavernas, lapas e fendas, nos municípios lindeiros de Diamantina, Gouveia e Serro. Os abrigos eram em sua maioria afloramentos de quartzo localizados em pontos de difícil acesso. Os locais abrigaram uma quantidade reduzida de escravizados fugidos, que por sua vez, não permaneciam por muito tempo, mas reocupavam com frequência. Guimarães encontrou materiais variados, correspondentes a fragmentos de cerâmica decorada, cerâmica vidrada, líticos, metais, vidros, madeiras, vestígios de fauna (usados como alimento), além de louças e porcelanas. Os sítios são descritos compostos por diversas estruturas, como, paredes de pedra para proteger dos ventos, fogões de pedra, aterros construídos em pedra para formar patamares em diferentes níveis de ocupação e painéis de pinturas confeccionados por quilombolas utilizando carvão vegetal, em finos traços reproduzindo cenas de guerra, de montaria, de um banguê e de navio a vela (Guimarães & Lanna, 1980).

Outro sítio de quilombo escavado por Guimarães em Minas Gerais foi o famoso quilombo do Ambrósio. Localizado na feição geomorfológica da Serra da Canastra, o quilombo do Ambrósio foi, na realidade, um entre o conjunto de assentamentos formados por escravizados fugidos e articulados na região denominada Campo Grande. Os quilombos nessa região funcionavam como locais de apoios mútuos, articulados na defesa contra as forças coloniais. Consta que quando um era atacado, os quilombolas migravam para os outros, onde permaneciam durante um período, até terem condições de reocuparem o local de origem ou formarem um novo assentamento (Gomes, 2015, p. 35).

O quilombo do Ambrósio foi o assentamento mais importante na região por residir o líder que lhe deu o nome. Guimarães descreve o sítio constituído por uma área de 1,5 hectares delimitada em sua maior parte por um fosso em formato de ferradura com a extremidade norte aberta. As sondagens para delimitação e mapeamento do sítio identificaram materiais arqueológicos na área interna ao fosso, correspondentes a blocos de barro, carvão, restos de piso de construções, fragmentos de cerâmica e restos alimentares (Guimarães & Lanna, 1980, pp. 150-151; Guimarães at al., 1990).

A partir de suas pesquisas históricas e arqueológicas sobre os quilombos de Minas Gerais, Guimarães conclui que os fugitivos da escravidão configuraram tipos de assentamentos diferentes em função das especificidades sociais e ambientais de cada região, considerando principalmente as características geográficas e as atividades produtivas. Ainda segundo o autor, por serem assentamentos de refúgio, um dos aspectos comuns da localização dos quilombos era o difícil acesso. Porém, ele faz questão de salientar que, apesar da dificuldade de acesso, os quilombolas não estavam isolados, ao contrário, sua localização era estrategicamente próxima às rotas ou pontos de comércio que lhes eram essenciais (Guimarães & Lanna, 1980; Guimarães, 1988; 1996).

Destarte, a maioria dos estudos arqueológicos de quilombos confirmam, tanto no Brasil quanto no Caribe, que os quilombos foram formados em feições geográficas oportunas para seus moradores traçarem estratégias de resistência e iludirem as frentes de captura pelo maior período de tempo. Entre estas feições incluem densas florestas, terrenos pantanosos, topo de montanhas e morros, cavernas, encostas e todo tipo de local onde as características do terreno oferecem variáveis envolvendo camuflagem (invisibilidade) e difícil acesso (Diouf, 2014, p. 04). Guardando as devidas proporções de escalas e particularidades regionais, a localização dos quilombos no interior da ilha de Tinharé sugerem o mesmo padrão de ocorrência na paisagem, configurando um sistema de assentamento associado às estratégias de resistência.

6.2. OS LUGARES DE HISTÓRIAS DAS ANCIÃS

Segundo as informações levantadas no trabalho etnográfico, até a primeira metade do século XX, havia três comunidades habitadas por descendentes de africanos no interior da ilha de Tinharé. Eram elas: Champrão, Iquira e Cipó. Esses lugares não eram sede de fazenda, não havia um proprietário, eram lugares coletivos, habitados por grupos familiares apesar do difícil acesso, tanto por mar quanto por terra.

Uma das moradoras mais antigas de Galeão, Dona Almerinda nasceu na antiga comunidade denominada Champrão, no ano de 1931. A anciã não sabe dizer quando, nem precisar os reais motivos que levaram a formação dessas comunidades em locais distantes do povoado e fazendas, mas afirma que tanto Champrão, como Iquira "duraram muitos anos, porque as pessoas que moravam lá.... mais velhas, [quando eu nasci] muitas já tinham saído, algumas já tinham morrido.... [a comunidade] durou muitos anos" [180]. Segundo ela, em Champrão "havia casa de farinha, muitas roças, árvores [frutíferas], um bocado de casas de moradores, hortas, criação de galinha, porcos, tinha tudo!".

Dona Almerinda saiu de Champrão com 12 anos de idade, no ano de 1943. Um ano antes, outra anciã de Galeão, Renilda Santos Oliveira nascia na comunidade de Iquira. Conhecida como Zuzu, Dona Renilda conta que morou até os 14 anos de idade em Iquira antes de se mudar para Galeão onde vive até hoje. Há poucos anos, ela sofreu um derrame que lhe afetou a fala e um pouco da cognição, no entanto, isso não lhe impede de recordar de sua infância com emoção e narrar com detalhes a paisagem no entorno da casa onde nasceu. Segundo ela, a casa possuía parede de barro e cobertura de palha. "Era uma casa grande, de quatro quartos", com cozinha interna e fogão de lenha, onde queimava a lenha do murici. A casa ficava no alto de um morro, com a ladeira do porto do rio Iquira de um lado e do outro a ladeira para buscar água na caixa d'água construída na fonte. Ao lado da casa havia um "pé de almesca, que dava uma fruta que a gente chupava (...) eu brincava de balanço com meus irmãos na frente de casa"[181].

Nas lembranças de Dona Renilda, havia dois Iquiras: um de cima e outro chamado de Iquirinha. As poucas casas que haviam nestes lugares eram espalhadas e interligadas por trilhas em meio a vegetação bosqueada e "limpa". A maioria das casas eram dos parentes de

[180] Depoimento coletado no dia 19 de agosto de 2016.

[181] Depoimento coletado e gravada no dia 25 de abril de 2019.

seu pai, Sr. Leodoro. Com orgulho nos olhos ela lembra da figura paterna e conta que ele era lavrador, e mantinha duas roças distantes da casa: uma no lugar chamado por ela de Campo Grande e a outra próximo ao Champrão. Segundo ela recorda, seu pai plantava abacaxi, abóbora, mandioca, maxixe, feijão, cana e arroz, além de conservar as palmeiras de piaçava e dendê. Eles criavam animais também, como, porcos, galinhas e cachorros para a caça. Como parte de suas lembranças, cita que "havia muito tatu", possivelmente, estes animais eram alvos na caçada e rechearam a dieta dos moradores de Iquira. Ela recorda também que seu venerado pai tinha um cavalo chamado Cabrito, usado para ir à Galeão, aonde chegava "todo bonito!".

A prima de Dona Renilda, D. Antônia Maria dos Santos Souza, também morou em Iquira. Dona Antônia nasceu em Galeão, no ano de 1941 e viveu em Iquira, onde seus pais tinham roça e casa. Ela lembra com orgulho que em Iquira tudo se plantava: "meu pai trabalhava na roça (...) plantava tudo, mandioca aipim, maxixe, o que vinha! (...) abóbora, banana, (...) feijão, (...) arroz só dava na vargem e lá tem muita. Nós plantava muito! Só pra comer mesmo!"[182]. Ela conta que fumo e algodão não se plantava, lá. O trabalho na roça era para subsistência da família. A dieta variava entre os produtos da terra e as caças, como tatu, paca, tiú, tamanduá e outros bichos que encontravam no mato. Dona Antônia conta que o pescado era ressecado ao sol e consumido por eles com frequência. Além disso, criavam porcos e galinhas. "Gado não tinha não!". Carne de vaca era comprada em Valença, onde faziam feira também para comprar óleo, sal e outros produtos manufaturados, principalmente as "panelas e frigideiras de barro". Ela não recorda de ninguém em Iquira que sabia fazer panela de barro.

Em Valença eles vendiam as frutas que plantavam, como o abacaxi e a banana. Também vendiam abóboras. O meio de transporte para a cidade era de canoa. Dona Antônia lembra que seu pai, Augusto dos Santos, e seu tio, Leodoro, tinham canoa (ambos falecidos). "Ninguém tinha barco naquele tempo". Leodoro era irmão da mãe de Dona Antônia e pai de Dona Renilda. Além deles, ela conta que não havia muitas outras casas em Iquira. A maioria das pessoas viviam em Champrão, onde havia uma casa de farinha. "Fazia farinha no Champrão. Levava a mandioca toda no lombo do burro, pra raspar, pra fazer a farinha. Fazia em dois dias e voltava pra casa, pra comé mesmo, não era pra dá".

[182] Depoimento coletado e gravado no dia 29 de maio de 2017.

Champrão e Iquira são duas localidades próximas, cerca de dois quilômetros de distância. Segundo as anciãs de Galeão, os dois povoados foram contemporâneos e seus habitantes possuíam laços de parentesco entre si. Pela proximidade, eles conviviam diariamente compartilhando o calendário das celebrações, do cultivo da terra, da pesca, do marisco, enfim, os mesmos costumes e modo de vida. Quando havia festa, os moradores de ambas as comunidades sociabilizavam juntos. Dona Almerinda se recorda das festas de sanfona e viola em Champrão. Ela conta que a principal festa era a festa de junho, época em que todos se encontravam com mais frequência. Dona Renilda também se recorda das festas que seu pai fazia em Iquira, quando as pessoas dançavam viola e cavaquinho.

Assim como Dona Renilda, Dona Antônia descreve a paisagem de Iquira com base na vegetação do entorno da casa, com elementos que marcam sua memória. Ela recorda que a vegetação em volta das casas era rasteira, conservada baixa e limpa (varrida) em meio as palmeiras de dendê e piaçava, para facilitar a locomoção e afastar os bichos peçonhentos. Sua narrativa é a sequência de um filme fragmentado: "(...) era tudo limpo... vinha da casa de farinha.... a gente vinha da roça pra casa.... Depois eu vim morar pra cá (...). Eu ficava lá e cá. Tinha a casa aqui também, mas vivia lá, pra trabalha. Tinha a roça lá e também tinha a casa".

Dona Antônia não sabe precisar quando deixou de frequentar Iquira. No relato de sua história de vida, outros dois lugares aparecem na paisagem quilombola de Tinharé. Quando ela se casou com o Sr. Fidelis Santos Souza (falecido), ambos foram morar na localidade chamada "Cipó", onde seu marido havia nascido e conservava uma casa próxima a casa de seus pais. Também no interior da ilha, este lugar é localizado próximo de Champrão e Iquira e mais distante de Galeão. Segundo nos informaram os pescadores e catadores de Piaçaba, a antiga comunidade do Cipó ficava cerca de 4 quilômetros de distância de Champrão por terra. Dona Antônia lembra que o Cipó era como Iquira, um lugar muito antigo, de difícil acesso, no interior da ilha, onde "sempre teve casa", mas não havia muitas pessoas morando, conservando apenas duas ou três casas, com poucas famílias. Assim como antes, durante o período em que vivem no Cipó, ela não perdeu o contato com a vila de Galeão, mantendo uma casa no bairro do Gabiru.

Depois de algum tempo, quando seus primeiros filhos já estavam com mais de 20 anos, ela foi morar em outra localidade chamada Batateira. Este lugar fica na margem do rio Garapuá (um braço do Canal de Taperoá), rodeado por mangues e acesso facilitado de barco ou canoa. Ela conta com orgulho que trabalhou quatro anos na Batateira em um período em que só havia ela, seu marido e outro morador, de nome Vavá. "Trabalhava com esse negócio

de marisco, além de tirar ostra, pegar siri em canto, pegava caranguejo ‘na andada’. Trabalhei 4 anos na Batateira! Eu vendia marisco em Garapuá, para um rapaz chamado Zezinho e ele vendia para Salvador”[183].

Com fácil acesso aos pontos de pesca no interior do estuário, a Batateira também possui acesso facilitado por terra até o povoado de Garapuá, localizado na costa aberta da ilha. Com balneário oceânico composto por corais que formam piscinas naturais durante a maré baixa, Garapuá é um dos principais pontos turísticos do arquipélago de Tinharé, com pousadas e restaurantes. Ou seja, além da localização privilegiada para a pesca e mariscagem, a Batateira também é um ponto estratégico para a venda destes produtos. Por isso, o local sempre foi um dos pontos de pesca e mariscagem no interior da ilha, frequentado por pescadores que levantavam rancho e passavam longos períodos no local.

O Sr. Francisco Souza Santos, de 70 anos de idade, morador de Garapuá, lembra do primeiro habitante da Batateira que ele conheceu, um senhor chamado Enedino. Tempos depois a família do Sr. Fidelis e D. Antônia começaram a frequentar o local para coletar mariscos. Também era comum encontrarem outras pessoas, que permaneciam temporadas menores somente para pesca e coleta dos mariscos[184]. De acordo com as lembranças de Dona Antônia, o local era coberto por mata fechada, e foi preciso limpar os espaços para sua família instalar o rancho. Ela e o marido viviam junto com suas filhas caçulas, mas os filhos mais velhos não quiseram trabalhar no mangue e foram morar em Galeão para trabalharem na coleta da piaçava. Ela recorda a rotina de vida durante os quatro anos em que viveu na Batateira e trabalhou no mangue: após a família coletar uma quantidade a contento de marisco, vendia os produtos em Garapuá, antes de seguir para Galeão. Lá, passavam poucos dias para visitar os filhos e parentes, então retornavam para o rancho de pesca na Batateira. Tempos difíceis para ela: “Fiquei lá. Trabalhava lá. Fiquei quatro anos lá. Foram quatro anos direto... pra fazer essa casa. Eu morava no [bairro] Gabiru e depois levantei essa casa”. Com o dinheiro do marisco, Dona Antônia construiu a casa onde mora atualmente no bairro do porto, em Galeão.

Nas palavras de Dona Antônia, Batateira atualmente “é uma cidade”. O lugar se tornou uma comunidade formada por muitas famílias que se autodenominam quilombolas. Oposto ao processo histórico da Batateira, as antigas comunidades de Iquira, Champrão e Cipó estão

[183] A expressão “na andada” refere-se a época do ano em que os carangueijos macho e fêmea saem das tocas e andam pelo manguezal para o acasalamento e liberação dos ovos. Atualmente essa prática é proibida.

[184] Depoimento coletado na casa de Sr. Francisco Souza Santos, em Garapuá, no dia 25 de agosto de 2016.

desabitadas hoje em dia. Estes lugares permanecem como parte das fazendas de piaçava e dendê, mas são lugares desconhecidos dos proprietários, frequentados apenas pelos catadores, os quais formam os ranchos e habitam o local temporariamente, durante o período em que estão contratados pelos proprietários das terras para extraírem os recursos das palmeiras. Não existem mais casas ou roças dos antigos moradores. Algumas trilhas antigas foram alargadas pelos tratores das fazendas e muitas outras foram abertas para recolherem as toras de piaçava que são escoadas por terra atualmente. As trilhas antigas que não foram alargadas estão cada vez mais fechadas, e são frequentadas esporadicamente pelos pescadores e caçadores. Essas trilhas são lugares pouco frequentados atualmente e por isso se perdem na memória dos mais jovens, apesar de ainda povoarem as memórias e histórias de vida dos mais velhos.

Nosso conhecido Wellio da Silva (o Lelinho), me acompanhou na primeira etapa de prospecção em Champrão e Iquira. Ele trabalhou como catador de piaçava desde muito jovem, por isso conhece todos estes lugares no interior da ilha e foi designado por Dona Almerinda para me acompanhar. Procurando sociabilizar o desenvolvimento do projeto, eu lhe informei dos objetivos da prospecção, em explorar os lugares antigos da paisagem da ilha de Tinharé, de onde vieram as moradoras mais velhas da comunidade de Galeão. Ciente dos propósitos de nossa expedição, partimos de Galeão em direção a Champrão, caminhando os oito quilômetros que separa o distrito da antiga comunidade encravada no interior da ilha.

Ao longo do caminho, ele se interessou pela pesquisa e eu procurei registrar sua percepção sobre a paisagem e conhecimentos histórico de Galeão. Questionado sobre por que as pessoas viveram longe do antigo povoado, no interior da ilha, onde o acesso é mais difícil, ele respondeu sem hesitar: "Eu acho que pra mim é pelos alimentos (...) por que era mais fácil de conseguir"[185]. Ele estava se referindo à facilidade de plantar e colher melhores frutos no interior da ilha, pela melhor qualidade da terra do que próximo ao antigo povoado. Porém, depois de poucos minutos pensando, ele retomou a conversa, com mais argumentos, como se nunca tivesse parado para pensar sobre isso antes, fazendo-o naquele momento:

> *Eu acho assim, que eles procuravam um meio de não serem incomodados. Eu tenho pra mim isso! (...) Como um lugar distante.... às vezes... assim do povoado ou do próximo..... como a cidade de Valença é de frente para o Galeão alí!.... Eu tenho pra mim, que eles tinham medo de alguma coisa, porque não é possível tanta terra aca pra trás perto e eles construírem roça e alguns barracos em um lugar tão longe desse... como Champrão!*

[185] Depoimento coletado no dia 31 de maio de 2017.

Assim vemos que esses lugares são parte comum da paisagem dos moradores de Galeão. Mesmo distantes dos demais, nas memórias dos mais velhos transmitidas aos mais jovens, essa distância geográfica não é sinônimo de isolamento ou estranhamento. Ao contrário, Champrão, Iquira e Cipó são lugares que ainda estão vivos e próximos no modo de vida dos moradores de Galeão, ao ponto de Lelinho nunca ter se questionado sobre sua localização. Conforme pode ser compreendido pelas palavras de Dona Antônia, a paisagem da ilha de Tinharé é constituída por este conjunto de lugares significativos, familiarizados, carregados de lembranças e memórias que narram histórias de vidas e, consequentemente, as histórias dos lugares.

Porém, as histórias de vida das pessoas são apenas uma fração da história dos lugares. O conjunto de acontecimentos vividos nesses lugares lhes proporcionam biografias próprias. Ainda hoje frequentados, estes lugares não são como antigamente quando as pessoas moravam, trabalhavam e festejavam nele. Porém, eles guardam permanências significativas na forma como os moradores se relacionam e entendem seus elementos e seres. Trata-se de lugares encantados, cheios de mistérios, que guardam magias e abrigam seres da mata, os quais, por sua vez, condicionam comportamentos e exigem sabedorias específicas das pessoas que conhecem suas histórias e existências. Uma territorialidade dinâmica que mantem os lugares "vivos", corporificados, mistificados, sacralizados e interligados, conferindo a temporalidade memorável da paisagem quilombola de Galeão.

6.3. OS RUMOS E RIOS DA PAISAGEM QUILOMBOLA

Assim, os moradores de Galeão mencionam a existência de três localidades situadas no interior da ilha de Tinharé. São elas: Iquira, Champrão e Cipó. Destas, duas foram alvo do levantamento arqueológico, com prospecções, sondagens, coleta de material e registros de suas características em campo. A localidade denominada Cipó não foi vistoriada, porém, sua localização é preditiva com base no método de modelagem (*e.g.* Fonseca, 2018; Merencio, 2020; Norton & Espenshade, 2007; Verhagen & Whitley, 2012), auxiliado por imagem de satélite, considerando o trajeto do rio, a similaridade da feição morfológica do relevo em comparação aos outros dois sítios[186] e, principalmente, as informações dos moradores.

[186] As cotas topográfico da ilha de Tinharé foram obtidas no site da Topographic-map, disponível em: https://pt-br.topographic-map.com/maps/d5sj/Ilha-de-Tinhar%C3%A9/ (acessado em 28 de agosto de 2020).

PAISAGEM QUILOMBOLA - OS TRÊS SÍTIOS DE QUILOMBO

LEGENDA

- SÍTIO IQUIRA
- SÍTIO CHAMPRÃO
- SÍTIO CIPÓ DE JORGE
- TRILHA DO MEIO
- TRILHA DE FORA
- TRILHAS DAS FAZENDAS
- FAZENDAS

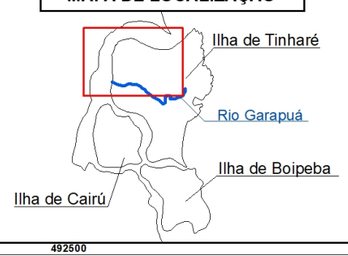
ILHA DE TINHARÉ

Rio Champrão

Rio Iquira

Rio do Cipó

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul

ESCALA: 1:35.000

492500 495000 497500 500000 502500

8520000 8517500 8515000 8512500

As três localidades encontram-se em feições geomorfológicas congruentes e alinhadas na direção leste/oeste. Conforme pode ser observado na *Figura 53: Mapa da paisagem quilombola – Os três sítios de quilombo*, estas localidades estão inseridas em variáveis ambientais com características próprias de assentamentos quilombolas, considerando como critérios de escolha as estratégias direcionadas pelas possibilidades de invisibilidade (camuflagem) e mobilidade do grupo, tanto para se defender quanto para escapar das presumíveis entradas de apreensão, além do fácil acesso aos lugares de circunvizinhança das fazendas e do povoado.

Localizadas no topo de elevações que variam entre 30 e 40 metros de altitude, os locais são camuflados pelo conjunto de morros do entorno com elevações que variam dentre 30 e 50 metros. O relevo é recortado por vales estreitos por onde drenam as águas pluviais e das nascentes, alimentando os canais nas baixas encostas. No baixio, o movimento da maré modela os meandros dos córregos e rios, por entre as coroas de areia e o terreno alagadiço, característico do ambiente de mangue. Todas as três localidades possuem acesso por terra e água, a partir do rio Garapuá (afluente do canal Taperoá).

Figura 54: Lelinho no trecho da trilha para Champrão, onde o barranco em ambos as laterais atingem mais de dois metros de altura.



Foto: Fabio Guaraldo, 2017.

Por terra, existem várias trilhas emaranhadas que se cruzam em diferentes pontos, configurando um verdadeiro labirinto. Estas trilhas são chamadas de “rumos”. Caracterizam-se por caminhos estreitos em meio à mata ombrófila fechada, passando por topografias

acidentadas. Frequentemente, as trilhas atravessam córregos e, em outros trechos, algumas trilhas estão escavadas em meio aos barrancos formados nas laterais (*Figura 54*). Segundo Lelinho, os trechos com barranco atestam a antiguidade das trilhas, pois quanto "mais fundo a estrada" (maior o barranco nas laterais), mais pessoas e animais passaram nela, provocando o processo de escavação. Atualmente, alguns trechos das trilhas foram alargados pelos tratores que retiram a piaçava, outros novos trechos foram abertos pelos mesmos propósitos.

Entre os vários rumos, basicamente, três rotas foram mapeadas no acesso aos quilombos Champrão e Iquira (ver *Figura 53: Mapa da paisagem quilombola – Os três sítios de quilombo)*. São elas:

1) A rota que liga os quilombos com as trilhas das fazendas;

2) A rota que atravessa os vários rumos por dentro da mata densa; e

3) A rota por fora, que utiliza a via rural aberta pelo trator que liga Galeão ao Morro de São Paulo e depois segue uma trilha em área desmatada.

A rota mais curta é o caminho que liga os sítios Tororó com Iquira. Este trajeto possui mais de cinco quilômetros e atravessa um dos maiores morros da ilha, com altitudes variando entre 50 e 80 metros. O próprio sítio Tororó de baixo encontra-se na encosta oposta de um morro de 75 metros de altitude, dificultando a comunicação entre os dois pontos (*Figura 55*). Para completar o estorvo, a trilha corta córregos em meio à densa vegetação tropical, com árvores de mais de oito metros de altura, arbustos e vegetação rasteira de galhos e cipós.

Figura 55: Vista a partir de Iquira para Tororó, com o morro ao fundo.



Foto: David Vagas, 2020.

A segunda rota liga o quilombo Champrão à vila de Galeão. O trajeto possui cerca de sete quilômetros de extensão em meio à densa mata ombrófila mista. Assim como o primeiro trajeto, este também atravessa morros, alguns trechos íngremes e cruza córregos e drenagens rasas (*Figura 57*). Os terrenos mais elevados nesse trecho atingem 50 metros de altitude (*Figura 56*). Atualmente existem muitas trilhas e algumas vias abertas pelo trator para recolherem os mondrongos de piaçava[187]. Estas trilhas constituem um verdadeiro labirinto para as pessoas que não são familiarizadas com os caminhos. Próximo as trilhas e vias abertas existem os ranchos formados pelos catadores de piaçava. Como comentado anteriormente, os ranchos são acampamentos sazonais, ocupados durante períodos determinados e sempre reavivados pelas mesmas pessoas ou por pessoas diferentes.

Figura 56: Trecho de terreno elevado em meio a mata fechada.

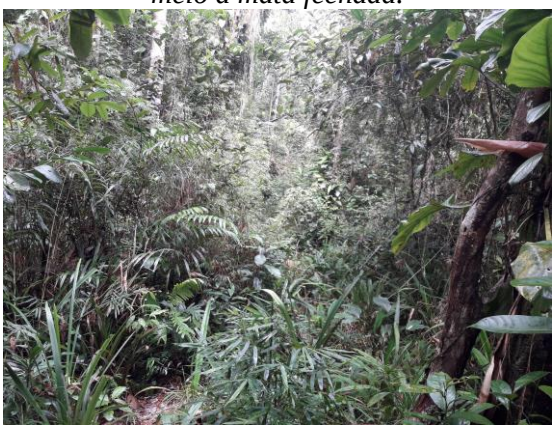
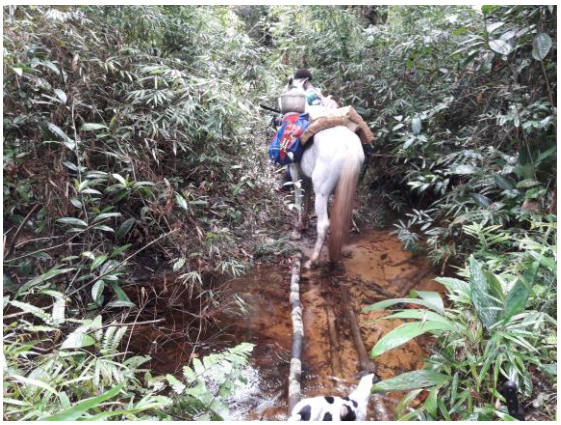


Figura 57: Travessias de córregos nos rumos do interior da ilha.



Fotos: Fabio Guaraldo, 2018.

A terceira rota é o trajeto mais longo, que percorre parte da via rural que liga o distrito de Galeão com a vila de Gamboa e Morro de São Paulo. Denominada “trilha de fora”, ela é considerada o trajeto mais fácil de percorrer, pela predominância de vegetação rasteira e ausência de floresta densa, mas nem sempre foi assim. Até meados do século XIX, a vegetação de mata cobria toda a extensão da ilha, o transporte era feito de barco, não havia vias abertas para a passagem de tratores como há hoje. Provavelmente, este trecho era em meio à mata fechada, assim como permanecem sendo os outros. Esse trajeto possui quase oito quilômetros de extensão entre a vila de Galeão e a parte alta do rio Champrão. Próximo a vila

[187] Conforme descrito no cap. 1, página 98, os mondrongos de piaçava são fardos de aproximadamente 50 quilos cada, formados pelo material retirado da piaçava e enrolado para o transporte, antes de qualquer beneficiamento.

de Galeão, a trilha passa pela Fonte Caticanga e segue para oeste pela via de terra, que liga Galeão ao Morro de São Paulo. Mais a diante, o trajeto abandona a via e percorre caminhos de pedestres na direção sul, em meio a fazendas cercadas e áreas desmatadas utilizadas para pastagem, extração de areia e outras finalidades privadas, até atingir a entrada do fragmento de mata na direção oeste, dando acesso ao sítio Champrão. Caso a mesma rota seja seguida na direção sul, ao invés de acessar o fragmento de mata, onde encontra-se o sítio Champrão, o trajeto conduzirá ao sítio Cipó.

Figura 58: Trilha aberta no "caminho de fora".



Figura 59: Entrada do Champrão, a partir da "trilha de fora".



Fotos: Fabio Guaraldo, 2017.

Percebe-se que os lugares estavam interligados por terra pelas trilhas no interior das matas. Os relatos da história oral informam que os moradores de Iquira utilizavam-se da casa de farinha de Champrão, deslocando-se frequentemente entre as duas comunidades. O caminho entre Champrão e Iquira tem cerca de cinco quilômetros de extensão e contorna o baixio (área de apicum), pela parte mais elevada do terreno. Porém, esta trilha é ramificada em outras tantas que levam aos atuais ranchos dos catadores de piaçava e, possivelmente, antigas áreas construídas pelos quilombolas. Segundo Lelinho, estas foram abertas pelos antigos moradores de Iquira e Champrão, e atualmente são preservadas pelos contratados como catadores de piaçava e apresentam-se como rugosidades da paisagem quilombola (Santos, 2012, p. 140).

Quando Lelinho me levou a primeira vez em Champrão, percorremos a trilha de fora, mais longa, porém mais fácil de caminhar. Após chegar em Champrão e realizar o caminhamento de reconhecimento do lugar, tentamos sem sucesso acessar Iquira pelas trilhas no interior da mata. Nos perdemos na ocasião e acabamos em um caminho fechado, que nos levou até a fazenda Pigica. Dias depois, ao tomar conhecimento do ocorrido, D. Almerinda

esclareceu que havíamos “tomado o rumo do caminho do Jacaré” e a trilha que leva para Champrão e Iquira é outra, conhecida como “Maria Joana”. Por isso não conseguimos acessar Iquira.

Figura 60: Córrego no “caminho do Jacaré”.



Figura 61: Trilhas dos catadores de piaçava.



Fotos: Fabio Guaraldo, 2017.

As caminhadas diárias tornam as topografias conhecidas e os lugares familiarizados, embebendo a paisagem de temporalidades marcadas por eventos e memórias sociais e individuais (Tilley, 1994, p. 27). Os nomes indicam que os lugares não são geografias neutras de espaços desabitados, ao contrário, eles possuem significado histórico e social. O ato de nomear um lugar perpassa pela experiência humana de reconhecê-lo e representá-lo no tempo e no espaço (Whitridge, 2004, p. 225) adquirindo significado socialmente produzido (Brown, 2004). A existência de tantas trilhas no meio da mata, todas nomeadas e conhecidas pelos mais velhos, revela a temporalidade destes lugares na paisagem da ilha. Possivelmente, no tempo em que famílias viviam em Iquira e Champrão, as trilhas eram mais habitadas e interligavam áreas de moradia, roças, locais de extrativismo de madeira e piaçava, rios, fontes e portos. Mas não deixava de compor o mesmo labirinto percebido por mim. Um emaranhado de “rumos”, produzido intencionalmente como estratégia de iludir, disfarçar, aterrorizar e afastar as pessoas que desconheciam esse ambiente. Um verdadeiro *Labirinto do Fauno*.

A analogia ao filme escrito e dirigido pelo espanhol Guilherme del Toro é interessante para entender como as trilhas e rumos da paisagem quilombola da ilha de Tinharé fomentaram o imaginário fantasmagórico da população branca de Cairú. No filme Labirinto de Fauno, a personagem protagonista Ofélia é uma menina que busca na criação imagética de um submundo fantasioso à fuga de sua violenta realidade vivida em um acampamento militar comandado pelo seu padrasto, o capitão Vidal, do exército fascista de Franco. Vidal combate

a frente popular anarquista (ou o que restou dela) no pós-guerra civil espanhola. O roteiro do filme não permite diferenciar a floresta, onde os revolucionários encontram-se escondidos, do submundo do sonho inventado pela menina. Ambos os lugares são fora do acampamento militar e desconhecidos pelos membros do exército e demais moradores. Os revolucionários observam os militares sem serem vistos. Na imaginação da menina, apesar do submundo ser um labirinto povoado por seres fantasmagóricos e sinistros, ele mostra-se como esperança para a superação de uma realidade violenta e trágica, assim como o autor faz alusão à floresta e a luta dos revolucionários.

Assim parecem ter funcionado os caminhos e rumos no interior da ilha. Um labirinto estratégico para a mobilidade e invisibilidade dos assentamentos quilombolas contra os capitães do mato e outras entradas de apreensões. Uma paisagem apropriada e conhecida pelos quilombolas, mas denominada de *mata* pela sociedade branca-católica, descrita como um ambiente hostil, de feras e seres assustadores, que ainda hoje habitam esses lugares.

A tática, então, era polarizar as áreas de ocupação (entre áreas de moradia, roças, locais de extrativismo de madeira e piaçava, rios, fontes e portos) e criar um labirinto, para que o território quilombo não fosse apreendido em sua totalidade por pessoas desconhecidas e indesejadas. A proximidade com as fazendas sugere, inclusive, que as áreas de extrativismo, caça e até mesmo algumas roças poderiam ser compartilhadas com a população da senzala, ampliando a sociabilização quilombola e contribuindo para sua manutenção. Em regiões como o Baixo Sul, onde a lavoura dos escravizados era permitida e praticada, o compartilhamento das áreas de roça entre os quilombolas e a população da senzala possibilitava aos primeiros camuflarem sua produção e aos segundos escaparem do cativeiro sem perderem seus investimentos agrícolas.

Na descrição que Dona Zuzu faz da paisagem, as roças não eram próximas as áreas de moradia do quilombo Iquira. A anciã contou que seu pai tinha roça no Campo Grande e próximo a Champrão, onde mantinha pequenas taperas para passar a noite, durante os períodos de trabalho na lavoura. Parece que essa territorialidade é uma característica da forma como os quilombolas ocuparam e permaneceram ocupando o espaço, mesmo após a abolição. Os mais velhos contam que mesmo depois de se mudarem para a vila de Galeão, eles mantiveram as roças no interior da ilha, próximo a Iquira e Champrão.

No período da escravidão, a distância entre as áreas de moradia e as roças – assim como a conservação das taperas nas roças utilizadas como habitações temporárias –possibilitou ao

escravizado manter seu recurso mesmo após a fuga para o quilombo, e aos quilombolas ampliarem e camuflarem sua produção entre as áreas de roça dos escravizados. Com isso, a polarização das áreas de atividade contribuía para despistar as entradas e proteger as áreas centrais de moradia do território quilombola. A dispersão das áreas de ocupação do quilombo dificultava a percepção do território mesmo para quem visitava eventualmente as localidades, evitando o reconhecimento dos caminhos por entre as trilhas. Por outro lado, para os habitantes familiarizados com a paisagem, a irradiação dos lugares com diferentes estruturas de apoio favorecia sua mobilidade e amparava a fuga por terra, uma possibilidade sempre passível de acontecer.

Outro fator que contribuiu para a invisibilidade e mobilidade dos quilombolas era os diferentes componentes ambientais nos quais os assentamentos estavam inseridos. As três localidades possuem acesso por água, sendo esse ambiente ainda mais protegido do que por terra. Conforme vemos na *Figura 53: Mapa da paisagem quilombola – Os três sítios de quilombo*, cada localidade possui apenas um rio de acesso, percorrendo trechos de meandros em meio ao mangue e à vegetação alagada. Os rios possuem denominações homólogas às respectivas localidades. O rio Iquira possui mais de 1,5 quilômetros desde a barra no rio Garapuá até o porto do antigo quilombo. O rio Champrão é mais extenso, com mais de quatro quilômetros da foz até o último porto registrado. Já o rio Cipó supõe-se que seja ainda mais extenso, com mais de quatro quilômetros desde sua embocadura até o porto utilizado pelos moradores do antigo assentamento. Todos os três rios nascem nos morros do centro da ilha e correm em direção sul, até desaguarem no rio Garapuá, o qual, por sua vez, desagua no canal de Taperoá, próximo ao sítio Tororó de cima.

Na parte alta dos terrenos, os rios Iquira e Champrão drenam em meio à vegetação ombrófila, como córregos rasos, em trechos não navegáveis. Quando atingem o baixio, os rios adquirem meandros acentuados, influenciados pela variação da maré e delimitados pela vegetação alagada do manguezal. A navegação nesses trechos é restrita ao uso de canoas, pois a variação da maré é aguda, esvaziando quase que por completo a água durante a maré baixa (*Figura 8* da Prancha 41). Conforme o meandro do rio se afasta da encosta dos morros, seu leito ganha largura e profundidade, assim como a mata do entorno adquire volume e densidade (*Figura 1* da Prancha 41). Nesse último trecho a navegação é mais fácil, podendo utilizar barco movido à motor, mas com certos cuidados adotados pelo barqueiro.

A densidade das matas nas margens do rio favorece cenários de emboscadas e arranjos para armadilhas. Próximo a barra dos rios, troncos grossos caem emborcados entre suas

margens, impedindo ou dificultando a passagem dos barcos. As dificuldades estão presentes tanto na maré alta quanto baixa, como ilustram as figuras abaixo (*Figura 62* e *63*), das fotografias registradas no mesmo ponto na jusante do rio Iquira em dois momentos distintos. Durante a maré baixa, os troncos são visíveis e exigem destreza do barqueiro para desviar deles. Em alguns casos, o barqueiro é obrigado a parar para deslocar ou cortar os galhos antes de prosseguir. Quando a maré está alta, os troncos ficam encobertos, tornando-se verdadeiras armadilhas para as embarcações. As folhas encobertas podem enroscar no motor e os galhos pontiagudos podem atingir o fundo dos barcos, perfurando os cascos.

Figura 62: Tronco emborcado no rio Iquira na maré baixa



Figura 63: O mesmo ponto na maré alta



Fotos: Fabio Guaraldo, 2017 e 2018, respectivamente.

Conforme salientam alguns arqueólogos especialistas em pesquisas de quilombos (*e.g.* Guimarães, 1988, Norton & Espenshade, 2007, La Rosa Corzo, 2003, Sampeck & Ferreira, 2020 e outros), os estudos desse tipo de assentamentos devem ter atenção para os elementos disponíveis no ambiente, pois os quilombolas faziam uso permanente deles para não chamar atenção com estruturas construídas e não perder recursos caso fossem alvo de busca e apreensão das frentes coloniais. Sabe-se das limitações e potenciais da arqueologia ao trabalhar com as fontes duráveis no tempo, as quais possibilitam identificar o registro da ação humana. No caso da ilha de Tinharé, não há cavernas e os elementos preponderantes são característicos da Mata Atlântica, com ciclos de vida curtos e sucessívos. Porém, a perecividade dos elementos fornece o dinamismo ao ambinete e a sustentabilidade da paisagem (Resende et al, 2002). Apesar da intensa transformação biológica da ilha nos últimos cinco séculos de colonização, principalmente em relação a cobertura vegetal, a fauna terrestre e a demografia humana, seu desenho geográfico permanece o mesmo, com ressalvas de sutis alterações. Desde a chegada dos colonizadores, povoados foram formados, as matas

foram devastadas, sedes de fazendas e áreas de plantil foram implantadas, mas a fisiografia geral da ilha foi pouco modificada. Neste sentido, a paisagem é interpretada como um "objeto agregado" (Zedeño, 1997), capaz de fornecer informações sobre identidades, relações e apropriação do espaço ao longo do tempo, através da análise de traços que indicam as formas de ocupação e uso das feições fisiográficas e seus recursos naturais específicos (Pickering, 1994).

Nos trechos dos dois rio a montante, por exemplo, onde os meandros são serpenteados, as margens estreitas e a profundidade rasa, o deslocamento é mais lento movido a remo. Essas características físicas foram pouco modificadas. Assim como hoje, também no período colonial, apenas canoas a remo adentravam esses rios, mesmo na maré alta. A inevitável morosidade do deslocamento tornava as embarcações indesejáveis em alvos fáceis aos ataques quilombolas. Particularmente no rio Champrão, aproximadamente na metade do trecho mapeado, um paredão sedimentar de aproximadamente cinco metros se ergue na margem esquerda do rio (*Figura 2* da Prancha 41). Este ponto era propício para servir de guarita de observação dos movimentos na entrada do rio, ou para armar emboscadas contra possíveis inimigos.

Essa estratégia de lidar com o risco onipresente teria incluído principalmente o uso de estruturas expedientes. Os quilombolas desenvolveram meios de luta e resistênia de acordo com as condições oferecidas pelo terreno que ocupavam e os recursos e possibilidades materiais que tinham enquanto grupo. Certamente estas técnicas eram utilizadas pelos quilombolas de Iquira, Champrão e Cipó, os quais conheciam muito bem o ambiente tanto da terra quanto da água, incluindo suas características naturais apropriadas e ajustadas para uso.

A escolha dos lugares para a formação dos assentamentos no interior da ilha não foi aleatória. Como conheciam bem os rumos e rios, eles escolheram os melhores lugares para se protegerem, onde as feições da paisagem proporcionam estruturas geográficas que inibiam o acesso de pessoas desconhecidas, por tornarem-se vulneráveis a ataques e emboscadas. Como a variação da maré é grande, o marinheiro que não conhece o ambiente poderia facilmente se enganar entre o momento certo para entrar e sair do rio sem encalhar. Assim, armadilhas e emboscadas eram facilmente armadas pelas próprias características do ambiente. Estas informações não eram ensinadas por mapas e cartografias, mas adquiridas pela experiência diária do deslocamento, ou seja, na territorialidade.

A variação natural da paisagem, possibilitava ainda conciliar estruturas naturais de proteção – como rios, montanhas, terrenos pantanosos e florestas – com estruturas antrópicas – como paliçadas, valas e estrepes. Este ambiente permitiu estabelecer estratégias de defesa combinando estruturas permanentes, com estruturas temporárias, confundindo as expedições repressoras e preservando as principais estruturas de sobrevivência – como, ranchos, armazéns, casa de farinha e casas de moradia. Evitavam, assim, qualquer prejuízo material de grande relevância e minimizavam a necessidade de enfrentar as tropas. Os quilombolas preferiam recuar para manter a integridade do grupo social e posteriormente reocupar os mesmos lugares, ao invés de enfrentar as tropas. "A tática de recuar antes que a milícia caçadora de escravos chegasse prevalecia" sobre a opção do enfrentamento (La Rosa Corzo 2003, p. 104). "Refazer a economia era um duro golpe, mas pior era tentar se defender de forças militares com muita superioridade bélica" (Gomes, 2015, p. 35).

De acordo com La Rosa Corzo (2003, p. 230), o mais importante para o quilombola perante um ataque eminente das frentes coloniais era fugir vivo, "para que pudessem se reagrupar mais tarde, no mesmo local que tivesse ocorrido ou em outro selecionado anteriormente". Toda via, isso não significa que o senso de permanência territorial era mais fraco que a necessidade de sobrevivência. Pelo contrário, a necessidade de sobrevivência envolvia o alto grau de conhecimento do terreno, com suas possibilidades de mobilidade, fuga, camuflagem e esconderijos. O sistema de assentamento dos quilombos no interior da ilha de Tinharé, composto por áreas de moradia e de atividades dispersas no território, certamente fez parte de suas técnicas de invisibilidade e mobilidade. O objetivo era evitar enfrentamento e ataques surpresas, para isso necessitavam de vasto conhecimento da paisagem para fazer uso de suas estruturas expedientes.

As possibilidades de escape dos eminentes ataques das tropas coloniais eram inúmeras nos assentamentos quilombolas da ilha de Tinharé, com diferentes rotas por terra ou por água. Assim, pode-se entender a estratégia empregada pelos quilombolas na qual os assentamentos não eram tão essenciais quanto seus territórios, e o conhecimento da paisagem modelou as estruturas de resistência. Uma estratégia bem sucedida, uma vez que não existem relatos de confrontos entre os quilombolas e a força policial durante o periodo colonial e imperial.

Muito ainda existe por desvendar sobre as estruturas construídas e utilizadas pelos quilombos na ilha de Tinharé. No entanto, a materialidade composta por um conjunto de elementos mapeados até o momento possibilita observar, a partir dos assentamentos no interior da ilha, um território quilombola do período escravista formado como um grande

complexo paisagístico composto por núcleos de moradia, áreas de pesca e de roça, portos, trilhas e rios com elementos naturais e construídos, todos interligados e sendo utilizados como estruturas de apoio à vida praticada nos quilombos, incluindo as estratégias de defesa e escape. Entremos então nas áreas de moradia desses quilombolas para tentar desvendar o que não é visto, as coisas que acontecem e estão escondidas no subterrâneo do *Labirinto do Fauno*.

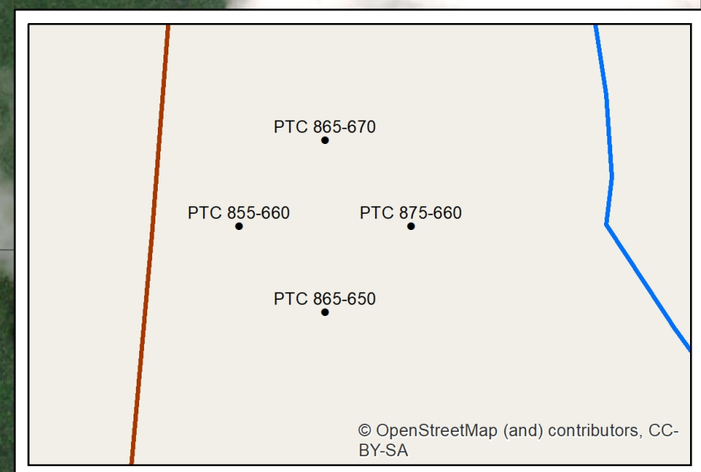
6.4. CHAMPRÃO.

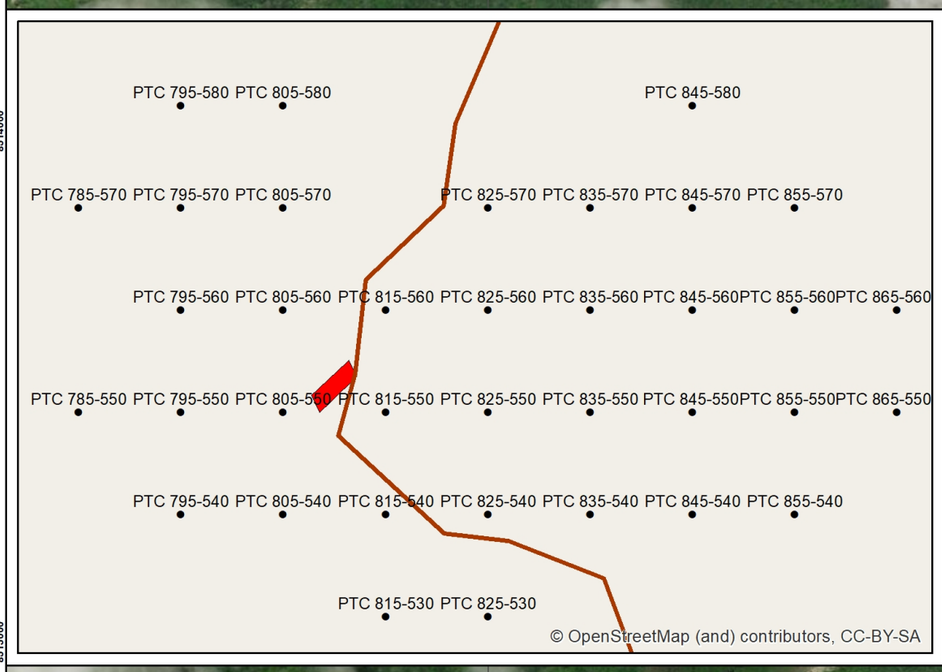
Champrão é parte da paisagem da ilha de Tinharé concebida pelos quilombolas de Galeão, por ser um espaço onde seus ancestrais viveram, desenvolveram atividades diárias, crenças, valores, transformaram o espaço físico em lugares significativos (Anschuetz et all, 2001; Whitridge, 2004; Zedeño & Bowser, 2009; Zedeño, 2009), possibilitando com que eles permanessam ocupando esse lugar, atualmente, de forma sazonal. Como lugar conhecido da paisagem quilombola, Champrão contempla um complexo extenso de materialidades diversas, como rios, mangues, portos, trilhas, nascentes, acampamentos e sítios arqueológicos.

O mapeamento destes elementos presentes na paisagem de Champrão ocorreu por meio de prospecções arqueológicas realizadas em três momentos: maio de 2017, outubro do mesmo ano e agosto/setembro de 2018. Na primeira etapa, como dissemos, a prospecção foi realizada na companhia exclusiva do Lelinho. O objetivo foi vistoriar e mapear os dois principais lugares comentados pelas anciãs de Galeão: Champrão e Iquira. Na ocasião, alcançamos Champrão na altura da cabeceira do rio homólogo (*Figura 5* da Prancha 41) e chegamos no ponto considerado central, onde há um rancho marcado por um antigo cajueiro e conservado pelos catadores de piaçava e eventuais caçadores. Em seguida, tentamos chegar até Iquira, mas nos perdemos no labirinto de trilhas existente e não alcançamos o segundo sítio.

A segunda etapa ocorreu em outubro de 2017. Desta vez o plano foi acessar Champrão por barco, através do rio homólogo. A equipe foi formada por mim, pelo Lelinho, pelo nosso familiar Sílvio Campos e pelo barqueiro, Raimundo Conceição dos Santos, conhecido como Preto (nascido em 1981). O barco utilizado foi um barco de arrasto de 5,75 metros de calado, puxando uma canoa de 3 metros. A canoa foi necessária, pois devido a maré baixa e o meandro acentuado do rio, o barco teve que ser ancorado a certa altura do trajeto, seguindo de canoa a remo. Como pode-se perceber, o acesso ao sítio apresenta grande dificuldade, tanto por terra quanto por água, até mesmo aos moradores locais.

CHAMPRÃO





ENTRADA CHAMPRÃO

PORTO 3

PORTO 2

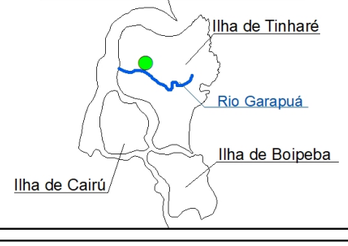
PORTO 1

N
W
E
S

498000 499000 500000 501000

8515000 8514000 8513000

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul

ESCALA: 1:12.000

LEGENDA

- SÍTIO CHAMPRÃO
- RIO CHAMPRÃO
- TRILHAS
- PORTOS
- POÇOS TESTES
- ROÇA ABANDONADA
- ESTRUTURA DE PEDRA
- DEGRAU
- RANCHO CHAMPRÃO

Source: Esri, Maxar, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, Aer

O trabalho de prospecção em Champrão procurou identificar e delimitar as diferentes áreas de atividades, relacionadas às ações diárias das pessoas que habitaram esse lugar significativo aos atuais moradores de Galeão e concebido enquanto lugar histórico. Para tanto, um polígono de aproximadamente 250 hectares foi estabelecido no entorno de todos os elementos que compõe a paisagem de Champrão segundo apontamentos das pessoas que compuseram a equipe, das histórias orais registradas junto aos mais velhos que moraram no local e da presença de vestígios, materiais e estruturas identificadas como evidências de ocupações antigas (ver *Figura 64: Mapa do Champrão*).

A principal referência do local é o rio Champrão, que corta o polígono no sentido norte/sul, desde a cabeceira (*Figura 5* da Prancha 41) até sua foz no rio Garapuá (*Figura 1* da Prancha 41). Os moradores de Galeão indicaram três pontos de parada, mapeados como portos na parte baixa do rio entre a vegetação de mangue (*Figura 65).* Provavelmente, todos os portos estão associados às áreas adjacentes de moradias, localizadas na porção topográfica mais elevada do ambiente, porém em apenas um dos portos as áreas de moradia próximas foram mapeadas.

Figura 65: Montagem da vista panorâmica do rio Champrão com a localização dos portos em relação a foz.



Fotos: David Vargas, 2020.

O porto nomeado como “Porto 1” está localizado mais a jusante, próximo a um paredão que margeia o rio (*Figura 2* da Prancha 41). O caminhamento no local não encontrou material em superfície ou estrutura construtiva em meio à vegetação, mas sua localidade sugere ser um ponto estratégico, voltado para a embocadura do rio (ver *Figura 65*). No “Porto 2” foi realizado caminhamento e registrada a presença de fragmentos de cerâmica *in situ*. Ao todo 26 fragmentos foram coletados provenientes tanto na zona intermaré de atracação das canoas, quanto na zona seca da ladeira que dá acesso ao local (*Figura 3* da Prancha 41).

Prancha 41: Champrão, ilha de Tinharé, Cairu (BA)

















Descrição das fotos: 1) Rio Champrão a jusante; 2) Paredão na margem do rio Champrão; 3) Porto 2 do rio Champrão; 4) Sílvio, Preto e Lelinho remando no rio Champrão; 5) Rio Champrão na parte alta do terreno; 6) Trilha na parte alta do terreno; 7) Sílvio, Preto e Lelinho remando na maré alta; e 8) Vegetação pantanosa nas margens, a montante do rio Champrão (Fotos: Fabio Guaraldo, 2017 e 2018).

Mesmo considerando a intensa dinâmica de sedimentação, característica do ambiente de mangue, a posição das peças sugere que o material não tenha sido depositado pela força da maré, mas tiveram seus fragmentos abandonados *in situ*. A presença de vegetação no entorno da área, a localização dos fragmentos aflorando tanto na rampa de acesso ao porto, quanto na parte superior do perfil exposto pela ação do rio, são alguns dos indicadores que colaboram para essa suposição. Estes materiais foram coletados, mas não analisados em laboratório. As primeiras observações em campo sugerem que sejam fragmentos de telhas e talhas de grande porte (*Figura 66*).

Figura 66: Porto 2 no rio Champrão, com material cerâmico evidenciado em superfície



Fotos: Fabio Guaraldo, 2018.

A estrutura nomeada como "Porto 3" fornece acesso à principal área de referência do Champrão. Trata-se do local onde há um cajueiro antigo, provavelmente o mesmo mencionado nos relatos históricos de Dona Almerinda. As prospecções arqueológicas evidenciaram materiais e estruturas de pedra no local, conforme será descrito adiante. Ainda nos portos, provavelmente, também existem áreas de moradia próximas aos outros portos mapeados ao longo do rio Champrão, assim como outros sítios de moradia ainda não encontrados em Iquira. Certamente, ainda há muito para explorar nessas localidades.

Os caminhamentos por terra também foram realizados no Champrão, na trilha que corta a porção noroeste da área (desde a entrada até o caminho para Iquira), na trilha que segue para o Porto 2 e na trilha que segue para o acampamento próximo ao Porto 3. Três componentes ambientais foram mapeados através dos caminhamentos: i) a zona de manguezal, que sofre

alagamento constante, composta de sedimento argiloso de pântano e vegetação de porte arbustivo e arbóreo (*Figura 7* e *8* da Prancha 41); ii) a zona de transição sujeita a alagamentos sazonais e parciais, de cota topográfica abaixo de 10 metros, comumente denominada apicum (*Figura 4* da Prancha 41); e iii) a terra firme, composta por vegetação ombrófila densa, típica de mata atlântica (*Figura 6* da Prancha 41).

A zona de transição conhecida como apicum é descrita na literatura brasileira especializada como planície hipersalina (Coelho Jr., 2010;), adaptada da nomenclatura em inglês *salt flat* (Chaves, et al., 2010). Segundo Schmidt et all (2010), o apicum deve ser considerada parte constitutiva do ecossistema do manguezal, onde as características geomorfológicas (erosão e progradação), climáticas (pluviosidade e drenagem terrestre) e gradiente físico-químicos (inundação e salinidade) permitem a formação da vegetação herbácea. Situada na região entremarés superiores, o solo hipersalino é resultado da evaporação da água intersticial remanescente no substrato, inundada apenas pelas marés sizígias (Schmidt, Bemvenuti, & Diele, 2013).

Segundo Dona Almerinda e Dona Antônia, os moradores de Champrão e Iquira plantavam na região do apicum. Elas dizem que por ser alagada, o apicum é próprio para o cultivo do arroz. Durante a prospecção arqueológica, um platô com brotos de abacaxi e folhas de macaxeira abandonadas em meio a vegetação suja foi mapeado entre o Porto 3 e a parte alta do terreno. A área está localizada na parte superior do apicum, e foi interpretada como uma antiga área de roça (*Figura 67*). Próximo do local, na trilha que dá acesso ao platô, pedras talhadas e colocadas no piso salientam estrutura de degraus formados intencionalmente ou devido ao constante trânsito de pedestres no local (*Figura 68*).

Figura 67: Vegetação de roça abandonada.



Figura 68: Pedras talhadas no caminho do porto em Champrão



Fotos: Fabio Guaraldo, 2018.

A parte alta é denominada de “mata enxuta”. Em meio à vegetação de porte alto, típica de mata atlântica, encontram-se palmeiras de dendê e piaçava, árvores frutíferas, como goiabeiras, araçás, ingazeiros, cajueiros e outros. Ainda segundo Dona Almerinda, a casa de farinha do Champrão era localizada próximo a um grande cajueiro. Supostamente, trata-se do mesmo cajueiro antigo que ainda persiste na área do rancho mantida pelos catadores de piaçava (*Figura 69*).

Figura 69: Antigo cajueiro no rancho de catadores de piaçava.



Foto: Fabio Guaraldo, 2017.

O rancho do cajueiro permanece sendo referência para todos que frequentam o Champrão. A estrutura armada no local é constantemente reorganizada e abandonada pelas pessoas que pernoitam em Champrão. Consiste em um espaço aberto no meio da mata ombrófila densa, com estacas remanescentes das últimas ocupações, usadas para levantar um barraco, estruturar as camas e fazer o fogo. Também foram encontrados restos de materiais industrializados, como garrafas, sacos plásticos e outros materiais poliméricos, papelões e embalagens cartonadas com polietileno e alumínio, latas, panelas, copos e talheres, além de telhas e tijolos fragmentados e pedras de amolar. Todos os materiais são aproveitados de alguma forma. As estacas são reutilizadas para reestruturar o acampamento, as panelas, copos e talheres são reutilizados na medida do possível, os papelões e plásticos são transformados em materiais de combustão, os fragmentos de telhas e tijolos são utilizados como trempes para apoiar as panelas no fogo ou em alguma outra estrutura.

Assim, na terceira etapa de campo, nosso acampamento foi montado no local, utilizando os materiais remanescentes, somados a novas estacas retiradas da mata, panelas, pratos, copos e talheres que levamos, novas embalagens com alimentos, roupas e cobertores, colchões, redes, cordas, arames, baldes e as ferramentas (facões, enxada, peneiras, cavadeiras etc.). Permanecemos duas semanas acampados em Champrão para realizar intervenções sistemáticas de subsuperfície a fim de averiguar a presença de materiais e estruturas arqueológicas, além de aprofundar o mapeamento dos elementos da paisagem. Desta vez, a equipe foi formada por mim e dois moradores de Galeão: José Antônio de Souza Santos, conhecido como Zequinha (nascido em 1990), e seu primo, Adalto Santos do Rosário (nascido em 2000). Além de nós, o sempre presente Sílvio Campos e o barqueiro Henrique Santos Nascimento (nascido em 1968) nos levaram para o sítio e ajudaram a montar o acampamento, mas não pernoitaram no local.

Ainda em Galeão, Zequinha foi quem ajudou a planejar onde iriamos acampar e como o trabalho iria se desenvolver. Ele nasceu em Galeão, "filho da terra" como se denomina. Possui grau de parentesco com Dona Almerinda e muito conhecimento sobre a paisagem da ilha. Ele conhecia Champrão, onde já havia pernoitado no rancho do antigo cajueiro. Trabalha como catador de piaçava, é Ogã (tocador de atabaque) nas casas de candomblé e umbanda, conhece as histórias dos mais velhos, mas gosta mesmo de estar no mato. É um típico caçador, acompanhado de seus inseparáveis cachorros. Enquanto todos da equipe foram de barco com os pertences, Zequinha preferiu ir de cavalo, por terra, junto com seus cinco cachorros. Ele quis passar em outros lugares no caminho, antes de chegar em Champrão. Quando ele chegou, nosso acampamento já estava pronto. Sílvio havia levantado o "barraco", com minha ajuda e de Adalto. Zequinha chegou para ajeitar partes que não estavam a seu contento e arrumar a cama onde dormiu. Depois compreendi o que não agradava Zequinha na estrutura que havíamos montado.

O barraco de estrutura retangular foi levantado com seis troncos colocados como pilares, formando duas fileiras paralelas de três pilares cada, sendo os dois troncos centrais maiores do que os laterais. Como pilares, as pontas inferiores foram enterradas em uma profundidade adequada para sustentar os troncos rígidos na posição vertical. Nas ponta superiores foram preparadas forquilhas para o encaixe de troncos suspensos na posição horizontal, os quais funcionaram como vigas da cobertura. Porém, Sílvio não havia colocado a viga em uma das laterais e Zequinha reclamava que isso comprometia a estrutura. Como o barraco já estava levantado, ele arrumou apenas uma das laterais, onde também armou sua

cama. Duas lonas de plástico (uma mais fina e outra mais grossa) foram esticadas em cima da estrutura. O telhado de duas águas retangular tinha 2,5 de altura, com as laterais abertas, sem paredes. Uma das laterais ficou mais alta que a outra, resultando em assimetria na estrutura, fato que motivou protestos de Zequinha. No momento, eu não compreendia ao certo os motivos que causavam os protestos. Aparentemente tratava-se de uma estrutura comum, utilizada pelos rancheiros em boa parte do país. Entretanto, em uma análise mais apurada, percebe-se traços específicos desta estrutura que caracterizam ensinamentos e tecnologias arquitetônicas reproduzidas desde tempos e lugares que remetem às suas ancestralidades.

Segundo Slenes (Slenes, 2011, p. 173), "a utilização de forquilha para sustentar os paus da cumeeira e dos lados de uma casa é típica de uma área extensa em Angola e na região do Congo". Para contextualizar sua afirmação, o autor cita diverso relatos de viajantes do século XIX e autores do século XX, entre os quais destaco as descrições de Manuel António Tomé (Capitão), sobre as habitações tradicionais dos Jinga, povo *mbundu*, falantes do kimbundu, localizados ao norte do rio Cuanza, em Angola, feitas em meados do século XX. As "cubatas" (choupanas) dos Ginga, conforme descritas por Tomé, são idênticas ao barraco levantado por Sílvio e Zequinha em Champrão, feitas de:

> *(...) paus mais ou menos na vertical, tendo na extremidade que fica para cima, uma ramificação em "V" (...) para receber os 'mocambos' de fora, que são outros paus colocados horizontalmente sobre as "fornilhas" e correspondem aos fechais, nas nossas construções. No meio da cubata são abertas mais duas covas iguais e aí espetadas duas "fornilhas" muito mais altas, prontas a receberem outro "mocambo", que corresponderá ao pau de fileira.* (Tomé, 1961, pp. 45-46 *apud* Slenes, 2011, p. 173).

O uso do termo "mocambo" pelo autor para designar a viga horizontal da estrutura é justificado pelo significado da palavra no idioma kimbundu. Segundo o "Dicionário Kimbundu-Português: Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico", de Assis Junior, *mukambu* significa "Pau de fileira; cumieira" ou ainda, "Pau com que dois carregadores transportam ao ombro coisas pesadas" (Assis Junior, [n.d.], p. 301). No Brasil, o mesmo termo empregado até o século XVIII como sinônimo de acampamento de africanos fugidos da escravidão, alude sobre uma possível permanência desta tecnologia nas casas construidas nos quilombos.

No século XIX, os exploradores H. Capello e R. Ivens retrataram a construção de seu acampamento durante a viagem que realizaram pelo interior de Angola, entre 1877 e 1880.

Em um registro iconográfico titulado “Construção do Quilombo”, eles mostram trabalhadores cortando e carregando troncos de árvores com forquilhas nas pontas superiores para levantar o abrigo no meio do mato (Capello & Ivens, 1881, p. 7 *apud* Slenes, 2011, pp. 173 e 175). O uso da forquilha é descrito também nas estruturas das camas encontradas por Tomé, no interior das cubatas dos Ginga, “sobre as quais formam estrados (...) para estenderem as esteiras onde dormem” (Tomé, 1961, pp. 48-49 apud Slenes, 2011, p. 172). As mesmas camas com suportes em forma de forquilha eram usadas pelos Sundi (Nsundi), uma etnia bakongo, e pelos Ovimbundi (Slenes, 2011, p. 172).

Figura 70: Acampamento no sítio Champrão



Foto: Fabio Guaraldo, 2018.

Em nosso acampamento em Champrão, eu fui o único a dormir em rede, amarrada com corda nos troncos que estruturavam o barraco. Zequinha e Adalto construiram camas suspensas aproximadamente 90 cm do chão, com quatro troncos verticais, com forquilhas nas pontas superiores, onde encaixaram dois troncos horizontais para receberem as estacas, que formaram os estrados (*Figura 70*). O estrado foi forrado com folhas de palmeiras e finalmente os colchões e cobertores que traziam. A mesma estrutura das camas foi feita na construção da mesa, que serviu como apoio para os mantimentos que levamos para cozinhar (*Figura 71*). O uso de forquilhas com o “pau de mocambo” se mostrou uma técnica amplamente conhecida e utilizada pelos moradores de Galeão. Inclusive para cozinhar, o suporte das panelas é feito obrigatoriamente utilizando a mesma técnica. Quando eu quis preparar o café, procurando

pedras para fazer uma trempe onde apoiaria a panela com água, eles me reprimiram e rapidamente encontraram arame para suspender a panela no tronco horizontal, encaixado na forquilha de outros dois troncos com a ponta inferior cavada na terra (*Figura 72*).

Figura 71: Acampamento sendo montado por Sílvio e Adalto, em Champrão. Detalhe da forquilha na construção da mesa.



Figura 72: Zequinha afiando o facão na pedra ao lado do fogo, com a cama e a mesa ao fundo, todas com estruturas feitas pela técnica de forquilha.



Fotos: Fabio Guaraldo, 2018

Assim, a persistência de Zequinha sobre a técnica empregada para a construção do acampamento não era infundada. Ele reproduzia o conhecimento apreendido de seus ascendentes e sistematicamente transmitido para seus descendentes. A presença de Adalto contribuiu para Zequinha mostrar "como tem que ser feito". Adalto tinha 18 anos e estava na fase final do ensino escolar, passava por um momento de transição em sua rotina e responsabilidades. Seu primo mais velho, Zequinha, tinha lhe convidado para participar do trabalho de prospecção não para aprender sobre arqueologaia, mas para ensiná-lo a andar no mato, montar acampamento e pernoitar no rancho. Certamente, ele aproveitou a ocasião para transmitir ao rapaz alguns de seus conhecimentos, assim como Dona Almerinda e outros parentes mais velhos haviam lhe ensinado.

Quanto à prospecção arqueológica, o entorno do acampamento foi escolhido para iniciar os trabalhos, devido ao significado do lugar e as histórias contadas por Dona Almerinda. As intervenções de subsuperfície foram realizadas na forma de poços-testes (PTs). O objetivo da prospecção foi localizar estruturas ou contextos arqueológicos, bem como caracterizar o substrato pedológico. Uma malha de 10 x 10 metros foi estabelecida, sendo 36 PTs realizados próximos ao local do rancho e outros 4 PTs em uma área mais ao norte, onde havia claridade no meio da vegetação densa.

De forma geral a superfície do solo é coberta por uma camada de humos de 10 cm de espessura. O substrato pedológico é composto por uma camada superficial friável, formada por sedimento arenoso de textura grossa e coloração marrom (7.5 YR 4/3), com presença de raízes radículas e materiais até aproximadamente 40 cm de profundidade; a segunda camada possui aproximadamente 30 cm de espessura, caracteriza-se como camada de transição composta pelo mesmo sedimento arenoso sobrejacente, de coloração mosqueada entre o cinza (GLEY1 6/10Y) e esbranquiçado (7.5 YR 8/2), com presença de material; o sedimento arenoso permanece na terceira camada, com textura grossa, mas a coloração torna-se branca (7.5 YR 8/2) e não foi encontrado material associado nesta camada que se estende dos 70 aos 100 cm de profundidade; após 1 metro de profundidade, geralmente, a camada formada pelo sedimento hidromórfico inicia, com presença de seixos e quartzos de pequeno porte.

Todos os materiais evidenciados foram coletados e catalogados em laboratório. No entanto, ainda não foram analisados. As observações em campo apontam para um contexto bem perturbado, com materiais recentes misturados com cerâmicas antigas e reaproveitadas. Entre os materiais coletados, os fragmentos de telhas se destacaram sendo algumas coletadas para amostra. No PTC 825/540, uma moeda do ano de 1970 foi evidenciada na primeira camada, associada a 22 fragmentos de cerâmica e um fragmento de vidro.

Figura 73: Embasamento de pedra



Fotos: Fabio Guaraldo, 2018.

Entre os PTs 805/550 e 815/550, um embasamento de pedra foi evidenciado. Bem estruturado, o embasamento mede 5 metros de extensão por 20 m de largura e 25 cm de altura, formado por dois conjuntos de pedras: a base contém pedras cúbicas medindo 25 cm de comprimento por 30 cm de largura e 20 cm de espessura, enquanto a superfície possui pedras planas de 24 cm de comprimento, por 20 cm de largura e 5 cm de espessura. Fragmentos de telhas formam um pequeno montículo ao lado da estrutura (*Figura 73*).

Tabela 18: Quantidade de materiais evidenciados nos PTs realizados em Champrão

PTs	Sup.	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	TOTAL
PTC 815-540	-	-	Frags. de telhas		-	-	-	-	-	Seixos e quartzos		-	-	0
PTC 825-540	-		22; 4; 1			3		-	-	-	Seixos	-	-	30
PTC 805-540	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 805-550	-	-	5		-	-	-	-	-	Seixos		-	-	5
PTC 815-550	Fragmentos de telhas					5		-	-	Seixos e quartzos		-	-	5
PTC 825-550	Fragmentos de telhas								-	Seixos		-	-	0
PTC 825-560	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 815-560	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 805-560	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 795-550	-			36				-	-	-	-	-	-	36
PTC 785-550	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 795-540	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 795-560	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 805-570	-	-	-	-	-	-	-	Frags. de carvão			-	-	-	0
PTC 795-570	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 805-580	-	-	-	-	-	-	-	-	Seixos de peq. porte			-	-	0
PTC 835-560	-	-	Frag. de telha		-	1		-	-	-	-	-	-	1
PTC 835-550	-			Materiais malacológicos						Seixos		Sed. hidromórfica		0
PTC 835-540	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 825-530	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Seixos		-	-	0
PTC 815-530	-	-	-	-	-	-	-	Camada hidromórfica						0
PTC 845-550	-		Fragmentos de telhas			1	Frags. de tijolos		-	-	-	-	-	1
PTC 855-550	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 845-540	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 845-560	-	-	-	-	-	1	-	-	-	Camada hidromórfica				1
PTC 845-570	-	-	-	-	-	-	1		-	Camada hidromórfica				1
PTC 845-580	-	-	-	-	-	-	-	-	Seixos de pequeno porte					0
PTC 855-570	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 855-560	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 855-540	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 835-570	-	-	-	-	-	-	-	-	Seixos de pequeno porte					0
PTC 825-570	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 795-580	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 785-570	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 865-670	-	-	-	-	-	-	-	Frags. de carvão		-	-	Sed. hidromórfico		0
PTC 865-560	-	-	-	-		2		2		Frags. de carvão		-	-	4
PTC 875-660	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PTC 865-650	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Início do soprólito			0
PTC 855-660	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Início do soprólito			0
PTC 865-550	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TOTAL														84

Legenda:	Cerâmica	33
	Vidro	5
	Metal	38
	Lítico	3
	Malacológico	5
	TOTAL	84

Porém, um episódio inusitado interrompeu os trabalhos de escavação antes que pudessemos explorar o entorno dessa estrutura. O curioso episódio ocorreu na noite de sexta-feira. No meio da noite, quando todos já estavam dormindo, os cachorros começaram a latir em direção ao mato. Eu acordei com o barulho e com os cachorros correndo pelo acampamento desordenados, de um lado para o outro e carregando tudo que estava na frente, inclusive minha rede. Ouvi barulho vindo da escuridão da mata. Em meio a minha sonolência, imaginei que fosse algum bicho acoitado em um buraco próximo ao acampamento, que cachorros estavam cercando. Me surprendeu o fato do Zequinha não manifestar nenhum movimento, como se permanecesse dormindo. Ele, quem sempre estava atento ao menor sinal dos cachorros, não manifestou interesse em saber qual animal suas crias estavam cercando. Imaginei que poderia ser uma caça, que renderia uma boa alimentação. Por que ele disperdiçaria a oportunidade de pegar uma caça próximo ao acampamento? Meus pensamentos se misturavam com meus sonhos, interrompidos pelo barulho e pelos cachorros que passavam correndo, trombando com a rede e me despertando.

Sem conseguir dormir, me despertei. Permaneci alguns minutos ouvindo o barulho do mato e procurando saber qual animal estaria (supostamente) encurralado pelos cachorros. Ingenuidade a minha! Depois de poucos minutos, os cachorros não paravam de correr de um lado para o outro do acampamento, latir desesperadamente para o mato escuro e nem Zequinha, nem Adalto manifestavam sinal de acordar. Então, levantei para “esvaziar a bexiga” e aproveitar para dar uma olhada. Assim que eu levantei, Zequinha também levantou resmungando, chamou os cachorros e pediu por alho. Pegou uma cabeça de alho e descascou os dentes. Na escuridão, não consegui ver exatamente o que ele fezia, mas percebi que jogou os dentes de alho no entorno do acampamento. Sem entender, voltei para a rede, pois desejava descançar (meu sono era maior que minha curiosidade). Os cachorros finalmente pararam de latir e correr. Eu voltei a dormir.

Na manhã seguinte, o dia amanheceu chuvoso e passamos a manhã sob as lonas do acampamento. Durante toda a manhã, Zequinha e Adalto comentaram sobre o ocorrido. Ambos estavam impressionados! Mesmo Adalto que não havia demonstrado estar acordado, descreveu os cachorros correndo sem motivo, latindo para todos os lados sem direção e sendo acuados em determinados momentos. Falaram dos barulhos em volta do acampamento. Zequinha tirou sarro de Adalto por ele não ter se mexido na cama. "Nem respirava!", caçoava ele da reação do primo. Mas assumiu que só levantou por que eu levantei antes e ele queria saber onde eu iria. "Sexta-feira a noite no mato, sempre acontece essas coisas!", ele exclamou. Perguntei se era uma caça e eles desdenharam da pergunta. Era a dona da mata, conhecida como *Caipora*!

Conhecida em várias regiões do Brasil, a Caipora é descrita como um ser das matas. Zequinha e Adalto descreveram "Ela", como um ser de sexo indefinido, coberto de cipó, com os pés invertidos. Segundo eles, ela costuma enganar as pessoas imitando bichos para atrair os cachorros. Aparece e desaparece em diferentes lugares para confundir as pessoas. Caso a pessoa mencione o nome de alguém conhecido, a caipora imita a voz deste conhecido para atrai-lo e iludi-lo no mato. Ela faz a pessoa se perder, mesmo conhecendo o caminho. Ela engana os caçadores fazendo eles cavarem sem ter tatu para cavar. Imita o som da motoserra para enganar e aterrorizar os cortadores de lenha. As artimanhas da caipora têm o intuito de proteger as matas e os animais. Eles me explicavam, ainda temerosos pelo ocorrido.

Segundo Zequinha, a caipora apareceu para ver o que estavamos cavando. "Ela passou em todos os buracos que cavamos para saber o que fizemos". Ele pede para não falar o nome dela, apenas tratar como "Ela". Para eles, este Ser é parte da mata e o ocorrido durante a noite seria mais uma comprovação. Zequinha explicou que existem rezas para se proteger e afastar "Ela", as quais Dona Almerinda conhece. Disse que se gritar: "José, larga meu cachorro!", o barulho se encerra. Na noite que recebemos a visita da Caipora, ele espalhou alho no entorno do acampamento, formando um círculo para se proteger dela. Conhecimentos aprendidos que ele compartilhava conosco. Adalto demonstrou espanto e certo temor sobre o caso. Zequinha demonstrou receio, respeito e conhecimento de causa. Eu me sentia na mata, em uma manhã chuvosa, preso sob a lona do acampamento e pensando no que aconteceu enquanto escrevia os relatos. Como no *Labirinto do Fauno*, sonho e realidade se confundiam, mas apenas para mim, que não estou habituado com o lugar. Para eles, tudo faz parte da realidade e é entendido com muito respeito. Voltamos para Galeão no dia seguinte e, obviamente, todos da comunidade ficaram sabendo do ocorrido.

6.5. IQUIRA.

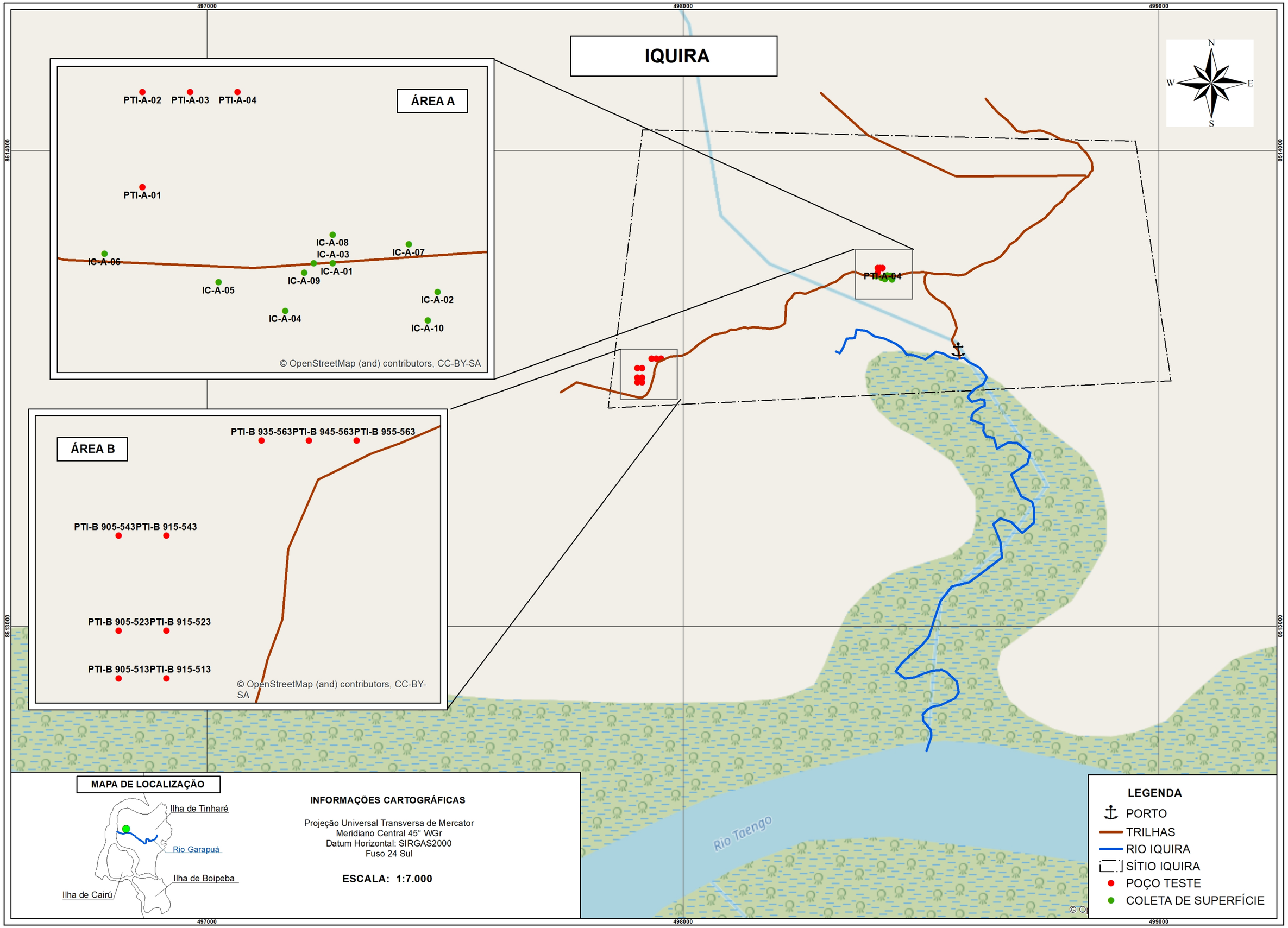
Em Iquira, as prospecções arqueológicas ocorreram em momentos intercalados às etapas de Champrão, mas tive encaminhamento diferente. Como na primeira vistoria no interior da ilha, eu e Lelinho não alcançamos Iquira por terra (pois, conforme relatado, nos perdemos no caminho), a primeira prospecção na área ocorreu apenas na segunda etapa, isto é, em outubro de 2017, quando acessamos as áreas pelos rios e braços do canal de Taperoá. Na ocasião, alcançamos o porto de Iquira pelo rio homólogo.

Iquira é uma localidade menor do que Champrão, mas está localizada em um morro mais elevado (ver *Figura 53: Mapa da paisagem quilombola*). A partir do porto (*Figura 1* da Prancha 44) segue uma ladeira íngreme na direção norte até o topo do morro, aos 40 metros de altitude. No topo foi feito caminhamento de reconhecimento do terreno e mapeamento da área. A vegetação fechada dificulta a visualização da superfície na grande maioria das áreas. Em uma pequena clareira, com a superfície exposta pelo processo de lixiviação, foram evidenciados fragmentos de cerâmica e louça branca de pequeno porte (Prancha 42). Este foi a primeira ocorência de material arqueológico no local e a área foi denominada "Área A" (*Figura 74*).

Figura 74: Vista aérea da área lixiviada (área A) em Iquira.



Foto: David Vargas, 2020.



IQUIRA
ÁREA A
PTI-A-02
PTI-A-03
PTI-A-04
PTI-A-01
IC-A-08
IC-A-03
IC-A-07
IC-A-06
IC-A-01
IC-A-09
IC-A-05
IC-A-02
IC-A-04
IC-A-10
© OpenStreetMap (and) contributors, CC-BY-SA
ÁREA B
PTI-B 935-563
PTI-B 945-563
PTI-B 955-563
PTI-B 905-543
PTI-B 915-543
PTI-B 905-523
PTI-B 915-523
PTI-B 905-513
PTI-B 915-513
© OpenStreetMap (and) contributors, CC-BY-SA
PTI-A-04
Rio Taengo
N
S
E
W
497000
498000
499000
8514000
8513000
MAPA DE LOCALIZAÇÃO
Ilha de Tinharé
Rio Garapuá
Ilha de Boipeba
Ilha de Cairú
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul
ESCALA: 1:7.000
LEGENDA
PORTO
TRILHAS
RIO IQUIRA
SÍTIO IQUIRA
POÇO TESTE
COLETA DE SUPERFÍCIE

Posteriormente, em setembro de 2018, intervenções prospectivas foram realizadas com a participação do Zequinha e do Adalto. Naquele momento, os trabalhos tiveram início em uma área escolhida por Zequinha. Ele seguiu a mesma lógica dos trabalhos realizados em Champrão e direcionou a equipe para o local onde os catadores de piaçava costumam armar rancho (*Figura 76*). A área foi denominada área B, localizada na baixada do vale do Iquira, na margem oposta do rio, entre 20 e 10 metros de altitude. Houve caminhamento no local e 9 PTs foram realizados seguindo a malha de 10 x 10 metros (*Figura 78*). Os PTs foram escavados em áreas planas, onde havia indicadores de ocupação pretérita pela mata composta por árvores frutíferas, como antigos cajueiros (*Figura 77*).

Figura 76: Estrutura abandonada do rancho dos catadores de piaçaba



Figura 77: Área B, prospectada em Iquira, próximo ao cajueiro



Fotos: Fabio Guaraldo, 2018.

Figura 78: PTs realizado na área B em Iquira



Figura 79: Sedimento evidenciado na área B, em Iquira.



Fotos: Fabio Guaraldo, 2018.

De forma geral a matriz pedológica evidenciada não apresentou variações significativas, permanecendo uma única camada friável formada por sedimento arenoso de textura grossa e coloração variada entre marrom (7.5 YR 6/4) e cinza claro (7.5 YR 7/2) (*Figura 79*). Variações maiores apareceram após 1 metro de profundidade, quando o sedimento se torna mais úmido e com presença de pequenos seixos. Nenhum vestígio mais antigo do que as estruturas remanescentes do rancho dos catadores de piaçava foi encontrado na área.

Em seguida, as atividades foram direcionadas para a "área A", onde havia sido evidenciado fragmentos de cerâmica e louça na etapa anterior. A área tem aproximadamente 500 metros quadrados de extensão, localizada na alta vertente sul de um morro estreito, estendendo-se de leste/oeste, a cerca de 40 metros de altitude. O terreno em declive para sul, apresenta a superfície do solo exposto de coloração amarelada e avermelhada (7.5 YR 8/6, 7/6, 7/8, 6/6, 6/8), com cangas e lajes de lateritas. O topo o solo é coberto pela mata nativa e árvores exógenas como a palmeira de dendê. Na área lixiviada, foi realizada coleta de superfície com auxílio do GPS para georreferenciar os pontos (*Figura 80*). Considerando a precisão do aparelho em 3 metros, a coleta sistemática foi realizada em um raio de 2 metros a partir do ponto marcado no GPS (ver *Figura 75: Mapa de Iquira*).

Figura 80: Coleta de superfície na área A do sítio Iquira.



Fotos: Fabio Guaraldo, 2018.

Ao todo 41 fragmentos foram coletados em 10 pontos, sendo 34 fragmentos de cerâmica, 6 de louça e 1 de lítico, conforme mostra a tabela a seguir. Os fragmentos de louças são todos do mesmo objeto, uma pequena xícara de louça branca esmaltada sem decoração

(*Figura A* da Prancha 42). O único objeto lítico é um granitoide fraturado. Considerando sua morfologia plana na face superior e marcas de polimento com finos acanalados nas laterais, trata-se de um objeto multiuso utilizado como almofariz e amolador (*Figura C* da Prancha 42). Os outros fragmentos são cerâmicas, sendo 2 torrões de barro queimado, 6 fragmentos de pote e 27 fragmentos de telhas (*Figura B* da Prancha 42).

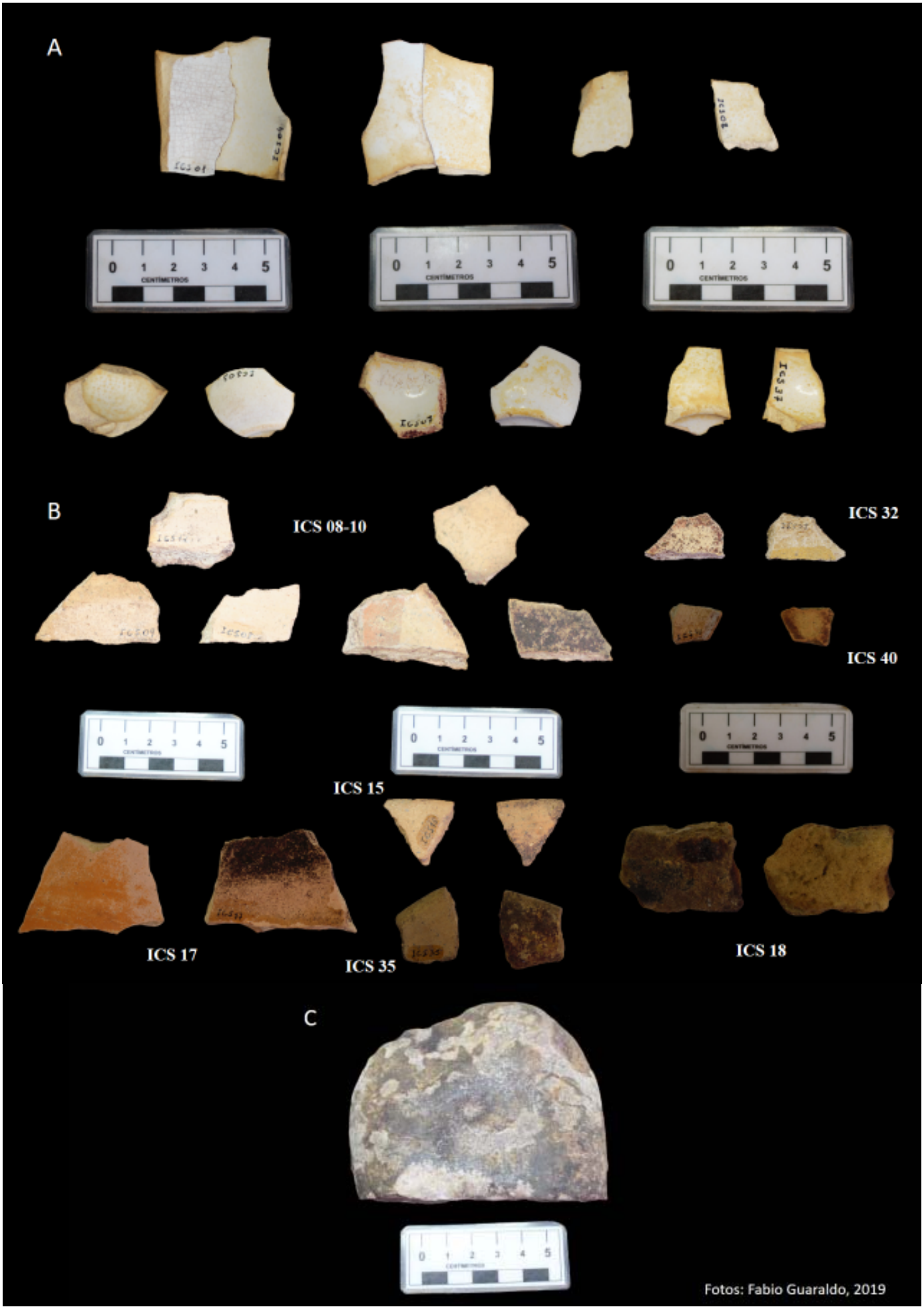
Tabela 19: Materiais coletados em superfície, área A, sítio Iquira.

PTs	Cerâmica	Louça	Lítico
IC-A-1	0	4	0
IC-A-2	2	0	0
IC-A-3	8	1	0
IC-A-4	4	0	0
IC-A-5	2	0	0
IC-A-6	5	0	0
IC-A-7	2	0	0
IC-A-8	8	1	0
IC-A-9	3	0	0
IC-A-10	0	0	1
TOTAL	34	6	1

As telhas são identificadas pela pasta dura e coloração mosqueada entre o rosa e o branco (10Y 8/2), com queima completa em ambiente oxidante. Algumas levam o negativo do molde na face interna, na forma de ondulações identificadas como traço hodierno desse tipo de material construtivo (Fragmentos ICS 08-10 e 17, na *Figura B* da Prancha 42). Os potes apresentam pasta porosa de coloração mais escurecida, variando entre o cinza claro (GLEY1 8/10Y) e o marrom avermelhado (5 YR 4/2). A coloração da pasta na fratura do fragmento indica a queima em ambiente redutor, porém, a miudeza dos fragmentos impossibilita precisar o processo de manufatura. Todos os fragmentos apresentam ambas as faces alisadas e um deles possui resquício de película vidrada na face interna (Fragmento ICS 32, na *Figura B* da Prancha 42).

Os torrões de barro apresentam argila porosa com alto teor de areia e quartzos rolados de pequeno porte esparsos (Fragmento ICS 18, na *Figura B* da Prancha 42). Os torrões não apresentam núcleos e uma das faces não está queimada, isto é, não passaram pelo processo de queima intencional. Tudo indica que a queima foi resultado de intemperes causada pela

Prancha 42: Materiais da coleta de superfície –Sítio Iquira 1, ilha de Tinharé, Cairu (BA)



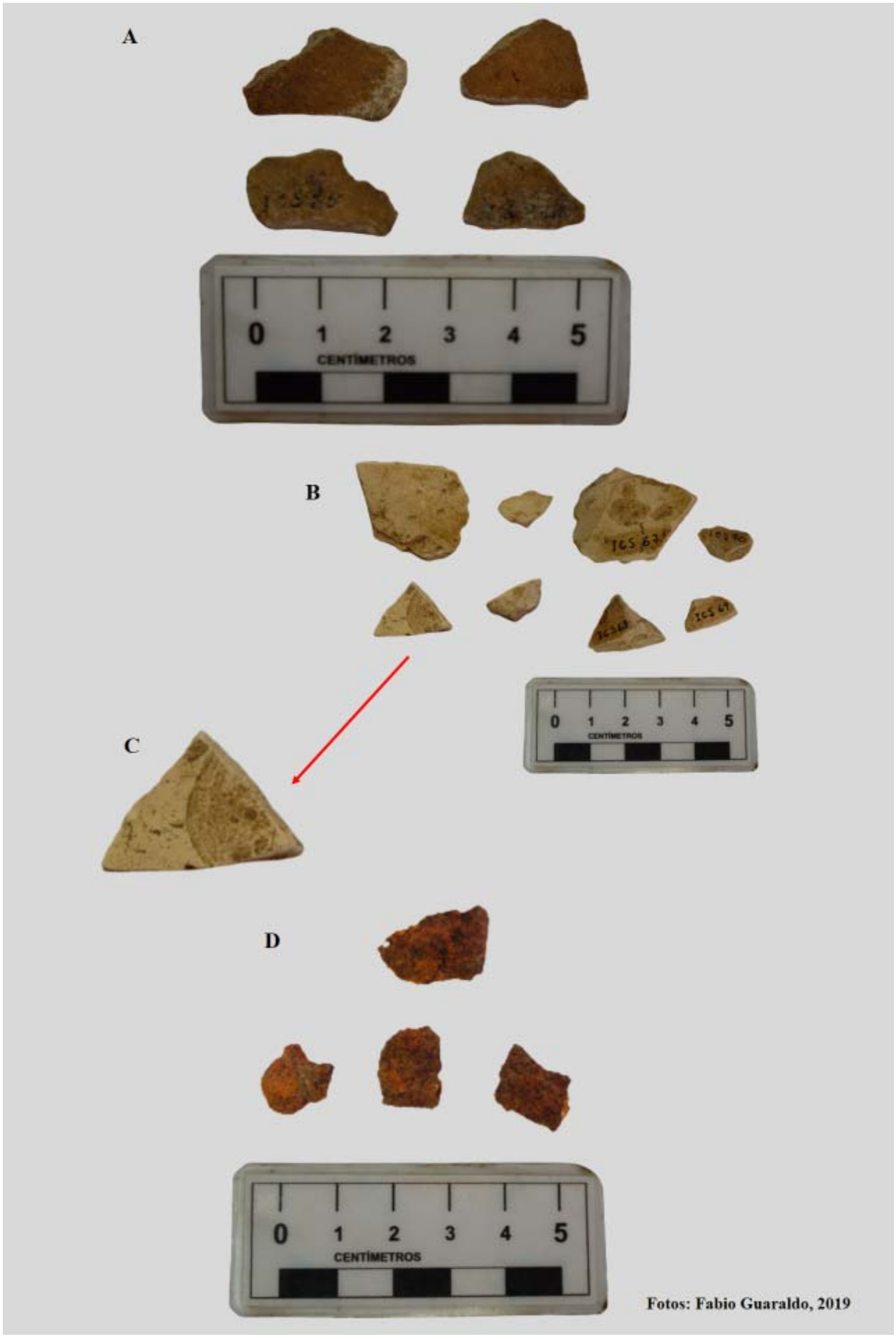
radiação solar. Presume-se que os torrões de argila sejam resquícios da parede de pau-a-pique da casa que existiu no local, cuja cobertura era de telha.

Blocos de barros semelhantes foram encontrados nas sondagens realizadas por Guimarães, no quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais. O autor também interpretou os blocos como vestígios das paredes das construções de pau-a-pique, considerando importantes fontes de dados por haver poucas informações a respeito da arquitetura quilombola. Ao identificar marcas de dedos nos blocos de barro, Guimarães conclui que não era utilizado instrumento para modelar as paredes, cuja espessura variava entre 8 e 13 cm (Guimarães et al, 1990, pp. 171-172).

Uma malha de 5 X 5 metros foi estabelecida na "área A", incorporando a área lixiviada e o fragmento de mata localizado na parte plana no topo do morro, para identificar a matriz pedológica. Quatro poços-testes foram realizados nos pontos da malha, sendo um na área lixiviada e outros três no fragmento de mata no topo do morro (ver *Figura 75: Mapa de Iquira*). Na área lixiviada, o PT-A-01 evidenciou apenas uma camada pedológica, desde a superfície até 1,20 metros de profundidade, caracterizada pelo sedimento areno-argiloso com baixo teor de argila e presença de silte, friável, de coloração amarelo-avermelhada (7,5 YR 8/6), sem presença de material arqueológico. Dez metros para norte, em meio ao fragmento de mata, o PT-A-02 evidenciou outra configuração pedológica, formada por uma camada superficial de aproximadamente 40 cm de espessura, friável e composta por sedimento arenoso de coloração marrom (7.5 YR 4/2), com grande presença de raízes e radículas, além de materiais arqueológicos (dois fragmentos de cerâmica foram coletados). Esta camada está sobrejacente à camada areno-argilosa de coloração amarelo avermelhada, conforme evidenciada no primeiro PT-A-01. O PT-A-03 foi aberto a 5 metros a leste do PT anterior, no fragmento de mata, e evidenciou as mesmas características pedológicas, com destaque para a presença de 4 fragmentos de cerâmica e 4 fragmentos de metais. O último PT, foi aberto a 5 metros a leste do PT anterior e não evidenciou material arqueológico, apesar de apresentar as mesmas características pedológicas.

Os dois fragmentos de cerâmicas evidenciados no PT-A-02 são do mesmo recipiente. Medem 4 mm de espessura, a pasta porosa tem coloração marrom clara (7.5 YR 4/2), com minerais de quartzo e hematita como antiplástico. A fratura das peças não apresenta núcleo, indicador de provável ambiente oxidante de queima. O tratamento de superfície tanto na face interna quanto externa é o alisamento, acrescido de engobo amarelo-avermelhado (7,5 YR 8/6) (*Figura A* da Prancha 43).

Prancha 43: Materiais dos poços-testes, sítio Iquira 1, ilha de Tinharé, Cairu (BA)



Os fragmentos do PT-A-03 são 4 metais em estado avançado de degradação, difícil de precisar qual objeto, hipoteticamente, pode ser parte de alguma lâmina de instrumento cortante, como uma enxada ou um facão (*Figura D* da Prancha 43). Já os 4 fragmentos de cerâmicas possuem as mesmas características com a pasta dura e homogênea, de coloração branca (GLEY1- 7.5YR 8/1). O antiplástico da argila são minerais de quartzo e hematita rolados, de pequeno porte e esparsos. A coloração homogênea na fratura indica que a queima ocorreu em ambiente oxidante e a técnica de manufatura é evidenciada pela marca do torno na base do fragmento (Fragmento ICS 32, na *Figura C* da Prancha 43). O tratamento de superfície consistiu em alisamentos tanto na face interna quanto externa. Os fragmentos apresentam também desgastes nas paredes como indício de ação tafonômica. Não é possível identificar qual tipo de recipiente os fragmentos representam (*Figura B* da Prancha 43).

Aparentemente, os materiais da coleta de superfície e os materiais enterrados no topo do morro são provenientes do mesmo contexto arqueológico, devido à sua proximidade. Esta hipótese inicial foi reavaliada posteriormente, com os dados da análise dos materiais provenientes da outra etapa de escavação. Neste momento, não foi possível realizar maiores intervenções em Iquira. Como a equipe estava acampada em Champrão, a logística de trabalho em Iquira estava comprometida pela caminhada diária de aproximadamente 40 minutos entre as duas localidades, seguindo as trilhas em meio a mata. Além disso, a experiência na noite de sexta-feira em Champrão foi determinante para definir a continuidade do trabalho arqueológico no interior da ilha, como veremos a seguir.

6.5.1. O sítio Iquira 1:

A proposta da pesquisa arqueológica na comunidade de Galeão desde o início foi desenvolver uma pesquisa relevante para os moradores, por serem os principais sujeitos interessados na história local. Em função disso, o trabalho de campo foi desenvolvido priorizando o diálogo aberto com as pessoas envolvidas, através da constante sociabilização dos objetivos, resultados obtidos e registro das diferentes interpretações, não como curiosidades ou informações exóticas, mas como forma de interpretar o modo de construção do conhecimento oriundo das tradições e experiências de vida dos moradores locais.

Entretanto, a construção coletiva do conhecimento arqueológico se concretiza apenas quando a tomada de decisão sobre a maneira como a pesquisa é planejada e conduzida também é compartilhada com os membros da comunidade. Assim, o trabalho de prospecção

em Champrão e Iquira foi conduzido pela prática de tomadas de decisões compartilhadas, tanto diariamente em campo quanto nos momentos anteriores ao campo, quando era elaborado o planejamento inicial.

Após a sociabilização dos resultados da etapa de prospecção arqueológica, algumas condicionantes foram colocadas para a continuação do trabalho de escavação. Sílvio Campos se posicionou categoricamente quanto à interrupção dos trabalhos em Champrão. Para ele, Champrão se mostrou "um lugar muito pesado e ruim" para a continuação das escavações arqueológicos. O episódio com a caipora foi um aviso dos "encantados" para não continuarmos com as escavações naquela área e tínhamos que respeitar. Por outro lado, Iquira inspirava "uma surpreendente impressão de liberdade", para Sílvio. Ele insistia que "alguma coisa me guia para a continuação do trabalho ser feito em Iquira (...) Uma sensação de ancestralidade"[188].

Zequinha também não queria voltar para Champrão. Ele não se identificou com os trabalhos de arqueologia, dizia ser muito metódico e cansativo. Além do mais, ele estava envolvido com outras atividades na vila. Adalto estava terminando seus estudos na escola e Lelinho havia iniciado um trabalho na prefeitura. Da minha parte, enquanto arqueólogo, o trabalho de prospecção em Iquira evidenciou um sítio preservado, com baixa densidade de material, que poderia ser escavado e bem delimitado. Por outro lado, segundo a história oral, Champrão foi a localidade no centro da ilha mais ocupada e as evidências materiais encontradas na prospecção apontaram para a continuidade dessa ocupação até os dias atuais. Eu estava e continuo interessado em escavar a estrutura de pedra para identificar evidências da suposta casa de farinha e resgatar as histórias de Dona Almerinda. Mas eu não tive argumentos frente as colocações de Silvio. Combinamos então, de acampar e iniciar os trabalhos em Iquira. Caso tivéssemos tempo e condições, iríamos escavar a estrutura de pedra em Champrão.

Assim, a expedição para Iquira ocorreu entre os dias 6 e 15 de abril de 2019, com a presença do Sílvio e do Preto (Raimundo Conceição dos Santos, pescador e barqueiro), além de mim. Durante este período escavamos o sítio denominado "Iquira 1", localizado na área A, onde foi evidenciado material arqueológico. Conforme descrito acima, o local está situado no topo do morro, a cerca de 200 metros do porto, em uma altitude de 40 metros. O sítio se estende no sentido leste/oeste ao longo de uma faixa de terra plana e estreita, com cerca de 15

[188] Planejamento para a etapa de campo em abril de 2019.

metros de largura, cercado por vertentes íngremes ao norte e ao sul, com vista para o vale do Iquira ao sudoeste. A vegetação no topo é ombrófila, típica de mata atlântica, com árvores de até 5 metros de altura, e espécies exóticas, como a palmeiras de dendê. A vegetação das vertentes e dos vales são caracterizadas como mata de galeria.

Figura 81: Vista aérea do sítio Iquira 1



Foto: David Vargas, 2020.

Ao sul e oeste, a área lixiviada em declive delimitou a área de escavação e apresenta uma vista para a vegetação do tipo apicum, na várzea do rio Iquira, com o morro oposto à cerca de 800 metros compondo a paisagem; ao norte, um vale estreito é modelado por um curso d'água não exposto, encravado entre o morro do sítio e a vertente oposta, com 10 a 15 metros de profundidade e vegetação de galeria, desde a cabeceira de drenagem das águas pluviais que alimentam o rio Iquira a oeste; a leste, a faixa de terra do topo do morro se estende, ampliando a superfície coberta pela vegetação ombrófila mista.

A presença de poucas palmeiras de dendê no sítio chama atenção por serem indicadores de ação antrópica. Uma grande palmeira de cerca de 6 metros de altura e outras duas mortas, sem as copas, apenas com os troncos, preenchem a vegetação do local. Segundo Raimundo:

> *(...) um tabuleiro desse, um sequeiro desse no alto da serra..., por que aqui é a mesma coisa que alto da serra, né? ... pra encontrar três dendezeiros desse aqui, um vivo e dois mortos... então é porque já*

> *morou gente, né? Porque uma terra dessa pra dá dendezeiro é difícil! Um outeiro desse aqui! (...) um barro vermelho desse! É difícil pra dá dendezeiro! (...) não sai não! Só se plantar!* [189]

As observações de Raimundo vão além. Para ele, as palmeiras orientam a direção espacial da casa. Geralmente, "os dendezeiros ficam no fundo das casas". Dessa forma, a casa teria sido construída com vista frontal para o vale do rio Iquira (*Figura 82*) e fundos para a vegetação de galeria de cabeceira na vertente norte (*Figura 83*). O resultado das escavações comprovou suas interpretações.

Figura 82: Vista frontal do sítio Iquira 1 para o vale.



Figura 83: Raimundo identificando a palmeira de dendê.

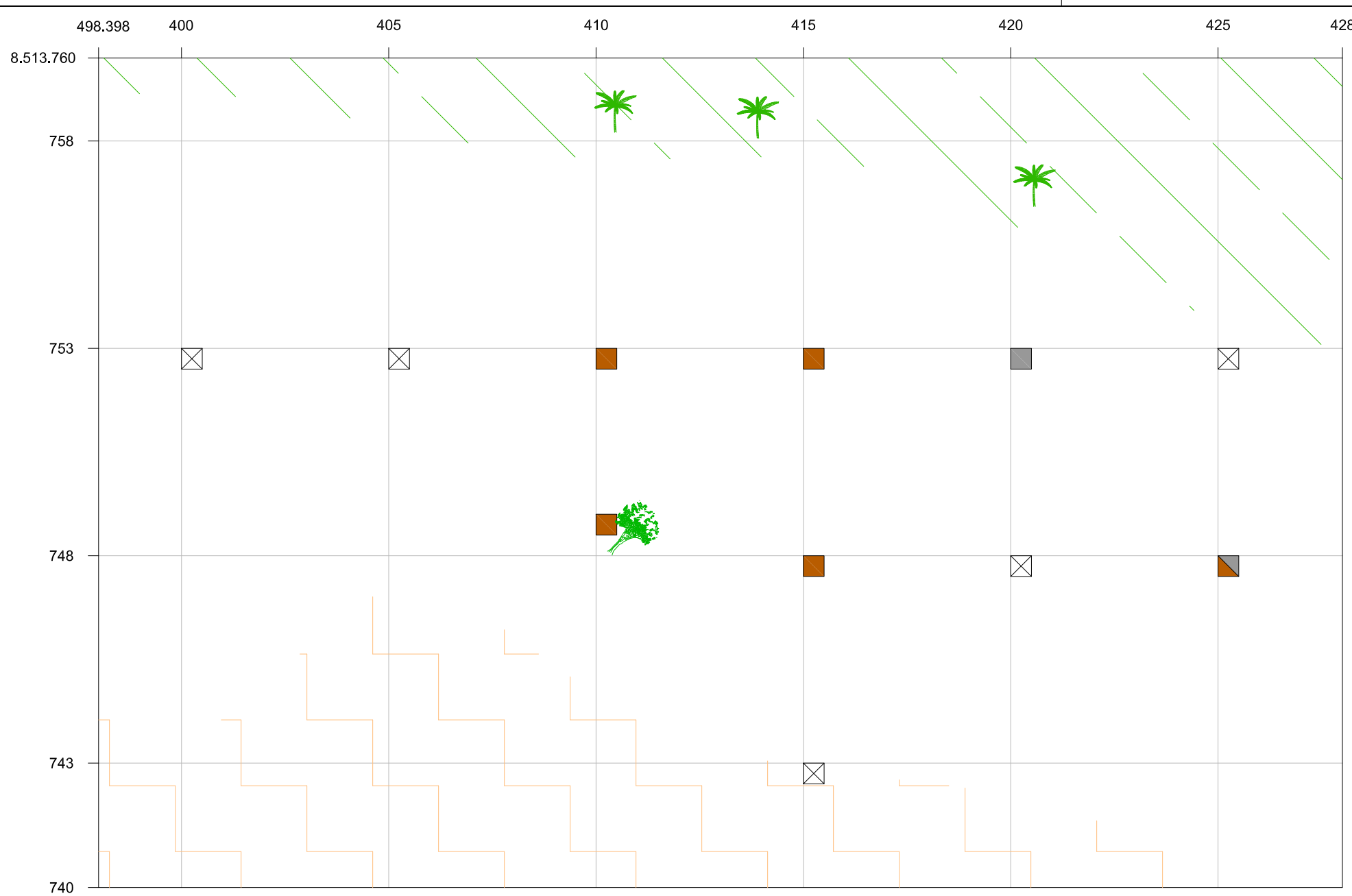


Foto: Fabio Guaraldo, 2019.

O objetivo das intervenções foi caracterizar o tipo do sítio, delimitar seu tamanho vertical e horizontal e mapear sua forma. Para isso, dez unidades de sondagens de 50 X 50 cm foram escavadas em níveis artificiais de 10 cm. As unidades foram nomeadas com a sigla do sítio (I), as siglas indicativas de unidade de sondagem (US) e os três últimos números de suas coordenadas determinada pelo ângulo sudoeste da quadrícula. Das dez sondagens, cinco delas apresentaram material arqueológico e outra foi evidenciado grande quantidade de fragmentos de carvão de pequeno e médio porte, porém nenhum outro vestígio associado.

Conforme pode ser observado no croqui (*Figura 84: Croqui do sítio Iquira 1 e perfil estratigráfico das unidades de sondagem*), a presença das vertentes delimita o sítio em uma faixa estreita variando de 11 a 15 metros de norte a sul. A mesma grade de 5 X 5 metros utilizada na prospecção dos PTs foi respeitada para alocar as unidades de sondagens. Duas linhas paralelas foram abertas de leste a oeste sob as coordenadas 8.513.753N e 8.513.748N,

[189] Depoimento coletado e gravado no dia 8 de abril de 2019.



N

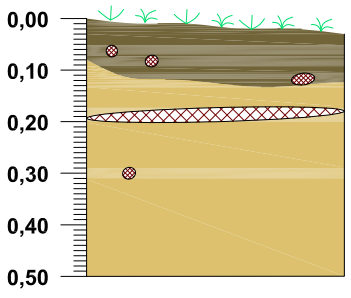
LEGENDA:

- Unidade de Sondagem - US
- US com material arqueológico
- US com fragmentos de carvão e sem material arqueológico
- US com carvão e apenas um fragmento arqueológico
- US sem material arqueológico ou carvão
- Área lixiviada
- Área em declive acentuado
- Árvore
- Dendezeiro

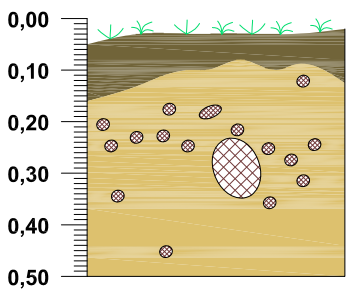
Escala Gráfica

0 1 2 3 4 5 m

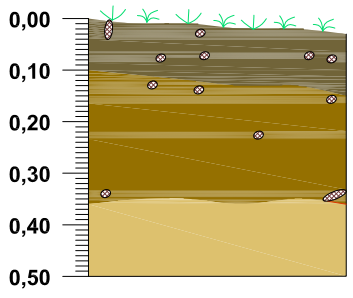
USI - 400/753 (Perfil W)



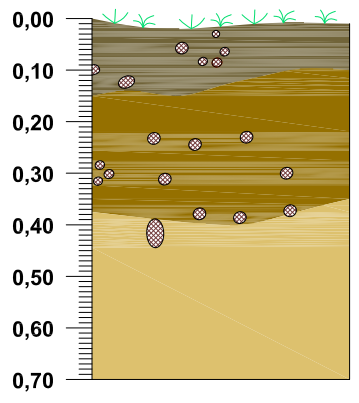
USI - 405/753 (Perfil N)



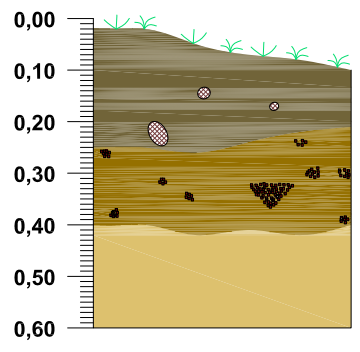
USI - 410/753 (Perfil W)



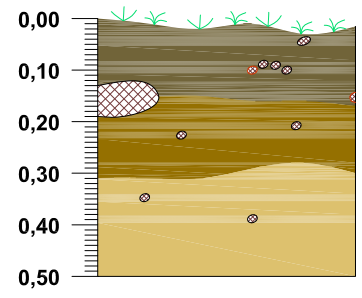
USI - 415/753 (Perfil W)



USI - 420/753 (Perfil W)



USI - 425/748 (Perfil W)



Camada **III** - Superficial, formada por sedimento arenoso de textura grossa, porosa, friável e úmida. Coloração marrom (Munsel 7.5 YR 4/2). Presença constante de raizese radículas.

Camada **II** - Camada arqueologica associada ao sedimento arenoso de coloração marro (Munsel 7.5 YR 4/2), como a camada sobrejacente, permanece friável e úmido, mas perde porosidade e a textura é média/grossa.

Camada **III** - Inferior, de sedimento areno-argiloso com pouca porcentagem de argila, de textura média e coloração amarelo avermelhado (Munsel 7.5 YR 7/6 e 6/8). Ausência de material arqueológico.

Raiz

Fragmentos de carvão

Superfície

Projeto:
Passado e Presente na Paisagem

Título:
Sítio Iquira 1: Croqui e Perfil das Unidades de Sondagem

Número:
Croqui 2

Local:
Iquira, Ilha de Tinharé, Cairu (BA)

Data:
Junho/2021

Coordenador:
Fabio Guaraldo

Desenhista:
Danilo Almeida

procurando contemplar os pontos dos poços-testes onde os materiais foram evidenciados.

Na linha da coordenada 8.513.753N, cinco sondagens foram realizadas para delimitar a porção oeste do sítio. Na linha da coordenada 8.513.748N, outras quatro sondagens delimitaram a porção leste. Uma das sondagens desta linha foi deslocada um metro para norte devido à presença de uma árvore. Na linha da coordenada 498.415E, uma terceira sondagem foi aberta, para averiguar a delimitação da porção sul do sítio.

A estratigrafia evidenciada apresentou três camadas, sob a superfície de serapilheira, são elas:

- Camada III compõe, geralmente, o nível superficial, sendo mais espessa no limite norte do sítio, onde a mata é mais densa e a camada atinge até 20 cm de profundidade. Trata-se de uma camada formada por sedimento poroso e úmido, de composição arenosa, de textura grossa e coloração marrom (7.5 YR 4/2). Há presença de poucos nódulos de laterita em pequeno porte (até 3 mm) e muitas raízes e radículas.

- A Camada II é onde encontra-se a matriz formada pelo material arqueológico e fragmentos de carvão, com aproximadamente 20 cm de extensão, pode variar entre os 10 cm e os 40 cm de profundidade. A composição do sedimento dessa camada pouco se diferencia em relação à camada sobrejacente, o mesmo sedimento arenoso de coloração marrom, possui textura pouco menos grossa (classificada como média/grossa) e perde porosidade, apesar de permanecer friável e úmida.

- A Camada I é estéril de material arqueológico. O sedimento areno-argiloso possui pouco teor de argila, com textura média, pouco compactada e seca, de coloração amarela avermelhada (7.5 YR 7/6 ou 6/8). Permanece a presença de nódulos de laterita de pequeno porte.

Ao todo, foram escavados 1,35 metros cúbicos e evidenciados 26 fragmentos e três objetos. Duas unidades abertas na extremidade oeste do sítio e uma na extremidade sul não apresentaram qualquer vestígio arqueológico. A IUS 420/753 não apresentou material arqueológico, mas evidenciou grande concentração de carvão na camada associada a matriz arqueológica. Em uma unidade no limite norte do sítio apenas um pequeno fragmento (2,5 cm) de cerâmica foi evidenciado e em outra US, na porção leste, um único objeto de metal foi

Prancha 44: Expedição Iquira, ilha de Tinharé, Cairu (BA)









Descrição das fotos: 1) Porto; 2) Escavação no sítio Iquira 1 (Foto: Sílvio Campos, 2019); 3) Sítio Iquira 1; 4) Self no sítio Iquira, com Sílvio e Preto (Raimundo) (Demais fotos: Fabio Guaraldo, 2019).

Prancha 45: Expedição Iquira, ilha de Tinharé, Cairu (BA)



Descrição das fotos: 1) Unidades de sondagem alinhadas no sítio Iquira 1; 2) Escavação no sítio Iquira 1; 3) Unidade de Sondagem 415/753, com fragmentos cerâmicos na base do nível 2; 4) Montante do rio Iquira; 5) Preto remando no rio Iquira; 6) Sílvio remando no rio Iquira; 7) Canoa; e 8) Mangue (Fotos: Fabio Guaraldo, 2019).

revelado pela escavação. Assim, conforme pode ser verificado pela Tabela 20, o sítio possui uma baixa densidade de material.

Tabela 20: Quantidade de material evidenciado por nível em cada unidade de sondagem abertas no sítio Iquira (IUS)

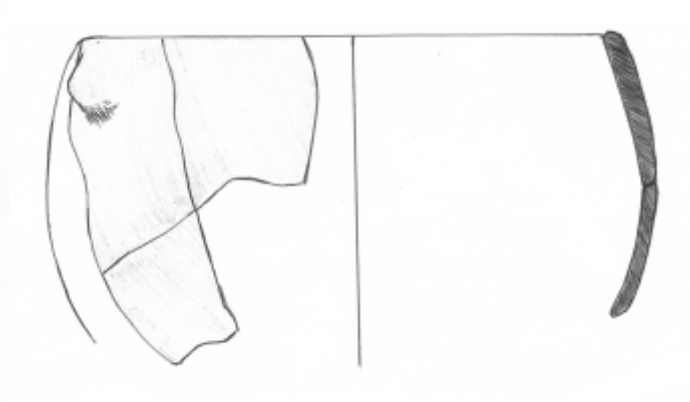
IUS	425/748	420/748	420/753	415/753	415/748	415/743	410/753	410/749	405/753	400/753
Sup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
2º	1	-	-	9; 1	4	-	3	1	-	-
3º	-	-	-	7; 2	-	-	-	-	-	-
4º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5º	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-
6º	X	X	-	-	-	X	X	X	X	X
7º	X	X	X	-	-	X	X	X	X	X

Legenda:	Cerâmica	25
	Metal	4
	TOTAL	29

Verifica-se, então, uma matriz arqueológica rasa, tendo início, geralmente, no segundo nível e estendendo-se até os 30 cm de profundidade. Quanto à delimitação horizontal, verificou-se que o sítio tem formato retangular, medindo aproximadamente 10 metros de norte/sul e 20 metros de leste/oeste, totalizando cerca de 200 metros quadrados de área contínua, onde vestígios arqueológicos encontram-se enterrados. Essas medidas equivalem ao tamanho e formato de uma casa e seu entorno imediato. Os materiais evidenciados apontam para esta conclusão.

Apenas fragmentos de cerâmica e objetos de metais foram encontrados no sítio, além de fragmentos de carvão em abundância, principalmente nas sondagens da porção leste e outra central (IUS 415/753). A maior concentração de material foi revelada nas quatro unidades centrais do sítio. Na IUS 415/748 foram encontrado os principais vestígios associados à área de moradia. Tratam-se de quatro fragmentos de cerâmica evidenciados aos 12 cm de profundidade, dos quais três são articulados e remontam uma cumbuca utilizada para preparo de alimento (*Figura A* na Prancha 46). Outros oito fragmentos do mesmo objeto foram encontrados na IUS 415/753, dos quais dois deles são articulados (*Figura B* na Prancha 46) e o único fragmento encontrado na IUS 425/748 apresenta as mesmas propriedades dos demais fragmentos que remontam a cumbuca. Ao todo 13 fragmentos da mesma cumbuca foram catalogados (Prancha 46).

Prancha 46: Cumbuca de barro, sítio Iquira 1, ilha de Tinharé, Cairu (BA)



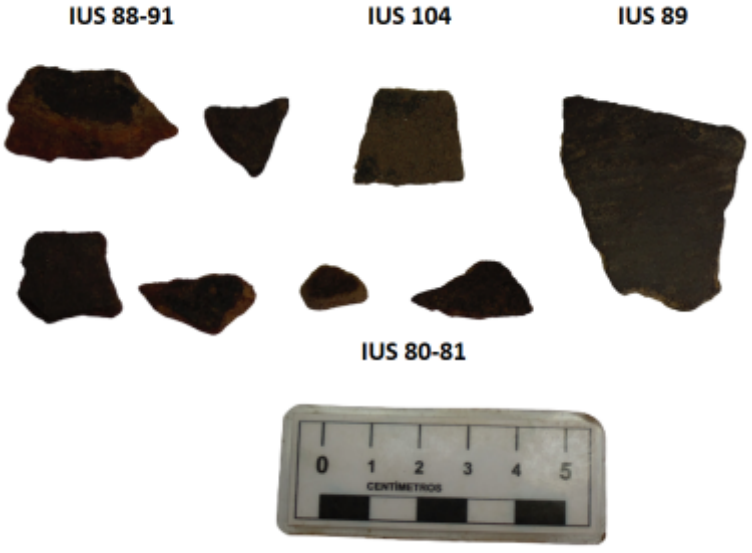


IUS 96, 97, 99



IUS 84-85

Imagens do microscópio:





IUS 84



IUS 104



IUS 99

Fotos: Fabio Guaraldo, 2019
Desenho: Amanda Torello-Viera

A cumbuca foi confeccionada com uma argila marrom escura grossa, com pequenos (até 1 mm) minerais de quartzo e feldspato esparsos em formato elíptico e rolado, características que sugerem ser parte da composição original da argila utilizada na confecção da peça. A técnica de manufatura é o roletado, com roletes finos e achatados, podendo ser observados pontos de junção na fratura de alguns fragmentos (Prancha 46, Imagem do Microscópio – IUS 99). Ocorrem pequenos espaços vazios, mas em geral a pasta possui textura coesa. A queima foi realizada em ambiente redutor, proporcionando a coloração homogênea escura da pasta, sem formação de núcleo. Quanto ao tratamento de superfície, a peça apresenta estrias de alisamento na face interna e externa (ver, com destaque, peça IUS 89 na Prancha 46), produzidas com auxílio de instrumento pequeno do tipo espátula ou seixo. Não há indícios de engobo ou, tampouco, decoração.

Dos 13 fragmentos associados a este objeto, três são bordas diretas verticais, com lábio arredondado. Os fragmentos da parede do objeto são levemente infletidos, com variação de 4 a 7 mm de espessura, sendo mais espesso a parte superior. Dois fragmentos apresentam apêndices na borda: uma asa de 2 cm aplicada paralela ao lábio (*Figura B* na Prancha 46) e um aplique mamilonar de 1 cm sobressalente (*Figura A* na Prancha 46). Embora nenhum fragmento da base da peça tenha sido encontrado, a morfologia côncava da parede pressupõe que o objeto tenha entre 10 a 15 cm de altura. Certamente, a boca da cumbuca tinha 20 cm de diâmetro (desenho da Prancha 46). Em razão da quantidade de fuligem nas paredes externas, o objeto foi bastante usado junto ao fogo para o preparo de alimentos. Soma-se a esta observação o fato de os fragmentos cerâmicos terem sido encontrados associados a fragmentos de carvão.

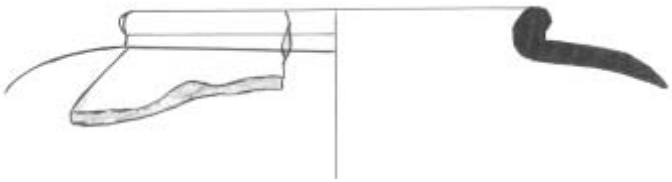
Um segundo objeto de cerâmica foi identificado no sítio, a partir de seis fragmentos encontrados na sondagem IUS 415/758. A argila dos fragmentos é clara e fina, com pequenos grãos rolados de quartzo e hematita como antiplástico proveniente de sua composição natural. Alguns poucos grãos poligonais de médio porte (entre 11 e 30 mm) são encontrados, possivelmente sobras da peneiração no processo de limpeza da argila. Há presença também de poucos cacos moídos como tempero (Imagem do microscópio na Prancha 47). O torno foi utilizado na técnica de confecção do objeto, deixando estrias características na parede interna. A pasta é dura e bem coesa, de coloração mosqueada entre rosa (10Y: 8/3) e branco (7.5 YR 8/3), porém homogênea, sem formação de núcleo na fratura, indicando um processo de queima completo em ambiente oxidante.

A peça apresenta tratamento na face externa, onde a superfície recebeu alisamento. Na face interna, a superfície não foi alisada, deixando expostas as marcas do torno. Ainda na parede externa, a superfície recebeu uma camada de engobo vermelho, sobre o qual foram pincelados outros pigmentos vermelhos mais escuros para decoração. O fragmento de borda apresenta vestígio da pigmentação vermelha no lábio. A borda é introvertida carenada e o lábio é rebarbado. A inclinação da borda forma um bojo próximo a boca de diâmetro reduzido (11 cm), modelando o gargalo da peça. A morfologia remete ao formato do conhecido porrão de gargalo, muito comum na Bahia (Prancha 47).

Como vimos, os porrões foram objetos inicialmente desenvolvidos no Brasil por mestres oleiros europeus para o uso constante nos engenhos de açúcar. Seja nas olarias dos engenhos ou nos núcleos de oleiros de origem indígena e organização jesuíta. Não se sabe quem foi o responsável pela transformação morfológica deste objeto, porém, podemos responsabilizar os africanos – inicialmente na condição de escravizados e posteriormente como forros, inclusive introduzidos nas olarias e adquirindo status de mestres oleiros – pela reclassificação do mesmo objeto em diferente categoria simbólica. Em Maragogipinho, estes objetos passaram a ser produzidos com gargalo (Costa Pereira, 1957), e comercializados nos engenhos para armazenar os rejeitos do processo de purgar na fabricação do açúcar. Da mesma forma, os porrões de gargalo passaram a ser manuseados pelos escravizados para captar água das fontes e armazená-las nas residências das vilas e povoados. Gravura do século XIX mostram esses objetos sendo carregados por africanos e afrodescendentes pelas ruas das capitais.

Uma dessas gravuras, intitulada *"vendendo água"*, foi pintada pelo brasileiro Joaquim Lopes de Barros Cabral Teive. A obra do século XIX apresenta um homem negro sem camisa carregando na cabeça um pote de barro com gargalo e ao fundo observa-se um casarão em segundo plano. Em outra pintura (já comentada nessa tese), a intitulada "Carregadores de Água", Johann Moritz Rugendas registrou o movimento em torno de um Chafariz na cidade do Rio de Janeiro, também no século XIX. Como dissemos, um dos espaços de sociabilidade dos africanos nas vilas e povoados do Brasil escravista foram as fontes e chafarizes. Nestes espaços, a presença da materialidade associada ao armazenamento e distribuição de água são em sua maioria associadas aos africanos e afrodescendentes. Assim, a pintura retrata a predominância de carregadores de água negros. Quanto aos tipos de recipientes, fica claro que a maioria deles eram barris de madeira. Há apenas um pote claramente de barro com alça, carregado por uma mulher, na parte esquerda da imagem.

Prancha 47: Porrão, sítio Iquira 1, ilha de Tinharé, Cairu (BA)









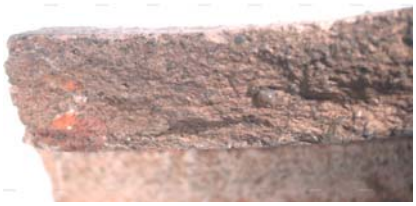




Porrões de Maragogipinho

Fonte da imagem: Costa Pereira, Carlos José da. A cerâmica popular da Bahia. Progresso editora:Salvador, 1957, p. 53.

Imagem do Microscópio



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019
Desenho: Amanda Torello Viera

Anúncios do Jornal Correio Mercantil, descritos por Pierre Verger (1987), mencionam os barris de madeira como predominantes entre os objetos utilizados pelos escravos de ganho para transportar água. Um dos anúncios transcritos no subitem entitulado por Verger "Escravo vendendo na rua", anuncia o desaparecimento de "uma negra nagô por nome Carolina, que andava vendendo água em um barril (...)"[190]. No mesmo jornal, outro anúncio denuncia a fuga de dois africanos, sendo que nos interessa o ocorrido "na tarde de 23 do corrente, em ocasião que acompanhava dois burrinhos que traziam água da fonte do Forte de São Pedro, levando também um barril de água"[191].

Não foi encontrada nenhuma menção a potes de barros utilizados para transportar água pelos escravos de ganho. Ao que parece, os potes de barro possuíam uma representação simbólica e função distinta dos barris de madeira, estendidas à distinção das atividades do escravizado entre aguadeiros domésticos e os de venda, conforme descrito por Lourdes da Costa (1989, p. 82). Os potes de barro eram objetos domésticos, associados aos escravos domésticos, aguadeiros que abasteciam as residências específicas de seus senhores, geralmente bem afortunados. Enquanto os barris de madeira eram objetos de domínio dos escravos de ganho, aguadeiros de venda, oferecendo água de casa em casa. Apesar de serem objetos móveis, o ambiente associado aos barris de madeira era a rua, o espaço público. Já a representação simbólica do pote de barro estava associada à unidade doméstica. No entanto, enquanto objeto de serviço, o pote de barro tinha seu lugar de domínio nos cômodos com presença prioritária dos escravizados, como a cozinha, a dispensa e, posteriormente, a senzala, os terreiros e os quilombos.

Dentro do recipiente de barro a água é conservada em temperatura fresca. Atualmente substituído pelos filtros elétricos purificadores de água na maioria das casas de classe média e alta, o porrão ainda é encontrado principalmente nas residências rurais e nas casas das classes menos arrendadas. Segundo Cunha (2015, p. 118), os porrões se diferenciam atualmente das talhas baianas não pelo emprego, pois "ambos servem igualmente para se guardar água, porém enquanto a talha se usa no ambiente interno, o porrão é normalmente para o uso externo". Interessante notar a atual referência espacial do porrão com o ambiente externo da casa, sendo que no período escravista o mesmo objeto era utilizado para buscar água nas fontes pelos "escravos domésticos".

---

[190] Correio Mercantil, 16/09/1846, transcrição em Verger, 1987, p. 502.

[191] Correio Mercantil, 16/09/1846, transcrição em Verger, 1987, p. 505.

Especialmente em sociedades com hierarquias bem delimitadas, diferentes grupos podem estabelecer intencionalmente relações distintas com os mesmos artefatos, como forma de marcar suas diferenças (Ferguson, 1991, pp. 31-32), assim como diferentes objetos podem estar relacionados ao mesmo grupo (Gosselain, 2000). O modo como este objeto circulou na vida social, inclusive por ser propriedade do senhor da residência, mas manuseado pelo escravizado no mesmo espaço, possibilitou sua (re)classificação em sistemas semióticos próprios dos africanos.

Atualmente, nos terreiros de candomblé baianos, os porrões de barro são mais do que apenas utensílios para armazenar água. Como parte do sistema simbólico de culto aos orixás, as cerâmicas são sacralizadas e os porrões são recipientes das águas usadas nos banhos de folhas e de cheiro (Cunha, 2015; Neves, 2017), principalmente a Oxum, a mãe das águas claras. Não se sabe ao certo quando este objeto foi adotado pelo sistema simbólico e funcional das cerimônias religiosas de matriz africana praticadas na Bahia, mas o uso de potes de barro utilizados para banhos de ervas e em cerimônias para "abrandar as condições de seus senhores" são descritas desde o século XVII, relacionados aos rituais calundu praticados nesse estado (Silva, 2005)[192]. Por isso, acredita-se que desde o período escravista, o porrão baiano já era considerado um objeto com função ritualística, intencionalmente apropriado pela população de terreiro como instrumento simbólico para reforçar a identidade comum daqueles grupos e distingui-los dos demais.

Em Iquira, não foram encontrados vestígios diretamente associados à religiosidade de matriz africana praticada no Brasil. Mas a presença dos fragmentos de porrão como recipiente de água é igualmente significativa por ter sido historicamente apropriado pela população africana na construção de sua identidade diaspórica. No quilombo, este objeto permaneceu sendo utilizado por eles para apanhar água na fonte e mantê-la fresca para consumo. Porém, a espacialidade simbólica era outra e não envolvia a hierarquia estruturada pela dicotomia do espaço interno e externo da casa senhorial. Consequentemente, o porrão encontrava-se no ambiente interno da casa, associado à área de preparo do alimento. No entanto, sem abdicar de sua propriedade simbólica, ele poderia ser considerado objeto de sacralidade dos orixás.

Ainda sobre o mesmo objeto, a manufatura torneada e a queima controlada não pressupõem produção local. Sua presença em Iquira aponta para a interação que os moradores

[192] Sobre o relato mais remoto conhecido dobre o calundu no Brasil, ver Silveira (2006). Sobre os momentos iniciais da umbanda na virada do século XIX para o XX, no sudeste, ver Kogoruma (2001), para saber sobre a religiosidade afrobrasileira, ver Ramos (1934) e Bastide (1989).

mantinham com a população das vilas, povoados e fazendas da região, praticando a troca de mercadorias e insumos. Provavelmente, este objeto foi confeccionado nos centros de olarias da região, como Maragogipinho e Coqueiros, devido à recorrência destes centros produzirem esse tipo de objeto. Segundo Dona Antônia relatou, antigamente era comum barcos de comerciantes aportarem nos povoados para venderem produtos diversos, entre os quais "a cerâmica era muito procurada"[193].

Constata-se então, que os moradores de Iquira participavam do comércio regional. Pelas informações levantadas junto aos antigos moradores, eles produziam insumos agrícolas, como abóbora e abacaxi, cuja venda nas feiras de domingo, era direcionada à população da senzala "e de outros que os mantém"[194]. Além da participação nas feiras, não se exclui a possibilidade dos moradores de Iquira e Champrão realizarem o extrativismo de madeiras de lei, destinadas à produção de embarcações nos estaleiros de Galeão, e das madeiras do mangue, as quais eram procuradas para os fornos das olarias, engenhos e casas de farinha.

A participação dos quilombolas de Iquira na rede comercial de produtos no povoado de Galeão, indica os laços que possuíam com a população local, contribuindo para manter a segurança e continuidade da comunidade. Como vimos, a relação comercial com quilombolas resultava em generosos lucros para os comerciantes, os quais legalizavam produtos adquiridos no comércio ilegal. No entanto, para além dos lucros, laços de cumplicidade eram estabelecidos entre os agentes que participam deste sistema de troca ilegal. Esta relação poderia ser estreitada por ações de sociabilização amigáveis ou tensionadas por conflitos e dívidas mal resolvidas.

Além disso, a circulação do objeto na esfera da troca, não se resume a razões econômicas. As trocas não ocorrem apenas pelo caráter utilitário dos materiais, mas também pela esfera simbólica de manutenção de relações e construção de identidades (Mauss, 2008; Godbout, 1998). A própria utilidade do material envolve a esfera simbólica que nutri a necessidade de estabelecer e reforçar as parcerias com seus semelhantes. O porrão em Iquira pode ser entendido como utensílio útil na captação e armazenamento de água, mas principalmente pelo simbolismo que o objeto representa na identidade e cosmologia das comunidades africanas e afrodescendentes no contexto da diáspora no Brasil. Sua presença em um assentamento quilombola é significativa e expressa a escolha intencional dos

[193] Depoimento concedido e gravado no dia 22 de outubro de 2017.

[194] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (30 de julho de 1832). Comentado no capítulo 3.

moradores por esse objeto como meio simbólico de reforçar a sua identidade e alianças com seus semelhantes na atividade de troca comercial.

Assim como o porrão, os demais seis fragmentos cerâmicos evidenciados em Iquira foram confeccionados alhures ao seu local de consumo. Embora estes fragmentos de cerâmica não permitam inferir sobre o tipo de objeto ao qual pertenciam, todos são parte de objetos manufaturados em torno. Dois deles apresentam engobo vidrado como tratamento de superfície na face interna. Um foi evidenciado na sondagem IUS 415/748 e o outro na sondagem IUS 410/753, ambos no 2º nível das escavações, mas não se trata do mesmo pote. Como vimos no capítulo 4, materiais de superfície interna vidrada eram, geralmente, bacias e panelas utilizadas para preparar e servir alimentos ensopados, como as moquecas e caldeiradas de peixes e crustáceos, típicos da localidade. A presença destes fragmentos nos remete ao tipo de dieta praticada em Iquira.

O ambiente lagunar, com amplos manguezais e rios, propicia uma rica dieta à base de frutos do mar, assim como permanece nos dias de hoje. O mangue sempre foi um grande potencial em Galeão, assim como nas outras vilas e cidades do arquipélago e região. A população local pratica o extrativismo de ostras e outros mariscos, a captura de siris, sarnambis, caranguejos, a pesca de robalos, camarões etc. O salgamento e defumação de peixes e camarões são outras formas de beneficiamento do pescado, tanto hoje em dia como antigamente. O pescado defumado fazia parte da dieta dos escravizados desde os períodos recentes da colonização. A mariscada era prática conhecida e apreciada pelos africanos minas, como cita o documento escrito pelos rebelados da fazenda Santana, em Ilhéus. Com o tempo, tornou-se uma atividade tradicional da região, com as mulheres marisqueiras e os homens pescadores.

No entanto, se hoje a pesca e o marisco são as principais atividades produtivas do local, antigamente a agricultura ocupava esse papel, inclusive como fonte para a alimentação. Assim como Dona Almeirinda e Dona Antônia comentaram sobre o tempo quando "tudo se plantava em Iquira e Champrão", também no período da escravidão o trabalho agrícola deveria ser a principal atividade nestes quilombos. Possivelmente a abóbora, o abacaxi, a banana e outras frutas eram comercializadas nas feiras, como também a farinha e o arroz poderiam entrar nas negociações dos fretes que levavam os produtos para Salvador. Neste último caso, os produtos eram taxados e registrados na contabilidade da freguesia Vale lembrar, conforme mencionado no capítulo 3, que os registros comerciais da freguesia de Boipeba de 1808, apontam a "Mata" como uma das localidades da ilha de Tinharé que participava da produção mercantil. Junto

com Morro de São Paulo, Galeão e Jequié, a localidade "Mata" produzia "Zimbo (decadente); Piaçava, coquilho, zimbo e madeira (cedros); Madeiras (vinhático, cedro, potumuju e louro), arroz e café", com o rendimento anual de "12 contos de réis" à freguesia (Dias, 2007, p. 257)[195].

A presença de cerâmica vidrada também remete a opção da dieta incluir ensopados de frutos do mar e peixes, com óleo processado dos frutos das palmeiras de dendê localizadas atrás da casa. Ocasionalmente, a carne de criação de porco e galinha completava a dieta dos quilombolas. Mais raro eram as carnes de gado, as quais Dona Antônia comenta que não existia, mas a documentação histórica menciona os furtos de gados em Galeão, praticados pelos quilombolas.

Além disso, havia a possibilidade de comer carne de caça. Na sondagem IUS 410/749 foi evidenciado um artefato que indica tal atividade. Na base do 2º nível, no início da 3ª camada, a ponta de uma lança foi evidenciada próxima ao perfil oeste (*Figura 85*).

Figura 85: Projetil de metal evidenciado na sondagem IUS 410/749



Foto: Fabio Guaraldo, 2019.

Trata-se de um projétil de metal fundido com a parte de encaixe da haste, medindo de ponta a ponta 17 cm de comprimento. A lâmina do projétil é semirreta, de morfologia

[195] As fontes do historiador são: "Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao Príncipe Regente por Baltazar da Silva Lisboa em 1808. 1 doc. Original, 52 f. Ms 512 (58, doc. 52)"; e Relação exacta da Comarca de Ilhéus, IHGB: Lata 44, doc. 31.

alongada e mede metade do comprimento total do objeto (8,5 cm), com a parte central atingindo 3 cm de largura. O ápice terminal está desgastado, ainda assim exibe simetria paralela ao eixo da peça. O pedúnculo tem formato afunilado medindo 6 cm de diâmetro na ponta de encaixe com a haste e 3 cm de diâmetro na junção com a lâmina. A parte oca do pedúnculo, onde a haste adentra no corpo do objeto, mede 4 cm e possui um ponto vazado para travar o bastão, com uso de prego ou outro material perfurante. O restante do pedúnculo é sólido (*Figura A* da Prancha 48).

O porte deste objeto pressupõe que as caças da região eram de grande proporção, justificando a boa nutrição do grupo. Como um objeto de caça, a ponta de lança indica que a população quilombola estava precavida contra animais, mas também contra pessoas indesejáveis. No processo de camuflagem e ressignificação, o instrumento de caça torna-se agilmente o objeto de guerra: a arma.

O único registro conhecido por mim sobre "lança quilombola" no Brasil, é uma peça conservada no Museu Sociorreligioso Dom Clemente José Carlos Isnard, no município Conceição de Macabu (RJ), próximo a Campo dos Goytacazes, onde o objeto foi encontrado por mateiros (Salum, 2012, p. 204). Segundo Salum, a referência da peça associada ao quilombo é resultado do local onde foi encontrada, cujas informações orais e registros de cartório da região aludem sobre a existência de um quilombo liderado por um moçambicano de nome, Carucango. No entanto, este objeto é um gládio, com empunhadura, bem distinta do projétil encontrado em Iquira.

Salum associa a morfologia e decoração da "lança quilombola" de Goytacazes, aos punhais e espadas de lâminas retas decoradas com empunhaduras produzidos no território mongo. Este grande território se estende ao noroeste do atual Congo e faz fronteira com os basonge (songye), no sudeste do país, compreendendo uma diversidade de povos (entre os quais destacam-se os lokele, saka, kutu, tshoko e nktshu). Uma coleção de punhais e espadas dessa mesma morfologia fazem parte do acervo do Museu Emílio Goeldi, os quais primeiro Peter Paul Hilbert determinou como basongo, e depois Westerdijk revisou como sendo mongo, posteriormente, Elsen confirmou os apontamentos da revisão (Salum, 2012, p. 205). Neste sentido, trata-se de uma arma de guerra e não de caça.

Por sua vez, a ponta de lança encontrada em Iquira pode funcionar tanto como arma de caça quanto como arma de guerra, devido a ser uma parte do objeto que se completa com a haste acoplada, podendo ser lançada no dorso de um grande animal ou permanecer em punho

na batalha, antes de atravessar o peito do inimigo. Nas representações do candomblé de Ketu praticado no Brasil, a ponta de ferro da flecha ou da lança é um elemento icónico e sagrado, que pode ser compreendido metaforicamente como a prevalência dos arquétipos tanto do orixá da caça (Oxóssi), como do orixá da guerra (Ogum). Embora não seja comum misturar símbolos de diferentes orixás no mesmo objeto, simbolicamente, o instrumento de Oxóssi, seu *ofá* (arco e flecha), assim como o ofício de Ogum com as "pencas" de ferramentas agrárias e metalúrgicas, têm a ponta da flecha e da lança apontadas para o alto, prontas para serem disparadas (Salum, 2012).

Da ontologia religiosa afro-brasileira do candomblé Ketu pode-se depreender aspectos da metalurgia na região da África ocidental (Salum et all, 2006). Ogum é então, o inventor da arte de forjar o ferro e o senhor das guerras e da agricultura. Ele ensina aos homens o segredo do ferro e do trabalho agrícola, com o uso da enxada, do enxó, da foice, e também as armas de guerra, como a ponta da lança (Prandi, 2009, pp. 84-109). Ele protege, estabelece e dá vida às comunidades. Ele representa a continuidade da vida, a coragem, a luta bélica, a proteção e conquista. Ele é o próprio guerreiro que empunha a lança.

Na África central, Silva (2008) descreve que os guerreiros foram rápidos em adotar as armas de fogo apresentadas pelo europeu, mas lentos em abandonar as armas tradicionais. Mesmo depois, quando a arma de fogo foi difundida por todo o continente no século XIX, os africanos não abandonaram suas tradicionais armas de lanças, espadas e punhais fabricadas de ferro forjado, assim como os arcos, flechas e escudos. Segundo a autora, tal peculiaridade se deve à concepção de guerra dos africanos. Eles "não faziam guerras para matar muitas pessoas, como no ocidente. A morte de quatro ou cinco indivíduos já era suficiente para o encerramento do combate" (Silva, 2008, p. 123).

A circulação da arma de fogo mudou significativamente a atuação dos ferreiros na região da África central. Se durante muito tempo o ferreiro foi responsável pela fabricação de armas de guerra, caça e instrumentos agrícolas, durante o século XIX, ele passou a reparar as armas de fogo e produzir os respectivos projéteis. Acontece que os ferreiros são considerados feiticeiros naquela região, providos de grande força espiritual devido ao seu poder/conhecimento de controlar o fogo para transformar o estado físico do minério. O trabalho do ferreiro é visto como o equilíbrio entre o homem e a natureza. Por isso envolve muitos segredos e, frequentemente, estavam associados à morte. O ferreiro participava dos rituais de morte dos reis e nos momentos de crises dos reinados. Quando a manutenção da arma de fogo passou a ser uma atividade do ferreiro, os elementos da cosmologia dos povos

da África central passaram a relacionar este objeto à morte e a prejuízos comerciais, pois quando uma caravana era assaltada, o prejuízo de seu proprietário era grande. O ferreiro era então aquele que ao consertar a arma, também iria decorá-la para garantir a vida daquele que a portava (Silva,2008).

Durante o tráfico negreiro, alguns indivíduos imigrados compulsoriamente para a América trouxeram consigo o conhecimento da técnica de metalurgia e junto com eles veio também sua visão cosmológica e atributos sobrenaturais que os africanos lhes concebiam (Ringquist, 2008, p. 13). No Brasil, o conhecimento desses ferreiros era altamente valorizado tanto na produção e reparo de ferramentas nas fazendas e engenhos, como na zona de mineração no interior do país (Symanski & Gomes, 2019, p. 278). Na Bahia, os ferreiros eram mestres de ofício nos engenhos valorizados monetariamente e socialmente, porém, há poucos registros sobre a atuação dos africanos nesse papel. Não obstante, assim como ocorreu no trabalho de transformação do barro em cerâmica, também na metalurgia a mão-de-obra escravizada do africano foi amplamente utilizada e com o tempo, eles certamente conquistaram a confiança do senhor e assumiram a posição de mestres do ofício. Por isso é assertivo afirmar, e mesmo necessário admitir, que a contribuição do africano na metalurgia do cobre e fundição do ferro são fundamentais à história e à cultura brasileira (Salum et al, 2005-2006, p. 303; Campos, 2006; Ofosu-mensah, 2019).

Em Tinharé não há registro de atividade de metalurgia. Seria mais plausível supor que, assim como os outros objetos manufaturados, as peças de metal eram adquiridas nos centros comerciais das cidades e vilas do continente em troca de produtos de madeira, agrícolas e extrativistas produzidos pelos insulares. Outra possibilidade é que este objeto tenha sido adquirido em um dos saques praticados pelos quilombolas nas fazendas e no povoado, os quais eram repetidamente declarados pelos administradores responsáveis pela segurança. Vale lembrar alguns casos já mencionados, como o de Camamu, quando os rebelados saquearam diversas casas e levaram “armas de aço”, antes de formarem o quilombo de Santo Antônio (Santos, 2004, p. 75). Ou a documentação histórica da Câmara de Cairu que conta sobre um escravizado “encontrado armado com um instrumento de ferro às onze horas da noite”[196]. Ou ainda, conforme descreve os depoimentos de Oiticeira sobre os quilombolas que andavam “todos armados” (Reis, 1996, p. 350).

[196] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2296, Correspondências de Juízes, Cairu (1828/1888) (19 de setembro de 1830).

Prancha 48: Objetos de metal, sítio Iquira 1, ilha de Tinharé, Cairu (BA)

A



Foto: Ader Gotardo

B



Fotos: Fabio Guaraldo, 2019

Assim, como os relatos históricos apresentam no Brasil, também em outras partes do continente americano, os quilombolas faziam uso recorrente de material metálico. Em Martinica, um relato de 1667 aponta que os quilombolas assentados no alto das montanhas possuíam “ferragens, como serras, machados e facas”, que se faziam necessários, pois “cortam árvores, fazem um jardim e plantam mandioca e inhame” (Baptiste Dutertre 2004 [1667] *apud* Norton & Espenshade, 2007, p. 9). Em Cuba, as expedições contra os quilombos relataram que seus perseguidos estavam "armados com facões, facas e cinco espingardas" (La Rosa Corzo, 2003, p. 104). As escavações arqueológicas coordenadas por La Rosa, comprovaram a existência de objetos metálicos como facões, enxada, manilha e botões (La Rosa Corzo, 2005a, p. 175).

A presença de materiais metálicos em sítios arqueológicos de antigos quilombos é tão recorrente nas ilhas caribenhas, que Norton e Espenshade (2007) recomendam, veementemente, o uso de detector de metal como parte do método de localização desses tipos de sítios. Veja-se então, que a posse de armas e instrumentos metálicos nos quilombos eram fundamentais para a manutenção desses assentamentos ameaçados pelas patrulhas e guardas municipais ou entradas comandadas pelos capitães do mato, assim como para a sobrevivência nas floretas.

Além disso, a lança possui uma representação simbólica importante à identidade quilombola no Brasil. Filmes e imagens de importantes figuras quilombolas são representadas empunhando lança de metal como arma, incorporado como símbolo de resistência ao sistema colonial opressor. Um dos exemplos é o filme “Quilombo dos Palmares” dirigido por Carlos Diegues, o qual apresenta o líder Zumbi empunhando uma lança de metal. A mesma representação foi feita na estátua em homenagem a Zumbi, colocado na praça da Sé, no Pelourinho, centro histórico de Salvador. A Fundação Gregório de Matos é responsável pela obra, que em janeiro de 2019 teve a parte superior da lança com a ponta roubada. Em novembro do mesmo ano houve a reposição da peça.

A descoberta deste objeto no sítio Iquira 1 foi celebrada com grande entusiasmo entre os membros da equipe de escavação. Na manhã em que o projétil foi evidenciado, Silvio relatou que havia tido um sonho, onde alguém mexia em sua cama e chamava-o. “Era algo bom!”, segundo ele. Quando o objeto aflorou no meio da sondagem, ele remeteu o achado ao sonho e agradeceu o ensejo. Realmente, a escavação da unidade de sondagem estava comprometida pela presença de uma grande raiz que atravessava a quadra de norte a sul, no perfil leste

(*Figura 85*). Fato que quase nos fez abandonar a unidade antes de evidenciar a peça. Mas como a sondagem já estava deslocada um metro do ponto original (ver *Figura 84: Croqui do sítio Iquira 1*), Sílvio e Raimundo me incentivaram a continuar escavando. Quando a ponta de lança foi evidenciada, fomos tomados por enorme comoção.

Figura 86: Raimundo limpando a peça ao removê-la da unidade de sondagem



Foto: Fabio Guaraldo, 2019.

Apenas este artefato foi evidenciado na IUS 410/749, onde não havia nem mesmo fragmentos de carvão. Como se o local fosse constantemente limpo, varrido. Pelo que podemos identificar até o momento, a espacialidade do sítio Iquira 1 segue as determinações de uma área de moradia de formato retangular, com a entrada disposta para sul e oeste, com vista para a várzea do rio Iquira. Na parte norte jaz a área inacessível do vale estreito, onde foram plantadas as palmeiras de dendê e possivelmente outras plantas. A parte leste parece ser o fundo da casa, onde havia acesso para a plantação de um pomar, criação de animais e área de descarte, seguido de queima. A prática de queimar o lixo é ainda hoje um costume entre os moradores de Galeão e de outras comunidades rurais e quilombolas. Realmente, algumas interpretações sobre o fato remetem o lixo enquanto alimento da terra e a lixeira como a "boca da terra" (Sampeck & Ferreira, 2020, p. 150). Considerando que o lixo é constituído

basicamente de material orgânico e sua queima resulta em cinzas que fertilizam a terra, a explicação tem uma base empírica bem fundamentada[197].

A presença de dois pregos entre os materiais exumados em Iquira (*Figura B* da Prancha 48), contribue para a hipótese de que o local abrigou uma estrutura de madeira, embora o tamanho reduzido do prego sinalize que seja parte de uma estrutura de pequeno porte, como um móvel, ou instrumento manual. Neste sentido, vale retomar a experiência etnográfica da construção do acampamento em Champrão. A estrutura de madeira com encaixe de forquilha não necessita de pregos. As madeiras são encaixadas umas nas outras pela junção da forquilha. Além disso, as paredes de taipa possuem as fibras internas entrelaçadas e tampadas de barro. Também não levam pregos.

Entretanto, a cobertura da casa intriga. Na lembrança de Dona Almerinda, as pessoas de Champrão e Iquira moravam em casas construídas com paredes de sapé, misturado com bagaço de tiririca e cobertas com folhas de piaçaba ou patioba. A cobertura de folha de piaçava é amarrada na madeira do mocambo e apoiada nas madeiras das laterais. Quando o telhado é grande, outras madeiras são colocadas na horizontal, paralelas aos mocambos para apoiar e amarrar as folhas das palmeiras. As únicas estruturas que levariam pregos são as dobradiças das portas e janelas, e neste caso, os pregos são pequenos, como os encontrados no sítio.

Porém, fragmentos de telhas foram encontrados entre os materiais coletados em superfície, na área lixiviada. Estes fragmentos e os demais encontrados em superfície acrescentam novos elementos à interpretação do sítio Iquira 1. O fato da área estar lixiviada condiz com a interpretação de que esse local seria o terreiro na frente da casa, onde os moradores transitavam e sociabilizavam. Uma área bem frequentada, pois a casa era apenas para preparar alimento e dormir. Por isso mantinham o terreiro constantemente limpo e sem vegetação. Após o abandono do sítio, os destroços dos materiais construtivos da casa contribuíram para o cresceu do mato no topo do morro. Enquanto a área do terreiro, sem nutriente da terra e menos energia solar (pois está virada para o sul), passou a sofrer ações intempéries. Algumas ações possíveis de deslizamento de terras, ainda que de baixo vetor, teriam evidenciado os materiais associados ao contexto enterrado no topo do morro.

[197] Quando estive na comunidade quilombola dos Açudes, na Serra do Cipó, em Minas Gerais, no ano de 2008, uma das anciãs dizia queimar o lixo para fazer terra preta utilizada em seu pomar, onde cultivava diversas ervas medicinais e sagradas.

Até então a interpretação está de acordo com a lógica esperada. No entanto, diferente dos materiais coletados em superfície na área lixiviada, não foram evidenciadas louças, fragmentos de telhas ou lítico na área de escavação. A diferença dos materiais chama atenção devido à proximidade entre as duas áreas e desperta ao menos duas possibilidades de interpretações. Primeiro, que se trata de um contexto de palimpsesto, com dois momentos distintos de ocupação. Neste caso, os materiais da área escavada seriam anteriores aos materiais coletados em superfície, não tanto pela estratigrafia (pois está é comprometida pelas ações intemperes na área da coleta de superfície), mas pela natureza dos materiais construtivos coletados em superfície e pela presença da louça branca esmaltada, que remete ao início do século XX.

A segunda possibilidade que não pode ser negligenciada é a hipótese dos dois contextos serem do mesmo período e estarem associados. Neste caso, a ausência de material construtivo e faianças na área de moradia se explicaria pelo processo de abandono do sítio. Não é raro que em sítios isolados ou de difícil acesso, os moradores retirem o material de maior valor agregado antes de abandonarem definitivamente o local (*e.g.* Souza, 2017). Este material é reaproveitado ou reciclado na nova residência, sendo considerado por alguns autores como forma de negação da produção capitalista, em conformidade com a situação de clandestinidade e invisibilidade destas pessoas (De Certeau, 2007 *apud* Souza, 2017, p. 244).

No caso de confirmação da segunda hipótese, então, o sítio Iquira 1 possui uma datação mais recente, possivelmente do início do século XX, em um período pós-abolição. Fato este que não invalida a característica do sítio quilombola, haja visto que a categoria de quilombo neste estudo contempla os coletivos que "buscaram [e ainda buscam] alternativas de vida, afrontando o colonialismo, o racismo e a violência dos sistemas escravistas, por isso, um coletivo [comunidade quilombola atual], um território ancestral e seus processos históricos são simultaneamente quilombolas." (Sampeck & Ferreira, 2020, p. 143).

Não obstante, o sítio teria outra contextualização na temporalidade da paisagem quilombola de Galeão? Se assentamentos originalmente formados no período da escravidão permaneceram ativos nas épocas seguintes e/ou novos assentamentos foram formados, quais funções eles tiveram? Quais razões levaram a sua permanência e/ou formação? Essas questões serão abordadas no capítulo seguinte a partir da análise do processo de formação da atual comunidade quilombola no local onde outrora fora um povoado colonial escravista. Antes disso resta apresentar os sítios de pesca localizados nas margens do rio Garapuá. A partir da perspectiva diacrônica da história de Galeão é possível abordar a inserção desses sítios na

paisagem e suas relações entre sítios, para entender mais sobre a territorialidade quilombola e suas temporalidades.

6.6. OS SÍTIOS DE PESCA.

Ampliando a escala geográfica da paisagem, faz sentido pensar no modelo binfordiano de assentamento e mobilidade para inferir sobre os sítios de pesca e seus padrões de ocorrência (Binford, 1983). Considerando o estudo etnográfico sobre a relação espacial entre a localização dos costeiros de pesca e as áreas de moradia dos pescadores da vila de Galeão, (conforme descrito no primeiro capítulo) é possível inferir sobre a relação dos sítios de pesca encontrados ao longo do rio Garapuá e a localização dos sítios no interior da ilha. Assim como nos dias atuais, antigamente a pesca era realizada em acampamentos situados em pontos de fácil acessibilidade a partir do núcleo de habitação. Localizados no leito dos braços hídricos maiores e de acesso facilitado, os sítios de pesca eram, possivelmente, lugares compartilhados com a população das senzalas, favorecendo a circulação dos quilombolas, os quais se confundiam com os cativos.

Cinco sítios foram mapeados ao longo do rio Garapuá, sendo três deles localizados na margem esquerda e dois na margem direita (*Figura 87: Mapa dos sítios de pesca ao longo do rio Garapuá*). Como pode ser observado nas *Figuras 87* e *88*, os sítios denominados Cantagalo e Casado encontram-se próximos as desembocaduras dos rios Champrão e Cipó, respectivamente. Estes sítios possuem características geográficas e materiais típicos de um sítio de pesca. Ambos se localizam em bolsões de sedimento arenoso de aproximadamente 4 mil metros quadrados, banhados pelo rio Garapuá e rodeados de mangue e áreas alagadas sazonalmente[198]. A vegetação rasteira, típica de restinga, dá destaque às palmeiras de dendê e piaçava de mais de cinco metros de altura. Todos estes sítios possuem um pequeno porto de canoa, configurado como um berço de atracação pelo corte no terreno sem vegetação existente e modelado pelo constante uso, até os dias de hoje.

[198] Vale lembrar que o rio Garapuá é, na realidade, um braço do mar formado no ambiente lagunar. Sua água é salgada.

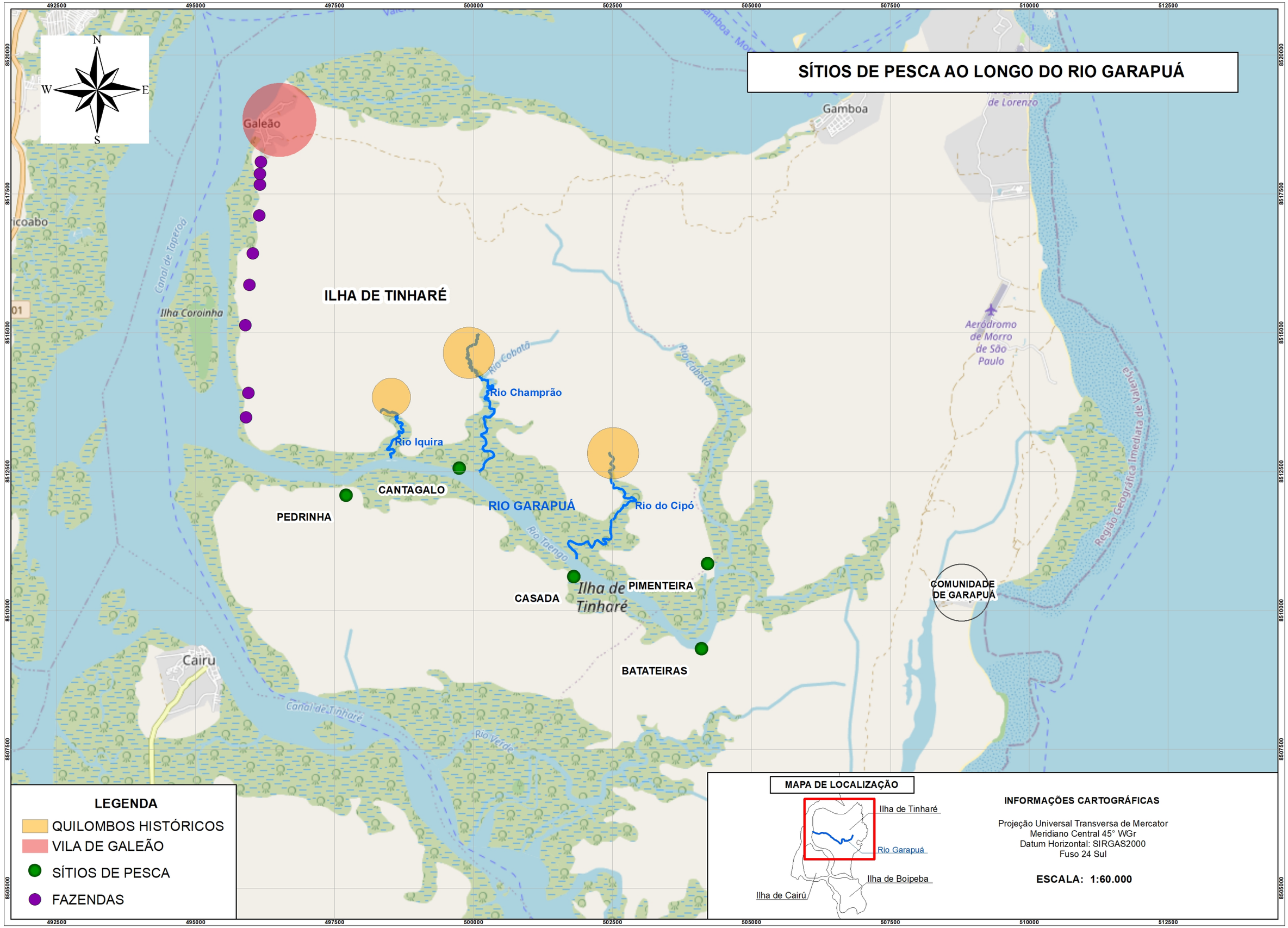

SÍTIOS DE PESCA AO LONGO DO RIO GARAPUÁ
N
S
E
W
Galeão
Gamboa
ILHA DE TINHARÉ
Ilha Coroinha
Canal de Taperoá
Rio Cobatã
Rio Champrão
Rio Iquira
Rio do Cipó
RIO GARAPUÁ
CANTAGALO
PEDRINHA
Rio Taengo
CASADA
Ilha de Tinharé
PIMENTEIRA
BATATEIRAS
COMUNIDADE DE GARAPUÁ
Aeródromo de Morro de São Paulo
Região Geográfica Imediata de Valença
Cairu
Canal de Tinharé
Rio Verde
LEGENDA
QUILOMBOS HISTÓRICOS
VILA DE GALEÃO
SÍTIOS DE PESCA
FAZENDAS
MAPA DE LOCALIZAÇÃO
Ilha de Tinharé
Rio Garapuá
Ilha de Boipeba
Ilha de Cairú
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul
ESCALA: 1:60.000

Figura 88: Foto aérea do Rio Garapuá.



Foto: David Vargas, 2020.

O registro antrópico característico desses sítios são os montes de conchas formados pelo refugo da atividade de mariscada. Essas estruturas denominadas concheiros foram formadas pelo descarte de bivalves, predominantemente de ostras, além de berbigões e outras espécies. As estruturas impressionam pelo tamanho e sinais do tempo. As conchas apresentam pátina e a vegetação cresce sobre o topo dos concheiros. No sítio Casado, os amontoados de conchas encontram-se sob a vegetação banhada pelas águas dos rios (*Figura 1* da Prancha 49). Um dos concheiros expostos atinge as proporções de 2 metros de altura, 30 de comprimento e 3,5 metros de largura (*Figura 2* da Prancha 49).

No sítio Cantagalo, antigos montes de conchas dividem espaço com concheiros ainda em uso. Os concheiros recentes foram formados nos pés dos dendezeiros, com a mesma composição dos concheiros antigos: predominância de bivalves de ostras, com pouca presença de berbigões (*Figura 6* da Prancha 49). No entanto, diferente dos primeiros, as conchas recentes não apresentaram pátinas e não são cobertos pela vegetação. Aparentemente, o sítio Cantagalo caracteriza-se como acampamento de pesca em uso. Outros vestígios da ocupação contemporânea do sítio são as barracas preservadas no local com a cobertura de lona de plástico e a estrutura feita de madeira do mangue. Este contexto indica que o lugar permanece sendo ocupado intermitentemente por pescadores (*Figura 5* da Prancha 49).

Prancha 49: Sítios de pesca, rio Garapuá, ilha de Tinharé, Cairu (BA)



Descrição das fotos: 1) sítio Casada; 2) Concheiro no sítio Casada; 3) Materiais cerâmico encontrado sobre os concheiros do sítio Casada; 4) Fonte no sítio Casada; 5) Acampamento de pesca no sítio Cantagalo; 6) Concheiros recentes no sítio Cantagalo (Fotos: Fabio Guaraldo, 2017).

Próximo a desembocadura do rio Iquira existe outro sítio indicado pelos moradores de Galeão. Localizado na margem oposta à foz do rio Iquira, o sítio denominado Pedrinhas também é utilizado como pesca, porém sua história remete à uma antiga fazenda de dendê, provavelmente do começo do século XX ou depois, conforme informações orais de Sílvio, Lelinho e Raimundo (*Figura 89*).

Figura 89: Vista do sítio Pedrinha a partir da foz do rio Iquira



Foto: David Vargas, 2020.

A recorrência dos sítios de pesca na paisagem de Tinharé mostra a importância dessa atividade e a permanência da prática na vida dos habitantes locais. Como vimos, a mariscada era uma atividade conhecida e praticada em Ilhéus principalmente pelos africanos da nação mina. Da mesma forma, vemos que o conhecimento da pesca envolve permanências e transformações a partir da convivência com os mestres, com os animais que habitam as águas, com os materiais que envolvem a prática e com o território. Por meio desses elementos cria-se uma relação profunda com os lugares nos quais os pescadores frequentam. Os lugares se caracterizam como parte importante no desenvolvimento do modo de vida do pescador nos seus mais diversos aspectos, desde as características dos lugares envolvendo elementos naturais, como, o movimento do vento, o movimento da maré, o meandro do rio, a dinâmica de sedimentação etc., passando pela percepção que eles constroem de seus territórios através das histórias inventadas e experiências compartilhadas, até a constituição do conjunto de materiais que fazem parte da prática cotidiana (Silva & Gaspar, 2019, pp. 8-9).

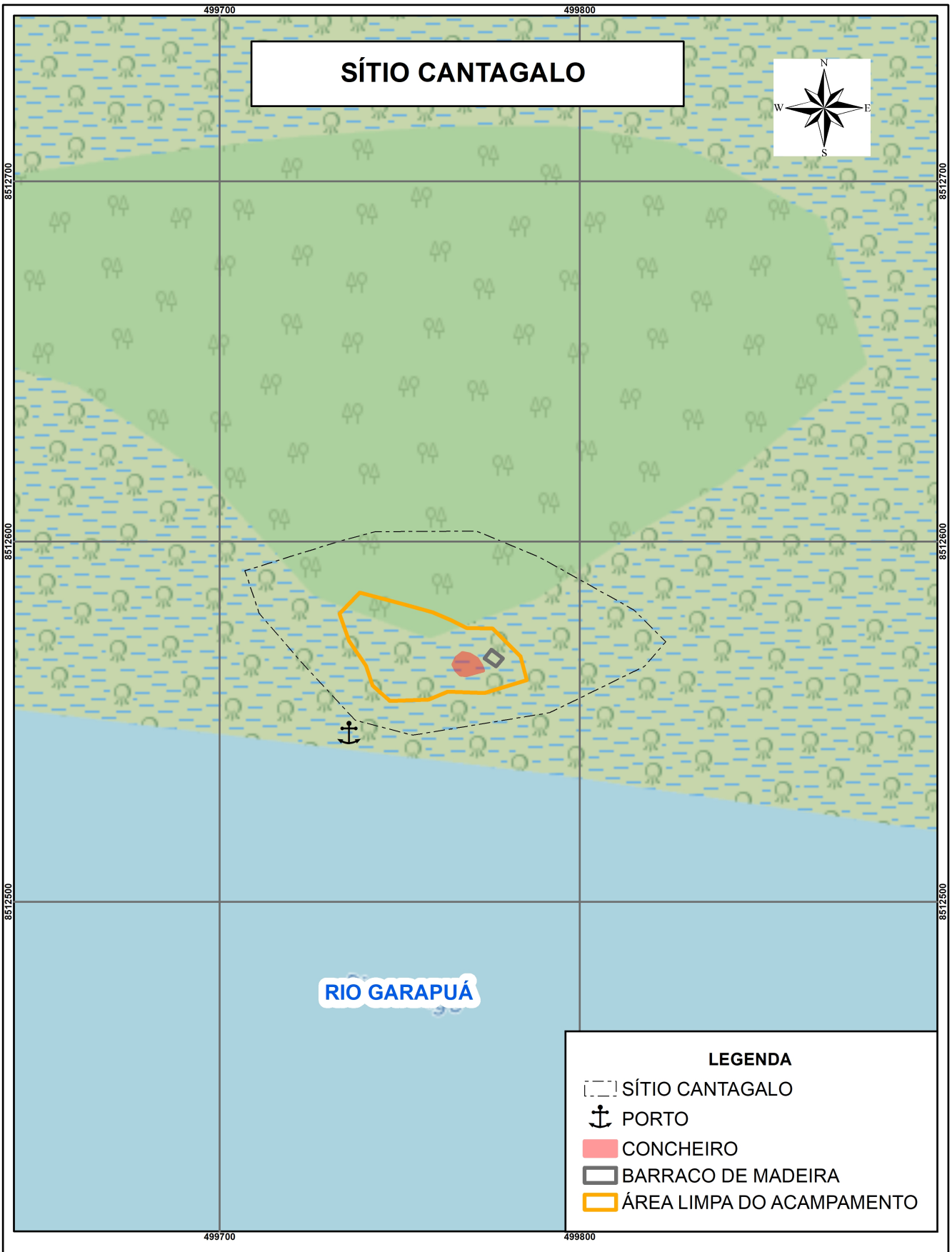
Conforme aponta o trabalho de etnoarqueologia da pesca desenvolvido por Lucas Silva (2011, pp. 113-127), os sítios de pesca possuem padrões de organização espacial dos objetos que caracterizam as atividades desenvolvidas no local. Assim, independente da região onde o sítio se encontra, a atividade de pesca dita o padrão espacial de organização dos objetos. O mesmo padrão é verificado nos sítios de pesca na ilha de Tinharé. Principalmente a pesca de marisco, o amontoado de conchas são vestígios característicos que comprovam com certa precisão a atividade desenvolvida, especialmente pela durabilidade do material.

No sítio Cantagalo, estruturas de acampamento dos pescadores que frequentam o local atualmente encontram-se próximo aos montes de conchas (*Figura 90: Croqui do sítio Cantagalo*). A distribuição da materialidade presente no sítio confirma que os pescadores praticam a mariscada, produzem seus alimentos e dormem, todas atividades desenvolvidas no mesmo local. Na frente do monte de conchas, os vestígios das fogueiras montadas com tijolos e esteios com forquilhas nas pontas estão associados às estruturas da barraca cobertura de lona, com cama e mesa suspensas, tudo construído com madeira originária do mangue. Materiais de metais, como talheres, canecas, panelas, anzóis e chumbo de pesca também são encontrados no mesmo sítio. Materiais de poliamidas e polietileno, como, fragmentos de linhas de pesca, redes, sacos e garrafas completam o cenário do atual acampamento de pesca.

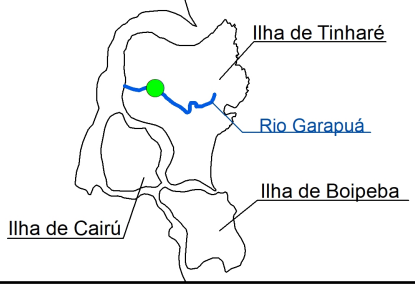
O sítio Casada parece ser menos frequentado atualmente, pois existem poucos materiais descartáveis relacionados ao modo de vida moderno. Porém, a distribuição dos materiais encontrados neste sítio segue o mesmo padrão de distribuição registrado no sítio Cantagalo (*Figura 91: Croqui do sítio Casada*). Isto é, próximo ao monte de conchas encontram-se vestígios do acampamento de pesca, identificados pelo contexto dos fragmentos de esteios de madeiras do mangue com forquilhas nas pontas (provavelmente remanescentes da estrutura de um barraco e camas suspensas), associados aos vestígios de estruturas de combustão e fragmentos de cerâmicas (*Figura 3* da Prancha 49). Uma estrutura de fonte foi encontrada no local, próxima aos vestígios do acampamento (*Figura 4* da Prancha 49). Ela não está conservada, com escoramento nas bordas, mas parece permanecer em uso, pois não apresenta assoreamento, e a água que brota forma um pequeno poço límpido.

Conforme fica evidente pelos registros encontrados, é muito comum as marisqueiras montarem acampamento no local de coleta e tratamento dos mariscos. O relato de vida da Dona Antônia confirma este modo de ocupação da paisagem. Conforme descrito acima, ela trabalhou como marisqueira durante quatro anos no local denominado Batateira. Segundo ela, a Batateira era um lugar de pesca igual o Cantagalo e o Casada, onde as quilombolas e os

SÍTIO CANTAGALO



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul

ESCALA: 1:1.500

SÍTIO CASADA



501800 501900

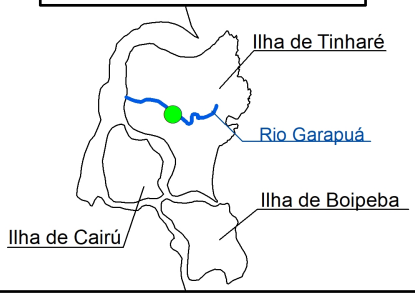
8510800 8510700 8510600 8510500

RIO GARAPUÁ

LEGENDA

- SÍTIO CASADA
- CONCHEIROS
- VESTÍGIO DE BARRACO - ESTRUTURA DE MADEIRA
- PORTO
- FONTE
- FOGUEIRAS

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul

ESCALA: 1:1.500

quilombolas se encontravam e passavam temporadas trabalhando com os recursos do mar, principalmente mariscos. Conforme mostra a Figura 88: Mapa dos sítios de pesca ao longo do rio Garapuá, o sítio Batateira está localizado na margem direita do rio Garapuá, onde ele faz uma curva. O local não foi visitado durante as pesquisas que resultaram neste trabalho. Atualmente, a Batateira é ocupado por uma comunidade quilombola, a qual, assim como Galeão, possui sua história particular de formação.

Segundo Dona Antônia contou, há mais de trinta anos, alguns moradores da região, os quais não possuíam moradia fixa, foram incentivados a morar na Batateira pelo próprio dono das terras, um latifundiário envolvido na política do município de Cairu. A intento do proprietário, um curral eleitoral foi formado para sua candidatura como prefeito. Ocorre que o grupo compartilha da paisagem quilombola do arquipélago e já estavam familiarizados com o local, onde ocupavam sazonalmente, de geração em geração praticando o extrativismo, a pesca e a mariscagem. Atualmente, os moradores se autodenomina igualmente quilombola e se recusam a abandonar o lugar, reivindicando as terras como parte de seu território herdado e conhecido pela história quilombola regional.

Percebe-se a relevância desses sítios de pesca localizados no rio Garapuá para a configuração da paisagem quilombola de Tinharé. Como vimos no primeiro capítulo, a partir de categorias relacionadas ao ambiente marinho, os moradores de Galeão interagem com outros elementos da paisagem, conhecendo e se familiarizando com lugares e saberes relacionados ao mar, ao sol, à terra, às marés, "criando e recriando práticas e crenças culturais e religiosas" (Silva, 2015, p. 29). Assim como o mar estabelece as relações sociais entre a população local (Neves, 2017, pp. 33-34), também constitui e influencia a formação do conjunto de lugares que formam a paisagem cultural quilombola da ilha.

O trabalho etnográfico junto com os pescadores de Galeão mostrou que um conjunto de lugares de pesca é denominado "costeiro". Cada grupo de pescador é responsável por um costeiro, onde instalam as armadilhas, fixas ou moveis. Cada costeiro é uma paisagem compartilhada entre os indivíduos dos grupos de pesca. Vemos que pescadores de diferentes grupos compartilham informações e conhecimentos específicos sobre seus costeiros, mas a dinâmica natural desses lugares, somada à permanente atuação antrópica, promove mudanças rápidas no ambiente, percebidas apenas pelos seus frequentadores diários, que contribuem para essa transformação.

O dinamismo da paisagem também envolve a ressignificação dos lugares. Conforme vimos, as sedes das antigas fazendas abandonadas são, atualmente, ocupadas sazonalmente pelos pescadores. A presença dos concheiros como parte da materialidade encontrada nesses sítios confirma essa informação. Inclusive, os nomes desses lugares históricos estão registrados na lista dos locais de pesca utilizados pelas famílias de pescadores de Valença, conforme levantado por Cordell (1983) e Begossi (2006). Em relação aos lugares de pesca no rio Garapuá, nenhum dos dois pesquisadores os mencionam como propriedade, apenas Cantagalo e Casada estão representados no mapa apresentado por Cordell (1983, p. 14), mas suas localizações estão destorcidas. Ou seja, segundo estas fontes, pode-se dizer que os locais de pesca ao longo do rio Garapuá foram e permanecem sendo sítios compartilhados exclusivamente entre as famílias de pescadores do município de Cairu, em especial, moradores da ilha de Tinharé.

Além da característica física do lugar, a pesquisa etnográfica realizada junto aos pescadores de Galeão sinalizou para outro aspecto importante que influencia a escolha dos lugares de pesca: a acessibilidade em relação ao núcleo de moradia do grupo de pescadores. A distribuição dos Costeiros frequentado pelos grupos de pesca da comunidade está relacionada às áreas de moradia dos seus membros. Como boa parte do trabalho de pesca é coletivo e realizada em terra, próximo ao local de moradia, os grupos de pescadores são formados a partir das relações de sociabilidade entre parentes e vizinhos próximos. Tanto o início, com a confecção da armadilha a ser instalada no local de pesca, quanto a atividade final de tratamento do pescado, ambas são realizadas em terra, próximo as áreas de moradia. Essa dinâmica de trabalho influencia na formação de grupos de pesca entre parentes e amigos que vivem próximos. Por sua vez, as áreas de pesca são distribuídas tendo como referência o núcleo de moradia dos grupos.

Esse modelo de distribuição espacial dos atuais costeiros em relação às áreas de moradia dos grupos de pesca na comunidade de Galeão, ajuda a entender a ocorrência dos acampamentos de pesca ao longo do rio Garapuá. Verifica-se que a distribuição desses sítios apresenta um padrão de ocorrência em relação aos pontos de desembocadura dos rios que fornecem acesso às localidades de Champão, Iquira e Cipó, no interior da ilha. É certo que o sistema ecológico dos pontos de desembocadura dos rios concentra maior riqueza biológica e isso justifica, por si só, a escolha desses lugares para a prática da pesca, independente da facilidade de acesso e relação com a área de moradia. Porém, esse é mais um fator que fortalece a hipótese de que os habitantes das localidades no interior da ilha estariam fazendo

uso desses lugares de pesca. A relação do pescador com esses lugares não é de propriedade, mas uma apropriação temporária de lugares comuns a todos.

É certo, também, que os moradores de Iquira, Champrão e Cipó conheciam os sítios Casada, Cantagalo e demais pontos de pesca existentes no rio Garapuá, não apenas de ouvirem falar, mas por frequentá-los diariamente. Compartilhavam esses lugares com a população da senzala, com trabalhadores livres, libertos e outros quilombolas que habitavam outras partes da ilha. A mobilidade do pescador contribui para entender a territorialidade dos sujeitos sociais ligados à pesca e suas respectivas paisagens e histórias. Como parte dos territórios quilombolas, os sítios de pesca eram – e ainda são – lugares de encontros e deslocamento, lugares de circulação constantemente habitados, abandonados e reocupados, mantidos como ponto de referência na paisagem para a população que migrava entre as senzalas e os quilombos, compartilhando lugares, recursos, informações, conflitos e formas de resistência. Configura-se no domínio dos espaços de liminaridade, por não ser de domínio da população branca, mas também pode ser entendido como espaço de circulação dos quilombolas e da população da senzala, dos libertos e livres pobres. Um território compartilhado, cuja convivência de diferentes seguimentos sociais propiciou uma paisagem dinâmica de disputas, conflitos e reconfigurações sociais ao longo do tempo.

Importante salientar que, além de Galeão e Batateira, a própria comunidade de pescadores de Garapuá, localizada próximo a nascente do rio homólogo (ver *Figura 88: Mapa dos sítios de pesca ao longo do rio Garapuá*), se autoreconhece como remanescentes de quilombo. A comunidade de Garapuá conquistou a carta de autoreconhecimento da Fundação Palmares nos últimos meses de elaboração dessa tese e cada vez mais comunidades da região têm reivindicado sua alteridade como comunidade quilombola. Neste cenário, o rio Garapuá assume papel relevante na história da paisagem quilombola regional, unindo difersos fugitivos do cativeiro, os quais compartilhavam lugares, territórios, conhecimentos e informações.

A paisagem quilombola revela-se, então, pelos lugares plurifuncionais e dinâmicos, interligados e constituídos enquanto paisagens multiculturais do povo marginalizado. Como paisagem dominada pela população negra e por ela estruturada, o território quilombola era constituído pelos espaços de disputas caracterizados pelos lugares de circulação e encontros (espaços de circunvizinhanças), e os lugares dos assentamentos, onde a população negra sociabilizava com autonomia e liberdade. Uma paisagem dinâmica e plural, interligando lugares, sendo que os lugares de circulação serviam como zona de camuflagem para os lugares clandestinos dos assentamentos quilombolas.

CAPÍTULO 7: A RECONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM E SUA TEMPORALIDADE.

Para completar a tese, resta intentar sobre o processo de formação da atual comunidade de Galeão, e entender como um antigo povoado colonial portugues se transformou em um quilombo contemporâneo. Após conhecer a paisagem quilombola da ilha de Tinharé a partir dos lugares históricos e da memória das anciãs de Galeão, este capítulo aborda o processo de transformação e ressignificação dessa paisagem no período que seguiu após a abolição. Para isso, os três domínios espaciais da paisagem de Tinharé são analisados em conjunto, a partir da materialidade dos lugares, de seus sítios arqueológicos e biografias atribuídas pelos moradores de Galeão, como determinações da temporalidade e historicidades quilombolas.

Assim, as memórias e históricas orais dos moradores de Galeão são mais uma vez evocadas em suas temporalidades e ontologias, para entender como as relações sociais locais reagiram à alguns fatos marcantes da história nacional e determinaram as estratégias de superação e resistência quilombola, por meio da formação, transformação e ressignificação da paisagem no período pós abolição. Portanto, para discorrer sobre esse processo, vamos voltar aos acontecimentos que sucederam o fim definitivo do tráfico transatlântico de escravos no século XIX.

7.1. O FIM DO TRÁFICO TRANSATLÂNTICO E O PÓS-ABOLIÇÃO

Após 1850, a situação tornou-se cada vez menos favorável aos escravocratas de Galeão, e demais municípios litorâneos da região. Pressionados pela presença dos quilombos e a facilidade com que os escravizados escapavam para “as matas” por período indeterminado, a situação agravou devido à impossibilidade de importar novos escravizados para substituir a mão-de-obra e aportar seu capital. Uma das soluções que os pequenos proprietários buscaram para aliviar a crise foi a venda de escravizados no comércio interprovincial.

Existe a convicção de que os donos dos grandes engenhos do nordeste foram os principais responsáveis pelo deslocamento de escravizados para o sul do país. Porém Richard Graham (2002, pp. 130-132) afirma que não foi este o caso. Na Bahia, os maiores fazendeiros conseguiram manter o número de escravizados em suas terras comprando-os de pequenos roceiros e fazendeiros menos afortunados. A concentração dos escravizados nas mãos de um

menor número de proprietários ocasionou a rápida subida dos preços, de modo que dificultou a reposição da mão-de-obra dos pequenos proprietários. Agentes vasculhavam os municípios formados por pequenos proprietários endividados para comprar mão-de-obra escravizada. Eles foram os verdadeiros comerciantes interprovinciais, intermediando os interesses dos proprietários das províncias do norte e do sul do país, "arrebanhando cativos" dos pequenos proprietários endividados do Norte e vendendo-os para os grandes cafeicultores do Sul (Graham, 2002, p. 131).

Acontece, que ao venderem sua mão-de-obra, os senhores, donos de terras, não conseguiam repô-la com facilidade, prejudicando o que restava da produção. A produtividade estava ameaçada também pela intensificação das revoltas dos escravizados que não aceitavam abandonar o local onde haviam estabelecido vínculos afetivos e, muitas vezes, constituído família. A história do escravo Feliciano é um dos vários exemplos (conforme descrito no capítulo anterior) em que o escravizado fugia da fazenda para onde havia sido enviado, na esperança de retornar ao local onde originou sua vida de cativo e possuía laços de parentesco. A situação tornou-se cada vez menos favorável aos senhores baianos, que buscavam formas alternativas de reprodução, dominação e coerção para manter seus cativos subordinados.

Uma das alternativas empregadas pelos pequenos proprietários de Cairu foi o incentivo à constituição de famílias entre a população escravizada. Desde a segunda década do século XIX, o Governador da Bahia se posicionava favorável ao casamento de "todos os escravos de suas Comarcas". Ao que parece, o marco dessa nova postura senhorial em relação aos casamentos dos escravos foi o ano de 1817, quando o Conde do Arco, então Governador da Bahia, escreveu um ofício ao Ouvidor da Comarca de Ilhéus, informando que o governo estava disposto a promover o casamento entre escravizados de todas as Comarcas daquela Capitania. O Conde se manifestou da seguinte forma:

> *Senhor servido por serem óbvios os males físicos e morais que aos povos resultam de se comunicarem os escravos na vida libertina, que quase todos tem em consequência do estado celibatário em que vivem ordenou neste governo promova fielmente os casamentos dos escravos desta Capitania com a velha prudência que exige negócio tanto do seu real agrado. O que comunico a Vossa mercê para que na inteligência desta real recomendação promova e facilite por todos os meios de presunção tais casamentos em todos os escravos de sua Comarca.* [199]

[199] APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série: Senado da Câmara de Valença. Maço 491-1. Registros de correspondências e legislação (1811/1824) (1817/1818).

A determinação do Conde em recomendar que seja promovido e facilitado “por todos os meios de presunção” os casamentos de “todos os escravos” da Comarca, deve ter soado como um direcionamento para as economias da região. Ainda que as justificativas sejam de cunho moral, desde os primeiros séculos de colonização, no Brasil, os políticos utilizam dos dogmas cristãos para direcionarem o comportamento do povo conforme os interesses econômicos do Estado. Além disso, o documento explicita que os escravizados já constituíam famílias, apesar de não serem reconhecidas pela igreja por não terem aderido ao seu ritual matrimonial.

Os dados do “Mapa da População e Forro da Comarca de Valença” apresentados no capítulo 2, indicam que os senhores atenderam às reais recomendações do Conde dos Arcos, incentivaram o casamento cristão entre os escravizados, o registro de seus filhos e a formação de famílias como forma de incrementar a mão-de-obra local. No ano de 1849, apenas 6% da população de Cairu era africana. A população era formada por cerca de 35% de brancos, 39% de pardos, 25% de pretos e menos de 0,5% de indígena. O cenário era o mesmo nas outras Câmaras da região sul do Recôncavo e Baixo Sul baiano, onde havia prevalência de pequenos proprietários. Nestas regiões, a intensificação do tráfico interprovincial provocou o esvaziamento de mão-de-obra cativa masculina, priorizando a presença feminina e fomentando os laços de família. Frente a isso, Costellucci Jr. (2010, p. 73) afirma que o tráfico interprovincial criou as condições materiais favoráveis para a consolidação das famílias de cativos e ex-cativos e, consequente, adensamento da população com descendência africana na Bahia. Porém, embora tenha havido adensamento populacional de afrodescendentes, o mesmo não refletiu na população de escravizados. No mesmo ano de 1849, a população de Cairú era formada por 16% de escravizados. Uma porcentagem baixa considerando que meio século antes esse percentual ultrapassava 50% dos habitantes.

Neste momento, a classe senhorial se encontrou em conflitos e desunião. A concentração dos cativos nas mãos de poucos proprietários causou estranheza entre eles. A instabilidade entre as relações senhoriais favoreceu os escravizados. Eles passaram a expandir suas possibilidades de barganha e conquistar antigas reivindicações a seu favor, como seus horários dedicados ao descanso, o trabalho alugado a outros senhores, com o fim de acumular o pecúlio, e as múltiplas formas de resistência ao labor excessivo e a violência corporal (Fraga Filho, 2006).

Os escravizados eram incentivados a acessar a arena jurídica, com base na Lei de 1871 e Decreto 5135 de 13 de novembro de 1872 que regulamentou o uso do Fundo de Emancipação e determinou a preferência das famílias na libertação, em especial as mulheres com filhos livres (os denominados ingênuos) (Silva, 2000). De forma rápida, os proprietários perdiam o senhorio pleno sobre o destino de seu escravizado. Agora, o Estado tinha o direito estabelecido pela prerrogativa da Lei em estabelecer regras sobre a alforria. Os escravizados possuíam cada vez mais poder de negociação frente a seus senhores, principalmente, os trabalhadores especializados. Propensos às influências de libertos e sendo mais valorizados no mercado de trabalho, os escravizados pressionavam seus senhores por melhores condições de vida, acesso à terra, melhores moradias, alimentação e roupa, o direito de constituir família, além de negociarem a própria liberdade e de seus afetos próximos. Isso representou duro golpe na cultura patriarcal, não assimilado facilmente por recalcitrantes senhores da Bahia (Mendonça, 1999).

A partir de 1881, o aumento da tributação cobrada sobre o tráfico interprovincial resultou em maior intensidade nas ações de liberdade (Costellucci Junior, 2010, pp. 93-94). Provavelmente, os senhores que apostavam no tráfico interprovincial como estratégia de sanar dívidas ou rever parte de seus investimentos passaram a resolver de outra maneira suas situações como, por exemplo, negociar a liberdade de seus escravizados e receber indenizações por isso. Este parece ter sido o comportamento dos proprietários de Cairu, os quais aderiram ao Fundo de Emancipação a partir da década de 1880.

Entre as documentações históricas do século XIX investigadas, as primeiras menções de alforria em Cairú com o uso do Fundo de Emancipação ocorreram no ano de 1884. Dois anos depois, isto é, em 1886, o Juiz de Órfãos 2º Substituto escreve ao Presidente da Província da Bahia, para solicitar fiscalização e informar que as verbas destinadas ao município pelas cotas 4ª, 5ª e 6ª do Fundo não estavam sendo aplicadas conforme determinava o Decreto de uso e prioridades do Fundo de Emancipação[200]. Parece que a solicitação foi atendida, pois, no ano seguinte, o Juiz de Órfãos 1º Substituto respondeu ao Presidente da Província para justificar os motivos pelos quais as cotas mencionadas não foram utilizadas para alforriar os escravos subsequentes classificados[201]. Segundo suas explicações, fica claro que os valores das

[200] APEB/SACP. Série: Judiciário. Maço 2296 – Juízes de Cairú (1828/1888), Carta do Juiz de Paz Suplente ao Presidente da Província, em 1 de fevereiro de 1886.

[201] APEB/SACP. Série: Judiciário. Maço 2296 – Juízes de Cairú (1828/1888), Carta do Juiz de Paz Suplente ao Presidente da Província, em 1 de março de 1887.

alforrias estavam superfaturados. Os senhores locais utilizavam de poucas alforrias para se apropriar dos valores do Fundo e negligenciar as alforrias à maior parte da população cativa.

Nitidamente, os escravistas temiam perder a oferta de mão-de-obra barata. Após conquistar a liberdade, muitos ex-cativos recusavam continuar trabalhando para seus antigos senhores. Principalmente, nas áreas litorâneas, a pessoa liberta era capaz de se sustentar e sustentar sua família com certa autonomia, através das atividades que já exerciam durante a escravidão: agrícola, extrativista e pesca. Com produção alternativa ao trabalho do feito nas grandes plantações de açúcar e café, homens e mulheres do Baixo Sul baiano puderam viver de forma menos penosa e extrair mais facilmente da natureza os alimentos para seu sustento e de sua família (Costellucci Júnior, 2005, pp. 7-8). Neste momento, a roça escondida no meio da mata e compartilhada com os quilombolas teve função importante. Utilizavam das terras não fiscalizadas para lograr seu sustento e de sua família, sem a intervenção e empecilhos do senhor.

Além disso, a economia na época oferecia alternativas aos trabalhos permanentes nas fazendas. Muitos livres e libertos preferiram trabalhar por jornadas avulsas e prestação de serviços em diferentes propriedades, nas zonas rurais ou nas várias paróquias circunvizinhas. Outra possibilidade foi empregar-se nas fábricas de Cachoeira, São Félix e Maragogipe, ou na indústria têxtil de Valença, que se desenvolveu na segunda metade do século com base na mão-de-obra livre assalariada[202]. Ainda que existisse a tentativa de manutenção da exclusão do africano na formação da nação, priorizando os chamados "nacionais livres" como assalariados (Felício, 2016, pp. 10-11), a verdade é que noções diferentes de liberdade e de trabalho estiveram em jogo no final do século XIX e início do século XX.

Os egressos da condição de escravizados não tinham dificuldades em se sustentar, pois já estavam acostumados a trabalhar para eles e para seus senhores. Sílvia Lara observou que a liberdade para o escravizado não se resumia à possibilidade de vender "livremente" sua força de trabalho em troca de salário. "Para o liberto, as demandas relativas às condições de trabalho eram até mais importantes que o nível dos salários" (Lara, 1998, p. 36). O local de trabalho, as horas trabalhadas, autonomia no fazer e as condições de moradia e alimentação eram questões fundamentais para os libertos. Procuravam afastar qualquer reminiscência que lembrasse a escravidão sentida no corpo. Tendiam a não aceitar empregos em locais onde

[202] A indústria de Tecido de Valença foi mencionada no capítulo 4, quando verificamos que ela influenciou diretamente a paisagem do povoado de Galeão.

tinham sido escravizados, preferindo manter distância dos antigos senhores. Por isso mesmo, estavam dispostos a buscar outras relações de trabalho, forçando os senhores de propriedades insulares a terem que negociar alternativas para manterem a mão-de-obra abundante e barata.

Uma das alternativas foi intensificar e formalizar o sistema já praticado de arrendamento de terras. Mediante negociação com seu cativo, o proprietário concedia a alforria "de bom grado" e cedia ou vendia pequenos lotes de terras para serem pagos em parcelas. Ao tempo em que recebiam pagamentos em moedas, com autonomia para produzir os próprios gêneros agrícolas e pescados, os ex-escravizados não migravam para outras paróquias e permaneciam trabalhando para o mesmo senhor (Costellucci Junior, 2010, p. 69). Sem alternativa para remediar a falta de mão-de-obra, houve senhores de grandes fazendas do Recôncavo baiano que alforriaram toda sua população cativa, nas vésperas da abolição, e concederam porções de terras para eles permanecerem em sua propriedade (*e.g.* Fraga Filho, 2006, p. 215).

Evidentemente houve uma tentativa de controle dos egressos da escravidão através da política do paternalismo cristão, tentando vinculá-los aos senhores por gratidão ou retê-los no mesmo lugar, através dos contratos de terra e de trabalho que deveriam prestar após a liberdade. Mesmo quando o governo Imperial decretou a abolição definitiva, o antigo senhor esperava manter o liberto em suas propriedades à força do que definia como "dívida de gratidão" (Fraga Filho, 2006). O bom trato e suposta bondade na relação estabelecida entre o senhor e seus cativos foi deliberadamente revelado como um favor que o senhor havia feito e agora cobrava dos ex-cativos o retorno da dívida acumulada.

Realmente há relatos de "manifestações de apreço" dos libertos para com seus antigos senhores, ao longo do mês de maio de 1888. Fraga Filho apresenta matérias de jornais da época e relatos de histórias orais de descendentes de senhores de escravos que narram passagens dos escravizados manifestando agradecimentos aos antigos senhores e exaltando o "modo humanitário" como foram tratados. O autor argumenta, no entanto, que "os libertos provavelmente estivessem utilizando o repertório simbólico do paternalismo para viabilizarem as próprias aspirações" (Fraga Filho, 2006, pp. 216-217). Para a maioria dos egressos da escravidão rural, a liberdade significava viabilizar espaços de autonomia relacionados ao acesso à terra independente da permissão e supervisão do senhor. Em Galeão, onde a prática da lavoura escrava era amplamente difundida, a expectativa dos libertos era manter e ampliar as condições de cultivo das roças autônomas conquistadas durante a escravidão. Os libertos sabiam que reafirmando o direito ao acesso à terra era possível exercer a escolha de onde e

quando trabalhar (Lara, 1998, p. 28). No entanto, permanecer nas terras onde viveram como escravizados figurava um risco latente de reincidir nos mecanismos tradicionais de mando e controle do antigo senhor. Mas a situação legal não era a mesma de antes e os libertos fizeram questão de agir para demonstrar a ruptura.

Consta que os proprietários não podiam pagar salários diários, razão pelas quais os libertos passaram a abandonar os trabalhos. Eles se recusavam a trabalhar sem remuneração, pois entendiam ser continuação da condição de cativo. Além de remuneração, eles queriam mais tempo livre e escolher em qual labuta iriam dedicar seu tempo. Fraga Filho chama atenção para a permanência e ressignificação das reivindicações e formas de negociação dos libertos para com o antigo senhor: "o que agora era chamado de abandono não passava de algo semelhante às antigas fugas" (...) "o que os senhores consideravam 'rapinagem' [principalmente de louças e gados], para os libertos era remuneração por serviços prestados" (Fraga Filho, 2006, pp. 223 e 227). Os libertos permaneciam agindo como antes, mas agora faziam com naturalidade o que antes era feito às escondidas. Eles procuravam ressignificar e estabelecer as diferenças entre as antigas e novas relações. As tensões se acirraram nos meses que seguiram a abolição. O constrangimento dos ex-senhores era claro ao terem que negociar com pessoas que até então lhes deviam obediência. As posições se inverteram logo após a abolição, os ex-cativos passaram a cobrar os pagamentos e os ex-senhores tinham que negociar as formas e condições para estabelecerem um acordo de concordância em ambas as partes.

Dois meses depois da abolição os senhores baianos protestaram abertamente contra a lei abolicionista, argumentando sobre a falta de medidas coercitivas complementares para garantir a obrigatoriedade da oferta de trabalho pelos libertos (Op. Cit., p 217). Em outras palavras, os ex-senhores reivindicavam medidas legais que obrigassem os libertos a servi-los. Assombrosamente, elementos que ao longo da escravidão haviam sido permanentemente acionados como estratégias de dominação – como o trabalho, a terra e a religião – foram colocados no centro do debate institucional, com recorte racial para preservar os privilégios dos brancos e a exclusão dos egressos da escravidão e seus descendentes (Leite, 2008, pp. 966-968; Martins, 2010, p. 63; Fonseca, 2002, p. 183). As políticas públicas criadas neste período não foram pensadas visualizando a inserção do afro-brasileiro na sociedade livre, cujo processo estava em curso. Ao contrário, muitos ex-senhores baianos defenderam a utilização dos "braços nacionais", atrelados à adoção de leis punitivas para obrigar a população africana e afro-brasileira a trabalhar para eles. Não há dúvida de que suas exigências foram atendidas.

No contexto pós-abolição, o regime republicano promoveu uma forte perseguição à população negra. Por meio de leis passou a proibir suas manifestações culturais, formas de saber e crenças. Um dos principais instrumentos legais para isso foi o Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890, o qual estabeleceu o primeiro Código Penal da República. Em seu Capítulo XIII intitulado "Dos vadios e capoeiras", o Decreto reconhece como criminalização "deixar de exercitar profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida". Publicado ainda na fase de implantação da República, durante o governo provisório, dois anos após a abolição da escravatura e antes mesmo da promulgação da primeira constituição republicana, o Decreto mostra que havia a suposição generalizada de que o liberto era um desocupado em potencial e o governo procurava formas alternativas de manter o controle do seu corpo e do seu trabalho. Se antes o escravizado era obrigado a apresentar bilhete do seu senhor para comprovar que não era fugitivo e o liberto carregava sua carta de alforria para comprovar que não tinha dono, após a abolição a população negra passou a apresentar comprovante de contrato de trabalho para provar que não era vadio e, consequentemente, criminoso.

A intensificação da repressão policial e o preconceito em relação aos indivíduos egressos da escravidão contribuíram para que muitos libertos permanecessem nas regiões onde passaram a maior parte da vida na condição de cativos (Fraga Filho, 2006, cap. 6 e 7). "Um ex-escravo distante de sua localidade de origem podia ser considerado forasteiro e, facilmente, preso como 'suspeito' ou vagabundo". (Fraga Filho, 2006, pp. 248-249). Como migrantes e recentemente oriundos da escravidão, muitos libertos vivenciaram situações de extrema dificuldade para se estabelecerem. Tentativas de reescravização ilegal, preconceitos, negação de cidadania são algumas situações que a investigação na documentação policial de crimes traz à tona no pós-abolição (Costellucci Júnior, 2005, p. 8).

Além disso, laços de parentescos emergidos durante a escravidão foram decisivos para a formação de novas comunidades de ex-escravizados e coesão das antigas, podendo estes residir no interior das fazendas, ou nas vilas e povoados próximos. A coesão da família, dos companheiros de trabalho e da vizinhança foram importantes fatores de fixação nas localidades em que residiam, pois oferecia garantias na luta pela sobrevivência. Em lugares como Galeão, como vimos, os poucos escravizados das dezenas de pequenas propriedades formavam uma única população negra, com experiências históricas de companheirismo e vizinhança compartilhadas. Quando ocorreu a abolição, a população de livres e libertos desses lugares haviam, há muito tempo, sedimentado a relação comunitária.

A escolha de permanecer parece estar vinculada à expectativa de desfrutar e até ampliar os espaços alternativos que conquistaram, principalmente, nos últimos anos da escravidão (Fraga Filho, 2006, p. 250), incluindo a própria condição de liberdade. Para os parentes que haviam sido separados durante a escravidão, a abolição deve ter acenado a possibilidade de reatar as relações. Nestes casos, o deslocamento era inevitável. Porém, como Galeão foi uma região que mais vendeu escravizados do que os comprou ao longo do século XIX, possivelmente, a população de libertos do povoado e das fazendas aumentou com a chegada de antigos escravizados que regressavam na condição de libertos, nos meses que se seguiram após o 13 de maio.

Existe a hipótese, inclusive, de as comunidades quilombolas terem aumentado após a abolição pelo acolhimento dos egressos da escravidão. Os vestígios de louças brancas encontradas em Iquira aponta nessa direção, colaborando com a tese de que os antigos quilombos permaneceram ocupados. O relato da história oral de Dona Antônia também confirma que sua família possuía tanto casas na vila quanto em Iquira e Champrão, onde mantinham as roças e coletavam outros recursos para seu sustento. Ela mesma nasceu na vila, mas passou a infância em Iquira.

Não se pode esquecer que muitos já possuíam suas próprias roças antes do advento da abolição. Algumas roças compartilhadas com amigos e parentes. Decerto a expectativa deles era fortalecer e expandir essas possibilidades. Muito ainda havia por conquistar de reivindicações antigas que não se concretizaram. Os escravizados sempre exigiram acesso livre às feiras e o direito de negociar livremente a venda de seus produtos sem a intermediação do senhor. Os libertos que permaneceram em Galeão após a abolição, procuraram fortalecer as relações na comunidade e traçar as novas etapas de luta e reivindicações para ampliarem seus espaços de atuação. Notoriamente, a ampliação dos espaços de autonomia com a formação de novas comunidades estava entre as velhas estratégias utilizadas no alvorecer da nova etapa de luta antiescravista.

Existem relatos de grupos de libertos que formaram comunidade no interior da fazenda onde trabalhavam, distante da casa-grande, para manter espaços de autonomia sem a intervenção dos proprietários das terras (Gomes, 2015). Em Tinharé, um lugar significativo que marca esse tipo de relação dos descendentes de escravizados com os novos coronéis, é o sítio arqueológico Pimenteira. Um dos anciões da comunidade, Sr. José Santos Freitas, o Guri, afirma que a Pimenteira foi ocupada por grupos de ex-escravizados, com o objetivo de constituírem comunidades afastadas dos povoados e sede do município após a abolição. Para

ele, "a Pimenteira foi um verdadeiro quilombo!"[203]. A peculiaridade do lugar, no entanto, supera o fato de ser um quilombo formado por ex-escravos no período pós-abolição. O mais intrigante é que o proprietário das terras viveu junto com os ex-escravos nesse quilombo. As histórias e os materiais encontrados no sítio Pimenteira demonstram facetas da paisagem quilombola da ilha, cujas particularidades reforçam aspectos de permanência e ressignificação das relações entre a população afrodescendente e a oligarquia branca regional, no período pós-abolição.

7.2. SÍTIO PIMENTEIRA

Entre os sítios mapeados ao longo do rio Garapuá, o Pimenteira é o mais distante da vila de Galeão. Situado rio acima, no interior da ilha, o sítio é um lugar escondido de difícil acesso. Sua posição geográfica segue o mesmo padrão de ocorrência dos acampamentos de pesca do rio Garapuá, pois está situado na desembocadura de um rio que nasce no centro norte da ilha e drena para sul, semelhante às feições geomorfológicas formadas pelos rios Iquira, Champrão e Cipó (ver *Figura 88: Mapa dos sítios de pesca ao longo do rio Garapuá*). O local é cercado por mangues, propício para a mariscada.

Os materiais encontrados também revelam as atividades de pesca. Muitos são os montes de conchas ao lado dos restos de acampamentos contemporâneos no meio da mata (*Figura 3* da Prancha 50). Alguns poucos aparentam certa antiguidade pela presença de pátina e o desgaste de seu formato de cone, mas a maioria indica que o local permanece sendo frequentado por pescadores e marisqueiros. Os vestígios de acampamentos associados corroboram para esta interpretação. Barracas montadas com madeira e lona de plástico, mesas de madeira com utensílios de cozinha (como, panelas e talheres de metal, potes e copos de plástico), estruturas suspensas para dormir, tudo feito de madeira do mangue, além de baldes de plástico, provavelmente para armazenar água, restos de fogueiras e outros vestígios foram encontrados no local (*Figura 1* da Prancha 50). Possivelmente, os moradores de Galeão, Garapuá e Batateira frequentam a Pimenteira com as famílias, aos fins de semana, como área de lazer, pois foram encontrados brinquedos como bolas e bonecas, no entorno dos acampamentos. Ou, pescadores e caçadores da vizinhança permanecem acampados com a família por períodos mais longos, para obter os recursos de subsistência. Também são visíveis algumas armadilhas de animais rasteiros, como tatu e roedores (*Figura 2* da Prancha 50).

[203] Depoimento coletado no dia 29 de maio de 2017.

Prancha 50: Sítio Pimenteira, rio Garapuá, ilha de Tinharé, Cairu (BA)













Descrição das fotos: 1) Acampamento de pesca recente; 2) Armadilha de caça; 3) Monte de conchas, vestígio de atividade recente; 4) Ancoradouro da Pimenteira; 5) Área plana e ovalar aberta o sítio Pimenteira; e 6) Vista da vegetação do sítio Pimenteira (Fotos: Fabio Guaraldo, 2018).

Prancha 51: Sítio Pimenteira, rio Garapuá, ilha de Tinharé, Cairu (BA)













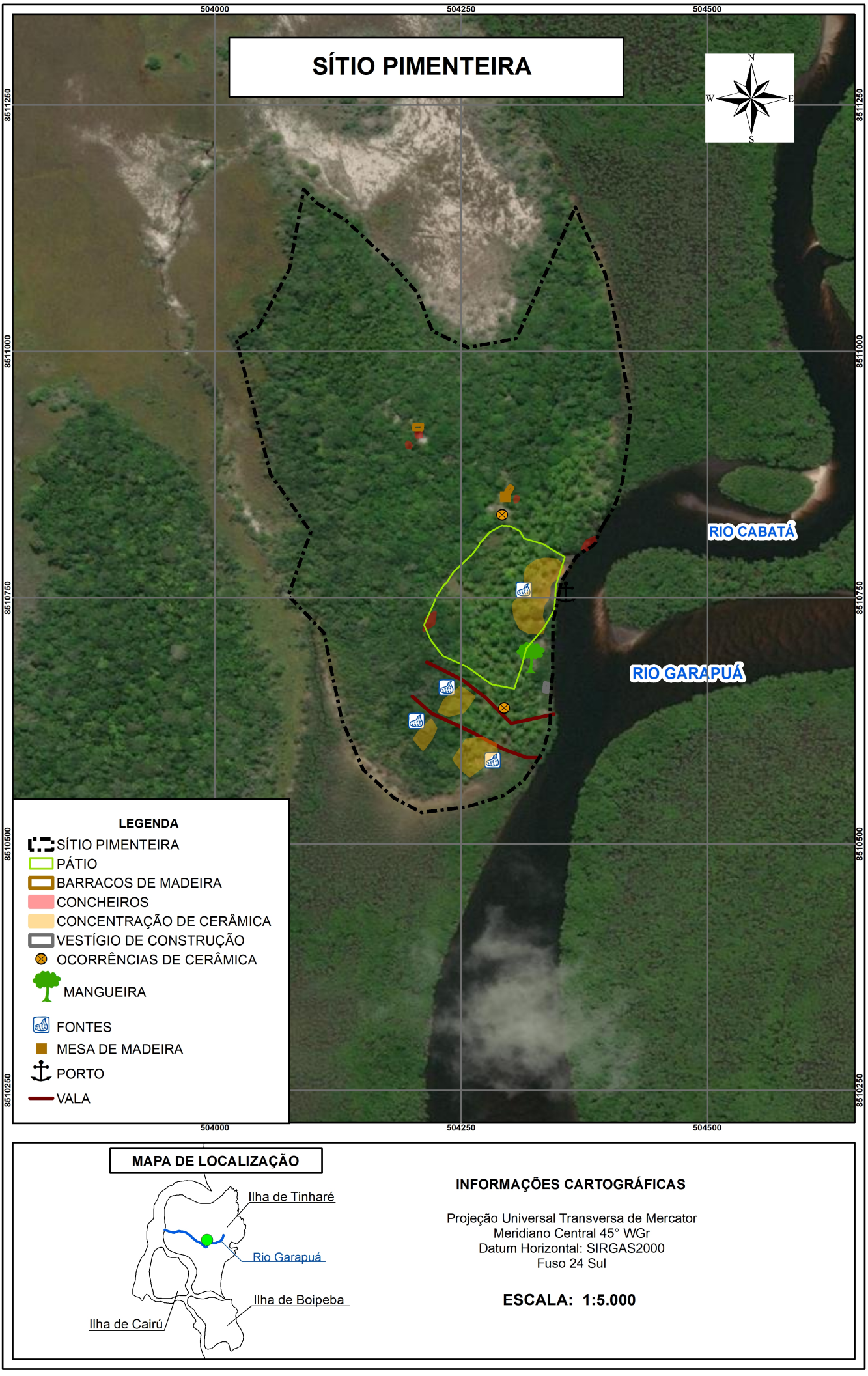
Descrição das fotos: 1) Grande mangueira seca; 2) Provável alicerce exposto no perfil do barrando; 3) Fonte d'água abandonada; 4) Valas secas; 5) e 6) Fragmentos de cerâmica (Fotos: Fabio Guaraldo, 2018).

A topografia do sítio é plana. A margem do rio provoca o desmoronamento do solo e configura uma encosta de cerca de um metro de altura exposta na maré baixa, onde o barco ancora (*Figura 4* da Prancha 50). Certamente, esse processo se originou quando houve a retirada da cobertura vegetal. Atualmente, a vegetação é baixa em meio às abundantes palmeiras de dendê e piaçava e pomares de árvores frutíferas, como, mangueiras, cajueiros, goiabeiras e outras (*Figura 5* da Prancha 50). A vegetação frutífera indica que a Pimenteira serviu como área de habitação há algum tempo. As palmeiras atingem cerca de sete metros de altura e uma grande mangueira está seca (*Figura 1* da Prancha 51).

Ao lado da mangueira, no barranco do rio, vestígios do alicerce de uma estrutura estão expostos. Trata-se provavelmente, de um alicerse formado por tijolos de cerâmica e argamassa de cimento, construída sobre um aterro de conchas (*Figura 2* da Prancha 51). Dona Almerinda recorda que havia uma igreja no local. Possivelmente, a estrutura encontrada no barranco, próximo a mangueira, corresponde a remanescentes construtivos da antiga igreja. Ainda segundo a informação de Dona Almerinda, o local era habitado por pessoas que trabalhavam para o coronel Cândido Meireles[204], na relação de agregados e formavam um povoado.

Além dos alicerces da pequena edificação, a prospecção realizada no local encontrou e mapeou fragmentos de cerâmica e outras estruturas antrópicas como valas e poços. A distribuição desses vestígios, associada à vegetação existente no local, revela o desenho do antigo povoado (ver *Figura 92: Croqui do sítio Pimenteira*). Em frente ao alicerce de concreto há uma área plana e aberta, ovalar, de aproximadamente 200 metros quadrados. O local é tomado por samambaias de pequeno porte, com palmeiras de dendês e piaçava (*Figura 5* da Prancha 50). Valas retas e secas, de um metro de largura, adentram o terreno a partir do mar, formando lotes a cada 50 metros (*Figura 4* da Prancha 51). Supostamente, as valas teriam a função de drenagem do solo, principalmente nas áreas destinadas à moradia. Entre as valas há sempre vestígios da construção de antiga fonte d'água (*Figura 3* da Prancha 51) e pontos com pequena quantidade de materiais arqueológicos (*Figura 5* e *6* da Prancha 51). Tendo em vista a quantidade de fontes mapeadas é possível supor as áreas de atividades. Algumas fontes parecem estar em uso, pois possuem contenção de madeira nas bordas, outras estão abandonadas e tomadas pelo mato rasteiro.

[204] Conforme citado no capítulo 3, Cândido Meireles foi um coronel de Cairu na primeira metade do século XX. Seus ascendentes ainda permanecem entre a oligarquia do município, atuando principalmente no campo político.


SÍTIO PIMENTEIRA
504000
504250
504500
8511250
8511000
8510750
8510500
8510250
N
W
E
S
RIO CABATÁ
RIO GARAPUÁ
LEGENDA
SÍTIO PIMENTEIRA
PÁTIO
BARRACOS DE MADEIRA
CONCHEIROS
CONCENTRAÇÃO DE CERÂMICA
VESTÍGIO DE CONSTRUÇÃO
OCORRÊNCIAS DE CERÂMICA
MANGUEIRA
FONTES
MESA DE MADEIRA
PORTO
VALA
MAPA DE LOCALIZAÇÃO
Ilha de Tinharé
Rio Garapuá
Ilha de Boipeba
Ilha de Cairú
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul
ESCALA: 1:5.000

A pequena quantidade de material encontrado na superfície confirma a hipótese desses pontos terem sido áreas de moradia. Os materiais encontrados são principalmente fragmentos de cerâmica. Alguns apresentam tratamento de superfície com engobo vermelho, outros apenas alisamento. Faianças e objetos de metal não foram encontrados. Por outro lado, a vegetação rasteira dificulta a visualização da superfície do solo nesta área específica, onde nenhuma escavação e coleta foram realizadas.

Sr. Guri afirma que os moradores da Pimenteira eram descendentes de escravos. A população vivia da pesca e do marisco, além de algumas plantações que faziam "dentro da mata". Para ele, "a Pimenteira foi um verdadeiro quilombo!". Mas um quilombo onde conviviam senhores e escravos? Como pode ser verdade? Quando questionado sobre essa contradição, Sr. Guri trata a questão com naturalidade e não demonstra motivo para espanto.

Assim como Sr. Guri, outros moradores de Galeão e de Garapuá também recorrem à Pimenteira como um "antigo quilombo". Todos sabem que o local foi habitado pelo coronel Cândido Meireles. Alguns citam que ele tinha família na Pimenteira. Porém, não entendem isso como um problema ou um impedimento para reconhecerem o local como antigo quilombo. Eles relacionam o termo quilombo com a história dos moradores e a formação da comunidade. Uma referência histórica própria, que remete à memória e acontecimentos contados e vividos pelos mais velhos. O modo como eles se relacionaram com o proprietário reverbera a estratégia de ressignificação das relações e dos lugares no período pós-abolição. Mesmo vivendo com o proprietário da terra, os moradores de Pimenteira usufruíam de autonomia para viver conforme seus costumes, trabalhar e estabelecer suas próprias negociações, constituir família e fortalecer laços de parentesco, além de exercer sua territorialidade no território quilombola do rio Garapuá. Ao denominar o local como "verdadeiro quilombo", a população atualiza o conceito associado às formas de resistência do povo negro segundo suas próprias memórias enquanto referência histórica e territorial.

Pimenteira não é um sítio exclusivo da paisagem quilombola de Galeão, mas da paisagem quilombola da ilha de Tinharé. Não se sabe ao certo por que os moradores da Pimenteira abandonaram o local. Dona Almerinda diz que mesmo antes do falecimento do coronel Cândido Meirelles, os antigos moradores haviam abandonado o sítio. De qualquer forma, para os antigos moradores da ilha de Tinharé, a Pimenteira foi um quilombo, denominado assim por ser um lugar significativo da história desses afrodescendentes. Um lugar de história e memória que revela aspectos de permanência e ressignificação da relação

paternalista estabelecida entre ex-senhores e ex-cativos no período que seguiu após a abolição. Um lugar de resistência que atesta a capacidade do povo "domesticar" o coronel e ocupar suas terras. Um lugar de memória marcada na paisagem quilombola de Tinharé por suscitar peculiaridades na relação entre a população negra e a oligarquia branca do arquipélago. Enquanto para os atuais coronéis, descendentes dos ex-senhores, o interesse era manter uma população de agregados, para usufruir de mão-de-obra barata e utilizá-los como eleitores de cabrestos (*e.g.* Gorender, 2016, p. 321), para a população negra o interesse era conquistar pedaços de terra para trabalhar e adquirir recursos para sustentar suas famílias com autonomia, liberdade e segurança. A mesma relação permanece marcada em outros lugares da paisagem quilombola da ilha de Tinharé, até os dias de hoje.

7.3. OUTROS MARCOS DA TEMPORALIDADE NA PAISAGEM

O trabalho etnográfico junto aos moradores revelou outros lugares e histórias que marcam as relações de poder entre a classe descendente dos antigos senhores da região e a população afrodescendente de Galeão. Um desses lugares, denominado "Pedra do Carrinho Maraba" foi descrito pelo nosso conhecido Lelinho. Ele contou que Maraba foi um coronel em Galeão que herdou o título do Sr. João Baptista e junto com o título, herdou também suas posses no início da segunda metade do século XX. Maraba foi proprietário da maioria das fazendas de Galeão e deixou histórias que marcam a paisagem compartilhada por seus habitantes. Os marcos paisagísticos atribuídos a Maraba reforçam a figura austera do coronel no imaginário dos moradores locais. A localidade "Pedra do Carrinho Maraba" é um lugar de histórias, sem qualquer estrutura antrópica ou objeto além de uma pedra em meio à vegetação rasteira. O que configura o lugar enquanto significativo na paisagem de Galeão são as histórias contadas sobre o comportamento do coronel. Segundo Lelinho, o lugar é assim chamado por ser onde Maraba levava suas amantes e amigos para farrear, longe da vista da comunidade.

Lelinho não chegou a conhecer o Coronel, mas ele conhece as histórias compartilhadas pelos seus pais. Conforme lhe contaram, Maraba costumava encomendar um boi de sua fazenda para dar ao povo de Galeão:

> *Ai aquelas 20, 30 famílias que tinha, caia matando em cima... em cima desse boi parecendo que era urubu. Vendo o tempo de um facão cortar o braço do outro pensando que era a carne do boi (...) Era! Um tomava... um já subia na cabeça, dizendo "a cabeça é minha",*

> *outro já tomava a parte do mocotó, outro já tomava a parte que sobra.... e dizia era minha.... era uma briga retada! E Carrinho Marabá fazia isso.*[205]

A passagem demostra como a concentração dos recursos era preponderante à manutenção do título de coronel. Assim como no período escravista, o coronel (antigo senhor) era o único que possuía gado. O restante da população não comia carne de gado frequentemente – como ainda não come. Além disso, a fala de Lelinho mostra como a figura do coronel carrega um tipo de relação específica com o restante da população, sustentada pela mesquinharia dissimulada em filantropia. Disponibilizar um gado inteiro para comer é filantrópico, porém, fazer todas as pessoas da comunidade disputarem os pedaços de um boi enquanto ele acumula muitos outros gados é um ato de mesquinharia. Portanto, a história de Lelinho narra a figura do Maraba como uma pessoa mesquinha e cruel, ao disponibilizar uma pequena parte de seus recursos e assistir prazenteiro a disputa entre as muitas pessoas que não tinham o que comer.

Em outra passagem, Lelinho conta as artimanhas empregadas pela população quilombola na relação estabelecida com o coronel, para se aproveitarem de seu comportamento mesquinho. Segundo o jovem, quando "a situação pra eles estava difícil, eles tentavam conseguir alguma coisa que o Carrinho Maraba crescesse o olho". Isto é, eles procuravam despertar o interesse do dono sobre os recursos alheios. Ao que parece, ele procurava manter o monopólio dos recursos e não admitia que outras pessoas possuíssem algum bem sem seu consentimento. Então, ao ter sua cobiça despertada, o coronel "negociava qualquer coisa por uma boa quantia". Assim, as famílias menos arrendadas conseguiam recurso "pra ter aquele alimento, pra dá pro nosso...".

Percebe-se então, como as negociações traçadas no campo da relação política entre senhores das fazendas e a população afro-brasileira envolveu marcos camuflados na paisagem de Galeão. Recursos obtidos ou cultivados em lugares desconhecidos das classes abastadas. As histórias contadas pelos pais de Lelinho são marcantes em sua memória, reforçadas pelos lugares de histórias que referenciam a paisagem de resistência dos quilombolas da ilha. A manutenção destes lugares como referenciais da paisagem revela que esta relação ainda é um fator latente na vida social dos moradores de Galeão, representada inclusive na forma como ocupam o espaço.

---

[205] Depoimento gravado no dia 31 de maio de 2017.

Todavia, nem só de lugares marcados por relações de poder polarizadas entre a oligarquia branca e a população negra constitui a paisagem quilombola de Galeão. Outros lugares carregam a história de sociabilização e solidariedade congruente ao processo de formação da comunidade. Além dos vestígios arqueológicos encontrados nos sítios mapeados no antigo arraial de Galeão, os lugares guardam narrativas e memórias compartilhadas entre os moradores locais. Através do trabalho etnográfico e arqueológico pode-se pensar sobre o processo de formação da paisagem quilombola de Galeão, envolvendo as formas de ressignificação de antigos lugares de opressão em lugares de solidariedade e resistência, para, assim, entender por que estes lugares são significativos e seu patrimônio cultural é parte do território quilombola.

Conforme descrito no capítulo 5, nove lugares significativos formam a paisagem do arraial de Galeão, ao longo de 7 quilômetros nas margens do canal Taperoá. Dos nove sítios, quatro deles recebem os nomes dos antigos lugares mencionados na documentação histórica e nos registros de terra da década de 1850 (Tororó, Molumbi e Pigica) e os outros cinco são conhecidos por nomes de pessoas que habitaram o local ou por elementos presentes na paisagem. São eles: Fonte de Mara, Fonte do Mestre André, Fonte Chico da Luz, Cramuru (corruptela de Caramuru) e Fonte do Cajazeiro. Nota-se que nenhum desses cinco nomes são mencionados no Registro de Terras, mesmo na descrição dos lotes, onde comumente eram mencionados os nomes das fazendas e seus limites. Porém, os materiais arqueológicos encontrados na superfície desses lugares atestam que são sítios com ocupação recuada desde o início do século XIX, pelo menos, até meados do século XX, assim como foi verificado em Molumbi, Pigica e nos Tororós.

No entanto, para a população de Galeão a categoria de sítio perpassa antes por suas habilidades de exercer as conexões mais recentes com suas determinações históricas, que não se restringem aos materiais propriamente, mas ao conjunto de elementos que formam a materialidade do lugar, incluindo sua toponímia. Isto não implica em distorção dos dados ou manipulação dos fatos. Ao contrário, ao valorizar a essência da memória social e narrativas históricas, os moradores de Galeão reafirmam seus laços de pertencimento e reconhecimento de sua ancestralidade, confirmam assim, sua habilidade de exercer reivindicações sobre seu passado e suas histórias.

Todos os sítios mencionados nesse trabalho são lugares conhecidos pelos moradores de Galeão pessoalmente, ou por ouvirem as histórias dos mais velhos. Suas histórias dão traços particulares para o desenho da paisagem quilombola. Como um legado às novas gerações, o

conhecimento sobre a paisagem é transmitido através das narrativas históricas sobre acontecimentos coletivos, casos específicos, trajetória de vida de antigos moradores, mitologias, anomalias e seres não humanos. As histórias são heranças transmitidas às novas gerações como forma de saber, para que elas herdem o direito de pertencimento sobre o lugar e sua materialidade, reforcem as relações de afinidade e ancestralidade, tenham o conhecimento de como e onde utilizar seus recursos e a sabedoria de preservá-los.

O sítio denominado Fonte de Mara é um bom exemplo para pensar os traços da herança histórica do lugar como parte do referencial da paisagem quilombola e as implicações de sua materialidade. Esse sítio é parte da localidade denominada Pigica. A referência à fonte faz menção à presença do curso de água e do local, onde a sedimentação e ação antrópica canalizam, formando um pequeno poço (*Figura 1* da Prancha 52). Uma trilha corta o sítio no sentido nordeste-sudoeste, atravessando a fonte. A presença de material arqueológico é contínua ao longo de cerca de 200 metros do percurso da trilha, tanto em superfície quanto no perfil do corte da trilha (*Figura 2* da Prancha 52 e *Figuras 6* e *9* da Prancha 53). No curso de água, o terreno sofre leve aclive, na direção sul em um trecho pequeno de 20 metros, até a ocorrência de material cessar no trecho mais plano (ver *Figura 93: Croqui do sítio Fonte de Mara*).

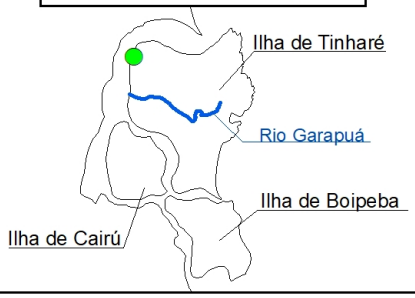
Muitos materiais arqueológicos são encontrados ao longo da trilha nas duas margens do córrego. Trata-se de inúmeros fragmentos de cerâmica torneada, algumas bordas correspondentes a talhas, potes e alguidares reconhecidos pelo diâmetro e inclinação das bordas, além de panelas e caçarolas identificadas pelas asas e paredes internas vidradas (*Figura 2* da Prancha 52 e *Figura 6* da Prancha 53). Um fragmento de cachimbo foi encontrado na superfície da trilha, cerca de 10 metros na margem direita da fonte (*Figura 3* da Prancha 52). Duas moedas foram encontradas em superfície, uma de 1756 e outra de 1813 (*Figuras 4* e *5* da Prancha 52).

Outros materiais que auxiliam na datação são as louças importadas da Inglaterra. Trata-se principalmente de faianças finas produzidas desde o final do século XVIII e durante todo o século XIX em esmalte *creamware*, *pearlware* e *whiteware*. A técnica decorativa é variada, desde as decorações policromas pintadas à mão livre, os *transfer printing* azul borrão, carimbado, *dipped* e decalcomania, além das decorações em alto relevo como as *shell edge* nas colorações verde e azul (*Figuras 7*, *8* e *9* da Prancha 53). Em menor quantidade são encontradas louças *ironstone* brancas sem decoração, popularizadas na segunda metade do

SÍTIO FONTE DE MARA



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul

ESCALA: 1:4.000

Prancha 52: Sítio Fonte de Mara, Galeão, Cairu (BA)











Descrição das fotos: 1) Fonte (Foto: Sílvio Campos, 2016); 2) Corte na estrada, com detalhe do material no perfil; 3) Fragmento de cachimbo angular; 4) Moeda colonial do século XIX (Demais fotos: Fabio Guaraldo, 2016 e 2018) e; 5) Moeda colonial do século XVIII (Foto: Sílvio Campos, 2020).

Prancha 53: Sítio Fonte de Mara, Galeão, Cairu (BA)









Descrição das fotos: 6) Fragmentos de cerâmica no perfil do corte da estrada; 7) Fragmentos de faiança fina inglesa e borda de cerâmica; 8) Pasta de faiança fina inglesa; 9) Sílvio examina o puxador de uma tampa de louça fragmentada no perfil e; Fragmento de louça Barros Loureiro & Filhos de São Caetano (SP) (Fotos: Fabio Guaraldo, 2016 e 2018).

século XIX, e as louças brancas nacionais, produzidas no início do século XX nas olarias de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo (*Figura 10* da Prancha 53).

Esses materiais ainda não foram analisados em laboratório. A análise *in situ* revela abundante presença de material em superfície e subsuperfície e uma variedade de técnicas produtivas e decorativas que atestam a ocupação do lugar por diferentes pessoas, desde o século XVIII até meados do século XIX. O sítio configura-se, assim, como um palimpsesto, com diferentes ocupações em sucessivos períodos históricos, inclusive no pós-abolição. No entanto, quem morou nesse lugar e qual sua importância para a história da comunidade quilombola? As respostas para estas perguntas ainda estão em aberto, pois houve pouca investigação arqueológica no sítio. Entretanto, as histórias orais registradas no trabalho etnográfico revelam parte importante da história do sítio para a população quilombola.

A iniciar pela toponímia do lugar, a qual alude ao período da memória da população, quando a senhora de nome Mara era a principal habitante do sítio. Dona Almerinda lembra dessa época. Ela conta que havia um terreiro de candomblé no sítio Fonte de Mara, conhecido como "casa de escravos". Ela recorda das festas de santo que aconteciam nesse terreiro. Suas recordações de infância são marcadas pelo som dos batuques que vinha do terreiro onde aconteciam as cerimônias de candomblé. Um dos elementos marcados na memória da anciã é o caruru servido pela ialorixá da casa, Dona Antônia. A cerimônia em homenagem aos Ibêjis[206] acontecia assim como hoje: o caruru é servido para sete crianças com cerca de 7 anos cada. Atualmente, a comida é servida em pratos descartáveis, mas antigamente elas comiam juntas, numa grande gamela de barro, com as mãos, ou em cuias individuais servidas para cada uma delas.

Figura 94: Cerimônia de Cosme e Damião (Ibêjis), em Galeão.



Foto: Luciana, 2017.

[206] Ialorixá é a figura feminina chefa espiritual e administradora da casa de candomblé e umbanda. O Ibêjis é um orixá duplo, gêmeos, relacionado a infância e iniciação.

As lembranças de Dona Almerinda são da década de 1940, época em que o candomblé era proibido por lei (Capone, 2004, p. 231). Ela testemunhou as perseguições contra as casas de religião de matriz africana nessa época. Ela recorda o episódio em que colocaram fogo na "casa de escravo", acabando com o candomblé de Dona Antônia e obrigando a mesma a se mudar de Galeão, e outras pessoas se mudarem da Fonte de Mara. Dona Almerinda faz questão de contar essas histórias. Anos depois, ela própria se tornou ialorixá e exerceu essa função durante toda sua vida. Atualmente, ela não comanda as cerimônias de candomblé devido às impossibilidades físicas por conta da idade, mas permanece sendo a principal referência de ialorixá em Galeão.

Ela mantém um terreiro no bairro denominado Gabiru, onde vive ainda hoje. Praticamente todos os habitantes do bairro são seus parentes. O bairro está localizado na periferia ao norte de Pigica, considerado parte baixa da vila de Galeão, cerca de um quilômetro ao sul da igreja de São Francisco Xavier. Segundo Dona Almerinda, ela e seus parentes foram responsáveis pela formação do bairro Gabiru, após serem obrigados a abandonar as casas que moravam na Fonte de Mara depois do incêndio do terreiro de candomblé.

Próximo ao bairro do Gabiru, existem três fontes que foram abertas provavelmente quando ocorreu a formação do bairro, na primeira metade do século XX. Ao Norte, a Fonte Chico da Luz era utilizada para beber. Sua denominação homenageia a pessoa que escavou e manteve a estrutura compartilhada por todos. Ao Sul, duas fontes eram utilizadas para banho: a Fonte dos Homens e a Fonte Tapera. Como o próprio nome aponta, a primeira fonte era utilizada pelos homens e a segunda era frequentada pelas mulheres. Nestes lugares, a separação de gênero é rotulada no nome da fonte. Como o entorno das fontes estão ocupadas por casas de alvenaria, não foi possível efetuar uma prospecção arqueológica em busca de objetos ou fragmentos. No entanto, a toponímia e os vestígios da estrutura do poço são suficientes para demarcar o lugar e suscitar memórias de quando os homens se banhavam na fonte, após uma partida de futebol, ou no final do dia, quando se encontravam ao chegarem da roça ou das fazendas de piaçava. Mulheres e homens levavam crianças para banhar e muitos moradores lembram dessas memórias.

Todos estes lugares são biografados pela história de vida das pessoas e seus descendentes, marcados na paisagem de Galeão como lugares significativos. São parte da

paisagem por corporificarem personalidades agregadoras, que conquistaram espaços e nomearam lugares de uso coletivo e de memória afro-brasileira. Personagens que viveram nestes lugares como seus antepassados e, assim fazendo, materializaram sua memória e identidade como referência aos atuais moradores. Acima de tudo, os espaços de opressão das antigas fazendas foram ressignificados como lugares de sociabilização, autonomia e resistência da população afro-brasileira. Por isso, hoje, esses lugares contam a história da comunidade e fazem parte da paisagem do território quilombola de Galeão.

7.4. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA ATUAL COMUNIDADE QUILOMBOLA DE GALEÃO

Ao mesmo tempo em que houve comunidades de ex-escravizados formadas em lugares distantes da vila e sedes de fazendas, a história oral e os materiais arqueológicos das antigas fazendas mostram que o movimento inverso também ocorreu. Durante as décadas que seguiram após a abolição, grupos de pessoas emergentes da escravidão formaram polos de povoamento próximos as antigas sedes de fazendas, senzalas e antigos povoados coloniais.

Novamente, estudos arqueológicos sobre quilombo e com comunidades quilombolas nas ilhas do Caribe servem como modelos para pensar as mudanças e permanências nos padrões de formação dos assentamentos da população afro-americanas, acionados após datas específicas que marcam a transição da condição de escravizados e fugitivos para pessoas livres. O arqueólogo Emmanuel Kofi Agorsah observou padrões de assentamento das comunidades quilombolas ao longo dos rios Suriname e Saramaka, em diferentes períodos históricos (Agorsah, 2005). Desde seus primeiros estudos sobre os quilombos da Jamaica, Agorsah utiliza de uma abordagem interdisciplinar entre arqueologia, etnografia, história e geografia para revelar inúmeros aspectos da vida dos quilombolas. Por meio de uma pesquisa etnoarqueológica desenvolvida nos povoados dos Nchumuru, na parte norte da bacia do rio Volta, em Gana, e na comunidade quilombola de Accompong, na Jamaica, o autor demonstra certas regularidades entre os assentamentos na África Ocidental e a formação das comunidades diaspóricas africanas no Caribe (Agorsah, 1985; 1986). Ele elaborou um modelo de comportamento espacial denominado “regras locais” (*local rules* – LR), o qual enfatiza as relações sociais como fator crucial no desenvolvimento espacial dos assentamentos de africanos, tanto em Gana quanto na Jamaica. Assim como na villa *Old Wiae*, em Gana, as casas ou os complexos residenciais dos Nchumuru estão distribuídos segundo relações de

parentesco, o arqueólogo registrou o padrão recorrente de agregação de membros da mesma família como principal fator de distribuição das casas ou complexo de casas no quilombo Accompong, na Jamaica, (Agorsah, 1999, p. 48).

Ao ampliar seus estudos para os quilombos no Suriname, Agorsah observou a possibilidade do modelo LR incluir variações temporais e indicar a dinâmica social ao longo da história das atuais comunidades *maroons* no Suriname. O arqueólogo observou aspectos de mudanças e permanências nos padrões de assentamento em quatro diferentes períodos que envolvem a história dessa população, marcada por um principal evento: o tratado de paz firmado entre os quilombolas e o governo colonial local, em 1762. Antes desta data, os *maroons* foram formados sobre uma estratégia militar e mantinham seus assentamentos formados no interior da floresta, escondidos longe das margens dos principais rios. Após o tratado, quando deixaram de ser grupos clandestinos, os assentamentos *maroons* abandonaram as áreas mais isoladas da ilha e transferiram-se para as proximidades dos rios mais acessíveis, onde hoje em dia encontram-se as comunidades quilombolas ao longo dos rios Suriname e Saramaka (Agorsah, 2005).

Inspirado no modelo de Agorsah, podemos entender a ressignificação dos lugares como parte do processo de formação da comunidade quilombola de Galeão, que veio transformar um antigo povoado colonial escravagista em uma moderna comunidade quilombola. A partir das histórias orais e narrativas históricas obtidas pelo trabalho etnográfico junto aos moradores e a prospecção arqueológica no local conhecido como “matas”, “arraial” e a “povoado de Galeão”, tudo indica que a configuração do núcleo de moradia da atual comunidade quilombola está diretamente associada ao deslocamento dos africanos, africanas e seus descendentes que migraram dos antigos quilombos no interior da ilha e das áreas de moradia nas antigas fazendas situadas ao longo do canal do Taperoá para formarem os bairros periféricos, localizados onde hoje é conhecido como parte baixa da atual vila de Galeão. Um processo que durou cerca de 100 anos, desde o final da escravidão até o final do século XX.

Como vimos, ao planejar o local de assentamento dos quilombos em Iquira, Champão e Cipó, os responsáveis consideraram fatores militares envolvendo estratégias de proteção, combate e fuga. Muitas possibilidades de defesa indicam as características dos lugares engenhosamente escolhidos pelos quilombolas e o modo como as principais áreas de ocupação dos três quilombos estavam articuladas. Realmente, fatores geográficos envolvendo estratégias de segurança e resistência, considerando a camuflagem e possibilidades de fugas em caso de ameaça das frentes coloniais, fizeram parte da construção da paisagem dos

fugitivos da senzala. No entanto, a escolha dos lugares de formação dos quilombos envolveu mais do que apenas vetores de resistência. Conforme afirma Agorsah, entre as populações africanas e afrodescendentes, cujas relações familiares e comunitárias desempenham um papel importante para os indivíduos, espera-se que os padrões de formação dos antigos e atuais assentamentos quilombolas sejam influenciados também, pelos laços de parentesco e solidariedade (Agorsah, 1999, p. 47).

Esta observação reforça o estudo antropológico que mostra como as relações de parentesco e solidariedade reafirmadas nas atividades diárias de pesca, influenciam na distribuição das moradias e configuração dos atuais bairros em Galeão. À luz da distribuição dos sítios na ilha de Tinharé e os registros das histórias orais dos anciões da comunidade, especula-se que as relações que configuram o núcleo de moradia da comunidade tenham suas origens alhures, talvez nas próprias localidades no interior da ilha e das fazendas.

Conforme apontado por Dona Antônia e Dona Renilda, os habitantes de Iquira eram todos parentes. Da mesma forma Seu Guri relata sobre os moradores do Cipó e Dona Antônia confirma que eram todos parentes, familiares do falecido Sr. Apolinário, pai do pescador conhecido como Dedê, morador de Galeão. Dona Almerinda relembra, no entanto, que diferentes famílias viveram em Champrão. Este último é lembrado como um lugar central, com muitos habitantes, onde os moradores dos outros quilombos confluíam para utilizar a casa de farinha ou fazer roça nas proximidades. A anciã lembra que seus pais e tios contavam sobre as pessoas que nasceram e morreram no Champrão e afirmavam que o lugar é muito antigo. Porém, ela mesma se recorda de poucas famílias remanescentes, durante sua infância, na década de 1930.

Dona Almerinda conta também de quando tinha 12 anos e deixou a casa onde nasceu em Champrão, para se mudar com seus pais para o sítio “Fonte de Mara”. Nesse período, segundo a anciã, o local era habitado por um grupo de pessoas, muitos dos quais eram seus parentes, antigos moradores de Champrão. Segundo ela, a escolha dos seus pais de migrarem foi para que usufruíssem da facilidade de acesso à vila, onde havia feira, escola e atendimento médico. Além disso, seus pais acompanharam os outros parentes, que já haviam migrado e estavam estabelecidos no local. Porém, apesar do objetivo de usufruírem dos benefícios da vila, existe a contradição de eles terem se estabelecido em sua periferia.

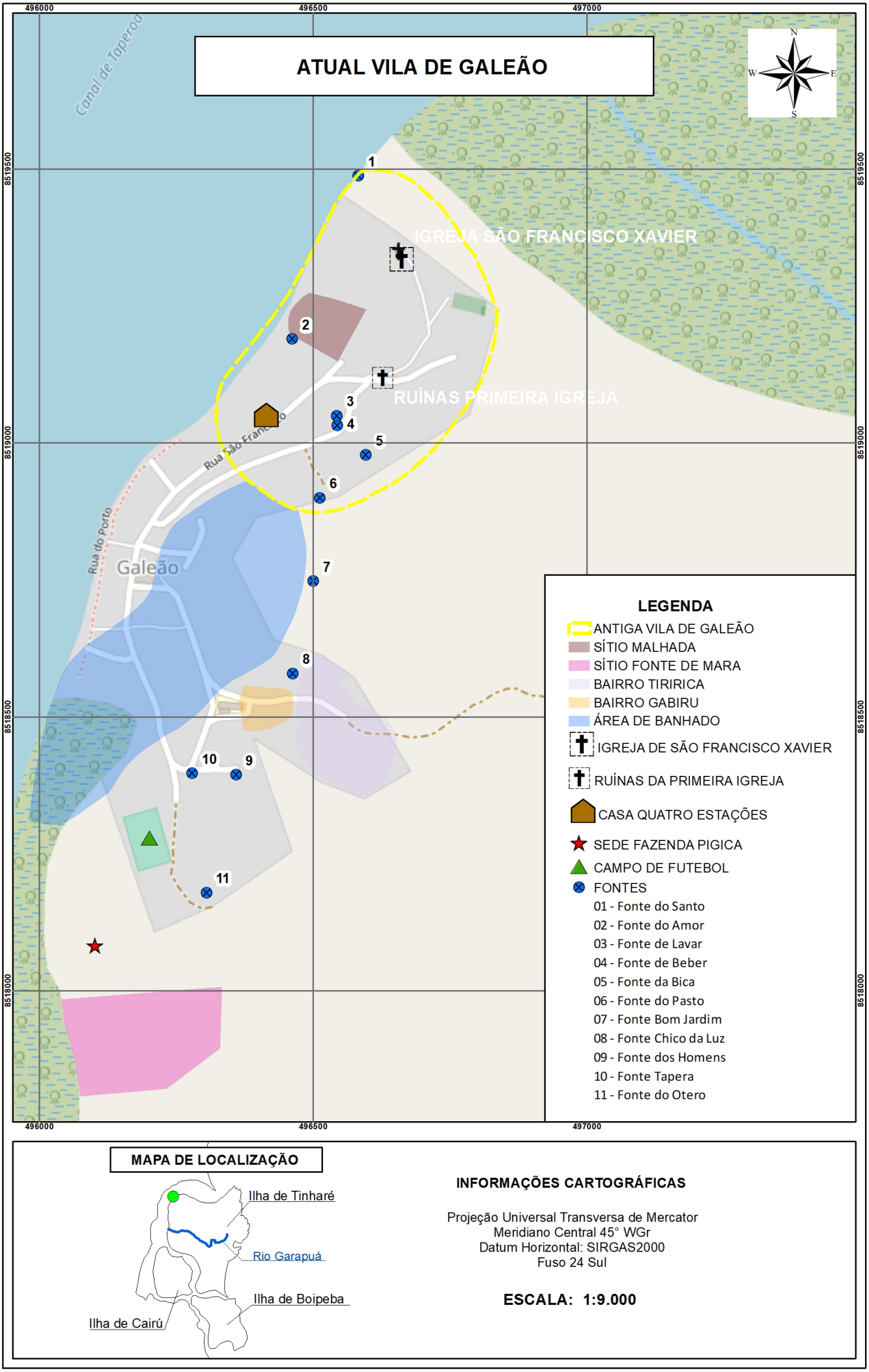
Conforme Dona Delzuita Silva nos contou, até meados do século XX, existia um banhado onde hoje é o centro do núcleo habitacional de Galeão, O banhado separava a parte

alta, regida pela presença da igreja e do casarão "Quatro Estações", da parte baixa, onde as casas espraiavam-se pela localidade Pigica. Segundo ela, seus pais e avós diziam que "não existia Galeão, só existia Pigica", porque ninguém habitava a parte alta da vila, próximo a igreja, todos viviam na localidade Pigica, onde hoje é considerado a parte baixa da vila (próximo ao campo de futebol).

A escolha do lugar para moradia afastado da parte alta da vila onde está a igreja, não foi aleatória, mas considerou as estratégias de luta e resistência da população afro-brasileira, mesmo depois da abolição. Em Galeão, a possibilidade de formar os terreiros para realizar as cerimônias de candomblé foi um fator determinante para a escolha do local de moradia dos afrodescendentes. Os casos de violência ocorridos no sítio Fonte de Mara contra o terreiro de Dona Antônia, comprovam essa máxima. A escolha do lugar para construção das casas levou em conta tanto o distanciamento em relação à igreja e à parte alta do povoado, ocupada pela população branca, quanto também, as relações de parentesco e amizades estabelecidas entre os seus.

O bairro Gabiru é um exemplo desse processo. Localizado adjacente ao Pigica (conforme pode ser visto na *Figura 95: Mapa da atual vila de Galeão*), o bairro Gabiru foi formado ao sul do antigo povoado de Galeão, distante um quilômetro da igreja. Seus habitantes são em sua maioria descendentes de Champrão. Depois de terem sofrido repressão na "Fonte de Mara", constituíram o bairro na periferia da vila e resistiram, permanecendo com a prática do candomblé até a atualidade. Com o tempo e o adensamento populacional, a expansão da área de moradia da vila incorporou este bairro, assim como também a parte norte da localidade denominada Pigica, onde encontra-se o campo de futebol e algumas casas. Mas os moradores de Gabiru permaneceram depreciados, até poucas décadas atrás, pelos demais moradores de Galeão. Talvez porque eles são diretamente associados à ancestralidade quilombola do interior da ilha, porém não se sabe ao certo.

Mais pesquisas antropológicas sobre os laços de parentesco na comunidade de Galeão contribuirão para essa e outras questões. Não obstante, as memórias e histórias de vida contadas pelos moradores locais mostram como a população aquilombada nas matas da ilha ou escravizados nas fazendas foram aos poucos configurando áreas de moradia cada vez mais próximo e transformando o perímetro do antigo povoado colonial. Para prevenir conflitos diretos e prejuízos irreversíveis, os quilombolas iniciaram o processo de aproximação da vila de Galeão de forma paulatina e meticulosa, como estratégia de resistência às estruturas racistas da sociedade hegemônica e à conquista e ampliação dos espaços de autonomia e


ATUAL VILA DE GALEÃO
Canal de Taperoá
IGREJA SÃO FRANCISCO XAVIER
RUÍNAS PRIMEIRA IGREJA
Rua São Francisco
Rua do Porto
Galeão
496000
496500
497000
8519500
8519000
8518500
8518000
N
S
W
E
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
LEGENDA
ANTIGA VILA DE GALEÃO
SÍTIO MALHADA
SÍTIO FONTE DE MARA
BAIRRO TIRIRICA
BAIRRO GABIRU
ÁREA DE BANHADO
IGREJA DE SÃO FRANCISCO XAVIER
RUÍNAS DA PRIMEIRA IGREJA
CASA QUATRO ESTAÇÕES
SEDE FAZENDA PIGICA
CAMPO DE FUTEBOL
FONTES
01 - Fonte do Santo
02 - Fonte do Amor
03 - Fonte de Lavar
04 - Fonte de Beber
05 - Fonte da Bica
06 - Fonte do Pasto
07 - Fonte Bom Jardim
08 - Fonte Chico da Luz
09 - Fonte dos Homens
10 - Fonte Tapera
11 - Fonte do Otero
MAPA DE LOCALIZAÇÃO
Ilha de Tinharé
Rio Garapuá
Ilha de Boipeba
Ilha de Cairú
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Projeção Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 45° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Fuso 24 Sul
ESCALA: 1:9.000

liberdade da população negra. Aos poucos a ocupação deu lugar à transformação do antigo povoado colonial no que se conhece hoje como comunidade quilombola de Galeão.

Não se sabe ao certo se os brancos deixaram de morar no povoado de Galeão após a abolição ou foram paulatinamente incorporados ao modo de vida da população local. Documentos históricos levantados a respeito deste período relatam sobre os problemas econômicos enfrentados pela câmara municipal na segunda metade do século XIX. A escassez das matas e dos nutrientes da terra prejudicaram as atividades econômicas mais praticadas no município. Outro fator que provavelmente contribuiu para a evasão dos homens e mulheres brancas de posse de Galeão, foi o surto de epidemias que assolou o litoral baiano no mesmo período (David,1996). Cartas escritas no ano de 1869 pelo Juiz Municipal Suplente do Distrito, Tenente Coronel Antônio Damaceno Figueiredo, direcionadas ao Presidente da Província em exercício descrevem o estado de calamidade pública que a freguesia de Cairu enfrentava devido ao alto número de pessoas contaminadas pela epidemia e a falta de remédios e utensílios básicos para atendimento. O coronel solicita profissionais qualificados para o ofício de "médicos, cirurgiões e boticários" e informa que na falta deles "a Câmara passa a propor para vacinador (...) o Tenente José de Palma, pessoa habilitada para esse ramo de serviço público, visto que este cidadão já foi nomeado vacinador deste município"[207]. A falta de estrutura para combater a epidemia pode ter contribuído para as famílias de posse terem se mudado de Galeão para a sede ou para cidades maiores próximas.

História oral relata a figura de sucessivos coronéis que, até a década de 1970, mantiveram casas na vila para passarem temporadas, mas moravam na sede do município ou nas cidades vizinhas. Alguns poucos proprietários de fazendas ainda permanecem na vila com suas famílias, como é o caso do Sr. Valter José dos Santos (conhecido como Valtinho), proprietário da fazenda Pigica, e a Sra. Maria das Graças Pinto Madureira de França (conhecida como Dona Graça), herdeira da fazenda Molumbi. Eles habitam os sobrados na porção central da vila, com vista para a avenida Beira Mar, enquanto os descendentes diretos dos sítios no interior da ilha permanecem nas casas rés do chão, nos bairros e ruas periféricas (ver *Figura 95*).

Este processo se deu após o esvaziamento da elite branca na parte alta da vila, onde era o antigo povoado, e a expansão da área de moradia da população afrodescendentes. Aos

[207] APEB/SACP. Série: Judiciário. Maço 2296 – Juízes de Cairú (1828/1888), Carta do Ten. Col. Antônio Damaceno Figueiredo, Juiz Municipal Suplente do Distrito Juiz de Paz Suplente ao Presidente da Província, em 06 de março de 1869.

poucos, a área de banhado foi aterrada e casas e ruas construídas. Na parte alta restaram ruínas das antigas construções e as fontes. Nos últimos vinte anos, houve um adensamento populacional com a migração de pessoas "de fora" da vila que ocuparam essa porção menos habitada na parte alta. As pessoas consideradas "de fora", logo estabelecem relações de parentesco e pertencimento com os demais moradores locais. Atualmente, o núcleo habitacional de Galeão é todo considerado uma única comunidade remanescente de quilombo. Porém, a maioria das terras das fazendas e da atual vila ainda permanecem sobre posse da elite branca, que mora nas cidades da região, na capital do estado ou, até mesmo, no exterior.

Percebe-se que traços estruturantes das relações históricas entre brancos e negros continuam preservados e marcados na paisagem de Galeão, assim como as fontes e demais estruturas históricas estão preservadas na memória dos habitantes locais. No contexto da formação do núcleo habitacional de Galeão, a ocupação das famílias quilombolas pode ser configurada como um ato de resistência, pois a paisagem do povoado foi marcada e bem delimitada pela arquitetura colonialista da igreja e outras estruturas da elite escravagista.

Da mesma forma, a permanência das estruturas das fontes na paisagem revela mais do que apenas necessidade de recursos. As memórias e significados que tais lugares remetem estão diretamente associadas à forma de ocupação do espaço e formação da paisagem cultural. Considerar estas estruturas enquanto sítios arqueológicos significativos para a população de Galeão é valorizar sua origem e história associada à população africana e seus descendentes. Mais do que isso, entender a relação dos moradores de Galeão com estes sítios arqueológicos contribui para entender a história de formação da comunidade quilombola enquanto história de resistência (Orser Jr. & Funari, 2001).

Desta forma, a arqueologia contribui para evidenciar os processos históricos de comunidades quilombolas, incluindo os fatos ocorridos no período pós-abolição, quando os quilombos continuaram a se reproduzir mesmo com o fim da escravidão. Através dos arranjos de moradia, trabalho e parceria, ou os "pactos paternalistas", as primeiras gerações de libertos permaneceram reconstruindo territórios para si e suas famílias (Gomes, 2015, pp. 12-129). Quilombos do passado e do presente se encontram nas estratégias de luta empregadas pela população negra no Brasil para ter seus direitos de trabalho, moradia e crenças atendidos e seus territórios e identidades reconhecidos. Este é o sentido da história e o significado da paisagem quilombola de Galeão.

CONCLUSÃO.

Para concluir, antes de apontar respostas, pretendo retomar os caminhos que a pesquisa adotou e, consequentemente, conduziram as questões e interpretações descritas ao longo do trabalho. Em regiões como o arquipélago de Tinharé, onde as pesquisas arqueológicas são incipientes, mais interessante do que apresentar respostas fechadas é válido e assertivo formular meios que direcionem os questionamentos para percepções mais amplas e inclusivas do processo histórico e social das populações que habitam essa região há mais tempo.

Como a maioria da atual população do arquipélago é formada por pardos e negros, com cada vez mais comunidades auto-denominandas quilombolas, é lícito que suas representações territoriais sejam priorizadas, ainda mais considerando que, historicamente essas populações foram alijadas de autonomia, direitos e incentivos a inclusão social. Por isso, ao invés de interpretar a história e paisagem de Tinharé segundo uma suposta neutralidade ideológica acadêmica, este trabalho procurou desvendar as temporalidades da paisagem quilombola a partir da perspectiva ideológica dos habitantes de Galeão que reconhecem os lugares que compõe o território insular e os identificam como parte de suas histórias. Desta forma, procurei apreender os conhecimentos levantados para direcioná-los as necessidades e ameaças que os quilombolas de Galeão continuam sofrendo ainda hoje. Ameaças aos seus direitos humanos, territoriais, silenciamento de suas histórias e, em última análise, ameaça à continuidade de sua existência enquanto povo singular no contexto do mundo moderno (Price, 1996).

Em perspectivas científicas engajadas como essa, a identidade dos materiais arqueológico são questões contextuais a serem respondidas e não elementos a serem assumidos por sua propriedade ou origem (Silliman, 2015; 2019). Assim, a padronização morfológica e as técnicas de produção e tratamento de superfície dos materiais encontrados em Galeão, sugerem uma produção organizada para atender uma maior demanda, voltada para um comércio não apenas local e regional, mas interprovincial. Em todo o Brasil, as evidências encontradas suscitam que no século XVIII houve um acréscimo na produção e, consequente, comercialização desses utensílios ordinários de cerâmica associados ao comercio de gêneros alimentícios. Conforme sugerem Souza e Lima (2016, p. 43) para o contexto sociocultural do Rio de Janeiro, à primeira vista, o fato sugere “um processo de redução e convergência das bases culturais dos diferentes habitantes” da colônia. A presença portuguesa nas formas

relacionadas a diversos setores do sistema alimentar, bem como sua expressão por meio de técnicas e componentes estéticos essenciais, insinua uma proximidade afetiva e simbólica de muitos dos usuários desses recipientes com sua ascendência lusitana. Porém, não foi isso o que, na realidade, ocorreu.

Ao que tudo indica até o momento, estas cerâmicas encontradas em Galeão eram produzidas em centros de oleiros e oleiras organizados no sul do Recôncavo Baiano, inicialmente, por jesuítas e, posteriormente, mantidos pelos responsáveis pela produção, os quais eram africanos, indígenas e seus descendentes. Denominados aqui como cerâmica colonial baiana da "zona do açúcar", esse material não se resume a noção de encontro das raças, como os folcloristas pensavam na intensão de promover uma identidade nacional única e sintética. O que se procurou na análise contextual do material foi justamente entender como as alteridades se articularam, movidas por princípios materiais e cosmológicos, para preservar suas individualidades.

A cerâmica encontrada em Galão trata-se então, de utensílio comum português produzido pelas mãos dos africanos, com acabamento indígena, para atender a demanda de consumo dos engenhos de cana, onde eram empregadas na etapa de purgação no processo produtivo do açúcar. Concomitantemente, a igreja e os colonos disseminaram o consumo doméstico desses utensílios, os quais foram incorporado, posteriormente, ao comércio de insumos alimentares que a região do Baixo Sul da Bahia realizava com Salvador e outras províncias, como, Pernambuco e Rio de Janeiro (Brancante, 1981, p. 317).

Portanto, é mais assertivo entender esses utensílios de cerâmica como suportes que comportavam uma considerável heterogeneidade de usos, sentidos e significados, estando abertos a múltiplas influências e agências segundo as referências de origem dos seus usuários. No espaço da cozinha, local de trabalho por excelência das/os escravas/os domésticas/os, a emergência de novas práticas foi possível graças a concessões feitas pela população livre em relação aos seus hábitos e costumes (Souza & Lima, 2016, p. 45). Quando a faianças finas é introduzida no Brasil a partir do fim do século XVIII, foi verificada uma concomitância entre a progressiva popularização de faianças finas e um processo de diminuição gradual da incidência de cerâmicas utilizadas no serviço e consumo de alimentos (Souza e Symanski 2009). Nesse momento, o utensílio de cerâmica se restringe cada vez mais ao ambiente da cozinha onde ocorre o preparo do alimento ao fogo. Concomitantemente, os africanos e seus descendentes na condição de escravizados no Brasil se apropriam desses objetos de morfologia e técnica de manufatura europeia e indígena, ressignificando seu uso e atribuindo-

lhes simbologias próprias de suas referências cosmológicas. Como vimos, os alguidares e os porrões baianos encontrados nos sítios arqueológicos em Tinharé são entendidos desta forma, como objetos apropriados pela população africana e afrobrasileira e, atualmente, associados ao universo das religiosidades afrobrasileiras.

Encontramos também evidências de que esses artefatos estavam relacionados a diferentes escalas de comércio, cobrindo desde as trocas atlânticas até o comércio local e regional, com a participação das mulheres e homens cativas e livres, alguns dos quais encontramos também os produtores e consumidores de cachimbos. Especialmente os cachimbos abaulados encontrados no sítio Malhada são resultado de produção local, assim como os da sede do município e os modelos similares encontrados em Salvador. Todos eles são relacionados a população cativa e demais pessoas adversas ao poder colonial, com insígnias referentes a diáspora africana, mas com acesso à redes de trocas e cabotagem.

Os objetos mostram que essa população nunca foi homogênea, apesar de compartilharem condições sociais semelhantes na colônia. Por serem marginalizadas e reprimidas pelo poder colonial, essas pessoas desenvolveram formas criativas de representar suas alteridades dentro e fora do cativeiro, diferenciando-as dos brancos, católicos e ricos, como também das diferenças existentes dentro do próprio grupo, ligadas a referências étnicas, religiosas, linguísticas, de idade e gênero (Souza & Lima, 2016, p. 46).

Neste sentido, a disparidade destes materiais diaspóricos em comparação aos objetos e tipos de decorações produzidos pelas sociedades africanas é uma questão a ser considerada. Opondo-se às características decorações africanas dotadas de um rebuscado apelo estético, o padrão decorativo dos cachimbos abaulados apresentam referêncial sutil, capaz de ser compreendido pelos grupos de pessoas que compartilhavam a mesma posição desfavorável na sociedade colonial. Desta forma, a circulação dos cachimbos expressava resistência ao permitir a perpetuação de símbolos que união africanos, afrodescendentes e demais adeptos a comunicação desses grupos oprimidos pela sociedade escravista (Agostini, 1998).

Em Galeão, onde as fazendas eram lugares ocupados predominantemente pelos africanos e seus descendentes, eles impunham as formas de sociabilização e comunicação praticada fora dos domínios senhorial. Como vimos pela análise comparativa entre as louças encontradas no arraial e no povoado de Galeão, a classe senhorial de Cairu não utilizava as sedes das fazendas como lugar de sociabilização e conchavo político. No Baixo Sul, tudo indica que, a classe dominante preferia se reunir em casas e estabelecimentos nos povoados e

sedes dos municípios. Por sua vez, as fazendas eram lugares dominados pela população cativa, agregada e jornaleiros, cuja origem era, a partir do início do século XVIII, predominantemente de africanos e afrodescendentes.

Por viverem na mesma condição de excluídos dos meios de produção, a população do arraial compartilhava os lugares de atividades e, possivelmente, de moradia. Apesar de não ter sido encontrado vestígios específicos, a documentação histórica indica que as casas dessa população eram choupanas de barro e telhado de folha de piaçava pouco distante das sedes das fazendas. Trabalhavam na agricultura, plantando mandioca, arroz, feijão e café, principalmente. A população cativa possuía certa autonomia para cultivar sua própria roça em áreas compartilhadas e distantes da vista do senhor. Eles comercializavam seus produtos junto com as mercadorias do senhor ou nas feiras locais e comércio de cabotagem. Além dos produtos agrícolas, o extrativismo de madeira, para fabricação de móveis, barcos e cordoaria era bastante explorado na ilha. Comunidades do interior da ilha comercializavam madeira até mesmo com o poder público, que chegou a registrar a denominação "matas" como um dos lugares de procedência de impostos arrecadados pela Câmara de Cairu.

A população branca que ocupava as cadeiras da administração pública, raramente frequentavam os lugares de trabalho e produção das fazendas. Como esses lugares eram lhes desconhecidos, os letrados descreviam os como desabitados ou, simplesmente matas. Já para a população de trabalhadores, as matas eram lugares com nomes e identidades relacionadas as atividades nelas empenhadas, pessoas que as frequentavam e mantinham, referenciais geográficos de acesso e deslocamento e características da vegetação e fauna nela existente.

Pelas histórias orais e padrão de ocorrência de alguns lugares na paisagem, percebe-se que existiam lugares clandestinos, onde habitavam pessoas perseguidas, ou por que eram fugitivos do cativeiro, ou por desvio de qualquer conduta social em uma sociedade opressora. Esses lugares eram dinâmicos, localizados entre morros, vales, rios e mangues, incorporando componentes ambientais distintos entre as terras alagadas e a terra firme. Todas as localidades eram interligados por trilhas e rumos, possibilitando ampla mobilidade dos moradores e ludíbrio de pessoas estranhas aquele ambiente.

Os trabalhos de prospecção arqueológica direcionados pela população de Galeão possibilitou entender a paisagem quilombola construída pelos seus habitantes como um lugar habitado e, por isso, conhecido por eles e seus aliados do cativeiro. Uma paisagem camuflada por áreas de roças, trilhas, rios e assentamentos de pescas frequentados pela população de

trabalhadores do período escravista. Por detrás dessa zona de lugares compartilhados, os sítios quilombolas mais permanentes se revelam em uma paisagem formada por lugares interligados e estrategicamente arquitetados sobre táticas de invisibilidade e mobilidade para evitar o confronto aberto com as frentes de entradas policiais. Uma estratégia aparentemente eficaz, pois não foi encontrado registro de embate entre a população aquilombada no interior da ilha e as forças policiais.

No entanto, como vimos, a paisagem quilombola não é unânime na região e, até mesmo, na própria comunidade. Ela é, por sua vez, constantemente reconfirmada e reconfigurada por seus habitantes na relação de negociação com a noção de paisagem e tempo de outros agentes sociais que habitam o mesmo espaço (cf. Oliver, 2010). Enquanto categoria social e histórica, a paisagem é compreendida por diferentes seguimentos sociais contemporâneos ou em diferentes momentos históricos (Bender, 2001). Desta forma, a paisagem composta de lugares significativos é um objeto de disputa e conflitos, produzindo estratégias de resistências que buscam a permanência territorial através de planos de adaptação, ocupação e transformação (Oliver, 2010, p. 6).

Neste sentido, a tese buscou traçar os caminhos para entender como o povoado formado por colonos portugueses no século XVII transformou-se na atual comunidade quilombola de Galeão. Através dos conhecimentos e histórias compartilhadas entre os moradores mais velhos e as novas gerações, pude perceber uma paisagem carregada de significados e representatividades. A forma como estes lugares e paisagem são compreendidas no presente, está relacionada as atividades nelas desenvolvidas, cuja repetição transforma estes espaços em lugares conhecidos e frequentados, habitados, transformados e ressignificados ao longo do tempo (Ingold, 1993, p. 162). Neste sentido, os lugares são definidos e definem dialeticamente as memórias e sentimentos de pertencimento, os quais sucitam ao mesmo tempo em que efetivam a permanência do território. Histórias e contos são criados tanto em realidade quanto na imaginação, negociados entre a crença e a dúvida através dos interesses e tradições, fornecendo agência aos lugares e a paisagem (Stewart et al, 2004, p. 185) e legitimando o pertencimento territorial de seus habitantes.

Nesse constante movimento, os habitantes traçam a relação entre os lugares e estabelecem sua territorialidade. Como parte deste movimento, a paisagem de Galeão se constitui enquanto uma cartografia palimpsesta da história de ocupação e ressignificação da identidade quilombola de seus habitantes (Oliveros, 2013, p. 105-166; Zedeño, 2000). As transformações de lugares de pesca em antigos e atuais quilombos, como também a conversão

das antigas fazendas em atuais acampamentos de pesca, ou ainda dos antigos assentamentos quilombos em áreas de extrativismo e caça, são partes integradas a transformação do antigo povoado colonial portugues em uma comunidade quilombola contemporânea. A dinâmica da paisagem da ilha de Tinharé é parte do processo de resistência e permanência da população negra de Galeão, denominado por Moura (2001) como "quilombagem".

A partir de uma perspectiva de longa duração situada na memória social e temporalidades daqueles que viveram e de seus descendentes que permaescem em Galeão (Silliman, 2019), a tese procurou mostrar às ocupações e reocupações tecidas por complexas ordens que revelam transformações e permanências das relações sociais desde o período escravista. Permanências, como por exemplo, o modo de pesca, de fazer camboa, a importância da piaçava e suas etapas de extração e beneficiamento.

Outro fator de permanência são vistos pelas manifestações culturais. Brincadeiras como "os africanos" e "Alguidar", remetem aos seus ancestrais e suas atividades na plantação de mandioca e na casa de farinha. São celebrações dissimuladas na forma de brincadeiras, assim como ocorriam no período da escravidão, quando os tambores africanos foram proibidos de tocar na Bahia. Verificou-se que a identidade quilombola é externalizada quando as narrativas históricas memoram elementos da ancestralidade africana de Galeão, como as festas, a religiosidade e as brincadeiras. Os moradores mais antigos da vila são as autoridades detentores desses conhecimentos e memórias. Eles são considerados os guardiões dos fundamentos e mistérios, responsáveis por organizar e comandar as festas, brincadeiras e rituais. Ao fazerem, eles mantem viva a memória ao mesmo tempo em que transmitem seus conhecimentos e sabedorias para os mais novos e envolvem os demais moradores da comunidade que não se identificam com a denominação quilombola.

Obviamente a escravidão foi abolida, não existem mais senhores, donos uns dos outros, mas o paternalismo adquiriu novas facetas e fez surgir novos personagens que procuram manter velhos privilégios, como é o caso dos coronéis. A presença do coronelismo na história social de Tinharé ilustra a permanência do paternalismo nas relações de trabalho. O resultado quantitativo dessa permanência esta presente nos dados do IBGE sobre o recorte socioracial, inclusive em relação a distribuição dos bens de produção.

Os dados do trabalho etnográfico não deixou dúvidas de que a população afrodescendente de Galeão são majoritariamente empregados dos grandes fazendeiros no extrativismo da piaçava ou pescadores tradicionais, condicionados pelo mercado do turismo

regional e reféns dos atravessadores. Entre seus moradores existem menos de uma dezena de proprietários de terras e, entre estes, menos da metade possui renda com o extrativismo.

A resistência permanece! As formas de resistência são cada vez maiores, assim como as respostas à elas são cada vez mais violentas. Mas a população quilombola permanece resistindo e uma das formas é através da divulgação das histórias orais e narrativas de memórias, as quais ainda não aparecem nos livros didáticos das escolas. Por isso, a tese exumou verdades que estavam escondidas, mas estão prontas para serem reveladas. Neste movimento de revelar alguns segredos guardados, a tese demonstra a importância da arqueologia estruturada enquanto ciência capaz de desenvolver práticas colaborativas com a resistência e engajamento do povo quilombola.

BIBLIOGRAFIA

Abib, P. R., & Santos, N. C. (mai./ago de 2016). Zambiapunga: cultura popular e processo educacionais baseados na construção e na afirmação das identidades. *Educação em Foco, 19*, pp. 75-101.

Abreu, J. C. (1922). *Um visitador do Santo Officio: à cidade do Salvador e ao Reconcavo da Bahia de Todos os Santos (1591-1592).* Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C.

Adonias, I. (1993). *MAPA: imagens da formação territorial brasileira.* Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht.

Afonso-Dias, M., Pinto, J., Carvalho, A., & Muzavor, S. (2001). *As Artes de Pesca do Baixo Guadiana.* Faro: Universidade do Algarve, Portugal.

Agbe-Davies, A. S. (Nov. de 2010). Concepts of community in the pursuit of an inclusive archaeology. *International Journal of Heritage Studies, 16*(6), 373–389.

Agorsah, E. K. (1999). Ethnoarchaeological Consideration of Social Relationship and Settlement Patterning Among Africans in the Caribbean Diaspora. Em J. B. Haviser, *African sites archaeology in the Caribbean* (pp. 38-64). Markus Wiener Publishers Princeton/ Ian Randle Publishers Kingston. Fonte: https://pdfs.semanticscholar.org/f5b4/8997bc48c4dabb589f658adb7265b4a1cfba.pdf

Agorsah, E. K. (2005). Tracking Down The Marrons: Archaeo-Geography Of Marronage In The Caribbean. Em C. T. María, & M. A. (Org.), *XX Congreso Internacional de Arqueología del Caribe.* (pp. 731-742). Santo Domingo, República Dominicana: Museo del Hombre Dominicano/ Fundación García Arévalo.

Agorsah, K. (1985). Archaeological implications of traditional house construction among the Nchumuru of Northern Ghana. *Current Anthropology, 26*, 103-115.

Agorsah, K. (1986). The internal spatial organization of traditional houses in northern Volta basin of Ghana. *Research Review, 2*, 104-134.

Agostini, C. (1997). *Cachimbos de escravos e a reconstrução de identidades africanas no Rio de Janeiro, século XIX.* Rio de Janeiro: Monografia apresentada na obtenção do Bacharelado em Arqueologia da Universidade Estácio de Sá.

Agostini, C. (1998). Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. *Revista de História Regional, UEPG, 3*, 115-137.

Agostini, C. (2002). *Africanos no Cativeiro e a Construção de Identidades no Além-Mar. Vale do Paraíba, século XIX.* Campinas: Dissertação de Mestrado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e iênias Huanas da Universidade Estadual de Campinas.

Agostini, C. (2002). Entre senzalas e quilombos: "comunidades do mato" em Vassouras do Oitocentos. Em A. Zarankin, & M. X. Senatore, *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas* (pp. 19-30). Buenos Aires: Ediciones del Tridente. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/261403521_Entre_senzalas_e_quilombos_comunidades_do_mato_em_Vassouras_do_oitocentos

Agostini, C. (jul de 2007). A formação da umbanda no sudeste e suas reprsentações na atualidade: os diferentes discursos sobre um monumento religioso na floresta. *Anais XIV Jornadas dobre alternativas religiosas en América Laina*, pp. 1-16.

Agostini, C. (2009). Cultura material e a experiência africana no sudoeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e lostagens. *Topoi, 10*, 39-47.

Agostini, C. (2010). Panelas e Paneleirasde São Sebastião: Um núcleo produtor e a dinâmica social e simbólica de sua produção nos séculos XIX e XX. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, 4*, 127-144.

Agostini, C. (2013). Estrutura e liminaridade na paisagem cafeeira do século XIX. Em C. (. Agostini, *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado* (pp. 59-81). Rio de Janeiro: Sete Letras Ed. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/261403295_Estrutura_e_liminaridade_na_paisagem_cafeeira_do_seculo_XIX

Aguiar, I. P., Siqueira, N. R., & Nascimento, W. S. (2016). Vozes da Sanzala: Simbologias Kimbundu e trânsitos religiosos em Angola e no Brasil. *Revista Transversos."Dossiê: Áfricas: História, Literatura e Pensamento Social", 6*(3), 103-124.

Albuquerque, P. T. (1990). Escavações Arqueológicas em Vila Flor. *CEPA. 17*, pp. 305-318. Santa Cruz do Sul: 5a. Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia.

Albuquerque, P. T. (2001). *A faiança portuguesa: demarcador cronológico na Arqueologia Brasileira.* Recife: Tese de Doutorado.

Albuquerque, P. T., & Velozo, J. N. (1993). A faiança fina inglesa dos sítios arqueológicos históricos brasileiros. *Clio*, 81-96.

Alencastro, L. F. (2000). *O Tratado dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Companhia das Letras.

Allen, S. (1998). A 'cultural mosaic' at Palmares? Grappling with historical archaeology of a Seventeenth-Century brazilian quilombo. Em P. P. Funari, *Cultura Material e Arqueologia Histórica* (pp. 141-178). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UNICAMP.

Allen, S. (2000). Identidades em jogo: negros, índios e a arqueologia da Serra da Barriga. Em M. G. Luiz Sávio de Almeida, *Índios do Nordeste: temas e problemas 2* (pp. 245-275). Maceió: EDUFAL.

Allen, S. (2006). As vozes do passado e do presente: arqueologia, política cultural e o público na Serra da Barriga. *Clio-Série Arqueologia, 20*(1), 81-101.

Almeida Prado, J. F. (1946). *A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil (1530 - 1626). História da formaçao da sociedade brasileira* (Vol. I). Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional.

Almeida, A. W. (1998). Os quilombos e as novas etnias: é necessário que nos libertemos da definição arqueológica. Em S. (. Leitão, *Direitos territoriais das comunidades negras rurais* (pp. 11-18). Brasília: Documentos do ISA. Fonte: https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/doc-isa-05-direitos-territoriais-das-comunidades-negras-rurais

Almeida, M. (2007). *Ensaio sobre a Feira dos Caxixis.* Salvador.

Alves, M. L. (2016). Notas sobre cachimos de barro no Brasl (séc. XVIII e XIX). *Temporalidades. Revista Dicente do Programade Pós-graduação em História da UFMG, 7*, 1101-1111.

Amaral, D. M. (2012). *Loiça de Barro do Agreste. Um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana.* São Paulo: Mestrado no Programa de Pós-graduação em Arqueologia do museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

Amorim, I. (2004). A decadência das pescarias portuguesas e o constrangmento fiscal. Entre a ilustração e o liberalismo. Em F. R. Silva, M. A. Cruz, J. M. Ribeiro, & H. Osswald, *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos* (pp. 153-164). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Anastasia, C. M. (1 de junho de 1994). Vassalos rebeldes:: motins em Minas Gerais no século XVIII. *VARIA HISTORIA, 13*, p. 26·43.

Andrade, L., & Treccani, G. (1998). *Terras de Quilombo.* São Paulo: mimeografado. Fonte: https://www.academia.edu/34345373/Terras_de_Quilombo

Anjos, R. S. (2009). *Quilombo – Geografia Africana Cartografia Étnica, Territoriais, Tradicionais.* Brasília: Mapas Editora.

Anjos, R. S. (outubro de 2011). Cartografia da Diáspora África - Brasil. *Revista da ANPEGE, 7*, 261-274.

Anschuetz, K. F., Wilshusen, R. H., & Scheick, C. L. (2001). An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions. *Journal of Archaeological Research, 9*, pp. 157-211.

Araújo, A. G. (2001). *Teoria e Método em Arqueologia Regional: Um Estudo de Caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo.* São Paulo: Tese de Doutorado em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Araujo, A. G., & Carvalho, M. R. (1993). A Louça Inglesa do Século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu, São Paulo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 3*, 81-95.

Araújo, N. d. (1986). *Pequenos Mundos: Um panorama da cultura popular da bahia* (Vols. Tomo I – O Recôncavo). Salvador: Universidade Federal da Bahia (EMAC). Fundação Casa de Jorge Amado. Empresa Gráfica da Bahia.

Argolo, J. D. (2010). *Convento Franciscano de Cairu. Brasil.* (Série Monumenta ed.). Brasília: IPHA. Ministério da Cultura.

Armstrong, D. V. (1990). *The Old Village and the Great House: An Archaeological and Historical Examination of Drax Hall Plantation, St. Ann's Bay, Jamaica.* Urbana: University of Illinois Press.

Armstrong, D. V. (1992). African-Jamaican Housing at Seville: A Study in Spatial Transformation. *Archaeology jamaica, (New Series) 6*, pp. 51-63.

Armstrong, D. V., & Kelly, K. G. (2000). Settlement Patterns and the Origins of African Jamaican Society: Seville Plantation, St. Ann's Bay, Jamaica. *Ethnohistori, 47*(2), 369-397.

Arruti, J. M. (01 de outubro de 1997). A Emergência dos "Remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *MANA, 3*, pp. 7-38.

Ashmore, W. (2002). "Decisions and Despositions": Socializing Spatial Archaeology. *American Anthropologist, 104*(4), 1172-1183.

Ashmore, W. (2009). Biographies of Places at Quiriguá, Guatemala. Em B. J. Zedeño, *The Archaeology of Meaningful Places* (pp. 15-31). Salt Lake City: University of Utah Press. Fonte: https://www.academia.edu/5272194/Biographies_of_Place_at_Quirigua_Guatemala_2009_

Assis Junior, A. d. ([n.d.]). *Dicionário Kimbundu-Português: Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico, seguido de índice alfabético de nomes próprios.* Luanda: Argente, Santos e Cia Ltda.

Assunção, M. R. (1996). Quilombos Maranhenses. Em J. J. Reis, & F. d. Gomes, *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil* (pp. 433 - 466). São Paulo: Companhia da Letras.

Atalay, S. (2012). *Community-Based Archaeology. Research with, by, and for Indigenous and Local Communities.* Berkely: Univrsity of California.

Bahia, M. N. (2000). *Arqueologia Subaquáticado Galeão Santíssimo Sacramento.* Farol da Barra, Salvador, Bahia, Brasil.

Bandeira, B. B. (2011). *Estudos das Faianças Portuguesas Recuperadas nas Escavações no Paço Imperial - Praça XV de novembro, Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Barackman, B. J. (1998-1999). Até a véspera: O trabalho escravo e a produção de açucar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, 177-238.

Baram, U. (2008). A Haven from Slavery on Florida's Gulf Coast: Looking for Evidence of Angola on the Manatee River. *African Diaspora Archaeology Network, 11*(2).

Barata, F. (dezembro de 1944). Arte indígena amazônica: os maravilhosos cachimbos de Santarem. *Revista de Estudos Brasileiros, 7*, 270-293.

Barata, F. (1951). A arte oleira dos Tapajó II. Os cachimbos de Santarém. *Revista do Museu Paulista, Nova série*, 183-198.

Barbora, J. S., & Dominguez, J. M. (1996). *Geologia da Bahia: texto explicativo para o mapa geológico ao milionésimo.* Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Superintendência de Geologia e Recursos Minerais.

Barickman, B. J. (2003). *Um contraponto baiano. Açucar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo,1780-1860.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Barradas, A. I., & Silva, R. B. (2017). Cerâmica quinhentistas vidradas de um poço medieval da praça da figueira. (A. d. Portugueses, Ed.) *Arqueologia em Portugal. O estado da Questão - textos*, 1691-1702.

Barth, F. (1997). Grupos étnicos e suas fronteiras: A organização social da diferença cultural. Em P. Poutignat, & J. Streiff-feart, *Teorias da etnicidade* (pp. 187-227). São Paulo: UNESP.

Bastide, R. (1989). *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações.* São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

Becker, Í. I., & Schmitz, P. I. (1969). Cachimbos do Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia. Anais do 30. Simpósio de Arqueologia da Área do Prata., 20*, 139-162.

Begossi, A. (2006). Temporal Stability in Fishing Spots: Conservation and Co-Management in Brazilian Artisanal Coastal Fisheries. *Ecology and Society, 1*(11), 1-19.

Bellingieri, J. C. (jan./dez. de 2004). Água de beber: a fltração doméstica e a difusão do filtro deágua em São Paulo. *Anais do Museu Paulista, 12*, 161-191.

Bender, B. (2001). Landscape-on-the-move. *Journal of Social Archaeology I*, 75-89.

Berbel, M. R., & Marquese, R. d. (2006). La Esclavitud en las Experiencias Constitucionales Ibéricas, 1810-1824. Em I. F. (org.), *Bastillas, Cetros y Blasones. La Independencia en Iberoamérica* (pp. 347-374). Madri: Fundación Mapfre-Instituto de Cultura.

Berlin, I. (1998). *Many thousand gone: the first two centuries of slavery inNorth America.* Cambridge: The Belknap Press/Harvard University Press.

Binford, L. (1980). Willow smoke and dog's tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American antiquity, 45*, 4-15.

Binford, L. (1981). Bihavorial archaeology and the Pompeii premise. *Journal of archaeological resources, 37*, 195-208.

Binford, L. R. (1973). Archaeological Systematics and the Study of Culture Process. Em M. P. Leone, *Contemporary Archaeology* (pp. 125-132). Carbondale, Illinois: Southern Illinois Press.

Binford., A. o. (1982). The Archaeology of Place. *Journal of Anthropological Archaeology., 1*, pp. 5-31.

Bonomo, J. R. (2015). O ofício das quitandeiras: tradição e patrimônio cultural de Minas Gerais. *Revista História Helikon, 2*, 32-46.

Bornal, W. G. (2008). *Sítio Histórico São Francisco - Um estudo de Arqueologia da Paisagem.* São Paulo: Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

Bowen, J. R. (November de 2009). Afterword: Landscape of Power. (Routledge, Ed.) *Anthropological Forum., 19*(3), pp. 339-347.

Bradley, J., & Deangelo, G. (1981). European clay pipe marks form 17th century Onondaga Iroquois sites . *Archaeology of Eastern North America .*, 109-133.

Brancante, E. d. (1981). *O Brasil e a Cerâmica Antiga.* São Paulo: Reprodução própria.

Brandão, G. M. (2007). *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro.* São Paulo: Hucitc.

Brasil. (1995). *Projeto Ilhas de Tinharé e Boipeba, Área de Proteção Ambiental. Etapa l. Diagnóstico Ambiental. Volume II, Estudos do meio físico.* Salvador: Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER); Centro de Recursos Ambientais (CRA); Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM).

Brassey, A. (1879). *A voyage in the "Sunbeam", Our Home on the Ocean for Eleven Months* (8ª ed.). Londres: Longmans Green.

Brazão, J. E., & Araújo, A. P. (1981). As regiões fitoecológicas, sua natureza e seus recursos econômicos: estudo fitogeográfico. *FOLHA SD.24 Salvador: Rio de Janeiro: Projeto RADAMBRASIL, Levantamento de Recursos Naturais, v. 24*, 405-464.

Brown, L. A. (2004). Dangerous place and wild spaces: creating meaning with materials and places at contemporary Maya shrines on El Duende Mountain. *Journal of Archaeological Method and Theory, 11*, 31-58.

Bruschi, S. (2004). *Campo e Cidades da África Antiga.* Maputo: Universidade Edurado Mondlane.

Calza, C. F., Oliveira, M. D., Carvalho, D. D., Coelho, F. A., Freitas, R. P., & Lopes, R. T. (set.-dez. de 2013). Análise de peroleiras e cachimbos cerâmicos provenientes de escavações arqueológicas. *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi, 8*, 621-638.

Campos, G. N. (2006). *Transferência de tecnologia para o Brasil por escravos africanos.* Rio de Janeiro: Empresa municipal de Multimeios - MULTIRIO (Publicação eletrônica).

Campos, J. S. (1981 [1937]). *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus.* Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.

Capone, S. (2004). *A busca da África no Candomblé.* Rio de Janeiro: Pallas.

Cardoso, C. F. (1979). A brecha camponesa no sistema escravista. Em C. F. Cardoso, *Agricultura, escravidão e capitalismo.* (pp. 133-154). Petrópolis: Vozes .

Cardoso, C. F. (1987). *Escravo ou Camponês? O proto campesinato negro nas Américas.* São Paulo: Brasiliense.

Cardoso, O. (2008). Para uma definição da Didática da História. *Revista Brasileira de História, 28*, 153-170.

Carneiro da Cunha, M. (1983). Arte afro-brasileira. Em W. (. Zanini, *História geral da arte no Brasil* (Vol. 2, pp. 973-1033). São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles.

Carneiro da Cunha, M. (1985). *Negros estrangeiros: os libertos e sua olta para a África.* São paulo: Brasiliense.

Carneiro da Cunha, M. (1986). Sobre os silêncio da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. Em M. Carneiro da Cunha, *Antropologia do Brasil - mito, história, etnicidade.* (p. 123). São Paulo: Brasiliense, Edusp.

Carneiro da Cunha, M. (2009). *Cultura com aspas e outros ensaios.* Sao Paulo: Cosacnaify.

Carneiro, É. (1964). *Ladinos e Crioulos. Estudos sobre o negro no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Carneiro, É. (1988 (1947)). *O Quilombo dos Palmares* (2ª ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Carroll, A. K., Zedeño, M. N., & Stoffle, R. W. (2004). Land of the ghost dance: a cartography of numic ritual. *Journal of Archaeological Method and Theory, 11*(2), 127-156.

Carvalho, A. V. (2005). O patrimônio em uma perspective crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. *Diálogos, 9*, 33-48.

Carvalho, P. M. (2012). *A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT.* São Paulo: Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo.

Cascuda, L. d. (2011). *História da Alimentação no Brasil.* São Paulo: Global Editora.

Casimiro, T. M. (2013). Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia, 16*, 351-367.

Castellucci Jr., W. (2005). *Pescadores e Roceiros: Escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888).* São Paulo.: Tese de doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP.

Castro, A. B. (1980). A economia política, o capitalismo e a escravidão. Em J. R. Lapa, *Modos de produção e realidade brasileira* (pp. 67-107). Petrópolis: Vozes.

Chalhoub, S. (1990). *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo: Companhia das Letras.

Chalhoub, S. (2012). *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista.* São Paulo: Companhia das Letras.

Chaves, F. O., Gomes, J. R., Soares, M. L., Duque-estrada, G. C., Almeida, P. M., & Oliveira, V. F. (2010). Contribuição ao conhecimento e à conservação da planície costeira de Guaratiba-Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro. *Revista de Gestão Costeira Integrada, 8*.

Childe, G. (1952 (2014)). *NEW Light on The Most Ancient East* (1 ed.). London: Roultedge.

Childs, T. (1991). Style, Technology and Iron Smelting Furnaces in Bantu-Speaking Africa. *Journal os Anthropological and Archaeology*, pp. 332-359.

Chowdhury, A. (2015). Freedom Across the Water: British Emancipation of Slavery and Maritime Marronage in the Danish West Indies. Em H. (. Suzuki, *Abolitions as a Global Experience* (pp. 149-160). Kent Ridge, Singapura: National University of Singapore Press.

Coelho Jr., C. (2010). Gradiente de inundação pelas marés e a drenagem terrestre sobre o comportamento da salinidade intersticial de bosque de mangue de Cananéia, São Paulo, Brasil. *Revista da Gestão Costeira Integrada, 8*, 1-10.

Coelho, F. A. (2012). *A Negra Fumaça: uma análise dos cachimbos do sítio arqueológico Macacu IV - Itaboraí, RJ.* Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cofiel, S. R. (Set. de 2006). French-Caribbean Refugees and Slavery in German Protestant Maryland. *International Journal of Historical Archaeology, 10*(3).

Cordell, J. (1983). Território de pesca localmente manejado no Brasil. 1-36.

Cordell, J. (1989). Social Marginality and Sea Tenure in Bahia. Em J. Cordell, *A Sea of small boats* (pp. 125-151). Cambridge: Cultural Survival Inc.

Costa e Silva, A. (2006). *A Enxada e a Lança: a África antes dos portugueses* (3ª revisada e ampliada ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Costa e Silva, A. d. (2011). *A Manilha e o Libambu. A África e a escravidão de 1500 - 1700.* Rio de Janeiro: Nova fronteira.

Costa Pereira, C. J. (1957). *A Cerâmica Popular da Bahia.* Salvador: Livraria Progresso editora.

Costa, A. d. (1989). *Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no séc. XIX*. Salvador: Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia. Fonte: https://archive.org/details/ekabo_201601

Costa, B. (2014). *A Cerâmica Preta do Mosteiro de São João de Tarouca.* Lisboa: Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Nova de Lisboa.

Costa, D. M. (2016). Archaeology of the African Slaves in the Amazon. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage, 5*, 198-221.

Costa, D. M. (jan-jun de 2016). Arqueologia dos africanos escravizados e livres na Amazônia. *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, 10*(1), 71-91.

Costa, D. M. (2017). Historical Archaeology in the Amazon: the Murutucu Sugar Cane Mill Field School Project. *International Journal of Historical Archaeology*, pp. 1-16. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/314244365_Historical_Archaeology_in_the_Amazon_the_Murutucu_Sugar_Cane_Mill_Field_School_Project

Costellucci Júnior, W. (2005). *Pescadores e Roceiros: Escravos e Forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888).* São Paulo: Tese de doutorado em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Costellucci Junior, W. (2010). Tramas, terra e liberdade: família escrava e alforrias na ilha de Itaparica no século XIX. (CEAO/FFCH/UFBA, Ed.) *Afro-Asia, 42*, 63-107. Fonte: https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21210

Cotta, F. A. (2005). Militares negros numa sociedade escravista. *Anais do XXIII Simpósio nacional de história - História: guerra e paz.* (pp. 1-8). Londrina: ANPUH.

Craemer, W. d., Vansine, J., & Fox, R. C. (1976). Religious Movements in Central African: a Theoretical Study. *Comparactive Studies in Society and History, 18*, 458-475.

Crane, B. (1993). *Colono ware and criollo ware pottery from Chaeleston, South Carolina and San Juan,Puerto Rico in comparative perspective.* Filadélfia: Dissertation in Américan Civilization. University of Pennsylvania.

Cristina, O., & Tristan, J. (25 de julho de 2018). Dandara, Aqualtune e Luiza Mahin: Mulheres negras na luta contra a escravidão no Brasil. *Dossiê Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha.*

Cruz, R. L. (agosto de 2010). Conchas valem dinheiro, escravos são como zimbos: a efemeridade da extração do zimbo no Sul da Bahia. *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA*, 1-13.

Cuddy, T. W., & Leone, M. (2008). New Africa: understanding the americanization of African descente groups through archaeology. Em C. C.-C. Ferguson., *Collaboration in Archaeological Practice. Engaging Descendent Communities* (pp. 203-223). Lanham: Altamira Press.

Cunha, C. A. (2014). *A cerâmica popular baiana: suas origens e principais influências.* Gramado: 11º P & G Design. Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design.

Cunha, C. A. (2015). *Recomendações para preservação da cerâmica tradicional a partir da contribuição do design. Um estudo de caso sobre a cerâmica de Rio Real - BA.* Salvador: Dissertação de Mestrado em Artes Visuais. Escola de Belas Artes. Universidade Federal da Bahia.

Cunha, L. H. (2004). Saberes Patrimoniais Pesqueiros. Em A. C. Diegues, *Enciclopédia Caiçara* (Vol. 1, pp. 105-115). São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB/ CEC-USP.

Curtin, P. D. (1972). *The Atlantic Slave Trade:A census.* Madison: University of Wisconsin Press.

Dantas, B. G., Sampaio, J. A., & Carvalho, M. R. (1998). Os povos indígenas do Nordeste brasileiro: um esboço histórico. Em M. (. Carneiro da Cunha, *Históri dos índios no Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras/ Fapesp.

Darvill, T. (1999). The historic environment, historic landscape, and space-time-action models in landscape archaeology. In.: . Em P. Ucko, R. (. Layton, & O. W. Archaeology (Ed.), *The Archaeology and Anthropology of landscape. Shaping your landscape* (pp. 104-118). London and New York: Routledge.

David, O. R. (1996). *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX* (1ª. ed. ed.). Salvador: EDUFBA / Sarah Letras.

Deagan, K. (1987). *Artifacts of the spanish colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800: Ceramics, Glassware, and Beads.* Washington D. C.: Smithsonian Institution Press.

Debret, J. B. ([1835] 1984). *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (Vol. I e II). São Paulo: Círculo do Livro / Livraria Martins Editora S. A.

DeCorse, C. R. (1999). Oceans Apart: Africanist Perspectives on Diaspora Archaeology. Em T. Singleton (ed.), *"I, too, am America". Archaeological studies of African-American life* (pp. 132-158). Virginia: The University Press of Virginia.

DeCorse, C. R. (1999). Oceans apart: Africanists perspectives on Diaspoa archaeology. Em T. S. (ed.), *I too am American: Archaeological Studies of African American Life* (pp. 132–158). Charlottesville: University of Virginia Press.

Dee, J. H. (dez/jan de 2003). Black Odysseus, White Caesar: When did "White People" become "White"? *The Classical Journal, 99*, pp. 157-167.

Deetz, J. (22 de jan de 1988). American Historical archaeology: methods and results. *Science, 239*, pp. 362-367.

Delle, J. A. (1998). *An Archaeology of Social Space: Analyzing Coffee Plantations in Jamaica's Blue Mountains.* New York: Plenum Press.

Dias Júnior, O. F. (1988). A Cerâmica Neo-brasileira. *Arqueo-IAB*, pp. 3-17.

Dias, D. C. (2012). *Peroleiras no Brasil: uma abordagem arqueológica dos recipientes cerâmicos voltados para o transporte marítimo nos séculos XVI-XVIII.* Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Arqueologia do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Dias, M. H. (2007). *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial.* Niteroi: Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Fonte: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_DIAS_Marcelo_Henrique-S.pdf

Dias, M. H. (2016a). A Capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. Em M. H. Dias, & Â. A. Carrara, *Um lugar na História: a Capitania e Comarca de Ilhéus antes do cacau.* (pp. 47-116). Ilhéus: Editus. Fonte: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2/um_lugar_na_historia_digital.pdf

Dias, M. H. (2016b). A inserção econômica dos aldeamentos jesuíticos na capitania de Ilhéus. Em M. H. Dias, & Â. A. Carrara, *Um lugar na História: a Capitania e Comarca de Ilhéus antes do cacau.* (pp. 183-232). Ilhéus: Editus. Fonte: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2/um_lugar_na_historia_digital.pdf

Diegues, A. C. (1983). *Pescadores, camponeses etrabalhadores do mar.* São Paulo: Ática.

Diegues, A. C. (2004). *A pesca construindo sociedade. Leituras em antropologia marítima e pesqueira.* São Paulo: NUPAUB/USP.

Diegues, A. C. (2008). *O Mito Moderno da Natureza Intocada.* São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB.

Diegues, A. C., & Nogara, P. J. (2005). *O Nosso Lugar Virou Parque. Estudo socioambiental do Sac o de Mamanguá - Paraty - Rio de Janeiro* (3ª ed.). São Paulo: NUPAUB - USP.

Diouf, S. (2014). *Slavery's Exiles: The Story of the American Maroons.* New York: New York University Press.

Edgeworth, M. (2011). *Fluid pasts: archaeology of flow.* London: Bristol Classical Press.

Edison, C. (1958). *O Quilombo dos Palmares* (2ª revisada ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Ejstrud, B. (2008). Maroons and landscapes. *Journal of Caribbean Archaeology*, 1-14. Fonte: https://www.floridamuseum.ufl.edu/wp-content/uploads/sites/44/2017/04/ejstrud2008.pdf

Emerson, M. C. (1988). *Decorated clay tobacco pipes from Chesapeake.* Berkeley: Dissertation submitted in partial satisfaction of the requirments for the degree of doctor of Philosophy in Anthropology in the graduate division of the University of California,.

Emerson, M. C. (1994). Decorated Clay Tabacco Pipes from the Chesapeake: An African Connection. Em B. Little, & P. (. Shachel. Washington D.C.: Smithsonian Institution.

Ennes, E. (1938). *As Guerras nos Palmares (subsídio para a sua história).* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Epperson, T. (2000). Panoptic Plantations: The Garden Sights of Thomas Jefferson and George Mason. Em J. A. Delle, R. Paynter, & S. A. Mrozowski, *Lines That Divide: Historical Archaeologies of Race, Class and Gender* (pp. 58-77). Knoxville: University of Tennessee Press.

Erickson, C. L. (2011). Agency, causeways, canals, and the landscape of everyday life in the Bolivian Amazon. Em J. E. Senad, C. L. Erickson, & J. A. Darling, *Landscapes of movement: trails, paths and roads in anthropological perspective.* (pp. 204-231). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Escalante, A. (1979.). Palenques in Colombia. Em R. P. (Edited), *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the Americas.* (pp. 74-81). Baltimore and London: 2ª ed. The Johns Hopkins University Press.

Etchevarne, C. (2003). Sobrevivências de técnicas ceramistas tradicionais no Recôncavo baiano: um registro etnográfico. *Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, 1*, 49-73.

Etchevarne, C. (2006). Aspectos da cerâmica colonial do século XVII, em Salvador, Bahia. . *CLIO Arqueológica (UFPE), 1*, 53-79.

Expilly, C. (1935 (1858)). *Mulheres e costumes do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Fadigas, A. B., Garcia, L. G., & Hernández, M. I. (2008). As contribuições das marisqueiras para uma gestão sócio-ambiental em reservas extrativistas. *Revista de Estudos Feministas (UFSC), 8*, 1-7.

Fairbanks, C. H. (1984). The Plantation Archaeology of Southeastern Coast. *Historical Archaeology, 18*(1), pp. 41-65.

Farias Jr., E. d. (set. de 2011). Negros do Guaporé. Sistema escravista e as territorialidades específicas. *Ruris, 5*, 85-116.

Farias, E. K. (2010). *Maria Felipa de Oliveira: Heroína da Independência da Bahia.* Salvador: Quarteto Editora.

Farias, S. d. (1998). *A colônia em movimento:Fortuna e família no cotidiano colonial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Felício, N. N. (2016). A fábrica de tecidos Todos os Santos: trabalho e nação na segunda metade do século XIX (Valença- Bahia). *VIII Encontro Estadual de História* (pp. 1-11). Feira de Santana: ANPUH-BA.

Ferguson, L. (1980). Looking for the 'Afro' in Colono-Indian Pottery. Em R. (. Schuyler, *Archaeological Perspectives on Ethnicity in America: Afro-American and Asian American Cultural History* (pp. 14-28). New York: Baywood.

Ferguson, L. (1991). Struggling with pots in Colonial South Carolina. Em M. R., & P. R. (eds), *The Archaeology of Inequality.* (pp. 28–39). Oxford: Blackwell.

Ferguson, L. (1992). *Uncommon Ground. Archaeology and Early African America, 1650-1800.* Washington: Smithsonian Institution Press.

Fernandes, I. (2012). *A loiça preta em Portugal: estudo histórico, modos de fazer e de usar* . Braga: Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

Fernandes-Pinto, É., & Marques, J. G. (2004). Conhecimento Etnoecológico de Pescadores Artesanais de Guaraqueçaba (PR). Em A. C. Diegues, *Enciclopédia Caiçara. O olhar do pesquisador* (pp. 163-190). São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB/ CEC-USP.

Ferreira, L. M. (2009). Arqueologia da escravidão e arqueologia pública: algumas interfaces. *Vestígios - Revista Latno-Americada de Arqueologia Histórica, 3*, 9-23.

Ferreira, L. M. (2011). Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: Algumas interfaces. *Vestígios. Revista Latino Americana de Arqueologia. Laboratório de Arqueologia- UFMG., 5*, 7-23.

Ferreira, L. M. (jul. de 2013). Essas coisas não lhes pertencem: Relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidade. *Reista de Arqueologia Pública, 7*, 87-106.

Ferreira, L. M., & Furani, P. P. (2015). The Aarchaeology of Slavery Resistence in Ancient and Modern Time: An initial outlook from a brasilian perspective. Em C. N. Cipolla, & K. H. Hayes, *Rethinking Colonialism: Comparative Archaeological Approaches* (pp. 190-209). Florida, US: University Press of Florida.

Ferreira, L. M., & La Rosa Corzo, G. (2015). The Archaeology of Slave Branding in Cuba. Em P. P. Funari, & C. O. (Ed.), *Current Perspectives on the Archaeology of African Slavery in Latin America* (pp. 45–60). Springer Press.

Ferreira de Castro, J. M. (1938). *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*. Lisboa, PT: Emprêsa Nacional de Publicidade.

Florentino, M., Ribeiro, A. V., & Silva, D. D. (2004). Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Revista Afro-Ásia*, 83-126.

Fonseca, J. A. (2018). Padrão de distribuição espacial e modelos preditivos: os sítios arqueológicos no baixo curso dos rios Nhamundá e Trombetas. *Boletim do useu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 13*(2), 353-376.

Fonseca, M. V. (2002). *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição de escravidão no Brasil.* Bragança Paulista: EDUSF.

Fraga Filho, W. (2006). *Encruzilhadas da Liberdade. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 - 1910).* Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

Fragoso, J. L. (1990). *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-exportadora no Rio de Janeiro: 1790-1888.* Rio de Janeiro: Tese de doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Freitas, D. (1981 (1973)). *Palmares: a guerra dos escravos.* São Paulo: Graal.

Freitas, D. (1983). *Escravos e senhores de escravos.* Porto Alegre: Mercado Aberto.

Funari, P. P. (dezembro/fevereiro de 1995-1996). A "República de Palmares' e a arqueologia da Serra da Barriga. *Revista ADUSP, 28*, 6-13.

Funari, P. P. (1996). A arqueologia de Palmares. Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. Em J. J. Reis, & F. d. Gomes, *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil* (pp. 26-25). São Paulo: Companhia das Letras.

Funari, P. P. (1996b). O estudo arqueológico do Quilombo de Palmares. *História em Revista. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL,* 201-208.

Funari, P. P. (1996d). A cultura material de Palmares: o estudo das relações sociais de um quilombo pela Arqueologia. *Locus (Juiz de Fora), 27*, 37- 42.

Funari, P. P. (1997/1998). O estudo arqueológico de Palmares e a sociedade brasileira. *África: Revista de Estudos Africanos*, 93-103.

Funari, P. P. (1998). *Teoria Arqueológica na América do Sul.* (Ed. 76) Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP.

Funari, P. P. (2001a). Heterogeneidade e conflito na interpretação do quilombo dos Palmares. *Revista de História Regional, 1*, 11-18.

Funari, P. P. (2008). O papel estratégico da Arqueologia na delimitação de terras indígenas e quilombolas. *VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, patrocinado pela Presidência da República, em Brasília, nov/2007. 3*, pp. 1-15. Brasília: E-Premissas.

Funari, P. P., & Carvalho, A. V. (2005). *Palmares ontem e hoje.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Funari, P. P., & Carvalho, A. V. (2013). Interações étinicas e culturais em Palmares. Em C. (. Agostini, *Objetos da Escravidão* (pp. 149-166). Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora.

Funari, P. P., & Dominguez, L. (2004). Esclavitud y Arqueología de la resistencia en Cuba y Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.*, 209-223.

Funari, P. P., & Orser Jr, C. E. (jul-dez. de 2001). Arqueologia da resistência escrava. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de antropologia, arqueologia e patrimônio, I*(2).

Funes, E. A. (1996). "Nasci nas matas, nunca tive senhor" – Histórias e memórias dos mocambos do baixo Amazonas. Em J. J. Reis, & F. d. Gomes, *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil* (pp. 467-497). São Paulo: Companhia da Letras.

Furtado, C. (1976 (1959)). *A Formação econômicado Brasil* (14 ed.). São Paulo: Ed. Nacional.

Galle, J. (2010). Costlysidnaling and gendered social strategies amog slaves in the eighteenth-century Chesapeake: An Archaeological Perspective. *American Antiguity*, *75*(1), 19-43.

Garcia, J. (2014). *Análise dos atributos decorativos da coleção Ordener Ferreira.* Goiás: Trabalho de conclusão no curso de bacharelado em Arqueologia. Pontifício Universidade Católica de Goiás.

Gaspar de Oliveira, M. D. (jan.-abr. de 2011). Os próximos passos... aperfeiçoar a prospecção arqueológica e abrir a caixa do passado. *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 6*(1), pp. 41-55.

Gaspar de Oliveira, M. D. (2012). Arqueologia, Cultura Material e Patrimônio. Sambaquis e cachimbos. *Cultura Material e Patrimônio de C&T*, 39-52.

Gerth, E., & Kingsley, S. A. (2014). The Deep-Sea Tortugas Shipwreck, Florida (1622): Afro-Caribbean Colonoware & Maritime Slavery. *Odyssey Marine Exploration Papers*, 1-42.

Giglio, V. J., & Freitas, M. O. (2013). Caracterização da pesca artesanal com rede de camboa na Reserva Extrativista de Cassurubá, Bahia. *Biotemas, 2*, 249-259.

Godbout, J. (out de 1998). Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 13*.

Godelier, M. (1975). *Racionalidade e irracionalidade na economia.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Gomes, F. (2013). Outras cartografias da plantation: espaços, paisagens e cultura material no sudeste escravista. Em C. (. Agostini, *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado* (pp. 83-103). Rio de Janeiro: Sete Letras Ed.

Gomes, F. d. (1995). Um Recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na Capitania da Bahia (1575-1808). *História Social - Revista da Pós-graduação em História IFCH- UNICAMP*, 25-54.

Gomes, F. d. (dezembro/fevereiro de 1995-1996). Em torno dosbumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial. *Revista USP - Povo negro, 28*, 40-55.

Gomes, F. d. (2006). *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras.

Gomes, F. d. (2015). *Mocambos e quilombos. Uma história do campesinato negro no Brasil.* São Paulo: Claro Enigma.

Gomes, F. d., & Schwarcz, L. M. (2018). Indígenas e africanos. Em L. M. Schwarcz, & F. d. Gomes, *Dicionário da Escravidão e Liberdade* (pp. 260-267). São Paulo: Companhia das Letras.

Gomes, F. d., & Soares, C. E. (jul/dez de 2002). Dizem as quitandeiras... Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo, 15*, pp. 3-16.

Gomes, F. S. (2018). Quilombos/ Remanescentes de quilombos. Em L. Schwarcz, & F. Gomes, *Dicionário da Escravidão e Liberdade* (pp. 367-373). São Paulo: Companhia das Letras.

Gomes, M. V., Casimiro, T., & Gonçalves, J. (2012). *Espólio do naufrágio da ponta do Leme Velho (Ilha do Sal, Cabo Verde), contributo para a arqueologia da exposição.* Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.

Gomes, R. V. (2006). *Faiança Portuguesa Séc. XVII. Escavação do Imóvel n.º 12-14 do Beco do Espírito Santo (Alfama).* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. História - Variante Arqueologia.

Gonçalves, J. R. (2007). *Antropologia dos objetos : coleções, museus e patrimônios.* Rio de Janeiro: MinC /Coleção Museu, Memória e Cidadania.

Gordenstein, S. L. (jul/dez de 2018). Evidência arqueológica de ressignificação simbólica: a cerâmica de decoração espiralada de Maragogipinho, Bahia. *Especiaria - Caderno de Ciências Humanas, 18*, 253-270.

Gorender, J. ([1978] 2016). *O escravismo colonial.* São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo.

Gorender, J. (1983). Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. *Estudos econômicos, IPE-USP, 13*, 7-39.

Gorender, J. (2016). *O escravismo colonial.* São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.

Gosselain, O. P. (2000). Materializing identities: an African perspective. *Journal of Archaeological method and Theory, 7*, 187-217.

Goulart, J. A. (1972). *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil.* Rio de Janeiro: Conquista.

Goulart, M. (1950). *Escravidão africana no Brasil (das origens a extinção do tráfico).* São Paulo: Martins.

Gragson, T., & Blount, B. G. (1999). *Ethnoecology: Knowledge, Resources, and Rights.* Georgia: The University of Georgia Press.

Graham, R. (2002). Nos tumberos mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, 121-160.

Graham, S. L. (1992 (1988)). *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910.* São Paulo: Companhia das Letras.

Guaraldo Almeida, F. (2012). *Terra de Quilombo: Arqueologia da Resistência e Etnoarqueologia no Território Mandira, Município de Cananéia (SP).* São Paulo:

Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Guaraldo Almeida, F. (2018a). Arqueologia de quilombo e quilombola na Ilha de Tinharé, Bahia: Primeiros apontamentos. Em T. C. Macêdo (Ed.), *Áfricas: Perspectivas.Ensino, pesquisa e extensão. Seminário África na FFLCH II. 16 a 18 de novembro de 2016* (pp. 290-310). São Paulo: CEA/ FFLCH. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/331109783_ARQUEOLOGIA_DE_QUILOMBO_NA_ILHA_DE_TINHARE_BAHIA_primeiros_apontamentos

Guaraldo Almeida, F. (jul/dez de 2018b). A dinâmica da paisagem quilombola a partir dos sítios históricos e relações dos afrodescendentes da comunidade de Galeão, na ilha de Tinharé, Bahia: uma abordagem interdisciplinar entre arqueologia, história e etnografia. *Especiaria - Caderno de Ciências Humanas, 18*, 39-67. Fonte: https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/2580

Guedes, M. L., Esteves, F. A., & Santos, E. S. (1996). Diagnóstico Ambiental dos Remanescentes da Mata Atlântica das Ilhas Tinharé-Boipeba (Cairú, Bahia). *Sitientibus*, 221-231.

Guidon, N. (2004). *Arqueologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara.* Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil.

Guimarães, A. A. (2003). *Zambiapunga de Nilo Peçanha: representações no tempo (1940-2002).* Santo Antônio de Jesus: Monografia de Graduação do curso de História da Universidade do Estado da Bahia (Campus V).

Guimarães, A. S. (dez/fev de 2005). Resistência e Revolta nos anos 1960: Abdias do Nascimento. *Revista USP*, 156-167.

Guimarães, C. M. (1988). *A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII.* São Paulo: Ícone.

Guimarães, C. M. (jul de 1988). Quilombos do século do ouro. Minas Gerais, século XVIII. *Estudos Econômicos*, pp. 7-43.

Guimarães, C. M. (1996). Mineração colonial e arqueologia: potencialidades. *Revista de Arqueologia, 9*, 55-64.

Guimarães, C. M. (1996). Mineração, quilombos e Palmares - Minas Gerais no século XVIII. Em J. J. Reis, & F. d. (Org.), *Liberdade por um fio. Histórias dos quilombos no Brasil* (pp. 139-163). São Paulo: Companhia das Letras.

Guimarães, C. M., & Lanna, A. L. (1980). Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais. (I. A. Pesquisas, Ed.) *Pesquisas, Antropologia*, 147-164.

Guimarães, C. M., Santos, A. F., Gonçalves, B., & Porto, L. (1990). O quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia. *Anais do 1º Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra. Estudos Ibero-Americanos, XVI*, 161-174.

Gusmão, N. M. (Nov. de 1995). Terra de uso comum: oralidade e escrita em confronto. *Afro-Asia (UFBA), 16*, 116-132. Fonte: https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20850

Gusmão, N. M. (1996). *Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro.* Brasília: MINC/ Fundação Cultural Palmares.

Hamilakis, Y. (2011). Archaeological Etnography: A Multitemporal Meeting Ground for Archaeology and Antropology. *Annual Reviews of Anthropology, 40*, 399-414.

Hamilakis, Y., & Anagnostopoulos, A. (2009). What is Archaeological Ethnography? *public archaeology: archaeological ethnographies, 8*(2–3), 65-87.

Handler, J. (1996). A prone burial from a plantation Slave cemetery in Barbados West Indies: Possible Evidence for an African-type Witch or Other Negatively Viewed Person. *Hist. Archaeol., 30*(3), pp. 76-86.

Handler, J. (June de 2008). Aspects of the Atlantic Slave Trade: Smoking Pipes, Tobacco, and the Middle Passage. *African Diaspora Archaeology Newsletter, 11*, 1-12.

Handler, J. S., & Lange, F. W. (1978). *Plantation Slavery in Barbados: An Archaeological and Historical Investigation.* Cambridge: Harvard University Press.

Harmansah, Ö. (2014). Introduction: Towards an Archaeology of Place. Em Ö. (. Harmansah, *Of rocks and water: towards an archaeology of place* (pp. 1-12). Oxford and Philadelphia: Oxbow Books.

Hauser, M. W., & DeCorse, C. R. (March de 2003). Low-Fired Earthenwares in the African Diaspora: Problems and Prospects. *International Journal of Historical Archaeology, 7*(1), 67-98.

Hauser, M. W., Desantes, C., & Glascock, M. D. (2008). Locating Enslaved Craft Production: Chemical Analysis of Eighteenth Century Jamaican Pottery. *Journal of Caribbean Archaeology, 8*, 123-148.

Heath, B. (2004). Engenderinh Choice: Slavery and Consumerism in Central Virginia. Em A. L. Young, & J. E. Galle, *Engendering African Archaeology: A Southern Perspective* (pp. 19-38). Knoxille: University of Tennessee Press.

Hill, M. (1976). Archaeological Smoking Pipes from Central Sierra Leone. *West African Journal of Archaeology, 6*, 109-119.

Hissa, S. d. (2018). *O petyn no cachimbo branco: arqueologia e fumo nos séculos XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Hissa, S. d., & Lima, T. A. (2017). Cachimbos europeus de cerâmica branca, séculos XVI ao XIX: parâmetros básicos para análise arqueológica. *Anais do Museu Paulista: História, cultura e material, 25*, 225-268.

Hodder, I., & Hutson, S. (2003 (1986)). *Reading the Past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology* (4ª ed.). New York: Cambridge University Press.

Holl, A. (2019). Place, Grave, and People: Archaeology of New York African Burial Ground (ca 1650-1796). Em V. S. Santos, L. C. Symanski, & A. Holl, *Arqueologa e história da cultura material na África e na diáspora africana* (pp. 41-84). Curitiba, PR: Brazil Publishing.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Teredo_navalis. (05 de março de 2020). Fonte: Wikipedia.

Hume, I. N. (1962). An Indian Ware of the Colonial Period. *Quarterly Journal of the Archaeological Society of Virginia, 17*(1).

Hume, I. N. (2001). *A guide to artifacts of Colonial America.* Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.

Ianni, O. (1962). *As metamorfoses do escravo.* São Paulo: Difel.

IBGE, I. B. (1999). *Projeto RADAMBRASIL. Folha SD24 Salvador - Potencial dos recursos hídricos.* Rio de Janeiro: IBGE.

Ingold, T. (2000). Landscape temporality. Em T. Ingold, *Perception of Enviroment: Essays on livelihood, dwelling and skill* (pp. 189-208). London and New York: Routledge.

Ingold, T. (2004). Two reflections on ecological knowledge. Em G. Ortalli, & G. (. Sanga, *Nature knowledge: ethnoscience, cognition, identity* (pp. 301-311). New York: Berghahn.

Ingold, T. (2010). No more ancient; no more human. Em D. G. (eds)., *Archaeology & Anthropology.* (pp. 160-170). Oxford: Oxbow Books.

Jaboatam, A. d. (1858-62 [1761]). *Novo orbe serafico brasilico ou Chronica dos frades Menores da provincia do Brasil* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Typ. brasiliense de M. Gomes Ribeiro.

Jackson, G., & Smith, C. (2007). Living and learning on Aboriginal lands: descolonizing archaeology. Em *Indigenous archaeologies* (pp. 328-351). London: Routledge.

Jacobus, A. (1996). Louças e cerâmicas no sul do Brasilno século XVIII: o registro de Viamão como estudo de caso. *Revista do CEPA, 20*(23), 7-58.

Jacobus, A. L. (1997). *Resgate arqueológico e histórico do registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha-RS).* Porto Alegre: Dissertalção de mestrado. PUC-RS.

Johnson, S. (1960 (1921)). *The History of the Yoruba. From the Earliest Times to the Beginning of the British Protectorate.* Westport: Negro University Press.

Karasch, M. (1996). Os Quilombos do Ouro na Capitania de Goiás. Em J. J. Reis, & F. d. Gomes, *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil* (pp. 240-262). São Paulo: Companhia das Letras.

Karash, M. (2000 (1972)). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850.* São Paulo: Cia das Letras.

Kent, S. (1987). *Method and theory for activity area research: an ethnoarchaeological approach.* New York: Columbia University Press.

Kidder, D. P. (1951). *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil : províncias do Norte : compreendendo notícias históricas e geográficas do império e das diversas províncias.* São Paulo: Martins Ed.

Klein, H. S. (1989). Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. *História*, 3-25.

Kogoruma, P. (2001). *Conflitosdo imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afrobrasileiras n "metrópole do café", 1890-1920.* São Paulo: Anablume, Fapesp.

Kopytoff, I. (1983). Slavery. *Annual Review Anthropology, 11*, 220-224.

Koster, H. ([1816] 2002). *Viagens ao Nordeste do Brasil.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana.

Krause, T. (2014). Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista. *Afro-Ásia*, 199-228.

La Rosa Corzo, G. (1999). La huella africana en el ajuar del cimarrón. Una contribución arqueológica. *El Caribe arqueológico*, 109-115.

La Rosa Corzo, G. (2003). *Runaway Slave Settlements in Cuba: Resistance and Repression.* Chapel Hill: , translated by Mary Todd. English translation of 1998 Spanish edition. The University of North Carolina Press.

La Rosa Corzo, G. (2005a). Subsistence of Cimarrones: An Archaeological Study. Em L. A. Curet, S. L. Dawdy, & G. (. La Rosa Corzo, *Dialogues in Cuban Archaeology* (pp. 163-180). Tuscaloosa: University of Alabama Press.

La Rosa Corzo, G. (2005b). Os espaços da resistência escrava em Cuba. Em P. P. Funari, O. J. E., & S. N. Schiavetto, *Identidades, discuros e poder: Estudos da arqueologia contemporânea* (pp. 45-57). São Paulo: Annablume/ Fapesp.

La Salle, M. (2010). Community collaboration and other good intentions. *Journal of the World Archaeological Congress, 6*(3), 410-422.

Lane, P. (2006). Present to past. Ethnoarchaeology. Em C. Tilley, W. Keane, S. Küchler, M. Rowlands, & P. Spyer, *Handbook of material culture* (pp. 402-424). Los Angeles, London, New Deli, Singapure, Washintown DC: SAGE. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/293077502_Present_to_past_Ethnoarchaeology

Lane, P. J. (2008). The use of ethnography in landscape archaeology. Em B. David, & J. (. Thomas, *The Handbook of Landscape Archaeology* (pp. 237-244). Walnut Creek, CA: Left Coast Press.

Lapa, J. R. (1968). *A Bahia e a carreira da Índia.* . São Paulo: Nacional.

Lapa, J. R. (1991). *O Sistema Colonial.* São Paulo: Ática.

Lara, S. H. (1996). Do Singular ao Plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. Em J. J. Reis, & F. d. Gomes, *Liberdade por um fio. Historia dosquilombos no Brasil* (pp. 81-109). São Paulo: Companhia das Letras.

Lara, S. H. (fev. de 1998). Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História, 16*, 25-38.

Leite, I. B. (2000). Os Quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. *Etnográfica, IV*, 333-354.

Leite, I. B. (setembro-dezembro de 2008). O Projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos Feministas, 16*, pp. 965-977. Fonte: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300015

Leite, S. (1938-1945). *Históriada Companhia de Jesus no Brasil.* Rio de Janeiro-Lisboa: Instituto Nacional do Livro/ Civilização Brasileira/ Livraria Portugália.

Leite, S. (1940). *Novas cartas jesuíticas : de Nóbrega a Vieira.* São Paulo: Ed. Nacional.

Leite, S. (1953). *Arte e Ofício dos Jesuítas no Brasil 1549-1760.* Lisboa- Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

Lenik, S. (2009). Considering Multiscalar Approaches to Creolization Among EnslavedLaborers at Estate Bethlehem St. Croix, US Virgin Ilands. *Int J Histor Archaeol, 3*, 12-26.

Leone, M. (1984). Interpreting Ideology in Historical Archaeology: Using the Rules of Perspective in the William Paca Garden in Annapolis, Maryland. Em D. M. (orgs.), *Ideology, Power and Prehistory* (pp. 25-35). Cambridge: Cambridge University Press.

Leone, M. (jun de 1995). A Historical Archaeology of Capitalism. *American Anthropologist, 97*(New Series), 251-268.

Leone, M., Laroche, C. J., & Babiarz, J. J. (2005). The archaeology of Black Americans in Recent Times. *Annual Reviews of Anthropology, 13*(15), pp. 575-599.

Lepkowski, T. (1968). *Haití* (Tomo I ed.). Havana: Casa de las Américas.

Lima, T. A. (1993). Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material, Nova série*, 225-262.

Lima, T. A. (1995b). Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista, 3*, 129-191.

Lima, T. A. (1997). Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Palista: História e Cultura Material*, 93-129.

Lima, T. A. (2002). Tecnologia de mais, comportamento de menos: o olhar da arqueologia sobre os vidros históricos. *Canindé, 2*, pp. 283-290.

Lima, T. A. (2013). Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, 7*, 177-204. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/324624728_Arqueologia_como_acao_sociopolitica_o_caso_do_Cais_do_Valongo_Rio_de_Janeiro_seculo_XIX

Lima, T. A., Bruno, M. C., & Fonseca, M. P. (1993). Sistema do Modo de Vida Burguesa no Vale do Paraiba, Séc. XIX. Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. Exploração arqueológica e museológica. *Anais do Museu Paulista*, 179-206.

Lima, T. A., Fonseca, M. P., Sampaio, A. C., Fenzl-Nepomuceno, A., & Martins, A. H. (1989). A Tralha Doméstica em Meados do Século XIX: Reflexões da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. *Dédalo, publicação avulsa*, pp. 205-230.

Lima, T. A., Fonseca, M. P., Sampaio, A. C., Fenzl-Nepomuceno, A., & Martins, A. H. (1989). A Tralha Doméstica em Meados do Século XIX: Reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. *Dédalo*, pp. 205-230.

Lima, T. A., Fonseca, M. P., Sampaio, A. C., Fenzl-nepomuceno, A., & Martins, A. H. (1989b). Aplicação da Fórmula South a sítios históricos do século XIX. *Dédalo, 27*, pp. 83-97.

Lima, T. A., Souza, M. A., & Sene, G. M. (7 de oct de 2014). Weaving the Second Skin: Protection Against Evil Among the Valongo Slaves in Nineteenth-century Rio de Janeiro. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage, 3*, pp. 103-133. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/286240980_Weaving_the_Second_Skin_Protection_Against_Evil_Among_the_Valongo_Slaves_in_Nineteenth-century_Rio_de_Janeiro

Linhares, M. Y. (1983). Subsistência e sistemas agrários na colônia:uma discussão. *Estudos Econômicos*, 745-762.

Linhares, M. Y., & Silva, F. C. (1981). *História da Agricultura Brasileira -Combates e controversias.* São Paulo: Brasiliense.

Lobo, C. L. (1812). *Memoria sobre a Decadência das Pescarias de Portugal.* Memorias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Tombo IV. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Portugal.

Lody, R. (1985). *Um documento do candomblé na cidade do Salvador.* Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.

Lody, R. (1998). *Santo também come.* Rio de Janeiro: Pallas.

Lody, R. (2004). *Eparrei, Bárbara: fé e festas de largo do São Salvador.* Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP.

Lody, R. (26 de fev de 2016). *Brasil bom de boca*. Fonte: A louça caxixi: as miniaturas de barro da Bahia.: http://brasilbomdeboca.com.br/2016/02/29/a-louca-caxixi-as-miniaturas-de-barro-da-bahia/

Lopes, N. (2006). *Bantos, malês e identidade negra.* Rio de Janeiro: Autêntica.

Lotufo, J. P. (2016). *Álcool, tabaco e maconha: drogas pediátricas: o envolvimento do pediatra e da família na prevenção.* São Paulo: Dr. Bartô.

MacDonald, K. C. (2011). Discussing ceramics in the African Atlantic. *Azania: Archaeological Research in Africa, 46*(3), 358-362.

Machado Filho, A. d. (1980). *Arraial de Tijuco, cidade de Diamantina.* São Paulo: USP.

Machado, C. E. (2018). A construção da raça branca e a suposta incapacidade intelectual negra para a ciênca, tecnologia e inovação. *Revista da ABPN, 10, Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência*, 12-29.

Machado, J. S. (2013). *Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônico.* Rio de Janeiro: Tese (doutorado), Museu Nacional, UFRJ.

Maestri, M. (1995). RS: O quilombo de Manuel Padeiro. *Porto & Vírgula, Secretaria Municipal de Cultura, Porto Alegre-RS*, pp. 54-72.

Mahony, M. A. (2001). Instrumentos Necessários: escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*, 95-139.

Majewski, T., & O'Brien, M. (1987). The Use and Misuse of Nineteenth-Century English and American Ceramics in Archaeological Analysis. Em M. B. by), *Advances in Archaeological Method and Theory* (pp. 97-209). Academic Press.

Malta, R. A. (jan. - jun. de 2020). Territorialidade negra e a colonialidade do setor turístico-imobiliário no baixo sul da Bahia. *Terra Livre, 1*, pp. 762-804.

Marcílio, M. L. (1999). A população do Brasil Colonial. Em L. (. Bethll, *História da América Latina* (pp. 311-337). São Paulo: EDUSP.

Marques, R. d. (2006b). Revisitando casa-grande e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista, 14*(1), 11-57.

Marquese, R. d. (2006a). A dinâmica da escravidão no Brasil. *Estudos Novos*, 107-123.

Martins, J. d. (2010). *O cativeiro da terra.* São Paulo: Editora Contexto.

Masolo, D. A. (2010). Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana. Em B. V. Santos, & M. P. Meneses, *Epistemologia do Sul* (pp. 313-339). São Paulo: Cortez.

Mathewson, R. D. (1973). Archaeological analysis of material culture as a reflection of subcultural differentiation in eighteenth century Jamaica. *Jamaica Journal, 7*, 25-29.

Mattos e Silva, R. V. (2001). De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. Em R. V. Mattos e Silva, *Para a história do português brasileiro. Primeiros estudos* (Vol. 2, pp. 275-301). São Paulo: Humanitas/FAPESP.

Mattoso, K. d. (1988 (1982)). *Ser Escravo no Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Brasiliense.

Mattoso, K. M. (1978). *Bahia: A cidade de Salvador e seu mercado no século XIX.* São Paulo: HUCITEC.

Mauss, M. (2008). *Ensaio sobre a dádiva.* Lisboa: Edições 70.

Maximiliano, P. (1940 (1820)). *Viagem ao Brasil.* São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre: Companhia Editorial Nacional.

Mello e Souza, M. d. (2018). *Além do Visivel. Poder, Catolicismo e Comércio no Congo e em Angola (Séculos XVI e XVII).* São Paulo: Edusp.

Mendonça, J. M. (1999). *Entre as mãos e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil.* Campinas: Editora da Unicamp.

Merencio, F. T. (2020). A modelagem preditiva na Arqueologia: um olhar crítico a partir do estudo de caso no território Xetá. *Revista do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas, 17*(33), 25-45.

Metcalf, A. (dez de 1999). Millenarian slaves? The Santidade de Jaguaripe and Slave Resistance in the Americas. *American Historical Review*, pp. 1531-1559.

Metcalf, A. (2019). *Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil*. Tradução de Pablo Lima. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

Meyer, L. (1994). *Objets Africains: vie quotidienne, rites, arts de cour.* Paris: Éditions Pierre Terrail.

Meyers, A. D. (1999). West African Tradition in the Decoration of Colonial Jamaican Folk Pottery. *International Journal of Historical Archaeology, 3*, 201-223.

Miller, D. (2005). Materiality: An introduction. Em D. M. (Ed.), *Materiality* (pp. 1-50). Duke University Press. Fonte: https://muse.jhu.edu/book/70060

Miller, G. L. (1980). Classification and Economic Scaling of 19th Century Ceramics. *Historical Archaeology, 14*, 1-40.

Miller, G. L. (1991). A Revised Set of CC Index Values for Classification and Economic Scale of English Ceramics from 1787 to 1880. *Historical Archaeology, 25*, 1-25.

Miller, G. L., Samford, P., Shlasko, E., & Madsen, A. (Julho de 2009). Contand o tempo para Arqueólogos. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, 3*, 87-127.

Miller, J. (1991). A marginal institution on the margin of the Atlantic system: The Portuguese southern Atlantic slave trade in the eighteenth century. Em B. L. (Ed.), *Slavery and the Rise of the Atlantic System* (pp. 120-150). Cambridge: Cambridge University Press.

Mintz, S. (1985). *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History.* New York: Penguin Books.

Mintz, S., & Price, R. (1976). An Anthropological Approach to the Afro-Americcan Past: a Caribbean Perspective. *ISHI Occasional Papers in Social Chance*, 1-20.

Mintz, S., & Troillot, M.-R. (1995). The social history of the haitian vodou. Em D. J. Coentino, *Sacred Arts of Haitian Vodou* (pp. 123-147). Los Angeles: UCLA Museum of Social History.

Monteiro, J. M. (1994). *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Cia das Letras.

Moraes, I. P. (2012). *Do Tempo dos Pretos d'antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA).* Belém: Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia, UFPA.

Morales, W. F. (1999). Os cachimbos cerâmicos do MAE/USP: apresentação de uma coleção. *Revista do MAE/USP, 9*, 207-221.

Morales, W. F. (2001). A cerâmica "neobrasileira" nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiaí do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 11*, 165-188.

Morgado, P. J. (2009). A Cerâmica do Açúcar em Aveiro na Época Moderna. *Patrimónios*, 117-142.

Morgado, P. J., Silva, R. C., & Filipe, S. J. (2012). A Cerâmica do Açucar de Aveiro: Recentes achados na área do antigo barro das Olarias. Em A. Teixeira, & J. A. Bettencourt (Coord.), *Velhos e Novos Mundos: Estudos de arqueologia moderna* (pp. 770-782). Lisboa: Centro de história do Além-Mar. Faculdade de Ciencias Sociais e Humanas -Universidade Nova de Lisboa.

Mori, V. H., Lemos, C. A., & Castro, A. H. (2016). *Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos.* São Paulo: Câmara Brasleira do Livro.

Mott, L. (1996). Santo Antônio , o divino capitão-do-mato. Em J. J. Ris, & F. d. Gomes, *Liberdade por um fio.Históia dos quilombos do Brasil* (pp. 110-138). São Paulo: Companhia das Letras.

Mott, L. (2010). *Bahia: Inquisições e Sociedade.* Salvador: UFBA.

Moura, C. (1959). *Rebeliões da sezala: Quilombos,insurreições, guerrilhas.* Sã Paulo: Zumbi.

Moura, C. (1983). *Brasil:as raizes do protesto negro.* São Paulo: Global editora.

Moura, C. (1986). *Os Quilombos e a Rebelião Negra* (5ª ed.). São Paulo: Brasiliense.

Moura, C. (1993). *Quilombos: resistência ao escravismo* (3ª ed.). São Paulo: Ática.

Moura, C. A. (2001). Quilombagem como expressão de protesto radical. Em C. A. Moura, *Os quilombos na dinâmica social do Brasil* (pp. 102-117). Maceio: Editora da Universidade Federal de Alagoas.

Mourão, F. A. (2003 [1971]). *Os Pescadores do Litoral Sul de São Paulo.* São Paulo: HUVCITEC/ NUPAUB/ CEC.

Mullins, P. (2008). Excavating America's metaphor: race, diaspora, and vindicationist archaeologies. *Historical Archaeology*, *42*(2), 104–122.

Munanga, K. (1995). Origem e Histórico do Quilombo na África. *Revista USP*, *28*, 56-64.

Munanga, K. (1998). Teoria sobre racismo. Em C. Hasembalg, K. Munanga, & L. Schwarcz, *Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Estudos & Pesquisas* (pp. 43-65). Niteroi: Editora Da Universidade Federal Fluminense.

Munanga, K. (2004). Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo Identidade e Etnia. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*, S.I: s.n.

Najjar, R. P. (2005). *Construtores de igrejas: um estudo arqueológico da presença da Companhia de Jesus no litoral brasileiro.* São Paulo: Tese de doutorado em Arqueologia. Museu de Arqueologia e tnologia da USP.

Najjar, R. P., & Silva, R. C. (2006). *Relatório Parcial do Projeto de Prospecções Arqueológicas na Área da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho.* Rio de Janeiro: Manuscript, IPHAN/ Monumenta.

Nascimento, A. (2002). *O Quilombismo.* Brasília: Fundação Cultural Palmares.

Nascimento, A. d. (1982). *O Negro Revoltado* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Nascimento, B. (1985). O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodiáspora*, 41-49.

Nascimento, E. L. (2011). *A Textura da Vida Diária: materialidade e paisagem no cotidiano do Quilombo de Marques (Vale do Mucuri/MG).* Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Universidade Federal de Minas Gerais.

Neves, R. A. (2017). *Representações e práticas sociais em relação à cultura materal: etnografia do processo de social de produção e circulação da cerâmica de coqueirinhos/BA.* Cachoeira: Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. CAHL/UFRBA.

Noelli, F. S. (jul-Dez de 2019). Piratýpe: uma linguagem da pesca e do consumode peixes entre os Guaraní. *Caderno do Lepaarq, XVI*, 30-54.

Noelli, F. S., & Sallum, M. (set/dez de 2019). A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. *Mana, 25*, pp. 701-742.

Norton, H. K., & Espenshade, C. T. (2007). The challenge in locating maroon refuge sites at maroon ridge, St. Croix. *Journal of Caribbean Archaeology*, pp. 1-17.

Nunes Neto, F. A. (out/dez de 2014). Entre fontes, chafarizes e o dique: a introdução do sistema de abastecimento de água em Salvador. *Revista FSA, 11*, 134-157. Fonte: http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/657/0

O'Brien, P. K., & Engerman, S. L. (1991). Exports and the Growth of the British Economy from the Glorious Revolution to the Peace of Amiens. Em B. L. (Ed.), *Slavery and the Rise of the Atlantic System* (pp. 177-209). Cambridge: Cambridge University Press.

Ofosu-Mensah, E. A. (2019). Mining in Ghana and its Connections with Mining in the Brazilian Diaspora. Em V. S. Santos, & L. C. Symanski, *Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana.* (pp. 131-154). Curitiba: Brazil Publishing Ed.

Ojo, O. (2008). Beyond diversity: women, scarification, and yoruba identity. *History in Africa, 35*, 347-374.

Oliveira, A. M. (2000). *Reconcavo Sul: terra, homem, economia e poder no século XIX*. Salvador: Dissertação de mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

Oliveira, M. A. (jul/dez de 2012). As roças brasileiras, do período colonial à atualidade caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica. *Várias Histórias, 28*, 755-780.

Oliveira, M. I. (Dezembro/ fevereiro de 1996). Viver e morrer no meio dos seus. nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP: O povo Negro*, 174-193.

Oliver, J. (2010). *Landscape and Social transformations on the Northwest coast. Colonial Encounters in the Fraser Valley.* Tucson, Arizona: The University of Arizona Press.

Oliver, R. (1994 [1991]). *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Oliveros, J. C. (2013). Transformações na paisagem cultural contemporânea de uma povoação de origem quilombola na costa norte da Colômbia – San Basilio Palenque, século XIX e XX. Em C. A. (Org.), *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado* (pp. 105-127). Rio de Janeiro: Sete Letras Ed.

Orser Jr, C. E. (2005). O dasafio da raça para a arqueologia histórica americana. Em P. P. Funari, C. E. Orser Jr, & S. N. Schiavetto, *Identidade, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea* (pp. 59-76). São Paulo: Annablume.

Orser Jr, C. E., & Funari, P. P. (2001). Archaeology and slave resistance and rebellion. *World Archaeology, 33 (Jun., 2001), pp. 61-*, 61-72.

Orser Jr., C. (1992a). *Introdução à Arqueologia Histórica.* (T. e. Funari., Trad.) Belo Horizonte: Oficina das Letras.

Orser Jr., C. (september de 1992b). Beneath the Material Surface of Things: Commodities, Artifacts, and Slave Plantations. *Historical Archaeology, 26*(3), pp. 95-104.

Orser Jr., C. (1996). *A Historical Archaeology of the Modern World.* New York: Plenum Press.

Orser Jr., C. (1998). The archaeology of the African diaspora. *Annual Review of Anthropology, 27*, 63-82.

Orser Jr., C. (2001b). Race and Archaeology of Identity in the Modern World. Em C. O. Jr., *Race and Archaeology of Identity* (pp. 1-13). Salt Lake City: The University of Utah Press.

Orser Jr., C. E., & Funari, P. P. (2001). Archaeology and slave resistance and rebellion. Em Taylor, F. (Pubished), & WorldArchaeology (Ed.), *The Arcaeology of Slavery* (Vol. 33, pp. 61-72). London and New York: Routledge. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/238400045_Archaeology_and_slave_resistance_and_rebellion

Osório, M., & Silva, A. (1995). Cerâmicas vidradas da época moderna no Porto. *Actas das 2º jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval* (pp. 283 -314.). Tondela: Câmara Municipal de Tondela.

Ott, C. F. (1944). Contribuição à arqueologia baiana. *Boletim do Museu Nacional*, 1-73.

Paiva, E. F. (2018). Alforrias. Em L. M. Schwarcz, & F. (. Gomes, *Discionário da Escravidão e Liberdade* (pp. 92-98). São Paulo: Companhia das Letras.

Paiva, Z. C. (2015). *"Uma baforada sim sinhô": Cachimbos cerâmicos e asdinâmicas socioculturais da Diamantina oitocentistas.* Terezina: Dissertação de mestrado.Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Universidade Federal do Piauí.

Paiva, Z. C., Fagundes, M., & Borges, J. F. (2015). "Uma Baforada Sim Sinhô": Cachimbos de escravos para se entender as dinâmica socioculturais da Diamantina oitocentista. *Revista Tarairiú, 1*, 165-186.

Paixão, N. R. (2006). *Ao soar o apito da fábrica: idas e vindas de operários(as) têxteis em Valença – Bahia (1950-1980).* Salvador: Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós- Graduação em História da UFBA.

Pantoja Franco, M. C., Almeida, M. W., Conceição, M. G., Lima, E. C., Aquino, T. V., Iglesias, M. P., & Mendes, M. K. (2002). Botar roçados. Em M. C. Cunha, *A enciclopédia da floresta* (pp. 229-247). São Paulo: Companhia das Letras.

Paraiso, M. H. (1989). *Os capuchinos e os índios no sul da Bahia. Uma análise preliminar de sua atuação.* Curitiba: XV Reunião da ABA.

Parés, L. (2007). *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia.* (2ª ed.). Campinas: Unicamp.

Parsons, J. R. (Oct de 1972). Archaeological Settlement Patterns. *Annual Review of Anthropology, 1*, pp. 127-150.

Pasinato, R., Andrade, A. M., & Kishimoto, A. (2017). *Dossiê Sistema Agricola tradicional quilombola do Vale do Ribeira - SP*. São Paulo: Instituto Socio Ambiental.

Patterson, O. (1979). Slave and Slave Revolts: A Sociohistorical Analysis of the First Maroon War, 1665-1740. Em R. P. (Edited), *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the Americas* (pp. 246-292). Baltimore and London: 2ª ed. The Johns Hopkins University Press.

Pearson, M. P., Ramilisonina, & Retsihisatse. (2011). Ancestors, forests and ancient settlements: Tandroy readings of the archaeological past. Em P. Ucko, R. (. Layton, & O. W. Archaeology (Ed.), *The Archaeology and Anthropology os Landscape. Shaping your landscape* (pp. 399-410). London and New York: Routledge.

Peguero Guzmán, L. A. (1989). Algunas consideraciones sobre la arqueología del cimarronaje. *Boletin. Museo del Hombre Dominicano - Segundo Congresso Naconal de Arqueología, XVI*(22), 163-178.

Peixoto, A. (1913). *Elementos de hijiene.* Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia.

Peixoto, A. (2008 [1944]). *História do Brasil* (Vol. 34). (B. d. Moderno, Ed.) São Paulo: Cia. Editora Nacional. Digitalização da 2ª edição em papel.

Peixoto, S. A. (2019). *Jacarepaguá, a "Planície dos muitos engenhos": uma arqueologia do sertão carioca, Rio de Janeiro, século XVII ao XIX.* Rio de Janeiro: Tese de doutorado em Arqueologia. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pereira, L. N. (2013). Religião e parentesco entre os bakongos de Luanda. *Afro-Ásia,* 11- 41.

Pernety, D. (1992). Historie d'un voyage aux Isles Malouines. Em M. A. Haro, *Ilha de Santa Catarina - Relato de viajantes nos séculos XVIII e XIX* (3 ed., pp. 77-108). Florianópolis: Editora da UFSC/ Lunardelli.

Pessoa de Castro, Y. (2005). *Falares Africanos na Bahia.Um vocabulário afro-brasileiro.* Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks.

Pickering, M. (1994). The physical landscape as a social landscape: a Garawa example. *Archaeology Oceania, 29*, pp. 149-161.

Pikirayi, I. (1993). *The archaeological identity of the Mutapa State.* Uppsala, Sweden: Uppsala University.

Pinto, B. C. (2014). Mulheres, cuias, curuatás e mocoocas: história de resistência e lutas por sobrevivência na região do Tocantins, estado do Pará. Em A. S. Domingues, D. d. Rodrigues, & B. C. Moraes Pinto, *Cultura, trabalho e cidadania* (pp. 99-119). Jundiaí-SP: Paco editorial - UFPA/Campus Universitário do Tocantins.

Pitta, S. d. (1950 [1730]). *História da América Portugueza. Desde o ano de mil e quinhentos de seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro* (Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara. Livraria Progresso ed., Vol. 7). Salvador: Aguiar & Souza Ltda.

Porto, J. R. (2016). *Poder e território no Baixo Sul da Bahia: os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Posnansky, M. (1984). Toward an archaeology of the Black Diaspora. *Journal of Black Studies, 15*, 195–205.

Posnansky, M. (March de 2004). Processes of Change - A Longitudinal Ethno-Archaeological Study of a Ghanaian Village: Hani 1970-1998. *African Archaeological Review, 21*(1), 31-47.

Prandi, R. (2009). *Mitologia dos Orixás.* São Paulo: Companhia das Letras.

Price, R. (1996). Palmares como poderia ter sido. Em J. J. Reis, & F. d. Gomes, *Liberdade Por um Fio* (pp. 52-59). São Paulo: Cia das Letras.

Price, R. (2003). O Milagre da Crioulização: Retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos, 25*(3), 384-419.

Prussin, L. (Oct de 1974). An Introduction to Indigenous African Architecture. *The Journal of the Society of Architectural Historians, 33*, pp. 182-205.

Queiroz, F. P. (1995). *A capela do Padre Matheus.* Feira de Santana: SAGRA.

Ramos, A. (1934). *O negro brasileiro: etnographia religiosa e psychanalyse.* Rio de Janeiro: Civlização Brasileira.

Ramos, A. (maio de 1938). Castigos de escravos. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 47*, 79-104.

Ramos, A. (1946). *As Culturas negras no Novo Mundo* (2ª ampliada ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Ramos, D. (1996). O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. Em J. J. Reis, & F. d. Gomes, *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil* (pp. 164-192). São Paulo: Companhia das Letras.

Redman, C. L. (1974). *Archaeological sampling strategies.* Addison-Wesley module in anthropology 55.

Rêgo, J. C., Neves, N. M., Accioly, M. d., & Silva, P. H. (2011). *Fortalecimento da Identidade Quilombola em Comunidades Costeiras do Baixo-Sul/BA.* Salvador: 1º Seminário Espaços Costeiros e 1º Seminário Espaços Costeiros.

Reis, D. (2015). *Panorama da Pesca Artesanal de Moluscos Bivalves no Distrito de Guaibim - Valença - Bahia - Brasil.* Cruz das Almas, Bahia: Dissertação de Mestrado em Ciência Animal da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Reis, J. J. (1979). Resistência escrava em Ilhéus. *Anais do Arquivo Público da Bahia*, 285-297.

Reis, J. J. (1996). Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro. Bahia, 1806. Em J. J. Reis, & F. d. Gomes, *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* (pp. 332-372). Sao Paulo: Companhia das Letras.

Reis, J. J. (1996). Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*(Povo Negro), 14-39.

Reis, J. J. (2008). *Domingos Sodré, um sacerdote africano. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras.

Reis, J. J. (2012 (1986)). *Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835* (3ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

Reis, M. C. (2008). Reflexões sobre a construção da identidade negra num quilombo pelo vies da história oral. Em L. P. Marques, & C. A. Marques, *(Re) significação do Outro* (pp. 23-42). Juiz de Fora: EDUFJF.

Reis, N. G. (2000). *Imagens de Vilas e cidades do Brasil colonial.* São Paulo: Edusp/ Imprensa oficial do Estado/ FAPESP.

Resende, M., Lani, J. L., & Rezende, S. B. (2002). Pedossistemas da Mata Atlântica: considerações pertinentes sobre a sustentabilidade. *Revista de Árvore, 26*(3), 261-269.

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento (Feminismos Plurais).

Ribeiro, L., & Jácome, C. (maio-ago de 2014). Tupi ou não Tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. *Boletim do Museu do Pará. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 9*(2), 465-486.

Richardson, M., & Gajewski, B. (2002). Archaeological Sampling Strategies. *Journal of Statistics Education, 10*, 1-9.

Ringquist, J. (september de 2008). Kongo Iron: Symbolic power, superior technology and slave wisdom. *The African Diaspora Archaeology Network, 11*, 1-20.

Risério, A. (2003). *Tinharé: História e cultura no Litoral Sul da Bahia.* Salvador: BYI: Projetos Culturais Ltda.

Rodrigues, J. (2012). *Cobogó de Pernambuco.* Recife: Parte do Projeto Cobogó de Pernambuco, disponível no site www.cobogodepernambuco.com.

Rodrigues, N. (1936). *Os africanos no Brasil.* São Paulo: Companhia Editorial Nacional.

Roux, V. (2016). *Ceramics and Society. A Technological Approach to Archaeological Assemblages.* Cham, Switzerland: Springer.

Rowlands, M. (1999). Black identity and sense of past in Brazilian national culture. Em M. H. Pedro Paulo Funari, *Historical Archaeology – Back from the Edge* (pp. 328-344). Londres: Routledge.

Sahlins, M. (2003). *Cultura e Razão Prática.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Saignes, M. A. (1979). Life in Venezuelan Cumbe. Em R. P. (Edited), *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the Americas* (pp. 64-73). Baltimore and London: 2ª ed. The Johns Hopkins University Press .

Salum, M. H. (2012). Des-En-terrando achados: vstas sobre a África das diásporas. *Revista do Museu Arqueologia e Etnologiagia,* 195-218.

Salum, M. H. (Mai.-Ago de 2017). Vistas sobre arte africana no Brasil: lampejos na pista da autoria oculta de objetos afro-brasileiros em museus. *Anais do Museu Paulista, 25*(2), 163-201.

Salum, M. H., & Souza e Silva, W. (2005-2006). Por que das hastes de Ossaim brotam pássaros - atéflechas brotam! -, mas não folhas???!!! *Revista do Museu de Arqueologa e Etnologia, 15-16*, 291-320.

Salvador, F. V. (1627). *História do Brasil: 1500 - 1627.* Salvador: Instituto Fundação Biblioteca Nacional.

Sampeck, K., & Ferreira, L. M. (2020). Delineando a Arqueologia Afro-Latino-Americana. *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, 14*, 141-168.

Santana, R. N. (2008). *Mussuca: Por uma arqueologia de um Território Negro em Sergipe d'el Rey.* Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em Arqueologia. Museu Nacional da UFRJ.

Santos, B. d. (2009). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Em B. d. Santos, & M. P. Meneses, *Epistemologias do Sul* (pp. 23-71). Coimbra: CES e Edições Almedina.

Santos, B. d. (2009b). Um Ocidente não-ocidentalista? A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de pascal. Em B. d. Santos, & M. P. Meneses, *Epistemologias do Sul* (pp. 445-486). Coimbra: CES e Edições Almedina.

Santos, E. G. (1989). *O diretor de índios: análise preliminar dos diretores parciais das aldeias indígenas. Bahia 1845-1889.* Salvador: Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia eCiências Humanas da UFBA.

Santos, I. G. (2009). Características ambientais, econômicas, sociais e culturais de comunidades tradicionais de pesca e mariscagem: Galeão. Em I. G. Santos, P. C. Schommer, & M. d. Accioly, *Aprendendo com Identidades e Diversidades de comunidadestradicionais de pesca e mariscagem do Baixo Sul Baiano* (pp. 53-69). Salvador: CIAGS/UFBA; FAPESB; SECTI; CNPq.

Santos, L. d. (2004). *Resistência Indígena e escrava em Camamu no século XVII.* Salvador: Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia Programa de Pós-graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Santos, Milton. (2012 [1996]). A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, razão e Emoção. 4. Ed 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, M. P., Seixas, S., Aggio, R. B., Hanazaki, N., Costa, M., Schiavetti, A., Dias, J. A., Azeiteiro, U. M. (2012). A Pesca enquanto Atividade Humana: Pesca Artesanal e Sutentabilidade. *Revista da Gestão Costeira Integrada, 4*(12), 405-427.

Santos, S. A. (2016). *Nos terrenos arenosos e no infame comércio: os desdobramentos do fim do tráfico transatlântico em Valença (Bahia, 1831-1866).* Niteroi: Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense.

Sayers, D. (2015). Maroon and Leftist Praxis in Historical Archaeology. Em P. P. Funari, & C. O. (Ed.), *Current Perspectives on the Archaeology of African Slavery in Latin America* (pp. 5-22). Springer Press.

Schaan, D., & Silva, W. F. (2004). O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-coloniais na ilha de Marajó. *Revista de Arqueologia, 17*, 13-32.

Schaan, D., Pärssinen, M., Ranzi, A., & Piccoli, J. C. (2007). Geoglifos da Amazônia ocidental: evidência de complexidade social entre povos da terra firme. *Revista de Arqueologia, 20*, 67-82.

Schávelzon, D. (2018 (2001)). *Catálogo de cerámicas históricas de Buenos Aires (siglos XVI-XX), con notas sobre la región del Río de la Plata.* Buenos Aires: La Imprenta Digital SRL.

Schmidt, A. J., Bemvenuti, C. E., & Diele, K. (2013). Sobre a definição da zona de apicum e sua importância ecológica para populações de caranguejo-uça Ucides cordatus (Linnaeus, 1763). *Bol. Téc. Cient. CEPENE, 19*, pp. 9-25.

Schwartz, S. (1977). Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The slaves views of Slavey. *Hispanic American Historical review, 57*, 69-81.

Schwartz, S. (1987). Mocambos, Quilombos e Palmares: A resistência escrava no Brasil Colonial. *Estudos Econômicos, 17*(9 Especial), 61-88.

Schwartz, S. (2003). Tapanhuns, Negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. *Afro-Ásia*, 13-40.

Schwartz, S. B. (1988). *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835).* São Paulo: Companhia das Letras.

Schwartz, S. B. (1996). Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. Em J. J. Reis, & F. d. Gomes, *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil* (pp. 373-406). São Paulo: Companhia das Letras.

Schwartz, S. B. (2001). *Escravos, roceiros e rebeldes.* Bauru: EDUSC.

Serrano, A. (1937). Subsídios para a arqueologia do Brasil Meridional. *Revista do Arquivo Municipal, 2*, 5-42.

Silliman, S. (2005). Culture Contact or Colonialism? Challenges in the Archaeology of Native North America. *American Antiquity, 70*, 55–74.

Silliman, S. (2009). Change and continuity, practice and memory: Native American Persistence in Colonial New England. *American Antiquity, 74*(2), 211–230.

Silliman, S. (2015). A requiem for hybridity? The problem with Frankensteins, pureés, and mules . *Journal of Social Archaeology, 15*(3), 277–298.

Silliman, S. (Janeiro – Junho de 2019). Entre a Longue Durée e o Short Purée: Arqueologia pós=coloniais da história indígena na América do Norte Colonial. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, 13*(1), 161-175.

Silliman, S. (Janeiro – Junho de 2019). Entre a Longue Durée e o Short Purée: Arqueologias pós-coloniais da hiatória indígena na América do Norte colonal. *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, 13*(1).

Silliman, S. W. (2001). Theoretical Perspectives on Labor and Colonialism: Reconsidering the California Missions. *Journal of Anthropological Archaeology, 20*, pp. 379-407.

Silva, C. C. (2010). Um passado através do lixo. Em R. (. Najjar, *Arqueologia do Pelourinho* (pp. 247-267). Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta.

Silva, F. A. (2003). *Escravos e forros na Ilhéus setecentista.* Ilhéus: Monografia de graduação do curso de história da UESC.

Silva, F. A. (2013). Tecnologias em transformação: inovação e (re)produção dos objetos entre os Asurini do Xingu. *Boletim do Museu Parense Emilio Goeldi (Ciências Humanas), 8*, 729-744.

Silva, F. A. (2016). Cultivando a liberdade. Alforria em Ilhéus (1710-1758). Em M. H. Dias, & Â. A. Carrara, *Um lugar na História: a Capitania e Comarca de Ilhéus antes do cacau* (pp. 117-168). Ilhéus: Editus.

Silva, F. C. (1991). *A Morfologia da Escassez: política econômica e crise de fome no Brasil.* Niteroi: Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense.

Silva, I. R., & Silva, S. B. (jul/dez de 2007). Caracterização geo-ambiental e de ocupação das praias da costa do dendê,litoral sul do estado da Bahia. *Geosul, 22*, 27-46.

Silva, J. R. (2008). *Homens de Ferro. Os ferreiros na África central no século XIX.* São Paulo: Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia,Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

Silva, L. A. (2019). A Fluidez das Relações Materiais.Uma arqueologia com os pés na água. *Revista de Arqueologia, 32,* 108-128. Fonte: file:///C:/Users/F%C3%A1bio/Documents/Biblioteca/Arqueologia/Etnoarqueologia/Silva,%20Lucas%20Ant%C3%B4nio%20da,%202019.pdf

Silva, L. A., & Gaspar, M. D. (2019). Anzóis, redes e pescadores: reflexões sobre a arqueologia da pesca. *Revista de Arqueologia, 32*, 4-15. Fonte: https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/684/585

Silva, L. G. (1998). História e Meio Ambiente: A pequena pesca marítima no Brasil. *Revista de Sociologia e Política, 10/11,* 219-231.

Silva, L. G. (2004). Da Terra ao Mar: Por uma etnografia histórica do mundo caiçara. Em A. C. Diegues, *Enciclopédia Caiçara. O Olhar do Pesquisador* (Vol. 1, pp. 49-70). São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB/ CEC-USP.

Silva, L. G. (Julho / Dezembro de 2013). Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, século XVII e XVIII. *Revista de História*, 111-144.

Silva, L. P. (2018). *Maria Felipa, uma heroína baiana. A história ilustrada da heroína da Independência do Brasil na Bahia.* Salvador: Monografia do Curso de Comunicação Visual Design. Centro de Letras e Artes. Departamento de Comunicação Visual da Escola de Belas Artes - EBA da Universidade Federal do Rio de Janeiro - EFRJ.

Silva, N. O. (2016). A elite local na Vila de São Jorge dos Ilhéus, século XVIII. Em M. H. Dias, *Um Lugar na História. A capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau.* (pp. 169-182). Ilhéus: Editus / Editora da UESC.

Silva, R. T. (2000). *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade - Bahia século XIX.* Salvador: Dissertação de mestrado em História na UFBA.

Silva, S. C. (2016). *Do Assistencialismo à Cidadania Participativa na Àrea de Proteção Ambiental do Pratigi.* Salvador: Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social. Fundação Visconde de Cairu.

Silva, V. G. (2005). *Candomblé e umbanda.* São Paulo: Selo Negro.

Silveira, R. d. (2006). *O Candomblé da Barroquinha: Processo de constituição do primeiro terreiro baiano de ketu.* Salvador: Edições Maianga.

Silvia, C. C. (2010). Um passado através do lixo. Em R. Najjar (Org.), *Arqueologia do Pelourinho* (pp. 263-264). Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta.

Simões, I. (2016). *A cerâmica tradicional de Maragogipinho.* Salvador: Dissertação de mestrado, Programa pós-graduação em artes visuais, Faculdade de belas artes, Universidade Federal da Bahia.

Singleton, T. (2015). Cultural Interaction and African American Identity in Plantation Archaeology. Em J. G. (Ed.), *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology* (pp. 172-188). Ilinois: Southern Illinois University Press.

Singleton, T. (2015). *Slavery Behind the Wall: An Archaeology of a Cuban Coffee Plantation.* Gainesville: University Press of Florida.

Singleton, T. A. (1995). The Archaeology of Slavery in North America. *Annual Review of Anthropology, 24*, 119-140.

Singleton, T. A. (1999). An introduction to African-American Archaeology. Em T. A. Singleton, *"I too am America": Archaeological Studies of African-American Life.* (pp. 1–17). Charlottesville: University Press of Virginia.

Singleton, T. A. (2010). Liberation, and emancipation: constructing a postcolonial archaeology of the African diaspora. Em J. Lydon, & U. Z. Rizvi, *Handbook of Postcolonial Archaeology* (pp. 185-198). Walnut Creek: Left Coast Press INC.

Singleton, T., & Bograd, M. D. (1995). *The Archaeology of Africa Diaspora in the Americas.* Glassboro: Society for Historical Archaeology.

Slenes, R. W. (2011). *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, Sudeste, séc XIX* (2ª corrigida ed.). Campinas: Editora da Unicamp.

Smith, F. H. (2008). *The Archaeology of Alcohol and Drinking: American Experience in Archaeological Perspective.* Gainesville: University Press of Florida.

Soares, A. M., & Aquino, C. d. (2004). Cachimbos cerâmicos do sítio Aldeia do Carlos – Parque Nacional da Serra da Capivara – Piauí – Brasil. *Revista Clio – Série Arqueológica*, 9-30.

Soares, C. E. (2001). Comércio, Nação e Gênero: As Negras Minas Quitandeiras no Rio de Janeiro 1835 - 1900. *R. Mestr. Hist., 4*, 55-78.

Soares, C. E. (2004). *A Capoeira Escrava.* Campinas: Unicamp.

Soares, C. E. (2004). *A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850).* Campinas, SP: Editora Unicamp.

Soares, F. C. (2011). *Vida material de desterro no século XX: as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil.* Vila Real: Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Quaternário, Materiais e Cultura da Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro.

Soares, M. d. (Jan./June de 2009). Engenho sim, de açúcar não. O engenho de farinha de Frans Post. *Varia hististórias, 25*, 61-84.

Soares, U. (1858). *A Escravatura na Misericórdia.* Rio de Janeiro.

Solow, B. L. (1991). Slavery and colonization. Em B. L. (Ed.), *Slavery and the Rise of the Atlantic System* (pp. 21-42). Cambridge: Cambridge University Press.

South, S. (1971). *Evolution and horizon as revealed in ceramic analysis in historical archaeology.* Institute of Archaeology and Anthropology, University of South Carolina.

South, S. (1977). *Method and theory in historical archaeology.* New York: Academic Press.

Souza, G. S. (1851 [1587]). *Tratado Descritivo do Brasil em 1587.*

Souza, M. A. (2000). *Ouro Fino. Arqueologia histórica de um arraial de mineração.* Goiánia: Dissertação de Mestrado. Programa de mestrado em História das Sociedades Agrárias. Faculdade de Ciências Humanase Filosofia.Universidade Federal de Goiás.

Souza, M. A. (2002). Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. Em A. Z. (Ed.), *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul – Cultura Material, Discursos e Práticas* (pp. 63-86). Buenos Aires: Ediciones del Tridente.

Souza, M. A. (2006). *Projeto "Uma arqueologia da escravidão em Goiás". Primeiro relatório de atividades.* Goiánia: Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia. Universidade Católica de Goiás.

Souza, M. A. (2013). Introdução: Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, 7*, 9-19.

Souza, M. A. (2013). Por uma arqueologia da criatividade: estratégias e significações da cultura material utilizada pelos escravos no Brasil. Em C. A. (Org.), *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado.* (pp. 11-36.). Rio de Janeiro: 7Letras.

Souza, M. A. (2015). When all bases are flat: Central Africans and situated practices in the eighteenth-century Brazil. Em P. P. Funari, *Current Perspectives on the Archaeology of African Slavery in Latin America* (pp. 77-97). New York: Springer.

Souza, M. A. (2016). Behind Closed Doors: Space, Experience, and Materiality in the Inner Areas of Brazilian Slave Houses. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage, 5*, pp. 147-173. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/305795392_Behind_Closed_Doors_Space_Experience_and_Materiality_in_the_Inner_Areas_of_Brazilian_Slave_Houses

Souza, M. A. (2018). Pequenos céus e outros mundos: uma arqueologia dos encontros coloniais em um dos limites da América portuguesa. Em B. Marín-Aguilera (Org.), *Repensar el colonialismo* (pp. 337-370). Madri: JAS.

Souza, M. A., & Agostini, C. (2012). Body Marks,Pots and Pipes: some corelations in between african scarifications and pottery decoration in eighteenth and nineteenth-ventury Brazil. *Historical Archaeology, 46*, 102-123.

Souza, M. A., & Lima, T. A. (2016). Hibridismo e inovação em cerâmicas coloniais do Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII. *Urbania. Revista Latinoamericana de Arqueología e historia de las ciudades*, 21-60.

Souza, M. A., & Symanski, L. C. (2009). Slave communities and pottery variability in Western Brazil: The plantations of Chapada dos Guimarães. *International Journal of Historical Archaeology, 13*, 513-548.

Souza, P. L. (1839 [1532]). *Diário de Navegação da Armada que foi à Terra do Brasilem 130 sob a Capitania Mor de Martim Afonso de Souza.* Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

Souza, R. d. (2010). *Louça branca para a paulicéia: Arqueologia histórica da fábrica de louças Santa Catharina/ IRFM- São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913 - 1937).* São Paulo: Dissertação de Doutorado em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Souza, R. d. (2013a). Grés, vinho e imigração: arqueologia de uma produção vitivinícola, São Paulo, 1920 – 1950. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., 8*, 39-58.

Souza, R. d. (2013b). Não somos estrangeiros! Pelas louças brasileiras. *Caderno do LEPAARQ (UFPel) - textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, X*, 159-182.

Souza, R. d. (2017). *Um Lugar na Caatinga: Consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do nordeste brasileiro.* Campinas: Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.Universidade Estadual de Campinas.

Spix, J. B., & Martius, C. F. (1981). *Viagem pelo Brasil, 1817-1820.* Belo Horizonte: Itatiaia.

Stewart, A. M., Keith, D., & Scottie, J. (June de 2004). Caribou Crossings and Cultural Meanings: Placing Traditional Knowledge and Archaeology in Context in an Inuit Landscape. *Journal of Archaeological Method and Theory, 11*, 183-211. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/225836739_Caribou_Crossings_and_Cultural_Meanings_Placing_Traditional_Knowledge_and_Archaeology_in_Context_in_an_Inuit_Landscape

Symanski, C. (2007). O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, 1*(2), 7-36.

Symanski, C. (2009). Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos. Em W. F. Morales, & F. P. (Org.), *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira* (1ª ed., pp. 279-310). São Paulo: Annablume.

Symanski, L. C. (1998). *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegreno século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Symanski, L. C. (2006). *Slaves and planters in Western Brazil: materal culture, identity and power.* Gainesville: Tese em Antropologia. University of Florida.

Symanski, L. C. (2010). Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *História Unisinos, 14*, pp. 295-312. Fonte: http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4728

Symanski, L. C. (2012). The Place of Strategy and the Space of Tactics: structures, artifacts and power relations on sugar plantations of West Brazil. *Historical Archaeology, 46*, 124-148.

Symanski, L. C. (2014). A Arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. *Afro-Ásia*, *49*, 159-198.

Symanski, L. C., & Gomes, D. M. (jul.- dez. de 2012). Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). *Anais do Museu Paulista, 20*, 53-90.

Symanski, L. C., & Gomes, F. d. (2019). Rebeliões, ferreiros e cultura material: transcrições escondidas e a materialidade da resistência nas fazendas de café do Vale do Paraíba. Em V. S. Santos, L. C. Symanski, & A. Holl, *Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana* (pp. 261-310). Curitiba: Brazil Publishing.

Symanski, L. C., & Gomes, F. d. (2019). Rebeliões, Ferreiros e Cultura Material: Transcrições escondidas e a materialidade da resistência nas fazendas de café do Vale do Paraíba. Em V. S. Santos, L. C. Symanski, & A. Holl, *Arqueologia e história da culturamaterial na África e na diáspora africana.* (pp. 261-292). Curitiba: Brazil Publishing.

Symanski, L. C., & Souza, M. A. (2007). O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação*, 215-243.

Tavares, R. (2012). *Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial.* Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Departamento de Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fonte: http://www.pretosnovos.com.br/dropbox/textos/Nota%20de%20Pesquisa%20Cemit%C3%A9rio%20dos%20Pretos%20Novos%20(atualizada)%20final.pdf

Therrien, M., Uprimny, E., Guerrero, J. L., Salamanca, M. F., Gaitán, F., & Fandiño, M. (2002). *Catálogo de cerámica colonial y republicana de la Nueva Granada: Produccíon local y materiales foráneos (Costa Caribe, Altiplano Cundiboyacense-Colombia).* Bogota: Fundaccion de Investigaciones Arqueologicas Nacionales - FIAN/ Banco de la Republica Bogotá.

Thompson, R. F. (1983). *Flash of the spirit. African and Afro-American art and philosophy.* New York: Random House.

Thornton, J. (1998). *Africa and africans in the making ofthe Atlantic world.* Cambridge: Cambridge University Press.

Tilley, C. (1994). Space, Place, Landscape and Phenomenologia Perspectives. Em C. Tilley (ed.), *A phenomenology of landscape: Places, paths and monuments* (pp. 7-34). Oxford: Berg Publishers.

Tocchetto, F. (2003). *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista.* Porto Alegre.: Tese de doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Tocchetto, F. B., Symanski, L. C., Ozório, S. R., Oliveira, A. T., & Cappelletti, Â. M. (2001). *A faiança fina em Porto Alegre. Vestígios arqueológicos de uma cidade.* Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura.

Tricart, J. (1977). *Ecodinâmica.* Rio de Janeiro: FIBGE/SUPREN.

Tricart, J., & Silva, T. C. (1969). *Estudos de geomorfologia da Bahia e Sergipe: Geografia e planejamento.* Salvador: Imprensa Oficial da Bahia.

Trigger, B. G. (2004). *História do Pensamento Arqueológico.* São Paulo: Odysseus Editora.

Ulhoa, C. A. (2019). Os Recipientes atribuídos aos Africanos e a seus Descendentes nas Obras de Debret como Reveladoes de Colonialidade e Agenciamentos. *Revista Mosaico, 12,* 14-36.

Uma outra escravidão: a paisagem social do Engenho de São Joaquim, Goiás. (2007). *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, 1*(1), 57-88.

Vainfas, R. (1995). *A heresia dos índios - catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.* São Paulo: Companhia das Letras.

Vasconcellos, C. M. (1921). *Algumas palavras a respeito de Púcaros de Portugal.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Vasconcelos, M. B. (2014). Poços para captação de águas subterrâneas: revisão de concetos e proposta de nomenclatura. *Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas*, (pp. 1-12). São Paulo. Fonte: https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/28288

Vellozo, J. C., & Almeida, S. L. (2019). O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial. *Revista Direito ePráx, 10,* 2137-2160.

Verge, P. (1987). *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos. Dos séculos XVII a XIX.* São Paulo: Corrupio.

Verhagen, P., & Whitley, T. G. (2012). Integrating Archaeological Theory and Predictive Modeling: A Live Report from the Scene. *Journal of Archaeological Method and Theory, 19*(1), 49-100.

Versiani, F. R., & Nogueról, L. P. (2016). *Muitos escravos,muitos senhores. Escravidao nordestina e gaucha no século XIX.* São Cristovão: Editora UFS: Editora UNB.

Vianna Filho, L. (1946). *O Negro na Bahia.* Salvador: José Olímpio Editora.

Vilhena, L. d. (1969). *A Bahia no Século XVIII.* Salvador: Editora Itapuã.

Virgens, D. A. (2010). *Turismo e transformações socioespaciais: o caso do município de Cairu - Bahia.* Salvador: Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências (IGEO), UFBA.

Viveiro de Castro, E. (2002). *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia.* São Paulo: Cosac Naify.

Volpato, L. R. (1996). Quilombos em Mato Grosso. Resistência negra em área de fronteira. Em J. J. Reis, & F. d. Gomes, *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil* (pp. 213-239). São Paulo: Companhia das Letras.

Watkins, C. (2015). African Oil Palms, Colonial Socioecological Transformation and the Making of an Afro-Brazilian Landsace in Bahi, Brazil. *Environment and History, 21*, 13–42.

Weaver, B. J. (2015). *"Fruit os the vine, work of human hands": an archaeology and ethnohistory of slavery on the jesuit wine haciendas of nasca, Peru.* Nashville: Tese de doutorado em Filosofia. Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University.

Weik, T. (1997). The Archaeology of Maroon Societies in the Americas: Resistance, Cultural Continuity and Transformation in the African Diaspora. *Historical Archaeology, 31*(2), pp. 81-92.

Whitridge, P. (2004). Landscape, house, bodies, things: place and the archaeology of Inuit imaginaries. *Journal of Archaeological Method and Theory, 11*, pp. 213-250.

Wilkie, L. A. (2000). Culture Bought: Evidence of Creolization in the Consumer Goods of an Enslaved Bahamian Family. *Historical Archaeology, 34*(3), 10-26.

Willems, E. (1970). Diferenciação social no Brasil colonial. *Revista de Ciências Sociais, II*, pp. 114-139.

Wust, I. (2006). *Projeto a Arqueologia da Casa de Fundição do Ouro da Cidade de Goiás.Relatório 2 de atividades.* Pirinópolis: Manuscript, IPHAN.

Ximenes, C. F. (2012). *Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos(1750-1808).* Niteroi: Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense.

Yellen, J. E. (1976). Settlement patterns of the !Kung: an archaeological perspective. Em R. B. Lee, & I. (. DeVore, *Kalahari hunter-gatherers: studies of the !Kung San and their neighbors* (pp. 47–72). Cambridge, Mass: Harvard University Press.

Young, A. L. (1997). Risk Management Strategies among African-American Slaves at Locust Grove Plantation. *International Journal of Historical Archaeology, 1*(1), 3-29.

Young, M. L. (2010). Technological Style and the Atlântic World System: A Case Study in African-Caribbean Pottery from Montserrat. *75th Annual Meeting of the Society for American Archaeology*, (pp. 1-22). Saint Louis, Missouri.

Zanettini, P. E. (1986). Pequeno Roteiro para Classificação de Louças Obtidas em Pesquisas Arqueológicas de Sítios Históricos. *Arqueologia*, 117-130.

Zanettini, P. E. (2005). *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista.* São Paulo: Tese de doutorado.Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Zanettini, P. E., & Camargo, P. F. (1999). *Cacos e mais cacos de vidro: O que fazer com eles?* São Paulo: Manual s/ editora.

Zedeño, M. (2008). The archaeology of Territory and Territoriality. Em B. David, & J. Thomas, *The Hadbook of Landscape Archaeology (World Archaeological Congress Research)* (pp. 210-217). Walnut Creek, Califórnia: Left Coast Press.

Zedeño, M. N. (1997). Landscapes,Land Use, and the History of Territory Formation: An Example from the Puebloan Southwest. *Journal of Archaeological Method and Theory*, *4*(1), 67-103.

Zedeño, M. N. (2009). On What People Make of Places: A behavioral cartography. Em B. J. Bowser, & M. N. Zedeño, *The Archaeology of the Meaningful Places* (pp. 97-111). Salt Lake city: University of Utah Press.

Zedeño, M., & Bowser, B. (2009). The Archaeology of the Meaningful Places. Em B. J. Bowser, & M. N. Zedeño, *The Archaeology of the Meaningful Places* (pp. 1-14). Salt Lake city: University of Utah Press.